



Departamento de Sociologia

A Língua e a Cultura Portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau

Perpétua Maria dos Santos Silva

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Orientador:

Doutor António Firmino da Costa, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2011



Departamento de Sociologia

A Língua e a Cultura Portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau

Perpétua Maria dos Santos Silva

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Júri:

Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes, Professor Catedrático
Universidade do Porto

Doutor Mário José Filipe da Silva, Professor Auxiliar
Universidade Aberta de Lisboa

Doutora Ana Maria do Rosário Rei Silva Horta, Investigadora Pós-Doc
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Doutora Maria de Lurdes Reis Rodrigues, Professora Associada com Agregação
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

António Manuel Hipólito Firmino da Costa, Professor Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2011

Este trabalho contou com uma Bolsa de Apoio ao Doutoramento da Fundação Oriente e foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através do projecto PPCDT/SOC/57898/2004, desenvolvido no quadro do CIES-IUL.

Agradecimentos

Ao longo do período dedicado ao desenvolvimento deste trabalho foram muitos e variados os apoios com que pude contar, sendo muito elevado o número de pessoas e de instituições que se foram envolvendo nesta investigação.

Gostaria de ter a capacidade de a todos transmitir a minha mais profunda gratidão pela forma como partilharam comigo este processo e de fazer sentir o quanto me considero privilegiada por ter podido contar com tantos e tão valiosos contributos, em vários planos, sem os quais este trabalho não teria sido possível. Esta revela-se, no entanto, a parte mais difícil de redigir nesta tese – as palavras que possa escrever serão sempre insuficientes para fazer justiça à forma empenhada e generosa como estiveram presentes neste meu projecto e na minha vida ao longo dos últimos anos.

Do ponto de vista material, este trabalho não teria sido possível sem o apoio da Fundação Oriente, que me concedeu uma bolsa de apoio ao doutoramento, e da Fundação para a Ciência e Tecnologia com o financiamento atribuído através do projecto PPCDT/SOC/57898/2004 desenvolvido no quadro do CIES-IUL, cujo acolhimento muito agradeço.

No âmbito deste projecto gostaria de salientar e agradecer a dedicação do Jorge Martins e, numa fase inicial também do Tiago Lapa, na gigantesca tarefa de transcrever as entrevistas.

Mas quero dirigir uma palavra especial a Macau; todas as vezes que lá me desloquei fui extremamente bem recebida e encontrei da parte das instituições e seus responsáveis, bem como de um conjunto muito alargado de interlocutores não institucionais, uma colaboração inexcedível.

Não podendo nomear todos aqueles que nas várias fases da pesquisa colaboraram comigo, gostaria de destacar algumas das instituições com as quais lidei mais de perto: Escola Lusochinesa Luís Gonzaga Gomes, Escola Portuguesa de Macau, Instituto Português do Oriente, Instituto de Formação Turística, Instituto Politécnico de Macau e Universidade de Macau – um agradecimento muito especial para os seus responsáveis, professores, alunos e funcionários.

Agradeço, igualmente, à Delegação da Fundação Oriente em Macau e a todos os que lá trabalham pela forma calorosa e atenta como me receberam e acolheram no período em que lá “vivi”.

Aos “meus” tradutores, a Wu Xinjuan (aliás Joana) e o Yao Jingming, em Macau, e o Lin em Lisboa, agradeço o precioso trabalho desenvolvido e a imensa paciência com que ouviram e esclareceram as minhas dúvidas nas muitas e demoradas reuniões de trabalho que tivemos.

À Dra. Rita Santos, Coordenadora do Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, agradeço a possibilidade que me deu de frequentar algumas actividades do Fórum bem como todas as explicações dadas sobre o seu funcionamento. Ao, então, ICEP, através do Dr. Manuel Geraldês, agradeço o livre acesso à Feira Internacional de Macau e aos seminários que no seu quadro se desenvolveram; e à APIM agradeço o acesso facultado às várias actividades do Encontro das Comunidades Macaenses 2004.

Embora tenha convivido com advogados de outros escritórios em Macau, o trabalho realizado no “Pedro Redinha Advogados” foi absolutamente central no que respeita à observação desenvolvida no sector da advocacia. Para além das inúmeras horas passadas neste escritório em proveitosas trocas de impressões com os advogados que dele faziam parte (portugueses e chineses), tive a oportunidade de os acompanhar, ainda, em situações de julgamento no Tribunal de Base de Macau. É com enorme gratidão que faço aqui uma referência especial a estes profissionais do Direito – advogados e pessoal administrativo, que me acolheram como se fizesse parte da equipa.

Ao Hélder Fernando agradeço toda a paciência com que foi respondendo às minhas mensagens e o trabalho que teve para se certificar de algumas questões que me iam suscitando dúvidas e que a distância não me permitia aferir de modo próprio. Agradeço igualmente ao Rui Moura pela resposta pronta aos pedidos que lhe fui fazendo e ao Fabrizio Croce pelas inúmeras horas de trabalho que despendeu a ajudar-me a transformar um *paper* num vídeo, sempre com uma enorme boa disposição e grande boa vontade.

À Dra. Louisa Lam, do IFT, e à sua equipa, assim como à Dra. Evelina Souza, do IPM, agradeço todo o trabalho que tiveram com a sistematização de informação referente aos estudantes de português e posterior envio por correio electrónico. Agradeço, também, ao Professor Roberval Teixeira e Silva o esforço desenvolvido para que eu obtivesse a mesma informação em relação à Universidade de Macau. Trabalho que fiz, no IPOR, com a D. Ivone que foi sempre incansável no apoio prestado, que o Dr. Pedro Xavier teve a amabilidade de organizar ele próprio em relação à Escola Portuguesa e que o CDL prontamente actualizou na sua página electrónica após um pedido meu. A todos o meu agradecimento.

E porque apesar de fazerem parte de diferentes instituições a relação que estabeleceram comigo ultrapassa largamente a vertente institucional, permitam-me que, retirando os títulos, agradeça tudo o que fizeram por mim Maria Antónia Espadinha, Maria Farinha Simões, Rui Rocha e Miguel Senna Fernandes; uma palavra é devida, também, à Helena Vale e ao

António Conceição Júnior, ao Fernando e à Lurdes Escaleira. A vossa amizade ultrapassa claramente toda a colaboração dada – e não foi pouca.

Finalmente, os meus *primos*. A Fátima, o Carlos, a Teresa, o Jorge, o Filipe, a Yana, a Leonor, o Paulo, a Icilia, o Jean e o Nuno – obrigada por me terem adoptado, por terem tomado tão bem conta de mim e por todo o apoio que me deram para a concretização deste trabalho.

À minha verdadeira prima, a Célia, não tenho palavras para agradecer tudo o que fez – foi minha informadora no local e a distância, arranjou contactos, foi motorista e guia, desdobrou-se em atenções e cuidados; foi prima, irmã e amiga. Sem a sua ajuda e do marido, o Kowie, além de tudo o mais recebendo-me repetidas vezes e por longos períodos em sua casa, teria sido muito mais difícil finalizar a investigação.

Presto, ainda, homenagem a cinco figuras absolutamente incontornáveis da realidade local, cuja colaboração neste trabalho muito me honra e cuja partida deste mundo muito me entristece: Silveira Machado, Padre Francisco Fernandes, Leonel Barros, Alberto Estima de Oliveira e Henrique de Senna Fernandes. Com todos muito aprendi, em particular com Estima de Oliveira e com Henrique de Senna Fernandes com os quais tive o privilégio de lidar mais demoradamente e de contar com a sua amizade.

Deixo para o fim aqueles que me acompanharam desde a primeira hora. Ao Professor António Firmino da Costa, orientador deste trabalho, devo, desde logo, o primeiro e maior incentivo para o fazer – quando regresssei da minha primeira ida a Macau no âmbito da tese de mestrado que então, igualmente, orientava, de imediato me desafiou a não ficar por ali; deste seu desafio inicial e de outros mais sérios que se seguiram resulta este trabalho. Um trabalho que contou sempre com o seu entusiástico apoio, resposta imediata às necessidades surgidas no percurso e acompanhamento permanente – mesmo quando as dúvidas surgiam no outro lado do mundo. Agradeço-lhe tudo o que com ele aprendi, não só enquanto orientador desta tese mas, também, na sua qualidade de professor no mestrado e no Programa de Doutoramento e como sociólogo e investigador de referência, e espero estar à altura da confiança que sempre demonstrou depositar em mim e no meu trabalho.

Ao Mário Filipe agradeço a partilha de saberes, as discussões e a troca de ideias, sem dúvida uma enorme mais-valia para o desenvolvimento deste projecto. A Dina Bravo teve um enorme trabalho com a tarefa de revisão do texto, que desempenhou com todo o rigor, e que em muito contribuiu para o melhorar. Para além disto, ambos estiveram sempre presentes nos momentos conturbados que atravessaram este processo, por isso lhes agradeço, bem como à

Capitolina, ao Armando, ao Mário, à Dade e à Sónia. Sem a vossa amizade os tempos difíceis teriam sido ainda mais difíceis.

Dos meus pais e das minhas irmãs, a Luz e a Gena, além de exemplos de coragem e determinação, tive, como sempre, apoio e incentivo permanentes; este trabalho também é vosso, porque foram vocês que generosamente possibilitaram que eu o concluísse. Obrigada.

Resumo:

Tomando o caso de Macau, esta dissertação apresenta uma abordagem sociológica à temática da língua portuguesa, tendo subjacente as dimensões política, económica e cultural dos processos da globalização no âmbito dos quais a questão das línguas tem vindo a ser significativamente assinalada.

A problemática construída centra-se em dois eixos de análise que discutem relações "utilitárias-instrumentais-funcionais", por um lado, e, por outro, "identitárias-relacionais-afectivas", estabelecidas em torno da língua e da cultura portuguesas e da sua "localização" numa Macau do Século XXI.

São considerados cenários de interacção diversificados, de forma a identificar *campos de português*: i) nos quais se podem encontrar diferentes lógicas de interesse; ii) que desencadeiam diferentes estratégias e disposições para a aprendizagem da língua; iii) a partir dos quais é possível definir diferentes modos de relação com o português.

A estratégia metodológica definida combina análises do tipo qualitativo (observação directa, realização de entrevistas e análise documental) e quantitativo (exploração de informação recolhida através de aplicação de inquérito por questionário a estudantes de língua portuguesa em diversos cursos e graus de ensino).

Palavras-chave:

Macau; língua portuguesa; cultura portuguesa; interesse; utilidade; identidade.

Abstract:

This thesis attempts to present a sociological approach to the subject of the Portuguese language in the world from the case study of Macau. Underlying this project are the political, economic and cultural dimensions of the globalisation processes, within the scope of which the issue of languages has been emphasised.

The question constructed focuses on two branches of analysis that discuss the "utilitarian, instrumental and functional" relations, on one hand, and "identity, relational and affective" relations, on the other hand, established around the Portuguese language and culture and its "localisation" in 21st-century Macao.

Diversified scenarios of interaction were considered in order to identify *fields of Portuguese*: i) in which we can find different logics of interest; ii) that trigger different strategies and dispositions to learn the language; iii) from which we can set different ways of relating to Portuguese.

Our methodological strategy combines qualitative analyses (direct observation, interviews and analysis of documents) and quantitative analysis (using the information gathered by submitting questionnaires to Portuguese language students in different courses and levels of education).

Keywords:

Macau; Portuguese language; Portuguese culture; interest; utility; identity.

ÍNDICE

	Pág.
Siglas utilizadas	
Introdução	01
Considerações metodológicas	07
1. Breve apontamento teórico a propósito da língua portuguesa	13
2. Primeira aproximação a Macau: alguns aspectos históricos e políticos	33
Questões de soberania	35
Rumo a uma nova era	45
Depois da <i>Transição</i>	51
A Democratização na ordem do dia	55
Mobilização e pertença étnica	57
3. Segunda aproximação a Macau: aspectos económicos	73
O jogo e o turismo	73
Novas dinâmicas	80
4. Terceira aproximação a Macau: o espaço e a população	91
População: evolução e composição social	95
Naturalidade e nacionalidade	102
Afunilando o ângulo de observação	108
Localização e tempos de permanência	112
5. Sistema de ensino e o ensino da língua portuguesa	121
O ensino superior	135
Ensino não curricular da língua portuguesa	139
6. Estudantes de português na RAEM	149
Caracterização sociográfica	150
Contextos profissionais	155
Contextos familiares e grau de familiaridade com a língua	158
Origens territoriais	164
Conhecimento de Portugal e de figuras da cultura portuguesa	168
7. A questão linguística no processo de <i>localização</i> de quadros e do sistema jurídico	173
A <i>localização</i> de quadros e a evolução do <i>bilinguismo oficial</i>	174
O Direito, a tradução jurídica e a <i>localização</i> das leis	187

8. Imagens de marca de Macau ou... isto não se vê na China	207
Imagens da vida religiosa	216
Algumas representações sobre a imagem de Macau	229
9. Lógicas de afastamento e de aproximação ao português	241
Disposições para aprender português	248
Uso da língua portuguesa e percepção da sua posição em Macau	256
10. Gentes, tempos e espaços da Lusofonia	265
Contrastes sociais e culturais	272
Manifestações e mobilizações colectivas	287
Questões linguísticas	301
Conclusão: <i>modos de relação com a língua</i>	309
Bibliografia	323

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadros	Pág.
2.1 Constituição da Comissão Eleitoral para o Chefe do Executivo	52
3.1 Receita Bruta de jogos 2003-2010	74
4.1 Evolução da população residente segundo a estrutura etária e sexo	96
4.2 Evolução da população residente, com 3 e mais anos, segundo o nível de escolaridade	98
4.3 Evolução da população residente com 14 e mais anos segundo a condição perante o trabalho	99
4.4 Evolução da população residente empregada segundo a profissão	101
4.5 Evolução da população residente segundo o local de nascimento	103
4.6 Evolução da população residente segundo a nacionalidade (1981-2006)	104
4.7 População residente por Freguesia	113
4.8 População residente por freguesia e zona geográfica, segundo o local de nascimento (2006)	116
4.9 População residente com idade igual ou superior a 3 anos, de português língua corrente, segundo a localização (2006)	117
5.1 Modelos de organização do ensino	122
5.2 Ensino não superior (2009/2010)	126
5.3 Língua primeira nas famílias dos alunos da EPM	130
6.1 Aplicação de inquérito por questionário	150
6.2 Línguas utilizadas na resposta	150
6.3 Nacionalidade	152
6.4 Naturalidade	152
6.5 Nível de ensino concluído	153
6.6 Tipo de ensino que frequentam	153
6.7 Curso/área de ensino que frequentam	154
6.8 Ocupação	154
6.9 Actividade profissional (sector e área)	157
6.10 Língua materna	159
6.11 Grau de familiaridade com a língua portuguesa	160
6.12 Língua materna na família (estudantes PLNM)	160
6.13 Língua materna na família (estudantes PLM)	161
6.14 Língua materna família (estudantes PCLM)	161
6.15 Mapa da situação linguística	162

6.16	Origens	164
6.17	Categorias por características comuns segundo as origens	167
6.18	Conhece Portugal	168
6.19	Situação em que esteve em Portugal	168
6.20	Domínios da cultura portuguesa	169
6.21	Figuras da cultura portuguesa mais referidas	171
7.1	Frequência de cursos de formação linguística organizados pelos SAFP (1986-1998)	177
8.1	Imagem de Macau como destino turístico	229
8.2	Atrações de Macau referidas mais frequentemente (posição)	231
8.3	Imagens de Macau mais apresentadas (valores em %)	231
8.4	Características de Macau por categoria, segundo o grupo de origem	234
8.5	Características de Macau segundo os principais grupos de origem (15 mais referidas)	236
9.1	População residente, com 3 e mais anos, segundo o domínio de outras línguas	245
9.2	Razões para aprender português	249
9.3	Língua principal de uso corrente	257
9.4	Uso da língua portuguesa	258
9.5	Uso da língua portuguesa (média segundo a origem)	259
9.6	Uso da língua portuguesa na actividade profissional	259
9.7	Posição da língua portuguesa	262
10.1	Convivências	278
10.2	Convivências (subgrupos de origem portuguesa e portuguesa e chinesa)	285

Gráficos

3.1 Componente jogo na formação da receita pública	75
3.2 Total de visitantes segundo os 3 principais locais de origem	77
5.1 Alunos de português em escolas particulares	127
5.2 Evolução do nº de alunos na EPM	128
5.3 Formação em língua portuguesa promovida pelo IPOR 1999/2010 (frequências)	145
7.1 Língua materna APM (%)	176
7.2 Conhecimentos linguísticos APM (%)	176
7.3 Docentes. Língua materna (%)	178
7.4 Docentes. Conhecimentos linguísticos (%)	178
7.5 Operários e Auxiliares. Língua materna (%)	179
7.6 Operários e Auxiliares. Conhecimentos linguísticos (%)	179
7.7 Administrativos. Língua materna (%)	180
7.8 Administrativos. Conhecimentos linguísticos (%)	180
7.9 Técnicos Superiores. Língua materna (%)	180
7.10 Técnicos Superiores. Conhecimentos linguísticos (%)	180
7.11 Direcção e Chefias. Língua materna (%)	181
7.12 Direcção e Chefias. Conhecimentos linguísticos (%)	181
7.13 Língua materna na APM 1985/2010 (%)	182
7.14 Local de nascimento 2005/2009 (%)	182
7.15 Conhecimentos linguísticos 2005/2010	183
7.16 Evolução da formação linguística segundo a língua de formação 1999/2008 (nº de frequências)	185

Figuras

4.1 Distribuição da população residente por freguesia	113
8.1 Placas toponímicas	214
8.2 Celebração do <i>Cheng Meng</i> no cemitério de S. Miguel	220
8.3 Procissão de Nossa Senhora de Fátima	223
8.4 Festividades do Dragão Embriagado	225
8.5 Festividades do Dia do Buda	227
8.6 Características de Macau	233
9.1 Razões para aprender português segundo o grupo de origem	251
9.2 Campanhas oficiais	261

SIGLAS UTILIZADAS

AAM – Associação dos Advogados de Macau

AL – Assembleia Legislativa

APIM – Associação Promotora da Instrução dos Macaenses

APM – Administração Pública de Macau

APOMAC – Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

ATFPM – Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CDL – Centro de Difusão de Línguas

CDLP – Centro de Difusão da Língua Portuguesa

CDM – Chineses de Macau

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEM – Chineses em Macau

CEP – Centro de Educação Permanente

CEPA – Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau

CGA – Caixa Geral de Aposentações

CHC – Chineses da China Continental

CILC – Comissão para a implementação da língua chinesa

CLAC – Curso de Língua e Administração Chinesa

CLP – Centro de Língua Portuguesa

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPU – Centro de Estudos Pré-Universitários

DICJ – Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos

DSAFP – Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública

DSAJ – Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça

DSEC – Direcção de Serviços de Estatística e Censos

DSEJ – Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

DST – Direcção dos Serviços de Turismo

ELC – Escola Luso-Chinesa

EOM - Estatuto Orgânico de Macau

EPM – Escola Portuguesa de Macau

ESFSM – Escola Superior das Forças de Segurança de Macau

FEP – Fundação Escola Portuguesa

FCECCPLP – Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

FOPPLE – Formação de Professores de Português Língua Estrangeira

GADI – Gabinete de Apoio ao Direito Internacional

GDRC – Grupo Dinamizador da Revolução Cultural

GTJ – Gabinete para a Transição Jurídica

IACM – Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais

ICALP – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

IFT – Instituto de Formação Turística

IPM – Instituto Politécnico de Macau

IPIM – Instituto de Promoção do Comércio e Investimento de Macau

IPOR – Instituto Português do Oriente

LAG – Linhas de Acção Governativa

L1 – Língua Primeira

L2 – Língua Segunda

LE – Língua Estrangeira

LM – Língua Materna

MICE – Meetings, Incentives, Conferencing, Exhibitions

NAPE – Novos Aterros do Porto Exterior

NATAP – Novos Aterros da Areia Preta

PEP – Programa de Estudos em Portugal

PCLM – Português e Chinês Língua Materna

PL2 – Português Língua Segunda

PLE – Português Língua Estrangeira

PLM – Português Língua Materna

PLNM – Português Língua Não Materna

PLP – Países de Língua Portuguesa

RAEHK – Região Administrativa Especial de Hong Kong

RAEM – Região Administrativa Especial de Macau

RGDRP – Região do Grande Delta do Rio das Pérolas

RPC – República Popular da China

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SAFP – Serviços de Administração e Função Pública

SJM – Sociedade de Jogos de Macau

STDM – Sociedade de Turismo e Diversões de Macau

TDM – Teledifusão de Macau

TUI – Tribunal de Última Instância

UA – União Africana

EU – União Europeia

UMAC – Universidade de Macau

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UOA – Universidade da Ásia Oriental

ZAPE – Zona dos Aterros do Porto Exterior

ZEE – Zona Económica Especial

Introdução

Macau é uma Região de dimensões reduzidas, minúscula se comparada com a Grande China de que é parte integrante. Não é, no entanto, o seu tamanho comparável à projecção que parece ter e à indiscutível visibilidade exterior que tem vindo a ganhar. É certo que essa visibilidade está associada a um sector muito específico: o do jogo. Esta indústria, em relativamente pouco tempo, colocou Macau nas bocas do mundo como a *Las Vegas* asiática.

Mas não é esta imagem de cidade de jogo que os seus residentes mais gostam de oferecer ao forasteiro que chega e ainda que não existam dúvidas quanto ao peso do sector na economia local e, conseqüentemente, no desenvolvimento da cidade ao longo dos últimos anos, sendo, como é sabido, dos aspectos mais referidos a propósito de Macau, parece não ser o que mais contribui para a construção da imagem que Macau pretende transmitir de si própria.

Macau, no dizer das suas gentes, é muito mais que o jogo. E muito mais que mais uma cidade chinesa. Macau é mesmo *outra coisa*.

E este poderá considerar-se o ponto de partida desta investigação.

Em finais de 2002, no âmbito do Mestrado em comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, deslocámo-nos a Macau com o objectivo de conhecer as características dos estudantes de língua portuguesa¹, cujo número, depois de um período de abrandamento, dava sinais de crescimento, não obstante a nova realidade sociopolítica fazer crer num cada vez maior afastamento às *coisas portuguesas*. Aplicámos, então, um inquérito por questionário que resultou num significativamente vasto e variado conjunto de informação, suscitando o interesse em desenvolver outras formas de abordagem ao objecto e aprofundamento do tema.

Portugal havia administrado Macau durante cerca de 450 anos, no entanto, diziam-nos, pouco tinha ficado da presença portuguesa. Aqui e ali um ou outro indício, é certo, mas a cultura portuguesa nunca havia penetrado na Região e a língua era praticamente inexistente.

Quando se pensava nos países de língua oficial portuguesa, também outrora colonizados por Portugal, ou mesmo quando se olhava para a vizinha Hong Kong, as diferenças pareciam abismais. Nos primeiros, a língua portuguesa parecia ter conseguido impor-se, existindo embora situações variadas para cada um dos países que constituem o

¹ O que viria a resultar na dissertação de Mestrado com o título “Estudantes de Português na RAEM no início do Séc. XXI”, Departamento de Sociologia do ISCTE, Lisboa, 2005.

espaço da lusofonia; em Hong Kong, que viveu uma situação semelhante à de Macau embora de mais curta duração, a língua do país colonizador, aparentemente, estava bem presente.

Ainda que a República Popular da China tenha tomado a decisão de, depois de 1999, manter o português com o estatuto de língua oficial em Macau, como havia feito anteriormente em relação ao inglês em Hong Kong, é facto que, só por si, não é suficiente para elucidar sobre a situação actual da língua portuguesa no território, sendo evidente que, em Macau ou em qualquer outro local, uma língua não sobrevive apenas por decreto.

Considerando o seu número de falantes maternos, o português em Macau é, efectivamente, uma língua minoritária, não tendo condições para se tornar língua de comunicação generalizada, parecendo circunscrever-se a um círculo cada vez mais restrito. O número de portugueses em Macau diminuiu na sequência da transferência do exercício de soberania, a esmagadora maioria da população residente é chinesa, muitos dos quais nasceram na China continental encontrando-se há relativamente pouco tempo no território e, fruto do desenvolvimento económico que se tem registado nos últimos anos, chegam a Macau cada vez mais migrantes de outras zonas geográficas. Os pilares da economia em Macau – o jogo e o turismo – parecem não falar o português.

No entanto, é inegável que quer a Escola Portuguesa de Macau quer o Instituto Português do Oriente – duas instituições tuteladas pelo Governo Português – e o seu Centro de Língua Portuguesa gozam de boa saúde. A primeira, embora nos últimos anos tenha vindo a perder alunos, encontra-se envolvida em interessantes projectos de “sensibilização” à língua portuguesa recebendo, em período de férias, alunos de escolas chinesas do ensino secundário e tendo recentemente iniciado a preparação de jovens locais, de língua chinesa, para ingressar em universidades portuguesas; o segundo tem visto aumentar o número de alunos todos os anos, tendo, inclusivamente, diversificado a sua oferta com cursos específicos na área do turismo e das relações internacionais. Também o Curso de Verão, que decorre anualmente na Universidade de Macau, vê, edição após edição, a sua lotação esgotada; assim como o número de alunos que, nesta Universidade, procuram aprender a língua portuguesa tem gradualmente aumentado, à semelhança do que acontece, também, no Instituto Politécnico de Macau.

Ora estes breves indicadores não-de ter algum significado.

Simultaneamente, é possível dar conta de uma vasta produção de discursos que reclamam a manutenção da língua e da cultura portuguesas em Macau, fazendo ressaltar aspectos que se prendem com uma cultura administrativa e sistema jurídico de matriz portuguesa, referindo persistentemente um património arquitectónico e um legado histórico de características ocidentais, entenda-se, portuguesas. E como todas estas referências tornam

Macau *diferente* e são constitutivas da sua identidade e especificidade: fazendo de Macau *outra coisa*.

A questão da diferença é, aliás, recorrente e está presente na grande maioria dos discursos produzidos sobre a Região. Mas em que consiste essa diferença e de que forma se relaciona com o nosso objecto de estudo? Terão, hoje, a língua e a cultura portuguesas um lugar na cadeia de relações que se estabelece numa sociedade que atravessa um complexo processo de mudança? Interessa à RAEM e à RPC uma lusofonia a Oriente? De que forma é encarada e vivida esta questão na Macau pós-1999?

Devolvemos aqui à língua portuguesa a sua posição de terceira língua europeia de comunicação internacional e procuraremos dar resposta às questões anteriormente enunciadas, pressupondo que têm uma resposta afirmativa – existe espaço, interessa e é conveniente a manutenção ou construção de uma lusofonia na RAEM. Em que palcos entra em cena e de que significados se reveste para os seus actores de hoje é o que pretendemos compreender.

Tomar a língua portuguesa como objecto de estudo, discutindo o lugar que ocupa hoje, em Macau, passa por identificar os espaços da sua utilização fazendo um levantamento dos aspectos que nos permitam avaliar da sua presença (ou ausência), mas passa sobretudo por considerar todo um conjunto de dinâmicas que em seu torno se vão redesenhando; a compreensão dessas dinâmicas remete para uma análise que faça a articulação entre as práticas individuais que se vão desenvolvendo e as condições estruturais em que decorrem e como mutuamente se contaminam.

A pesquisa empírica realizada permitiu recolher um conjunto diversificado de materiais que possibilita ampliar a discussão em torno da língua portuguesa, tantas vezes reduzida a uma dimensão excessivamente centrada nas questões culturais, como se bastasse destacar o seu papel como factor de identidade para tudo ficar explicado. Também em Macau tropeçámos várias vezes nestas explicações – a identidade seria a um mesmo tempo a explicação de aproximação e de afastamento à língua portuguesa. E assim sendo, é motivo suficiente para não abdicarmos de considerar esta dimensão na nossa análise, encarada não como parte da resposta mas, antes, como parte do problema, fonte de interrogações. Até porque ceder aos argumentos culturalistas seria deixar de fora a esmagadora maioria dos que estão no centro das dinâmicas que se desenvolvem actualmente em Macau em relação ao português.

Ainda que surja com alguma saliência um eixo problematizador que discute dinâmicas “identitárias-relacionais-afectivas”, estabelecidas em torno da língua e da cultura portuguesas e da sua “localização” numa Macau do Século XXI, não pode ser descurado um outro cujas lógicas “utilitárias-instrumentais-funcionais” são tão ou mais salientes que as primeiras, não se

encontrando umas e outras desligadas. Na verdade, esta separação algo artificial em dois eixos problematizadores não tem outro interesse que não seja o da simplificação operatória, pois toda a análise tem como fio condutor a sua discussão cruzada em articulação com um conjunto de coordenadas que se constituem como pano de fundo e que nos permitem situar o nosso objecto de estudo no contexto em que se move e com o qual estabelece fortes conexões.

Optou-se, por isso, por uma exposição que fosse discutindo os materiais a que foi possível aceder no decurso da investigação, tendo presente que a mesma decorreu numa lógica de “descoberta”, sem o objectivo de proceder à verificação de hipóteses, estabelecidas *a priori*. O que se pretendia era perceber o que se passava em Macau no que à língua portuguesa diz respeito e como, actualmente, diversos protagonistas se relacionavam com esta língua. Dito de outra forma: procurou-se fugir a modelos de análise muito elaborados, previamente construídos, assim como a um conjunto de entendimentos socialmente reproduzidos sobre o objecto em causa, tendo-se optado por conduzir um processo de observação em que o investigador tenta, tanto quanto possível, entrar no jogo e compreender a situação da investigação.

Ao longo de todo o processo de investigação foram considerados cenários de interacção diversificados, de forma a possibilitar a compreensão do sentido e dos significados que a temática da língua e da cultura portuguesas assume para os actores em presença, ou, se quisermos e em sentido mais lato, a questão da *lusofonia*, através de uma observação e análise o mais profunda possível do contexto sociocultural local e das práticas que nele se desenvolvem.

Para tal, impôs-se a identificação de *campos* de utilização do português (língua e cultura), configuradores de diferentes lógicas de interesses e diferentes modos de relação, desencadeando diferentes estratégias de procura.

Encontramo-nos, assim, claramente, numa lógica de observação de práticas de actores sociais, observação essa que deve ser multifacetada, abrangente e continuada de forma a encontrar explicações não se limitando à identificação de aspectos, nomeadamente no que respeita aos tão conhecidos *marcadores culturais de identidade* de Macau e em Macau, sendo amplamente conhecida a listagem de elementos de “matriz portuguesa” sem que no entanto se conheça com a mesma clareza as diferentes lógicas que levam a que vários protagonistas convoquem esses mesmos elementos na construção de diferentes processos identitários. Num trabalho desta natureza, trata-se, antes, de tomar em conta experiências através das quais se constroem os referidos processos não sendo suficiente elaborar inventários, tendencialmente

homogeneizadores, das suas manifestações procurando-se, portanto, avançar para além da enumeração de conteúdos (Barth, 2003:19-43)

Razão pela qual, no que respeita às estratégias de investigação se previu, desde o início, o recurso a procedimentos diversificados, combinando modalidades do tipo quantitativo e qualitativo, como se explicitará mais adiante.

Quanto à sua organização, um primeiro capítulo aborda a temática em análise, procurando, de forma necessariamente sucinta, referenciar alguns contributos recentes e importantes das abordagens às línguas, situando o nosso objecto de estudo e explicitando os posicionamentos teóricos que considerámos relevantes na condução desta investigação.

A seguir, serão destacadas algumas coordenadas fundamentais que nos permitirão não só fazer uma aproximação a Macau como também localizar a língua portuguesa no contexto em análise. Sendo certo que não cabe neste trabalho apresentar detalhadamente uma análise histórica e política da Região, não são, no entanto, dispensáveis algumas notas que possibilitem o necessário enquadramento (Cap. 2), depois, como se perceberá, é de particular significado o surgimento de recentes dinâmicas de desenvolvimento económico e de relacionamento regional e internacional, dinâmicas estas que se revelaram como importantes forças de pressão, positivas e negativas, por vezes aparentando sentidos contraditórios, funcionando simultaneamente como pólos de atracção e de repulsão no que à língua e à cultura portuguesas diz respeito (Cap.3), assim como não se pode, igualmente, deixar de dar conta das configurações morfológicas e demográficas deste espaço urbano, cujas características deixam perceber indícios de uma sobreposição de um conjunto de dimensões estruturadoras do espaço social local (Cap.4).

No capítulo quinto, é feita uma abordagem à organização do sistema de ensino e, neste, localizando a língua portuguesa e a sua situação actual em Macau no domínio educativo, sendo, a seguir, apresentadas algumas características fundamentais daqueles que procuram aprender esta língua neste início de século (Cap.6). No capítulo seguinte, é dado destaque a dois outros campos de localização da língua portuguesa de especial relevância em Macau: o sector da Administração e o do sistema jurídico.

Os três últimos capítulos abordam diferentes formas de relacionamento com a língua e cultura portuguesas.

Por fim, nas conclusões tentamos recuperar o que de mais relevante a investigação possibilitou alcançar, sublinhando os principais resultados analíticos a que foi possível chegar.

Considerações metodológicas

Seguindo de perto autores como Almeida e Pinto, a metodologia entendida como *organização crítica das práticas de investigação* deve ser definida de acordo com a investigação a que respeita e em função dos objectivos e objecto de estudo, não podendo ser encarada de forma abstracta como *um conjunto de receitas universalmente geradoras de cientificidade* [uma vez que] *tais receitas não poderão senão levar a aplicações automatizadas, rituais e abstractas, cujo rigor não deixaria de ser ilusório* (1990:85).

Dada a distância geográfica que nos separa de Macau, o que não permitia deslocações frequentes ao terreno, perspectivou-se o desenvolvimento do trabalho de campo concentrado em períodos de tempo relativamente prolongados. Sem descurar a necessidade de estabelecer de forma rigorosa as estratégias de investigação utilizadas, optou-se por deixar em aberto a possibilidade de que o seu desenho final só se viesse a concretizar no decurso da permanência no terreno de observação. Toda a estratégia de investigação foi sendo completada ao longo da permanência no local e continuamente reajustada, sem ficar prisioneira de modelos rígidos preestabelecidos, considerando que, se assim o não fizéssemos, comprometer-se-ia todo o processo de recolha de informação e a complexidade relacional inerente ao objecto de estudo que estávamos a tratar.

Tal pretende significar que não obstante a extrema importância de efectuar, de forma teoricamente informada, o “desenho” de estratégias de pesquisa não se trata de delinear uma metodologia prescritível, advocatória de que a análise *de situações concretas se circunscreva necessariamente no interior de um círculo traçado de antemão, em forma definitiva, pelo conjunto de hipóteses pertinentes incluídas na matriz teórica da disciplina* (Almeida e Pinto, 2001:56-57); posicionamo-nos, claramente, na perspectiva dos que consideram que um processo de investigação requer o acompanhamento continuado da reflexão teórica e da reflexão metodológica, ou seja, defendendo a produção de saberes científicos segundo *regras de confronto sistemático cruzado com teoria e observação* (Costa, 1999:8).

Sendo esta a postura adoptada, tal traz, necessariamente, algumas implicações no decurso da investigação. Se a identificação de determinados elementos, como os anteriormente referidos marcadores culturais de identidade, a caracterização sociográfica de populações, como a população estudantil de português ou em língua portuguesa (portanto de *português língua materna, língua segunda ou língua estrangeira*), e o estabelecimento, por exemplo, de regularidades no que respeita a determinadas práticas culturais, pode facilmente ser captada através da aplicação de um inquérito por questionário, circunscrito num determinado período de tempo com aplicação criteriosamente agendada, e cujos resultados esperados são vir a

proceder a relações quantificadas entre variáveis, já a captação dos sentidos e significados de que tais aspectos se revestem e a forma como atravessam o quotidiano de Macau, impondo-se fortemente nos mais variados registos, só é possível através do desencadeamento de outras formas de investigação, seguindo modalidades *intensivas-qualitativas*.

Seguindo a formulação dada por Costa (1999:10-11), as estratégias de investigação *intensivas-qualitativas* [r]ealizam-se tomando como terreno de pesquisa uma unidade social singular – como uma aldeia ou um bairro, um grupo ou uma organização, um espaço público ou um movimento colectivo, entre várias outras possibilidades – ou, eventualmente, um pequeno número delas. Recorrem sobretudo à observação directa, por vezes participante, de carácter intensivo e multifacetado, em interacção continuada e informal com as pessoas integrantes dessa unidade social. Com frequência são accionadas, de forma complementar, outras técnicas de recolha de informação. O resultado toma, em geral, a forma de um “estudo de caso”. Neste tipo de pesquisa, os objectivos concentram-se na descrição densa e na análise integrada de um caso, procurando caracterizar a articulação específica que nele se estabelece entre múltiplas facetas da sua constituição. Visa-se, assim, contribuir para a elucidação daquilo em que consiste a singularidade do caso, em especial no que nela decorre daquela articulação específica de dimensões, mas, também, para o esclarecimento dos modos como, em algumas dessas dimensões, ele se relaciona com domínios sociais mais vastos.

Nesta linha de trabalho, do ponto de vista operatório, tal significa que no processo de recolha e análise de informação de base a *pesquisa de terreno* foi assumindo, progressivamente, crescente centralidade. Tomamos, pois, a *pesquisa de terreno* não como sinónimo de pesquisa empírica ou trabalho de campo, mas sim como um método comportando um conjunto articulado de técnicas de recolha de informação, que *assenta na presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo, em contacto directo com as pessoas e as situações* [podendo] *dizer-se que o principal instrumento da pesquisa é o próprio investigador, através das observações “de primeiro grau”, a que vai procedendo, de pessoas e grupos, gestos e verbalizações, comportamentos e situações, símbolos e objectos, actividades e processos, e através das “observações de segundo grau” que continuamente faz dos modos de relacionamento que os membros da unidade social em estudo com ele vão estabelecendo* (Costa, 1999:11-12).

Torna-se importante, também, esclarecer que não obstante se usar o termo de *observação directa*, o mesmo deve ser entendido não só no seu sentido mais restritivo, como observação visual e auditiva sem envolver interacções verbais entre observador e observados, mas, e mesmo principalmente, num sentido mais alargado em que a observação directa é,

também, *participante*, pelo que *o período de observação não pode ser demasiado curto* de forma a *possibilitar uma recolha intensiva de informação acerca de um vasto leque de práticas e representações sociais, com o objectivo tanto de as descrever como de alcançar a caracterização local das estruturas e dos processos sociais que organizam e dinamizam esse quadro social. (...) Trata-se, evidentemente, duma observação directa (...) frequentando o maior número possível de locais do contexto social em estudo, a presença repetida no maior número possível das actividades de todo o tipo que nele se passam, a permanente conversa com as pessoas que a ele pertencem (...)* (Costa, 2001:137).

Consequentemente, não são, portanto, inocentes as opções tomadas quer no que respeita à duração de cada período de observação em Macau quer no que se refere às datas seleccionadas para o desenvolvimento do trabalho de campo. A opção por períodos de pesquisa com a duração aproximada de 3 meses² tem em consideração que o tipo de procedimentos adoptados requerem uma presença relativamente prolongada do investigador no terreno e estadias mais curtas inviabilizam o estabelecimento de redes de interconhecimento baseadas em relações de confiança e à vontade suficientemente fortes que permitam a sua manutenção em fases posteriores bem como que sejam ultrapassados os constrangimentos decorrentes da presença de um “estranho” e as consequentes inibições nas interacções verbais; ficam, igualmente, garantidas as possibilidades de sequencialmente desenvolver várias modalidades de pesquisa – combinando, por exemplo, a recolha de informação documental e estatística com a realização de entrevistas agendadas e o desenvolvimento de observação directa e participação em actividades; por outro lado, sendo um período de trabalho permanente, com grande intensidade (também emocional) e envolvimento por parte do investigador as interrupções com regresso a Lisboa produzem não só o distanciamento por vezes necessário em relação ao objecto de estudo como também permitem ultrapassar a impossibilidade, decorrente da distância a que fica o local de investigação, de ter acesso a referenciais teóricos necessários ao longo de toda a pesquisa e fundamentais no equacionamento e afinamento das formas de abordagem e fechamento progressivo da investigação.

No que se refere à opção pelas datas seleccionadas para os períodos de permanência em Macau, foi tida em atenção a agenda de acontecimentos e actividades, tendo, os períodos

² Após a primeira deslocação a Macau, com a duração de 1 mês (15 de Outubro a 16 de Novembro de 2002), as etapas seguintes distribuíram-se por 2 períodos de 3 meses (Outubro, Novembro e Dezembro de 2004; da 2ª quinzena de Março até ao final da primeira quinzena de Junho de 2005), 2 períodos de 1 mês (Outubro de 2005 e Julho de 2007) e um período de 2 meses (de meados de Março a finais de Maio de 2010). Voltámos a Macau, por um período de 20 dias, em Abril de 2011, perfazendo as nossas permanências em Macau cerca de 12 meses.

seleccionados permitido frequentar espaços e actividades e interagir com interlocutores diversificados considerando acontecimentos e práticas religiosas, culturais e momentos comemorativos³.

Ao longo de todo o período dedicado ao trabalho de campo foram efectuados *percursos acompanhados por residentes locais*, e desenvolveu-se observação directa e participante em situações de rotina diária, sendo que, no decurso da *pesquisa de terreno* o investigador *observa os locais, os objectos e os símbolos, observa as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos. Participa, duma maneira ou doutra no quotidiano desses contextos e dessas pessoas. Conversa com elas (...)* (Costa, 2001:132).

Este trabalho foi efectuado de forma continuada, com registo sistemático e regular em diário de campo, onde foram relatados acontecimentos, descritas situações, anotadas todas as informações, observações e impressões assim como reflexões teóricas e metodológicas. Efectuou-se um trabalho de recolha sistemática de imagens vídeo e fotográficas, não só das várias actividades nas quais tivemos a possibilidade de participar, mas também dos *sinais exteriores da língua portuguesa* – nomeadamente informação oficial do Executivo local.

No decurso da observação foram sendo identificados “informadores privilegiados” com os quais os contactos se tornaram mais intensos e foram, igualmente, efectuadas entrevistas sob registo gravado. No total, foram entrevistados 103 indivíduos (alguns dos quais mais do que uma vez), de várias áreas de actividade profissional, de diferentes origens, escalões etários e tempos de permanência em Macau, procurando abranger uma diversidade de situações e de posicionamentos face ao objecto de estudo através de relatos parciais de experiências de vida dos entrevistados. Todas as entrevistas foram conduzidas com a garantia de anonimato, pelo que foi atribuído um nome fictício aos entrevistados⁴.

As entrevistas, registadas em suporte áudio, foram conduzidas sob a forma de *entrevista não-directiva* (por vezes também designada por *entrevista livre*), ou seja, sem guião estruturado em forma de perguntas às quais o entrevistado deverá responder, mas sim por referência à temática genérica da língua e da cultura portuguesas.

No que respeita ao tratamento das entrevistas, foi efectuada uma análise de conteúdo, de forma simplificada, seguindo a proposta de Isabel Guerra (2006), com base em Poirier, Valladon e Raybaut (1999). Tendo as entrevistas sido conduzidas de forma *livre*, sendo, portanto, muito abertas, o trabalho realizado permitiu identificar de forma clara temáticas e

³ Datas e acontecimentos mais relevantes em Anexo I – DOC. A.

⁴ Listagem por ordem alfabética do nome atribuído em Anexo I – DOC B.

problemáticas de forma a possibilitar comparações, assim como conhecer as várias componentes das entrevistas.

Importa esclarecer que na transcrição das entrevistas se respeitou integralmente as formas de falar dos entrevistados não tendo sido feita, nos excertos citados, qualquer alteração ao texto que corresponde, portanto, a um registo coloquial e em muitos casos com nuances locais. Também nos documentos consultados e nos casos em que se usam citações dos mesmos se manteve fielmente a redacção encontrada no original.

O material resultante das entrevistas, cruzado com informação obtida segundo outras modalidades, permitiu chegar a uma configuração dos resultados da investigação que, sinteticamente, se apresenta em forma de esquema [ver Anexo II – Síntese de resultados].

Há que referir, ainda, a informação recolhida através de inquérito por questionário, que, embora não seja central neste trabalho é, ainda assim, bastante relevante. A aplicação deste questionário, a alunos a frequentar aulas de português, em diferentes instituições, de diversos cursos e graus de ensino, decorreu no ano lectivo 2002/2003, no âmbito de anterior trabalho sobre a temática da língua e da cultura portuguesas em Macau. Essa fase de investigação, realizada no âmbito de projecto de mestrado, colocou-nos perante um volume de informação que ultrapassava os objectivos a que nos havíamos proposto inicialmente; embora o questionário já incluísse algumas questões cujo tratamento se previa viesse a decorrer posteriormente, foram, na altura, pensadas como eventual estudo exploratório a um segundo trabalho. Na altura em que concebemos o questionário e antes de, pela primeira vez, partirmos para Macau não tínhamos a garantia de estender a sua aplicação a um número significativo de alunos e muito menos se seria possível estabelecer critérios de amostragem. Pela abertura demonstrada pelas várias instituições locais e pela valiosíssima colaboração que nos foi prestada, verificou-se a possibilidade de fazer a aplicação ao universo dos alunos que, à data, frequentavam aulas de português (ou em português) nas instituições previamente seleccionadas. Tendo a taxa de resposta sido, em todos os casos, superior a 50% chegando mesmo a atingir valores próximos dos 90% nalgumas situações, resolvemos utilizar neste trabalho a informação recolhida nas questões que seleccionámos para o efeito. Em anexo encontra-se um exemplar do questionário bem como a indicação dos seus objectivos gerais e específicos [Anexo I – DOC. C].

Conscientes de que a data de aplicação do questionário já ficou distante, o que pode constituir objecção fundamentada à utilização da informação então recolhida, quisemos certificar-nos da sua validade. Assim, em 2007, foi feito um trabalho que procurou reconfirmar a informação anteriormente recolhida: na Universidade de Macau, discutindo

tendências identificadas com a Direcção do Departamento de Português, e efectuando uma aferição junto de um conjunto de alunos a frequentar o Curso de Verão (foi seleccionada uma turma cuja heterogeneidade permitiu abarcar diversas origens dos estudantes de português naquela instituição); na Escola Portuguesa de Macau, igualmente através da discussão temática com a Direcção e, em colaboração mútua, através da construção de uma base de dados dos alunos inscritos, contendo informação importante que permitiu estabelecer comparações da população escolar nos dois momentos de referência; no Instituto Português do Oriente, que actualmente tem a responsabilidade pelos cursos dos Serviços de Administração e Função Pública anteriormente repartida com o Instituto Politécnico de Macau, usando da mesma estratégia e tendo-nos, igualmente, sido dado acesso à informação recolhida no final de cada ano lectivo junto dos alunos desta instituição, onde, para além da caracterização da população estudantil, constam informações relativas às motivações para o estudo da língua portuguesa. Na verdade, este trabalho de actualização de informação revestiu-se de enorme importância, tendo permitido avaliar a actualidade da informação recolhida no ano lectivo 2002/2003, o que permite utilizá-la com garantia da sua validade. Outra modalidade igualmente importante foi a realização de debates sobre o tema com 3 turmas dos níveis avançados dos Cursos de Língua Portuguesa no IPOR, esta desenvolvida em 2010.

Para além das actividades enumeradas, foi conduzido um processo de recolha de informação na imprensa escrita de língua portuguesa (situação que se desenvolveu ao longo de todo o percurso desta investigação através das publicações electrónicas dos Jornais Hoje Macau, Tribuna de Macau, Ponto Final, O Clarim e, também, do Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM), de informação estatística junto dos Serviços de Estatística e Censos da Região Administrativa Especial de Macau e dos Serviços de Administração da Função Pública, tendo, igualmente sido regularmente consultadas as páginas electrónicas de diversos serviços públicos.

1. Breve apontamento teórico a propósito da língua portuguesa

Le commerçant sénégalais installé à Brazzaville, la capitale do Congo, qui apprend le munukutuba ou le lingala ne choisit pas a priori une langue «belle», «agréable», mais une langue «utile», qui lui permettra de faire son métier, c'est-à-dire une langue que pratiquent ses clients potentiels. Le romancier martiniquais qui decide d'écrire en creole ou en français choisit dans le premier cas de manifester son identité, dans le second cas de toucher un public considérablement plus vaste, tout comme le group de rock n'roll suédois ou allemand qui decide d'enregistrer en anglais.

Ces choix, ces stratégies, ne peuvent pas s'expliquer par les typologies linguistiques traditionnelles (génétique, structurale, fonctionnelle...). On pourrait par exemple imaginer, à la lumière des typologies génétiques, que le locuteur d'une langue romane ait plutôt tendance à acquérir une autre langue romane, plus «facile» pour lui que l'anglais ou le chinois, de même qu'on pourrait imaginer que le locuteur d'une langue sémitique comme l'hébreu ait une tendance à acquérir comme seconde langue une autre langue sémitique, comme l'arabe, aux structures syntaxiques comparables, mais ce n'est pas ce qui se produit en général: ces locuteurs, s'ils apprennent une autre langue que la leur, vont sélectionner dans leurs environnements linguistique, dans les champs des possibilités, celle qui y joue un rôle intéressant pour eux. (Calvet, 2002:75-76)

Segundo informação disponibilizada pela UNESCO⁵, existem actualmente cerca de 6800 línguas vivas no mundo diferindo, contudo, quanto à situação em que se encontram e quanto ao seu número de falantes; algumas são usadas apenas pelos seus falantes maternos, enquanto outras são amplamente utilizadas como idiomas adicionais. Nesta última condição, e para mencionar apenas as de maior projecção, encontram-se o mandarim, o inglês, o espanhol, o árabe, o hindi, o português, o bengali, o russo, o japonês, o francês e o alemão, cada uma destas línguas com mais de 100 milhões de falantes maternos e representando 51% da população mundial. Das restantes, cerca de 200 têm uma correspondência em termos populacionais de 44% o que significa que mais de 6500 línguas serão faladas apenas por 5% da população mundial. Esta organização tem vindo a chamar a atenção para a situação linguística mundial e para a forte ameaça de desaparecimento em que muitos idiomas se encontram, em consequência da tendência crescente que algumas línguas assumem como língua global.

⁵ http://portal.unesco.org/education/en/ev.php-URL_ID=28301&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html (acesso em 30 de Março de 2011).

É sobre esta perspectiva mundial que alguns autores têm vindo a desenvolver o seu trabalho, apresentando modelos explicativos que discutem relações entre grupos linguísticos, equacionando interligações de âmbito global e apresentando estudos de caso a uma escala regional (Calvet, 1999a; 1999b; 2002; De Swaan, 2001), considerando mercados linguísticos e, nestes, equacionando a existência de relações de força entre diferentes produtores e produtos (Bourdieu, 1998; 2003;), discutindo a questão das línguas e do bilinguismo segundo uma perspectiva económica (Breton, 1998; 1999; Galito, 2006; Grin, 2002; 2005; 2006a; 2006b; Grin e Vaillancourt, 2008; Municio, 2003; Reto, 2009a e 2009b), relacionando língua(s) e processos de construção de identidades (Castells, 2001), e equacionando o seu papel na globalização cultural (Wolton, 2004).

De acordo com Wolton, a pluralidade das línguas é a primeira condição da diversidade cultural, sendo necessária a sua preservação, quer sejam línguas nacionais, crioulas ou dialectos. Segundo este autor *não há coabitação cultural se toda a gente falar inglês: uma língua não é apenas um conjunto de palavras, é também, e sobretudo, uma maneira de pensar, sonhar, imaginar e ver o mundo. (...) Não se pensa da mesma maneira em russo, em chinês ou em inglês* (2003:92).

Contudo, é inevitável associarmos ao inglês a conotação de *língua global*, sendo uma evidência que esta língua se encontra presente nos mais variados domínios e nas mais variadas localizações geográficas. As sociedades actuais conhecem um significativo e acelerado aumento dos mercados, dos transportes e da comunicação electrónica – tudo isto se passa, em larga medida, em inglês e todos estes aspectos fazem parte dos processos de globalização. Parece-nos indiscutível o carácter global desta língua e a sua importância numa economia à escala mundial, cujos mercados, de amplo desenvolvimento ao longo das últimas décadas, ultrapassam limites de fronteiras nacionais e nos quais os bens e serviços presentes são cada vez mais diversificados. Embora os aspectos económicos sejam uma constante e não possam ser negligenciados, como nos lembra Giddens, a globalização não é só económica, é *política, tecnológica e cultural (...)* influenciada pelo progresso nos sistemas de comunicação, não sendo um processo simples mas *uma rede complexa de processos* (2000a:22-24).

Facto para o qual também Alexandre Melo nos chama a atenção quando discute a utilização do termo *globalização*, que usa para designar *uma característica real do processo histórico em curso no qual o adensamento das redes de interdependência à escala planetária produz fenómenos de integração, aproximação e conciliação e, ao mesmo tempo, produz também fenómenos de hegemonia, dominação e cisão*, sublinhando o *carácter complexo e*

contraditório deste processo, cuja análise perspectiva segundo várias dimensões: a económica, a política e a cultural (2002:15-23).

De acordo com Phillipson (2003:6), *English has a dominant position in science, technology, medicine, and computers; in research, books, periodicals, and software; in transnational business, trade, shipping, and aviation; in diplomacy and international organizations; in mass media entertainment, news agencies, and journalism; in youth culture and sport; in education systems, as the most widely learnt foreign language (...). This non-exhaustive list of the domains in which English has a dominant, though not of course exclusive, place is indicative of the functional load carried by English.*

Esta presença dominante da língua inglesa suscita o surgimento de movimentos que se lhe opõem, e de acordo com o mesmo autor: *Those protesting include colonized people, european parliamentarians, political enemies of the core-English nations, guardians of the purity of language that English introduces on, and intellectuals from core and periphery-English countries. What the protesters have in common is a recognition of evidence of linguistic imperialism and dominance, and a desire to combat it* (idem:35).

Não obstante o predomínio do inglês e ainda que, muitas vezes, à medida que uma língua vai ganhando terreno no plano internacional isso signifique que outras o foram perdendo – de que é exemplo a progressiva substituição do francês pelo inglês – tal não quer significar que caminhemos para uma situação de língua única e, nesse sentido, apontam resultados de vários estudos que têm tomado as línguas, ou uma determinada língua ou contexto linguístico, como objecto de estudo, assim como é assinalável o interesse crescente que se tem vindo a verificar de outros domínios científicos para além dos tradicionalmente ligados às abordagens linguísticas – disciplinas, por exemplo, como a economia.

De acordo com Grin (2006a:77) as abordagens económicas às questões linguísticas são relativamente recentes, sendo os discursos sobre políticas de língua, tradicionalmente, desenvolvidos segundo três perspectivas principais: a legal, no âmbito da qual se focam, essencialmente, os direitos linguísticos em determinados contextos, a educativa, no âmbito da qual são tratadas as questões relativas ao ensino de línguas, e a culturalista, limitando-se a política de língua a um conjunto de medidas de suporte à criação literária e publicação.

Para este autor, o domínio da “economia das línguas” utiliza conceitos e ferramentas da economia no estudo das relações entre variáveis linguísticas e dedica-se, principalmente, a analisar o papel que as variáveis económicas desempenham nessas relações, apontando para três linhas de pesquisa fundamentais – como variáveis linguísticas afectam variáveis

económicas, como variáveis económicas afectam variáveis linguísticas e como processos económicos interferem nas dinâmicas linguísticas (idem:78).

Na primeira linha de pesquisa, os trabalhos realizados incidem essencialmente quanto aos efeitos das competências linguísticas nos rendimentos de trabalho, tendo como referencial teórico subjacente a teoria do capital humano, e têm tido particular desenvolvimento no Canadá, trabalhando sobretudo informação referente ao Quebec, em que Breton (1998) é o autor mais significativo a este respeito, tendo também Grin desenvolvido estudos nesta área relativamente à realidade Suíça.

Outra linha de trabalho tem centrado a sua atenção no interesse dos actores na decisão em aprender ou não uma outra língua considerando a relação custos/benefícios, salientando-se que, contrariamente a outros bens e produtos, no caso das línguas quanto maior for o número de utilizadores, aparentemente, mais valiosa a língua se torna como ferramenta de comunicação⁶. Quanto às línguas e à actividade económica, é uma categoria que estuda o papel da língua nas actividades de produção, consumo e transacções e toma em consideração aspectos como a importância (ou não) de produtos serem anunciados e vendidos na língua do consumidor, se a eficiência produtiva de uma empresa sofre efeitos negativos ou positivos em função da variedade de línguas usadas na mesma, contrapondo maiores custos a maior criatividade produtiva, e analisa igualmente os mercados dos bens linguísticos (idem: 80-82).

Estudos igualmente interessantes neste domínio são os que procuram estabelecer qual “o valor” da língua na economia dos países. Sendo o caso do espanhol o mais conhecido e divulgado, tendo os seus autores (Municio, 2003), após analisarem as chamadas *indústrias da língua*, chegado à conclusão que a língua espanhola representa 15% do PIB de Espanha.

Também em Portugal foi realizado um estudo semelhante coordenado por Reto (2009a; 2009b⁷), seguindo a mesma metodologia de Municio. Tendo sido determinadas as actividades e os produtos em que a língua é uma componente essencial e as que lhe estão vinculadas, foi

⁶ É preciso ter em conta que, não obstante a importância e o valor das línguas de maior expressão também é verdade que, quando considerados os ganhos individuais dos que adquirem a competência em determinada língua a situação pode inverter-se e o conhecimento de determinada língua deixar de promover os ganhos esperados – situação que começa a surgir relativamente ao inglês, em que o conhecimento deste idioma é tido como situação que faz parte dos requisitos base e o que fornece a mais-valia é o domínio de outras línguas adicionais para além desta.

⁷ Referimo-nos ao estudo encomendado pelo Instituto Camões e desenvolvido por uma equipa de investigadores do ISCTE-IUL com coordenação de Luís Reto, intitulado “Valor Económico da Língua Portuguesa”. Embora este trabalho já tenha sido alvo da atenção da imprensa e tornados públicos alguns resultados, nomeadamente em comunicações apresentadas pelos seus autores, encontra-se a ser ultimado para publicação. Agradecemos ao Instituto Camões a possibilidade que nos foi dada de consultar a versão preliminar do relatório de investigação. A versão que consultámos, em dois volumes, não se encontra datada, contudo noutros artigos publicados por elementos da equipa é-lhe atribuída a data de 2009, pelo que resolvemos aqui identificar o referido relatório da mesma forma.

apurado como resultado que o valor da língua portuguesa é de aproximadamente 17% do PIB (2009a:20-21). Este estudo traz ainda informação importante no que respeita ao peso da proximidade linguística nas relações de Portugal com o exterior, surgindo a língua como elemento facilitador na sua prossecução, particularmente ao nível das migrações e do investimento directo, de forma mais acentuada na saída do que na entrada de investimento, embora neste último caso os autores destaquem a importância de Portugal como ligação a mercados mais amplos, ou seja, o da União Europeia (idem:34).

Qualquer um dos estudos mencionados, o espanhol e o português, são do maior interesse, não cabendo, contudo, a sua discussão pormenorizada no âmbito deste trabalho, embora seja importante referir a relevância, científica e social, da deslocação do enfoque das análises sobre a língua portuguesa que, sem retirar significado à sua dimensão cultural, começam a suscitar o interesse de domínios do saber que até há relativamente pouco tempo não a tomavam como objecto de estudo.

Há, ainda, outros trabalhos recentes que vale a pena mencionar. É o caso do estudo desenvolvido por Galito que procura discutir a relevância do uso/escolha de determinado idioma em contexto profissional defendendo, com base na proposta de Calvet, que a posição do português como língua supercentral é reforçada pela *Lusofonia*, que diz ser um conceito capaz de abraçar oito países de língua oficial portuguesa e Regiões como Macau, Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar Haveli (Índia), para além congregar a chamada Diáspora Lusófona. Afirma a autora que esta língua se constitui como factor diferenciador no xadrez mundial, contribuindo para fortalecer os mercados lusófonos *enquanto palcos estratégicos a considerar pelos outros Estados e Organizações Internacionais, mas também por agentes não governamentais como as ONGs e as multinacionais; motivando, em sua consequência, os não falantes a aprender o idioma com o objectivo de comunicar e, assim, negociar. Uma língua pode estimular a troca de ideias, mas também gerar rendimentos ao ter um impacto económico junto dos seus falantes, ao dinamizar um mercado. Portanto, admite-se a possibilidade da cultura instigar a economia; do uso de uma língua de trabalho ajudar a alimentar, directa ou indirectamente, sinergias políticas e económicas, num contexto de promoção do conhecimento, do comércio e do investimento entre indivíduos, no seio das comunidades que nela se expressam abrindo-se, talvez assim, o caminho a externalidades positivas* (2006:65-66).

Salomão é outro autor que se tem dedicado ao estudo das línguas na sua relação com a internacionalização da actividade económica e empresarial, salientando que, neste campo da internacionalização, as línguas e as culturas constituem um ponto fulcral mas que

normalmente é esquecido (2006:27). No seu trabalho, torna claro o papel das Línguas e Culturas nas comunicações de exportação, sendo uma preocupação transversal a muitos países adequar as necessidades da internacionalização das suas economias à provisão do sistema educativo, dando o autor destaque aos países anglófonos para *demonstrar como é errada a ideia de que a língua Inglesa basta para fazer negócios em qualquer ponto do mundo facto que se comprova pelo cuidado que os países anglófonos colocam na provisão de línguas estrangeiras, abatendo uma ideia que é um mito falacioso* (idem:79); quanto à realidade portuguesa, conclui pela falta de sensibilidade para esta questão e pela ausência de boas práticas neste domínio.

Também Filipe chama a atenção para a necessidade de ser desenvolvida uma efectiva política de língua para o português, pondo em evidência o desfasamento entre o discurso oficial e as práticas existentes, chegando mesmo a sugerir que é preciso que as entidades competentes, ou seja o Governo de Portugal, defina se pretende desenvolver uma política séria de internacionalização do português ou se entende que, *no plano formal, essa deve ser a sua posição, mas que, na realidade, os problemas de comunicação internacional se resolvem aprendendo e falando inglês* (2005:527).

Este autor, que faz uma análise de diagnóstico das políticas e planeamento linguístico da língua portuguesa e, na sequência, formula uma hipótese de modelo estratégico, chama a atenção para o facto de não serem desenvolvidos estudos científicos que enquadrem e fundamentem de forma estruturada a acção neste domínio e que contribuam para um planeamento em termos estratégicos de longo prazo (idem:529).

Reforça ainda a ideia de que a posição da língua inglesa não pode ser obstáculo à afirmação de outras línguas, no caso a portuguesa, que deve facilitar um plano de criação de oportunidades para a sua aprendizagem, mostrar-se como *a língua da amizade e da partilha cultural mas (...) associada a uma imagem de língua do futuro e da modernidade, do desenvolvimento e da prosperidade económica, um dos motores mais poderosos para o sucesso de qualquer língua* (idem:59). Usando a expressão de Gambotti, segundo a qual “*La place qu’une langue occupe dans le monde exprime les rapports de force qui existent aujourd’hui entre les pays*” afirmando que essas relações de força são as da força das economias desses países (idem:56).

O modelo de interligações entre línguas e grupos de línguas, a centralidade de umas e o estatuto periférico de outras, é amplamente discutido por De Swaan (2001), autor que considera as línguas como configuradoras de uma dimensão mundial, a par das dimensões política, económica, cultural e ecológica. A sua proposta teórica, combinando a sociologia e a

economia políticas, identifica a dimensão linguística no sistema envolvente, apresentando um modelo global das línguas configurado em torno das noções de centro e periferia, por um lado, e discutindo, por outro, questões relacionadas com as preferências dos indivíduos em relação a uma dada língua em detrimento de outras – considera as línguas como *bens* (com valor económico), recorrendo à teoria da escolha racional para sustentar a sua argumentação. Transversal à sua abordagem podemos encontrar a ideia de que os grupos de línguas competem em circunstâncias desiguais e a níveis diferentes num contexto mundial.

Considerando que o interesse numa língua tem muito a ver com a posição que esta ocupa na relação com as demais línguas existentes e com a capacidade que os seus falantes maternos tiverem de a projectar no espaço internacional e, também, com a capacidade que tiverem para a difundir e para mostrar a sua potencial utilidade, vejamos, através do trabalho de De Swaan (2001), como se compõe a *constelação linguística mundial*, nela identificando a posição da língua portuguesa.

Uma representação gráfica que combinasse as línguas vivas que se considera existirem no mundo, revelaria um esquema ordenado e hierarquizado, que assumiria a forma de uma pirâmide achatada. Na sua base estariam situados mais de 90% dos idiomas correspondendo, nas palavras de De Swaan, às chamadas *línguas periféricas*, distribuindo-se os restantes 10% pelas *línguas centrais*. Se considerarmos que as primeiras, não obstante o seu número elevado, não serão usadas por mais de 10% da população mundial, podemos criar uma segunda representação, em relação ao número de falantes, que assumiria a mesma forma de pirâmide achatada mas, desta vez, invertida.

Grande parte da comunicação que se estabelece entre os grupos, quer no sentido horizontal, quer no sentido vertical, tende, cada vez mais, a ocorrer numa segunda língua, que assim ganha um estatuto de grande centralidade para os grupos em presença, em torno da qual se posicionam as línguas periféricas – a que o autor chama a *galáxia das línguas*. Enquanto as últimas correspondem, em larga medida, às línguas da oralidade e da memória, correndo o risco de desaparecer com o último dos seus falantes maternos, as primeiras, correspondem às línguas gravadas e escritas, usadas na educação e na imprensa, difundidas na rádio e televisão. São línguas da política, da justiça e da economia, portanto as línguas “nacionais”.

Calculando a existência de cerca de 100 idiomas na categoria de *língua central*, pode, ainda, conceber-se um segundo nível de hierarquização com idêntica configuração à anteriormente referida. Neste nível, um grupo de línguas centrais interliga-se através de um conjunto de falantes multilíngues, situação que tem vindo a conhecer um crescimento significativo com o alargamento da educação e com o acesso à informação escrita e

radiodifundida. Algumas destas línguas vêm a sua posição reforçada através da aquisição de competências por parte de falantes maternos de outras do mesmo grupo, o que lhes confere um estatuto de *supercentralidade*. Se um falante materno de uma língua central se dedica à aprendizagem de outra, normalmente fá-lo num idioma que se expande mais amplamente e que se encontra numa posição superior no *sistema hierárquico das línguas*.

À categoria de *línguas supercentrais* correspondem, na maior parte dos casos, línguas que se expandiram e que foram impostas através do poder colonial e que, mesmo depois de adquirida a independência, continuam a ser usadas na política, na administração, no sistema legal e no sistema de ensino. Desde sempre ligadas à expansão demográfica, crescimento populacional e movimentos migratórios, seguindo a rota dos descobrimentos, do comércio e da conversão religiosa, desde há cerca de um século muitas das línguas supercentrais conheceram a sua expansão, de facto, também, por via do ensino formal. Não podendo dissociar-se os sistemas educativos dos contextos políticos, económicos e culturais, podemos considerar que estes *continuam a dar forma aos modelos de aquisição linguística* (De Swaan, 1999:6).

O chinês, o hindi, o bengali e o japonês, o alemão, o espanhol, o francês, o inglês, o português e o russo, e também o árabe, com as suas 35 variantes, são algumas dessas línguas supercentrais. Cada uma com elevado número de falantes maternos e interligando um inquantificável número de outras línguas centrais e periféricas.

Continuando no desenho de uma hierarquia das línguas, numa posição de interligação entre as línguas supercentrais e constituindo-se, como refere De Swaan, como o *pivô* do sistema linguístico mundial, encontra-se a língua de comunicação global: o inglês. Nesta espécie de rede mundial, a língua inglesa adquire e reforça cada vez mais o papel de idioma *hipercentral*.

Também Calvet (2002:75-99) apresenta um modelo gravitacional das línguas, inspirado no de De Swaan, no qual considera igualmente a hipercentralidade do inglês em torno do qual gravitam um conjunto de outras línguas supercentrais, entre as quais o português, mas introduz a noção importante de que uma mesma língua pode estar presente em constelações linguísticas diferentes sendo central numas e periférica noutras.

Como já atrás foi referido, as línguas expandiram-se muito por via da constituição de impérios coloniais, espalhando-se pelos vários pontos do globo. A presença destas línguas, nomeadamente as europeias, foi assumindo, nos territórios em que se implantaram, uma centralidade crescente como línguas da administração e de comunicação com o exterior, e, embora não tenham eliminado os idiomas locais, em muitos casos, lá permanecem até hoje.

Os processos de colonização assumem, portanto, um papel central na expansão das línguas, de onde resultam conhecidas designações como *lusofonia*, *francofonia*, *hispanofonia* e *anglofonia*. Na realidade, ideia que partilhamos com De Swaan, não se trata simplesmente de optar entre a antiga língua colonial e o idioma local. Em boa verdade, e a par de outros aspectos, é de vários idiomas locais que se trata e nenhum grupo está preparado para aceitar o predomínio da língua do outro, ainda que tal signifique manter a língua do colonizador – exemplo recente dessa situação é o caso de Timor-Leste.

O debate em torno da adopção do português como língua oficial em Timor-Leste, de acordo com o linguista Hull (2001), foi feita discutindo a supercentralidade do português no sistema mundial das línguas e na tensão com a língua hipercentral inglesa, e tendo em consideração a presença de diferentes línguas locais, tradições e religiões, havia grandes dificuldades em estabelecer um idioma, entre os vários existentes, como língua nacional, pois estar-se-ia a alienar grupos linguísticos. Esta é a razão que preside, maioritariamente, à manutenção da língua da antiga potência, uma vez que, não obstante poder ser uma língua “estrangeira”, afigura-se como “neutra”.

Sem negar a importância do inglês, e a sua posição no mundo, Hull reconhece-lhe, no entanto, à semelhança de outros linguistas, características de “língua predadora”, associada à extinção de outros idiomas o que, para o autor, poria em risco os idiomas locais. A utilização desta língua é referida como útil e vantajosa, desde que não tenha um estatuto oficial, o que já não acontece com a língua portuguesa que, tendo um prestígio menor do que a inglesa, não colocaria em risco a ordem linguística tradicional por ter a capacidade de coabitar com as línguas locais – e o autor dá como exemplo o caso dos países africanos de língua portuguesa.

Quanto ao português, Hull considera que nunca foi um elemento estranho na cultura local e a prova disso é que, apesar das condições de repressão, nunca se extinguiu. Considerando que desempenha um papel inquestionável naquele território, o seu primeiro argumento vai para o facto de que *se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á uma nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na génese da cultura nacional* (2001:39).

O autor acrescenta, ainda, que existe uma proximidade formal entre o português e o tétum (pronúncia, gramática e vocabulário) não sendo, assim, um idioma de difícil aprendizagem e utilização para além de se apresentar ainda com a vantagem de funcionar como língua trampolim – pela sua ligação a outras línguas neolatinas como o espanhol, o

italiano e o francês – e ao colocar Timor-Leste na CPLP tal significar a ligação a uma organização mundial, donde resultam vantagens sociais, culturais e benefícios materiais (idem:43-44).

Estão aqui presentes várias dimensões que podemos convocar para a nossa análise. Por um lado, a percepção da posição da língua portuguesa no contexto global, a sua ligação a outras constelações linguísticas e as vantagens percebidas dessa ligação, a sua utilidade imediata ou esperada em relação ao futuro, as suas características de convivência pacífica com os idiomas locais, não sendo, por isso, uma língua “perigosa”. Por outro lado, a sua ligação histórica com o território remete-nos para o campo da construção de identidades, como factor de significado, reconhecimento e diferenciação.

Se tivermos como entendimento um conceito de lusofonia que para além de constituir um agrupamento humano de culturas distintas, cujo elemento unificador é a existência de uma língua comum, é simultaneamente um espaço económico e o resultado de uma organização política que funciona à escala mundial fácil será perceber que este espaço se constitui como forte motor no que à expansão da língua portuguesa diz respeito – não só pelo que representa em número de falantes mas pelo que significa do ponto de vista económico. Ou dito de outro modo, não só no que respeita a uma contabilidade interna a cada país e ao conjunto dos países mas pelo que representam, cada um e todos juntos, enquanto pólo de dinâmicas que, além de económicas, comerciais e diplomáticas, são também linguísticas. Ainda que os diferentes países não se encontrem todos no mesmo patamar de desenvolvimento encontram-se em franca ascensão e o Brasil é uma das economias emergentes fazendo parte dos denominados BRICS. De acordo com Laborinho⁸ (2010:2-3):

Enquanto língua de oito Estados em quatro continentes, o português tem a vantagem da sua condição pluricontinental. Os Estados que fizeram a opção política de adoptar o português como língua oficial têm desenvolvido políticas no sentido do seu reforço em todos os níveis do ensino. Essa avaliação foi particularmente significativa aquando do debate preparatório em Março de 2010 do “Plano de Acção de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa”, que consignou a ambição de difusão do português além das fronteiras da CPLP. É também vantagem do português a tendência demográfica dos países da CPLP que, com excepção de Portugal, fazem prever um significativo aumento de falantes na próxima década. Mas, decerto, o facto mais favorável à difusão do português consiste no crescimento económico de países como Brasil e Angola, bem como as relações de cooperação regional, o

⁸ Agradecemos à autora a disponibilização do documento “Para uma política de internacionalização da língua”, apresentado no Encontro Internacional *Língua portuguesa e culturas lusófonas num Universo Globalizado*, Lisboa, 25/26 de Outubro de 2010 e que, embora em fase de publicação, à data da conclusão deste trabalho não se encontrava ainda publicado.

que tem levado à introdução do português como segunda língua nos sistemas de ensino de países africanos e da América do Sul.

A autora, enquanto responsável pela instituição que em Portugal tem a seu cargo a definição e a condução de uma política de língua – o Instituto Camões – define sete blocos geoestratégicos, em função das orientações da política externa portuguesa, em torno dos quais deve ser equacionado o planeamento e definidas as estratégias de internacionalização e afirmação da língua portuguesa, sendo o 1º bloco apresentado, precisamente, o que corresponde ao espaço da CPLP. O 2º destes sete blocos, em que Portugal e Brasil são os eixos estruturantes, contempla o espaço ibero-americano no qual se registam movimentos de procura do português que permitem a sua inclusão como disciplina curricular nos níveis de ensino básico e secundário – em países como o México e o Chile pela sua evidente proximidade ao Brasil e em Espanha pela sua proximidade a Portugal. Situação idêntica ocorre na África Subsariana, que corresponde ao 3º bloco geoestratégico, e que permite equacionar a participação de Moçambique e Angola na concretização dos objectivos de inclusão do português nos sistemas de ensino dos países vizinhos; é apontada, igualmente, a importância de potenciar o uso da língua portuguesa enquanto língua de trabalho de organismos internacionais africanos – como a União Africana (UA), a Comunidade para o Desenvolvimento de África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Os 4º, 5º e 6º blocos correspondem a zonas geográficas cujo interesse deriva de relações históricas, da presença de diásporas portuguesas, de alianças políticas e de interesses económicos de Portugal. A saber: o Magrebe, os Estados Unidos e o Canadá e a Ásia. O 7º bloco corresponde aos países europeus – membros e não membros da UE (idem:4-6).

Continuando a seguir Laborinho (idem, 9-10), *a crescente afirmação da Índia e da China como gigantes económicos que apostam em I&D, justifica a sua eleição como objectivo prioritário de uma política cultural externa na região (...)*. Para além de Timor-Leste são inseridos neste bloco também *a Austrália e a Nova Zelândia, enquanto lógica extensiva a países da Oceânia que podem beneficiar de uma desejável articulação regional. (...)* A definição de uma política cultural nesta vasta região assenta na coordenação a partir de pontos existentes – como Timor-Leste, Índia e China, *constituindo a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) uma consistente plataforma de actuação*. A Macau surge agregadas duas outras regiões – Coreia do Sul e Japão, por um lado, com os quais existe uma forte ligação histórica e, por outro, os países da ASEAN. À relevância que Timor-Leste apresenta por ser

um país de língua oficial portuguesa com o qual existe uma enorme relação de trabalho e de cooperação da parte de Portugal tendente à efectiva reintrodução do português naquele país, acresce o interesse da Austrália nesta língua pela proximidade entre os dois países e pela existência de um número significativo de portugueses naquele país.

Seja como língua materna, seja como língua segunda ou como língua oficial, é comum ouvirmos e lermos nos mais variados registos que a língua portuguesa congrega cerca de 200 milhões de falantes, espalhados por todos os continentes, evidentemente, com diferentes distribuições e correspondendo a diversas realidades culturais e sociais.

Mas não se pode reduzir aos seus falantes *naturais* o interesse que cada língua pode suscitar. Cada indivíduo, e regressando a De Swaan (2001:27-33), pode decidir aprender outras línguas e, quando o faz, irá optar por aprender a língua que lhe traga maiores benefícios e que se lhe afigura de maior utilidade. Seguindo uma linha de pensamento próxima de Pierre Bourdieu, o autor, defende que o valor de cada língua terá de ser pensado em função da *posição* que a mesma ocupa no *campo* linguístico global e das relações que estabelece dentro do campo e com campos de outros domínios com que se cruza, facto que contribuirá, decisivamente, para a tornar mais ou menos atractiva aos olhos dos seus potenciais utilizadores e que acaba por intervir na *matriz de disposições* dos agentes sociais.

Também neste trabalho se segue de muito perto a perspectiva bourdiana, sendo centrais, precisamente, os seus conceitos de *campo* e de *disposições* assim como o equacionamento que faz da noção de *interesse*.

Começando precisamente pelo entendimento de interesse ([1994] 1997:105-118; 1992:91-115), Bourdieu considera que os agentes sociais não agem indiferentemente nem desenvolvem actos gratuitos, imotivados. As acções são desenvolvidas como se de uma espécie de jogo se tratasse, e o *interesse* não é mais do que fazer parte desse jogo e considerar a importância do que está a ser jogado. Implicando uma relação de reconhecimento, Bourdieu opõe este conceito ao de desinteresse e de indiferença, no sentido de que ser indiferente é não estar motivado para um certo ‘jogo social’, correspondendo a um estado axiológico de não preferência ou a uma situação em que o agente é incapaz de estabelecer diferenças, não distinguindo o que está ‘em jogo’ por não estar investido do *habitus* que lhe permite estabelecer a relação entre as estruturas mentais e as estruturas objectivas do espaço social implicadas no sentido do jogo. Bourdieu introduz a noção de *illusio* como um estado oposto, em que se investe no jogo e em que se compreende a sua importância, ao serviço de um sentido determinado no qual vale a pena investir (jogar).

Para o autor, o jogo é social e historicamente constituído e o *investimento* que nele se faz é resultado da relação entre um campo e um sistema de disposições que a ele se ajustam. Cada campo vai activar uma forma específica de interesse em que se reconhece o valor do que está envolvido no jogo, e em cuja participação as suas lógicas se diferenciam segundo a posição que se ocupa e a trajectória que conduz cada participante à posição em que se encontra. O *campo* representa espaços, constituídos historicamente, em domínios específicos (como o económico, o linguístico, o artístico, ...), nos quais são estabelecidas relações sociais entre agentes (indivíduos ou instituições), determinadas pela posição que cada um ocupa na estrutura da distribuição do poder (ou *capital*), hierarquicamente diferenciada, evoluindo no tempo de acordo com a trajectória social e as disposições (ou *habitus*) dos agentes.

O conceito de *habitus*, definido por Bourdieu (2002:163-164) como um *sistema de disposições duradouras, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como tal, ou seja, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objectivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada serem o produto da obediência a regras, objectivamente adaptadas ao seu fim sem suporem a mira consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para os atingir, e sendo tudo isto, colectivamente orquestradas sem serem o produto da acção organizadora de um maestro de orquestra*, assenta na noção de *disposições*, através das quais o sujeito apreende o mundo social, assumidas como resultante dos mecanismos de socialização.

De acordo com Casanova (1995b:54-55), *esta noção proporciona, assim, uma fundamentação não apenas das regularidades mas igualmente da singularização nas práticas sociais, e mesmo da «individuação» já que se pode ver nos «sistemas de disposições individuais» variantes estruturais do habitus «de grupo ou de classe, sistematicamente organizadas nas próprias diferenças que as separam e onde se exprimem as diferenças entre as trajectórias e as posições dentro ou fora da classe»*. Considera, ainda, o autor que o conceito de *habitus* contribui para a *dissolução da antinomia teórica entre «indivíduos» e «sociedade»*, assim como a noção de *disposições* alimenta a discussão em torno da problemática de *«necessidades»*, de *«natureza»* e *«cultura»* e, ainda, da oposição entre *«interesses»* e *«valores»*.

As *disposições* correspondem a *uma propensão estratégica numa relação social, uma atitude face aos condicionamentos e virtualidades de uma determinada posição social e, portanto, inerente a essa posição, tendência que é legível no plano das práticas sociais*. A sua *verificação e operacionalização* [passa] *por identificar objectivamente actores sociais relevantes (...) e pela verificação de correlações significativas entre as condições objectivas e*

as práticas e representações que [os] definem (Casanova, 1995b:62). Estas *práticas sociais* ocorrem num determinado *campo*, dele dependendo, e variando com o *habitus* e o *capital* dos actores (Casanova, 1995a:68).

Devem considerar-se todas as *formas de capital* em presença no campo, podendo este apresentar-se sob três tipos fundamentais, o *económico*, o *cultural* (ou *informacional*) e o *social*, aos quais se deve acrescentar o *capital simbólico* por ser a forma que reveste cada um dos anteriores quando é apercebido através de categorias que permitem reconhecer a sua lógica específica.

É igualmente importante dar atenção à forma como o autor equaciona a existência de um mercado linguístico. Para Bourdieu a *expressão linguística* (discurso) é igual a *habitus linguístico* mais *mercado linguístico*. Distingue o *habitus linguístico* da noção de *competência* de Chomsky *pelo facto de ser o produto das condições sociais e pelo facto de não ser simples produção de discurso mas produção de discurso ajustado a uma “situação”, ou antes ajustado a um mercado ou a um campo* e chama a atenção para o facto de não se poder pensar apenas a *competência* mas ter igualmente em consideração as *condições de aplicação dessa competência*, lembrando que a noção de “*situação*” introduz uma lógica específica de “*execução*” e que esta não é simplesmente dedutível do conhecimento da *competência*. Bourdieu considera, ainda, que *a admissibilidade supõe a conformidade das palavras não só com as regras imanescentes da língua, mas também com as regras intuitivamente dominadas, que são imanescentes a uma “situação” ou antes a um certo mercado linguístico* (2003:127-129).

Segundo o autor, existe um *mercado linguístico sempre que alguém produz um discurso em intenção de receptores capazes de o avaliar, de o apreciar e de lhe dar um preço*. *O conhecimento da competência linguística por si só não permite prever o que será o valor de um desempenho linguístico num mercado* e esse mercado tem leis próprias de formação dos preços. Para Bourdieu, falar em formação de preços é considerar que uma dada *competência* particular, neste caso linguística e no nosso caso em língua portuguesa, se encontra dependente do mercado particular em que é aplicada e *do estado das relações nas quais se define o valor atribuído ao produto linguístico de diferentes produtores*, o que, para o autor conduz à substituição da noção de *competência* pela de *capital linguístico*, correspondendo, este, ao poder sobre os mecanismos de formação de preços linguísticos que, por sua vez, se encontram dependentes dos mecanismos de dominação política (idem:129-130).

Tal como no mercado económico há monopólios, relações de força objectivas que colocam produtores e produtos em diferentes situações de partida, o mesmo acontece no mercado linguístico, onde se exercem *formas de dominação que têm uma lógica específica e,*

como em todo o mercado de bens simbólicos, há formas de dominação específicas que não são de maneira nenhuma redutíveis à dominação estritamente económica, nem no seu modo de exercício nem nos ganhos que procuram (idem:130-134).

De acordo com a proposta do autor (idem:131), que igualmente defendemos, não se reduzem a interesses económicos as concepções quanto ao valor de uma língua, devendo considerar-se que este depende do estado de relações que o definem, podendo essa definição *não ter bases económicas evidentes, ou tê-las apenas muito retraduzidas, e envolver contudo interesses tão vitais, por vezes mais vitais, que os interesses económicos (no sentido restrito)*.

O que pretendemos sublinhar é que os comportamentos linguísticos (entre os quais os de aquisição) não podem ser compreendidos de forma independente à da *situação* em que ocorrem e, adoptando a posição de Bourdieu, teremos de ter em atenção que na aquisição de competências numa língua (neste caso a portuguesa) o indivíduo não deixa de tomar em consideração o campo de possibilidades de aplicabilidade dessa competência e de lhe perceber o seu valor (material ou simbólico) em função do mercado particular no qual o desempenho linguístico quando adquirido poderá ser aplicado e que contribui para definir o valor da competência adquirida.

Embora seja amplamente consensual que quanto maior for o número de falantes de uma língua mais atractiva esta se possa tornar, parecendo que o seu valor e a sua utilidade aumenta à medida que aumenta o número dos seus falantes, terão de ser considerados um sem número de outros aspectos de permeio.

O conhecimento de uma língua de grande expressão fornece àquele que nela adquire competências a capacidade de ampliar as suas possibilidades de comunicação, sendo gerador de melhores e maiores contactos que permitirão aceder a mercados de empregos mais vastos e que criarão novas oportunidades profissionais. No entanto, esta questão não se limita à expressão quantitativa de falantes de uma determinada língua pois para além do número daqueles que a dominam estão aspectos como a situação geopolítica do país (ou países) de que é língua nacional (ou de comunicação oficial), o seu nível de desenvolvimento e industrialização, as relações económicas que estabelece com outros países⁹ (Dalmazzone,

⁹ A este propósito a autora dá o exemplo, precisamente, da China que apesar da expressão quantitativa do número de falantes da língua chinesa (sabemos que são várias mas o mandarim ultrapassa largamente o número de falantes de outras línguas igualmente de grande expressão) esta língua não regista uma procura muito elevada como língua estrangeira, comparativamente, por exemplo, ao japonês, o que, segundo Dalmazzone se prende com o facto de o Japão mais do que a China ter uma grande importância nas relações comerciais da economia global (1999:41). É interessante verificar que desde a data de publicação do artigo da autora até ao momento presente a posição da China na economia mundial assumiu uma maior preponderância tendo surgido, igualmente, da parte deste país uma lógica de expansão linguística e promoção da cultura chinesa no estrangeiro com a criação do Instituto Confúcio.

1999:41) e as possibilidades de negócios que oferece (ou poderá vir a oferecer). Portanto relacionada com a *quantidade* de comunicação que permite está a *qualidade* de comunicação que permite.

A acrescer a estes aspectos, deverá considerar-se, também, que quando se decide aprender uma segunda língua a decisão poderá não estar fundada apenas em aspectos de ordem económica, e considerar a importância de outros factores como os culturais, étnicos e ideológicos, que se relacionam directamente com o valor que a língua poderá ter para a sociedade em sentido amplo e para os diferentes grupos que nela se incluem que, mais uma vez não se reporta apenas ao número de falantes dessa língua mas à posição social que ocupam e à qual podem ser associados o estatuto e o prestígio da língua.

Desloquemos, agora, o nosso eixo de discussão para a problemática das identidades culturais, tão frequentemente associada às questões linguísticas. E aqui regressamos inevitavelmente à temática da globalização enquanto fenómeno destruidor da diversidade cultural e, conseqüentemente, linguística e promotor de homogeneidades variáveis, nomeadamente, no que à nossa temática se reporta, as que tendem a colocar-nos numa situação de língua única (ou quase).

Contudo, de acordo com Costa (2002:15), *à medida que os processos contemporâneos de globalização se intensificam e se alargam, envolvendo poderosíssimas dinâmicas de interligação e intercâmbio, de comunicação e difusão em termos mundiais, as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferar, a multiplicar-se e a acentuar-se – seja de forma sedutora e criativa, seja de forma ameaçadora – e, mais significativo do que esta polarização, é possível encontrar uma inesgotável diversidade de modalidades intermédias e ambivalentes.*

O autor (idem:26-27) considera que as identidades culturais são sempre socialmente construídas, e, por isso, múltiplas e mutáveis, sublinhando o seu carácter relacional, porque produzidas em relação social e porque relativas a outras, e simbólico, porque envolvem sempre categorizações culturais e porque significam sempre o destaque simbólico selectivo de algum atributo ou alguns atributos sociais – e entre estes, não o diz o autor mas enfatizamos nós, não é incomum encontrar a referência às línguas, ou melhor dizendo, consoante o caso a uma determinada língua.

É o caso do português em Timor-Leste, como referia Hull que citámos mais atrás, e, embora a outra escala, é também o caso em Macau. Enquanto a memória social e as ligações histórico-culturais com o português em Timor-Leste são colocadas como característica que dá

especificidade ao território nacional, com fronteiras geográficas delimitadas, fazendo parte da sua própria história e tornando este território distinto dos seus vizinhos (nomeadamente da Indonésia), em Macau não é menos verdade que as mesmas ligações histórico-culturais com o português conferem especificidade a uma Região, que não tendo fronteiras geográficas delimitadas de acordo com os limites físicos de um Estado-Nação não deixa de introduzir critérios de distintividade: quer em relação aos seus vizinhos, quer em relação ao próprio Estado em que se insere.

Parece-nos de toda a pertinência a proposta avançada por Castells que considera a identidade como um *processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado*, sendo ponto assente que é sempre *construída*. As grandes interrogações a este respeito giram em torno de saber *como, a partir de quê, por quem e para quê*. Na construção de identidades, os indivíduos processam e reorganizam recursos fornecidos pela História, de acordo com *tendências sociais e projectos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço*, sendo hipótese do autor que será o conteúdo simbólico e o significado que assume para os que com o processo da sua construção se identificam ou dele se excluem que irá determinar quem constrói e porque constrói essa identidade colectiva (2001: 22-23).

A propósito de línguas e identidade, o autor refere alguns aspectos interessantes sobre o caso da Catalunha. Esta Comunidade Autónoma, que identifica como *uma Nação sem Estado*, inserida num Estado-Nação que é a Espanha, corresponde a uma *grande sequência de gerações* a respeito da qual se tem afirmado que o principal fundamento da sua identidade assenta na língua e na cultura, e é nestes aspectos que a Catalunha centra as suas reivindicações, nunca em questões de especificidade étnica ou religiosa, territorial ou política (idem: 65).

Poder-se-á traçar algum paralelismo com Macau? A Catalunha serviu de elo de ligação entre povos europeus e mediterrâneos, foi alvo de processos de migração desses povos e de outras regiões de Espanha, sendo a sua história resultado da interacção de várias culturas. Macau tem sido elo de ligação entre povos europeus e asiáticos, acolhendo migrantes internacionais e de outras regiões da Ásia e da China, resultando, também, a sua história da interacção entre culturas diversas.

A língua, na Catalunha, ao longo do tempo *tem representado o elemento identificador do 'ser catalão'*. Refere Castells que *representa um sistema de códigos, cristalizando ao longo da História uma configuração cultural que abre espaço para um sistema compartilhado de*

símbolos organizando-se as *nações desprovidas de Estado* em *comunidades linguísticas*, cuja língua comum, não sendo suficiente para formar uma nação, estabelece a *ligação entre a esfera pública e a privada, e entre o passado e o presente, independentemente do efectivo reconhecimento de uma comunidade cultural pelas instituições do estado* (idem: 66-70).

À primeira vista parece não haver aqui paralelismo com Macau. Ou pelo menos com a língua e a cultura portuguesas em Macau. A maior parte da população residente é de ascendência chinesa, têm como língua corrente o cantonês e a segunda língua dominada, em termos globais, é o mandarim. No entanto, são vários os autores que afirmam que são as questões relativas ao passado histórico da Região que acentuam a sua especificidade e que justificam, em larga medida, a sua existência com um estatuto significativamente diferente do resto da China.

Parece apontar nesse sentido a afirmação de Grosso que considera que *a identidade e a especificidade de Macau passam pelo conservar da língua e da cultura portuguesa*, situação aparentemente paradoxal numa altura em que a RPC assume o exercício da soberania sobre o território, mas que tem sido amplamente referida. A afirmação desta autora de que *só o seu perfil sociocultural diferente permitirá que Macau, Região Administrativa Especial, tenha um estatuto, sistema e política diferentes de qualquer outra cidade chinesa* (1999a:18), por estas ou por outras palavras, tem sido repetidamente referida por investigadores, responsáveis políticos e agentes culturais na Região, bem como amplamente difundida pelos media.

Também Ngai (1994b; 1996; 1999) tem insistido neste aspecto como factor na construção da identidade de Macau. Para este autor trata-se da sobrevivência da região, pois a exiguidade do território e a sua expressão populacional não lhe permite competir com territórios vizinhos, como é o caso de Hong Kong em termos financeiros e comerciais ou outras cidades da China no que respeita a recursos humanos e dimensão de mercado. A identidade de Macau constrói-se a partir da sua singularidade e esta singularidade resulta da sua própria História e do produto do contacto secular entre Ocidente e Oriente (1994b: 61-76).

O que, regressando a Costa, sem retirar às identidades o seu carácter relacional e simbólico nos coloca perante a sua evidente instrumentalização: *como estratégias deliberadas e reflexivas de colocação pública de uma situação social* [transformam-se em] *identidades tematizadas ou políticas de identidade*. Um outro modo de manifestação de identidades culturais apresentado por este autor e que se afigura, neste contexto, de pertinente aplicação é o das *identidades designadas ou atribuídas*, reportando-se estas a *construções discursivas ou icônicas de identidades coletivas, com as quais aqueles que as produzem não têm relação subjectiva de pertença*, nas quais se enquadram manifestações folclóricas de determinados

aspectos sociais ou culturais e as reificações histórico-patrimonialistas de determinadas peças ou conjuntos arquitectónicos, sejam estes monumentos mais isolados ou aglomerados constitutivos de determinadas zonas ou bairros. Mas há ainda uma terceira especificação das manifestações identitárias, que segundo o autor correspondem às *identidades experimentadas ou vividas*, [tendo a ver] *com as representações cognitivas e os sentimentos de pertença, reportados a coletivos de qualquer espécie (categoriais, institucionais, grupais, territoriais, ou outros) que um conjunto de pessoas partilha, emergentes das suas experiências de vida e situações de existência social* (Costa, 2002:27).

Para Madureira Pinto, este conceito de *vocação eminentemente relacional*, pode ser avaliado segundo dois eixos: o das *sincronias* e o das *diacronias sociais*. Segundo o primeiro, o autor considera, por um lado, *o processo pelo qual os actores sociais se integram em conjuntos mais vastos, de pertença ou de referência, com eles se fundido de modo tendencial (processo de identificação)*, por outro, *o processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando em relação a outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (processo de identização)*. Portanto, as identidades são construídas por *integração* e por *diferenciação* e essa construção *alimenta-se sempre de alteridades*. Segundo o eixo das diacronias, diz-nos o autor que *a construção de identidades se alimenta de trajectos sociais incorporados nos agentes, da posição ocupada por estes na estrutura social (na medida em que ela determina e configura contextos de sociabilidade e de socialização duráveis) e dos projectos que, em função das coordenadas estruturais antes referidas, são socialmente formuláveis em cada momento* (1991:219-220).

Fazemos aqui uma chamada de atenção para as dinâmicas da etnicidade que, quer no que respeita às línguas, quer no que respeita à língua portuguesa e à mesma em Macau, surgem frequentemente associadas, servindo propósitos de *identificação* e de *identização*, nos termos acabados de enunciar segundo o autor citado.

Esta questão é particularmente evidente em Macau, quando se desloca o ângulo de observação para um determinado segmento da população, tido como resultante da própria história do território e portador de uma *identidade específica* que deriva da sua etnicidade – os macaenses, na sua conotação particular de descendentes de portugueses e asiáticos.

A este propósito não queremos deixar de referir que, contrariamente ao que se passa com a maioria das minorias migrantes, para as quais a língua é um traço que as diferencia e as coloca numa situação de “*contraste*” em relação às sociedades de acolhimento, tal não parece ser o caso dos macaenses que, no que respeita à língua, se encontram em situação de “*continuidade*” quer em Portugal quer, também, em Macau onde apesar da predominância

linguística ser a chinesa não deixa de ser possível usar o português e de, claro, estarmos a falar de um conjunto de indivíduos que domina o cantonês (pelo menos falado). O que sugere vivamente o interesse em equacionar outras dimensões de análise para além das culturais quando se considera a identidade étnica dos macaenses ainda que, aparentemente, seja nestas que reside o seu fundamento. Defendemos, portanto, que as “suas” especificidades culturais devem ser cruzadas com dimensões sociais como as de classe, de profissão, sociodemográficas e orientações de sociabilidade, considerando trajectórias de vida e tendo em conta modalidades de inserção nas sociedades envolventes, para referir apenas a proposta de trabalho recente cujo modelo de análise, salvaguardadas as diferenças relativas às populações em estudo, se afigura de grande pertinência (Machado, 2002:218).

Importa salientar, e aqui citando Sen, que *a história e o passado não são o único modo de nos vermos a nós próprios e aos grupos a que pertencemos. Existe uma enorme variedade de categorias a que pertencemos simultaneamente* e sendo as identidades fortemente plurais a importância de uma determinada identidade não tem de obliterar a importância das outras (2007:48). São apontados por este autor dois tipos de reducionismos frequentes na análise das identidades: um, que intitula de *desvalorização identitária*, consiste em esquecer ou negligenciar a influência que os sentimentos de identificação com os outros exercem sobre aquilo que valorizamos ou sobre o modo como nos comportamos; outro, a *afiliação única*, que pressupõe que todas as pessoas pertencem, sobretudo, a uma única colectividade.

Afirma, ainda, Sen (idem:32-33) que *[e]m conjunto com o reconhecimento da pluralidade das nossas identidades e suas diversas implicações, é essencial compreender o papel da escolha na determinação do peso e da relevância de identidades específicas inevitavelmente diversas* e, de acordo com este autor, *é difícil acreditar que uma pessoa não tenha realmente o poder de escolha para decidir a importância relativa dos diversos grupos a que pertence, devendo apenas «descobrir» as suas identidades, como se esse fosse um fenómeno puramente natural (como determinar se é dia ou noite)*, o que não equivale a dizer que não existam constrangimentos que restrinjam as liberdades de escolha.

2. Primeira aproximação a Macau: alguns aspectos históricos e políticos

Neste momento solene e histórico, temos profundas saudades do Sr. Deng Xiaoping que formulou, com grande coragem política e extraordinária sabedoria, o princípio de “um país, dois sistemas”, indicando o caminho certo para solucionar as questões de Hong Kong, Macau e Taiwan. O retorno triunfal de Macau representa um novo marco histórico no caminho da reunificação da Pátria do povo chinês, depois do retorno de Hong Kong¹⁰.

Jiang Zemin, Macau, 20 Dezembro de 1999

Macau, situada na zona dinâmica do delta do rio das Pérolas, na costa sudeste da China Continental, fazendo fronteira com a Província de Guangdong, à qual se encontra ligada através da Zona Económica Especial de Zhuhai, foi constituída como Região Administrativa Especial da República Popular da China a 20 de Dezembro de 1999, data até à qual se encontrava sob administração portuguesa.

Durante um período com uma amplitude de mais de quatro séculos, viveu sob a influência dos acontecimentos mais marcantes da história de Portugal e da China, o que, como facilmente se compreende, dificulta a tarefa de apresentar, ainda que em linhas gerais, os aspectos mais significativos da história de Macau. Não é nosso objectivo fazê-lo; não só não cabe num trabalho desta natureza como existem obras de referência que o fazem, para as quais se remeterá sempre que se julgar conveniente.

A forma como se deu a fixação dos portugueses em Macau é assunto que tem apaixonado muitos historiadores e levado ao surgimento de diversas versões: *[d]urante séculos, os directamente envolvidos neste processo, Chineses e Portugueses, cada um puxou a brasa à sua sardinha* (Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, 2007:183).

As versões que durante muito tempo têm prevalecido de que se tratou de uma recompensa pelo combate aos piratas, ou de que se tratou de uma ocupação portuguesa ou, ainda, que terá acontecido mediante subornos às autoridades provinciais é, hoje, contestada face aos novos avanços académicos, com recurso a fontes chinesas e portuguesas em conjugação, e também porque com a transferência de poderes em 1999 terão desaparecido os constrangimentos políticos e diplomáticos nas abordagens ao assunto (idem: 2007:183-184).

¹⁰ Discurso do Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, na Cerimónia da Celebração do Estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China. Disponível em: http://www.macau99.org.mo/p_speeches_9.html; acesso em 20 de Outubro de 2009.

Se tem havido quem defenda que o estabelecimento dos portugueses em Macau teria acontecido sem o conhecimento e muito menos o consentimento das autoridades de Pequim (Teixeira, 1990:13), também há quem não se comprometa referindo-se ao assunto como uma “instalação” (Fok, 1997) atribuindo-lhe a natureza de “compromisso” e não de oferta – sentido que dá à expressão “fórmula Macau”; Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, em estudos recentes, apontam para a tese da superioridade bélica dos portugueses como *a base incubadora da posição inicial das autoridades centrais* sendo que [p]or mais hábeis que os antigos portugueses pudessem ter sido e por mais corruptos que os mandarins fossem, tudo dependia unicamente da vontade política dos imperadores (2007:187). Os autores descartam assim a tese da ocupação de Macau sem o conhecimento de Pequim e afirmam, mesmo, que é nas fontes das autoridades centrais e não tanto nas das locais que se devem procurar os factores que contribuíram para a presença portuguesa em Macau. Para estes autores, terá sido a superioridade militar portuguesa a levar a China a modificar a sua política hostil para com os portugueses, tendo em consideração a possibilidade de, em conjunto com os piratas chineses e japoneses, estes poderem fazer uma guerrilha marítima o que seria de enorme perigo para a China, facto que terá levado *as autoridades da dinastia Ming (num acto inesperado para os portugueses) [a decidirem] deixar de os perseguir e passaram a afeiçoá-los mediante algo porque os portugueses ansiavam: a permissão de negociar na China e de ter um local para se fixarem* [Macau] (idem, 2007: 187- 93).

Independentemente dos motivos que estiveram na origem desta *permissão*, surge como consensual que a data de fixação dos portugueses em Macau¹¹ remonta a 1557 e parece ser aceite que terão sido pressionados a deslocarem-se de espaços vizinhos para Macau, onde as autoridades chinesas melhor controlavam as suas actividades e, pelas características geográficas do espaço, onde ficariam dependentes do continente chinês de onde provinham os bens necessários à sua sobrevivência – questão que atravessa toda a história de Macau e que, em bom rigor, seria suficiente para aniquilar por completo o território – tendo-se dedicado ao comércio, submetendo-se ao poder político chinês e, desde muito cedo, começado a pagar direitos (Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, 2007:355-363).

¹¹ A questão surge aqui tratada de forma necessariamente muito simplificada, tendo sido dado especial destaque ao trabalho de Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (2007), *Revisitar os Primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*, Coleção Memória do Oriente, Macau, Instituto Português do Oriente, pela abordagem inovadora, mas muito fundamentada, dada ao assunto, tendo os autores apresentado uma vasta referência bibliográfica e de fontes chinesas e portuguesas. Também Francisco Lima da Costa (2005), em *Fronteiras da Identidade – Macaenses em Portugal e em Macau*, Lisboa, Fim de Século, dedica os primeiros dois capítulos do seu trabalho à elaboração de uma resenha importante da historiografia de Macau: Cap. I - Os impérios ultramarinos portugueses; Cap. II – A fórmula de “Macau são os macaenses”; pp. 23-99.

Questões de soberania

Santos e Gomes (1998:27-61) consideram que no quadro da definição da soberania portuguesa podem estabelecer-se cinco períodos distintos. O primeiro, com uma amplitude de cerca de 300 anos, ao longo do qual se assistiu à ascensão e declínio de Macau como importante entreposto comercial, vai desde o estabelecimento dos portugueses até meados do Século XIX (com a chegada do Governador Ferreira do Amaral) e, para estes autores, corresponde a uma fase de divisão assumida e consentida de soberania, sendo os aspectos mais expressivos desta *soberania partilhada* o pagamento do foro de chão, a instalação da alfândega chinesa e a sujeição à justiça chinesa.

O segundo período, entre 1846 e 1949, é o da *afirmação da soberania*, resultante da estratégia seguida por Ferreira do Amaral (Governador de Macau entre 1846-1849¹²), cuja actuação ao deixar de pagar o “foro de chão”, ao encerrar as alfândegas chinesas, expulsando os seus funcionários, gera forte contestação quer por parte dos mandarins quer por parte da população chinesa, quer, também por parte do Senado, que se opõem de forma veemente à sua política anti-chinesa. Esta situação de conflito redundou na morte do governador, que é assassinado por chineses em Agosto de 1849 e resulta na afirmação da soberania portuguesa, facto que acaba por ser formalmente reconhecido pela China no Tratado de 1887 – *Tratado de Pequim*. Este Tratado de Amizade e Comércio, assinado em 1 de Dezembro de 1887 e ratificado em 24 de Abril de 1888, corresponde ao primeiro tratado internacional celebrado entre Portugal e a China. O seu texto consagra a ocupação e governação de Macau por Portugal contendo, no entanto, a cláusula da não alienação do território. Desta forma, entende-se que a soberania portuguesa sobre Macau nunca foi plenamente reconhecida, sendo limitada ao exercício do poder; contudo, a legitimidade da presença portuguesa em Macau fica validada não obstante posteriormente este tratado vir a ser contestado quer por republicanos quer por nacionalistas – logo após a proclamação da República da China (1911) e, mais tarde, com a intensificação dos movimentos nacionalistas após a guerra sino-japonesa contestando a presença portuguesa e reclamando o retorno de Macau à China. Segundo Saldanha (1995:71), as campanhas levadas a cabo – nomeadamente nos jornais chineses – contra a *usurpação* dos portugueses viriam a atenuar-se por ordem de Chiang Kai-Shek que terá dado instruções para que *cessassem imediatamente com a propaganda agitadora acerca da devolução de Macau à China*.

¹² A este propósito vale a pena ver uma síntese bastante interessante deste período apresentada por João de Pina Cabral (2002), em “Hollering in Bronze: Memory and Conflict”, *Between China and Europe. Person, Culture and Emotion in Macao*, London School of Economics Monographs on Social Anthropology, Volume 74, London, Continuum, Cap. 3, pp.51-66.

Chegados a 1949 chega também ao poder o Partido Comunista, sendo proclamada a 1 de Outubro a República Popular da China. A partir da qual Santos e Gomes consideram o início de um terceiro período da história da soberania de Macau, o da sua *divisão conflitual*, e que se irá estender até 1974 com a Revolução do 25 de Abril em Portugal.

Na sequência da vitória comunista de Mao Zedong, o Governo Nacionalista derrotado transfere-se para Taiwan onde forma a República da China passando, então, a existir uma situação singular na cena internacional¹³ que é a de ambos os governos – o nacionalista, de Taipé, e o comunista, de Pequim – se considerarem representantes do povo chinês e da nação chinesa¹⁴. Na sequência destes acontecimentos, coloca-se então a questão do reconhecimento diplomático do novo governo sendo evidente que as diferenças ideológicas entre os regimes políticos de Portugal e da China não permitiam configurar um cenário de entendimento nesta matéria. Contudo, o governo de Pequim não tomou qualquer medida efectiva que pusesse fim à presença portuguesa em Macau, tendo optado por uma política de *manutenção do status quo*, com uma actuação orientada para *assegurar a continuidade da administração portuguesa no enclave e em legitimar e reforçar as funções de intermediária da elite comercial chinesa (...)* com o objectivo de extrair o máximo proveito político, comercial, financeiro e económico de ambos os enclaves ocidentais [Macau e Hong Kong] (Fernandes, 2006:51).

Face ao embargo que as potências ocidentais haviam posto contra a China, Macau acabou por se transformar em local de uma enorme importância para o regime de Mao Zedong uma vez que através de Macau, e também de Hong Kong, acabavam por lhe chegar materiais necessários tendo estes dois territórios em conjunto chegado a ser o segundo maior parceiro comercial da China – a seguir à URSS. A este propósito, Fernandes (2006:61) cita um ofício enviado em 1951 pelo Governador de Macau ao Ministro do Ultramar e que consideramos absolutamente esclarecedor:

Quantidades de combustíveis têm seguido para a China, lenta e gradualmente, tendo-nos permitido estabelecer um verdadeiro modus vivendi, mediante o qual se tem assegurado a importação, nas quantidades necessárias, do produto absolutamente essencial – o arroz. É esta permuta de produtos que permitiu que Macau, apesar de ser considerada portuguesa e, conseqüentemente, estrangeira, tivesse a sorte de receber do governo de Pequim o tratamento

¹³ Para aprofundamento desta questão e do seu desenvolvimento no quadro das relações internacionais e das suas instituições ver António Vasconcelos de Saldanha (1995), “Alguns aspectos da «questão de Macau» e o seu reflexo nas Relações Luso-Chinesas no Âmbito da Organização das Nações Unidas”, *Revista Portuguesa de Instituições Internacionais*, 1:131-208; ver também José Calvet de Magalhães (1992), *Macau e a China no Após Guerra*, Macau, Instituto Português do Oriente.

¹⁴ Como é sabido, a “questão de Taiwan” continua por resolver, não tendo, ainda, a República Popular da China conseguido concretizar o seu objectivo de unificação.

*especial de território amigo com a garantia de fornecimento de arroz, enquanto que a outros países e territórios estrangeiros era terminantemente negado o fornecimento deste cereal*¹⁵.

Esta política de “boa vizinhança” decorria não obstante não terem sido estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países: Portugal não reconhecia legitimidade ao Governo de Pequim¹⁶ e mantinha uma posição de alinhamento com as demais potências ocidentais; Mao Zedong criticava a política colonialista de Portugal e apoiava os movimentos independentistas dos países africanos. Neste contexto, Macau desempenhou um significativo papel constituindo-se como *plataforma* de desenvolvimento de uma espécie de “diplomacia não oficial” e que asseguraria necessidades de ambos os lados das Portas do Cerco¹⁷.

Evidentemente esta situação de dupla postura – a praticada em Macau e a dos *fora* internacionais – não era de fácil sustentação, por um lado a pressão internacional forçava Portugal a tomar medidas que pusessem fim às violações ao embargo à China e, por outro, a China pressionava fortemente Macau para evitar que tal acontecesse. A intermediação entre as partes era assegurada pela elite chinesa de Macau, ficando dependente, portanto, de *grupos de interesse* locais que se constituem como mais um actor, com a sua agenda própria, nesta já de si complexa rede de relações; sendo uma pequena elite de quadros do Partido Comunista Chinês e de comerciantes chineses, ligados ao comércio de ouro e à exploração do jogo – de que faziam parte, entre outros, nomes como Ho Yin, Ma Man Kei e Roque Choi – exercia uma forte influência sobre a administração portuguesa.

Os interesses desta elite foram postos em causa pelas mudanças levadas a cabo pela administração portuguesa que em 1961 atribuiu uma nova concessão para corridas de galgos a um sino-indonésio residente em Hong Kong, altera as condições da concessão do jogo passando-a, em 1962, para as mãos de Stanley Ho e, ainda, pelo receio de perderem a concessão do ouro. Para além destas questões, outros aspectos foram fonte de discórdia entre a administração e estes grupos de interesse, nomeadamente a criação de legislação laboral¹⁸ e de segurança social e medidas de segurança no trabalho, existindo evidência do adensamento da tensão no relacionamento entre as partes (Fernandes, 2006:83-116).

¹⁵ “Ofício n.º1050/145, secreto, do governador de Macau, Joaquim Marques Esparteiro, para o ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, de 29 de Dezembro de 1951, pp.3-4” P., A. 6, M. 406, AHDMNE, Lisboa, citado em Moisés da Silva Fernandes (2006), *Macau na Política Externa Chinesa, 1949-1979*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, p.61.

¹⁶ Portugal reconhecia o regime de Chiang kai-Sek com o qual manteve relações formais até ao início de 1975.

¹⁷ Segundo Fernandes (2008:130), a intervenção militar na guerra da Coreia por parte do governo de Pequim contribuiu em muito para o reforço da política de manutenção do *status quo* em Macau e Hong Kong, através dos quais seria possível aceder a “materiais estratégicos” cuja exportação para a China continental havia sido proibida pelas grandes potências ocidentais.

¹⁸ Só em 1984 viria a ser promulgada legislação sobre esta matéria.

Em 1966 viriam a ocorrer graves incidentes em Macau, as convulsões da Revolução Cultural, sendo o exercício da soberania portuguesa fortemente abalado pelos interesses comunistas locais e tido, ainda hoje, como um dos momentos mais difíceis por que passaram os portugueses em Macau – o “Um, Dois, Três”.

Aparentemente o conflito teve origem em 15 de Novembro a partir de questões relacionadas com a construção de uma escola, afecta à ideologia de Pequim, na ilha da Taipa por, alegadamente, a administração portuguesa não ter dado andamento ao assunto de forma a viabilizar os trabalhos o que terá provocado manifestações de descontentamento por parte de populares e, na sequência, originado confrontos com as forças de segurança e levado à detenção¹⁹ de indivíduos envolvidos nos tumultos, provocado feridos e, mesmo, mortos.

A tese normalmente avançada para explicar a ocorrência é a da ineficaz actuação da administração portuguesa na atribuição das licenças necessárias à construção da escola, por ser uma escola pro-pequim (entenda-se comunista), facto que é igualmente vincado por algumas das pessoas que tiveram a possibilidade de testemunhar os acontecimentos, conforme *Xavier* nos deu conta:

Era uma associação qualquer comunista que queria uma escola na Taipa. Aquela casa não tem o tamanho do meu escritório, nem metade... talvez... Uma coisa de nada... Eram pedidos constantes, já havia 4, 5, 6 meses, um ano e manter uma escola primária, primária [ênfatisa] para ensinar os estudantes. (...) Mas atrasavam porquê? O Rui Andrade²⁰ dizia: Não podemos permitir isto em Macau. Porque se vamos deixar fazer uma escola comunista daqui a pouco tudo é comunista. (...) Ai, não querem dar? Nós vamos tomar a iniciativa. E entraram para dentro de uma escola, para fazer. A polícia foi chamada e interveio, interveio a matar, com cassetetes, pumba, pumba, pumba, houve muitos feridos. Este incidente, feito estupidamente, quando as coisas se podiam conversar! O que é que era uma escola?! Quando havia escolas nacionalistas aqui, a vila estava dividida entre comunistas e nacionalistas e os comunistas aqui eram uma minoria. Bastonadas, etc. e tal, o hospital Kiang Wu, que é chinês, enche-se de feridos e é nessa altura que os comunistas de Macau intervêm. (Xavier, macaense, advogado, Ent.01/2002 B)

Mas segundo Fernandes (2006:136) esta é uma falsa questão, uma vez que de acordo com os registos encontrados o anteprojecto havia sido apresentado nos finais de Julho e os incidentes iniciaram-se em 15 de Novembro, não parecendo, portanto tratar-se de uma questão de excessiva morosidade (pelo menos à luz da cultura burocrática de Portugal...). No que

¹⁹ Note-se como curiosidade a explicação que viria a ser dada para a detenção de seis indivíduos: teria ocorrido devido a uma deficiente tradução para português das palavras proferidas por um dos envolvidos (Fernandes, 2006:129).

²⁰ À data, Administrador do Concelho das Ilhas.

respeita à actuação das forças de segurança parece também existir alguma descoincidência entre os factos e os relatos que dos mesmos são feitos; segundo o mesmo autor (idem:127),

apesar da forte resistência [por parte dos manifestantes] a operação demorou quatro minutos a cinco minutos e só foram usados escudos de rota de vime para se protegerem [os agentes da PSP] do arremesso de pedras e outros instrumentos contundentes, assim como cassetetes de borracha [, n]unca foi usada qualquer arma de fogo. (...) Esta intervenção resultou, segundo o encarregado do governo, Mota Cerveira, no ferimento de três agentes com ligeiras escoriações e dois feridos ligeiros entre os amotinados [tendo estes sido] tratados no posto de saúde do CRS da Taipa [e não no Hospital Kiang Wu²¹].

No entanto, circulou a informação de que teriam ficado feridas bastantes pessoas entre as quais algumas em estado grave, tendo sido posta em marcha uma campanha que em muito teria empolado os acontecimentos e que teria influenciado e marcado a opinião pública, nomeadamente a população chinesa, com vista a virá-la contra a administração portuguesa e a instigar a acções de revolta. Independentemente da descoincidência nos relatos sobre os factos, conforme venham de dados oficiais ou de fontes ligadas à outra parte do conflito, considerando a efectiva ocorrência de uma orquestrada acção de propaganda terão sido atingidos os objectivos para que foi concebida, povoando a memória colectiva de Macau; as narrativas que ainda hoje se podem recolher sobre este período são reveladoras não só do receio quanto à continuidade de uma Macau portuguesa mas, também, de situações de enorme tensão e humilhação²².

Efectivamente os acontecimentos precipitaram-se a partir do incidente na Taipa, no entanto, segundo Fernandes (2006:147-149), este:

foi antecipadamente planeado para provocar as forças de segurança[;] (...) a elite chinesa de Macau necessitava in extremis de prostrar publicamente a administração portuguesa para se legitimar perante as novas forças políticas dominantes na China continental, o GDRC e os guardas vermelhos, e para se distanciar dos seus aliados tradicionais, a ala moderada do

²¹ Há, no entanto, relatos que insistem na entrada de feridos no Hospital Kiang Wu e na realização de romagens ao Hospital para os visitar.

²² Além das referências ao assunto que nos foram sendo feitas nas várias conversas que fomos desenvolvendo com algumas das pessoas que viveram no território os acontecimentos do “1, 2, 3”, estas experiências estão igualmente relatadas nos depoimentos recolhidos por Fernando Lima e Eduardo Cintra Torres, que integraram a série televisiva *Macau entre Dois Mundos* e publicados em obra com o mesmo título. O trabalho de Moisés Silva Fernandes, autor que seguimos de muito perto e que temos vindo a citar, é fundamental para a compreensão da história recente de Macau. A obra *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas – 1945-1995 (Cronologia e documentos)*, Lisboa, 2000, Fundação Oriente, sistematiza um acervo documental importante e bastante esclarecedor no que respeita às relações luso-chinesas; igualmente importantes, são as obras *Macau na Política Externa Chinesa, 1949-1979*, Lisboa, 2006, Instituto de Ciências Sociais e *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas, 1945-2005*, Colecção Biblioteca Diplomática do MNE, Lisboa, 2008, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

regime, que estava em franco declínio. Em simultâneo, esta atitude contribuiria para que a administração portuguesa não procedesse a alterações na atribuição das três grandes concessões (ouro, jogo e corridas de galgos) e congelasse as suas intenções de atribuir o novo monopólio de corridas de cavalos à STDM [de Stanley Ho].

Esta orquestração em conjunto com as condições políticas que se viviam na região, em plena Revolução Cultural, com purgas e perseguições aos dirigentes do PCC conotados com a ala mais moderada do partido, funcionaram como os ingredientes necessários para uma escalada dos acontecimentos. A acrescentar, como nos relatava *Xavier*, Macau vivia sob um clima de grande descontentamento:

Eu não podia adivinhar o “um, dois, três”, mas eu sentia e sabia, pelas queixas dos meus clientes, pelas queixas dos meus clientes, um certo sentido de revolta, de humilhação, um medo constante das autoridades. (...) O pior é isto, o pior é que a população chinesa que não era pro-comunista, mas farta da governação portuguesa, das humilhações que tinha... porque era realmente humilhar uma pessoa, por não ser da sua raça, era absolutamente inconcebível... uma coisa... (Xavier, macaense, advogado, Ent.01/2002 B).

Este clima de descontentamento é originado por situações de discriminação de que era alvo a população chinesa quer por parte dos administradores portugueses quer por parte dos macaenses²³. Cabral e Lourenço (1993:88) referem que os *anos 60 em Macau vêem um crescer rápido de tensões não só entre os dois estados (...) entre a comunidade de língua chinesa e a comunidade de língua portuguesa*, resultante da afirmação de *dois projectos étnicos*: o dos macaenses, que até essa altura formavam a única classe média existente em Macau, e o de uma elite intelectual chinesa, muitos dos quais refugiados políticos, que constituíam uma classe média chinesa em formação.

Também Yee (2001:xvii) se refere às barreiras existentes entre administração e a maioria chinesa dos administrados:

The government had to rely on the Cantonese-speaking Macanese (...) who often occupied the middle-ranking positions in the government bureaucracy as its intermediaries. There was thus little direct communication between the Chinese community and government officials and the local Chinese inhabitants were by and large alienated from politics. Owing to this language barrier, few Chinese had a chance to become high or middle-ranking officials in the government bureaucracy. As a non-elected, Portuguese-dominated government, the legitimacy of the Portuguese government had always been challenged by the local Chinese residents and

²³ Por ora sem mais desenvolvimentos, entenda-se macaenses no sentido de indivíduos de ascendência portuguesa e chinesa ou asiática e não como naturais de Macau.

the lack of direct communication (...) had over time created tension and misunderstanding between the two groups. The riots of 3 December 1966 were the eruption of longstanding grievances against Portuguese rule.

Fernandes (2006:173) dá-nos conta que a própria administração reconhecia que a população chinesa era discriminada, citando um relatório de um inspector do Ministério do Ultramar, datado de finais de Janeiro de 1967, onde constam declarações de Morais Alves, então Presidente do Leal Senado, que terá afirmado que:

(...) na realidade os chineses eram maltratados. Na sua esmagadora maioria ignoram a língua portuguesa e uma excessiva rede burocrática, com exigências de toda a ordem, complica-lhes a vida e onera as suas muito reduzidas possibilidades económicas. Nas repartições é corrente uma grande intolerância e falta de compreensão para os chineses que se lhes dirigem.

Afirmações que vão ao encontro de depoimentos por nós recolhidos em que nos falaram sobre este período dando exemplos, de uma forma muito clara, do que eram situações correntes no dia-a-dia de Macau.

Nos mercados multava-se o vendilhão de uma maneira brutal. (...) os vendilhões, por exemplo, iam vender... gente pobre, Macau não estava... havia gente pobre, não havia miséria, miséria, muito pouca, mas havia gente pobre e os chineses vendiam várias coisas. No mercado, por exemplo, aqui no mercado de S. Domingos, iam vender hortaliças, vender isto e aquilo, mas sem licença e os nossos fiscais da câmara iam perguntar: “têm licença?”, “não tenho”; pontapés sobre todas aquelas... ovos, sobre tudo o que eles traziam, destruíam aquilo tudo, mas pontapés ali... com a vara na mão... é horrível, esses funcionários... àqueles que não tinham licença... esses funcionários que não eram nada, de repente tinham aquele poder, era uma coisa horrível, era terrível. E nos automóveis era a mesma coisa, muitas para aqui, muitas para acolá... (...) Os chineses aqui em Macau começaram a viver numa situação, uma situação realmente inquietante, não é... muito multados e muito vexados pelas autoridades, sobretudo a polícia e da Câmara (Xavier, macaense, advogado, Ent.01/2002 B).

Contudo, apesar deste clima de insatisfação, para Fernandes (2006) tal não seria razão suficiente para provocar os tumultos que tiveram lugar em Macau nem existiria, efectivamente, interesse em levar a que Portugal saísse de Macau. Questões como o indiscutível melhor nível de vida em Macau do que na China, o receio de uma administração chinesa à qual grande parte dos residentes havia fugido manifestando grande hostilidade em relação ao regime comunista de Mao Zedong e apresentando fraco sentimento nacionalista em relação à China, são aspectos que contribuem para corroborar a tese de que o objectivo não era

pôr em causa a presença portuguesa mas sim provocar um reposicionamento nas relações de poder e proceder a um reequilíbrio de forças.

O descontentamento que se fazia sentir facilitou a mobilização dos elementos necessários para a concretização dos objectivos, nomeadamente no recrutamento de grupos de chineses para *as sessões de estudos dos pensamentos de Mao no interior do Palácio do Governo*. A situação agudizou-se, tendo atingido o seu ponto máximo no dia 3 de Dezembro²⁴, com o assalto às instituições da administração portuguesa, com tumultos no interior do Palácio, destruição de documentação notarial e económico-financeira, o Arquivo e Biblioteca Nacional de Macau, e tentativa de eliminação de símbolos portugueses – como a estátua do Coronel Mesquita, de Jorge Álvares e de Ferreira do Amaral – e, também, as instituições existentes afectas a Taipé (Fernandes, 2006:180).

Em consequência,

Foi decretada a Lei Marcial, ficámos três ou quatro dias fechados em casa, as ruas todas vazias, só abria de manhã, chegava às cinco horas estava tudo vazio. E claro, os chineses estavam todos revoltados e começaram a molestar as famílias portuguesas, macaenses, tudo o que era português, ligado a Portugal. (...) Passámos o cabo dos trabalhos. Desde Dezembro até Janeiro.

e aumentava o clima de insegurança e medo:

Então para o lado da fronteira começa a vir tropa chinesa. Na Lapa, nas Portas do Cerco... E no mar espalhadas 13 canhoeriras chinesas, contei eu. Foram dias horríveis aqui. Horríveis, horríveis... A demonstração de força. As canhoeriras vinham até muito rente à muralha de Macau. Toda a gente ficava assustada, não é! Passámos o cabo dos trabalhos (Xavier, macaense, advogado, Ent.01/2002 B).

Efectivamente, os acontecimentos levaram os Guardas Vermelhos a tentar intervir, tendo-se aproximado das Portas do Cerco, fazendo crer que iriam invadir Macau.

Esta situação, que representava uma séria ameaça, levou à actuação da Região Militar de Cantão que impôs um cordão de segurança em torno do enclave, por terra e por água, impedindo que os Guardas Vermelhos radicais entrassem em Macau; portanto, o Exército Popular de Libertação, presente junto à fronteira e cujas canhoeriras *Xavier* testemunhou nas águas de Macau, não constituíam ameaça mas, antes, garantia de segurança no território, sendo, evidentemente, um sinal claro e inequívoco de que a China não estava interessada na saída de Portugal apesar de pretender que as reivindicações feitas fossem atendidas.

Reivindicava-se que fossem punidos altos responsáveis da administração, pagas indemnizações às vítimas dos motins e as despesas dos funerais, libertados os detidos,

²⁴ De onde vem a designação “Um, Dois, Três”: mês 12, dia 3.

terminadas as perseguições aos residentes chineses e apresentado um pedido público de desculpas.

Como forma de pressão, a população portuguesa foi alvo de represálias, nomeadamente através de boicote ao fornecimento de bens alimentares:

para forçar a rendição fizeram boicote, quer dizer, não vendiam nada aos portugueses, nada! No cinema não vendiam bilhetes a tudo que fosse português, não serviam nos restaurantes e uma série de coisas... (Xavier, macaense, advogado, Ent.01/2002 B).

Esta questão esteve sempre entre os maiores receios dos governantes, como revela o então Ministro Silva Cunha²⁵, pois embora se acreditasse que a China não invadiria Macau [c]ortar-nos-ia os abastecimentos. Bloquearia o porto e acabaríamos por ficar na posição ridícula de sermos nós a ter que pedir o favor de nos deixar sair (Cunha, 1987:208). No enclave, no entanto, apesar da tensão que se vivia e de, inclusivamente ter sido equacionada a possibilidade de evacuar o território²⁶,

(...) também é verdade, as famílias portuguesas, portanto de cá e de lá, macaenses e tudo o mais, não nos faltou nada, os nossos clientes chineses, os nossos amigos chineses traziam coisas para nós. Eu nunca tive... um chinês que vivia nas Portas do Cerco e que eu salvei de uma longa prisão, ele tinha uma horta lá na... hoje é cidade toda, antigamente era a Ilha Verde, a chamada Ilha Verde, as hortas da Ilha Verde, perto das Portas do Cerco, ele trazia todas as noites, pela filha ou pela mulher, uma galinha, hortaliças fresquíssimas, arroz, etc., etc. Havia uma mercearia tradicional, (...) tinha uma clientela portuguesa enorme, ele não podia vender... só que pelo telefone... ia sempre à noite, no automóvel, ia a casa deste, fornecer este, fornecer aquele! (Xavier, macaense, advogado, Ent.01/2002 B).

Decorridas negociações entre as partes, que demoraram entre 22 de Dezembro de 1966 e 27 de Janeiro de 1967, o governo português acabou por ceder a todas as reivindicações que haviam sido feitas, tendo o Governador de Macau assinado os documentos referentes às condições impostas, sendo o momento da assinatura considerado, ainda hoje, como a maior humilhação por que passaram os portugueses em Macau.

Bem... até ao dia que exigiram que o Governador assinasse aquilo a que nós chamamos a rendição... então... foi muito humilhado. Não foi no Palácio que ele assinou, foi aqui na Associação Comercial Chinesa, estava uma multidão aqui no Leal Senado, para ver o Governador entrar para ir assinar... o Nobre de Carvalho sofreu uma humilhação horrorosa (Xavier, macaense, advogado, Ent.01/2002 B).

²⁵ Ministro do Ultramar entre Março de 1965 e Novembro de 1973.

²⁶ Lisboa chegou mesmo a autorizar o Governador de Macau a preparar a evacuação de mulheres e crianças e solicitou facilidades aos britânicos com vista a uma eventual evacuação de nacionais portugueses para Hong Kong (Fernandes, 2006:223).

Em resposta às exigências da China, a administração portuguesa coloca igualmente fim às actividades dos nacionalistas em Macau, expulsa dirigentes chineses alinhados com o regime de Chiang Kai-Shek, procede ao encerrando das estruturas locais associadas ao Governo de Taipé e acerta medidas para limitar a entrada de refugiados chineses em Macau.

Embora a crise tivesse sido encerrada, os seus efeitos continuariam a fazer sentir-se no quotidiano de Macau, segundo Nogueira (1987:217) *os elementos efectivos da soberania haviam-se dissolvido, mais do que em épocas passadas. Não éramos soberanos: sob fiscalização alheia, administrávamos um condomínio.*

Também Fernandes (2006:311-344) considera que no período que se seguiu os efeitos da crise se fizeram sentir não só no que respeita à vida interna do território mas, também, na condução da política externa por Portugal. Receando as pressões da China sobre Macau e, também, o apoio aos movimentos de independência das colónias portuguesas em África, Portugal, em 1971, acabou por mudar o seu voto a favor da admissão da China na ONU abandonando a sua tradicional posição de abstenção; contudo, a China continuou a criticar a política colonial portuguesa e a apoiar os movimentos independentistas africanos. No entanto, no que respeita a Macau e a Hong Kong o Governo de Pequim manteve uma posição de continuidade quanto à permanência das potências administrantes europeias, remetendo para “altura própria a decidir” uma solução para os dois enclaves – para a China não eram colónias e, assim sendo, embora administrados por estrangeiros, não se podiam incluir na listas de países e territórios a descolonizar uma vez que eram território chinês, facto que foi formalmente reconhecido pela ONU, em 1972, pouco tempo depois da República Popular da China ter tomado assento naquele órgão.

Internamente, a elite tradicional chinesa veria reforçada a sua posição, quer a nível político quer comercial. Embora não tenha conseguido recuperar a concessão do jogo, conseguiu importantes obras no território – como é o caso da primeira ponte de travessia entre Macau e Taipa, o maior empreendimento até então construído, que viria a ter a designação de Ponte Nobre de Carvalho; consegue igualmente reforçar a sua posição no controlo do comércio do ouro e impedir que fosse efectuado concurso público para atribuição da concessão de corridas de cavalos. No plano político, o poder e a influência da elite chinesa também se fizeram notar: em 1969 a representação da elite chinesa na vereação municipal aumenta, embora esta continuasse a ser composta maioritariamente por portugueses e macaenses, passando o número de chineses de 1 para 3 no Leal Senado e de 1 para 4 na Câmara das Ilhas; em 1970, o Ministério do Ultramar criou o *Grupo de Trabalho do Planeamento de Macau* com o objectivo de proceder ao planeamento económico regional e de

infra-estruturas, tendo os chineses paridade numérica no referido organismo com portugueses e macaenses; em 1972, da Assembleia Legislativa passaram a fazer parte 3 vogais chineses, assim como o órgão consultivo do governador, a Junta Consultiva Provincial, passou, igualmente, a incluir 3 vogais chineses (Fernandes, 2006:337).

Rumo a uma nova era

O ano de 1974, com a Revolução do 25 de Abril, traria uma nova realidade política a Portugal e uma nova postura surgiria relativamente às colónias portuguesas e, embora Macau estivesse fora desse processo, viria a dar início a um novo ciclo da vida do território correspondendo, no entender de Santos e Gomes (1998:51), ao quarto período na definição da soberania portuguesa – o da *renegociação* da sua divisão – e que se estenderia até 1987, altura em que se deu início ao *período de transição* e que corresponderá ao último dos cinco períodos em que os autores dividem a presença portuguesa em Macau.

O golpe militar em Portugal provocou, em Macau, o receio de uma alteração da situação político-administrativa do território que não interessava, nem à elite chinesa local nem a Pequim, levasse à independência do território²⁷.

A elite chinesa local fez saber, imediatamente a seguir à tomada de conhecimento do golpe militar que havia ocorrido em Lisboa, que a atitude da China continental em relação a Macau não se havia alterado e que o novo regime de Portugal deveria seguir uma política de respeito pelos costumes e tradições históricas dos residentes de Macau, tendo-se oposto à proposta de dissolução da Assembleia Legislativa, da Junta Consultiva e das vereações municipais e dado a conhecer publicamente que a China não pretendia tomar Macau (Fernandes, 2006:337-338).

Efectivamente, com o fim da guerra colonial era reconhecido o direito à autodeterminação de todos os territórios ultramarinos, contudo este grande objectivo da revolução não se aplicava a Macau – o novo regime de Lisboa reconhecia a singularidade do enclave. Almeida Santos (2006:417-419) revela:

(...) Macau não era, à data do início do processo de descolonização, considerado uma colónia portuguesa. Nem pela ONU, nem pela China, nem por Portugal. E só colónias se

²⁷ No que respeita à forma como o 25 de Abril de 1974 foi recebido em Macau há um registo muito interessante de Graciete Batalha (1991:159) em *Bom Dia Stora*, uma edição, sob a forma de diário, que abrange o período de Novembro de 1969 até Maio de 1986, no qual a autora relata episódios da sua experiência de vida em Macau. Embora esta obra seja, acima de tudo, relacionada com a actividade da autora enquanto professora avança, também, informações importantes relativamente a outros aspectos das vivências na cidade. Em relação ao 25 de Abril, dá conta dos receios sentidos no enclave mas também refere que “*para Macau não há muito que temer: nem podemos ser independentes nem a China nos quer ainda. (...) Pequena nau, pequena tormenta*”.

podem descolonizar. (...) [mas] na febre descolonizadora que acelerou os corações no pós-25 de Abril, nomeadamente no meio militar e político-revolucionário, não faltaram voluntaristas do impor-export das ideias, empenhados em exportar a evolução e a descolonização para Macau.

Embora tenha existido a defesa de uma solução diferente para Macau, a posição da Junta de Salvação Nacional foi a da manutenção da situação vigente, com a introdução de algumas alterações na forma como a vida interna do território era conduzida e se encontrava organizada.

A Constituição Portuguesa de 1976 não considera Macau território português mas sim sob administração portuguesa, o que na prática significa que a soberania sobre o enclave pertence à China e o seu exercício a Portugal. Regendo-se por um estatuto adequado à sua situação especial, o Estatuto Orgânico de Macau (EOM), publicado no mesmo ano, confere ao território amplos poderes de autonomia, podendo a Assembleia Legislativa produzir leis, exercer controlo sobre a actividade governativa e vir a propor emendas ao próprio EOM.

No sentido do que era a nova linha política em Portugal, os dirigentes propuseram-se a proceder a alterações na forma de eleição dos deputados à Assembleia Legislativa, defendendo que, na sua totalidade, fossem eleitos por sufrágio directo, o que não viria a concretizar-se por oposição da China continental e com forte pressão da elite chinesa, vindo, então, dos 17 deputados, apenas 6 a ser eleitos por sufrágio directo, 6 por sufrágio indirecto e 5 por nomeação do governador. A lei eleitoral de Macau, igualmente publicada em 1976, teve *a preocupação de seguir e adaptar todo o sistema vigente em Portugal, como ainda se atendeu aos particularismos próprios da conjuntura sócio-política do território de Macau, permitindo a participação no acto eleitoral dos residentes não portugueses* (Decreto-Lei nº 4/76/M, de 31 de Março, Preâmbulo) mas faz, claramente, distinção entre os residentes de nacionalidade portuguesa, chinesa e outras; enquanto para os dois últimos se impunha que tivessem residência em Macau há mais de 5 e 7 anos, respectivamente, os primeiros não se encontravam sujeitos a requisitos de tempo de residência (idem, Artº 2º).

Desta forma, a introdução de eleições directas para a Assembleia Legislativa não aumentou substancialmente a participação política dos cidadãos chineses de Macau, significando, este requisito da residência, que uma grande proporção da população de Macau não poderia votar, nomeadamente novos imigrantes vindos da China Continental (Yee, 2001:108). Na verdade, os sufrágios directos de 1976 e de 1980 apresentaram um número reduzido de recenseados e de eleitores – nas primeiras eleições recensearam-se 3647

indivíduos e participaram no acto eleitoral 2846²⁸; nas eleições de 1980 o número de recenseados foi de 4195 e de 2600 votantes (Fernandes, 2006:341).

Em 1984 viriam a ser introduzidas alterações à lei eleitoral, conferindo igualdade no direito de voto a todos os residentes independentemente do seu tempo de residência em Macau o que se reflectiu na quantidade e na nacionalidade dos recenseados, aumentando significativamente os eleitores chineses²⁹. Segundo Morbey (1990:98) [a] *razão de ser desta alteração liberalizadora encontra-se no contexto político vivido em Macau, de ruptura entre o governador e a Assembleia Legislativa, que atingiu o seu ponto culminante em 27 de Fevereiro de 1984*, data do decreto do Presidente da República, nº 49-A/84 de 27 de Fevereiro, que dissolve a Assembleia Legislativa de Macau. Efectivamente, a Assembleia Legislativa estava frequentemente em desacordo com a administração e os conflitos que já vinham do tempo de Melo Egídio (1979/1981) agudizaram-se com Almeida e Costa (1981-1986):

In 1984, Governor Costa's decree that the administration of the Municipal Council be centralized precipitated the resignation of two Macanese municipal councillors. Macanese legislators retaliated by revising Governor Costa's administrative decrees without his approval. The governor was infuriated and asked Portugal's president to dissolve the legislative Assembly. He also introduced an electoral reform in the Legislative Assembly to counterbalance the influence of Macanese legislators there (Yee, 2001:109).

As memórias do tempo do Governador Almeida e Costa, principalmente entre os macaenses, transmitem, ainda hoje, a ideia de perda de poder como se pode entender pelos comentários de alguns dos nossos interlocutores:

E posso dizer que pior administração que nós tivemos é a administração de Almeida e Costa. Este é que deu cabo de macaenses (Vitorino, macaense, aposentado da F.P., Ent. 61/2005).

*A colónia era pobre, depois do 25 de Abril começou a melhorar e apesar de não gostarmos do Almeida e Costa, foi a partir do Almeida e Costa que se deu o desenvolvimento de Macau. (...) [não gostamos do Almeida e Costa] pelo seu racismo, por isso, o Governador faz um **erro** [ênfatisado] grave, pôr-se contra a comunidade macaense, que tinha muita força nessa altura, ora o que eles, se vêm governar aqui, não pode fazer política contra a comunidade portuguesa local, mas ele fez, fez e protegeu os chineses, arranjou depois, uma... uma, foi ele, arranjou uma lei eleitoral para combater o Carlos D'Assumpção³⁰, são coisas muito... em que favorecia os*

²⁸ O que significa aproximadamente 2% da população em idade de votar.

²⁹ Em 1988 é publicada a Lei 10/88/M, que, embora não faça distinção entre nacionalidades, volta a impor o critério de residência às pessoas singulares, passando a ser exigido um período de 3 anos consecutivos de residência no território, período que é aumentado para 7 anos, em 1991, numa nova revisão à lei eleitoral.

³⁰ Figura macaense de destaque, à data, desempenhava as funções de Presidente da Assembleia Legislativa.

chineses em detrimento dos macaenses, ele devia ter o cuidado de... mas em detrimento dos macaenses, era enfraquecer a posição de Portugal, os chineses ganham as eleições em maioria e os macaenses perderam o controle da Assembleia Legislativa, não é... As coisas tinham que mudar, mas não era daquela maneira que o Governador devia fazer, devia equilibrar. Todos os lugares ocupados por macaenses, importantes, ceifou tudo, o Presidente da Câmara...e depois com as perseguições cruéis que se fizeram aos macaenses... (Xavier, macaense, advogado, Ent.64/2005).

Almeida e Costa. Um fulano, pá, inteligente! O Eanes deu-lhe carta-branca na altura. Ele foi contra ventos e tempestades, chateou os macaenses, os locais, porque eles tinham isto tudo na mão... (Rodolfo, empresário na área da exportação/importação, Ent.38/2004).

Nos anos 83/84, o Almeida e Costa, se alguma coisa conseguiu foi conseguir esse milagre [risos], de conseguir pôr a comunidade macaense quase toda, quase toda, contra ele! (Adelino, português, jornalista, Ent.52/2005).

A reforma eleitoral de 1984 não trouxe apenas alterações no que respeita às eleições directas, também a eleição dos deputados pela via indirecta viu uma redefinição na capacidade activa dos organismos e associações intervenientes, com a possibilidade dos grupos de interesse económico participarem o que, na prática, possibilitou um aumento significativo no número de assentos ocupados por deputados chineses uma vez que controlavam o sector local dos negócios. Esta reforma viu oposição manifesta por parte dos macaenses, incluindo o Presidente da Assembleia Legislativa Carlos D'Assumpção, que ameaçou boicotar as eleições. Acabou por se verificar um entendimento entre macaenses e chineses, a elite pró-Pequim, em que os segundos apoiariam os primeiros nas eleições directas e colheriam o seu apoio nas indirectas – o grupo de Carlos D'Assumpção conseguiria ganhar quatro dos seis assentos em disputa por sufrágio directo. Entretanto outras forças *políticas* começavam a surgir no território: emergia uma nova classe média, jovem, de chineses naturais de Macau e sem ligação à tradicional elite chinesa afecta a Pequim, cujo líder, Alexandre Ho, conseguiu ser eleito, altura a partir da qual a influência dos macaenses começou a declinar em contraponto com a ascensão dos grupos chineses (Yee, 2001:109-110). Pode dizer-se que seriam as nomeações de deputados por parte do Governador a equilibrar a balança étnica de poderes.

Entretanto, haviam decorrido movimentações de aproximação por parte do Governo português ao Governo da República Popular da China com vista ao estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países o que só viria a acontecer em 1979, uma vez que a China, não obstante se ter assistido a uma mudança de regime, manteve algumas cautelas e

reticências em relação a Portugal, aparentemente por rezear a sua “sovietização” (Fernandes, 2006; Santos, 2006). A situação política em Portugal, com a conhecida sucessão de governos e de mudança de chefes de governo, bem como dos ministros responsáveis pela condução da diplomacia terá, igualmente, sido factor de atraso nas negociações, da mesma forma que a situação interna da República Popular da China também terá contribuído para atrasar as negociações com Portugal, uma vez que aquele país se encontrava a braços com uma crise de sucessão, tendo falecido quatro dos seus dirigentes, entre os quais o próprio Mao Zedong cuja morte se deu em Setembro de 1976. Para além do desaparecimento de figuras importantes da estrutura partidária e política do país, em Outubro do mesmo ano, dá-se em Pequim um golpe de Estado que viria a depor o “*bando dos quatro*”³¹, na sequência do qual Deng Xiaoping, que havia sido afastado numa das purgas da Revolução Cultural, é reabilitado acabando por vir a assumir a liderança da China em 1978.

A partir desta altura a China entra numa fase de reformas económicas, modernização e abertura ao exterior, tendo, na década de 80, Deng Xiaoping proposto a inovadora fórmula “*um país, dois sistemas*” como modelo a seguir para solucionar a histórica questão de Macau e Hong Kong. Esta fórmula, visando a reunificação da China e recuperando o exercício da soberania sobre Macau e Hong Kong, permite, ao mesmo tempo, que cada um dos territórios seja governado pelas suas gentes, mantenha um elevado grau de autonomia e garante a manutenção dos sistemas neles vigentes, tornando possível a coexistência, num só país, de dois sistemas – o socialista e o capitalista. É assim encontrada a forma que possibilita que nos dois territórios continuem a vigorar os seus próprios ordenamentos jurídicos, mantenham as suas forças de segurança interna, sistemas monetários e cambiais, e representações em organizações internacionais.

Em 1982 são iniciadas as negociações sobre Hong Kong, vindo a ser assinada a Declaração Conjunta Sino-Britânica em 1984 e, nesse mesmo ano, declarada a intenção de proceder de imediato e de igual forma relativamente a Macau.

O processo de implementação do modelo e de negociação da transferência do exercício de soberania leva, no caso de Macau, em 13 de Abril de 1987, à assinatura da *Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a questão de Macau*, que viria a entrar em vigor em Janeiro de 1988, e que fixa a data de

³¹ O grupo que ficou conhecido como o “bando dos quatro” era composto por destacados membros do partido Comunista Chinês e aspirantes aos mais altos cargos. Dele faziam parte: Jiang Qing, mulher de Mao, cujo objectivo era o de lhe suceder como Presidente do Partido; Wang Hongwen que pretendia chegar ao lugar de Presidente da Assembleia Popular Nacional, ou seja, a Chefe de Estado; Zhang Chunqiao que aspirava a ser Primeiro Ministro e Yao Wenyuan que almejava a posição de ministro da Cultura e ideólogo do Partido e do Estado (Fernandes, 2008:400).

19 de Dezembro de 1999 para a cessação da administração portuguesa. É, também, criado o *Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês* que acompanha e analisa as questões técnicas e políticas ao longo do processo de transição, bem como o *Grupo de Terras Luso-Chinês*, para tratar dos contratos de concessão de terras em Macau e dos assuntos com eles relacionados.

Durante os cerca de 12 anos do designado *Período de Transição*, o último da administração portuguesa, a responsabilidade da administração de Macau é do governo português que *continuará a promover o desenvolvimento económico e a preservar a estabilidade social* com a cooperação da RPC (Declaração Conjunta, Art.º 3º).

Em 1988 é criada a *Comissão de Redacção da Lei Básica da RAEM*, que, tendo o estatuto de lei fundamental de Macau, define *os contornos e características das suas instituições, do seu direito e das suas atribuições fundamentais*. Este documento legal, aprovado a 31 de Março de 1993 pela Assembleia Popular Nacional da RPC, viria a proporcionar o *enquadramento geral da futura RAEM e os princípios orientadores das suas políticas, tendo as disposições da Lei Básica sido uma referência importante para a sequência da acção governativa da Administração de Macau até 20 de Dezembro de 1999* (Baptista e Oliveira, 1999:25).

Consideramos ser de extrema relevância a forma como foram conduzidos os últimos anos de Administração Portuguesa, altura em que tanto se fez e com reflexos a médio e longo prazo em Macau. Foram, sem dúvida, várias as questões debatidas e tratadas ao longo dos 12 anos que antecederam a constituição da RAEM, algumas das quais de manifesta importância no âmbito deste trabalho, nomeadamente a que ficou conhecida como a questão das *três localizações – quadros, leis e língua*. Desta forma, sendo questões recorrentes e que atravessam todo o trabalho, à semelhança de outros aspectos, serão discutidas mais adiante e, para obviar repetições desnecessárias, ficarão fora do âmbito desta introdutória resenha histórica e política. Contudo, sendo a Lei Básica o documento que assegura e enquadra a governação actual da RAEM, valerá a pena dedicar alguma atenção a alguns dos princípios que consagra.

Desde logo, no *Preâmbulo*, pode ler-se que tendo como finalidade *salvaguardar a unidade nacional e a integridade territorial, bem como favorecer a estabilidade social e o desenvolvimento económico de Macau, o Estado decide que (...) de harmonia com o princípio “um país, dois sistemas”, não se aplicam em Macau o sistema e as políticas socialistas*. A RAEM é autorizada a *exercer um alto grau de autonomia e a gozar de poderes executivo, legislativo e judicial independente, incluindo o de julgamento em última instância* (Art.º 2º), *manterá inalterado durante 50 anos o sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente*

existentes (artigo 5º), ficando sob a responsabilidade do Governo Central os *assuntos das relações externas* (artigo 13º) bem como *as questões relativas à defesa* (Art.º 14º).

Será à RAEM que compete definir as políticas de educação, *incluindo as relativas ao sistema de educação (...)* [e] *às línguas de ensino* (artigo 121º) podendo *os estabelecimentos de ensino de diversos tipos, anteriormente existentes em Macau, continuar a funcionar e sendo possível continuar a recrutar pessoal docente fora da Região Administrativa Especial de Macau bem como obter e usar materiais de ensino provenientes do exterior* (Art.º 122º).

Também o desenvolvimento de uma política para a ciência e tecnologia (Art.º 124º), para o desporto (artigo 127º), para a cultura e no sentido de proteger *pontos de interesse turístico, locais de interesse histórico e demais património cultural e histórico* (Art.º 125º) são da competência da RAEM. A Lei Básica garante, ainda, o *princípio da liberdade de crença religiosa* (Art.º 128º).

Em *Disposições Complementares*, estabelece-se, ainda, que *as leis anteriormente vigentes em Macau são adoptadas como leis da Região* (Art.º 145º), facto que o artigo 7º já previa, segundo o qual [a]s *leis, os decretos-lei, os regulamentos administrativos e demais normativos previamente vigentes em Macau mantêm-se*, salvaguardando-se, naturalmente, os casos que possam contrariar a Lei Básica e a possibilidade de proceder a emendas.

É definido o princípio da igualdade entre os residentes, que não serão discriminados *em razão de nacionalidade, ascendência, raça, sexo, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução e situação económica ou condição social* (Art. 25º) sendo-lhes reconhecida a liberdade de *se deslocarem e fixarem em qualquer parte da Região Administrativa Especial de Macau e a liberdade de emigrarem para outros países ou regiões (...)* *sair da região e regressar (...)* [podendo fazê-lo] *livremente sem autorização especial* (Art.º 33º).

Depois da Transição

No que respeita ao exercício do poder político, o modelo vigente actualmente não se afasta muito do modelo seguido durante a Administração Portuguesa: os poderes são repartidos entre a Assembleia Legislativa e o Chefe do Executivo, figura eleita por uma comissão eleitoral local e posteriormente nomeada pelo Governo Popular Central e que vem substituir a do anterior Governador, com escolha e nomeação do Presidente da República Portuguesa.

O dirigente máximo e representante da RAEM, deverá ser cidadão chinês, com idade não inferior a 40 anos e residente permanente na Região pelo menos por 20 anos consecutivos

(Lei Básica, Art.º 46), tendo o seu mandato a duração de 5 anos. A fórmula a aplicar na escolha do Chefe do Executivo, prevista na Lei Básica, Anexo I, define a constituição de uma Comissão Eleitoral composta por 300 membros provenientes de vários sectores e subsectores de interesse social, sendo os assentos na referida comissão preenchidos, conforme a situação de cada sector, por inerência, por reconhecimento de propositura e por sufrágio interno [ver Quadro 2.1].

Quadro 2.1 – Constituição da Comissão Eleitoral para o Chefe do Executivo

		Sector e subsector definidos na Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo		Nº de membros
Interesses sociais previstos na Lei do Recenseamento Eleitoral	Empresariais	1º	Industrial, Comercial e Financeiro	100 membros (sufrágio interno)
	Culturais	2º	Subsector cultural	18 membros (sufrágio interno)
	Educacionais		Subsector educacional	20 membros (sufrágio interno)
	Profissionais		Subsector profissional	30 membros (sufrágio interno)
	Desportivos		Subsector desportivo	12 membros (sufrágio interno)
	Laborais		Subsector do trabalho	40 membros (sufrágio interno)
	Assistenciais		Subsector dos serviços sociais	34 membros (sufrágio interno)
		3º	Subsector da religião (2 representantes das associações católicas, 2 representantes das associações budistas, 1 representante das associações protestantes e 1 representante das associações taoistas)	6 membros (propositura)
		4º	Representantes dos deputados à Assembleia Legislativa	16 membros (eleitos por e entre os pares)
			Deputados de Macau à Assembleia Popular Nacional	12 membros (inerência)
			Representantes dos membros de Macau no Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês	12 membros (eleitos por e entre os pares)

Nota: Quando o número de candidatos de um sector ou subsector não for superior ao número dos assentos dos membros da Comissão Eleitoral atribuídos a esse sector ou subsector, estes candidatos são automaticamente eleitos, só havendo lugar a votação nos casos em que o número de candidatos seja superior ao número de assentos.

Fonte: Lei Eleitoral n.º 3/2004 (república integralmente pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 392/2008); composição e Modo de Constituição da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo – Folheto on-line em <http://bo.io.gov.mo/edicoes/pt/dsaj/cecef/> (acesso em 04 de Setembro de 2009).

Coadjuvado por um Conselho Executivo, cujos membros, em número de 7 a 11, são por si nomeados e relativamente aos quais tem poderes de exoneração, cabe, ao Chefe do Executivo, no âmbito das suas vastas competências, definir políticas e dirigir o Governo³²,

³² Estrutura orgânica do Governo da RAEM em Anexo III.

assinar projectos e propostas de lei aprovadas pela Assembleia Legislativa bem como mandar proceder à publicação de leis, nomear parte dos deputados à Assembleia Legislativa, submeter ao Governo Popular Central a indigitação de titulares de cargos públicos – nomeadamente os Secretários, o Comissário contra a Corrupção e o Comissário da Auditoria, os responsáveis pelos serviços de Polícia e de Alfândega e o Procurador –, nomear e exonerar os presidentes e juízes dos tribunais das várias instâncias e os delegados de Procurador bem como titulares dos cargos da função pública. Compete-lhe, também, fazer cumprir as directrizes emanadas pelo Governo Popular Central e, mediante autorização que o mesmo lhe confira, tratar de assuntos externos.

No que respeita à Assembleia Legislativa, com a transferência de poderes não houve lugar a dissolução, tendo a 1ª Assembleia Legislativa tomado posse a 20 de Dezembro de 1999 mas mantendo a estrutura e a composição que vinha das eleições anteriores, realizadas em Setembro de 1996, com 23 deputados, alterando-se a Presidência e Vice-Presidência, cargos que têm como requisito que os seus titulares sejam de nacionalidade chinesa e residentes em Macau há pelo menos 15 anos. As primeiras eleições da RAEM foram realizadas em 2001, tendo aumentado o número de deputados de 8 para 10 nos sufrágios directo e indirecto. A eleição da 3ª Assembleia Legislativa, que teve lugar em 2005, aumentou o número total de deputados para 29, número que se mantém actualmente na composição da 4ª Assembleia Legislativa, para a qual decorreram eleições no dia 20 de Setembro de 2009, sendo 7 nomeados pelo Chefe do Executivo, 10 eleitos por sufrágio indirecto e 12 eleitos por sufrágio directo, tendo os deputados mandatos com a duração de 4 anos.

Não existindo partidos políticos em Macau, têm capacidade eleitoral activa [a]s *personas singulares, residentes permanentes da RAEM e maiores de 18 anos, (...) desde que as mesmas estejam inscritas no recenseamento eleitoral e que a sua inscrição conste nos cadernos de recenseamento cujo período de exposição termina antes da publicação da data da respectiva eleição*, podendo propor candidaturas ao sufrágio directo mediante a apresentação de listas de candidatos, cujo número não poderá ser inferior a 4 nem ultrapassar o número de mandatos atribuídos ao sufrágio (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, n.º 3/2001 e n.º 11/2008, Art.º 2º, Art.º 15º e Art.º 16º).

No que respeita ao sufrágio indirecto, é seguida a metodologia aplicada na constituição da Comissão Eleitoral para o Chefe do Executivo, tendo capacidade eleitoral activa *as pessoas colectivas que representem os diferentes interesses sociais há pelo menos 4 anos, que tenham adquirido personalidade jurídica há pelo menos 7 anos e que estejam registadas na Direcção dos Serviços de Identificação (...), desde que estejam inscritas no recenseamento eleitoral e*

que a sua inscrição conste nos cadernos de recenseamento cujo período de exposição termina antes da publicação da data da respectiva eleição (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa n.º 11/2008, Art.º 2º), sendo os deputados eleitos através de colégios eleitorais que representam os interesses sociais anteriormente referidos: os sectores industrial, comercial e financeiro, a que são atribuídos 4 mandatos; o sector do trabalho, com 2 mandatos; o sector profissional, 2 mandatos e os sectores culturais, educacionais e desportivos, com a atribuição de 2 mandatos (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, n.º 11/2008, Art.º 22º). *Cada pessoa colectiva com capacidade eleitoral activa tem direito a um número máximo de onze votos, os quais são exercidos por outros tantos votantes escolhidos de entre os membros dos respectivos órgãos de direcção ou de administração, que estejam em exercício na data da marcação das eleições.* Nas eleições directas, são eleitores as pessoas singulares, residentes permanentes³³ na RAEM e maiores de 18 anos (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, n.º 3/2001 e n.º 11/2008, Art.º 2 e Art.º 22º).

Nos termos do Art.º 71º da Lei Básica, à Assembleia Legislativa, além da competência legislativa, cabe examinar e aprovar a proposta de orçamento bem como apreciar da sua execução, debater as propostas apresentadas anualmente nas Linhas de Acção Governativa, proceder à aprovação de moção de censura ao Chefe do Executivo, bem como da mesma comunicar ao Governo Popular Central para decisão em caso de prática grave de violação ou abandono de funções por parte do Chefe do Executivo, exercendo, portanto, algum controlo político sobre a acção governativa.

Existem, no entanto, algumas limitações ao exercício desta forma de controlo, uma vez que também o Chefe do Executivo tem poderes para dissolver a Assembleia Legislativa, o que pode acontecer, uma vez em cada mandato, nas seguintes situações: quando recusar assinar projecto de lei aprovado duas vezes pela Assembleia Legislativa; quando a Assembleia Legislativa recusar a aprovação da proposta de orçamento ou de proposta de lei que o Chefe do Executivo entenda ser do interesse geral da RAEM (Lei Básica, Art.º 52º).

No entanto, se a Assembleia Legislativa, resultante da nova eleição, mantiver a recusa da aprovação da proposta de orçamento ou da proposta de lei em causa, ou se confirmar, por maioria de dois terços dos deputados, projecto de lei que o Chefe do Executivo continue a recusar a assinatura, este fica obrigado a renunciar ao cargo, sendo substituído, no prazo de 120 dias, através de acto eleitoral (Lei Básica, Art.º 54º e Art.º 55º).

³³ Um residente não permanente adquire o estatuto de residente permanente da RAEM após um período de 7 anos consecutivos de residência.

A Democratização na ordem do dia

A democratização do sistema político é assunto que, em Macau, tem vindo a ganhar particular visibilidade. Com a recente eleição do 3º Chefe do Executivo da RAEM³⁴ bem como no decurso da campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa, entrou, inevitavelmente, na ordem do dia.

A questão tem vindo a ser debatida nos últimos anos, assumindo particular acutilância em períodos eleitorais, mas parecendo não ser fácil chegar a um consenso quanto ao momento para a introdução do sistema democrático em Macau; embora actualmente nenhuma força política possa já negar ou escusar-se ao assunto³⁵, e não obstante o esforço dos sectores tidos como *pro-democratas* para que a questão seja clara e formalmente assumida com vista ao estabelecimento de uma data próxima e no sentido de se legislar de forma a possibilitar a concretização desse objectivo, o assunto tem vindo a ser travado com a justificação de que o eleitorado de Macau ainda não está preparado para eleger os seus líderes assim como há ainda um caminho a percorrer na luta contra a corrupção e fraudes eleitorais. Ainda assim, o actual Chefe do Executivo, acabou por, em campanha, se ver forçado a responder a questões sobre esta matéria; apesar de, segundo a imprensa, Chui Sai On ter afirmado, em resposta ao deputado português Pereira Coutinho, uma das vozes que se tem vindo a pronunciar a favor da reforma do sistema político e da introdução do sufrágio directo e universal, que “[assumia] o compromisso de dirigir uma consulta pública para ver qual é a corrente predominante relativamente ao desenvolvimento democrático” parece não existir calendário pensado para a sua concretização, tendo o então candidato referido que a mesma teria *início no decurso do 3º*

³⁴ As eleições para Chefe do Executivo tiveram lugar a 26 de Julho de 2009, tendo o candidato único Chui Sai On, recolhido 282 votos dos 296 expressos nas urnas pelo colégio eleitoral.

³⁵ Das 16 listas que se apresentaram ao sufrágio directo, 7 incluíram a questão da democratização nos seus programas eleitorais; como nota o democrata Ng Kuok Cheong, líder da Associação Prospero Macau Democrático assegurando que *fica muito feliz que cada vez mais listas apoiem a democratização do sistema. Mesmo que a nossa associação perca assim uma das características que a distinguia das outras listas. E acrescenta: No passado, muito poucas listas discutiam esta questão. Mas agora a maioria apoia o desenvolvimento democrático. As listas 2, 4, 6, 11, 13, 14 e 15 – todas elas fazem referência nos seus programas eleitorais à democratização do sistema político. É uma situação muito diferente da que aconteceu há quatro anos*”, referiu Ng. (“Bem-vindos ao clube do sufrágio universal”, Jornal Ponto Final, 10 de Setembro de 2009; disponível em <http://pontofinalmacau.wordpress.com/2009/09/10/bem-vindos-ao-clube-do-sufragio-universal/>; acesso na mesma data). E embora não faça parte do programa de todas as listas, segundo o sociólogo Paulo Godinho, [u]m dos temas mais debatidos durante as duas semanas da campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa foi o da democratização do sistema político da RAEM. Ao contrário de há quatro anos, em que apenas a Associação do Novo Macau Democrático o utilizou como uma das suas bandeiras eleitorais, na campanha deste ano todas as candidaturas abordaram o tema, embora com visões muito distintas sobre os passos a dar, num futuro mais ao menos próximo, em direcção ao reforço da democraticidade na escolha dos principais órgãos políticos da nossa Região Administrativa Especial (“E se elegêssemos 29 deputados?”, Jornal Hoje Macau, 28 de Setembro de 2009; disponível em <http://www.hojemacau.com/news.phtml?today=28-09-2009&type=politics>; acesso em 6 de Outubro de 2009).

Governo da RAEM, afirmando que “[d]e acordo com a Lei Básica sabemos que o caminho tem de ser feito passo a passo. Devemos atingir primeiro o consenso social”³⁶.

Com base nos resultados do estudo à *Qualidade de Vida*³⁷, produzido pelo Instituto Inter-Universitário de Macau para a Revista *Macau Business*, referente ao segundo trimestre de 2009, os autores indicaram em comunicado à imprensa³⁸ que a maioria dos respondentes (51%) defendem o sufrágio universal e que cerca de 80% apoia a ideia de que deveria haver alguma democratização no processo de selecção do Chefe do Executivo, contra apenas cerca de 15% que defendem a manutenção do sistema actualmente em vigor, facto que os leva a afirmar que *our results run contrary to the common preconception of pervasive political apathy in Macau*.

Não obstante, a eleição do Chefe do Executivo por sufrágio universal é referida por apenas 23.3% dos inquiridos entre as reformas políticas mais urgentes, sendo aparentemente o aumento do número de deputados à Assembleia Legislativa eleitos por via directa e a reestruturação e o alargamento do número de Secretários³⁹ que integram o Governo a constituir-se como preocupação mais imediata por parte dos respondentes – respectivamente para 38.9% e 24.9%. Quando confrontados com a questão democracia versus autoritarismo, 45.4% afirma identificar-se com a afirmação de que a “*democracia é sempre preferível a qualquer outro tipo de governo*”. No que particularmente respeita à Assembleia Legislativa, 66% afirmou que iria votar para a legislatura que, à data, se aproximava, tendo 45.7% indicado um sentido de voto na(s) lista(s) pro-democracia, com uma voz crítica em relação ao governo, enquanto 25.1% tencionava votar nas listas das associações tradicionais, 20.7% em listas independentes, críticas mas também cooperantes quando necessário, e 8.5% em listas relacionadas com os interesses do sector do jogo (*Macau Business*, 2009:36-41).

³⁶ *Candidato do eterno retorno*, secção Política, Jornal Hoje Macau, 13 de Julho de 2009. Disponível em <http://www.hojemacau.com/news.phtml?today=13-07-2009&type=politics>. Acesso em 15 de Julho de 2009.

³⁷ O estudo à “Qualidade de Vida” é conduzido trimestralmente pelo Instituto Inter-Universitário de Macau para a empresa De Ficção Multimedia Projects, editora das revistas *Macau Business* (em inglês) e *Business Intelligence* (em caracteres tradicionais chineses).

³⁸ Comunicado à imprensa em 08 de Julho de 2009; acesso em 26 de Outubro de 2009; disponível em: http://www.iium.edu.mo/index.php?option=com_content&task=view&id=832&Itemid=1611.

³⁹ Não tendo sido criadas novas pastas, não só não houve alargamento do número de Secretários como não houve alterações na composição do executivo – à excepção da pasta dos Assuntos Sociais e Cultura que se encontrava vaga desde que o seu titular, Chui Sai On, abdicou das suas funções para se poder candidatar a Chefe do Executivo de Macau.

Mobilização e pertença étnica

Não havendo, como já se referiu, partidos políticos em Macau os grupos de interesse, organizados em associações, desempenham um papel importante na vida pública, decorrendo grande parte da interacção existente entre o Governo e os vários sectores da sociedade por seu intermédio. Historicamente, actuavam como intermediários, mediadores entre a Administração portuguesa, e suas elites, e a ampla maioria chinesa da população que compõe a sociedade de Macau; sendo, então e até muito tarde, a língua portuguesa a única a ser usada nos serviços públicos, esta barreira linguística entre a classe dirigente e a esmagadora maioria dos administrados facilitava e ampliava a importância dos grupos de interesse (Lee, 2006:2-7).

Esta questão é, também, referida por Santos e Gomes (1998:401) que ao estudarem o papel de intermediação das associações locais encontram situações frequentes de desentendimentos, resistências e equívocos originados pela deficiente capacidade de comunicação entre administrados e representantes da administração devido ao desconhecimento linguístico mútuo das partes envolvidas. Estes autores apontam, ainda, uma outra questão que é a do papel dos macaenses⁴⁰ enquanto *mediadores linguísticos*; tradicionalmente apontados como os *tradutores* da administração, porque conhecedores da língua portuguesa na qual seriam escolarizados e dominando igualmente a língua chinesa – o cantonês, variante local – na sua expressão falada, são, em muitos casos, apontados como elemento perturbador e não facilitador na comunicação sendo acusados de terem *um pensamento colonial, pensam que por terem sangue português são superiores e continuam a ter um comportamento como se fossem os reis daqui*⁴¹. Situação que, de alguma forma, é corroborada pelos nosso interlocutores:

Os próprios chineses de Macau não nos podiam ver [aos macaenses]. São coisas, não é? Nós também abusávamos muito, nós éramos os proprietários de Macau, não é... E desprezamos os chineses, não é, na rua... (Xavier, macaense, advogado, Ent.83/2007).

Os chineses não suportam os macaenses. Porque os macaenses foram e continuam a ser... a ser... aquele... o opressor, o indivíduo que está na administração pública, que manda, que os chateia e que não sei quantos... Venha cá amanhã... e tal. Depois tratam o chinês por chinas. Ainda hoje há muitos macaenses... Ah... porque os chinas... (João, português, dirigente na área cultural, Ent.82/2007).

⁴⁰ Recordamos que o termo macaense está a ser utilizado no seu sentido tradicional e histórico de que de um luso-descendente se trata.

⁴¹ Observação de Wong Cheong Nam, à data Deputado na Assembleia Legislativa, citado por Santos e Gomes (1998:401).

(...) quem teve sempre uma posição de força, porque o macaense teve sempre uma posição de força na administração por várias razões, porque era o elo de ligação, porque era o veículo condutor, não é, e porque portanto achava que tinha ascendência sobre... o macaense sempre teve... Na sua grande maioria tratava mal o chinês, achava, eles achavam sempre que eram superiores, mas... mas trataram mal o chinês como de certa maneira tratam mal de outra maneira os portugueses, porque é um complexo para os dois lados (Clara, portuguesa, advogada, Ent.80/2007).

(...) se tu falares com um chinês e falares sobre os macaenses, eles na generalidade acham os macaenses... estes intermediários desnecessários, agora são absolutamente desnecessários, eram uns vigaristas, que viviam no meio de nós, que não vale a pena... são escumalha. Nós não precisamos deles agora e se havia alguma falta de comunicação e de desentendimento era por causa deles (Moisés, angolano, advogado, Ent.60/2005).

(...) os macaenses, oriundos dos europeus, tinha, naquela altura, alguma superioridade, porque se calhar os pais já estão num lugar mais alto, tinha melhor poder económico, a vida era melhor. E... são mais protegidos. E propriamente essa comunidade sente alguma superioridade em relação aos chineses. Actualmente as coisas viraram de forma... como está à vista bem, digo eu. Os macaenses, cá em Macau, já... isto foi uma história que já passou... Porque já perdeu aquela vantagem da comunicação, desempenhar aquela função de intermédio entre a comunidade chinesa com a portuguesa, hoje em dia essa função, não cessou totalmente mas em certa área ou maior parte das áreas já não necessita (Meng, chinês, advogado, Ent.30/2004).

Kan (2005:34) afirma que a competição interétnica tem sido significativa em Macau e que se em período mais recuado os portugueses e macaenses dominaram a cena política local a partir dos anos 80, com o crescimento económico do território, desenvolveu-se uma classe média chinesa que fez emergir novos protagonistas no cenário sociopolítico local.

É, no entanto, após a transferência do exercício de soberania que a inversão nas relações de poder se afirma de forma clara e inevitável.

As questões de pertença e de mobilização étnica continuam presentes em cada ciclo eleitoral, altura em que mais persistentemente é discutida esta temática, quer em relação à formação de listas de candidatura ao sufrágio directo, quer pela participação que é esperada por parte de potenciais eleitores *co-étnicos* quer, ainda, a partir das nomeações de deputados pelo Chefe do Executivo, com as leituras que são feitas no que respeita à composição final da Assembleia Legislativa quanto à representatividade política de cada grupo étnico e, consequentemente, ao seu peso e importância percebida na sociedade de Macau.

Quando se aborda a temática da politização da etnicidade em Macau podem, desde logo, referir-se questões que se prendem com a própria organização da sociedade marcada por um forte activismo associativo e, em muitos casos, fundado em torno da proveniência dos elementos que o constituem – quer os oriundos das várias regiões da China Continental, quer de outros países asiáticos, em que será de destacar os filipinos e indonésios, quer os que de uma forma ampla são normalmente considerados a *comunidade lusófona* ou a *comunidade portuguesa* mas que, evidentemente, se reparte por um conjunto diversificado de origens⁴², se divide numa variedade de estruturas associativas⁴³ e comporta uma enorme diversidade de situações e de condições. Não é este o momento para discorrer sobre a repartição étnica em Macau, nem tampouco sobre as diferentes modalidades e graus de politização da etnicidade, no entanto dada a importância e o significado que assume na vida política actual da Região e pelo facto de se cruzar com o objecto deste estudo valerá a pena avançar mais alguns comentários a respeito.

Um aspecto a merecer referência é o que se relaciona com as questões económicas; sendo Macau uma Região que se caracteriza por intensos fluxos migratórios, e não sendo esta uma situação recente, a sua intensidade aumentou consideravelmente nos últimos anos, em consequência do crescimento económico que se tem verificado na sequência da liberalização do sector do jogo, com a construção de infra-estruturas directa e indirectamente a este sector relacionadas constituindo-se como pólo de atracção de mão-de-obra exterior⁴⁴.

A ausência de regulação adequada terá levado a que grandes empregadores optassem pela contratação de trabalhadores vindos do exterior, mais baratos, em detrimento dos locais, situação que originou fortes movimentos de contestação e levou o executivo local a intervir, tendo sido produzida legislação⁴⁵ sobre esta matéria e amplamente discutida a necessidade de criar medidas restritivas à contratação de não residentes.

⁴² Desde os macaenses que não podem considerar-se imigrantes em Macau mas que porventura serão aqueles a que mais é associada a noção de grupo étnico, passando pelos cabo-verdianos, brasileiros, angolanos, timorenses, até aos portugueses relativamente aos quais tem sido pouco comum falar de etnicidade.

⁴³ A maioria das quais sem quaisquer finalidades políticas objectivas mas, ainda assim, com elevado significado no que respeita ao peso das comunidades que consideram representar.

⁴⁴ De acordo com notícia veiculada pela Agência Lusa, de 07 de Outubro de 2009, o número de trabalhadores não residentes – autorizados a permanecer para exercer uma profissão ao abrigo de um contrato de trabalho – atingiu 104 mil pessoas em Setembro de 2008 (cerca de um quinto da população), devido à expansão do jogo e turismo, mas a tendência inverteu-se e até Julho de 2009 já estavam apenas 81.500 pessoas. Disponível em: <http://www.lusa.pt/lusaweb/user/showitem?service=310&listid=NewsList310&listpage=1&docid=10208514>. Acesso em 11 de Dezembro de 2009. De acordo com os Serviços de estatística e Censos, no final do ano de 2009 o número de trabalhadores não residentes acendia aos 74 905 indivíduos.

⁴⁵ Lei nº 21/2009 – Lei da contratação de trabalhadores não residentes, publicada em Boletim Oficial da RAEM em 27/10/2009. Versão bilingue disponível em <http://images.io.gov.mo/bo/i/2009/43/lei-21-2009.pdf>; acesso em 11 de Dezembro de 2009.

Este assunto gerou intensa discussão no hemiciclo, tem sido debatido publicamente e feito parte da agenda dos *media* locais que têm dado ampla cobertura ao assunto e voz quer aos que saíram em defesa dos trabalhadores locais quer às associações que representam os interesses de grupos imigrantes, etnicamente diferenciados, nomeadamente a Associação Quezoniana, de filipinos, a Associação Atki, de indonésios, a Associação Migrante Internacional de Macau e a Rede para a Defesa dos Direitos Migrantes em Macau; foi também assunto a que não fugiram algumas das listas de candidatos ao sufrágio directo nas últimas eleições legislativas que o usaram como bandeira política.

Um outro assunto relacionado é o da reunião familiar, especificamente a questão dos “filhos maiores”⁴⁶, também na ordem do dia no território e que igualmente deu origem a várias intervenções na Assembleia Legislativa por parte de Chan Meng Kan e Ung Choi Kun, os dois deputados eleitos pela lista da “Associação dos Cidadãos Unidos de Macau” conotada com os residentes oriundos de Fujian - RPC; nas últimas eleições legislativas, esta questão foi mesmo matéria de disputa pelo eleitorado afectado por esta situação e de troca de acusações entre a lista de Chan Meng Kan e a de Angela Leong, “Aliança para o Desenvolvimento de Macau”, com os representantes da primeira a acusarem os da segunda de aproveitamento político uma vez que nunca se haviam preocupado nem envidado quaisquer esforços para a resolução deste problema. Depois de vários anos, estas famílias separadas viram recentemente avanços nesta matéria tendo o executivo local e o governo central chegado a acordo e podendo, desde 1 Dezembro de 2009, os interessados e que se encaixam nos requisitos requerer residência permanente em Macau sem que venham a ocupar as quotas destinadas aos residentes da China interior⁴⁷. Fica claro que as forças governamentais têm vindo a desenvolver uma intervenção em matéria de imigração e que são pressionadas a fazê-lo pela acção de estruturas etnicamente organizadas com capacidade de intervir politicamente, ainda que esta intervenção seja limitada uma vez que estamos a falar apenas da eleição de 12 dos 29 deputados que compõem o hemiciclo.

Esta questão da politização da etnicidade não se esgota nas capacidades eleitorais activa e passiva, assumindo outros contornos como a demarcação de posicionamentos no espaço social local e a reivindicação do direito à diferença construída com base em

⁴⁶ Antes de 1 de Novembro de 2001, de acordo com as regulamentações das entidades de segurança pública da China sobre os habitantes da China interior que pretendiam fixar residência na RAEM, os filhos menores de 14 anos de residentes de Macau que se encontrassem na China podiam requerer a vinda para o território, contudo se completassem a idade limite antes do processo ser aprovado eram automaticamente desqualificados; o termo “filhos maiores” refere-se assim a este grupo de pessoas, filhos de residentes permanentes de Macau nascidos na China Continental que, durante a apreciação do pedido, atingiram os 14 e mais anos.

⁴⁷ Comunicado de Imprensa da Direcção dos Serviços de Identificação de 24/11/2009; acesso em 25 de Novembro de 2009; disponível em <http://www.gcs.gov.mo/showNews.php?DataUcn=41306&PageLang=P>.

argumentos de distintividade étnica. Sem acrescentar muito relativamente à população chinesa⁴⁸, não podemos, no entanto, deixar de fazer algumas referências no que respeita a macaenses e portugueses e mesmo em relação à forma como a língua portuguesa acaba por atravessar os momentos de campanha eleitoral.

Sempre que se aproxima um acto eleitoral assiste-se a todo um conjunto de diligências com vista à constituição de uma lista que, nos dizeres locais, represente os *interesses da comunidade macaense* e se constitua como uma *candidatura de matriz portuguesa*⁴⁹, situação que gera sempre alguma polémica revelando-se um processo atravessado por algumas dificuldades e acasas discussões.

Uma primeira dificuldade é a de ultrapassar clivagens internas que podem perceber-se aquando da tomada de decisão quanto a *quem* encabeça a lista que se apresentará a sufrágio e que origina ciclicamente um intenso debate revelador da existência de divergências não só quanto à *capacidade* de ser eleito de alguns membros mais proeminentes da elite macaense mas, sobretudo, da sua *qualidade* como representante dessa elite e do reconhecimento como tal por parte dos seus pares. Este debate desenvolve-se regularmente em torno de um candidato específico – o macaense José Pereira Coutinho – que desde a transição de poderes tem sido candidato pela via directa às eleições legislativas encabeçando a lista “Nova Esperança” e tendo conseguido a sua eleição em 2005 e em 2009, e uma segunda lista de entre os macaenses que normalmente surge a cada período eleitoral e que, sem conseguir colocar qualquer candidato no hemiciclo, se apaga após a conclusão do processo só voltando a surgir no momento eleitoral seguinte. Nas eleições de 2001 além da “Nova Esperança” concorreu a “Macau Sempre”, com António José de Freitas à frente da lista, em 2005 José Luís Sales Marques encabeçou a “Por Macau” e em 2009 Casimiro Pinto apresentou-se como o número um da lista macaense “Voz Plural Gentes de Macau”.

Esta questão do surgimento de duas listas teoricamente originárias do mesmo quadrante é alvo de duras críticas, com os candidatos da Nova Esperança e seus simpatizantes a reclamarem desta espécie de oposição interna uma vez que o surgimento de duas listas ditas representativas dos *interesses macaenses* acaba por provocar algum fraccionamento num universo de recrutamento de votos restrito – se se pensar apenas em termos de filiações

⁴⁸ Se, por um lado, a nossa incapacidade linguística não nos permitiria aprofundar o assunto sem recorrer a terceiros, por outro, este trabalho centra-se no objecto língua portuguesa e o desenvolvimento de investigação sobre as questões da etnicidade, e da sua politização, no que se refere à vasta maioria da população está fora dos nossos propósitos.

⁴⁹ Ou, mais recentemente, *lusófona* – designação que foi adoptada em 2009 e que procurava dar um entendimento de que pretendia representar e abranger um campo mais amplo.

étnicas, o que, evidentemente, não é necessariamente assim⁵⁰. Não só as listas ditas de matriz macaense podem captar votos noutras sectores locais como nem todos os que etnicamente se identificam (ou são identificados) como luso-macaenses votarão necessariamente nestas listas. É o que acontece, nomeadamente, com a lista “Nova Esperança”. Sendo uma lista encabeçada por um macaense, está fortemente relacionada com a Associação dos Trabalhadores da Função Pública – ATFPM, cujos associados constituem a sua grande base de apoio, facto que, por um lado, tem garantido a eleição do seu cabeça de lista, por outro, contribui para o afastamento de alguns potenciais eleitores co-étnicos que não se revêem nas linhas de acção e na postura de actuação dos seus elementos sendo os mesmos amiúde referidos como sindicalistas (ainda que não existam sindicatos em Macau).

Embora ciclicamente acabem por se candidatar duas listas ao sufrágio, o momento da candidatura é normalmente antecedido por algum trabalho de campo na tentativa de se chegar a uma situação de lista única, a chamada “lista de consenso” – defendida por uns, contestada por outros.

(...) de quatro em quatro anos, por alturas de Março, Abril... de quatro em quatro anos repete-se essa questão e depois no fim sabemos qual é o caminho...penso que não é agradável, acho que não é agradável. Já faz 10 anos de RAEM, da Transferência, acho que chegou a altura das pessoas poderem falar, não é... e de facto aproximarmo-nos e criar uma lista de facto única. Porque as pessoas podem...podem haver princípios divergentes mas é preciso ter uma sensação do chamado voto útil, não é, acho que as pessoas quando vão para eleições têm de ganhar, ou teoricamente ter possibilidade de ganhar, agora participar por participar eu penso que não vale a pena, não é... eu acho que... porque isso tira também uma certa representatividade à comunidade (Fernando Gomes⁵¹, em entrevista à Rádio Macau em 28 de Março de 2009).

Manifestando uma opinião contrária, em nota enviada à imprensa, Leonel Alves⁵², porta-voz do grupo de trabalho que preparou a candidatura da Lista “Voz Plural” e um dos mentores da iniciativa, reagindo às críticas ao anúncio da constituição da lista, faz saber que:

⁵⁰ Numa das nossas deslocações em trabalho de campo, chegámos a Macau dias depois de ter decorrido o acto eleitoral de 2005, ainda no rescaldo do acontecimento, e foram várias as observações que nos foram feitas quer a propósito da constituição de listas étnicas quer a respeito do que terá sido a decisão de voto de alguns portugueses e macaenses, tendo-nos sido confidenciado por alguns dos nossos interlocutores que haviam votado noutras listas, nomeadamente na lista pró-democracia de Ng Kuok Cheong e Au Kam Sam.

⁵¹ Fernando Gomes, macaense, médico, Presidente do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas. A entrevista encontra-se disponível na sua versão integral a partir de <http://portugues.tdm.com.mo/radionews.php>, na rubrica “Especiais”. Acesso em 26 de Novembro de 2009.

⁵² Leonel Alves, macaense, advogado, deputado eleito por via indirecta representando os interesses profissionais, membro do Conselho Executivo do Governo da RAEM, membro da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, é, actualmente, o mais destacado elemento da *comunidade macaense* sendo algumas vezes referido como o seu potencial líder. A versão integral do comunicado de imprensa encontra-se disponível em <http://www.jtm.com.mo/view.asp?dT=318503005>; acesso em 17 de Junho de 2009.

(...) A comunidade lusófona de Macau tem marcado presença activa nas eleições legislativas desde o estabelecimento da Assembleia Legislativa, no ano de 1976. Foram sempre ocasiões aproveitadas pela comunidade para demonstrar o seu empenho nos processos políticos locais e manifestar de forma construtiva e democrática os seus princípios, os seus valores, os seus interesses, as suas visões dos problemas existentes e, acima de tudo, apresentar soluções concretas para a resolução dos mesmos.

Participámos sempre nas eleições legislativas de Macau com uma atitude construtiva. Não o fizemos jamais por oposição a esta ou àquela candidatura, não o fizemos, jamais, por oposição gratuita aos diferentes Governos. Fizemo-lo antes de 1999 e continuámos a fazê-lo já durante a RAEM, mais concretamente em 2001 e 2005.

Para os dinamizadores destas participações nos processos democráticos, o importante nunca foram os resultados. Por razões óbvias, nunca medimos a preponderância da nossa comunidade na vida de Macau pela dimensão da sua votação. Sempre o fizemos pela qualidade das nossas intervenções, pela elevação das nossas sugestões, pela apresentação de soluções por nós estudadas para os problemas que Macau enfrentou e enfrenta nestes mais de 30 anos de vida democrática (JTM, 17 de Junho de 2009).

Para os envolvidos na constituição da lista, mais do que conseguir a eleição de, pelo menos, um deputado, a participação nas eleições representa um acto de cidadania e a sedimentação da comunidade macaense na sociedade local, um *status que importa manter e se possível alargar* com o objectivo de que as opiniões que veicula, as soluções que aponta e os valores que defende *continuem a ser determinantes para o desenho futuro da RAEM*, afirmam no referido comunicado à imprensa.

Sendo uma lista constituída por pessoas mais jovens do que é usual, afirmou-nos um dos seus elementos:

Chegou o momento histórico em que a nova geração sente que é preciso através de uma participação directa demonstrar a nossa presença. Nós existimos. Porque há muitas formas de marcar a presença. As eleições é uma delas. Sabemos perfeitamente que esta primeira participação dificilmente vamos ganhar, isto é uma realidade. Mas às vezes... quando nós começámos a primeira pergunta que colocámos numa reunião interna é o seguinte: o que é ganhar e o que é perder? Às vezes o ganhar pode não ser o resultado em votos. O ganhar pode ter outros significados. E nós achamos que a participação é já logo ganhar (Afonso, macaense, intérprete-tradutor, Ent. 101/2010).

De salientar que, não tendo sido ultrapassadas as divergências internas de modo a chegar a um consenso, a lista que se assumiu como representando os interesses macaenses no mais recente acto eleitoral procurou passar uma imagem de maior abertura, tendo incluído elementos de diversas origens e nacionalidades – macaenses, cabo-verdianos, chineses,

filipinos, portugueses – chegando mesmo o seu Manifesto Eleitoral a abrir com um novo conceito de macaense, que foge ao sentido que historicamente lhe é dado e que tem sido, e continua a ser, bandeira de um conjunto de indivíduos que em Macau, e fora dela, se identificam como pertencentes a um grupo étnico distinto e que, talvez mesmo mais importante, são reconhecidos como tal.

*Todos somos macaenses, gentes de Macau, aqui nascidos ou radicados. Falamos muitas línguas: português, chinês, inglês, tagalog, patuá e muitas outras. Temos diversas origens, etnias, crenças e culturas. Macau é a nossa terra. Somos a Comunidade Macaense Plural*⁵³.

É evidente que esta questão se reporta a um momento muito particular, o de uma campanha eleitoral, e que não é possível sem investigação no terreno prolongada no tempo perceber se se trata meramente de um acto propagandístico e eleitoralista ou se de facto se assiste a um alargamento do conceito de macaense. Sendo esta uma tomada de posição pública e que parte do interior do grupo que normalmente se auto-define como macaense em termos mais restritivos, o que por si só é merecedor de destaque, ao longo do nosso trabalho pudemos dar conta de outras manifestações demonstrativas de um entendimento mais amplo do que é ser macaense ou de quem são os macaenses; voltaremos a esta questão mais adiante, aqui mencionada apenas por referência à vida política da actualidade de Macau.

Contudo, será indiscutível que esta lista corresponde a um projecto político sem fins políticos e pretendeu passar uma imagem de abertura usando as diferentes origens dos elementos que a compõem como uma espécie de slogan para passar uma mensagem de maior abrangência e de que simboliza a própria diversidade que faz parte doutros slogans caracterizadores da diferença de Macau. Está igualmente presente uma mensagem que pretende responder a críticas, como as que se seguem, que regularmente são apontadas à criação de listas étnicas, muito concretamente à criação de *listas macaenses*.

Para Jorge Fão⁵⁴, ele próprio um macaense, *este género de listas é constituído, somente, por pessoas que têm um certo estatuto na sociedade e acrescenta não estar de acordo com a existência de listas étnicas, sejam elas de macaenses, de Guangdong ou de Fujian, pois*

⁵³ *Manifesto Eleitoral*, Lista “Voz Plural, Gentes de Macau”; disponível em <http://www.vozplural.org/#>. Acesso em 06 de Setembro de 2009.

⁵⁴ Jorge Fão, macaense, aposentado da função pública, foi deputado à Assembleia Legislativa entre 2001 e 2005, tendo concorrido numa lista ao lado do empresário chinês David Chow e ambos conseguiram a eleição. As declarações citadas foram efectuadas ao Jornal “O Clarim”, edição de 19 de Junho de 2009, artigo “Lista macaense vai sofrer derrota «copiosa””, de onde foram retiradas; disponível em <http://www.oclarim.com.mo/j090619/local1.shtml>; acesso em 19 de Junho de 2009.

considera que a constituição de listas étnicas corresponde à constituição de guetos, mostrando-se favorável à *abertura da comunidade macaense, de forma mais abrangente à sociedade*; afirmou ainda que é seu desejo que *pudesse existir um estreitamento de amizade e de convivência entre todas as comunidades, em vez de um certo isolamento do género “Nós somos os macaenses... Os tais macaenses”*.

Já em 2005, no rescaldo das eleições, Fão se havia referido em termos semelhantes à lista liderada por Sales Marques, afirmando que a *Por Macau é a lista da burguesia – constituída por um grupo de pessoas difícil de penetrar e que estiveram ligadas ao poder político no passado acrescentando que estes são factores que faziam antever poucas hipóteses de sucesso e que não devem continuar a existir no futuro*⁵⁵.

Também no decurso da campanha eleitoral de 2005, Pereira Coutinho⁵⁶, embora sem se referir directamente à “Por Macau” de Sales Marques, afirmava que a lista por si liderada, a “Nova Esperança”, não era *um grupo de elites mas sim de pessoas simples e modestas*, não constitui *comissões de honra apenas para os ilustres da comunidade nem cultivava espírito de capelinhas*, afirmando, ainda, não abrir as portas *nas vésperas de eleições, abrimo-las todos os dias, a todas as pessoas, quer sejam jovens ou idosos, sem discriminação das suas etnias e condições socioeconómicas ou políticas da mesma forma como não trancamos as portas após as eleições, mantemo-las sempre abertas independentemente do resultado das mesmas*, numa clara alusão ao facto de a outra lista de macaenses surgir apenas na altura das eleições.

Mais recentemente, a propósito do acto eleitoral de 2009, o advogado português Frederico Rato⁵⁷ defendeu igualmente um projecto eleitoral mais abrangente e que não se circunscrevesse ao circuito fechado de listas baseadas em atributos étnicos; contudo, chama a atenção para questões que se prendem com o tipo de estratificação e composição social da sociedade e da comunidade em questão, corroborando o seu discurso aquilo que, no nosso entender, representa a maior dificuldade em constituir uma lista única, ou uma lista mais

⁵⁵ Declarações proferidas numa tertúlia organizada pela Casa de Portugal em Macau, recolhidas e publicadas pelo Jornal Ponto Final, edição de 2 de Outubro de 2005.

⁵⁶ Pereira Coutinho, macaense, jurista, Presidente da Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau e Deputado eleito pela via directa nas eleições de 2005 e de 2009. As declarações referidas fazem parte de um comunicado emitido pela lista “Nova Esperança” em Setembro de 2005, tendo sido citadas pelo Jornal Hoje Macau, em artigo da secção política intitulado “Descubra as 10 diferenças”, de 14 de Setembro de 2005; este documento foi acedido em <http://www.hojemacau.com> na data em que foi publicado e faz parte do arquivo da imprensa local construído no âmbito deste trabalho.

⁵⁷ Frederico Rato, português radicado em Macau desde 1984, advogado, foi membro do Conselho Fiscal da Associação dos Advogados de Macau e do Conselho Superior de Advocacia, foi membro da Comissão Consultiva do Código Comercial de Macau e do Conselho Judiciário de Macau. Declarações feitas em entrevista à Rádio Macau a 16 de Outubro de 2009. A entrevista encontra-se disponível na sua versão integral a partir de <http://portugues.tdm.com.mo/radionews.php>, na rubrica “Especiais”. Acesso em 26 de Novembro de 2009.

abrangente, questão que não radica apenas na questão das filiações étnicas mas, antes, nas clivagens sociais que podemos encontrar não só entre os vários segmentos da população como também no interior de cada um.

A uma outra crítica que também é recorrente, o facto de estes movimentos corresponderem apenas a episódios em momentos eleitorais, parece também haver recentemente uma tentativa de resposta: no início de 2010, a imprensa de Macau fez saber que o movimento cívico que surgiu com a lista “Voz Plural, Gentes de Macau” originou a Associação “Macau Força Plural” que, à data, se preparava para eleger os seus corpos sociais e cumprir a promessa feita de se manter na vida política de Macau⁵⁸. Contudo, não são conhecidos posteriores desenvolvimentos nem qualquer iniciativa desta Associação foi tornada pública. Procurámos saber junto dos nossos informadores em Macau se tal corresponderia a uma ausência de cobertura por parte dos *media* locais – o que se nos afigurava como muitíssimo pouco provável – ou se, efectivamente este movimento cívico não teria avançado para além do momento eleitoral. Efectivamente, as respostas que recebemos confirmam a inactividade da “Macau Força Plural”. É certo que não podemos aqui discorrer sobre as razões para que tal tenha sucedido, não conhecemos os constrangimentos que poderão estar na origem do apagamento de um movimento que criou uma expectativa de continuidade na vida pública local e de que se assistia ao despontar de uma nova postura, com maior plasticidade e abertura ao meio em que se encontra.

Aparentemente, à semelhança do que vem sucedendo nos últimos anos, a criação e apresentação desta lista a eleições tem um significado simbólico, uma espécie de marcar presença e dizer: nós estamos cá, fazemos parte da RAEM, somos diferentes, somos os macaenses. Como se entende da explicação que nos foi dada por um dos envolvidos na constituição do projecto, que tivemos a oportunidade de ouvir a propósito deste assunto:

isto está em perfeita harmonia com a política que tem vindo a ser seguida de não exclusão da comunidade macaense. Se nós compararmos a Lei Básica de Macau com a Lei Básica de Hong Kong há lá artigos próprios que diz respeito à comunidade macaense. Portanto isto é lei. Agora na prática, o Governo Central e o Governo de Macau têm dado todas as considerações a esta comunidade e por isso achámos bem que não houvesse um apagar de luzes, não é. Cada geração no seu momento tem a sua responsabilidade, achámos que se existem pessoas jovens, como foi o caso, maioritariamente de pessoas jovens, enfim, inexperientes na área da política mas audazes em servir e sobretudo fazer com que essa luz não se apague, é uma responsabilidade histórica tremenda, 400 anos... pelo menos nas eleições de Macau desde 76 sempre houve uma presença,

⁵⁸ Informação disponível em <http://www.hojemacau.com/news.phtml?id=37558&type=politics&today=13-01-2010>; acesso 13 de Janeiro de 2010.

maior ou menor não interessa, o que interessa é que temos uma lâmpada e convém que esta lâmpada se não apague (Américo, macaense, advogado, Ent. 106/2010).

Um outro aspecto a salientar ainda relacionado com este domínio é, como se referiu, o da leitura que é feita a partir das nomeações (ou não nomeações) de deputados pelo Chefe do Executivo. Esta prática, que passou dos Governadores portugueses para a actual organização política, tendo como objectivo promover o equilíbrio de forças na Assembleia Legislativa, seja em termos dos interesses que nela se encontram representados (laborais, empresariais, profissionais e assistenciais, culturais, educacionais e desportivos) seja em termos étnicos (antigamente com a nomeação de alguns chineses, actualmente com a esperada nomeação de algum luso-falante) é vista como uma espécie de indicador da importância atribuída pelo Executivo a macaenses e portugueses.

Na sequência das últimas eleições dois dos deputados que compõem a actual legislatura são macaenses: Pereira Coutinho, eleito pela via directa, e Leonel Alves, eleito pela via indirecta. Embora tivessem concorrido outros portugueses, inseridos em diferentes listas, ficaram em lugares não elegíveis e, também, não constam das escolhas do Chefe do Executivo entre os 7 deputados que são de sua nomeação.

O analista Herbert Yee, refere que o sistema de nomeação de deputados pelo Chefe do Executivo poderia ser uma oportunidade para as minorias serem representadas mas, referiu à imprensa local, não há, por exemplo, portugueses nomeados.

A questão que se levanta, desde logo, é a de saber porque seriam os portugueses a minoria a ter essa representação quando no território existem várias outras minorias relativamente às quais não se ouve o mesmo tipo de reivindicações nem se dá conta da existência de expectativas semelhantes.

A resposta parece estar contida nas afirmações de Frederico Rato⁵⁹ que ao referir que (...) *já que os portugueses na boca dos governantes são sempre muito importantes, é de acalantar a sua presença e a sua participação na vida pública, são eles digamos, são eles os... os... os fatores do segundo sistema e uma justificação do segundo sistema, então na quota desse segundo sistema deveria ter entrado um português, um português de Macau, ou um português de Díli, ou um português de Bensafirim...* colocando a tónica da questão no contraponto entre a ausência de nomeações de portugueses e os discursos oficiais – das autoridades locais e de Pequim – que recorrentemente afirmam a sua importância e o significado da sua presença no contexto da RAEM.

⁵⁹ Em entrevista anteriormente citada.

Na verdade em eleições anteriores foram feitas nomeações de portugueses de Macau pelo Chefe do Executivo; em 2001 foram nomeados José Manuel Rodrigues e Philip Xavier, ambos da área jurídica; em 2005 Philip Xavier continuou, tendo sido tornado público que pretendia sair da AL em 2009, o que se verificou.

A linha de pensamento de que damos conta tem sido referida não só relativamente à questão da nomeação de deputados mas também em relação a outros assuntos, dando a entender que progressivamente vai surgindo uma descoincidência cada vez mais significativa entre os discursos proferidos e as práticas desenvolvidas – ou pelo menos é receio de quando em vez manifestado, ainda que de forma por vezes subtil, por aqueles que vivem a inversão nas relações de poder a que se assistiu com a transferência de soberania.

Contudo, segundo notícia veiculada pela agência Lusa os portugueses e lusos descendentes tiveram, na última eleição, maior representação na escolha do actual Chefe do Executivo, com um total de 24 elementos a fazerem parte do colégio de 300 membros que elegeu o sucessor de Edmund Ho⁶⁰.

Ainda assim, não obstante a posição que os portugueses, de um modo geral, continuam a deter em Macau, facto que é inegável e que não pode ser medido apenas no que respeita a uma participação activa nos momentos eleitorais⁶¹, é também por alturas de campanha que sobressaem algumas vozes que dão conta da existência de uma outra realidade menos visível no quotidiano, porque menos falada e, mesmo, deliberada e frequentemente omitida⁶².

Quer Casimiro Pinto quer Pereira Coutinho no decurso da campanha que fizeram se pronunciaram contra a discriminação que consideram existir em Macau contra os lusofalantes, discriminação essa que é, essencialmente, baseada em argumentos linguísticos.

A “Voz Plural” usou o tema na abertura da sua campanha eleitoral, e embora sem ser muito precisa chamou a atenção para as práticas da Administração face aos falantes do português ao referir que existe *uma certa discriminação para com a comunidade portuguesa. Não digo discriminação em termos de raça, ética ou em qualquer desses termos mas por*

⁶⁰ A notícia foi recolhida em <http://www.lusa.pt>, secção Ásia, em 23 de Março de 2009. A lista oficial, nominal, de todos os membros da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo encontra-se publicada em Boletim Oficial e disponível em <http://bo.io.gov.mo/bo/i/2009/18/listaCAECE01.asp#1>, com acesso permanente.

⁶¹ Referimo-nos a cargos que ocupam e profissões que desenvolvem, sendo claramente uma minoria bem posicionada na estrutura social local.

⁶² Não só nos discursos públicos e publicados. No que respeita a macaenses, ao longo da nossa investigação foram várias as situações em que nos tentavam empenhadamente convencer de que não existiam quaisquer problemas, tantas vezes de uma forma que de tão exagerada se tornava suspeita, ou em que para o gravador se descrevia um cenário cor-de-rosa e se afirmava que tudo estava bem mas nas conversas que se prolongavam para além da gravação se contrariava muito do que havia sido anteriormente pronunciado; também se verificaram situações em que claramente nos era dito que poderia ser realizada a entrevista com a condição de não abordar a actual situação e vida profissional (na Função Pública); condições que evidentemente respeitámos, mas que não deixam por isso de ser reveladoras.

*exemplo em questões de educação ou de justiça, ou nas áreas da saúde*⁶³, chamando, ainda, a atenção para o facto de algumas pessoas desistirem de se dirigir à Administração quando têm algum problema para resolver⁶⁴. O líder da “Nova Esperança” afirma, igualmente, que os macaenses estão a ser discriminados e que o seu maior problema é mesmo o facto de a maioria desempenhar uma actividade na função pública, encontrando-se desmoralizados com as dificuldades que enfrentam. Dificuldades essas a que o deputado se tem referido publicamente por diversas vezes, denunciando que se fazem *sentir no acesso à Função Pública, na promoção de carreiras e na escolha para cargos de responsabilidade, tais como, de direcção e chefia. Ao longo destes dez anos da RAEM, tenho recebido na Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau (ATFPM) muitas queixas de macaenses que têm sido perseguidos dentro da Administração Pública, por não dominarem a língua chinesa, ou então, por serem postos de parte nas equipas de trabalho e de projectos.* Embora sublinhando o apoio e carinho patente nos discursos do Executivo considera que *esse discurso falha na prática, porque os macaenses e os portugueses são sistematicamente discriminados na Função Pública*⁶⁵.

Esta é matéria consensual entre os dois candidatos, distinguindo-se por ventura mais na forma de a abordarem do que no seu conteúdo e, provavelmente, aquela em que mais se distinguem da maioria das restantes listas de candidatos, sendo que os seus programas eleitorais abordam questões que não podem ser consideradas como interesses específicos de portugueses sendo matérias que interessam a toda a população – como por exemplo a democratização do sistema político, o desenvolvimento económico, a melhoria de condições e de acesso à saúde, educação e habitação, o aumento da qualidade dos serviços públicos e uma maior qualidade de vida.

Por último, ainda no que respeita a questões linguísticas, uma outra questão apontada é a do acesso à informação; ou seja, não existindo em Macau, como de resto em Hong Kong, qualquer norma que imponha a obrigatoriedade de em campanha eleitoral serem utilizadas ambas as línguas oficiais reclama-se que uma parte da população fica de fora, nomeadamente os residentes que não falam chinês e, entres estes, os falantes de português. Neste domínio, para além da reivindicação no que respeita a conteúdos dos programas políticos quanto à sua disponibilização nas duas línguas oficiais, é também a diferente duração dos tempos de antena

⁶³ Informação disponível em <http://www.hojemacau.com/news.phtml?id=36260&type=politics&today=07-09-2009>; acesso a 08 de Setembro de 2009.

⁶⁴ Esta chamada de atenção é equivalente às reclamações que, anteriormente, eram feitas por parte da população chinesa relativamente à Administração Portuguesa.

⁶⁵ Declarações ao jornal “O Clarim”, na edição de 14 de Agosto de 2009, data em que foram acedidas. Informação disponível em <http://www.oclarim.com.mo/j090814/local1.shtml>.

na rádio e televisão que leva os falantes de língua portuguesa a sentirem-se diminuídos. Segundo despacho do Chefe do Executivo⁶⁶, cada lista concorrente ao sufrágio directo tem direito a 5 emissões nos canais chinês e português da TDM, sendo as primeiras quatro com duração de 5 minutos no canal chinês e 3 minutos no canal português e a quinta conta com o período igual de 3 minutos em ambos os canais; na Rádio, o tempo concedido é o mesmo como é a mesma a sua distribuição pelos canais chinês e português, sendo no entanto previstas 7 emissões para cada lista. Os líderes das *listas portuguesas* insurgem-se contra esta distribuição e reclamam igualdade de oportunidades, considerando não existir nenhuma razão para que os tempos de antena não sejam os mesmos em ambas as línguas.

Além dos que se encontram envolvidos nas listas portuguesas considerarem que esta situação é injusta, os candidatos Paul Pun e Agnes Lam, líderes, respectivamente, da “Associação de Apoio à Comunidade e Proximidade do Povo” e da “Observatório Cívico”, consideram mesmo que o governo deveria ajudar as listas que pretendessem efectuar tradução dos seus programas disponibilizando tradutores da função pública – o que dada a falta de profissionais nesta área nos parece pouco viável; mas de um modo geral a opinião prevalecente é a de que cada lista escolherá a língua em que faz a sua campanha, decisão que se prende acima de tudo com as características do eleitorado que pretende atrair⁶⁷, sendo que, por exemplo, as listas referidas optaram por distribuir materiais promocionais em chinês, português e inglês.

Os Democratas, Kaifong e Operários também optaram por fazer campanha em língua portuguesa, referindo embora alguns constrangimentos em conseguir proceder à tradução dos seus materiais⁶⁸ e as dificuldades no uso da língua portuguesa para apresentar um discurso nos canais de rádio e televisão, contudo, o democrata Au Kam Sam refere que *[h]á diferentes comunidades em Macau e, por isso, temos que respeitar as suas culturas e línguas. Mas não estamos à espera de conseguir mais votos com a campanha no canal português. Segundo o*

⁶⁶ Nos mesmos termos de 2005, o Despacho n.º 319/2009, de 17 de Agosto, fixa o tempo de antena a reservar para as listas pelas estações de televisão e de rádio para a campanha eleitoral das Eleições Legislativas de 2009. Disponível em <http://bo.io.gov.mo/bo/i/2009/34/despce.asp#319>; acesso a 8 de Setembro de 2009.

⁶⁷ Sobre esta questão ver o artigo do Jornal Hoje Macau, “Português Menor”, secção Política, em 27 de Agosto de 2009 – disponível em <http://www.hojemacau.com/news.phtml?today=27-08-2009&type=politics> e também o artigo de opinião de Gilberto Lopes, no mesmo jornal, “Bilinguismo”, em 31 de Agosto de 2009 e disponível em <http://www.hojemacau.com/news.phtml?id=36176&today=31-08-2009&type=editorial>. Também o Jornal Ponto Final refere o diferente tratamento dado às línguas oficiais no artigo publicado na edição de 18 de Agosto de 2009 “Em português é um instantinho”, acedido na mesma data e disponível em <http://pontofinalmacau.wordpress.com/2009/08/18/em-portugues-e-um-instantinho/>.

⁶⁸ Os serviços de tradução além de serem insuficientes para satisfazer as necessidades locais são caros e se algumas listas não têm quaisquer problemas financeiros outras queixam-se da falta de recursos económicos.

jornalista Island Ian, outras listas têm a mesma atitude dos democratas, *num acto que é mais de cortesia e demonstração de respeito do que interesse em conquistar votos*⁶⁹.

Em síntese, as tensões que podemos encontrar ao longo da história de Macau decorrem da sua situação de enclave duplamente estruturado pelos acontecimentos dos dois países com os quais o pequeno território se articula, tensões essas que encontram reflexo ao nível da interacção entre indivíduos e grupos de indivíduos com afiliações étnicas diferenciadas e diferenciadoras evidenciando a existência de projectos correspondentes a grupos de interesse diferentemente posicionados no espaço social local. Com a transferência do exercício de soberania assiste-se a um reposicionamento de posições que acaba por abrir espaço e dar lugar à emergência de novos protagonistas.

⁶⁹ Declarações de Au Kam Sam ao Jornal Hoje Macau, na sua edição de 27 de Agosto de 2009, secção Política, em artigo da autoria de Island Ian intitulado “Por uma questão de cortesia. Democratas, Kai fong e Operários fazem campanha em português”; disponível em <http://www.hojemacau.com/news.phtml?id=36134&today=27-08-2009&type=politics>; acesso a 8 de Setembro de 2009.

3. Segunda aproximação a Macau: aspectos económicos

Chamam-lhe a nova Las Vegas, proliferam as notícias de que o dinheiro que passa pelos casinos de Macau ultrapassou o que se joga nos da capital americana da fantasia. Se é verdade que o jogo tem sido, inegavelmente, o motor do crescimento de Macau, se é também verdade que o volume de jogo excede hoje o que há uns anos era inimaginável, no mínimo é também redutor fazer das mesas de apostas a principal qualidade turística deste território, comparando o que é incomparável. Nem Las Vegas nem Monte Carlo; Macau adquiriu, por direito próprio, um estatuto e personalidade que resulta de uma sedutora combinação do moderno e do antigo, dos encontros e contrastes das culturas, hábitos e tradições orientais e ocidentais.

Paulo Brehm, Revista da APAVT, Março-Abril 2008

No que respeita às questões económicas, há que referir, em primeiro lugar, que de acordo com o estipulado na Lei Básica, nos seus artigos 103º e 120º, a RAEM é autónoma em termos orçamentais e fiscais, mantém a sua própria moeda (a Pataca) e a sua livre convertibilidade, pode desenvolver relações e celebrar acordos com outros países, regiões e instituições internacionais, define a sua própria política de fomento industrial e comercial, promove o desenvolvimento e encoraja o investimento e o progresso tecnológico, bem como a exploração e conquista de novos mercados.

Com uma estrutura sectorial concentrada no sector terciário, que de acordo com os últimos dados publicados⁷⁰, referentes ao ano de 2008, tem um peso na formação do PIB de 88.3%, a economia de Macau assenta, fundamentalmente, em dois pilares: o do jogo e o do turismo.

O Jogo e o Turismo

Embora existam casas de jogo legalizadas em Macau desde 1847, a sua exploração passa a ser monopolizada a partir de 1937, tendo este monopólio passado para as mãos da STDM – Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, de Stanley Ho, em 1961, altura em que foram negociados novos termos na exploração do sector com vantagens económicas significativas para o território, quer em entrada directa de capitais nos cofres da Administração

⁷⁰ Direcção dos Serviços de Estatística e Censos do Governo da RAEM, Estrutura Sectorial de Macau – 2008, divulgação em 29 de Dezembro de 2009. Disponível em http://www.dsec.gov.mo/getAttachment/26aa54be-438a-41f4-9794-9ffbe49eabd0/P_PIBP_FR_2008_Y.aspx; com acesso permanente.

quer através da realização de obras públicas com investimentos da concessionária. O monopólio da STDM viria a terminar com a liberalização do sector, tendo sido lançado concurso internacional para entrega de três concessões vindo, em 2002, a ser atribuídas licenças de exploração à Wynn Resorts, controlada pelo americano, de Las Vegas, Steve Wynn, à Galaxy Casino, com capitais de Hong Kong e de que é subconcessionário o grupo, também americano, The Venetian, e, ainda, à Sociedade de Jogos de Macau – SJM (subsidiária da STDM, a proprietária do emblemático Casino/Hotel Lisboa).

Com o primeiro dos novos casinos a ser inaugurado em Maio de 2004, a liberalização do sector do jogo marca, sem dúvida, a entrada de Macau numa nova fase. Desde então, tem vindo a consolidar-se como capital mundial do jogo, tendo já ultrapassado Las Vegas nas receitas.

No final de 2003, existiam em Macau 11 casinos a operar, hoje esse número aumentou para 33; as mesas de jogo passaram de 424 para 4838 e as máquinas de jogo de 814 para 14316 (DICJ, dados referentes ao final do 3º trimestre de 2010.).

A expansão que se deu teve, como seria de esperar, um enorme impacto em Macau. Embora concentrados, maioritariamente, numa zona da cidade [ver Anexo IV] e, mais recentemente, em aterro construído entre as ilhas da Taipa e Coloane (o COTAI⁷¹), os novos empreendimentos recentemente construídos vieram introduzir alterações significativas na fisionomia da cidade, no movimento de pessoas e na economia.

O impacto do jogo na economia é de difícil contabilização, não sendo fácil avaliar a relação directa do jogo com outros sectores – como os serviços de hotelaria, restauração e transportes.

No entanto, uma leitura do Quadro 3.1, permite-nos perceber a evolução das receitas brutas dos jogos de Fortuna e Azar desde que o sector foi liberalizado e ficar com uma ideia clara da ordem de grandeza dos montantes envolvidos.

Quadro 3.1 - Receita bruta de jogos 2003-2010 (milhões de MOP*)

JOGOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^(a)
Jogos de Fortuna ou Azar	28,672	41,378	46,047	56,623	83,022	108,772	119,369	133,237
Outros jogos ⁷²	1,643	2,133	1,087	0,898	0,825	1,054	1,014	0,953
TOTAL	30,315	43,511	47,134	57,521	83,847	109,826	120,383	134,190

* 1 HKD = 1.03MOP; 1 MOP = 0.093 Euros.

(a) Até final do 3º trimestre de 2010

Fonte: <http://www.dicj.gov.mo/PT/Estat/DadosEstat/2009/estat.htm#n1> acedido em 20 de Janeiro de 2010 e

<http://www.dicj.gov.mo/web/pt/information/DadosEstat/2010/content.html#n1> acedido em 13 de Dezembro de 2010.

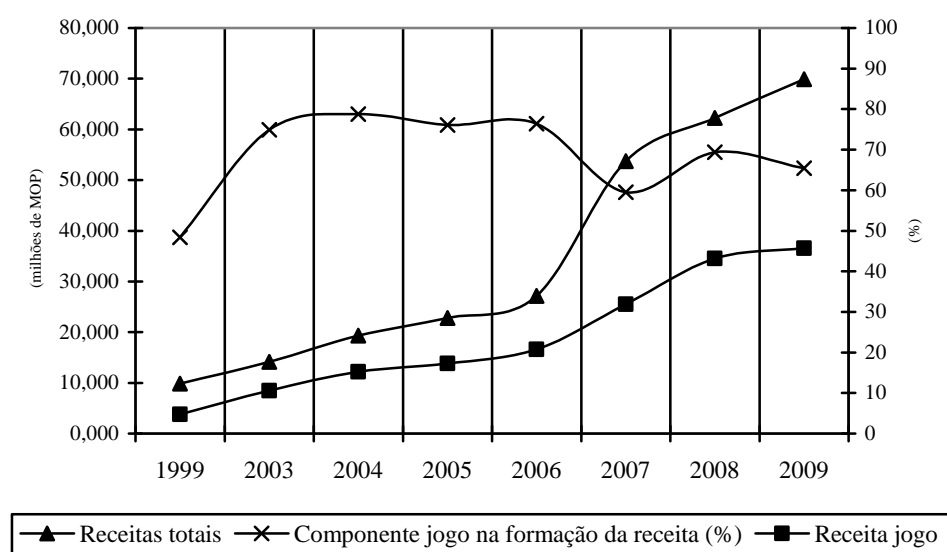
⁷¹ É no COTAI (“CO” de Coloane, “TAI” de Taipa) que se situa uma réplica do famoso Hotel Casino *Venetian* de Las Vegas.

⁷² As corridas de galgos, as corridas de cavalos e as apostas no futebol são os mais significativos.

Este aumento tem o seu reflexo, também, nos cofres do executivo local que arrecada 35% sobre as receitas brutas dos casinos em impostos directos, sendo ainda cobradas outras taxas, até um máximo de 3%, para as áreas do desenvolvimento urbanístico, turístico e segurança social⁷³.

De acordo com os dados mais recentes divulgados pela Direcção de Serviços de Estatística e Censos do Governo da RAEM, no ano de 2009, as receitas públicas totais ascenderam a 69,870 mil milhões de patacas, sendo que 65.4% respeita ao imposto sobre o jogo.

Gráfico 3.1 - Componente jogo na formação da receita pública



Fonte: DSEC. Anuários Estatísticos de 2007, 2008 e 2009.

É interessante ver a evolução da formação da receita pública de Macau ao longo dos anos. Imediatamente se percebe que a sua principal componente é proveniente da concessão de jogos; partindo do ano de 1999, o da transferência da administração, em que o jogo tinha um significado de 48.4% na formação da receita constata-se que se tem registado um aumento e, embora nos últimos anos se verifique uma oscilação na curva com sentido descendente, o que pode significar um maior esforço na diversificação da economia local, a verdade é que as receitas provenientes do jogo têm um significado que se situa entre os 60% e os 70% do total das receitas públicas. Em termos absolutos, os montantes envolvidos passaram de 10,579 mil milhões de patacas em 2003, antes da liberalização do sector, para 45,697 mil milhões de patacas em 2009⁷⁴.

⁷³ Despacho do Chefe do Executivo n.º 207/2004, de 16 de Agosto.

⁷⁴ Direcção de Serviços de Estatística e Censos, RAEM, “Anuário Estatístico 2007”, “Anuário Estatístico 2008” e “Anuário estatístico 2009”. Disponíveis através da ligação em www.dsec.gov.mo.

Sendo, sem dúvida, o jogo o principal pilar no qual assenta a economia de Macau, o segundo – o do turismo – intimamente relacionado com o primeiro, tem, também, vindo a conhecer novas estratégias que visam o seu desenvolvimento com uma forte aposta na conquista de novos mercados independentes do subsector do jogo.

Tendo, nesta área, o património cultural sido sempre a base essencial nas campanhas promocionais onde as referências à arquitectura tradicional chinesa, ocidental e luso-chinesa a par da gastronomia são uma constante, continuam a ser estes aspectos a melhor “vender” a imagem de Macau como destino turístico.

Com o objectivo de chamar a atenção da população para a importância que o sector tem na economia local, têm sido desenvolvidas campanhas de sensibilização junto da população em geral e dos agentes turísticos, promovendo o turismo sob o lema *Somos todos embaixadores do Turismo*, visando *reforçar os conhecimentos sobre o sector e a identidade cultural singular da RAEM*⁷⁵. Foram desenvolvidas diversas actividades, como concursos para dar a conhecer as características do território – gastronomia, pontos turísticos e monumentos – e para a realização de filmes de curta-metragem sobre Macau e, ainda, cursos de formação para profissionais na área dos transportes, hotelaria e restauração bem como conduzidas fortes campanhas promocionais no exterior.

As dinâmicas do mercado turístico contaram com o apoio do Governo Central que, para além da realização do pacote *Excursão a Macau* (prática desenvolvida em 2002) introduziu, a partir de meados de 2003, a política de vistos individuais⁷⁶ em Pequim, Xangai e, progressivamente, em várias cidades da Província de Guangdong, nas quais os serviços competentes do Executivo Local têm vindo a desenvolver fortes campanhas de promoção da Região.

Em 2003, em consequência destas medidas, e apesar do surto da Síndrome Respiratória Aguda Severa, entraram em Macau cerca de 12 milhões de turistas, dos quais 48% eram oriundos da China Continental e tendo 11% viajado com visto individual. Seguiram-se os visitantes de Hong Kong (39%) e de Taiwan (9%) como mercados mais importantes. Estes números aumentaram consecutivamente ao longo dos anos, tendo, em 2009, entrado em Macau aproximadamente 28,5 milhões de visitantes, 51% dos quais provenientes da China

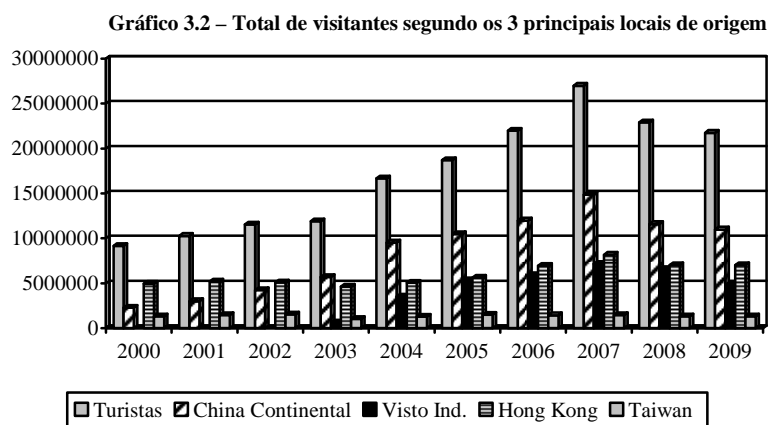
⁷⁵ Medidas que se compreendem dadas as características da população de Macau, maioritariamente originária da China continental e, em larga medida, recente no território.

A expressão em itálico, que corresponde a uma citação retirada de comunicado à imprensa da Direcção de Serviços de Turismo em 22 de Março de 2002, é recorrente nos discursos sobre Macau. Disponível em http://industry.macautourism.gov.mo/pt/pressroom/index.php?page_id=172&sp=53&id=240.

⁷⁶ Esta medida, criada para atenuar os efeitos da pneumonia atípica nas Regiões Administrativas Especiais de Macau e Hong Kong, tornou-se o motor do desenvolvimento do sector do turismo.

Continental e, destes, 57% viajando com visto individual. Hong Kong e Taiwan continuam a ser o 2º e 3º mais significativos locais de origem dos visitantes⁷⁷.

Contudo, impõe-se uma explicação: os serviços competentes do Governo da RAEM introduziram uma alteração na forma de contagem dos visitantes a partir do ano de 2008, pelo que os últimos dois anos não podem comparar-se directamente com os anteriores. As novas regras de contagem excluem, correctamente, os trabalhadores não residentes, estudantes e os indivíduos que entrem no território tendo como objectivo conseguir uma actividade remunerada. Segundo a forma anterior de apuramento, nos anos de 2008 e de 2009 o número total de visitantes seria, respectivamente, de 30,2 e de 28,5 milhões e não de 22,9 e 21,7 milhões. Ainda assim, optámos por apresentar a informação em conjunto no mesmo gráfico de forma a destacar a evolução que se tem registado neste sector e o peso do mercado do continente chinês no conjunto, bem como a importância da medida “visto individual”.



Fonte: DSEC. Estatísticas do Turismo de 2000 a 2009.

Acresce que em 2007 a RPC impôs restrições à emissão de vistos individuais – diminuindo a sua emissão, passando a apenas um por mês por cada indivíduo e, também, eliminando os vistos de entrada dupla nas duas Regiões Administrativas Especiais – com o objectivo de combater a imigração ilegal e controlar o “verdadeiro” turismo uma vez que é de crer que muitos dos visitantes que chegavam a Macau – e a Hong Kong – o faziam na tentativa de encontrar trabalho, sendo, também, associados à prática de alguns delitos, nomeadamente pequenos furtos e crimes ligados ao jogo.

Embora o efeito das restrições na emissão de vistos individuais só possa ser avaliado a médio e longo prazo, os dados divulgados pelos serviços competentes do governo de Macau referentes a Setembro de 2008 indicavam que o número de visitantes originários da China Continental, que entraram em Macau nesta modalidade, decresceu em 24.6%

⁷⁷ “Estatísticas do Turismo” e “Movimento de visitantes” de 2000 a 2009. Informação disponível em <http://www.dsec.gov.mo>.

comparativamente ao mesmo período de 2007 e, de acordo com a Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos, também as receitas brutas dos casinos sofreram um decréscimo. Contudo, uma vez que os que se deslocam a Macau efectivamente em viagens de turismo dificilmente o farão com uma frequência superior a uma vez por mês é de crer que estas medidas não afectem de facto o verdadeiro turismo, como aliás se pode verificar pelos dados relativos a 2009 que, ainda que registem um decréscimo na entrada de visitantes, esse decréscimo regista-se em todos os segmentos do mercado e não tem particular incidência no mercado do continente chinês.

Ainda assim, é possível dar conta de dois tipos de reacções perante a expectativa de abrandamento nos dois sectores mais significativos da economia de Macau. Por um lado, há quem defenda que o crescimento que se tem vindo a registar tem tido custos sociais muito elevados⁷⁸, com a qualidade de vida a piorar significativamente e que, nesta perspectiva, um abrandamento poderá ser positivo; além disso, as concessionárias que entraram no sector do jogo deveriam captar os seus próprios mercados, diversificando públicos, e não foi isso que aconteceu, tendo vindo a operar essencialmente com o mercado chinês e de medidas que visavam animar outros sectores da economia local na sequência dos graves problemas decorrentes da pneumonia atípica. Por outro lado, há também alguma preocupação, sendo evidente o receio de que a diminuição de visitantes e a consequente quebra nas receitas dos casinos leve à falência de pequenos empreendimentos e a despedimentos massivos. Com efeito, além de se terem verificado cortes nos salários dos trabalhadores dos casinos, algumas operadoras procederam a despedimentos significativos – a Galaxy despediu 270 trabalhadores em meados de 2008, a Venetian suspendeu a construção de hotéis no Cotai e, no final do mesmo ano despediu mais de 10 mil empregados, e, embora neste caso 580 dos quais fossem trabalhadores não residentes, foram acusadas de preterirem os trabalhadores locais em favor de mão-de-obra importada.

É certo que esta questão não pode ser ligada nem explicada pela diminuição dos vistos individuais – as medidas tomadas terão mais a ver com a crise financeira mundial à qual os operadores do jogo em Macau não estão imunes, nomeadamente os que são oriundos dos Estados Unidos onde têm também fortes investimentos. Acresce que efectivamente embora se tenha registado um período de desaceleração no sector – no último trimestre de 2008 e em princípios de 2009⁷⁹ – tal não é suficiente para se poder dizer que o sector tenha entrado em

⁷⁸ É preciso ter em consideração que estamos a falar de um espaço geográfico com uma dimensão de 29,5Km² e com uma população residente na ordem do meio milhão.

⁷⁹ Com base no Boletim Económico de Macau referente ao Segundo Trimestre de 2009, em comparação com 2008 a receita bruta do jogo caiu 12.2% e o número de visitantes diminuiu 13.2%.

depressão, pois embora tivesse ocorrido um período de desaceleração os resultados anuais mantêm a tendência de crescimento, como aliás se pode constatar através dos valores apurados e referidos no Quadro 3.1, passando esta questão completamente despercebida na apresentação de dados globais.

Sendo a indústria do jogo responsável por criar emprego para mais de um terço da população em idade activa de Macau, quer em empregos directos quer em actividades relacionadas, é evidente que qualquer sinal de menor vitalidade no sector é de enorme preocupação para as gentes de Macau.

Uma das críticas que constantemente é apontada é precisamente a de que Macau se encontra altamente dependente deste sector, pelo que são constantes os apelos à diversificação da economia, quer em actividades completamente independentes dos mercados do jogo quer dentro da área do turismo – nomeadamente com o desenvolvimento do subsector MICE (Meetings, Incentives, Conferencing, Exhibitions) e também uma maior aposta no turismo cultural.

Apesar da imagem de Macau estar muito associada ao jogo existem, no entanto, outros aspectos que fazem desta Região um lugar de interesse turístico e que são constantemente referidos e amplamente difundidos pelos serviços com responsabilidade na promoção do território. É sob o tema “*Sentir Macau*” e com o slogan “*Macau, num Mundo de Diferenças a Diferença é Macau*”, com ênfase na herança cultural e arquitectónica da cidade⁸⁰, que as autoridades desenvolvem fortes campanhas promocionais, como cidade de cultura e de “*non stop events*”, destacando, por exemplo, o Festival Internacional de Música, o Festival Internacional de Fogo de Artifício, o Festival de Gastronomia, a Maratona Internacional e, evidentemente, o Grande Prémio, a par da apresentação de um conjunto de infra-estruturas, sejam estas unidades hoteleiras para alojamento, sejam espaços para reuniões, convenções e exposições. Desta forma, procura-se mostrar a diversidade e variedade de atracções de Macau e apresentar um modelo turístico que engloba vários elementos – divertimento, espectáculos e eventos, negócios, convenções e exposições, sem esquecer as compras e as especialidades gastronómicas⁸¹.

⁸⁰ Cujo significado aumentou consideravelmente com a classificação de “O Centro Histórico de Macau” como Património Mundial da Humanidade.

⁸¹ No que respeita à gastronomia portuguesa é de referir que a legislação em vigor actualmente prevê, entre os requisitos específicos, para restaurantes de luxo e de 1ª classe que aqueles que não sirvam exclusivamente cozinha oriental terão de ter à disposição dos clientes uma ementa que inclua cozinha portuguesa, macaense e internacional, assim como, no caso dos restaurantes de luxo, deverão ter pessoal ao serviço com conhecimentos das línguas chinesa, portuguesa e inglesa (Guia para o Licenciamento de Restaurantes, Salas de Dança e Bares, Direcção de Serviços de Turismo, Novembro de 2006, reimpressão Junho de 2009).

Novas dinâmicas

Promover a nova cooperação, escrevendo um novo capítulo

Macau tem mantido um permanente intercâmbio cultural e económico com os países de língua portuguesa, para além de ter estreitos contactos com mais de 100 países e territórios do mundo na área económica e comercial. A realização em Macau da 1ª edição do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa assume um significado especial para Macau ao meter em destaque ainda mais o seu papel de ponte e os laços de ligação entre o Continente Chinês e os Países de Língua Portuguesa.

Vice-Primeira Ministra Wu Yi, Macau, 2003⁸²

No âmbito de políticas de desenvolvimento económico, de referir, ainda, medidas recentes que consideram quer o estreitamento de relações entre Macau e a China Continental, quer a sua integração no contexto regional do Grande Delta do Rio das Pérolas (RGDRP), quer, ainda, a intensificação conjunta das relações com países vizinhos e a penetração nos mercados dos países de língua portuguesa (PLP).

Antes de avançarmos, talvez seja conveniente introduzir alguns aspectos relativos à República Popular da China, país do qual Macau é Região Administrativa, ainda que *especial*.

Como é amplamente conhecido, a China é uma das regiões de grande importância na economia mundial da actualidade. Sob a liderança de Deng Xiaoping, a partir dos anos 80 entra numa fase de forte expansão, acelerado crescimento económico e abertura ao mercado exterior, facto que se faz sentir na economia mundial e que ganha maior relevo a partir da sua admissão na Organização Mundial do Comércio (Dezembro de 2001). Do ponto de vista da política interna, o poder concentra-se nas mãos do partido comunista – partido único – com rejeição aos modelos democrático e económico capitalista ocidentais, sendo pretensão da RPC que lhe seja reconhecida a sua particular *economia socialista de mercado*⁸³, procurando a integração na economia global recorrendo a estratégias capitalistas sem alterar o sistema político vigente – o estado regula o mercado e o mercado regula o sector empresarial. As reformas desenvolvidas, conduzidas seguindo a lógica formulada por Deng Xiaoping, de

⁸² Excerto do Discurso da Vice-Primeira Ministra Wu Yi, Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, 1ª Reunião Ministerial, Macau, 12 de Outubro de 2003. Disponível em <http://www.forumchinaplp.org.mo/files/conference.pdf>. Acesso a 13 de Dezembro de 2010.

⁸³ Entre os países que reconhecem o estatuto de economia de mercado à RPC, estão a Nova Zelândia, o Quirguistão, os países membros da ASEAN, Singapura, Malásia e Tailândia – os primeiros a fazê-lo – a que mais recentemente se juntaram a Indonésia, Filipinas, Birmânia, Brunei, Vietname, Cambodja e Laos, e desde 2004 o Brasil, logo seguido pela Argentina e, em 2007, a Síria.

acordo com os princípios da “*política da porta aberta*” e de “*um país, dois sistemas*”, incidem numa profunda reforma da economia agrícola, num gradual processo de abertura ao exterior e na captação de investimento estrangeiro, tendo sido estrategicamente criadas as Zonas Económicas Especiais – ZEE⁸⁴ (Murteira, 2003: 105-110).

Nas ZEE assume clara predominância o sector secundário, seguido do terciário em franco desenvolvimento, ocupando as actividades ligadas ao sector primário apenas uma pequena parcela. A função principal que preside à sua criação é a de desenvolver relações comerciais com o estrangeiro, tendo o governo chinês dado especial atenção aos interesses dos *compatriotas* de Hong Kong, Macau e Taiwan (Silveira, 2001:1148), bem como ao largo número de chineses migrantes noutras zonas vizinhas, particularmente Malásia e Singapura – uma espécie de *convite ao regresso a casa destes chineses, pelo menos dos seus capitais* (Murteira, 2003:109).

Foram estabelecidas parcerias entre empresas chinesas e estrangeiras, seguindo a *política da porta aberta*, procurou-se aceder a novos conhecimentos e tecnologias através da integração no mercado mundial, sendo de salientar que ao longo dos anos 90 se verificaram profundas transformações na Região do Delta do Rio das Pérolas – construção de vias de comunicação e surgimento de grandes empreendimentos industriais. Neste contexto, Hong Kong e Macau, o *segundo sistema*, desempenham um papel significativo em todo o processo e procuram definir o seu posicionamento em relação à China, quer do ponto de vista interno quer nas relações com o exterior, tomando as suas especificidades como recurso que é capitalizado na definição de modelos de desenvolvimento económico e na concretização de estratégias políticas numa lógica de continuidade e de não supressão das diferenças.

A RGDRP⁸⁵, composta por 9 Províncias e as 2 Regiões Administrativas Especiais da RPC, cuja população na ordem dos 450 milhões de habitantes é equivalente à da União Europeia, é responsável por cerca de 40% do Produto Interno Bruto da China. Os discursos em torno deste Bloco Regional são claramente marcados por um forte apelo à cooperação, recorrendo à singularidade e diferença de cada parte envolvida como recurso que pode e deve ser mobilizado no sentido de valorizar a complementaridade regional, tornando, assim, toda a região mais competitiva do ponto de vista de uma economia global e, também, no

⁸⁴ As cinco ZEE criadas, 4 em 1980 e 1 em 1988, são as seguintes: Shenzhen, situada no sul da Província de Guangdong, fazendo fronteira com Hong Kong; Shantou, situada na parte leste da Província de Guangdong, junto ao mar do Sul da China; Zhuhai, situada no sul da Província de Guangdong, adjacente a Macau; Xiamen, no sul da Província de Fujian, a oeste do estreito de Taiwan; Hainan, na segunda maior ilha chinesa com o mesmo nome, vizinha das Filipinas a este, Malásia e Brunei a sul, Indonésia a sudoeste e Vietname a Oeste (Silveira, 2001:1147-1183).

⁸⁵ Compõem a RGDRP as Províncias de Fujian, Jianxi, Hunan, Guangdong, Guanxi, Hainan, Sichuan, Guizhou e Yunan, a RAEHK e a RAEM.

desenvolvimento económico interno. Não só se fazem referências explícitas aos avanços da globalização económica, como se destacam instrumentos tendentes a facilitar a integração da RPC nessa *economia de mercado global* procurando obviar limitações decorrentes das suas especificidades políticas, administrativas e culturais.

A criação deste “bloco dos 11” tem como grande objectivo criar uma zona de comércio livre, diminuindo o impacto das diferenças existentes – nomeadamente entre as Províncias e as Regiões, com diferentes sistemas políticos e modelos económicos, estando em causa, como referia Mário Murteira, *construir na prática, numa economia de dimensões quase continentais – que a médio prazo pode tornar-se a economia de maior dimensão à escala mundial –, um sistema de regulação nacional ao mesmo tempo compatível com a integração autónoma no mercado global, a harmoniosa integração interna e a “apropriada” transição para a economia de mercado* [na] *continuação da estratégia lançada por Deng há mais de vinte anos* (2003:114-115).

Nesta linha de actuação, foi assinado em finais de 2003, com entrada em vigor em Janeiro de 2004, o Acordo CEPA – *Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau*, com o objectivo de *promover a prosperidade e desenvolvimento comuns* visando *reforçar as relações das duas partes com outros países e regiões*⁸⁶, constituindo-se, assim, como instrumento que reforça a estratégia seguida com a criação das ZEE e faz uso das Regiões Administrativas Especiais como trampolim da China para o mundo e do mundo para a China. O CEPA, ao qual já foram adicionados 7 suplementos, é um acordo de liberalização económica, que estabelece um relacionamento semelhante a parceiros de comércio livre e abrange três sectores económicos e comerciais: mercadorias, serviços e investimento. A sua especificidade reside no facto de se tratar de regiões de um mesmo país mas que correspondem a territórios aduaneiros autónomos.

Francis Tam, Secretário para a Economia e Finanças do Governo da RAEM, afirmou que este Acordo é revelador da atenção que a China dá ao desenvolvimento de Macau e Hong Kong, contribuirá para a concretização dos objectivos de diversificar a economia da Região e para fortalecer o seu papel como plataforma comercial; adiantou, ainda, que é uma estratégia que se enquadra nos objectivos de integração e cooperação regional mas, também, dos desafios da globalização económica⁸⁷.

⁸⁶ CEPA – documento síntese. Disponível em <http://www.economia.gov.mo/portuguese/cepa/word/pint.doc>; acesso a 13 de Dezembro de 2010.

⁸⁷ Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM, 20 de Junho de 2003.

<http://www.gcs.gov.mo/showNews.php?PageLang=P&DataUcn=2324&Member=0>; acesso a 21 de Junho de 2003.

No âmbito das políticas de abertura e de estabelecimento de parcerias estratégicas, a RPC atribuiu a Macau um papel relevante no que especialmente respeita ao relacionamento com os países de língua portuguesa.

As relações da China com o continente africano não são recentes; desde a sua criação como República Popular que são conhecidas, embora as razões iniciais fossem completamente distintas do que são hoje. Se, inicialmente, existia um interesse marcadamente político e de expansão ideológica – luta contra o imperialismo e colonialismo – com a independência dos países africanos o discurso chinês passa a sublinhar acima de tudo a questão do subdesenvolvimento como elo de ligação. A partir dos anos 80, com as reformas económicas postas em marcha por Deng Xiaoping, os interesses económicos da China em África tornaram-se cada vez mais importantes. Em Outubro de 2000 foi criado um Fórum de Cooperação China-África, com uma forte aposta no relacionamento económico, tendo a cooperação chinesa vindo a destacar-se por toda a África ao longo dos últimos anos, com particular incidência na agricultura, na construção de infra-estruturas, no comércio e investimento (Alves, 2005:1163).

No que respeita ao Brasil, também são conhecidas as relações entre os dois países. Desde 1974, altura em que foram estabelecidas relações diplomáticas, tem-se verificado uma política de aproximação e dado passos importantes no desenvolvimento do relacionamento bilateral, tendo, em 1993, sido firmado o conceito de parceria estratégica sino-brasileira. De acordo com Oliveira, o Brasil conseguiu estabelecer laços significativos com a China no contexto da cooperação Sul-Sul, tendo sido desenvolvida uma acção conjunta relativa a questões comuns e, apesar das diferenças nos sistemas políticos de cada um dos países, existem aspectos semelhantes em princípios de política externa e posicionamentos idênticos em questões internacionais como a oposição à diplomacia dos direitos humanos dos Estados Unidos e a responsabilidade comum na cooperação multilateral Sul-Sul com oposição ao proteccionismo comercial dos países desenvolvidos. Além da procura de complementaridades no que respeita ao comércio e alianças políticas nos planos bilaterais e multilaterais, o estreitamento das relações desenvolve-se em função das necessidades de estabelecer parcerias no processo de distribuição de poder internacional e na garantia de acesso a mercados (2004:12 e 17). Segundo o autor:

a China com o seu impressionante crescimento económico, não deixa de representar uma grande oportunidade para a ampliação de relações comerciais e económicas entre os dois países. Desnecessário apontar os setores, da agricultura a manufaturados, da cooperação tecnológica a serviços de engenharia, de áreas estratégicas como siderurgia e

hidrocarboretos a patentes de produtos farmacêuticos, entre tantos outros que se abrem para a possibilidade de uma cooperação frutífera a ambos (2004:21).

Relativamente a Portugal, para além do relacionamento que, evidentemente, decorre ao longo dos séculos por força da presença portuguesa em Macau e que já foi mencionado anteriormente, no que respeita às questões económicas a ideia-chave é a de que não houve, da parte portuguesa, um aproveitamento das condições que advinham da sua longa permanência na região e que, agora como antes, o investimento empresarial tem sido fraco. Nos últimos anos temos assistido ao desenvolvimento de algumas tentativas de aproximação empresarial, contudo a entrada de empresas chinesas na economia portuguesa tem registado maior sucesso do que o contrário, pendendo a balança comercial claramente para o lado da China. Ainda assim, Pequim reconhece a importância das relações com Portugal e demonstra claramente esse reconhecimento, tendo elevado este país ao estatuto de “parceiro estratégico” depois da visita de Wen Jiabao a Portugal em 2005 (Sá, 2009:139).

Macau, por sua vez, tendo sido administrada por Portugal, ao longo da sua história tem desenvolvido sempre relações com os países do espaço lusófono. Fazendo apelo, precisamente, a essa tradição e usando estrategicamente a *herança colonial*, percebida como uma mais-valia a ter em consideração, a China atribuiu a Macau a responsabilidade de conduzir o processo de aproximação aos países de língua portuguesa, desempenhando a Região o papel de plataforma negocial.

Foi em 2002, quando o Chefe do Executivo procedeu na Assembleia Legislativa à apresentação das Linhas de Acção Governativa para 2003, que se lançaram as bases para a constituição de Macau como a plataforma de ligação aos mercados dos países de expressão portuguesa, referindo que Macau pode

tirar partido das ligações históricas que nos une a esses países e territórios e das nossas vantagens no plano linguístico, de custos de exploração, condições sociais e relações humanas, para promover o estabelecimento de relações de parceria económica e comercial entre as nossas pequenas e médias empresas e as da China Continental, países do Sudeste Asiático e países e territórios lusófonos (LAG, 2003).

Assim, em 2003, foi criado o *Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (FCECCPLP)*⁸⁸. Este Fórum considera *Macau, como uma ponte intermediária de economia e comércio entre a China Continental e os países*

⁸⁸ Doravante designado por Fórum.

de língua portuguesa, [uma vez que na RAEM vigora] um enquadramento jurídico e administrativo semelhante ao do Continente Europeu, [o que facilita] uma aproximação dos Mercados de Língua Portuguesa ao Mercado da China Continental (IPIM⁸⁹).

Fazem parte deste Fórum, além da China, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor Leste. Em Setembro de 2003, teve lugar em Macau a 1ª Conferência Ministerial do Fórum, na qual participaram altas individualidades de todos os países envolvidos, nomeadamente da RPC, entre as quais a Vice-Primeira Ministra Wu Yi que, destacando o *significado especial para Macau de meter em destaque ainda mais o seu papel de ponte e os laços de ligação entre o Continente Chinês e os Países de Língua Portuguesa*, referiu o papel propulsor da Região e declarou o apoio do Governo chinês para o qual o projecto é de grande importância (*Discursos*, 2003:4-6). Deste encontro resultou um *Plano de Acção*, assinado por todos os países participantes, e foi criado um mecanismo de acompanhamento com sede em Macau – o Secretariado Permanente.

O *Plano de Acção* estabelece o reforço da cooperação intergovernamental e o aperfeiçoamento de mecanismos de consulta bilaterais entre a China e os PLP, define que o incremento do comércio constitui um objectivo comum das partes envolvidas e considera da maior importância a melhoria do clima de investimentos de cada país participante, promove a criação de parcerias entre empresas dos vários países membros, sendo também definidas como áreas de intervenção as da agricultura e pescas, engenharia e construção de infra-estruturas, reforço do intercâmbio e cooperação no domínio dos recursos naturais e de desenvolvimento de recursos humanos (*Plano de Acção*, 2003).

Em 2006, na 2ª Conferência Ministerial, foram apontadas novas áreas de relacionamento – turismo, transportes, saúde, ciência e tecnologia, cultura e comunicação social. Mais recentemente, em Novembro de 2010, decorreu em Macau a 3ª Conferência⁹⁰ com a participação do Primeiro-Ministro da RPC⁹¹, Wen Jiabao – o que é visto como muito significativo e simbolizando a importância que Pequim atribui a este assunto – tendo sido estabelecido novo plano de acção para o triénio 2010/2013. Neste plano de acção, além do reforço nas áreas que anteriormente já haviam colhido o interesse dos países participantes, salienta-se o destaque dado na área da educação e recursos humanos, reiterando a importância

⁸⁹ Informação recolhida no IPIM – Instituto de Promoção do Comércio e Investimento de Macau.

⁹⁰ Ficou acordado a realização de uma reunião do Fórum a cada 3 anos; a 3ª Reunião Ministerial deveria ter tido lugar em Macau no ano de 2009, contudo o facto de este organismo ter estado sem responsável máximo durante cerca de um ano e também, alegadamente, por ter sido um ano de eleições na RAEM o evento foi adiado para o ano de 2010.

⁹¹ Refira-se que, nesta Conferência estiveram igualmente presentes os Primeiros-ministros de Moçambique, Guiné-Bissau, Timor Leste e Portugal.

que a formação de recursos humanos e a criação de emprego representam para o desenvolvimento dos países envolvidos, propondo-se dar continuidade aos planos de formação e promovendo o seu reforço através do alargamento das áreas e do âmbito de formação, das nacionalidades e número de formandos. A China propõe-se organizar acções destinadas aos PLP em vias de desenvolvimento tendo por objectivo atingir 1500 funcionários e técnicos em cursos específicos, com destaque para as áreas da agricultura, educação, saúde, ciência e tecnologia e administração alfandegária. Também as áreas técnicas de construção e gestão de infra-estruturas, utilização e gestão de recursos naturais e energéticos e os domínios do comércio, turismo e hotelaria são referidos como sectores para os quais se propõe uma análise da viabilidade de financiamento de centros de formação nos países participantes do Fórum.

Neste quadro, o Primeiro-ministro chinês Wen Jiabao anunciou a criação em Macau de um Centro de Formação do Fórum, que irá funcionar na Universidade de Macau, tendo o mesmo sido inaugurado imediatamente a seguir ao anúncio (a 14 de Novembro). Sendo o apoio logístico e financeiro para o funcionamento deste Centro da responsabilidade da RAEM, não foram ainda especificadas as áreas que irá privilegiar, contudo um dos aspectos que o *Plano de Acção* refere é o de estudar o aproveitamento das vantagens comparativas de Macau no conhecimento dos sistemas jurídicos da China e dos PLP e de promover Macau como ponto de arbitragem para a resolução de conflitos decorrentes do intercâmbio comercial entre a China e os países do espaço da lusofonia envolvidos.

No campo do ensino, destacou-se o papel desempenhado pela China na construção de escolas em zonas rurais dos PLP africanos, incentivou-se a criação de programas de educação primária universal com vista ao aumento das taxas de alfabetização e acordou-se o aumento de bolsas de estudo com vista à intensificação da cooperação no nível de ensino superior.

Foi, igualmente reiterada a importância das línguas chinesa e portuguesa, proposto o alargamento da rede de Centros Confúcio, salientou-se o papel da língua portuguesa como instrumento de integração entre os países do Fórum, sublinhando-se a necessidade de desenvolver mecanismos para a sua promoção e de estimular as universidades e institutos de ensino superior dos países envolvidos a fomentarem, entre si, o ensino desta língua⁹².

De acordo com Lee Peng Hong (2009:70) Macau apresenta inúmeras vantagens para se consolidar como plataforma de cooperação económica entre a China e os PLP, nomeadamente laços linguísticos, culturais e históricos, enquadramento jurídico e administrativo, ligações

⁹² O *Plano de Acção 2010-2013* encontra-se disponível para consulta na página electrónica do Fórum; os aspectos destacados referem-se, no essencial, ao ponto 7 do referido plano, consultado em 17 de Dezembro de 2010. Disponível em http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/notice.aspx?a=20101123_01.

económicas e políticas, acesso ao vasto mercado chinês e um forte apoio por parte de Pequim. Acresce que, de acordo com o mesmo autor, Macau encontra-se numa localização estratégica, apresenta um ambiente de negócios favorável e faz parte de uma rede de relações regional e internacional, assumindo-se como uma janela de oportunidades na cooperação com o Continente Chinês para o que já existem mecanismos facilitadores, como o CEPA, e integradores, como a sua participação na RGDRP, a mais extensa aliança económica da China, onde poderá funcionar como porta de entrada para empresários dos PLP.

O papel de Macau como plataforma de ligação entre a China e os países de expressão portuguesa tem vindo a consolidar-se, sendo actualmente considerado pelas partes envolvidas como um factor importante nas relações multilaterais. As relações comerciais entre a China e os demais países envolvidos registaram um crescimento acentuado entre 2003 e 2008, tendo, segundo informação divulgada pelo IPIM, *triplicado para um total de 34 mil milhões de dólares no final de 2006, um crescimento que na altura correspondia a 46.9% face a 2005*⁹³. De acordo com as estatísticas dos Serviços de Alfândega da China, e divulgadas pelo Secretariado Permanente do Fórum⁹⁴, as trocas comerciais entre os países envolvidos ascenderam a 77 mil milhões de dólares no ano de 2008, correspondendo a um acréscimo de 66.2% face ao mesmo período de 2007, ultrapassando a meta de 50 mil milhões apontada para 2009 na 2ª Reunião Ministerial. O ano de 2009, embora ultrapassando a referida meta, regista um decréscimo de 19% das trocas comerciais em relação ao período homólogo, situando-se o volume das transacções nos 62,4 mil milhões de dólares, o que é atribuído ao clima de crise internacional que se tem vivido. Contudo, em 2010 esta tendência é invertida e, ainda que só sejam conhecidos os valores transaccionados entre Janeiro e Outubro deste ano, as trocas comerciais entre a China e os PLP atingiram os 75,1 mil milhões de dólares, o que representa um acréscimo de 49% face ao mesmo período de 2009.

De entre os países lusófonos, o principal parceiro da China é o Brasil, com trocas comerciais no valor de 50,7 mil milhões de dólares, seguido de Angola, com trocas comerciais de 21,0 mil milhões de dólares e, a significativa distância, de Portugal e Moçambique – com trocas comerciais, respectivamente, no valor de 2,6 mil milhões e 559 milhões de dólares.

Estamos a falar de volume de transacções entre a China e cada um dos vários países lusófonos, e há quem refira que esta questão não é relevante para Macau pois a China não precisa da sua Região Administrativa Especial para fazer negócios com os demais países

⁹³ Informação recolhida em www.ipim.gov.mo/pt/ccpsc/index.htm; acesso a 3 de Maio de 2009.

⁹⁴ Informação disponível em <http://www.forumchinapl.org.mo>; para 2008 acesso em 03 de Maio de 2009, para 2009 acesso em 05 de Janeiro de 2010 e para 2010 acesso a 13 de Dezembro.

envolvidos, e a atestá-lo estão as relações bilaterais que tem mantido, nomeadamente, com o Brasil. Um dos nossos interlocutores com responsabilidades nesta área, sem deixar de afirmar que é difícil avaliar os efeitos e os benefícios do mecanismo criado e qual o peso que Macau assume no contexto das negociações em termos quantitativos, no fundo qual o significado do seu contributo directo, considera no entanto que:

O papel de Macau... para já, em primeiro lugar a imagem, eu julgo, a imagem de Macau como plataforma de serviços já está cada vez mais reconhecido a nível internacional. Isso é o primeiro contributo ou o primeiro resultado que a gente pode avaliar. Em segundo lugar, então como disse, entre a China e os países de língua portuguesa há cada vez mais eventos, cada vez mais relações, as relações estão cada vez mais estreitas, também podemos dizer que foi um resultado directo ou indirecto do papel de Macau, Macau que contribui. (...) toda a economia de Macau está a transformar de uma forma muito rapidamente da economia tradicional para uma economia de serviços, alto valor acrescentado, muito rapidamente. Em Macau neste momento é tudo serviços. E portanto é difícil, mais uma vez é muito difícil fazer um cálculo, olha, há não sei quantos biliões neste bolo China/países... Macau tem 10% ou 5%, não é simples, nós prestamos serviços, não fabricamos e o comércio também é um fenómeno mundial, quer dizer... o que está a acontecer, as empresas... já agora, uma das estratégias para o desenvolvimento de Macau é o sector de convenções e feiras, baseado no turismo, rápido desenvolvimento do turismo, organizamos também eventos económicos, feiras, convenções, para promover cooperações. Então imagina uma empresa de Portugal vai a Macau à procura de parceiros e uma empresa da China, isto é o que estamos a fazer, uma empresa da China vem a Macau e organizamos encontros, eles falam, discutem e depois chegam à conclusão em fazer negócio. Como plataforma, é isto. Tem cooperação no comércio, no investimento, e depois... talvez os produtos da China vão directamente para Portugal, não é preciso passar por Macau, mas o serviço fica em Macau; primeiro eles viajam para Macau, vão consumir e vão gastar dinheiro, e todos os serviços, serviços profissionais, a advocacia vai ganhar, seguradores, os bancos, o sector de convenção e feiras. Tudo isso. A plataforma é muito mais que mediação. Plataforma é... aliás, uma plataforma de sucesso exige também um conjunto de serviços que a própria plataforma tem que prestar, os tais serviços profissionais, serviços de trading, serviços financeiros, serviços de convenção e feiras, é tudo isso em conjunto, não é só fazer a mediação (Cheng, chinês, dirigente na Administração Pública, Ent. 88/2009).

Segundo este responsável, não se trata apenas de um papel de mediação, que se esgota rapidamente, a estratégia é a de aproveitar as *vantagens comparativas* de Macau como elemento facilitador na associação entre empresas, em particular as PME, que predominam em Macau, mas que não têm capacidade para trabalhar sozinhas na conquista de grandes mercados internacionais, contrariamente às empresas da China que têm essa capacidade mas que apresentam fraquezas ao nível da carteira de contactos.

E quais são essas vantagens comparativas de Macau? O nosso interlocutor aponta a localização estratégica de Macau e o princípio “*um país, dois sistemas*”: se, por lado, Macau é parte integrante da China, por outro, dentro desse enquadramento apresenta um sistema político, administrativo e financeiro totalmente diferente – é um sistema capitalista, um porto franco e com uma baixa tributação, apresentando um ambiente favorável para os negócios.

E acrescenta: concretamente para os países de língua portuguesa, efectivamente a língua portuguesa ainda é língua oficial em Macau e toda a legislação é de matriz portuguesa. Já existe em Macau mecanismos, como o Fórum, o IPIM, associações e representações dos países de língua portuguesa já estão em Macau, há consulados, Consulado de Portugal, Angola, Moçambique... cônsules honorários, etc., ou representações das câmaras de comércio, estão a trabalhar em Macau neste sentido. E mais, sendo uma plataforma temos um conjunto de serviços, um conjunto de mecanismos de serviços que possam ajudar os empresários a chegar à conclusão... Macau apesar de ser uma economia muito pequena temos uma rede de contactos, temos um networking muito forte, além dessas relações com todos os países de língua portuguesa temos, mais importante ainda, temos uma rede de cooperação com toda a China, desde o Governo Central, Beijing, e todas as Províncias. Portanto, quer dizer, tudo isso transforma Macau numa plataforma de serviços muito eficaz. Em resumo, uma empresa destes países efectivamente poderia ir directamente a Beijing, a Xangai, trabalhar as suas coisas; em primeiro lugar: Macau representa mais uma opção; em segundo lugar: se esta empresa, tanto portuguesa como moçambicana ou outra, se não for muito grande não é capaz de ir directamente. Uma empresa portuguesa se for pequena vai a Beijing ninguém conhece e não tem capacidade de abrir o mercado. Mas se vai a Macau, tudo depende da estratégia e de que tipo de negócio é, mas tem muito mais facilidade em encontrar parceiros. É isso que está a acontecer.

Para este responsável o factor linguístico tem muita importância, embora, evidentemente toda esta dinâmica não se possa reduzir à questão da língua.

Isso é um dos factores, é muito natural. Mas eu o que estou a tentar dizer, para fazer um bom negócio não depende só da língua, isso facilita e isso é a primeira questão, facilita muito. E a língua, quando dizemos a língua a língua não é só língua, a língua representa toda a cultura, as redes de relações e o conhecimento pessoal, o network. Network. Na China chama-se guanxi... Quer dizer, a língua é isso, para mim é muito mais, não é só a língua, não é só apenas um meio de comunicação, a língua representa a cultura e o passado das pessoas, o network... guanxi (Cheng, chinês, dirigente na Administração Pública, Ent. 88/2009).

As vantagens de Macau evidenciadas respeitam ao seu enquadramento jurídico e administrativo, ao estatuto oficial da língua portuguesa a par da chinesa bem como ao facto de nesta Região o ensino em português e de português constituir oferta significativa na formação local, aspectos a que se acresce o facto de existirem em Macau estações de rádio e televisão, jornais e revistas em língua portuguesa.

Destacam-se, ainda, os laços linguísticos e culturais existentes com países como Brasil e Moçambique através dos macaenses que nesses países residiram e que, assim, têm conhecimento da cultura e costumes desses países, sem esquecer a existência em Macau de todo um conjunto de residentes que desenvolvem actividades profissionais em áreas como a do direito, contabilidade, comércio e consultadoria assim como de empresários locais com um profundo conhecimento dos mercados chinês e lusófonos⁹⁵.

O sector do jogo traz a Macau o *sonho americano* e, na prática, acaba por se revelar como constrangimento à utilização da língua portuguesa – esta língua não é necessária na relação com os clientes, maioritariamente da China e do sudeste asiático, nem tampouco é a língua de comunicação das empresas com as estruturas locais com que têm de interagir, sendo o inglês a língua usada. No que respeita ao sector do turismo, se não há dúvida da importância do património arquitectónico e das *especificidades* ocidentais numa cidade da China, nomeadamente as gastronómicas, também a língua de comunicação não é o português; temos um mercado regional, com franca expressão chinesa, e uma lógica de expansão para o mercado internacional; em nenhum dos casos se necessita da língua portuguesa. Quanto às trocas comerciais, predominam as relações com os mercados vizinhos. Aparentemente, o ambiente económico – forte motor no que à expansão das línguas diz respeito – não é favorável ao português.

No entanto, é preciso reter dois aspectos significativos: por um lado, a autonomização do turismo em relação ao subsector do jogo acentua a vertente histórica e cultural ocidental, dando uma perspectiva positiva da herança colonial e fomentando o gosto e o relacionamento dos residentes com essa *memória* da cidade; por outro lado, o Fórum e a constituição de Macau como a plataforma de ligação entre a China e os PLP relaciona-se de forma inequívoca com o nosso objecto de estudo: não só no quanto se revelou significativa nos índices de procura de aprendizagem da língua portuguesa mas, também, no significado simbólico de que se reveste ao fazer apelo às *características singulares* e ao *legado histórico*, contribuindo para uma valorização de todo o património português em Macau – seja arquitectónico, jurídico, administrativo ou humano.

Assim sendo, um ambiente económico à partida adverso, pelo menos quando medido em termos de resultados quantificáveis, acaba por ser o principal impulsionador à utilização e uso do que, em Macau, à língua e à cultura portuguesas diz respeito.

⁹⁵ Aspectos salientados na página electrónica do Instituto de Promoção do Comércio e Investimento – IPIM, podendo consultar-se em <http://www.ipim.gov.mo/pt/subpage.asp?include=portugues/index.htm>; (último acesso em 16 de Dezembro de 2010).

4. Terceira aproximação a Macau: o espaço e a população

A Região de Macau, composta por três unidades geográficas – península de Macau e Ilhas da Taipa e Coloane –, por via dos aterros de zonas litorais de águas baixas e pantanosas, sofreu um acréscimo de superfície passando, progressivamente, de uma área de 10,9 Km² nos finais da primeira década do Século XX para os actuais 29,5 Km², sendo as novas áreas destinadas à construção habitacional e de infra-estruturas assim como a empreendimentos turísticos, principalmente a partir dos anos 80 e com particular relevo no decurso do Período de Transição (1987/1999) e pós-transição⁹⁶.

Para além das profundas alterações no parque habitacional, hoje uma cidade densamente edificada, sem a preocupação de identificar exaustivamente o conjunto de infra-estruturas criadas, é, no entanto, de referir a tónica colocada nas acessibilidades, quer de ligação ao exterior quer a nível interno, de que será de destacar, no primeiro caso, o Aeroporto Internacional de Macau (1995), as alterações no Terminal do Jetfoil (1993) e na Fronteira das Portas do Cerco (1994 e ampliação em 2004⁹⁷), a abertura em 1999 da Fronteira do COTAI (“istmo”⁹⁸ Taipa-Coloane) e, em relação ao segundo caso, sendo a obra mais relevante a Ponte da Amizade (Macau-Taipa) que abriu ao tráfego em 1994 podemos encontrar um pouco por toda a península e ilhas sinais evidentes de uma recente modernização da rede viária – viadutos, túneis, remodelação de arruamentos e vias de grande circulação, nomeadamente a marginal das Urbanizações do NAPE e Nan Van, ligando o Porto Interior ao Porto Exterior. Para culminar, em Dezembro de 2004, por altura das comemorações do 5º aniversário do estabelecimento da RAEM, foi inaugurada a terceira ponte de ligação Macau-Taipa. De referir, ainda, um conjunto de novas infra-estruturas desportivas, cuja construção se prende com o facto de a cidade ter recebido importantes actividades nesta área: os 4^{os} Jogos da Ásia Oriental, em 2005, e os 1^{os} Jogos da Lusofonia em 2006.

Ainda no que respeita às acessibilidades, encontra-se em fase de planeamento a construção de uma rede de metro de superfície em Macau e está já em desenvolvimento a muito discutida construção de uma ponte de ligação entre Hong Kong, Macau e a cidade vizinha de Zhuhai na China continental, a maior travessia do mundo sobre o mar, tendo as obras tido início em finais de 2009.

⁹⁶ Em finais de Novembro de 2009 as autoridades chinesas aprovaram o pedido da RAEM para a construção de um novo aterro com 361,65 hectares, de acordo com uma nota do Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM em 30 de Novembro de 2009, acedida na mesma data e disponível em <http://www.gcs.gov.mo/showNews.php?PageLang=P&DataUcn=41453&Member=0>.

⁹⁷ Actualmente decorrem, novamente, obras de ampliação neste posto fronteiriço.

⁹⁸ Não se trata de um istmo natural mas de um aterro que permite a comunicação rodoviária entre as duas ilhas.

Para além disto, destaca-se todo um conjunto de empreendimentos ligados ao sector do jogo, aos quais já anteriormente se fez referência.

Note-se que não obstante a exiguidade do território o movimento de pessoas é muito elevado. Se, por um lado, cruzam diariamente as fronteiras de Macau milhares de trabalhadores que residem fora, por outro lado, como região de turismo, esta cidade tem uma população flutuante bastante elevada⁹⁹.

De facto, circulando pelas zonas mais centrais – principalmente se o fazemos nos períodos de interrupção ou finalização dos tempos de trabalho – podemos perceber quase imediatamente uma das particularidades desta cidade: a alta densidade populacional e que, de acordo com os resultados dos intercensos 2006, corresponde a 17556 habitantes por Km².

Embora os aterros que foram tendo lugar ao longo dos últimos anos, ao aumentarem a superfície de Macau, tenham tido como efeito um decréscimo da densidade populacional – segundo os intercensos anteriores (1996) cifrava-se nos 19352 hab/Km² – o rápido crescimento da população nos últimos anos levou a que a densidade populacional voltasse a subir e considerando a relação superfície/população residente estimada para o final do terceiro trimestre de 2010 chegamos ao número de 18627 indivíduos por Km². Se tivermos ainda em consideração o número de pessoas que entram anualmente em Macau, na sequência das políticas de desenvolvimento turístico, e cujos números já mencionámos anteriormente, rapidamente percebemos o quanto a cidade se tem vindo a tornar pequena, como nos referiam alguns dos residentes locais, chegando mesmo a ser quase impossível circular em certas zonas, nomeadamente aos fins-de-semana e feriados.

Esta questão, como se imagina, tem um grande impacto na vida da cidade e provoca, também, algumas reacções por parte dos seus residentes permanentes que deixam bem claro sentir o seu espaço “invadido” por estranhos com consequências nos seus modos de vida.

Embora as tendências de crescimento da população sejam uma constante ao longo do Séc. XX é já em pleno Séc. XXI que atinge proporções tão elevadas. A população global residente em Macau regista, ao longo do Século XX, um aumento significativo passando de cerca de 74000 em 1910 (Piteira, 1999:143), data a partir da qual as tendências de crescimento surgem como mais significativas, para os actuais 549200¹⁰⁰ habitantes. No entanto, a evolução demográfica de Macau sofre avanços e recuos, estimando-se que se em 1939 se registavam 250000 residentes é de admitir que nos 5 anos seguintes se tenha atingido o meio milhão – no

⁹⁹ As obras de ampliação na fronteira das Portas do Cerco vão permitir um movimento de 500 mil pessoas por dia, mais 200 mil do que actualmente.

¹⁰⁰ *Estatísticas Demográficas 3º Trimestre de 2010*, Direcção de Serviços de Estatística e Censos, Macau, 10 de Novembro de 2010.

período da II Guerra, durante o qual Macau foi local de acolhimento para inúmeros refugiados, facto que para além dos registos oficiais encontra eco nos discursos dos vários interlocutores residentes em Macau na altura, nomeadamente de alguns dos que, entre muitos, nessas circunstâncias chegaram a Macau; entre as referências mais impressionantes destacam-se os relatos sobre a fome e a mortandade que assolava a cidade na altura¹⁰¹.

Os dados referentes aos anos de 1950 e de 1960 revelam um decréscimo na população, de 188772 para 169299 residentes, voltando a verificar-se um aumento em 1970 (248636 residentes) e, em 1981, o número apurado de 241729 traduz um novo decréscimo populacional, entrando a partir daqui numa escala ascendente que não mais viria a parar até à actualidade¹⁰².

Esta oscilação populacional encontra explicação em vários factores, a industrialização do território iniciada nos anos 60, atraindo mão-de-obra das zonas vizinhas, assim como o fluxo migratório registado entre 1962-67 decorrente das convulsões da Revolução Cultural, a política restritiva da imigração iniciada em 1979 e que ajudará a explicar o decréscimo registado em 1981 e, novamente com sinal positivo, a evolução sistemática e continuada decorrente do desenvolvimento económico de Macau a partir dos anos 80¹⁰³.

É precisamente este período que mais nos interessa explorar neste trabalho, particularmente os anos que vão de 1987 até à actualidade, afigurando-se-nos de particular interesse pelo que traz de informação relevante para o nosso objecto de estudo, compreendendo dois períodos fundamentais: o da designada fase de transição, entre 1987 e 1999, quando decorreram as negociações para a entrega formal de Macau à China, e o da pós-transição, que na verdade parece surgir como uma nova transição ou, pelo menos, continuidade da primeira, após a constituição da RAEM.

Contudo esta tarefa não é fácil, uma vez que nem todos os indicadores foram disponibilizados nos vários momentos censitários e intercensitários o que inviabiliza o estabelecimento de comparações. Assim, considerando de extrema importância que se conheçam algumas coordenadas demográficas do contexto sobre o qual incide a nossa análise, contexto esse que é configurado por determinadas características, algumas das quais ajudarão a situar e melhor compreender algumas das dinâmicas relativas ao nosso objecto de estudo,

¹⁰¹ Vale a pena ver, a este propósito, um conjunto de documentos publicados em 1995 na *Revista Macau* e reeditados em 2004 pelo *Jornal Ponto Final*, dossier *Guerra em Paz*.

¹⁰² No que respeita aos resultados dos Censos 1981 há que ter em consideração que os mesmos registam alguns problemas de subcontagem, como se explicará mais adiante.

¹⁰³ Sobre a evolução e distribuição da população é fonte relevante a publicação em 1998 pelos Serviços de Estatística e Censos da compilação *Macau e a sua população, 1500-2000 – Aspectos demográficos, sociais e económicos*.

dentro da informação disponível cotejaremos a que se afigurar com capacidade para ampliar o nosso conhecimento de algumas dimensões estruturadoras do espaço social.

Para dar uma perspectiva um pouco mais detalhada da evolução da população no período que aqui nos interessa explorar, usaremos a informação disponibilizada pelos Serviços de Estatística e Censos do Governo da RAEM, referentes aos momentos censitários e intercensitários de 1981 a 2006, ressaltando-se o seguinte:

1) em 1981 a realização dos Censos e a apresentação de resultados esteve envolta nalguma controvérsia tendo o serviço responsável advertido que existiram:

“problemas de difícil superação surgidos no processamento automático da informação que acabaram por inviabilizar os apuramentos obtidos, por incoerentes, e obrigou a um moroso trabalho de análise e programação com vista à obtenção de outputs tidos como mais importantes (...)”. Um dos problemas referidos é o de que o *“processo enfermeu de um fenómeno de subcontagem, o que, dadas as características do universo em observação (basta recordar o peso relativo do fenómeno da imigração clandestina numa população de dimensão reduzida) não constitui motivo de surpresa. O facto de em 1981 e 1982 terem sido concedidas 50521 Cédulas de Identificação Policial, correspondendo presumivelmente a indivíduos já residentes no território no momento censitário que em virtude da sua situação ilegal se furtaram a acção dos agentes recenseadores (...). Assim, se bem que sublinhando o facto de os números absolutos corresponderem a uma contagem por defeito da população de Macau e salientando que não há elementos que permitam afirmar com segurança que o padrão de comportamento do segmento não recenseado siga o da população recenseada, a DSEC considera que os dados agora disponibilizados são representativos em matéria de estruturas e características da população do território (...).”* (Censos 1981, Resultados Globais, DSEC, Macau, pp. 2-3).

Tendo em consideração a advertência da DSEC, a informação referente a este momento Censitário será usada com algumas cautelas, considerando no entanto que não há razões para crer que a informação referente à população portuguesa enferme do mesmo problema relativo à população chinesa, dada a evidente legalidade em que a mesma se encontrava no território e amplamente ligada à sua Administração.

2) Em 1986 não foram realizados intercensos.

3) Indicadores pertinentes relativos a posicionamentos no espaço social não foram tratados e disponibilizados da mesma forma em todos os momentos censitários.

4) As “Estatísticas Demográficas” produzidas para cada ano, dos indicadores aqui considerados pertinentes, apenas permitem apresentar a informação relativa ao crescimento da população e à sua estrutura segundo o sexo e grupo etário; estando no momento em que

concluimos a redacção deste trabalho a decorrer o processo de recolha de informação dos Censos 2011 é possível que, a curto prazo mas evidentemente não em tempo útil, surjam alterações interessantes no que respeita a algumas características da população de Macau. É nossa expectativa que, por exemplo, a população de origem portuguesa apresente um ligeiro aumento relativamente aos Intercensos 2006, assim como na sua distribuição pelo espaço é de crer que a sua concentração na Taipa seja ainda mais significativa; quanto aos conhecimentos linguísticos, dada a evolução positiva que se registou nos últimos anos no que respeita, nomeadamente, a formação em língua portuguesa é de crer que os números relativos aos indivíduos com conhecimento desta língua enquanto língua não corrente também apresentem um aumento em relação aos recenseamentos anteriores. Desta forma, nos casos em que de alguma forma tenhamos encontrado evidência de que poderão existir algumas alterações aos dados conhecidos até ao momento de conclusão deste trabalho faremos uma chamada de atenção. Contudo, em termos de grandes coordenadas não se esperam alterações acentuadas.

População: evolução e composição social

De uma perspectiva geral, entre 1981 e 2006, a população de Macau sofreu um acréscimo significativo, passando de 241729 para 502113 residentes, ascendendo a população estimada para 31 de Dezembro de 2009 a 542400 indivíduos¹⁰⁴. Este crescimento é explicado por fortes movimentos migratórios, principalmente com origem nos vários países da Região e, particularmente, no continente chinês.

Já se referiu que foi a partir dos anos 80 que se deu o crescimento económico de Macau, altura a partir da qual o território assistiu a um irromper de construções, quer de infra-estruturas quer no ramo imobiliário, primeiro, e, mais recentemente, com a construção dos empreendimentos ligados ao jogo após a liberalização do sector. Não admira, pois, que a Região se tenha tornado um pólo de forte atracção de mão-de-obra, uma parte significativa da qual de carácter não duradouro, como revelam os dados da DSEC relativos aos trabalhadores não residentes – no final de 2009 correspondiam a 74905 indivíduos, menos 17256 do que no ano anterior.

Se, como referimos anteriormente, poderão existir dados novos que só através dos resultados dos Censos 2011 poderão ser avaliados em termos comparativos com anos

¹⁰⁴ Nos dados publicados pela DSEC referentes a 2009, “Quadro 1.4 Estimativas da População, segundo o grupo etário e sexo (31 de Dezembro)”, foi detectada uma descoincidência entre o total apresentado (542200 indivíduos) e a soma das parcelas referentes aos grupos etários (542400 indivíduos). Uma vez que, mais adiante, vamos utilizar a informação fornecida por grupo quinquenal na construção das categorias “jovens”, “adultos” e “idosos” resolvemos utilizar o valor apurado através da soma das parcelas e não aquele que é indicado no referido quadro da DSEC.

anteriores, também existem movimentos na população, como é o caso dos trabalhadores não residentes, que o recenseamento não irá cobrir uma vez que se iniciaram e terminaram no período que medeia o último e o actual processo de recolha de informação sobre a população.

Uma análise da estrutura demográfica da Região a partir das três faixas etárias correspondentes às categorias de “jovens”, “adultos” e “idosos” permite perceber qual a relação entre a população potencialmente activa e a população dependente.

Uma das primeiras questões a salientar, ainda na linha do que vínhamos a referir no que respeita à evolução positiva da população e ao que será o aspecto que mais contribui para essa evolução, os movimentos migratórios, é o aumento do peso relativo da população adulta, potencialmente activa, ao longo das últimas décadas; se em 1981 representava 58.1% do total em 2006 o seu peso relativo é de 68.2% e em 2009 é de 72.2%.

Quadro 4.1 – Evolução da população residente segundo a estrutura etária e sexo

Grupos etários	Sexo	1981		1991		1996		2001		2006		2009*	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Jovens (até 19 anos)	H	42233	17.5	56560	15.9	66875	16.2	66762	15.3	63686	12.7	56300	10.4
	M	40233	16.6	55294	15.6	63497	15.3	63431	14.6	60784	12.1	52600	9.7
	T	82466	34.1	111854	31.5	130372	31.5	130193	29.9	124470	24.8	108900	20.1
Adultos (20-64 anos)	H	73392	30.4	106532	29.9	121035	29.2	128938	29.6	166199	33.1	186300	34.4
	M	67159	27.8	113810	32.0	134275	32.4	144416	33.2	176089	35.1	205300	37.9
	T	140511	58.1	220342	61.9	255310	61.7	273354	62.8	342288	68.2	391600	72.2
Idosos (65 e + anos)	H	7365	3.1	9400	2.6	11347	2.7	13165	3.0	15282	3.0	18800	3.5
	M	11347	4.7	14097	3.9	17099	4.1	18523	4.3	20073	4.0	23100	4.2
	T	18712	7.7	23497	6.6	28446	6.9	31688	7.3	35355	7.0	41900	7.7
Total	H	122990	50.9	172492	48.5	199257	48.1	208865	48.0	245167	48.8	261400	48.2
	M	118739	49.1	183201	51.5	214871	51.9	226370	52.0	256946	51.2	281000	51.8
	T	241729	100	355693	100	414128	100.0	435235	100	502113	100.0	542400	100

* Estatísticas Demográficas – Estimativas da População
Fonte: DSEC

Um outro aspecto interessante é o da relação jovens/idosos; enquanto os primeiros representam, em 2006, 24.8% e, em 2009, 20.1% do total, os segundos representam, nas mesmas datas, apenas 7.0% e 7.7% - contudo é de destacar que a evolução ao longo dos anos para o grupo funcional dos jovens é o de decréscimo encaminhando-se para uma situação comum à generalidade das sociedades actuais que é a do envelhecimento demográfico, pese embora o facto de o grupo dos idosos não apresentar uma evolução nesse sentido muito significativa. Embora tenha decrescido ligeiramente entre 2001 e 2006, altura em que se encontrava ainda um pouco abaixo do que era a realidade em 1981, os valores encontrados para 2009 mostram uma subida igualando os referentes a 1981.

O rácio jovens/adultos que em 1981 era de 58/100 e em 2006 de 36/100, em 2009 é de 28/100; o dos idosos/adultos sendo em 1981 de 13/100 e em 2006 de 10/100, apresenta uma subida em 2009 sendo de 11/100. Em termos globais, o índice de dependência total que em 1981 se situava nos 72/100 em 2006 é de 46/100 e em 2009 de 39/100.

No que respeita à preponderância do sexo feminino, explica-se igualmente pelo efeito das correntes migratórias onde o número de mulheres é maioritário, exceptuando o grupo dos trabalhadores não residentes.

As projecções da população residente de Macau¹⁰⁵, realizadas com base nos Intercensos 2006 e apresentadas pela DSEC para o período 2007-2031, apontam para um crescimento constante da população, com particular expressão nos anos de 2007 a 2011 e de forma mais moderada nos que se seguem, para a continuidade da predominância dos indivíduos do sexo feminino, o que continuará a decorrer por via da entrada de migrantes mulheres em maior quantidade do que migrantes homens e referem, igualmente, o acentuar da tendência para o envelhecimento demográfico, estimando-se que o peso da população com mais de 65 anos chegue, em 2031, aos 19% e que no início dos anos 20 ultrapasse pela primeira vez a população jovem.

Indicadores igualmente relevantes para se perceber a composição social da população de Macau são os que se reportam às distribuições de recursos dando uma perspectiva dos diferentes posicionamentos dos residentes locais no espaço social – indicadores como o nível de escolaridade, a condição perante o trabalho e as profissões.

Considerando em primeiro lugar o nível de escolaridade, o que se destaca desde logo é uma melhoria considerável no que respeita aos recursos educacionais da população.

Em 1991, 37.9% da população detinha habilitações inferiores ao ensino primário e 64.6% não tinha mais que este nível de escolaridade, ao passo que em 2006 estes números descem significativamente, passando os residentes sem escolaridade e com escolaridade abaixo do ensino primário para 14.0% e a população cujos recursos educativos não ultrapassam o ensino primário desce para 43.1%. Há, ainda, dois aspectos importantes a salientar: a população sem escolaridade diminuiu, passando o seu peso relativo de 17% em 1991 para 7% em 2006 e a que completou um grau de formação de nível superior aumentou, mais do que duplicando, passando de 4.4% em 1991 para 11.2% em 2006. Outra evidência é a de que são as mulheres as menos escolarizadas, quando consideradas as categorias de escolaridade mais baixas, tendência que se vai invertendo quer ao longo dos ciclos escolares quer ao longo dos anos em análise.

Na verdade ao longo das duas últimas décadas o esforço no desenvolvimento das competências educacionais da população de Macau foi constante, quer nos últimos anos de governação portuguesa quer no decurso dos primeiros anos da RAEM, sendo os dados

¹⁰⁵ Projecções da População Residente de Macau, 2007-2031, DSEC, Abril de 2008, Macau. Disponíveis em http://www.dsec.gov.mo/getAttachment/bbba3282-9972-4b90-aea6-bf8a94d78184/P_PPRM_PUB_2007_Y.aspx

apresentados resultado do maior investimento feito no sector da educação, assunto que pela sua importância e significado relativamente ao nosso objecto de estudo será retomado mais adiante. Esta evolução positiva verá, seguramente, tradução nos resultados dos Censos 2011.

Quadro 4.2 – Evolução da população residente, com 3 e mais anos, segundo o nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Sexo	1991		1996		2001		2006	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Sem escolaridade ensino pré-escolar*	H	22452	6.7	22250	5.6	15825	3.7	12203	2.5
	M	34726	10.3	33159	8.3	26006	6.1	22184	4.5
	T	57178	17.0	55409	13.9	41831	9.9	34387	7.0
Ensino Primário	H	79377	23.5	89291	22.5	93833	22.1	88808	18.0
	M	125806	37.3	92891	23.4	96013	22.6	88689	18.0
	T	160824	47.7	182182	45.8	189846	44.8	177497	36.1
Incompleto	H	35018	10.4	40433	10.2	39853	9.4	68630	13.9
	M	35667	10.6	40829	10.3	40632	9.6	33885	6.9
	T	70685	21.0	81262	20.4	80285	18.9	34745	7.1
Completo	H	44359	13.2	48858	12.3	54180	12.8	54923	11.2
	M	45780	13.6	52062	13.1	55381	13.1	53944	11.0
	T	90139	26.7	100920	25.4	109561	25.8	108867	22.1
Ensino Secundário	H	52643	15.6	67224	16.9	77485	18.3	111628	22.7
	M	51758	15.3	70406	17.7	83256	19.6	113325	23.0
	T	104401	31.0	137630	34.6	160741	37.9	224953	45.7
Geral	H	37522	11.1	42546	10.7	44314	10.4	60029	12.2
	M	38121	11.3	46771	11.8	50177	11.8	60665	12.3
	T	75643	22.4	89317	22.5	94491	22.3	120694	24.5
Complementar	H	15121	4.5	24678	6.2	33171	7.8	51599	10.5
	M	13637	4.0	23635	5.9	33079	7.8	52660	10.7
	T	28758	8.5	48313	12.2	66250	15.6	104245	21.2
Ensino Superior	H	8432	1.9	11790	3.0	15814	3.7	27063	5.5
	M	6442	2.5	10001	2.5	15611	3.7	27945	5.7
	T	14874	4.4	21791	5.5	31425	7.4	55008	11.2
Curso não universitário	H	2305	0.7	876	0.2	2919	0.7	2627	0.5
	M	2846	0.8	1583	0.4	4562	1.1	3751	0.8
	T	5151	1.5	2459	0.6	7481	1.8	6378	1.3
Curso Universitário	H	6127	1.8	10914	2.7	12895	3.0	24436	5.0
	M	3596	1.1	8418	2.1	11049	2.6	24194	4.9
	T	9723	2.9	19332	4.9	23944	5.6	48630	9.9
Ensino Especial	H	n.d.	...	244	0.1	217	0.1	278	0.1
	M	n.d.	...	232	0.1	143	0.0	168	0.0
	T	n.d.	...	476	0.1	360	0.1	446	0.1
Total	H	162904	48.3	190799	48.0	203174	47.9	239980	48.7
	M	174373	51.7	206689	52.0	221029	52.1	252311	51.3
	T	337277	100.0	397488	100.0	424203	100.0	492291	100.0

Fonte: DSEC

n.d.: informação não disponível

* a informação da DSEC para 2006 inclui o “ensino pré-escolar” na categoria “sem escolaridade”

No que respeita a condições perante o trabalho, a população activa registou um acréscimo ao longo do período em análise, passando o seu peso relativo de 61.5% em 1981 para 70.0% em 2006, o que está de acordo com a procura de mão-de-obra que se tem registado nos últimos anos em virtude do desenvolvimento económico que se verificou no território, tendo, igualmente, reflexos no desemprego que não atinge valores muito elevados. Também neste campo a diferenciação segundo o género é favorável aos homens, sendo no sexo feminino que se registam maiores índices de inactividade.

De salientar, também, entre a população não activa, a redução verificada na categoria domésticas que decresceu consideravelmente, passando de 58.6% em 1991 para 27.1% em 2006, enquanto a população estudantil apresenta um percurso contrário embora não tão acentuado.

Quadro 4.3 – Evolução da população residente, com 14 e mais anos, segundo a condição perante o trabalho

Condição	Sexo	1981		1991		1996		2001		2006		2009*	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Exercem profissão	H	n.d	...	107809	54.2	114965	52.7	n.d	...	154338	50.8	164000	49.8
	M	n.d	...	85964	43.3	93953	43.1	n.d	...	135978	44.8	153500	46.6
	T	122342	96.1	193773	97.5	208918	95.7	215059	93.0	290316	95.6	317500	96.5
Desempregados	H	n.d	...	2176	1.1	4676	2.1	n.d	...	6104	2.0	7300	2.2
	M	n.d	...	2821	1.4	4627	2.1	n.d	...	7132	2.4	4400	1.3
	T	5017	3.9	4997	2.5	9303	4.3	16207	...	13236	4.4	11700	3.6
Total activos	H	n.d	...	109985	40.4	119641	38.2	123613	35.3	160442	37.0	171300	31.6
	M	n.d	...	88785	32.6	98580	31.5	107653	30.8	143110	33.0	157900	29.1
	T	127359	61.5	198770	73.0	218221	69.7	231266	66.1	303552	70.0	329200	60.7
Estudantes	H	n.d	...	6230	8.5	11430	12.1	n.d	...	23670	18.2	n.d	...
	M	n.d	...	6721	9.1	11877	12.5	n.d	...	22725	17.5	n.d	...
	T	31004	38.9	12951	17.6	23307	24.6	37408	31.6	46395	35.7	n.d	...
Domésticas	H	n.d	...	3372	4.6	2705	2.9	n.d	...	763	0.6	n.d	...
	M	n.d	...	39842	54.1	42701	45.0	n.d	...	30549	23.5	n.d	...
	T	36660	46.0	43214	58.6	45406	44.8	44139	37.3	31312	27.1	n.d	...
Reformados	H	n.d	...	n.d	...	n.d	...	n.d	...	13825	10.6	n.d	...
	M	n.d	...	n.d	...	n.d	...	n.d	...	14847	11.4	n.d	...
	T	1531	1.9	n.d	...	n.d	...	24663	20.8	28672	22.0	n.d	...
Outros	H	n.d	...	10207	13.9	13040	13.6	n.d	...	11015	8.5	n.d	...
	M	n.d	...	7330	10.0	13081	13.8	n.d	...	12691	9.8	n.d	...
	T	10530	13.2	17537	23.8	26121	27.5	12269	10.4	23706	18.2	n.d	...
Total não activos	H	n.d	...	19809	7.3	27175	8.7	40892	11.7	49273	11.4	90100	16.6
	M	n.d	...	53893	19.8	67659	21.6	77587	22.2	80812	18.6	123100	22.7
	T	79725	38.5	73702	27.0	94834	30.3	118479	33.9	130085	30.0	213200	39.3
Total	H	n.d	...	129794	47.6	146816	46.9	164505	47.0	209715	48.4	261400	48.2
	M	n.d	...	142678	52.4	166239	53.1	185240	53.0	223922	51.6	281000	51.8
	T	207084	100	272472	100	313055	100	349745	100	433637	100	542400	100

n.d.: informação não disponível

* Inquérito ao Emprego; a partir de 2009 o conceito de população activa passa a considerar os indivíduos com idade igual ou superior a 16 anos, de acordo com o estabelecido na Lei das Relações de Trabalho, n.º 7/2008, de 18 de Agosto, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009, que define que a capacidade para a celebração de contratos de trabalho é adquirida por quem perfizer 16 anos de idade (Art.º 15º).

Fonte: DSEC

Os dados referentes a 2009, não podendo ser directamente comparados com os anos anteriores, não só porque se referem a contagens diferentes mas porque foram introduzidas alterações importantes nas classificações utilizadas na repartição da população, evidenciam, ainda assim, um aumento do peso relativo dos não activos e, ainda que essa informação não esteja disponível, face às alterações demográficas que se têm verificado no território é de crer que o mesmo se deva ao aumento quer da população estudantil quer da população idosa. Acresce que, segundo a DSEC, também as situações de desemprego aumentaram tendo a taxa global de desemprego apresentado um acréscimo de 0.6% relativamente a 2008 situando-se nos 3.6%; ainda assim, ligeiramente inferior a 2006, altura em que atingia os 3.9%.

Entre a população empregada, em 2006 os trabalhadores por conta de outrem representavam 90.6% do total, aumentando 1.9% em relação a 2001; os empregadores

apresentavam um peso relativo de 3.8% e os trabalhadores por conta própria de 4.6%, categorias que decresceram em 0.3% e 1.5%, respectivamente, em relação ao momento censitário anterior. Em 2009, os trabalhadores por conta de outrem correspondem a 92.1% do total dos empregados e os trabalhadores por conta própria a 4.1%.

Considerando a distribuição da população por grandes grupos de profissões algumas constatações são imediatas. Em primeiro lugar, como é expectável em função do que temos vindo a observar sobre a Região, os trabalhadores da área da agricultura e pescas são absolutamente residuais e se em 1981 ainda assumiam um peso de 6.3% no total da população empregada já em 2006 não chegam a 1% e em 2009 não atingem o meio ponto percentual, facto que é congruente com as alterações verificadas nos contornos do tecido socioeconómico de Macau.

Mas não é só no sector da agricultura e pescas que essas alterações são visíveis: a diminuição do significado dos trabalhadores classificados no grupo “Operadores de instalações e máquinas, condutores e montadores” é ainda mais expressiva ao longo do período em análise, assim como a dos artesãos e trabalhadores ligados à produção industrial.

Em contrapartida, o Grupo designado por “Empregados Administrativos” cujo peso relativo, em 1981, era de 8% apresenta um acréscimo para 22.9% no último momento censitário e, de acordo com o inquérito ao emprego referente a 2009 congrega, nesta data, 25.5% da população empregada. Olhando para os números absolutos, verificamos que estes passam, nos mesmos momentos de referência, de 9998 para 66624 e 81000; embora o crescimento apresentado tenha sido progressivo é importante salientar que é na última década que se acentua de forma mais significativa.

É neste grupo, dos empregados administrativos, que se encontram classificados os trabalhadores ligados ao sector do jogo¹⁰⁶, o que não só explica largamente os números encontrados como faz esperar que no próximo recenseamento da população este grupo profissional apresente um crescimento ainda mais acentuado, uma vez que à data dos Intercensos 2006 não estavam ainda em actividade alguns dos maiores entre os novos empreendimentos do jogo, tendência que, aliás, é clara nos dados referentes a 2009.

¹⁰⁶ De acordo com a Classificação das Ocupações Profissionais de Macau, classificados no Grupo Base 4213 - Empregados da Banca de Casinos e Similares, com as seguintes ocupações profissionais: 4213.05 Chefe de partida (director de partida) – casinos; 4213.10 Chefe de banca – casinos; 4213.15 Fiscal de banca – casinos; 4213.20 Pagador – casinos; 4213.25 Auxiliar de banca – casinos; 4213.30 Ficheiro fixo – casinos; 4213.35 Ficheiro volante – casinos; 4213.40 "Croupiers" - Corridas de Cavalos, de Cães e lotarias; 4213.45 Supervisor de "Croupier" - Corridas de Cavalos, de Cães e lotarias; 4213.99 Empregado da banca de casinos/trabalhador similar não classificado em outra parte.

Quadro 4.4 – Evolução da população residente empregada segundo a profissão

Grupo profissional	Sexo	1981		1991		1996		2001		2006		2009**	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grupo 1 - Membros dos órgãos legislativos, quadros superiores da administração pública e de associações, directores e quadros dirigentes de empresas.	T			17442	9.0	15277	7.3	13936	6.5	18645	6.4	16200	5.1
	H			13795	7.1	12323	5.9	10996	5.1	13409	4.6	11100	3.5
	M			3647	1.9	2954	1.4	2940	1.4	5236	1.8	5100	1.6
Grupo 2 - Especialistas das profissões intelectuais e científicas	T			3010	1.6	5734	2.7	7177	3.3	10288	3.5	10900	3.4
	H			1999	1.0	3584	1.7	4173	1.9	5905	2.0	6300	2.0
	M			1011	0.5	2150	1.0	3004	1.4	4383	1.5	4600	1.5
Grupo 3 - Técnicos e profissionais de nível intermédio	T	*5407	4.3	12711	6.6	18247	8.7	20518	9.5	30261	10.4	28900	9.1
	H	*2918	2.3	6998	3.6	9920	4.7	11193	5.2	16330	5.6	14800	4.7
	M	*2489	2.0	5713	2.9	8327	4.0	9325	4.3	13931	4.8	14100	4.4
Grupo 4 - Empregados administrativos	T	9998	8.0	27899	14.4	36059	17.3	39824	18.5	66624	22.9	81000	25.5
	H	5537	4.4	11132	5.7	13415	6.4	14186	6.6	24983	8.6	31600	10.0
	M	4461	3.6	16767	8.7	22644	10.8	25638	11.9	41641	14.3	49400	15.6
Grupo 5 - Pessoal dos serviços, vendedores e trabalhadores similares	T	31987	25.6	25351	13.1	38818	18.6	42677	19.8	57326	19.7	72900	23.0
	H	23070	18.4	15203	7.8	20645	9.9	24322	11.3	30308	10.4	37200	11.7
	M	8917	7.1	10148	5.2	18173	8.7	18355	8.5	27018	9.3	35700	11.2
Grupo 6 - Trabalhadores qualificados da agricultura e da pesca	T	7896	6.3	2899	1.5	3109	1.5	1644	0.8	2564	0.9	1400	0.4
	H	5415	4.3	1916	1.0	2606	1.2	1374	0.6	2125	0.7	900	0.3
	M	2481	2.0	983	0.5	503	0.2	270	0.1	439	0.2	500	0.2
Grupo 7 - Trabalhadores da produção industrial e artesãos	T	n.d	...	28975	15.0	30511	14.6	26053	12.1	30636	10.6	28600	9.0
	H	n.d	...	24458	12.6	25322	12.1	19966	9.3	28061	9.7	27600	8.7
	M	n.d	...	4517	2.3	5189	2.5	6087	2.8	2575	0.9	1000	0.3
Grupo 8 - Operadores de instalações e máquinas, condutores e montadores	T	69706	55.7	37672	19.4	28488	13.6	26368	12.3	23211	8.0	19200	6.1
	H	41444	33.1	12892	6.7	12361	5.9	10392	4.8	12920	4.5	13600	4.3
	M	28265	22.6	24780	12.8	16127	7.7	15976	7.4	10291	3.5	5600	1.8
Grupo 9 - Trabalhadores não qualificados	T	n.d	...	37814	19.5	32675	15.6	35075	16.3	50761	17.5	58400	18.4
	H	n.d	...	19416	10.0	14789	7.1	15424	7.2	20297	7.0	20900	6.6
	M	n.d	...	18398	9.5	17886	8.6	19651	9.1	30464	10.5	37500	11.8
Total	T	125060	100	193773	100	208918	100	215059	100	290316	100	317500	100
	H	78448	62.7	107809	55.6	114965	55.0	11436	52.7	154338	53.2	164000	51.6
	M	46612	37.3	85964	44.4	93953	45.0	10623	47.3	135978	46.8	153500	48.4

Fonte: DSEC

* Para 1981 a informação para as 3 primeiras categorias encontra-se agrupada numa só, pelo que os valores assinalados com * correspondem aos Grupos 1, 2 e 3.

** Inquérito ao Emprego

n.d. – informação não disponível.

No ano de 1981 entre o valor total e a soma das parcelas existe uma diferença de 66 indivíduos, correspondendo 59 a “membros das Forças de Segurança” e 7 a “Trabalhadores que não declararam Profissão”; por não haver correspondência com os anos seguintes tornou-se impossível proceder a uma associação com qualquer dos grupos profissionais estabelecidos, pelo que se optou por não os considerar.

Um outro aspecto a salientar para este grupo profissional é a distribuição que apresenta segundo o género, com forte predomínio das mulheres, situação que apenas encontra paralelo no grupo dos trabalhadores não qualificados.

Quanto aos grupos profissionais de topo, relacionados com os mais elevados níveis de educação, podemos verificar que, no conjunto, os três primeiros grandes grupos têm uma expressão de 20.3% na população empregada tendo aumentado significativamente entre 1981 e 2006. Em 2009, apresentam uma pequena diminuição ainda que, em termos absolutos, o 2º Grupo tenha aumentado ligeiramente.

De uma forma sintética, pode afirmar-se que a composição profissional tem vindo a afirmar-se no sector dos serviços, com um crescimento progressivo dos administrativos – designação que na verdade corresponde a um chapéu amplo no qual estão incluídas as actividades ligadas à indústria do jogo que mais mão-de-obra atraem – e também das profissões técnicas e especializadas com recursos humanos mais qualificados.

A mediana do rendimento do emprego principal da população empregada, em 2006, era de 6809 Patacas, tendo apresentado um crescimento de 33.1% relativamente a 2001, e em 2009 situa-se nas 8500 Patacas. O ramo de actividade com maior número de trabalhadores – as “actividades culturais e recreativas, lotarias e outros serviços” – regista, no mesmo período, um crescimento de 43.7%, situando-se a mediana do rendimento nas 9507 Patacas em 2006 e nas 12000 Patacas em 2009. Já para a ocupação profissional que, como vimos, predomina a mediana apurada é de 8637 patacas em 2006 e de 12000 Patacas em 2009.

Naturalidade e nacionalidade

Para além destes indicadores clássicos de caracterização das populações, existem, ainda, outros de particular importância no âmbito deste trabalho e dos quais vale a pena dar conta. Um deles é o da naturalidade dos residentes.

Não sendo mais de metade da população natural de Macau, situação que é uma constante ao longo do período em análise, segundo os dados mais recentes de que dispomos, 47.1% dos residentes em Macau são oriundos da China continental, 3.7% de Hong Kong e, dos restantes em conjunto, 6.8% apresentam outro local de nascimento; nestes destacam-se os naturais das Filipinas como o mais significativo conjunto de residentes de outros países asiáticos, presença que, aliás, é facilmente constatável quando se passa um período mais ou menos prolongado em Macau. Mas o que um contacto mais regular com os residentes desta cidade também mostra é a existência de um conjunto de indivíduos com local de nascimento em vários países da África Lusófona e também europeus, americanos e australianos. Se os

primeiros referidos nos Censos de 1981 como naturais das “ex-colónias”, deixaram de ser contabilizados em categoria autónoma, talvez pela sua pouca expressão face à restante população e por evidentemente ter perdido qualquer sentido a designação usada, naquela data, pela Administração Portuguesa (e não vamos aqui discutir a sua pertinência de então), já os dois últimos acreditamos que a curto prazo poderão ganhar o direito a uma contabilização fora da categoria “outros”.

No que respeita aos naturais de Portugal, há alguns aspectos a considerar: em primeiro lugar o seu peso relativo nunca foi muito elevado, sendo comum ouvir-se que é um segmento da população que tem vindo a diminuir em Macau. Ora o segundo aspecto que podemos verificar é que não obstante enquanto categoria ter vindo a perder peso relativo, a verdade é que o número de residentes em Macau naturais de Portugal é hoje superior ao que era em 1981. O que nos remete para um terceiro aspecto revelado pelos dados de 1991 e 1996 – o número de residentes oriundos de Portugal mais do que triplicou no período em que se preparava a entrega formal de Macau à RPC; o que indicia que aqueles que voltaram, grosso modo, terão sido muitos dos que para lá foram no âmbito de uma situação muito específica e circunscrita no tempo. Também é conhecido, e já aqui se afirmou, que foi no decurso dos anos 80 que se deu o desenvolvimento de Macau e terá sido a partir dessa altura que o território atraiu maior número de trabalhadores, não só mas também portugueses, quer ligados à Administração quer a outras áreas do sector privado.

Quadro 4.5 – Evolução da população residente segundo o local de nascimento (1981-2006)

Anos	Local de nascimento									Total
	Macau	RPC	Portugal	Hong Kong	Taiwan	Filipinas	Tailândia	Outros		
1981	n.	97117	118177	1037	13118	n.d.	n.d.	n.d.	*13280	241729
	%	39.8	48.9	0.4	5.4	n.d.	n.d.	n.d.	5.5	
1991	n.	142697	179028	3625	12192	n.d.	1965	1998	14188	355693
	%	40.1	50.3	1.0	3.4	n.d.	0.5	0.6	4.0	
1996	n.	182476	195192	3852	12509	n.d.	2026	751	14322	414128
	%	44.1	47.1	0.9	3.0	n.d.	1.2	0.2	3.5	
2001	n.	191139	206384	1616	14436	702	5311	988	14659	435235
	%	43.9	47.4	0.4	3.3	0.2	1.2	0.2	3.4	
2006	n.	213234	236624	1316	18579	925	9970	808	20657	502113
	%	42.5	47.1	0.3	3.7	0.2	2.0	0.2	4.1	

Fonte: DSEC

n.d.: informação não disponível

* Dos quais, 424 aparecem identificados na categoria “ex-colónias”

Um outro indicador interessante é o da nacionalidade. É evidente que ao longo do período em análise predominam, em todos os momentos, os indivíduos de nacionalidade chinesa, com um número absoluto que tem vindo a crescer ao longo dos anos e cuja oscilação no seu peso relativo resulta de factores exteriores ao crescimento da população chinesa.

No que respeita aos indivíduos de nacionalidade portuguesa a redução acentuada que se verificou a partir de 1996 não resulta nem de uma saída massiva da Região por parte dos residentes desta nacionalidade, nem de uma situação de mudança de nacionalidade, prendendo-se este decréscimo com os novos critérios usados para a classificação da população segundo a nacionalidade após o estabelecimento da RAEM, *definidos de acordo com os “esclarecimentos do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional sobre Algumas Questões Relativas à Aplicação da Lei de Nacionalidade da República Popular da China na Região Administrativa Especial de Macau”* (Censos 2001:88). Esta alteração de critérios torna-se merecedora de destaque pois tem o efeito de “fazer desaparecer” uma grande percentagem de indivíduos com nacionalidade portuguesa.

Assim, segundo os dados divulgados como resultado dos Censos de 1996, sendo a população residente no total de 414128 indivíduos, 284423 dos quais tinham nacionalidade chinesa e 112706 nacionalidade portuguesa, com um peso relativo correspondente a 27.2%, dividindo-se os restantes por outras nacionalidades; em 2001 apenas 8793 residentes em Macau são classificados com nacionalidade portuguesa, ou seja 2% da população total, o que representa uma redução drástica ao longo dos anos entre os dois momentos censitários.

Quadro 4.6 – Evolução da população residente segundo nacionalidade (1981-2006)

Ano		Total	Nacionalidade						
			Chinesa	Portuguesa	Filipina	Tailandesa	Amer./Canad.	Inglesa	Outras
1981	N	241729	177691	49007	n.d.	n.d.	n.d.	2290	12741
	%	100	73.5	20.3	0.9	5.3
1991*	N	355693	240496	101245	2170	726	n.d.	6308	4748
	%	100	67.6	28.5	0.6	0.2	...	1.8	1.3
1996*	N	414128	284423	112706	5411	669	n.d.	6467	4452
	%	100	68.7	27.2	1.3	0.2	...	1.6	1.0
2001	N	435235	414200	8793	5334	733	1217	n.d.	4958
	%	100	95.2	2.0	1.2	0.2	0.3	...	1.1
2006	N	502113	471263	8593	10286	757	1479	n.d.	9735
	%	100	93.9	1.7	2.0	0.2	0.3	...	1.9

Fonte: DSEC

n.d. – informação não disponível

* Foram usados os dados publicados aquando da divulgação dos resultados globais dos Censos 1991 e dos Intercensos 1996; estes dados foram posteriormente recalculados com base nos novos critérios para a classificação da população segundo a nacionalidade apresentando, os novos cálculos, valores idênticos aos apurados para 2001.

A adopção de diferentes critérios na aplicação do conceito de nacionalidade faz com que, à luz da lei portuguesa, seja possível contabilizar nos intercensos de 1996 a existência de mais de 112 mil residentes com nacionalidade portuguesa número que baixa de forma esmagadora com a aplicação da lei da nacionalidade da RPC na RAEM.

A principal diferença encontrada na lei da nacionalidade dos dois países, reside no facto de para Portugal se aplicar o critério do *jus solis*, pelo que ter nascido em *território português ou sob administração portuguesa* levaria à aquisição de cidadania portuguesa,

enquanto a lei chinesa é baseada no princípio do *jus sanguinis* e, por isso, tendo nacionalidade chinesa aquele *cujos pais ou um deles são nacionais chineses*¹⁰⁷.

Ao longo do período de transição, esta matéria foi amplamente discutida e questionada apresentando-se como *complexa sob o ponto de vista técnico e melindrosa sob o ponto de vista político e social*, segundo as palavras de António Vitorino¹⁰⁸. Sendo, na altura, motivo para grande preocupação para parte da população de Macau, com particular incidência para os de origem mista, chinesa e portuguesa, e embora actualmente os ecos sobre este assunto tenham vindo a desaparecer, não foi, durante algum tempo, um assunto pacífico¹⁰⁹.

Esta questão, na agenda de várias reuniões de negociação, foi tratada aquando da deslocação a Lisboa do negociador chinês Zhou Nan em 1986, e, segundo Cavaco Silva, à data Primeiro-Ministro de Portugal,

resultava do facto de residirem no território de Macau cerca de 80 000 cidadãos de etnia chinesa que possuíam nacionalidade portuguesa. (...) Na fase final das negociações (...) foi a questão que provocou maior controvérsia. A lei chinesa da nacionalidade não admitia a dupla nacionalidade e a China considerava impensável não reconhecer a cidadania chinesa a todos os habitantes de Macau de etnia chinesa. Por seu lado, Portugal entendia que devia proteger todos os habitantes de Macau que, nos termos da lei da nacionalidade portuguesa tinham cidadania portuguesa, incluindo os de etnia chinesa (Cavaco Silva, 2002:208; 216).

No final, as negociações quanto a esta matéria resultaram em dois textos que se encontram em anexo à *Declaração Conjunta*, onde cada país clarifica a sua posição, sendo que a parte portuguesa garante que todos os que, à data da transferência do exercício da soberania, tivessem cidadania portuguesa, sendo titulares de passaporte português, poderiam continuar a utilizá-lo depois dessa data e, pela parte chinesa, é declarado que os habitantes de Macau teriam nacionalidade chinesa, independentemente do facto de serem ou não possuidores de

¹⁰⁷ Esta é uma versão muito simplificada da questão, onde apenas se identifica o critério que se assume como mais significativo na distinção entre as duas leis. Ambas se encontram comentadas por Tam Peng Chun (1999), “Macau e as Leis de Nacionalidade de Portugal e da República Popular da China”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 43, Macau, Serviços de Administração e Função Pública, pp. 85-93.

¹⁰⁸ António Vitorino era membro do Governo de Macau à data da negociação da Declaração Conjunta. A este propósito, ver depoimento em Fernando Lima e Eduardo Cintra Torres (2004), *Macau entre dois Mundos*, Coleção Jorge Álvares, Fundação Jorge Álvares, Lisboa, p. 300.

¹⁰⁹ Temos encontrado alguns ecos na imprensa local que dão conta das queixas de alguns indivíduos de origem portuguesa e chinesa a quem, segundo a imprensa, se tentava impor a nacionalidade chinesa quando procediam à renovação do Bilhete de Identidade de Residente (BIR), facto que levou a Associação dos Trabalhadores da Função Pública – ATFPM a pedir esclarecimentos ao Director dos Serviços de Identificação de Macau e à intervenção da Secretária para a Administração e Justiça (Jornal Hoje Macau, 07/10/2003, 09/10/2003 e 15/10/2003); o mesmo assunto opõe fortemente o Presidente da ATFPM e o Director dos Serviços de Trabalho e Emprego, sendo este acusado de ter pressionado uma funcionária a mudar de nacionalidade na renovação da comissão de serviço, facto que o referido Director nega veementemente e, mais uma vez, leva a Secretária para os serviços competentes a mandar proceder a averiguações (Jornal Hoje Macau e Jornal Ponto Final, 01/04/2004 e 02/04/2004).

documentos de viagem e de identidade portugueses, mas permitindo que, depois de criada a RAEM, e atendendo ao pano de fundo histórico e às circunstâncias de Macau, os cidadãos chineses de Macau que possuísssem previamente esses documentos poderiam continuar a utilizá-los, embora não pudessem gozar de protecção consular portuguesa na RAEM nem nas outras regiões da RPC, o que, na prática, corresponde a uma situação equivalente à de dupla nacionalidade (*Memorandum, Anexo II, Declaração Conjunta*).

É no entanto importante precisar que a RPC faz um esclarecimento sobre esta matéria onde, no que especialmente respeita aos residentes da RAEM de ascendência chinesa e portuguesa é dada a possibilidade de os mesmos poderem *optar, voluntariamente, pela nacionalidade da República Popular da China ou pela nacionalidade da República Portuguesa*, sendo que quem opte por uma não poderá manter a outra¹¹⁰.

Não se conhecendo as opções feitas ao nível individual quanto a esta matéria, sendo aceite que os que em termos de descendência poderão ser designados por luso-chineses terão, de um modo geral, optado por manter a nacionalidade portuguesa, estes esclarecimentos permitem perceber a disparidade encontrada nos números oficiais, sem ser possível, no entanto quantificar exactamente os indivíduos que, sendo de etnia chinesa, optaram por manter a nacionalidade portuguesa. No que respeita aos indivíduos de ascendência portuguesa e chinesa são conhecidos alguns casos, entre as figuras mais proeminentes, de *mudança* para a nacionalidade chinesa, sendo que, na realidade e na prática, não se trata de abdicar da nacionalidade portuguesa mas sim de adquirir a chinesa. Esta situação, dado se tratarem de elementos de uma elite macaense, foi amplamente discutida e criticada em Macau embora, pelo menos nalguns casos entre os quais se destaca o de Leonel Alves, esta opção pessoal corresponda a um imperativo inultrapassável quando se tem como projecto o de participar activamente na vida política local, concretamente, no exemplo dado, o de poder fazer parte de um órgão consultivo da Assembleia Nacional Popular da República Popular da China. Não deixa de ser digno de registo que quando se trata de um português ou luso-descendente com actividade semelhante num país europeu o assunto é referido, pelos seus compatriotas, como motivo de orgulho pelo que fica pelo menos a dúvida se os motivos de tão veementes críticas serão baseados na opção pessoal efectuada ou, no caso, por se tratar da China.

Contudo, pelo que conseguimos apurar junto do Consulado Geral de Portugal em Macau, ainda que não sejam dados exactos, foi-nos dito que contando com os registos de

¹¹⁰ *Esclarecimentos do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional sobre algumas questões relativas à aplicação da Lei da Nacionalidade da República Popular da China na Região Administrativa Especial de Macau*, documento publicado em Boletim Oficial. (www.macau.gov.mo/bo/i/1999/01/aviso05.asp#7).

Hong Kong e Macau eram estimadas cerca de 150 mil inscrições consulares, das quais cerca de 2000 correspondiam a expatriados europeus e cerca de 10000 a macaenses, ou seja, do total de inscrições estima-se que aproximadamente 12000 indivíduos sejam falantes do português¹¹¹. O Observatório da Emigração apresenta, para Macau, em relação ao ano de 2008, um total de 123371 indivíduos¹¹² registados no Consulado Geral de Portugal, dos quais apenas 2503 terão nascido em Portugal, sendo evidente que não obstante o seu desaparecimento das estatísticas oficiais tal não significa que os indivíduos de etnia chinesa tenham abdicado da nacionalidade portuguesa nem que tenham saído do território assim como não é certo, antes pelo contrário, que todos os nascidos em Portugal tenham efectuado registo no posto consular.

¹¹¹ Informação obtida através de contacto pessoal em 2010.

¹¹² Neste número estão incluídos 38 mil registos transferidos do Consulado de Hong Kong que foi encerrado em 2003. Informação disponível em <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=147>. Acesso em 10 de Dezembro de 2010.

Afunilando o ângulo de observação

Quando as pessoas começam a falar de Macau vão sempre ter às estatísticas: 95% da população é chinesa. É, não sei quantos e tudo o mais. Você acha que esses números são conclusivos? Até que ponto são conclusivos...? Ah! Quer dizer... em termos populacionais, em termos étnicos e tudo mais... As estatísticas dizem isto, é verdade, mas dizem muito pouco. O que é que deixou de dizer? É que nós temos várias comunidades chinesas em Macau. A comunidade chinesa autóctone de Macau está em minoria. Tu não vês aqui... tu não podes falar de chineses à custa dos 95%. Não consegues... não consegues porque tu não tens cultura. Tu não tens uma cultura. Tu não consegues ter uma cultura... não consegues ter... falar de cultura numa sociedade com uma população móvel. É impossível. Não tens características, não tens absolutamente nada por onde pegar. Quando tu falas em cultura chinesa tu vais ter que recorrer a quê? Olha, vais ter que recorrer às coisas que vêm de Fujian, às coisas que vêm de Gongbei, de não sei quantos e tudo mais. Mas tu não consegues retirar absolutamente nada de Macau. Não consegues. Mas se tu dizes que não tem? Há. Claro que há em Macau. Mas em contrapartida os tais 3% ou 4% que corresponde... corresponde... corresponde à comunidade chamada comunidade macaense... é isso é que faz a diferença. Sabes porquê? Porque justamente porque é uma população que não é móvel, que sempre ficou aqui, sempre se enraizou. E portanto quando nós falamos em estatísticas para o efeito de saber quem é que tem... eu... eu começo a coçar a cabeça e começo a fazer todos os trejeitos, quando te começarem... começares a... a falar dos números. Porque não traduz... não traduz absolutamente nada.

O que eu... o que eu não posso admitir... o que não posso admitir que se esteja... que se extraiam todas as consequências à custa dessas estatísticas que não dizem tudo. Não dizem tudo. Portanto nós... é o que eu estava dizer. Quando... encontrar uma pessoa... uma pessoa... que começa assim... de onde és? “Macau filo”... quando o chinês diz que é “Macau filo”, não é...? Ele pode dizer... “lou a”... “lou a Macau Filo”, é porque muito provavelmente ele tem por trás dele gerações e gerações de família. Porque ele é mesmo de Macau. Porque não se vê esse tipo de atitude, essa aproximação natural com os portugueses. Não existe entre os outros chineses. Vês os outros chineses eles até afastam-se dos portugueses, afastam-se dos portugueses e tudo mais. Mas esses chineses... esses chineses que têm aquele contacto directo, falam, dizem... “senhola... ah senhola... tá bom, tá bom”...

(Gabriel, macaense, advogado, dirigente associativo, Ent.81/2007)

Este pequeno excerto da nossa conversa com *Gabriel* é revelador de um conjunto de aspectos que tentaremos discutir de seguida. Desde logo, alerta-nos para o facto de os números não dizerem tudo e esconderem especificidades que não podem ser captadas através da apresentação de dados globais; chama, também, a atenção para um conjunto de representações existentes no que respeita à “repartição” da população em grandes categorias – “chineses”, “macaenses”, “portugueses”, aos quais é acrescida a dos “outros” – não obstante a disparidade dos números respeitante a cada uma delas, a impossibilidade de ser feita uma contagem que dê conta da diversidade de situações que cada uma poderá comportar e, não menos importante, alerta-nos para o simbolismo associado a essa mesma repartição. Levanta, ainda, a questão das convivências étnicas e de como parece revelar-se de particular importância a relação espaço/tempo.

Agrupar indivíduos sob uma qualquer designação comporta sempre riscos e, neste caso, é muito elevado o risco de se pensar que estamos a considerar que os membros destes vários segmentos podem ser classificados e caracterizados segundo aspectos fenotípicos que, sendo específicos a cada um, permitiriam facilmente uma arrumação. Não é disso que se trata.

É certo que as três categorias atrás enunciadas comportam uma diversidade de situações. No que respeita ao conjunto mais vasto da população, embora seja normalmente identificado sob uma mesma designação – chineses – tal não é necessariamente sinónimo de ausência de complexidade. Complexidade essa que, evidentemente, se estende ao campo linguístico com inteligibilidade nula entre agrupamentos de diferentes línguas – nomeadamente entre o mandarim, ou *putonghua*, a língua oficial da RPC, e o cantonês, língua de maior expressão em Macau.

Quanto às categorias “portugueses” e “macaenses”, com estruturação regularmente associada aos eixos da naturalidade, ascendência, língua e cultura portuguesas, torna-se necessário introduzir algumas notas. Temos, desde logo, portugueses europeus e africanos e africanos portugueses; portugueses macaenses e macaenses portugueses; macaenses chineses e chineses macaenses. E temos, também, chineses portugueses embora pareça menos comum encontrar portugueses chineses.

No que respeita aos portugueses, teoricamente, esta categoria corresponde ao conjunto de indivíduos naturais de Portugal e que fixaram residência em Macau. Não será exclusivamente assim, pois entre os residentes podemos encontrar portugueses, para além dos já nascidos em Macau, oriundos de outras paragens – nomeadamente, dos países africanos de expressão portuguesa e da Índia (Goa, Damão e Diu).

Quanto aos macaenses, se quando se ouve esta expressão seria de supor que de um natural de Macau se trata a verdade é que o entendimento é outro e bem diferente. Para se ser macaense não basta ter nascido em Macau.

Embora actualmente a expressão “macaense” comece a ser usada num sentido mais abrangente, existindo já alguns contributos a este propósito que introduzem um sentido mais amplo do termo como *habitante nascido e criado em Macau, aí socializado, e que partilha com uma fatia importante da sociedade local um conjunto de valores e de comportamentos...* (Correia, 1999b:119-124) as referências mais comuns ao “macaense” sugerem outro entendimento. A este propósito recordamos aqui o relato de um dos nossos interlocutores chineses que nos contava que, quando criança em idade escolar, lhe fazia alguma confusão o facto de ele não poder ser macaense, posto que tinha nascido em Macau. Terá, então, consultado um dicionário e percebido que o termo significava “nascido na terra”; confrontando a descoberta com alguns amigos dizendo “afinal eu também sou macaense!” terá provocado alguma troça dos colegas pois “ser macaense” significava “ter sangue português”, coisa que ele não tinha, não podendo, portanto, considerar-se como tal.

Este assunto não é, também, tão simplesmente relacionável apenas com questões de “sangue”. Não só este critério, por si só, não é suficiente para se ser considerado macaense como não o é mesmo em conjunto com o anterior. Nem todos os nascidos em Macau que têm laços de consanguinidade com portugueses são considerados macaenses. E alguns dos que são considerados como tal, não têm qualquer ascendente português.

Aqui começam a entrar algumas sutilezas – o que é preciso é fazer coincidir dois vectores: o de “Macau” e o da “portugalidade”.

Mas o que é que isto significa, de facto? O vector “Macau” pressupõe uma forte ligação ao espaço territorial, adquirida quer por nascimento, quer por permanências de longa duração ou por se ser descendente de quem, de uma forma ou de outra, terá essa ligação – assim se passa com muitos dos macaenses da diáspora. Já o vector “portugalidade” parece permitir várias interpretações, dando, por isso, alguma margem de manobra quando se reconhece ou não se reconhece alguém como macaense. Trata-se de uma questão de *adesão* – língua, escolarização e religião católica – à cultura portuguesa, muitas vezes referida como “*uma certa maneira de estar, de pensar e de sentir*”. Muitas vezes este vector sobrepõe-se, mesmo, à questão das origens e ascendências, possibilitando, nalguns casos, que indivíduos chineses acedam a esta condição, noutros, contrariamente, favorecendo a exclusão daqueles que, não obstante lhes correr nas veias “sangue português”, terão abdicado dos referentes portugueses na construção da sua identidade aproximando-se da população chinesa¹¹³.

A noção de *portugalidade*, apresentada por Cabral e Lourenço (1993:61-62) como um *capital*, encontramos-la também nos discursos de uma determinada elite macaense, não sendo possível perceber quem a importou de quem. Para estes autores, considerando o contexto colonial até aos finais dos anos 60 e a paralisia económica que caracterizava Macau, a identidade europeia era

um capital valioso que não podia ser facilmente desperdiçado. Representava uma maior probabilidade de obtenção de emprego na administração em Macau e, em Hong Kong, melhores oportunidades de não ser identificado com a comunidade chinesa e, por conseguinte, de evitar o tipo de limitações ao movimento e à promoção social que essa identificação comportava (1993:61-62).

¹¹³ A propósito quer do endocentrismo dos diversos segmentos populacionais identificados e nas clivagens que se podem encontrar no interior da cada um, nomeadamente entre os macaenses e entre macaenses e portugueses, afigura-se-nos de significativa relevância a segregação simbólica e espacial a que estes grupos parecem ter estado sujeitos nos seus percursos escolares sendo possível identificar um discurso que se pode resumir em “diz-me que escola frequentaste, dir-te-ei que tipo de macaense és”. Os símbolos físicos deste discurso são o antigo Liceu Infante D. Henrique, frequentado maioritariamente por portugueses e por uma elite macaense e a Escola Comercial e o Colégio D. Bosco sendo a sua população estudantil composta maioritariamente por macaenses e alguns chineses.

Suspeitamos que, sem anular nenhum dos aspectos anteriores, é na questão das mobilidades sociais e nos posicionamentos no espaço social que radicam as alternâncias nos vectores mobilizados para a definição do macaense, convocando ora uns e outros, ora uns ou outros, como justificação não apenas de situações de auto-nomeação mas, e talvez mais importante, de reconhecimento de pertença ao que é vulgar ser designado como “a comunidade” macaense.

Estamos perante questões com uma forte carga simbólica e que dificilmente podem ser apreendidas a partir de indicadores de ordem demográfica. Embora alguns autores lamentem o facto de a *miscigenação dos macaenses* [não ser considerada nos dados dos Censos] *ficando a dúvida se os mesmos se situaram no grupo “Chineses e Portugueses”, “Chineses, Portugueses e Outros” ou somente “Portugueses”* (Piteira, 1999:157) a verdade é que não nos parece assunto de fácil resolução considerando que o termo corresponde a um conceito altamente subjectivo sobre o qual nem os próprios “macaenses” parecem ter qualquer consenso sendo múltiplas e variadas as explicações dadas para “quem é” e “o que é ser” macaense. No entanto é já revelador o facto de o autor citado, ele próprio um macaense, não considerar, sequer, a possibilidade de alguns macaenses poderem, também, estar incluídos na categoria “chineses”. Ainda que os indicadores disponíveis não permitam “contabilizar” este segmento da população, não se pode abdicar de a considerar, dado o simbolismo que lhe está associado, significando, tantas vezes, uma das *imagens de marca* de Macau, apresentada como a razão de ser do “segundo sistema”.

Este trabalho é sobre a língua portuguesa. Mas é sobre a língua portuguesa *situada* num determinado contexto, o de Macau, estruturado de uma determinada forma, com um determinado percurso histórico, no qual coabitam diversos protagonistas.

Estes protagonistas têm um percurso pessoal, uma história de vida e um projecto, cruzando-se diferentemente com a língua portuguesa. Ora não podemos falar desta sem falarmos daqueles, e deles não podemos falar sem contemplar as características estruturais que definem o meio social em que se movimentam e que eles próprios compõem.

Para isso, precisamos de nos socorrer da informação disponível que nos permita traçar os contornos da realidade social de Macau; e, nesse caso, temos de considerar os dados oficiais que, por um lado, *Gabriel* considera pouco dizerem e, por outro, podem suscitar dúvidas relativamente à sua aplicabilidade. Para ultrapassar este dilema só nos podemos munir das vantagens que advêm da combinação de diferentes estratégias de abordar o objecto e, neste caso, como em muitos outros, é a complementaridade de técnicas que permite ir um pouco mais longe. As informações que são captadas a partir da vivência e do confronto do próprio

investigador com o terreno permitem encontrar explicações que os dados oficiais não fornecem mas que de alguma forma contêm. Ou seja, são as permanências no local que nos permitem ver para além dos dados oficiais; o que nos coloca novamente perante a relação espaço-tempo. Não só do ponto de vista de quem é observado mas também de quem observa.

Localização e tempos de permanência

Posto isto, talvez valha a pena começar precisamente pela questão das permanências e pela distribuição dos vários segmentos da população pelo espaço. Considerando que, como já se referiu, no total, mais de metade da população residente nasceu fora da Região, é importante perceber a duração da sua permanência no local. Facto que, aliás, é amplamente referido como aspecto importante na “descaracterização” que, segundo alguns, a cidade tem vindo a registar, quer no que respeita a um determinado modo de vida simbolicamente inscrito na sua dimensão mais “portuguesa”, quer na própria configuração espacial e populacional.

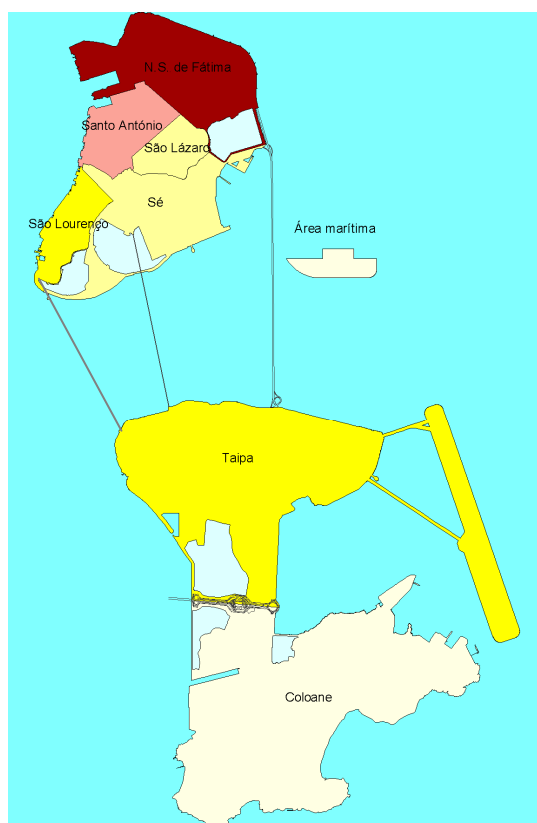
No que respeita aos tempos de permanência, de acordo com o apuramento dos Intercensos 2006, o mais recente disponível quanto a esta matéria, apurou-se que, entre a população terrestre¹¹⁴, 32.2% residia em Macau há menos de 20 anos, 21.2% entre há 20 e 29 anos e apenas 8.9% havia estabelecido residência nesta Região entre há 30 e mais anos. No que respeita à população que nasceu e sempre residiu em Macau é de salientar que 49.2% tem menos de 20 anos de idade.

Quanto à distribuição da população pelo espaço [Fig. 4.1], verifica-se desde sempre uma forte concentração na península de Macau, facto que se mantém actualmente, não obstante entre os Censos de 1991 e os Intercensos de 2006 se ter verificado um aumento significativo de residentes na Taipa o que, seguramente, se prende com o “boom” de construção nesta ilha decorrente da modernização e desenvolvimento das acessibilidades e requalificação urbana.

Para além da evidência atrás enunciada, percebe-se claramente, também, que não é apenas numa escala mais alargada que se regista desigual distribuição da população. O mesmo se passa quando consideradas as várias freguesias que compõem a Península de Macau. Também aqui podemos encontrar algumas clivagens susceptíveis de levantarem alguns questionamentos.

¹¹⁴ Destaca-se a existência de um conjunto de indivíduos (1798) aos quais não se aplica o conceito de “tempo de permanência em Macau” por viverem em embarcações, sendo designados como “população da área marítima”.

Fig. 4.1 – Distribuição da população residente por Freguesia



Quadro 4.7 – População residente por Freguesia

Freguesia	1991		2001		2006	
	N	%	N	%	N	%
Macau	342548	96.3	388647	89.3	433 730	86.4
Sto António	108654	31.7	104217	26.8	112 877	26.0
São Lázaro	32622	9.5	26914	6.9	30 924	7.1
S. Lourenço	45814	13.4	42841	11.0	48 292	11.1
Sé	29234	8.5	34176	8.8	40 609	9.4
N. S. Fátima	126224	36.8	180499	46.5	201 028	46.4
Taipa	7168	2.0	41786	9.6	63 293	12,6
Coloane	3146	0.9	2904	0.7	3 292	0.7
Á. marítima	2831	0.8	1898	0.4	1 798	0.3
Total	355693	100.0	435235	100.0	502 113	100.0

Fonte: DSEC

Embora em termos relativos a população residente em Macau (cidade/Península) tenha registado uma diminuição entre os momentos censitários, na realidade em valores absolutos o seu número aumentou, sendo particularmente evidente numa das suas freguesias – a de Nossa Senhora de Fátima.

Estamos a falar de um acréscimo superior ao número de residentes na generalidade das restantes freguesias. Há também um aumento de residentes na Freguesia da Sé que, embora não tão significativo (11375 indivíduos), ainda assim com alguma expressão. Ambos os casos sugerem alguns comentários adicionais.

No último caso a explicação parece simples: é nesta freguesia que se localizam as novas áreas dos aterros (ZAPE e NAPE¹¹⁵) sobressaindo como imagem a quem chega uma espécie de “zona dormitório¹¹⁶” dentro da cidade de Macau. Com a conquista do novo espaço roubado ao mar, proliferaram em número bastante considerável as construções em altura, não revelando, ainda, os números indicados a real capacidade desta área. Seguramente os próximos Censos apresentarão números muito mais elevados de novos residentes nesta Freguesia, assim como na da Taipa, uma vez que em 2006 não se encontravam ainda completamente preenchidas todas as unidades de alojamento aí existentes.

¹¹⁵ ZAPE - Zona dos Aterros do Porto Exterior; NAPE – Novos Aterros do Porto Exterior.

¹¹⁶ Esta designação não corresponde à aceção de “zona dormitório” a que normalmente nos referimos, uma vez que foi possível verificar a prática do almoço em casa, em família, facto que deriva não só da relativa proximidade entre local de trabalho e de residência dadas as dimensões do território, mas, também pela regular existência de empregadas a tempo inteiro, normalmente filipinas, que preparam as refeições, principalmente nos casos de famílias com crianças. De qualquer das formas, a prática de almoçar e jantar fora é bastante comum, fazendo parte dos hábitos e estilos de vida.

Quanto à Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, zona mais a norte de Macau e paredes meias com a China (onde se localiza a Fronteira das Portas do Cerco), nela se podem encontrar zonas densamente povoadas, visível e marcadamente chinesas, como o Bairro da Areia Preta e Iao Hon, os Novos Aterros da Areia Preta (NATAP) e o famoso Fai Chi Kei¹¹⁷.

É nesta freguesia que se acentua mais a concentração de residentes não nascidos em Macau, sendo, na sua maioria, os que vêm do “outro sistema”, o que equivale a dizer do Continente chinês, e o que explica largamente o acentuado acréscimo populacional que tem vindo a registar. De facto, de acordo com os dados dos Intercensos 2006, do total de residentes na freguesia de Nossa Senhora de Fátima apenas 36.9% nasceu e sempre residiu em Macau, sendo mais de metade (58.3%) dos residentes desta freguesia oriundos da China Continental.

Embora grande parte dos migrantes da China Continental venha da Província contígua sendo a sua língua corrente, tal como em Macau, o cantonês, é também nesta freguesia que podemos encontrar o maior número de falantes de outros dialectos chineses, nomeadamente o dialecto de Fujian¹¹⁸.

Já ficou claro que, não obstante a desproporcionalidade dos números, entre os residentes em Macau podemos encontrar indivíduos originários de diversas localizações geográficas. Facto que introduz especificidades em Macau com efeitos não negligenciáveis nos modos de relação locais, sendo ideia comum o auto-fechamento de grupos etnicamente diferenciados que viverão de *costas voltadas*, expressão regularmente aplicada às gentes desta Região.

No entanto, e segundo Pessoa (2000:3), conduzindo uma observação a partir das zonas habitacionais constata-se que no caso de Macau, e no que particularmente respeita aos portugueses, as habitações não constituem um aglomerado bem demarcado originando um bairro específico, contrariamente ao que é comum suceder tendendo indivíduos do mesmo grupo étnico a agregar-se, constituindo espaços físicos bem delimitados. A autora indica,

¹¹⁷ O Fai Chi Kei era um complexo de habitação social, construído em 1981 sob encomenda do Governo de Macau, da autoria do Arquitecto Manuel Vicente com a colaboração do Arquitecto Paul Sanmarful, tendo recebido, em 1995, a medalha de ouro da ARCASIA – Architects Regional Council of Asia. Em 2009, através do Instituto de Habitação de Macau, foi dada a conhecer a intenção do Governo da RAEM de demolir este complexo habitacional para, no espaço que ocupavam os seus 240 apartamentos, serem construídos novos edifícios com uma altura que passará de 20,5 para 75 metros, 25 pisos e 700 apartamentos, dos quais uma parte será dedicada a habitação social, assim como parques de estacionamento público e lojas. Esta decisão provocou reacções de alguns sectores locais, nomeadamente o da arquitectura, tendo sido inclusivamente lançada uma petição com o objectivo de parar o processo, sem resultados, tendo a demolição deste complexo de habitação social avançado em finais de 2010 e previsto o realojamento dos residentes do antigo Fai Chi Kei nas novas unidades de alojamento.

¹¹⁸ Na verdade 82.7% e 83.7% dos residentes na RAEM que indicam este dialecto como língua corrente, em 2001 e em 2006, respectivamente.

ainda, que com alguma segurança se poderia afirmar que de forma mais ou menos dispersa se localizariam, no entanto, na zona do Porto Exterior.

Sendo que não é possível perceber, por um lado, se a autora se está a referir apenas a portugueses de Portugal e, por outro, até onde vai, no seu entendimento, a zona do Porto Exterior, é seguro que não ficará nem na zona Norte da cidade nem na do Porto Interior. O que por si só já indicia alguma concentração no espaço.

É bem verdade que, actualmente, não podemos encontrar em Macau um “bairro português” no sentido de fisicamente perceptível aos olhos de quem chega. Mas terá sido sempre assim?

Recuando no tempo e na história da cidade, sabemos que, originalmente, a população de Macau se restringia a algumas aldeias de pescadores/agricultores, oriundos das províncias de Cantão e Fujian, localizando-se nos lugares de Mong Há, Patane, Barra, Vilas da Taipa e Coloane. Terá sido este o tipo de povoamento com que, no Século XVI, os portugueses se depararam, altura a partir da qual se foram fixando dando origem à denominada “Cidade Cristã” – na zona da Praia Pequena/Rua dos Mercadores até à Praia Grande e do Monte à Penha/Lilau – em torno da qual terá sido construída uma muralha da qual ainda hoje se podem encontrar vestígios¹¹⁹. Também do “lado chinês” foi edificada uma barreira para evitar que os portugueses ocupassem mais território – local onde viria a ser criada a Fronteira das Portas do Cerco. Com o crescimento da população surgiram novos núcleos ou bairros de chineses, “cristianizados” e europeus. A zona comercial do Porto Interior, Santo António, São Domingos e Ponte-e-Horta (o “Bazar”) e a zona da encosta e Praia do Manduco (o “Bazarinho”) passaram a ser habitadas principalmente por chineses e fizeram-se bairros para os “novos cristãos” junto às portas do Campo – Bairro da Mitra e de S. Lázaro – e de Santo António (Cónim e Teixeira, 1998: 77-78).

Sendo os edifícios de 20 e 30 andares que surgem no espaço onde outrora se localizavam as casas grandes “cristãs”, os palacetes e as vivendas, circulando pela cidade podemos encontrar ainda alguns núcleos destas vivendas (nas encostas da Penha/Barra, Mong Há/D. Maria e Guia/S. Januário), e moradias com 2 a 3 pisos, muitas destas recuperadas e transformadas em sede de serviços públicos.

Podem, também, perceber-se vestígios do que em tempos terá correspondido a uma certa delimitação das zonas residenciais dos vários segmentos da população, contrastando claramente o que é, ainda hoje, a zona do Bairro de S. Lázaro e do Lilau com a do Patane e S. Paulo e, ambas, com as construções mais recentes nos Aterros do Porto Exterior.

¹¹⁹ Fazem parte de “O Centro Histórico de Macau”, classificado Património Mundial da Unesco.

Valerá a pena, então, olhar mais atentamente para os indicadores disponíveis e, considerando uma maior desagregação da informação, tentar perceber se existem ou não zonas habitacionais indiciadoras da formação de aglomerados etnicamente diferenciados.

É evidente que dada a esmagadora maioria da população chinesa será esta a predominar em todas as zonas geográficas. Mas se considerarmos a dispersão intra-grupal, e tomando grupo meramente como categoria operatória, é possível verificar que existem algumas tendências merecedoras de registo.

Quadro 4.8 – População residente por freguesia e zona geográfica, segundo o local de nascimento (2006)

Freg.	Z. Geográfica	Macau	China Continental				H.K.	Taiwan	PT	Fil	Tail	Out	Total
			Guang	Fujian	Out.	Total							
N. Sra. de Fátima	Ilha Verde	1.8	2.2	2.2	1.6	2.1	0.7	2.5	...	0.6	...	1.3	1.9
	T. Barbosa	7.2	9.1	7.6	4.1	8.4	2.6	5.1	0.5	0.4	3.1	4.2	7.3
	A. Preta/Iao Hon	10.0	14.8	28.8	10.1	16.4	2.4	6.9	2.0	3.1	2.7	7.1	12.4
	NATAP	7.3	10.6	23.0	14.9	13.0	3.3	5.6	...	7.1	7.7	5.9	9.7
	M. Há/Reservatório	4.4	4.4	5.2	3.3	4.4	3.0	7.9	3.2	2.8	3.7	3.9	4.3
	Fai Chi Kei	4.2	4.7	9.0	3.6	5.2	1.5	2.3	...	0.3	3.1	3.4	4.4
	Total Freg.	34.8	45.8	75.9	37.5	49.5	13.5	30.3	5.6	14.3	20.3	25.7	40.0
Sto. António	Doca do Lamau	4.4	4.4	5.2	2.5	4.3	2.4	1.7	...	1.0	1.9	2.5	4.1
	H. Costa/O. Arriaga	5.4	3.3	2.5	3.3	3.2	4.2	4.1	3.0	6.1	4.2	7.2	4.4
	Barca	9.4	9.6	3.9	4.8	8.3	4.4	1.8	1.3	9.2	6.6	8.2	8.6
	Patane e S. Paulo	5.9	6.4	0.6	2.5	5.1	5.3	...	1.4	6.9	2.2	2.3	5.4
	Total Freg.	25.2	23.7	12.4	13.0	20.9	16.3	7.7	5.6	23.2	14.9	20.2	22.5
S. Lázaro	C. Fer. Almeida	6.4	3.7	0.8	4.0	3.3	7.4	6.2	5.9	6.8	16.3	6.6	5.0
	Fer. Amaral (Guia)	1.6	0.6	0.4	0.7	0.5	1.7	1.4	7.9	1.2	3.7	1.8	1.1
	Total Freg.	8.0	4.3	1.2	4.7	3.9	9.1	7.6	13.8	8.0	20.0	8.4	6.2
Sé	ZAPE	0.1	1.8	1.2	7.8	2.4	4.9	10.6	2.1	5.1	4.1	4.1	2.2
	NAPE e B. Grande	1.2	1.1	0.8	2.1	1.1	5.0	6.2	15.0	4.7	5.1	5.7	1.6
	Baixa de Macau	5.1	3.	0.4	2.7	3.3	5.0	1.5	5.2	9.2	9.3	3.3	4.2
	Total Freg.	7.8	6.9	2.4	12.7	6.8	14.9	18.3	22.3	19.0	18.4	13.0	8.1
S. Lourenço	Barra/Manduco	8.4	8.2	0.8	3.5	6.6	8.3	4.4	1.1	10.4	2.2	3.2	7.3
	P. Grande/Penha	3.1	1.6	0.1	1.4	1.4	3.0	1.3	6.9	3.3	2.2	3.0	2.3
	Total Freg.	11.5	9.9	0.9	5.0	8.0	11.2	5.7	8.0	13.7	4.4	6.2	9.6
Totais Península de Macau		87.2	90.6	92.8	60.1	89.1	65.1	69.5	55.3	78.1	78.1	73.6	86.4
Taipa	J. Oceano/Taipa P.	1.9	0.8	0.5	2.2	0.9	4.6	7.4	14.6	3.7	3.0	6.3	1.8
	Baixa da Taipa	8.4	5.3	3.6	13.0	5.9	25.2	15.4	20.4	15.6	11.9	14.6	8.3
	Univ. e Pac On	0.6	0.8	1.8	3.3	1.2	1.5	3.6	2.9	1.1	3.6	2.1	1.0
	Pac On e Taipa G.	0.2	0.6	0.8	6.0	1.2	0.9	0.4	1.0	0.3	...	0.4	0.7
	Cidade/Hipódromo	1.0	0.8	0.2	0.5	0.7	0.7	0.1	0.6	0.3	0.9	0.5	0.8
	Total Freg.	12.1	8.4	7.0	25.1	9.9	32.9	26.8	39.4	20.9	19.3	24.0	12.6
Coloane	Coloane	0.5	0.5	0.2	1.1	0.5	1.2	3.7	5.2	0.9	2.6	2.4	0.7
Totais Ilhas		12.6	8.9	7.2	26.2	10.5	34.1	30.5	44.7	21.9	21.9	2.6	13.3

Nota: A população da área marítima não foi considerada para efeitos de cálculos, uma vez que não se aplica o conceito de "localização".

Fonte: DSEC

Confirma-se, desde logo, a concentração da população chinesa oriunda do continente nos Bairros da Areia Preta, Iao Hon e NATAP, assim como se pode verificar que os residentes naturais de Portugal, dividindo-se entre a península e as ilhas, se concentram na zona do NAPE e Baixa de Macau e, na Taipa, também na Baixa e nos empreendimentos Jardins do Oceano.

Se analisarmos os dados referentes à população residente, com 3 e mais anos de idade, cuja língua corrente é o português, e a sua distribuição pelas freguesias, verificamos que os

dados são coincidentes. Esta informação é tanto mais relevante quanto neste conjunto populacional se englobam não só os nascidos em Portugal mas, também, aqueles cujo local de nascimento é Macau, ou os de outra localização geográfica, independentemente da sua ascendência (na verdade, se o total de residentes nascidos em Portugal é de 1316 indivíduos, os de português língua corrente ascendem a 3036). Sabendo que um dos marcadores de etnicidade atribuído aos macaenses é precisamente a sua língua corrente ser a portuguesa¹²⁰, a ser assim, então ao verificarmos a distribuição pelo espaço podemos ficar com uma noção das suas zonas residenciais.

Quadro 4.9 – População residente com idade igual ou superior a 3 anos, de português língua corrente, segundo a localização (2006)

LC Português	Total	Península de Macau						Ilhas			A. Marítima
		Sub-total	Sto. António	S. Lázaro	S. Lourenço	Sé	N.S. Fátima	Sub-total	Taipa	Coloane	
N	3036	1665	148	394	284	741	98	1371	1242	129	...
%	100.0	54.8	4.9	13.0	9.4	24.4	3.2	45.2	40.9	4.2	...

Fonte: DSEC

Na realidade os números apresentados só confirmam aquilo que é perfeitamente perceptível quando se acompanha o quotidiano da população portuguesa residente em Macau.

Quer através das inúmeras conversas a que fomos assistindo relativas a pequenos problemas domésticos comuns “ao prédio” ou aos meios de transporte que servem “a área”, quer por termos, mesmo, frequentado algumas das residências e áreas residenciais¹²¹, existem ainda outros indicadores que dão sinais a este respeito.

É fonte de informação a considerar a existência de pequenas mercearias ou supermercados com marcas e produtos portugueses e tão ao gosto dos portugueses¹²². É claro que, actualmente, dada a circulação de pessoas e bens à escala mundial não é tanto a existência de tais produtos portugueses que se torna merecedora de destaque. O que é sintomático e indiciador de que aquela área ou as proximidades será, ou terá sido ainda que hoje assim já não seja, fortemente frequentada por residentes portugueses é a sua localização em determinadas zonas e a completa impossibilidade de encontrar os mesmos produtos e marcas

¹²⁰ Embora não seja, seguramente a sua língua primeira, foi até há relativamente pouco tempo considerada a sua língua de escolarização e, pelo menos as gerações mais velhas, continuam a definir-se de língua materna portuguesa. Nem sempre a dimensão simbólica atribuída a uma língua corresponde ao seu uso efectivo.

¹²¹ Nas nossas duas últimas deslocações a Macau ficámos alojados na Taipa, nos empreendimentos Jardins do Oceano. Em momentos anteriores, em Macau, o nosso alojamento situou-se na Universidade de Macau, no Largo Camões e no centro da cidade, nas proximidades do Largo do Senado.

¹²² Fica por explorar a questão dos restaurantes portugueses que, embora ostentando orgulhosamente o galo de Barcelos, nem todos assim são *reconhecidos*, sugerindo a existência de um conjunto de representações a seu respeito. Se não há dúvidas que, por exemplo, o *Afonso III é genuinamente português*, quer pelo sabor da sua comida, quer pela sua clientela, já a presença do *Nga Tim* (propriedade de chineses) na Rua dos Restaurantes Portugueses no Festival de Gastronomia suscitou algumas exclamações de surpresa.

noutros locais da cidade. São pequenos estabelecimentos, cujos proprietários, chineses, ainda hoje sabem pronunciar os nomes dos produtos em português indiciando um contacto regular com falantes desta língua. A título de exemplo, situemos alguns destes estabelecimentos que tivemos a oportunidade de frequentar – a *Mercearia Lei Fung Hong*, situada junto ao actual e modernizado Mercado de S. Domingos, nas proximidades do Largo do Senado, o *Supermercado San Miu* também com localização próxima, ambos servindo uma zona de actividade profissional mas também a área residencial da Baixa de Macau; os *Supermercados Bem-Vindo*, um no NAPE e outro junto ao Hoi Fu, prédio onde eram instalados muitos portugueses que vinham para Macau em comissão de serviços e, na Taipa, a acompanhar o movimento deste segmento da população da península para esta Ilha, o mais antigo *Seng Cheong* teve durante alguns anos o *Gourmet* como concorrente, sendo este propriedade de franceses que durante muitos anos viveram em Portugal.

Confrontando informação actual com indicações fornecidas por outros autores relativas a épocas mais recuadas, exceptuando a zona da Taipa, já explicada, a descoincidência não será grande.

Um outro exercício, considerando em conjunto a população de ascendência portuguesa, na qual estará incluída a larga maioria de macaenses, apesar de não ser possível fazê-lo em relação às zonas geográficas anteriormente utilizadas, mas apenas em relação às freguesias, permitiria afirmar sem grandes riscos que, se fosse possível obter informação desagregada, por zona geográfica segundo a ascendência, a mesma coincidiria largamente com as tendências identificadas quando se toma como unidade de análise apenas os indivíduos naturais de Portugal.

O que nos leva a questionar o facto de não existirem zonas etnicamente distintas. Se, de facto, não existem bairros portugueses existem, seguramente, *zonas de mais portugueses* e *zonas de não portugueses*.

Argumentar-se-á, com justeza, que onde residem portugueses também residem chineses. É bem verdade.

Suspeitamos, mais uma vez, que se se sobrepuserem outros indicadores como os de níveis de escolaridade e condição socioprofissional, são as questões de mobilidade e posicionamento no espaço social a assumir maior significado.

Embora recusemos o reducionismo da homogeneidade, quer em termos culturais quer no que respeita a posicionamentos na estrutura social, havendo que ter presente a existência de indivíduos menos apossados de recursos educacionais e profissionalmente ligados ao comércio e restauração, quando falamos dos portugueses residentes em Macau sabemos que, na

generalidade, se trata de uma *minoría contrastante para cima* (Machado, 2002:38), com elevadas qualificações e desempenhando profissões e cargos bem remunerados, com estatuto e prestígio reconhecidos, mas seria igualmente redutor supor que este é um atributo exclusivo da população portuguesa, tanto mais quando em consequência da transferência da Administração de Portugal para a República Popular da China a inversão nas relações de poder coloca uma fatia considerável da população chinesa nos cargos e funções anteriormente nas mãos de portugueses, para mencionar apenas o sector que mais comumente a estes é associado.

Porventura menos prestigiantes, negativamente conotadas, serão as actividades profissionais ligadas ao sector do jogo, mas nem por isso menos geradoras de recursos económicos e, por aí, de acesso a determinados bens, entre os quais não serão de excluir nem o tipo de habitações nem as melhores áreas de localização, susceptíveis de fornecerem, por acréscimo, outras formas de capital inscritas, estas, numa dimensão mais simbólica.

5. Sistema de ensino e o ensino da língua portuguesa

Deve reconhecer-se que, nesta matéria, Macau entrou na década de oitenta em desvantagem relativamente a territórios e países vizinhos (...) [possuindo], então, um sistema educativo pouco coerente, com programas inadequados à realidade emergente, compostos apenas de níveis de formação básico e secundário e com a ausência de oferta de formação de nível médio e superior, a qual só viria a ser criada em 1981 através de iniciativa exterior ao território (Baptista e Oliveira, 1999:80).

A questão das línguas e da sua difusão encontra-se em estreita relação com a organização dos sistemas de ensino, pelo que não é dispensável ter em consideração a forma como o sector da educação em Macau se desenvolveu e apontar algumas iniciativas no que respeita à formação linguística.

Não faltando as críticas ao pouco investimento público neste sector, bem como ao facto de não ter sido implementado um sistema que tivesse fomentado, efectivamente, o bilinguismo, surge como consensual que até meados dos anos 80 o sistema de ensino sofria graves deficiências, facto que, de certa maneira, é formalmente admitido pela última Administração Portuguesa que na obra de balanço sobre o período de transição abre o ponto relativo à *Reforma do Sistema Educativo* reconhecendo a sua inadequação à realidade local (Baptista e Oliveira, 1999:80).

A deficiente organização do sector até muito tardiamente e as implicações e consequências que daqui advieram para outros domínios é uma matéria que continua a estar presente no quotidiano de Macau, sendo ainda muitas vezes apontada como causa de alguns aspectos menos conseguidos na governação de Macau ou como justificação de insuficiências de alguns serviços.

É claro que a transformação de uma sociedade pouco escolarizada numa com elevados recursos educativos é assunto que só com o decorrer das décadas pode encontrar tradução em termos práticos, contudo, vimos em ponto anterior que em relação a esta matéria os últimos 20 anos testemunham uma evolução muito significativa.

Do ponto de vista da sua organização, o sector da educação na RAEM apresenta hoje características muito semelhantes às existentes no final do período da governação portuguesa, tendo, em 2006, sido aprovada a nova *Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior* (Lei nº 9/2006 de 26 de Dezembro), que passou a produzir efeitos a partir do ano lectivo de

2007/2008, sendo até esta data a acção educativa em Macau norteadada pelo quadro geral deixado pela Administração Portuguesa¹²³.

Vale a pena fazer um breve percurso sobre os últimos anos da Administração Portuguesa dando a conhecer os principais contornos de um domínio com manifesta importância para o nosso objecto de estudo.

É ao longo dos anos 90 que o sector conhece um desenvolvimento significativo, na sequência do processo de reforma da educação iniciado em 1988, tendo sido publicada a Lei do Sistema Educativo, reconhecida como o marco fundamental na implementação de uma nova política educativa, com a criação de mecanismos legais que possibilitam o desenvolvimento do ensino superior público e o reconhecimento do mesmo nível de ensino sob a alçada das instituições privadas.

Sendo de salientar que uma das principais características do sector da educação em Macau foi, e continua a ser, o facto de se encontrar fortemente associado à iniciativa privada, podemos identificar quatro subsistemas ou modelos de referência na organização do ensino em Macau:

Quadro 5.1 – Modelos de organização do ensino

Modelo	Referência	Regime	Peso no sector em 1989
Chinês	Dupla referenciação: Pequim e Taiwan	Iniciativa privada	76% das escolas; 86% dos alunos
Anglo-chinês	Hong Kong	Iniciativa privada	5% das escolas; 6% dos alunos
Luso-chinês	Macau	Escolas oficiais	7% das escolas; 3% dos alunos
Português	Portugal	Escolas oficiais e particulares com paralelismo pedagógico	11% das escolas; 5% dos alunos

Fonte: Os dados apresentados para 1989 encontram-se disponíveis em Rosa (1989a)¹²⁴.

Os dados apresentados são reveladores, por um lado, do peso do ensino particular e, por outro, da preponderância do ensino chinês. O que, de acordo com Rosa se prende com a *forma particular como, historicamente, se desenvolveu a educação em Macau* e com a *quase nula intervenção da Administração no delineamento da política educativa* (1989a:33) levando a que a grande maioria dos estudantes fizesse o seu *percurso escolar sem o reconhecimento automático dos seus cursos, já que nem a organização escolar adoptada, nem os planos de estudo são sancionados ou avaliados pelas autoridades locais* (1989b:52).

Outro aspecto a destacar é a forte ligação a outras realidades educativas. O *modelo chinês*, estruturado por referência ao sistema educativo da China, depois da implantação da

¹²³ Lei n.º 11/91/M, de 29 de Agosto, que viria a ser revogada pela Lei 9/2006, de 26 de Dezembro.

¹²⁴ A soma dos totais referentes ao peso das escolas não perfaz 100% mas apenas 99%; ainda que no original o autor não faça referência a esta questão supomos que a diferença de 1% encontrada se deva a eventuais arredondamentos.

República Popular resultou em duas linhas – a que englobava as escolas que se mantiveram de acordo com o sistema anteriormente vigente e que se instala em Taiwan e a que se identificava com o novo regime de Pequim, ambas asseguradas pela iniciativa privada. O *modelo anglo-chinês* surge em Macau na sequência da Guerra do Pacífico como resposta às necessidades para a população oriunda de zonas vizinhas e que se havia refugiado em Macau, sendo organizado por referência ao sistema de ensino da agora RAEHK, usando o inglês como língua veicular de ensino e garantido, igualmente, o ensino da língua chinesa.

O *modelo português* seguia as definições de Lisboa para o sistema de ensino nacional sem qualquer adequação à realidade local; até à data da transferência do exercício de soberania, era assegurado pelas escolas oficiais, embora existissem também escolas particulares com paralelismo pedagógico. Nos finais do Século XIX foram criados o Liceu de Macau e a Escola Comercial, estabelecimentos onde a língua de ensino era o português (LM), tendo o primeiro como principal vocação preparar os alunos para prosseguir estudos universitários (normalmente em Portugal) e sendo a segunda mais direccionada para a satisfação imediata de necessidades do mercado de trabalho local. Já no Século XX, também em língua veicular portuguesa, é desenvolvido o ensino profissional, primeiro com os salesianos e, mais tarde, com a criação do Colégio D. Bosco – uma escola industrial. Sob a responsabilidade das freiras franciscanas, promovendo o ensino feminino, existia o Colégio de Santa Rosa de Lima, cuja secção portuguesa funcionou até ao ano lectivo de 1992/1993¹²⁵.

Nas vésperas da transferência da Administração, com ensino em língua portuguesa, existiam em funcionamento o Liceu, escola oficial, a Escola Comercial e o Colégio D. Bosco¹²⁶, particulares com paralelismo pedagógico. Viriam a desaparecer no final da última administração portuguesa tendo, em 1998, sido criada a Fundação Escola Portuguesa, na qual participam o Estado português através do Ministério da Educação, a Fundação Oriente e a Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (APIM¹²⁷), com o objectivo de, após 1999, assegurar o ensino seguindo um modelo português aos níveis infantil (Jardim de Infância D. José da Costa Nunes), básico e secundário (Escola Portuguesa de Macau).

¹²⁵ Funciona actualmente com uma secção chinesa e uma secção inglesa.

¹²⁶ Funciona actualmente com uma secção chinesa e uma secção inglesa.

¹²⁷ A APIM foi criada em 1871, sendo uma associação exclusivamente vocacionada para o ensino e que surge na sequência de uma reestruturação nacional do ensino religioso, tendo em 1870 sido ordenado a partir de Lisboa que fossem expulsos de Macau todos os professores estrangeiros. Sendo o Seminário S. José o estabelecimento que assegurava de forma continuada o ensino em Macau e sendo o seu corpo docente composto pelos Padres da Companhia de Jesus, que eram maioritariamente estrangeiros, esta instrução teve efeitos demolidores na educação em Macau. É assim que se organiza esta associação que consegue, anos mais tarde, desenvolver o projecto da Escola Comercial que subsiste até à criação da Escola Portuguesa de Macau em 1998.

Por último, o *modelo luso-chinês*, gratuito, que de alguma forma corresponde a uma primeira modalidade de ensino do português como língua estrangeira, constituído como resposta oficial às necessidades da população chinesa mas entendido como o meio para a sua preparação para ingressar no sistema oficial português.

Não obstante terem existido num passado mais recuado outras iniciativas semelhantes¹²⁸, as características que apresentam hoje resultam da evolução que se deu desde a sua criação (atribuída aos Diplomas Legislativos n.º 1242, de 23 de Agosto de 1952 reformulado pelo Diploma Legislativo n.º 1716, de 3 de Setembro de 1966), e muito concretamente a partir do Regulamento aprovado em 1977, cujo artigo 1º lhes confere o objectivo de:

fornecer às crianças chinesas a formação correspondente ao ensino primário chinês e um conhecimento básico da língua portuguesa que permita maior aproximação e compreensão entre as duas principais comunidades de Macau [visando, também] facilitar-lhes o ingresso na vida social do Território sem barreiras de língua, e o prosseguimento de estudos no ensino secundário português (Decreto-Lei n.º 22/77/M, de 25 de Junho).

Posteriormente alargado aos restantes níveis de ensino, sendo de 1985 a legislação que regulamenta o ensino luso-chinês ao nível do secundário¹²⁹, é através do Decreto-Lei n.º 54/90/M, de 17 de Setembro, que é dada uma nova redacção ao artigo que define este tipo de ensino e os seus objectivos sendo, à data, expresso de forma clara que se pretendia *garantir o ensino da língua portuguesa como língua estrangeira e que o ensino luso-chinês é o ensino oficial em língua chinesa (dialecto cantonense) do território de Macau (Art.º 1º e 2º).*

A Proposta de Lei-Quadro do sistema educativo, cujo anteprojecto foi tornado público em 1990, previa que o ensino luso-chinês viesse a organizar-se em duas variantes, uma chinesa e uma portuguesa, em função da língua veicular de ensino adoptada, mas sendo obrigatória a aprendizagem da língua e da cultura portuguesa na variante chinesa e da língua e da cultura chinesa na variante portuguesa. A Lei do Sistema Educativo que veio a ser publicada em 1991, quanto à questão das línguas de ensino, apenas faz referência ao facto de

¹²⁸ Em 1868 foi criada, no Seminário S. José, a “aula de português para chineses”; em 1879 abre a Escola de S. Lázaro para rapazes chineses e, dois anos mais tarde, em 1881 para raparigas. A partir de 1911 a Comissão Escola República mantém duas escolas, uma na freguesia de S. Lourenço e outra na freguesia de Santo António e em 1919 o Leal Senado cria, na freguesia da Sé, duas escolas municipais luso-chinesas – uma para raparigas, outra para rapazes. No início dos anos 50 deu-se a remodelação destas quatro escolas, reagrupadas num só edifício embora mantendo o ensino feminino e masculino em secções separadas. A nova escola vem a ser designada por “Escola Luso-Chinesa Sir Robert Ho Tung”, adoptando o nome do benemérito local que contribuiu para a sua construção em terreno do Estado.

¹²⁹ Despacho n.º 30/ECT/85, respeitante ao lançamento do Ensino Secundário Luso-Chinês.

só poderem ser usadas a língua portuguesa, a língua chinesa e em casos justificados a língua inglesa nas várias modalidades de educação e ensino (Art.º 4º, ponto 2., Lei nº 11/91/M, de 29 de Agosto), sem qualquer indicação quanto ao modelo a seguir nestas escolas.

No que respeita às escolas particulares, quando em 1989 se preparava a reforma do sistema educativo, 56% eram tuteladas por instituições religiosas (47% ligadas à Igreja Católica e 9% às igrejas Baptista, Luterana e Anglicana) e 44% tuteladas por associações (24%) e por singulares (20%), destacando-se o *papel extremamente importante da igreja católica e, embora com um peso relativo significativamente inferior, das Associações de Macau que, como noutras áreas da vida social, também na educação aparecem com um papel activo* (Rosa, 1989b:51).

A partir de 1977 inicia-se uma nova postura da Administração relativamente a este tipo de ensino, sendo aprovada legislação que promove o seu apoio através da concessão de subsídios aos estabelecimentos de ensino e aos professores e, em 1978, foram criadas as bolsas de frequência através das quais se garantia o pagamento das propinas de 10% da população escolar nos níveis primário e secundário¹³⁰.

As acções mais significativas dão-se a partir de 1988 com o reconhecimento das habilitações sem ser por equivalência ao sistema de ensino português e com o alargamento da acção social escolar que passou a abranger a generalidade das escolas em Macau. A primeira medida, deriva da proximidade da transferência do exercício da soberania e procura ultrapassar os constrangimentos existentes para efeitos de provimento em cargos públicos, como se pode ler no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 14/89/M, de 27 de Fevereiro que estabelece o regime de reconhecimento de habilitações académicas:

tendo em vista a implementação de uma efectiva política de localização de quadros que, por um lado, garanta a igualdade de direitos e de oportunidades de acesso à Função Pública aos residentes do território, independentemente do sistema de ensino de onde provenham, e, por outro lado, proporcione à Administração a diversificação das fontes de recrutamento, suprimindo, em matéria de captação de recursos humanos, as áreas funcionais mais carenciadas.

Nesta altura havia já sido assinada a *Declaração Conjunta* e estabelecida a data de cessação da administração portuguesa o que significava que se previa, a curto prazo, o retorno a Portugal de grande parte dos funcionários que se encontravam a trabalhar nos serviços locais, o que deixava a máquina administrativa desprovida de recursos humanos,

¹³⁰ Lei nº 11/77/M, de 22 de Outubro, Lei nº 13/77/M, de 31 de Dezembro e Portaria nº 33/78/M de 25 de Fevereiro.

principalmente nos lugares de chefia. Para além da necessidade de proceder a substituições tornava-se necessário, também, desenvolver a formação, nas mais diversas áreas, daqueles que iriam em breve assumir a responsabilidade de manter o funcionamento dos serviços, facto que se encontra em estreita ligação quer com o desenvolvimento do sector da educação de um modo geral, quer com a situação particular do fomento do ensino da língua portuguesa.

Através do alargamento da acção social escolar procurava-se minimizar desigualdades de oportunidades no acesso à educação, com vista ao cumprimento do objectivo de garantir uma *escolaridade universal e tendencialmente gratuita*¹³¹, objectivo que só vem a ser desenvolvido com a criação de um Fundo de Acção Social Escolar, em 1994, com a publicação do Decreto-Lei nº 29/95/M, de 26 de Junho, que estabelece os deveres a que ficam obrigadas as instituições de ensino particular e fixa um conjunto de normas para atribuição de apoios aos alunos, nesta fase ainda excluindo o ensino secundário; dois anos depois, com o Decreto-Lei nº 34/97/M, de 18 de Agosto, são aprovadas as normas de apoio efectivo à generalização da escolaridade gratuita desde o pré-primário ao secundário geral¹³².

Actualmente, a escolaridade obrigatória é aplicada a todos os menores entre os 5 e os 15 anos de idade e a escolaridade gratuita, traduzida na isenção do pagamento de propinas e despesas de encargos relativos à inscrição, frequência e certificação, foi alargada a todos os níveis de ensino não superior (Lei nº 9/2006, Artº 20º e Artº 21º).

Quadro 5.2 – Ensino não superior (2009/2010)

Número de Escolas	80
Número de Escolas oficiais	11
Número de escolas particulares	69
Escolas particulares integradas no sistema de escolaridade gratuita	54
Número de Unidades Escolares	121
Número de Unidades Escolares – Educação Regular	109
Número de Unidades Escolares – Ensino Recorrente	12
Número de Unidades Escolares – Escolas oficiais	18
Número de Unidades Escolares – Escolas particulares com escolaridade gratuita	81
Número de Unidades Escolares – Escolas particulares sem escolaridade gratuita	22
Número de Unidades Escolares – Língua Veicular Chinesa	101
Número de Unidades Escolares – Língua Veicular Português	6
Número de Unidades Escolares – Língua Veicular Inglesa	14
Número de alunos	77192
Número de alunos – ensino regular	73826
Número de alunos – ensino recorrente	3366

Fonte: DSEJ

¹³¹ Decreto-Lei 17/90/M, de 14 de Maio, aplicando-se aos alunos dos ensinos pré-primário, primário e secundário que frequentassem os estabelecimentos de ensino oficiais ou particulares sem fins lucrativos, registados na Direcção dos Serviços de Educação, o que correspondia à generalidade das situações existentes.

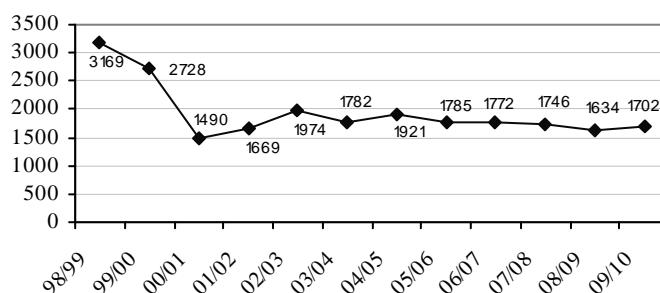
¹³² O secundário geral corresponde ao 9º ano do ensino básico.

Existem, neste momento, em Macau um total de 80 escolas que oferecem os níveis de ensino não superior, das quais 11 são escolas oficiais e 69 são escolas particulares; contudo, de acordo com a informação disponível referente ao ano lectivo 2009/2010, entre as escolas particulares 54 integram o sistema de escolaridade gratuita e, apesar de apenas 3581 alunos frequentarem escolas oficiais, 81.1% dos 77192 estudantes do ensino não superior estão abrangidos pela escolaridade gratuita.

No que respeita ao ensino das línguas, e especificamente ao ensino da língua portuguesa, a Lei nº 9/2006, no seu artigo 37º, estipula que as escolas oficiais devem adoptar uma das duas línguas oficiais como língua veicular de ensino e proporcionar aos alunos a aprendizagem da outra língua, já as escolas particulares podem adoptar quer pelas línguas oficiais quer outras línguas devendo, neste último caso, promover o ensino de pelo menos uma das línguas oficiais. Das 121 unidades escolares que compõem a rede escolar local, 101 oferecem um ensino em língua veicular chinesa, 14 em língua veicular inglesa e 6 em língua veicular portuguesa.

De acordo com a informação da DSEJ, das escolas oficiais 2 mantêm uma secção portuguesa: a Escola Primária Luso-Chinesa da Flora, com 43 alunos, e a Escola Secundária Luso-Chinesa Luís Gonzaga Gomes, com 55 alunos; contudo, o português é proporcionado como segunda língua na rede escolar oficial e, segundo o Director dos Serviços de Educação e Juventude, no presente ano lectivo são 2619 alunos do ensino básico e secundário a aprender português nas escolas luso-chinesas e 1685 nas escolas particulares.

Gráfico 5.1 - Alunos de português em escolas particulares



Fonte: DSEJ - CDL

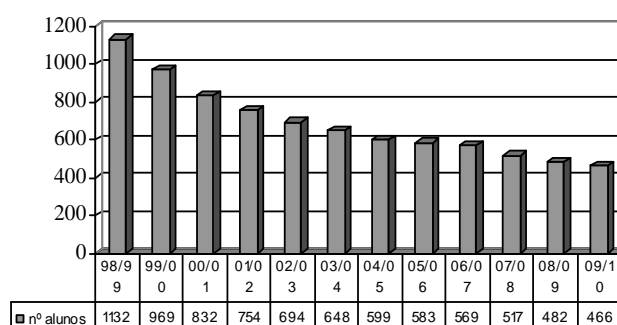
De acordo com informação dos Serviços de Educação e Juventude da RAEM (DSEJ), o ensino da língua portuguesa nas escolas particulares, tendo decrescido significativamente após a transferência do exercício da soberania, registou o seu valor mais elevado no ano lectivo de 2002/03 altura a partir da qual se manteve sem alterações drásticas.

Referimos anteriormente que as escolas oficiais existentes antes do retorno de Macau resultaram numa nova estrutura criada no ano lectivo de 1998/99 – a Escola Portuguesa de Macau (EPM) – que tem vindo a funcionar nas instalações da antiga Escola Comercial, sendo hoje uma escola particular que não se encontra integrada no sistema de escolaridade gratuita.

Funcionando essencialmente para um público de português língua materna assegura o ensino curricular nesta língua aos níveis básico e secundário e, de acordo com os seus fundadores, constitui-se como uma infra-estrutura básica para a permanência das comunidades portuguesa e macaense em Macau.

Várias questões se têm colocado a esta escola nos últimos anos sendo que um dos principais aspectos é o de ter vindo sistematicamente a perder alunos. Se aquando da sua fundação contava com 1132 alunos, no ano lectivo 2009/2010 este número tinha descido para menos de metade.

Gráfico 5.2 - Evolução do nº de alunos na EPM



Fonte: EPM

Entre as razões apontadas para este decréscimo encontra-se logo à partida o facto de a população portuguesa ter diminuído em Macau após a transição, com os quadros portugueses que integravam a Administração Pública local a regressarem aos seus lugares de origem em Portugal, facto que inevitavelmente tem consequências na população estudantil da EPM. A este respeito, Rocha referia que sendo a Escola Portuguesa uma escola para portugueses

seria previsível que a sua população discente fosse maioritariamente natural de Macau e que num futuro não muito longínquo fosse quase exclusivamente natural de Macau. As razões de tal estimativa decorrem, obviamente, da política consertada de desertificação na Administração Pública da comunidade portuguesa da República, mas também da comunidade portuguesa de Macau, nos últimos três anos antes de 20 de Dezembro de 1999 (2001:3).

Considerando que é recorrentemente afirmado e que se espera que esta escola seja frequentada por população residente em Macau de origem portuguesa, se tomarmos como

referência os dois últimos momentos censitários, em 2001 e em 2006, verificamos que existiam em Macau, respectivamente, 1895 e 1790 indivíduos de ascendência portuguesa com idades compreendidas entre os 5 e os 19 anos¹³³, grande parte, portanto, em idade de frequentar a EPM; contudo, considerando outro indicador interessante relativo a estas faixas etárias, o da sua língua corrente, para os mesmos momentos de referência, apenas 552 e 563 surgem referenciados nos resultados dos censos 2001 e dos intercensos 2006 como tendo o português como língua corrente.

Daqui resulta que apesar de se enfatizar a criação desta escola como uma escola para falantes de português, estes, tal como todos os restantes residentes de Macau, têm à sua disposição outros estabelecimentos de ensino que, não sendo de língua veicular portuguesa, têm capacidade para atrair os nativos desta língua – é o caso das escolas internacionais, ou assim designadas por ensinarem em língua inglesa, que pudemos constatar são cada vez mais uma opção nas famílias portuguesas; será, também, de considerar as situações de famílias menos apossadas de recursos económicos e que optam por colocar os seus filhos nas escolas oficiais e, ainda, salientar que muitos dos que à partida são tidos como sendo de língua materna portuguesa na realidade não o são e as crianças e jovens em idade escolar frequentarão escolas de língua chinesa.

De acordo com a informação fornecida pela Direcção da EPM relativa ao ano lectivo 2009/2010, 70.1% dos estudantes desta escola eram naturais de Macau, 18.1% naturais de Portugal e 11.8% apresentavam outra naturalidade. No que respeita à primeira língua falada (L1) para a esmagadora maioria era o português, representando 81.4% dos casos, para 14.0% era o chinês (não especificado qual) e uma outra língua (sem especificação de qual ou quais) era a L1 para 10.5% dos alunos¹³⁴.

Ainda que uma grande parte da população portuguesa ou/e de ascendência portuguesa em idade escolar frequente efectivamente a EPM, as afirmações que tendem para generalizações são, manifestamente, incapazes de traduzir a realidade das chamadas comunidades portuguesa e macaense, de alguma forma reproduzidas na da própria Escola Portuguesa e que contêm um conjunto diversificado de situações, quer estas respeitem às origens dos estudantes e suas famílias quer aos seus comportamentos linguísticos.

¹³³ Apesar de termos consciência que a fronteira superior da classe de idades apresentada englobará indivíduos que já não se espera se encontrem a frequentar os níveis de ensino oferecidos pela EPM não sendo possível aceder às idades ano a ano segundo a ascendência, optámos por manter o grupo de idades dos 15 aos 19 anos por considerarmos que uma parte significativa poderá ainda frequentar os 10º, 11º e 12º anos de escolaridade.

¹³⁴ Informação obtida em entrevista com representante da direcção da EPM em Maio de 2010, no decurso da qual foram fornecidos mapas de dados referentes à população escolar. Agradecemos à EPM o esforço desenvolvido na sistematização da informação de acordo com alguns dos critérios por nós apresentados, bem como todos os documentos, não publicados, que nos foram facultados.

E, continuando a seguir Rocha (2001:6), o ensino do português deve ser merecedor de particular atenção na Escola Portuguesa de Macau, dadas as características específicas da sua população discente. Existe um universo de alunos da escola cuja língua materna é chinesa, cerca de 38% segundo as estatísticas conhecidas. A percentagem é indicativa mas insuficiente para uma compreensão mais detalhada do ambiente linguístico dos agregados familiares de alunos, de pais chineses ou macaenses, onde a língua chinesa é a língua habitual de comunicação familiar.

Efectivamente, se dedicarmos alguma atenção a esta questão verificamos que apesar de 71.7% dos alunos da EPM declararem que a sua L1 é o português, quando referem a(s) língua(s) dos seus pais este valor desce consideravelmente – para 47.4% no caso dos pais e para 38.9% no caso das mães.

Quadro 5.3 – Língua primeira nas famílias dos alunos da EPM

Língua materna	Aluno		Pai		Mãe	
	N	%	N	%	N	%
Chinês	84	17.5	37	7.8	77	16.2
Português	345	71.7	225	47.4	185	38.9
Inglês	16	3.3	2	0.4	11	2.3
Português e chinês	11	2.3	44	9.3	41	8.6
Chinês e inglês	2	0.4	4	0.8	7	1.5
Português e Inglês	9	1.9	71	14.9	39	8.2
Português, chinês e inglês	64	13.5	70	14.7
Chinês e outra	2	0.4	0	...	10	2.1
Português e outra	24	5.1
Inglês e outra	7	1.5
Outra	8	1.7	5	1.1	5	1.1
Total	481	100	475	100	476	100
n/r	6		5	

Fonte: EPM – Análise da ficha do aluno no ano lectivo de 2006/07¹³⁵

Ainda que possamos ter algumas dúvidas quanto ao entendimento que foi feito de L1, nomeadamente no que se refere à presença do inglês nas famílias monolíngues em português e em chinês e não possamos avaliar se se trata efectivamente de uma situação de bilinguismo ou se esta associação do inglês se prende mais com um entendimento feito pelo aluno a partir das práticas quotidianas a que assiste no seio da sua família – nomeadamente a presença de

¹³⁵ A informação trabalhada em conjunto com a EPM foi retirada da “ficha do aluno”, cuja informação foi sistematizada em Base de Dados e tratada com recurso ao SPSS. Tratou-se de uma colaboração nossa com a EPM, que tivemos muito gosto em desenvolver, e agradecemos à Dra. Maria Farinha Simões, à data membro da Direcção da EPM, a autorização para usar neste trabalho alguns dos indicadores tratados. Esta colaboração foi muito importante no que nos possibilitou de conhecimento da realidade escolar da EPM não só pela informação quantitativa obtida mas, talvez mesmo sobretudo, pela possibilidade de interagir com os 4 alunos macaenses que colaboraram na realização do trabalho. Ao António, ao Benjamim, ao Lucas e à Migaela, que haviam na altura concluído o seu percurso escolar na EPM, é devido um enorme agradecimento não só pelas tarefas que tão dedicadamente desenvolveram mas também por tudo quanto connosco partilharam das suas experiências de vida, dos seus anseios e expectativas face ao futuro.

empregadas filipinas com as quais se comunica em inglês, ou o facto de fora de casa a língua de comunicação que maioritariamente é usada por não falantes do chinês ser o inglês. Entre os macaenses, por exemplo, é bastante frequente a associação do inglês, pelo que no caso dos falantes bilingues de chinês e português poderá existir aqui uma presença menos relacionada com imediatismo prático mas já com alguma prática enraizada.

De qualquer das formas, o que importa destacar é que feita a análise em conjunto do agregado familiar apenas 34.7% dos alunos fazem parte de famílias monolingues em português e 39.9% pertencem a famílias bilingues em português e chinês, ainda que nalguns destes casos o inglês surja associado ao ambiente linguístico familiar.

Torna-se clara a necessidade de um investimento no ensino do português enquanto língua segunda (L2), porque assim o é, de facto, para um número significativo da sua população escolar. Um segmento dos alunos da EPM revela dificuldades a português, sendo que 31.1% dos alunos que frequentaram a EPM no ano lectivo 2006/07 tinham apoio na escola a esta disciplina¹³⁶.

Face aos dados apresentados, se o português é língua central na EPM o chinês não o é menos, sendo a questão linguística uma constante nos debates em torno da Escola Portuguesa, da diminuição do número de alunos que tem registado e da formulação de estratégias para reverter a situação.

Ainda que a língua portuguesa seja a língua por excelência da EPM, *porque a escola é portuguesa e também porque a língua portuguesa é “a outra Metade da Cidade, da História e da cultura de Macau”* (Rocha, 2001:6), não é imaginável que, funcionando numa região da China, esta escola não ofereça o ensino do chinês. Mas foi efectivamente o que se passou até muito tardiamente, pese embora o facto de existir como disciplina de opção no currículo da EPM só no ano lectivo 2007/2008 se tornou disciplina obrigatória até ao 9º ano de escolaridade.

Razão apontada por muitas famílias para colocarem os seus filhos noutras escolas mas, também, motivo para algumas manifestações menos simpáticas em que ao argumento de que a introdução da língua chinesa iria sobrecarregar o plano de estudos e a carga horária dos alunos se acrescentava que, sendo uma escola portuguesa, não fazia sentido *obrigar as crianças a aprender uma língua de cão que não lhes irá fazer falta nenhuma no futuro, até porque irão continuar os seus estudos fora de Macau*. Em determinada altura, em finais de 2004 e no

¹³⁶ As disciplinas de português e matemática, à semelhança do que se passa nas escolas de Portugal, são aquelas em que os alunos revelam maiores dificuldades. No ano lectivo em questão, além do apoio em língua portuguesa, 15.3% dos alunos recorriam a apoio na escola na disciplina de matemática.

decurso de 2005, quando a questão motivava reuniões de pais e encarregados de educação, representantes da *comunidade e especialistas* na matéria, suscitando acesas discussões sobre o assunto, houve mesmo quem chegasse a ventilar que na Escola Portuguesa nem deveriam ser aceites *outras raças...*

Passemos adiante as afirmações de pendor racista, porque as há e são de duplo sentido – portugueses/chineses e vice-versa – para destacarmos apenas a estreiteza de pensamento que durante tanto tempo levou a que gerações de residentes permanentes de Macau, sejam eles de que nacionalidade, naturalidade e ascendência forem, não tivessem acesso não só à aprendizagem da língua do país em que estão a viver, o que se pretende seja em plena integração, mas a uma das línguas de maior projecção mundial e do país com mais elevadas taxas de crescimento anual necessitando, quer no Continente, quer na própria Região Administrativa Especial de Macau, de mão-de-obra altamente qualificada e bilingue.

Também Rocha ao referir a necessidade de elevar o nível de competências linguístico-culturais dos alunos da EPM, muitos dos quais oriundos de ambientes familiares bilingues, salienta que seriam salvaguardadas condições de competitividade no mercado de trabalho local, criar-se-iam condições para um futuro surgimento de sinólogos portugueses e de profissionais nos mais variados ramos do saber com proficiência na língua chinesa, assim como, igualmente, se promoveria a abertura da escola e da comunidade ao meio onde se insere, pois, refere o autor, a excelência da escola poderia *suscitar a procura de pais e alunos provenientes da comunidade chinesa, mesmo com o “ónus” da aprendizagem da língua portuguesa que outrora fora a língua da “colonização”* (2001:4;11).

A questão do futuro profissional dos estudantes que fazem a sua escolaridade na EPM é um dos aspectos mais vincados pelos pais e encarregados de educação com os quais tivemos a oportunidade de discutir esse assunto. Salienta-se a necessidade de *regionalizar* a escola no sentido não de abandonar o curriculum português, a ligação da Escola a Portugal e o reconhecimento que tem através do Ministério da Educação – este é ponto de que ninguém, evidentemente, quer abdicar – mas no sentido de adaptar os planos curriculares à realidade envolvente, seja em disciplinas como história e geografia, seja no que respeita à formação em línguas.

[É] *ridículo uma pessoa estar numa escola localizada na China e não ter a língua chinesa como língua obrigatória. Isto foi um erro que já vem do passado. Uma coisa é certa, o ensino serve para valorizar e diferenciar a pessoa, disso não há dúvidas, mas também serve para minimamente introduzir o indivíduo, após essa diferenciação, no mercado de trabalho. O pai põe a criança... investe... espera que ele venha minimamente a conseguir uma sobrevivência no mercado de trabalho. E naturalmente se ele não domina a língua chinesa, quer dizer! Estamos a falar de coisas sérias! E se na altura [numa intervenção*

pública em 2000] disse que já tínhamos perdido uma geração, a segunda está à porta e a terceira... não pode perder mais. (...) O número de alunos que entram, ou que deveriam entrar para a Escola Portuguesa, está a diminuir de ano para ano. Temos que pensar aqui um bocadinho na Escola Portuguesa de Macau: é de portugueses ou para portugueses? Isso é importante. Naturalmente as pessoas, actualmente, depois de 99, só está em Macau quem quer. Ponto final, não é?! Só está em Macau quem quer e naturalmente tem um espaço temporal de permanência diferente de comissões de serviço... e havia pessoas que diziam que vinham para Macau 2 anos e já estão cá há 20! (...) A nossa capacidade de diferenciação como comunidade, atendendo à parte política “um país, dois sistemas”, no fundo o nosso é o segundo sistema, estava a ser perdida, não estávamos a valorizar nem a aproveitar a mais-valia que poderia advir disso. Porque se a língua oficial são duas, nós só sabemos uma! (...) Naturalmente a primeira opção, penso eu, da maior parte da comunidade portuguesa seria português. Mas depois o problema põe-se: é pá, só aprende português? E daqui a 12 anos ou 15 anos como é que é? Quando sai, chinês não tem. Como é que ele vai trabalhar? Se quiser ficar em Macau como é que é? Este é um problema. Este é um problema que penso que é de considerar por qualquer pai, a maior dor de cabeça de qualquer pai... (Horácio, médico, macaense, Ent. 34/2004).

Estas questões, embora aparentemente não tivessem estado completamente arredadas das preocupações do sócio instituidor que tem a responsabilidade pedagógica sobre a instituição – foram feitas reuniões, houve várias deslocações a Macau de técnicos do Ministério da Educação português para se inteirarem do assunto, foram feitos estudos e emitidos pareceres, deslocaram-se os responsáveis da EPM a Lisboa para discutir o problema – demoraram, contudo, a encontrar a solução e só em 2009 viria a ser tomada a decisão de flexibilizar o plano de estudos da EPM libertando-o da sua total dependência de Lisboa e promovendo uma adaptação à realidade local ao dotar a escola de um currículo próprio.

Antes desta data, no entanto, foram dados passos importantes no caminho que a EPM tem percorrido para evitar a situação limite de, a não muito longo prazo, ter de encerrar as suas portas. Em 2005 foram criadas duas vias curriculares, numa das quais (via A) se introduziu a língua chinesa – mandarim – como disciplina obrigatória, mantendo-se uma segunda via, a B, para os alunos que não pretendam optar pela aprendizagem desta língua. Esta alteração curricular foi introduzida primeiramente no 1º Ciclo do Ensino Básico com o objectivo de ir progressivamente alargando o ensino desta língua aos restantes níveis de ensino.

Com a publicação da Portaria nº 940/2009, de 20 de Agosto, o funcionamento destas duas vias curriculares é reconhecido formalmente pelo Ministério da Educação Português e são introduzidas outras alterações ao plano de estudos da EPM. Para além das vias de ensino criadas por referência às línguas estrangeiras ministradas, no ensino básico é substituída a disciplina de História e Geografia de Portugal por História e Geografia de Portugal e de Macau

e introduzidas alterações nos programas de Estudo do Meio, de História e de Geografia visando integrar aspectos da realidade local. No ensino secundário, acabam os agrupamentos e são criados três grandes conjuntos disciplinares: Artes, Ciências e Humanidades, uma vez que, para além da questão linguística e da adequação dos planos de estudos ao contexto em que a população escolar se insere, outra questão que se colocava à EPM era a do reduzido número de alunos por turma neste nível de ensino o que, a funcionar de acordo com os agrupamentos em vigor em Portugal, em termos económicos era de difícil sustentação para a Escola. Além disto, os alunos que não pretendem ingressar em universidades portuguesas podem assim ter uma maior liberdade nas disciplinas que escolhem no plano da sua formação.

Outras medidas foram igualmente tomadas e novas iniciativas levadas a cabo. Além de facultar o ensino do Português Língua Não Materna a EPM lançou no ano lectivo 2009/2010 um Ano Preparatório destinado a alunos não falantes de português e que têm a possibilidade de frequentar uma espécie de ano zero de preparação à língua portuguesa para que, no ano lectivo seguinte, possam inscrever-se para frequência dos planos curriculares em funcionamento regular. Este curso intensivo, dividido em dois grupos etários correspondendo um do 1º ao 6º anos e outro do 7 ao 12º anos, funciona entre Setembro e Junho, com aulas diárias que perfazem uma carga horária de 12 horas semanais e os alunos desenvolvem simultaneamente outras disciplinas do currículo que não requerem o domínio da língua portuguesa.

Na primeira experiência frequentaram este Ano Preparatório 10 alunos, 6 no primeiro escalão e 4 no segundo, contando a Direcção da escola com 12 novas inscrições para o ano lectivo seguinte¹³⁷.

Das actividades da EPM, há ainda a referir a organização, desde 2001, de cursos profissionais nas áreas de Relações Públicas/Técnicos de Secretariado, Profissional de Turismo/Informação Turística, Turismo/Hotelaria/Recepção e Atendimento e de Animação Turística. Os cursos de turismo têm tido o apoio dos serviços de educação da RAEM sob a forma de subsídio e conferem certificação profissional de nível 3 e diploma equivalente ao ensino secundário, permitindo o prosseguimento de estudos de nível superior.

Assunto que tivemos, igualmente, a oportunidade de acompanhar ao longo desta investigação foi o da tão falada e debatida *internacionalização* da EPM. Continua como possibilidade em aberto, embora ainda não exista um entendimento quanto ao que efectivamente significa internacionalizar esta escola. Contudo, as intervenções públicas que têm sido feitas sobre esta matéria vão num sentido que aponta para a criação de uma secção, a

¹³⁷ Esta informação foi-nos facultada em Maio de 2010.

par da portuguesa, com ensino em língua veicular inglesa. Se, por um lado, os pais dos alunos macaenses manifestaram preocupação com o ensino da língua chinesa, o inglês parece estar igualmente no centro das atenções dos falantes maternos do português, sejam os naturais de Macau sejam os radicados em Macau, surgindo mesmo como o elemento central quando justificam a mudança dos seus educandos da EPM para alguma das escolas internacionais que funcionam actualmente em Macau surgindo um entendimento de que para ser uma escola internacional basta ensinar em inglês e que se os seus filhos fizerem o percurso básico e secundário nesta língua poderão prosseguir estudos de nível superior em qualquer escola do mundo. Tanto quanto pudemos apurar, nem as designadas escolas internacionais dão acesso directo a outras universidades que não sejam as do país com o qual têm algum tipo de vínculo, como é o caso de uma escola canadiana, pelo que não apresentam, por aqui, vantagem em relação à EPM, nem os alunos da Escola Portuguesa se encontram em piores condições no acesso a universidades fora de Macau e de Portugal, nem nada os impede de o fazer, sendo, aliás, conhecidos vários casos de antigos alunos que prosseguiram estudos noutros países anglófonos e amplamente reconhecida, dentro e fora de Macau, a qualidade da EPM.

O ensino superior

Embora tenha sido em Macau a surgir a primeira universidade de características ocidentais na Ásia, remontando a sua criação ao Século XVI, o ensino superior foi, ao longo dos tempos, uma das maiores falhas do sistema de ensino local.

A iniciativa pioneira de organizar formação de nível superior foi de origem religiosa, devendo-se aos Jesuítas que fundaram em Macau, em 1597, o Colégio de S. Paulo e que iria funcionar até 1762, altura em que foi aplicado a Macau o decreto de 1759 de Marquês de Pombal que leva à expulsão dos Jesuítas e, por consequência, ao encerramento desta estrutura de ensino assim como do Seminário José¹³⁸.

Desde então e até ao início dos anos 80 Macau não conheceria outras iniciativas, nem privadas nem públicas, de desenvolvimento do ensino de nível superior.

É em 1979 que o Governo de Macau estabelece um contrato com um consórcio privado e é construído o edifício onde actualmente funciona a Universidade de Macau mas que, na altura, correspondia a uma instituição de ensino exterior ao território, promovendo o

¹³⁸ Santos, Domingos Mauricio Gomes dos, “Macau, The First Western University in the Far East”, disponível em http://www.umac.mo/dc/electronic_resources/electronic_resources_main/frameset_1.html (acesso em 20 de Novembro 2010).

ensino em língua veicular inglesa e ligada ao sistema de ensino anglo-americano com um corpo docente e discente maioritariamente proveniente de Hong Kong; esta instituição assumiu a designação de Universidade da Ásia Oriental – UAO e iniciou a sua actividade em 1981 (Lei, 1998:34; Rosa, 1989b:56).

Em 1985 foi revisto o contrato de concessão desta universidade, data a partir da qual se inicia uma postura mais interventiva da Administração com a criação da figura de Delegado do Governo junto da UAO e a fundação do Centro de Estudos Portugueses; em 1988 foi decidido entregar à Fundação Macau (uma fundação pública) a responsabilidade de promover o desenvolvimento da Universidade e de adequar o seu funcionamento à realidade local, com a criação de novos cursos, leccionados em língua portuguesa, como o de Direito e de Administração Pública (Rangel, 1989; Rosa, 1989b; Bray, 2000).

Em 1991 são criadas duas instituições públicas de ensino superior: a UAO, entretanto adquirida pela Administração, é convertida na Universidade de Macau e é criado, igualmente, o Instituto Politécnico de Macau.

A Universidade de Macau encontra-se, actualmente, estruturada em cinco Faculdades – Faculdade de Gestão e Administração, Faculdade de Ciências da Educação, Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e Faculdade de Ciências e Tecnologia, cada uma das quais se organiza depois em vários departamentos.

A Faculdade de Direito oferece os cursos de Licenciatura em Direito em Língua Portuguesa e Direito em Língua Chinesa, e os cursos de Mestrado, pós-graduação e Doutoramento em Direito.

Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas insere-se o Departamento de Português¹³⁹, que presentemente oferece Licenciatura em Estudos Portugueses, Mestrado em Letras – Língua e Cultura Portuguesa, variantes de Linguística Aplicada e de Estudos Históricos e Culturais, e Mestrado em Estudos de Tradução assim como promove a oferta de língua portuguesa como disciplina opcional nos cursos dos vários departamentos da Universidade. Assegura, ainda, anualmente a organização do Curso de Verão em língua portuguesa, que ao longo dos anos, até 2010, tem contado com a participação de outras instituições, como a DSEJ, o IPOR e o IPM.

¹³⁹ Em Anexo V, DOC. C e DOC. F, encontra-se informação relativa aos cursos e línguas de ensino, bem como ao número de alunos dos cursos de licenciatura em língua portuguesa no referido Departamento; não estão contabilizados os alunos que estudam esta língua nos cursos de outros departamentos, sendo que actualmente a Universidade conta com cerca de 1200 alunos a frequentarem aulas de português.

O Departamento de Português conta, também, com um Centro de Investigação compreendendo cinco domínios de pesquisa: Sociolinguística e Crioulística, Aquisição do Português como Língua Estrangeira, Tradução e Interpretação e História da Ásia Portuguesa.

No quadro da Universidade de Macau funcionam, ainda, o Instituto de Ciências Médicas Chinesas, o Centro de Língua Inglesa, o Centro de Educação Contínua, o Centro de Estudos Pré-Universitários e o Centro de Estudos de Macau.

O Instituto Politécnico de Macau¹⁴⁰, que como se referiu foi igualmente criado em 1991, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 49/91/M, de 9 de Setembro, que lhe dá existência legal, assumiu a categoria politécnica do ensino superior ministrada na UAO¹⁴¹, possibilitando a criação de novos cursos em novas áreas de acordo com as necessidades que, à data, se verificavam no território bem como a transição de outros cursos a cargo de serviços públicos – foi o que aconteceu com o Curso de Tradução-Interpretação da Escola Técnica que funcionava na Repartição dos Serviços de Assuntos Chineses.

Actualmente, o Instituto Politécnico de Macau compreende seis unidades académicas, duas das quais funcionam desde 1991, data de criação do IPM – a Escola Superior de Línguas e Tradução e a Escola Superior de Administração Pública. Em 1993 é criada a Escola Superior de Educação Física e Desporto e incorporada a Escola Superior de Artes, que havia sido criada pelo Instituto Cultural de Macau em 1989. Em 1997 é criada a Escola Superior de Saúde que resulta da integração no IPM dos cursos que anteriormente funcionavam no âmbito dos Serviços de Saúde de Macau.

Em 1999 é criada a Academia do Cidadão Sénior que, não sendo uma escola superior, vem dar aos mais velhos a oportunidade de voltar à escola. Existem ainda, no quadro do IPM: o Centro de Formação Contínua; o Centro de Desenvolvimento de Carreiras; o Centro de Formação e Avaliação de Línguas; o Centro Profissional de Turismo de Macau e Casinos; o Centro de Testes e Tecnologias de Jogo; o Centro de Investigação Tecnológica, MPI-Bell Centre of English; e o Centro de Investigação Intercultural.

Em áreas de particular importância para Macau, foram estabelecidos o Centro de Estudos Culturais Sino-Occidentais (2001), o Centro de Estudos Lusófonos (2005), o Centro de Políticas Públicas e Socioeconómicas (2007), o Centro de Investigação “Um País, Dois Sistemas” (2008) e o Centro de Estudos de Língua e Cultura de Macau (2009).

¹⁴⁰ Em Anexo V, DOC. C e DOC. D, encontra-se informação relativa aos cursos e número de alunos que estudam português no IPM.

¹⁴¹ São transferidos da UOA para o IPM os cursos de Informática, Gestão Hoteleira, Turismo e Serviço Social (Decreto-Lei nº 49/91/M, de 9 de Setembro, Artº 8º).

Em língua veicular portuguesa, são ministrados os cursos de Administração Pública e de Tradução e Interpretação Chinês-Português. Nos restantes cursos, o português surge ou como língua estrangeira optativa ou como disciplina integrada no plano de estudos, estando, portanto, disponível a toda a comunidade discente – à semelhança da Universidade de Macau.

Ainda no que respeita ao ensino superior público, para além destas duas instituições, de referir a existência da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau (ESFSM), que, desde 1988, assegura a formação de nível superior para as Forças de Segurança e Bombeiros, criada, também, no âmbito do processo de transição com o objectivo de preparar quadros locais que viessem a substituir os oficiais das Forças Armadas Portuguesas que, até finais de 1999, iriam regressar a Portugal.

Em 1995, os cursos na área da hotelaria e turismo que haviam transitado da Universidade da Ásia Oriental para o IPM autonomizam-se, tendo sido criado o Instituto de Formação Turística (IFT). Este Instituto oferece os cursos de Gestão Hoteleira e de Turismo em língua veicular inglesa, atribuindo os graus de licenciatura e bacharelato, nos quais, até ao ano de 2002/2003 o português era de frequência obrigatória nos 3 primeiros anos de formação passando, a partir desta data, a ser optativa juntamente com o mandarim e o japonês.

Quanto às instituições privadas, o Instituto Aberto da antiga Universidade da Ásia Oriental, em conjunto com a Universidade Aberta de Portugal dá origem à actual Universidade Aberta Internacional da Ásia, em funcionamento desde 1992. Neste mesmo ano é criado o Instituto de “Software” da Universidade das Nações Unidas, em 1995 o Instituto de Estudos Europeus, em 1996 o Instituto Inter-Universitário de Macau¹⁴², criado pela Universidade Católica Portuguesa e, em 1999, a antiga Escola de Enfermagem Kiang Wu passa a Instituto Superior.

Já depois da transferência de poderes, os cursos de formação ministrados pela Associação de Gestão Profissional foram reestruturados tendo sido criado, em 2000, o Instituto de Gestão de Macau, entrando em funcionamento, em 2001, a Universidade de Ciência e Tecnologia¹⁴³ assim como o Instituto Milénio¹⁴⁴, criado com a finalidade de promover o intercâmbio académico entre a China Continental e países ocidentais, ministrando cursos presenciais e a distância, nas áreas de humanísticas, gestão financeira, industrial e comercial e sociologia.

¹⁴² Que passou, recentemente, de instituto a universidade tendo adoptado, a designação de Universidade S. José.

¹⁴³ Nesta Universidade é ministrado um curso de Direito em língua chinesa, por referência ao direito da RPC e com um último ano com algumas matérias de Direito do Macau.

¹⁴⁴ Ordem Executiva n.º 34/2001, Anexo, Estatutos do Instituto Milénio de Macau, artigo 4º.

Ensino não curricular da língua portuguesa

Já referimos algumas das instituições que promovem o ensino da língua portuguesa, quer nos níveis de ensino básico e secundário quer no ensino superior.

Referimos, também, que uma das grandes críticas apontadas à Administração Portuguesa se refere, precisamente, à organização do sistema de ensino nos vários níveis e no que respeita à formação em língua portuguesa. Sendo embora a língua portuguesa um instrumento da maior relevância pela sua centralidade na vida pública, ainda que não no quotidiano da maioria da população residente, a população escolar que tinha acesso à aprendizagem desta língua não atingia os 10%.

Para além do ensino em língua veicular portuguesa, oficial ou particular, para além dos cursos que eram ministrados nos estabelecimentos de ensino particular de língua veicular chinesa, mas funcionado como disciplinas opcionais ou, mesmo, como actividade extra-curricular, a partir do final dos anos 70 outras iniciativas começaram a surgir e outras modalidades de ensino da língua portuguesa foram desenvolvidas.

Ainda no quadro dos serviços de educação, foram igualmente promovidos cursos destinados a adultos funcionando em regime nocturno. O Regulamento do ensino luso-chinês previa a realização de *Cursos Vespertinos ou Nocturnos para chineses* que quisessem aprender a língua portuguesa. Destinavam-se a indivíduos com idade superior a 14 anos (Decreto-Lei nº 22/77/M, Art.º 99º) e eram organizados em turmas correspondentes aos vários anos da instrução primária, devendo os professores conhecer a língua chinesa (dialecto cantonense, pelo menos falado). Os resultados destes cursos, tidos como pouco satisfatórios, acabam por conduzir à sua reformulação, tendo no ano lectivo de 1981/82 sido criado um novo regime em que a *frequência escolar* [passa a ser] *por níveis de aprendizagem e não por classes* (Decreto-Lei nº 16/81/M, de 9 de Maio, Art.º 1º), acabando por ser criado no ano seguinte o *Ensino Suplementar de Língua e Cultura Portuguesas* que terá sido uma primeira tentativa de resolver o problema da obtenção de equivalências académicas entre as várias vias de ensino existentes e o sistema oficial, de língua veicular portuguesa¹⁴⁵, já que o conhecimento desta língua era condição indispensável para aceder aos quadros da Administração.

Ainda no ano de 1982, é criada a Divisão da Difusão da Língua Portuguesa, na dependência dos Serviços de Educação e Cultura, que acaba por ter a curta duração de um ano lectivo não chegando a concretizar os objectivos que presidiram à sua criação, nomeadamente

¹⁴⁵ Decreto-Lei nº 33/82/M, de 31 de Julho. Esta terá sido uma primeira tentativa de resolver o problema da procura de obtenção de equivalências académicas entre as várias vias de ensino existentes e o sistema oficial, de língua veicular portuguesa (Em Anexo V, DOC. A, Artigo 11º, Graus de ensino estabelecidos).

a orientação de professores e a produção de material didáctico específico para o ensino do PLE, duas questões que atravessam todo o processo de desenvolvimento do ensino da língua portuguesa.

Com o aproximar da inevitabilidade da transferência da Administração, surgem, também, preocupações com a formação em língua chinesa, mencionadas por referência à necessidade de fomentar o seu uso nos vários serviços públicos. Com o objectivo de ser efectuado o diagnóstico da situação linguística na Administração Pública é criada, em 1985, a *Comissão para a implementação da Língua Chinesa (CILC)*¹⁴⁶ para que, progressivamente, se fosse generalizando o uso das duas línguas, sendo no ano seguinte e na sequência de recomendação desta comissão, consagrada a obrigatoriedade da utilização do português e do chinês em todos os impressos em uso na relação entre os serviços públicos e os seus utentes¹⁴⁷.

Inicia-se, também, a formação em língua portuguesa para os funcionários públicos, através da organização de cursos específicos sob a responsabilidade dos próprios Serviços de Administração e Função Pública (SAFP) e reestrutura-se a Escola Técnica da Direcção de Serviços de Assuntos Chineses, atribuindo-lhe competências para formar intérpretes-tradutores de português e chinês¹⁴⁸, avaliar e certificar o grau de conhecimento da língua chinesa e preparar terminologia técnico-científica.

Em 1986, é lançado o *Programa de Estudos em Portugal – PEP*, destinado a licenciados, com o objectivo de proporcionar, por um lado, a aprendizagem *in loco* da língua e, por outro, possibilitar contactos complementares com a administração pública portuguesa. Poderiam candidatar-se à frequência deste programa, indivíduos em exercício de funções na administração e, também, aqueles que tivessem interesse em ingressar nos serviços públicos desde que fossem residentes permanentes ou naturais de Macau, dominassem a língua chinesa falada e escrita e já tivessem conhecimentos, mesmo que elementares, da língua portuguesa; estes casos ficariam obrigados a prestar serviços na Administração pelo menos 3 anos após a conclusão do programa.

Em 1987, através da Portaria n.º 54/87/M, de 1 de Julho, vem a ser criada a *Comissão para a Generalização do Bilinguismo na Administração*, assumindo como prioridade na acção governativa a generalização do uso das duas línguas e, em Setembro do mesmo ano, é criado o *Centro de Difusão da Língua Portuguesa – CDLP*. Este centro tinha entre as suas atribuições a

¹⁴⁶ Despacho n.º 113/85, de 1 de Junho.

¹⁴⁷ Decreto-Lei n.º 5/86, de 25 de Janeiro.

¹⁴⁸ Cantonês e “pequinesa”, de acordo com a terminologia usada na Portaria n.º 183/86/M, de 29 de Dezembro, que vem regulamentar estes cursos, pelo que se supõe ser a designação de então para o mandarim ou, mais correctamente, *putonghua*.

promoção e coordenação das actividades educativas do ensino suplementar do português (PLE) bem como a produção de materiais, programas e manuais de apoio em domínios específicos.

A partir desta data acentuam-se as preocupações com as condições de ensino do português, quer ao nível da elaboração de materiais quer ao nível do corpo docente que se revelava em quantidade insuficiente e com qualificações pouco adequadas, sendo principalmente professores do ensino primário sem preparação específica para o ensino da língua como língua estrangeira, a que acresce a inexistência de formadores bilingues.

Disso mesmo nos dá conta o Decreto-Lei n.º 58/89/M, de 11 de Setembro, podendo ler-se no preâmbulo que:

o número de docentes com formação adequada ao ensino da língua portuguesa como língua estrangeira é manifestamente insuficiente para assegurar o serviço lectivo que tem vindo a ser prestado quer nos estabelecimentos de ensino oficial luso-chinês, quer nas escolas particulares ou nos cursos de difusão da língua dirigidos à população adulta.

Assim, através deste dispositivo legal é criado o programa de *Formação de Professores de Português como Língua Estrangeira (FOPPLE)* que visa formar *agentes de ensino bilingues*. Este programa, para cuja frequência os candidatos deviam ter conhecimentos prévios da língua portuguesa, tinha a duração de dois anos e organizava-se em três etapas, correspondendo à primeira a frequência de um curso intensivo de 100 horas, à segunda um curso de três trimestres a realizar em Lisboa, no Departamento de Língua e Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras, e, à terceira, um ano lectivo de estágio a decorrer em Macau.

No ano seguinte, 1990, é lançado o *Curso de Língua e Administração Chinesa – CLAC*, com o objectivo de proporcionar aos quadros locais a aprendizagem da língua chinesa e o conhecimento da realidade cultural e administrativa da RPC; na linha do PEP, também este curso é para licenciados, com naturalidade ou residência permanente em Macau, que já tenham ingressado na função pública ou possuam os requisitos gerais para o vir a fazer, dominando a língua portuguesa falada e escrita e a língua chinesa, ainda que apenas falada.

É também em 1990 que são criados os níveis de conhecimento das línguas portuguesa e chinesa, expressamente definidos como parte integrante da *política de localização de quadros e de generalização do bilinguismo*¹⁴⁹, iniciando-se o sistema de certificação para ingresso em cargo público.

¹⁴⁹ Lei n.º 5/90/M, de 30 de Julho. Em Anexo V encontra-se Mapa sobre os conteúdos linguísticos equivalentes aos cinco níveis de conhecimentos das línguas, definidos através da Portaria n.º 154/90/M, de 13 de Agosto.

Ainda em 1989 é criado o Instituto Português do Oriente – IPOR, instituição de vocação privada, que teve como sócios fundadores a Fundação Oriente (54% de contribuição associativa), o Governo local (com 31%) e o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – ICALP¹⁵⁰ (15%), tendo como objectivo *preservar e difundir a língua e a cultura portuguesas no Oriente*. Em 1990, este Instituto, assumiu a responsabilidade pelos leitorados de português no Oriente (até então da competência do Instituto Cultural de Macau) tendo sido desenvolvido o Centro de Língua Portuguesa, dando especial relevo ao ensino extracurricular desta língua, com a organização de cursos gerais e, também, de cursos para fins profissionais específicos (nas áreas da saúde, segurança e comunicação social). Em 1993 o IPOR estabelece um protocolo com a Direcção de Serviços de Educação e Juventude, na sequência do qual passa a assumir o ensino dos Cursos de Nível I do CDLP e que pressupunha que, em anos subsequentes, viesse a assegurar os restantes níveis¹⁵¹. Iniciou, também, uma vasta actividade na elaboração de programas de ensino e na produção de materiais didácticos¹⁵².

Em 1991 dá-se o acontecimento mais marcante de todo o processo de transição no que respeita à questão da(s) língua(s): Portugal e a RPC acordam que a língua chinesa passará de imediato a ter no território um estatuto idêntico ao da língua portuguesa sendo esta consagrada na Lei Básica da RAEM como língua oficial depois de 1999¹⁵³. Esta nova situação linguística traz consigo o alargamento do uso do chinês a domínios, até então, reservados ao uso do português e acarreta exigências imediatas em termos de capacidade de resposta, não sendo de resolução fácil passar de uma situação de monolinguismo para uma situação de bilinguismo em termos práticos.

Logo em Fevereiro do ano seguinte, é criada a *Comissão de Acompanhamento da Situação Linguística de Macau*¹⁵⁴ para analisar as medidas necessárias à concretização da igualdade de estatuto das duas línguas, um dos objectivos fixados nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 1992 e que viria a trazer consequências no campo da educação, com especial incidência no que respeita ao ensino superior.

Decorre, também, a necessidade de rever estruturas anteriormente criadas, nomeadamente o CDLP que, no âmbito da definição de uma nova orgânica na Direcção de Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), perde a designação que o relaciona directamente

¹⁵⁰ O ICALP veio dar lugar ao que é hoje o Instituto Camões.

¹⁵¹ O que, ao que conseguimos apurar, não chegou a concretizar-se.

¹⁵² Recentemente os estatutos do IPOR foram revistos e redefinidas as suas prioridades, facto de que daremos conta mais adiante.

¹⁵³ Decreto-Lei n.º 455/91, de 31 de Dezembro, publicado pelo Governo Português, e artigo 9º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau.

¹⁵⁴ Despacho n.º 16/GM/92, de 17 de Fevereiro.

com a difusão da língua portuguesa sendo criado, em sua substituição, o Centro de Difusão de Línguas (CDL) que funciona na dependência da Divisão de Extensão Educativa a par de uma outra estrutura de apoio – o Centro de Educação Permanente (CEP).

Compete ao CEP desenvolver actividades de carácter educativo, cultural e cívico adequadas a adultos, incentivar a relação entre educação, ensino e trabalho, estimular processos de autoformação, em articulação com a rede escolar de educação formal, proporcionando *uma educação de segunda oportunidade aos jovens que abandonaram precocemente o sistema educativo*. O agora CDL passa a ter como atribuições *desenvolver e executar acções de ensino e de difusão de línguas, especialmente das línguas oficiais*, elaborando programas de ensino, colaborando na preparação de materiais pedagógico-didácticos, actuando ao nível da formação dos formadores nesta área de ensino e procurando a cooperação de empresas, serviços, associações e outros organismos para a realização de acções de ensino e difusão das línguas (Decreto-Lei n.º 81/92/M, de 21 de Dezembro, artigos 15º e 16º).

Como se referiu anteriormente, os cursos de intérpretes-tradutores da Escola Técnica são transferidos para a recém-criada Escola de Línguas e Tradução do Instituto Politécnico de Macau e, em 1993, além dos cursos de intérprete-tradutor a funcionar no IPM é, também, aprovado o plano de estudos do curso de licenciatura em Tradução e Interpretação Português-Chinês na Universidade de Macau e, a partir de 1994, todos os que tinham adquirido formação nesta área na Escola Técnica têm a possibilidade de obter o grau de bacharel frequentando, no IPM, um curso complementar com a duração de um ano, especialmente criado para o efeito.

De 1993 a 1998 passa a avaliar-se de forma regular o processo de localização de quadros e o processo de generalização do bilinguismo. São recorrentes os despachos governamentais a solicitar aos serviços a identificação em relatório do número de efectivos de cada serviço, local de nascimento, tempo de residência em Macau, habilitações e local da sua obtenção, língua materna e grau de conhecimento, falado e escrito, das línguas oficiais, para além do constante levantamento de necessidades de recrutamento e de formação profissional e linguística. Paralelamente procedia-se à sensibilização e mobilização dos serviços para a utilização efectiva de ambas as línguas, sendo criados incentivos para a sua aprendizagem e aperfeiçoamento – custeavam-se todos os encargos, eram concedidas facilidades horárias, dispensa de serviço no dia e no dia anterior à realização de provas de avaliação e estabeleceram-se prémios de valor pecuniário para os alunos que se distinguissem nos cursos de formação linguística.

Já em 1996 são definidos programas de provas para concursos a lugares de terceiro-oficial e técnico auxiliar, assim como para os *Cursos de Formação Selectiva* pelos quais os recrutados iriam passar, criando-se nestes cursos o ensino do *português funcional* e do *chinês funcional*, conceitos que se referem ao uso das línguas no domínio específico da área de trabalho em que o indivíduo viesse a ser inserido.

Também em 1996 é criada a *Comissão para o Acompanhamento da Transição Jurídica*, com o objectivo de assegurar que fossem criadas as condições necessárias para a manutenção do sistema jurídico e o seu pleno funcionamento após 1999, de acordo com o estabelecido na *Declaração Conjunta* e para que já vinha a trabalhar o *Gabinete para a Tradução Jurídica*, em funcionamento desde 1988, com a finalidade de traduzir para chinês a legislação existente e elaborar um glossário jurídico luso-chinês.

Actualmente a instituição de maior relevo na formação em língua portuguesa no ensino não curricular é o já referido Instituto Português do Oriente cujos cursos, tendo embora um público diversificado, são frequentados na sua maioria quer por quadros da Administração Pública quer por estudantes de direito – dois segmentos significativos da sua população discente têm, portanto, origem nos domínios profissionais centrais no decurso do período de transição.

O IPOR, em 1999, para adaptação à nova realidade da Região, sofreu uma revisão dos seus estatutos, tendo-se associado ao projecto, para além dos seus sócios fundadores, Instituto Camões detendo agora 51% e Fundação Oriente com 44% da participação associativa, um grupo de empresas portuguesas que no conjunto detêm uma quota de 5%: BCM – Banco Comercial de Macau; BES – Banco Espírito Santo; BNU¹⁵⁵ – Banco Nacional Ultramarino; CESL Ásia – Investimentos e Serviços; EDP – Electricidade de Portugal; HOVIONE – Sociedade Química; Portugal Telecom Internacional e, até ser extinto em Agosto de 2003, o IPE – Investimentos e Participações Empresariais, SA, passando a STDM – Sociedade de Turismo e Diversões de Macau a assumir esta quota.

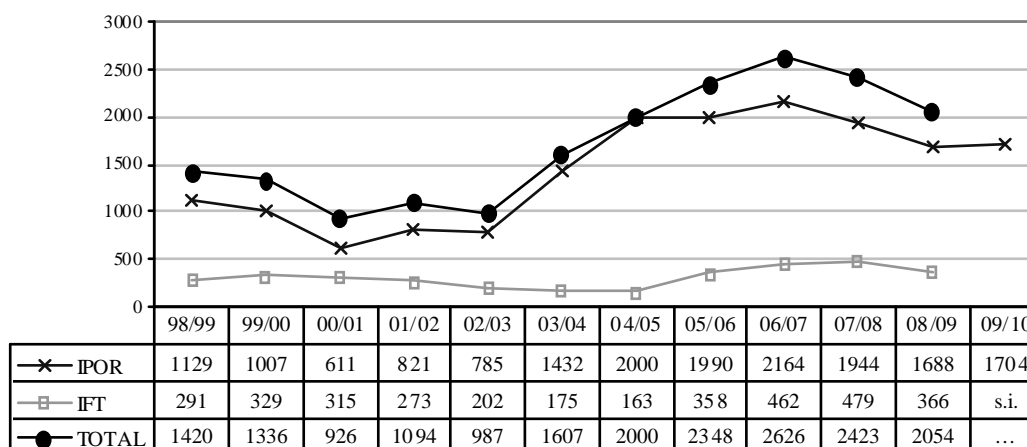
A acção deste Instituto, antes e depois da transferência do exercício de soberania, estendia-se a outras áreas de actividade, nomeadamente no que respeita à promoção e difusão da cultura portuguesa. Tendo sido pensado para funcionar no período após a transferência do exercício de soberania com uma acção alargada a toda a Ásia Oriental, pretendia-se que funcionasse como um pólo dinamizador de uma estrutura em rede assente em três níveis de

¹⁵⁵ O Banco Nacional Ultramarino que, entretanto, passou a integrar o Grupo Caixa Geral de Depósitos, na RAEM e na RPC continua a manter a designação BNU, facto que se deve à sua situação de Banco emissor de moeda.

actuação (Centros Culturais, Leitorados e Cursos de Português) o que introduziria vantagens em termos de rendibilização, racionalização e eficácia de meios, obrigando à integração regional e sub-regional de estratégias e à definição de planos de actividade coordenados. Contudo, em Maio de 2009 esta instituição vê os seus estatutos alterados e a sua aptidão regional redimensionada à escala de Macau e assente na vertente linguística que passa a ser a sua vocação prioritária, competindo-lhe assegurar o ensino não curricular da língua portuguesa em articulação com instituições representativas das actividades profissionais em Macau, estabelecer os contactos com as entidades locais com vista à promoção do PLE, desenvolver programas de formação científica e técnicas de professores de PLNM, produzir materiais didácticos adaptados às matrizes linguísticas chinesas e assegurar a difusão do livro português e da actividade editorial portuguesa através da Livraria Portuguesa, da qual é proprietário (*Estatutos*, Art.º 4º, alíneas a) e e) do ponto 1.).

Contrariando algumas das visões mais catastrofistas no que respeita à procura da língua portuguesa após o estabelecimento da RAEM e caminhando no sentido contrário ao da outra instituição cuja participação maioritária é do Estado Português, a EPM, o IPOR tem registado uma evolução muito positiva no que respeita ao número de frequências dos cursos de formação que oferece.

Gráfico 5.3 – Formação em língua portuguesa promovida pelo IPOR 1999/2010 (frequências)



Fonte: IPOR e IFT

Como se pode verificar através da leitura do Gráfico 5.3, depois de um abrandamento registado imediatamente a seguir à transferência do exercício de soberania, cuja incidência é mais visível no ano lectivo de 2000/2001, a procura de cursos de português nesta instituição tem vindo a manifestar um sentido ascendente apresentando uma subida acentuada a partir de 2003/2004, ano lectivo seguinte ao da criação do Fórum e da abertura demonstrada pela RPC

relativamente à língua portuguesa e ao papel de Macau no contexto da lusofonia, atingindo o seu ponto máximo no ano lectivo 2006/07.

Não deixa de ser curioso verificar que a partir do ano lectivo de 2003/2004 o português deixa de ser disciplina obrigatória nos cursos ministrados pelo IFT, no entanto o número de frequências não só não diminuiu como aumentou nos anos seguintes.

De acordo com a informação disponibilizada pelo IPOR¹⁵⁶, referente aos alunos que frequentavam o segundo semestre do ano lectivo 2006/2007 nesta instituição, no que respeita às suas origens, 97.5% eram de origem chinesa, tendo 93.3% o cantonês como língua materna e 3.1% o mandarim. Sendo sobretudo mulheres (72.8%) que, no período de referência frequentavam os cursos do IPOR, concentrando-se maioritariamente na faixa etária dos 21 aos 39 anos, 62.7% declararam desenvolver uma actividade profissional sendo os restantes estudantes, na sua maioria, universitários. Entre os que desenvolviam uma actividade profissional, 65.6% faziam-no no sector público e 34.4% eram trabalhadores do sector privado.

Entre as razões¹⁵⁷ que apontaram para se encontrarem a estudar português, 41.6% aponta necessidades profissionais, 24.7% afirma que o faz por interesse na cultura portuguesa e 19.9% afirma ter necessidades académicas para aprender o português. A esmagadora maioria indica ter um interesse pessoal por esta língua: 65.2%. Não podemos, no entanto, interpretar este resultado pois é impossível perceber se o entendimento dos inquiridos e do inquiridor quando ao significado de *interesse pessoal* é o mesmo.

Acreditamos que na perspectiva de quem colocou a questão se pretendia referir a um interesse menos instrumental na língua portuguesa uma vez que essa é uma representação recorrente em Macau: várias vezes nos referiram que *eles* [os chineses] *não têm interesse nenhum na nossa língua* e quando nós retorquíamos questionando, então, como nos explicavam o facto dos índices de procura terem vindo a registar um aumento tão significativo, entre os que não manifestavam espanto pela informação que lhes transmitíamos, da qual até já tinham ouvido falar mas achavam que não seria tanto assim, a resposta surgia, quase sempre, esclarecedora: *ah, sim, mas isso não é por interesse na língua, é porque acham que lhes será útil, que tirarão daí alguma vantagem*.

¹⁵⁶ Esta informação resulta do tratamento da informação recolhida através de um inquérito por questionário aplicado pelo IPOR junto da sua população discente. Responderam ao questionário 357 alunos. Agradecemos à instituição a informação facultada.

¹⁵⁷ As questões foram colocadas aos alunos em pergunta fechada, sendo o questionamento da exclusiva responsabilidade do IPOR.

O que nos remete para mais uma curiosidade que deverá suscitar alguma reflexão por parte dos responsáveis pelas políticas de língua: enquanto as instituições em que o português é ensinado como língua materna perdem alunos, aquelas que o ensinam como língua estrangeira parecem ter um público bem consolidado.

E no que respeita ao público do IPOR ele é constituído por uma grande parte de funcionários públicos e são os Serviços de Administração e Função Pública a suportar as despesas com a sua formação linguística. Entre os estudantes, verificámos que uma grande parte estuda direito e é essa a razão pela qual se encontram a fazer formação suplementar em língua portuguesa.

Com consequências directas na evolução do sector da educação, quer nos níveis de ensino básico e secundário curricular, quer na criação do sistema de ensino superior e no desenvolvimento de cursos em áreas específicas, a formação linguística foi desenvolvida, pela Administração Portuguesa, sobretudo, por força das necessidades sentidas nos vários domínios da Administração Pública, de que falaremos mais adiante, e que decorreram das chamadas *três localizações*: língua, quadros e sistema jurídico, parecendo bastante evidente que continuam a ser estes domínios a assumir centralidade nas lógicas de aproximação actualmente desenvolvidas em relação à língua portuguesa.

6. Estudantes de português na RAEM

Tentaremos agora, ainda que de forma sucinta, apresentar algumas características dos estudantes que após a transferência do exercício de soberania desenvolvem práticas de aprendizagem da língua portuguesa na RAEM.

A informação aqui apresentada foi obtida através de aplicação de inquérito por questionário e embora a aplicação deste instrumento de recolha de informação tenha decorrido no ano lectivo de 2002/2003 foi possível, como se explicou anteriormente, proceder a uma avaliação quanto à actualidade dos dados aqui apresentados pelo que consideramos ser de toda a pertinência revelar alguns aspectos, porventura pouco conhecidos, de uma realidade que tem vindo a conhecer um crescimento bastante significativo ao longo dos últimos anos¹⁵⁸.

O instrumento utilizado foi aplicado em várias instituições, logo em diversos tipos, níveis e graus de ensino da língua portuguesa, permitindo encontrar algumas linhas de distinção entre grupos de aprendentes e diferentes posicionamentos perante a língua e a cultura portuguesas.

O instrumento foi construído em versão bilingue português/chinês e aplicado uma única vez em cada turma, tendo sido distribuídos um total de 2475 questionários, o que, de acordo com a informação fornecida por cada instituição, corresponde ao número total de alunos inscritos que no período de referência – Outubro a Novembro de 2002 – se encontrava a frequentar aulas de ou em língua portuguesa. Viriam a ser recolhidos 1676 e posteriormente validados 1639.

Pela complexidade de algumas das questões colocadas, nas escolas do ensino secundário foi decidido aplicar o questionário apenas a partir do 10º ano de escolaridade ou equivalente.

¹⁵⁸ Alguns dos indicadores apresentados são retomados do trabalho realizado no âmbito do mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, com o título *Estudantes de Português na RAEM no início do Século XXI*. Uma vez que este trabalho surge na continuidade da tese de mestrado e não estando a mesma publicada, embora não fosse nossa intenção inicial recuperar aspectos já tratados noutra local, verificou-se a necessidade de apresentar algumas variáveis de caracterização da população estudantil. Assim, em virtude da pertinência da informação obtida através do instrumento aplicado, resolvemos retomar alguns aspectos que nos parecem importantes e com capacidade para desvendar mais alguns contornos da realidade em questão e, também, para que em momentos posteriores deste trabalho seja possível perceber não só de que tipo de público estudantil estamos a falar mas também perceber o significado de algumas variáveis que foram construídas a partir da combinação de outras, como é o caso da variável “origens” que irá ser usada em cruzamentos apresentados em capítulos subsequentes.

Quadro 6.1 – Aplicação de inquérito por questionário

Instituição	Distribuídos	Recolhidos	Cobertura
Escola Portuguesa de Macau (10º; 11º; 12º anos)	200	180	90,0%
Escola Luso-Chinesa Luís Gonzaga Gomes (Secção Portuguesa/Ensino Recorrente)	60	36	60,0%
Instituto Português do Oriente/Centro de Língua Portuguesa (Curso Anual de Língua Portuguesa)	429	264	61,5%
Instituto de Formação Turística	109	92	84,4%
Universidade de Macau (Faculdade de Ciências e Tecnologias - FST; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - FSH; Faculdade de Educação - FED; Faculdade de Direito - FLL; Faculdade de Administração e Comércio - FBA; Centro de Estudos Pré-Universitários – CPU)	1025	762	74,3%
Instituto Politécnico de Macau (Esc. Superior de Línguas e Tradução; Esc. Superior de Saúde; Esc. Superior de Administração Pública; Esc. Superior de Ciências Empresariais; Cursos de Difusão de Língua Portuguesa/Serviços de Administração da Função Pública)	652	342	52,5%
TOTAIS	2475	1676	67,7%

Dada a diversidade de instituições abrangidas e, decorrentemente, de níveis de ensino frequentados, uma quantidade significativa de questionários não foram respondidos em língua portuguesa, tendo sido necessário recorrer ao serviço de profissionais bilingues para efectuar a tradução das respostas dadas em língua chinesa.

Quadro 6.2 – Línguas utilizadas na resposta

Línguas	n.º	%
Chinês	725	44.2
Chinês e português	134	8.2
Chinês e inglês	79	4.2
Português	460	28.1
Português e inglês	80	4.9
Inglês	149	9.1
Nenhuma (não responde perguntas abertas)	12	0.7
Totais	1639	100.0

Fonte: IQ aos estudantes de português

Postas estas questões introdutórias relativas ao instrumento utilizado e à sua aplicação, passaremos a apresentar algumas características sociográficas dos inquiridos.

Caracterização sociográfica

Verificou-se que na sua distribuição segundo o género, predominam os indivíduos do sexo feminino que representam 63.4% dos casos entre os 1631 inquiridos que responderam a esta variável. Os valores encontrados ultrapassam largamente a tendência conhecida relativamente à composição segundo o sexo da população residente que, segundo os

Intercensos 2006, é composta em 51.2% por indivíduos do sexo feminino e em 48.8% por indivíduos do sexo masculino, sendo a predominância das mulheres atribuída à forte componente feminina entre a população imigrante que se encontra legalmente a residir no território.

Embora um conjunto significativo dos estudantes inquiridos seja de proveniência exterior ao território, este facto, por si só, não explicará a disparidade encontrada entre homens e mulheres, sugerindo o interesse em aprofundar esta dimensão de análise, recorrendo a outras fontes complementares de informação no sentido de se perceber se, mais do que atribuir às mulheres uma particular apetência pela escolha de cursos em que o português é uma língua central, os valores encontrados não serão, antes, reveladores de um processo de feminização da população estudantil, com particular incidência no ensino superior, e à semelhança do que acontece, nomeadamente, em Portugal (Almeida e outros, 2003:13-15).

Entre os inquiridos apenas se verifica uma maior incidência de indivíduos do sexo masculino no ensino secundário¹⁵⁹ (em que representam 63% do total) e nos cursos da Faculdade de Ciências e Tecnologias (correspondendo a 83,6% do conjunto de alunos que os frequentam). Esta situação é comprovada pelos resultados do *Inquérito ao Ensino* que quer no ano lectivo em referência (2002/2003) quer nos anteriores e subsequentes as mulheres representam sempre a maioria da população estudantil do ensino superior e é nos níveis básico e secundário que se regista a predominância do sexo masculino.

Quanto à estrutura etária, é entre as faixas etárias dos 15 aos 19 anos (49.1%) e dos 20 aos 24 anos (35.2%) que podemos encontrar a maior parte da nossa população, oscilando as idades entre os 14 e os 51 anos. A concentração nos dois escalões etários identificados decorre da opção tomada quanto à população a inquirir sendo os inquiridos, na sua maioria, estudantes universitários e do ensino secundário.

No que respeita aos indivíduos com idade igual ou superior a 25 anos, embora com menor incidência, correspondem aos estudantes trabalhadores e encontram-se, sobretudo, a frequentar cursos específicos de língua portuguesa.

Considerando o indicador nacionalidade [Quadro 6.3] constata-se que 63.6% dos inquiridos têm nacionalidade chinesa e que 33.4% afirma ter nacionalidade portuguesa. Quando comparados estes resultados com os da naturalidade do inquirido [Quadro 6.4],

¹⁵⁹ É no ensino recorrente, portanto Escola Luso-Chinesa, que se localizam as maiores diferenças no que respeita a homens e mulheres no nível de ensino secundário – 77.8% dos casos contra 59.6% na Escola Portuguesa de Macau.

percebe-se que o indicador nacionalidade analisado isoladamente não é claro quanto a alguns aspectos da realidade.

Sabendo que a RAEM é um espaço onde convivem grupos de indivíduos de diferentes origens e com composições mistas, torna-se facilmente compreensível que, por exemplo, apesar de apenas 2.8% dos inquiridos serem naturais de Portugal 33.4% tenha nacionalidade portuguesa ou que, não obstante 90.2% terem como local de nascimento Macau, China Continental ou outro país da Ásia (respectivamente 62.3%, 26.7% e 1.2%) este valor global desça para 64.3% quanto à nacionalidade chinesa (63.6%) ou de outro país da Ásia (0.7%).

Quadro 6.3 – Nacionalidade

Nacionalidade	Alunos inquiridos	
	N	%
Chinesa	1037	63.6
Portuguesa	545	33.4
Dupla PT/CH	9	0.6
Inglesa	5	0.3
Outra lusófona	8	0.5
Outra da Ásia	12	0.7
Outra	14	0.9
Total	1630	100.0
N/r	9	

Fonte: IQ aos estudantes de português

Quadro 6.4 – Naturalidade

Local de nascimento	Alunos inquiridos	
	N	%
Macau	1020	62.3
China Continental	437	26.7
Portugal	46	2.8
Hong Kong	85	5.2
Outro país lusófono	13	0.8
Outro país da Ásia	19	1.2
Outro	16	1.0
Subtotal nascimento noutra local	616	37.7
Total	1636	100.0
N/r	3	

Fonte: IQ aos estudantes de português

Estes aspectos, apresentados apenas como indicação genérica sobre a população inquirida, serão desenvolvidos mais adiante uma vez que consideramos que o seu interesse se prende mais com uma leitura cruzada com outros indicadores, como os de ascendência e composições familiares, possibilitando a identificação de grupos resultantes de várias combinatórias e pondo em evidência aspectos que, embora importantes, quando vistos isoladamente escondem informação fundamental.

Quanto ao local de residência, como seria de esperar, a esmagadora maioria dos inquiridos reside em Macau (93.6%) embora se deva assinalar a existência de um grupo de estudantes que se desloca diariamente à RAEM para frequentar um curso superior¹⁶⁰.

No conjunto dos que declararam ter nascido noutra local que não a RAEM, apenas 457 deram indicações quanto à sua permanência na Região. Assim, entre estes, pudemos apurar que, no que respeita ao tempo de residência 26.9% encontrava-se a residir em Macau há menos de um ano, tendo a maior parte indicado ter chegado entre há 1 semana e 2 meses. Coincidindo com a abertura do ano lectivo, esta situação corresponde aos casos de alunos que se encontram em Macau apenas para frequentar cursos no ensino superior.

¹⁶⁰ Dos 105 alunos nesta situação: 2 frequentavam o Curso Pré-Universitário da Universidade de Macau; 1 frequentava o Curso Anual de Língua Portuguesa (PLE) do IPOR; os restantes 102 frequentavam os vários cursos de ensino superior existentes, quer na Universidade de Macau quer no Instituto Politécnico de Macau.

Entre há uma e duas décadas, residem na RAEM 24.5% dos inquiridos naturais de outro local e, com uma permanência menos prolongada, entre 1 e 9 anos, 17.9%. Destacamos, também, que embora um conjunto de inquiridos tenha indicado ter outro local de nascimento, 15.8% destes afirma ter residido sempre em Macau. Note-se que dos 85 alunos que indicaram ter nascido em Hong Kong apenas 1 indica lá residir, o que indicia que nestes e nos restantes casos semelhantes a naturalidade do aluno apenas é outra por o parto ter ocorrido noutra local¹⁶¹.

Considerando o nível de escolaridade [Quadro 6.5], novamente em virtude do tipo de população inquirida, a esmagadora maioria (75.9%) concluiu o ensino secundário¹⁶². Quanto aos restantes, 13.5% dos casos declarou ter concluído o ensino básico e 10.3% um grau de ensino superior – bacharelato 2.0%; licenciatura 7.3%; mestrado 1.0%. Com escolaridade ao nível do ensino primário temos 0.3% dos casos, ou seja, 6 indivíduos.

Quadro 6.5 – Nível de ensino concluído

Nível de ensino	Alunos inquiridos	
	N	%
Primário	6	0.3
Básico	220	13.5
Secundário	1238	75.9
Bacharelato	32	2.0
Licenciatura	119	7.3
Mestrado	16	1.0
Total	1631	100,0
N/r; inv.	8	

Fonte: IQ aos estudantes de portugueses

Quadro 6.6 – Tipo de ensino que frequentam

Tipo de ensino	Alunos inquiridos	
	N	%
Superior	1009	61.6
Secundário	216	13.2
Pré-universitário	99	6.0
Função Pública	65	4.0
Específicos de PLE	250	15.3
Total	1639	100,0

Fonte: IQ aos estudantes de portugueses

Quanto ao tipo de ensino que os alunos frequentam [Quadro 6.6], sendo na sua maioria estudantes universitários (61.6%) podemos encontrar também alunos que se encontram a desenvolver outras modalidades de aprendizagem da língua portuguesa. É o caso dos alunos do ensino secundário em que o português é a língua veicular de ensino (13.2%), dos alunos que frequentam o Curso Anual de Língua Portuguesa - PLE¹⁶³ (15.3%), e, ainda, o caso dos cursos específicos de língua portuguesa na função pública (4.0%).

¹⁶¹ É habitual que os residentes em Macau procurem serviços médicos em Hong Kong. É também compreensível o nascimento de alguns alunos na China Continental, se tivermos em consideração que os avós (principalmente maternos) lá se encontravam a residir.

¹⁶² Dado que existem vários sistemas de ensino em Macau optou-se por fazer a correspondência ao sistema de ensino português considerando, para tal, o número de anos de escolaridade que o inquirido indicou ter frequentado, o nível que declarou ter concluído e o nível que se encontra a frequentar.

¹⁶³ Entre estes alunos podemos, também, encontrar estudantes universitários. Tendo sido decidido que quando o mesmo indivíduo frequentava duas das instituições em que o questionário foi distribuído deveria responder na primeira em que tal lhe fosse solicitado, os alunos são aqui identificados quanto ao “tipo de ensino” que frequentam de acordo com a instituição em que se encontravam quando responderam ao questionário.

Quadro 6.7 – Curso/área de ensino que frequentam

Curso/área de ensino	Alunos inquiridos	
	N	%
Tradução e Interpretação em Chinês/Português	79	4.8
Direito	159	9.7
Estudos Portugueses/Língua e Cultura Portuguesa	46	2.8
Administração Pública	35	2.1
Subtotal (Cursos específicos em português no ensino superior)	319	19.4
Função Pública	65	4.0
Curso Anual de Português Língua Estrangeira (PLE)	250	15.3
Subtotal (Cursos específicos em português no ensino não superior)	315	19.3
Subtotal (Cursos específicos em Português)	634	38.7
Outros Cursos ensino superior (português opcional)	690	42.1
Secundário	216	13.2
Pré-universitário	99	6.0
Total	1639	100

Fonte: IQ aos estudantes de português

Ainda em relação aos estudantes universitários, convém referir que o ensino/aprendizagem da língua portuguesa passa por uma diversidade de situações [Quadro 6.7].

Assim, consideramos dois grandes tipos/áreas em que o aprendente de português se relaciona de forma diferente com a língua: um grupo frequenta cursos onde o português é essencial (Tradução e Interpretação Chinês/Português; Direito; Estudos Portugueses e Língua e Cultura Portuguesa; Administração Pública), situação em que se encontram 19.4% dos inquiridos; outro grupo encontra-se a desenvolver estudos em diversas áreas de formação, sendo a língua portuguesa apenas uma cadeira que faz parte do curriculum do curso, relativamente à qual o estudante poderá, ou não, optar por vir a dar continuidade – encontramos aqui 42.1% dos casos em observação¹⁶⁴.

Quadro 6.8 – Ocupação

Ocupação	Alunos inquiridos	
	N	%
Estuda	1202	74.7
Trabalha e estuda	407	25.3
Total	1609	100.0
N/r	30	

Fonte: IQ aos estudantes de português

Relativamente ao desenvolvimento de uma actividade profissional, a maioria dos nossos inquiridos não se encontra a trabalhar, tendo 25.3% declarado encontrar-se na situação de trabalhador estudante [Quadro 6.8].

¹⁶⁴ No Anexo V encontra-se informação sobre as várias faculdades e cursos nos quais o português é frequentado como cadeira de opção.

Para além dos já referidos aprendentes da língua portuguesa no âmbito dos cursos para funcionários públicos, quisemos perceber não só a que áreas de actividade estes estão ligados, mas também o panorama profissional junto dos restantes inquiridos.

Sabendo a importância que as questões da(s) língua(s) e da preparação de quadros locais assumiram ao longo do Período de Transição, assunto que ainda não perdeu actualidade, consideramos que este aspecto é merecedor de algumas notas adicionais.

É certo que a população inquirida corresponde aos que se encontravam a frequentar aulas de português, independentemente do grau, nível ou tipo de ensino, e não aos trabalhadores, da função pública ou do privado, nem tampouco a uma amostra da população activa empregada. Contudo, ainda que não possamos considerar que os resultados encontrados sejam representativos, curiosamente acabam por coincidir com alguns aspectos conhecidos da realidade e por isso consideramos pertinente introduzir um tratamento mais detalhado da informação.

Contextos profissionais

Apesar de nem todos os inquiridos terem respondido às questões colocadas sobre esta matéria, podemos considerar que existe algum equilíbrio entre os *sectores de actividade público e privado* – cerca de 50% dos inquiridos em cada um¹⁶⁵.

Considerando a totalidade dos indivíduos que declararam desenvolver uma actividade profissional verificou-se que existe uma distribuição por variadas áreas de actividade sem que nenhuma assumia valores que possamos considerar significativamente elevados. Ainda assim, destacam-se com um maior peso relativo as actividades que se enquadram, genericamente, nas áreas da educação (16.5%), do comércio (10.3%), das forças de segurança (9.5%) e das finanças (6.7%).

Fazendo uma leitura intra-sectorial, percebe-se que as áreas da educação e do comércio ganham peso por via dos trabalhadores do sector privado – onde correspondem, respectivamente, a 22.2% e 19.1% dos casos, a que se seguem as áreas da banca (9.8%) e do turismo (7.7%), e que as áreas da segurança e das finanças ganham peso como áreas de actividade desenvolvida no sector público: 19.1% no caso das forças de segurança e 11.3% no caso das finanças. Neste sector, surgem como mais referidas, imediatamente a seguir, as áreas da educação (10.1%) e da justiça (8.3%).

¹⁶⁵ Sector público: n =197; sector privado: n = 196.

Definindo um nível mais amplo de agregação da informação, fizemos corresponder as áreas de actividade nas quais os nossos inquiridos declararam desempenhar funções com as áreas funcionais que constituem a estrutura orgânica do Governo da RAEM¹⁶⁶. A organização da informação segundo este critério tem interesse quando consideramos as actividades desenvolvidas no sector público sendo, nalguns casos, de difícil justificação a sua correspondência no sector privado. No entanto, uma vez que a aprendizagem da língua portuguesa não pode ser dissociada da questão da formação de quadros da administração local, arriscamos este exercício.

São, actualmente, cinco as grandes áreas funcionais do poder executivo que, na dependência do Chefe do Executivo, são tuteladas por Secretários abrangendo cada uma as subunidades referidas [Quadro 6.9].

Dos inquiridos que declararam desenvolver a sua actividade no sector público, 28.9% pertence à área dos *Assuntos Sociais e Cultura*, 27.3% à área da *Segurança*, 19.6% à área de *Economia e Finanças*, 13.9% à área da *Administração e Justiça* e 8.2% à área dos *Transportes e Obras Públicas*.

Como seria de esperar, não se encontram aqui grandes diferenças entre áreas funcionais, sendo de registar que podem encontrar-se em todas as áreas indivíduos que procuram aprender a língua portuguesa. As diferenças encontradas, no nosso entender, prendem-se mais com o número de serviços que cada uma congrega e, eventualmente, com a natureza das actividades que desenvolve (será o caso, por exemplo, da área dos Transportes e Obras Públicas).

Parece-nos importante referir que, apesar dos valores encontrados não serem mais elevados do que noutras áreas, a da segurança poderá encontrar-se ligeiramente sobre-representada. Entre os cursos de difusão da língua portuguesa para funcionários públicos decorria, à data da aplicação do questionário, formação específica para o Corpo da Polícia de Segurança Pública e Bombeiros o que, por um lado, poderá demonstrar que existe algum investimento neste domínio, por outro, dadas as características destes cursos, não podemos deixar de considerar que se fosse outra a área de formação na qual estivessem a decorrer seria também certamente outra a actividade a assumir maior significado. Não podemos, portanto, daqui, inferir que este é um domínio na formação em língua portuguesa com maior investimento do que qualquer outro.

Também no sector privado, a área da educação apresenta valores superiores às restantes áreas, o que se deve ao facto de se ter verificado que um número considerável de

¹⁶⁶ Cf. organograma do Governo da RAEM em Anexo III.

estudantes universitários dá apoio a alunos de níveis de ensino inferior (primário e secundário). Quer seja de forma individual, quer seja integrado em centros de explicações organizados, parece-nos razoável considerar que esta situação – normalmente referida como sendo desenvolvida em regime de *part-time* – a mais não corresponde do que a uma procura de complemento de rendimentos por parte dos estudantes.

Quadro 6.9 – Actividade profissional (sector e área)

Área de actividade profissional	Sector				Total	
	Público		Privado		N	%
	N	%	N	%	N	%
SAFP	6	3.1	---	---	6	1.5
Justiça	16	8.3	6	3.1	22	5.7
Serviços de Identificação	2	1.0	---	---	2	0.5
IACM	2	1.0	---	---	2	0.5
Centro de Formação Jurídica	1	0.5	---	---	1	0.3
ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA	27	13.9	6	3.1	33	8.5
Economia	8	4.1	1	0.5	9	2.3
Finanças	22	11.3	4	2.1	26	6.7
Comércio	3	1.6	37	19.1	40	10.3
Indústria	---	---	---	---	---	---
Emprego	2	1.0	---	---	2	0.5
Estatística e Censos	---	---	---	---	---	---
Autoridade Monetária	3	1.6	---	---	3	0.8
Banca	---	---	19	9.8	19	4.9
Câmbio	---	---	1	0.5	1	0.3
Seguros	---	---	2	1.0	2	0.5
Jogo	---	---	8	4.1	8	2.1
Publicidade	---	---	1	0.5	1	0.3
Imobiliário	---	---	---	---	---	---
Hotelaria	---	---	4	2.1	4	1.0
Restauração	---	---	4	2.1	4	1.0
ECONOMIA E FINANÇAS	38	19.6	81	41.7	119	30.7
Forças de Segurança	37	19.1	---	---	37	9.5
Bombeiros	14	7.2	---	---	14	3.6
Alfândegas	---	---	---	---	---	---
Comissariado contra a Corrupção	2	1.0	---	---	2	0.5
SEGURANÇA	53	27.3	---	---	53	13.6
Educação	21	10.1	43	22.2	64	16.5
Saúde	9	4.6	8	4.1	17	4.4
Ação Social	12	6.2	7	3.6	19	4.9
Cultura	5	2.6	2	1.0	7	1.8
Desporto	4	2.1	2	1.0	6	1.5
Turismo	5	2.6	15	7.7	20	5.2
ASSUNTOS SOCIAIS E CULTURA	56	28.9	77	39.7	133	34.3
Transportes	4	2.1	9	4.6	13	3.4
Construção e Obras Públicas	5	2.6	9	4.6	13	3.4
Capitania dos Portos	1	0.5	---	---	1	0.3
Correios	1	0.5	---	---	1	0.3
Telecomunicações	1	0.5	2	1.0	3	0.8
Informática e Tecnologias	---	---	3	1.6	3	0.8
Meteorologia	2	1.0	---	---	2	0.5
Ambiente	2	1.0	---	---	2	0.5
Energia	---	---	1	0.5	1	0.3
TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	16	8.2	24	12.4	40	10.3
Negócios Estrangeiros/Diplomacia	4	2.1	---	---	4	1.0
Comunicação Social	---	---	4	2.1	4	0.5
Outra não especificada	---	---	2	1.0	2	1.0
OUTRAS ÁREAS	4	2.1	6	3.1	10	2.5
Total	194	100.0	194	100.0	388	100.0
N/r; inv.	3		2		5	

Fonte: IQ aos estudantes de português

Contextos familiares e grau de familiaridade com a língua

Foi já referido que, não obstante a predominante componente chinesa na composição da população, Macau configura uma realidade pluri-étnica e multilingue, parece-nos, pois, importante tentar perceber de que forma é que essa realidade se espelha no universo dos nossos inquiridos através de uma leitura dos seus contextos familiares.

Tendo em conta a importância que o ambiente familiar e do meio onde os indivíduos se inserem pode ter no que respeita à adopção e utilização de uma língua tentámos conhecer a situação linguística familiar, procurando estabelecer o *grau de familiaridade* dos estudantes com a língua portuguesa, equacionando, igualmente, origens territoriais e, sendo o caso, permanência das suas famílias em Macau.

A designação de uma língua segundo o *grau de familiaridade* normalmente expressa-se em termos de língua materna (LM), língua segunda (L2) e língua estrangeira (LE).

Esta terminologia, aparentemente simples e de fácil operacionalização, poderá revelar-se menos natural e clara do que parece à partida, principalmente quando os conceitos são aplicados a contextos multilingues como é o caso de Macau.

A noção de LM pode referir-se a várias e diferentes situações: a(s) língua(s) que cada um de nós aprendeu em primeiro lugar; a(s) línguas com a(s) qual(is) nos identificamos como falantes nativos ou pela(s) qual(is) somos identificados por terceiros; a(s) língua(s) que conhecemos melhor ou a(s) que mais usamos¹⁶⁷. Não é, necessariamente, uma língua única, nem a língua da mãe e, por vezes, não corresponde sequer à língua de nenhum dos ascendentes.

Quanto à noção de *língua estrangeira*, desde logo, uma mesma língua, num mesmo espaço, pode apresentar-se como língua estrangeira para uns enquanto para outros não o é, podendo ser língua materna ou língua segunda, pelo que o conceito se refere à língua que é *percebida como estrangeira* por cada indivíduo, relativamente à qual pode existir uma ou várias das seguintes situações: *distância material*, que pressupõe distanciamento geográfico, dificuldade de contactos directos com falantes nativos; *distância cultural*, relacionada com diferentes estilos de vida e circunstâncias socioeconómicas, ideológicas e religiosas; *distância psicológica* entre os falantes da língua enquanto LE e os falantes nativos da mesma língua e, por último, a *distância linguística*, considerada em termos de *famílias de línguas*¹⁶⁸, podendo

¹⁶⁷ *Education in a Multilingual World* (2003), Paper Position, Paris, UNESCO, p. 14.

¹⁶⁸ A língua chinesa pertence à *família das línguas sino-tibetanas* e a língua portuguesa pertence à *família das línguas neo-latinas*.

as diferenças ser ao nível da fonética, do léxico, da sintaxe e da forma de escrita (Defays, 2003:30).

A *língua segunda* situar-se-á entre a LM e a LE, sendo um conceito que surge frequentemente por referência à situação linguística pós-independência de países que foram colonizados e nos quais se continua a usar a língua do país colonizador, sendo muitas vezes usada como língua de escolarização, não podendo considerar-se o grau de familiaridade de um considerável número de indivíduos com a mesma nem em termos de LM nem de LE.

Nenhuma das três noções poderá ser considerada como suficientemente clara e ilustrativa das várias situações possíveis. Alguns autores propõem, por isso, outras formas de diferenciação na relação dos indivíduos com as línguas que conhecem. Uma proposta que nos parece particularmente interessante é a que aborda esta questão introduzindo quatro critérios: 1) considerando a *cronologia* de aquisição das línguas – primeira, segunda, terceira...; 2) considerando o *uso* de cada língua – corrente, familiar, profissional; veicular...; 3) considerando uma certa *hierarquia* entre línguas – principal, secundária; 4) considerando uma *topologia* das línguas – local, nacional, internacional, de origem, de adopção (Ager, 1997:25).

De certa forma, usamos aqui um entendimento que faz apelo a aspectos de uma e de outra abordagem. Questionámos os indivíduos no que respeita à LM considerando-a como a primeira língua aprendida em contexto familiar, tentando posteriormente compreender qual ou quais as línguas de uso de cada inquirido e o uso específico que fazem do português em várias situações, nomeadamente a familiar, a profissional e a de uso corrente.

Quadro 6.10 – Língua materna

Língua materna	Alunos inquiridos		
	N	%	% acum.
Chinês (cantonês)	1137	70.0	70.0
Chinês (mandarim)	184	11.3	81.3
Chinês (outros dialectos)	81	5.0	86.3
Bilingue (em Chinês)	31	1.9	88.2
Português	134	8.2	96.4
Bilingue (português/cantonês)	22	1.4	97.8
Bilingue (chinês/outra)	3	0.2	98.0
Inglês	12	0.7	98.7
Outra da Ásia	14	0.9	99.6
Outra	7	0.4	100.0
Total	1625	100.0	
N/r, inv.	14		

Fonte: IQ aos estudantes de português

De acordo com a informação recolhida [Quadro 6.10], fácil seria afirmar que os nossos inquiridos têm, maioritariamente, como LM o cantonês (70.0% dos casos) e que o português é a LM apenas para 8.2% dos alunos que responderam a esta questão. Os restantes 21.8% dividem-se, basicamente, entre o mandarim (11.3%), outros dialectos chineses (5.0%) e a

combinatória de duas variantes da língua chinesa (1.9%) o que, na realidade, faz aumentar o conjunto dos que têm a língua chinesa como LM que passaria a ser de 88.2% do total.

Não obstante todos os perigos decorrentes da utilização do termo, surge como evidente que o português será uma LE para a generalidade dos estudantes.

Consideremos, para já, que podemos agrupar os nossos inquiridos em três categorias de acordo com o grau de familiaridade com a língua portuguesa, posto nos seguintes termos: aqueles que a declararam como língua materna (PLM) e que correspondem a 8.2% dos casos; os que a declararam como língua materna a par do cantonês (PCLM), 1.4%, e os que a não declararam como língua materna (PLNM) mas aos quais não vamos, ainda, referir-nos no sentido de PLE, e que representam a esmagadora maioria dos casos – 90.4%.

Quadro 6.11 – Grau de familiaridade com a língua portuguesa

Língua materna	Alunos inquiridos		
	N	%	% acum.
PLM	134	8.2	8.2
PCLM	22	1.4	9.6
PLNM	1470	90.4	100.0
Total	1626	100.0	
N/r, inv.	13		

Fonte: IQ aos estudantes de português

Fazendo a análise da composição linguística das famílias de acordo com estas categorias, percebemos que há deslocamento entre a língua materna do inquirido e a língua materna dos seus ascendentes, e que tal se verifica quer em relação à língua portuguesa quer em relação à língua chinesa, se tivermos em consideração, por exemplo, as diferenças registadas para “outros dialectos chineses” entre o aluno e os pais, e entre os pais e os avós. Em relação à perda da língua portuguesa como língua materna, tal pode constatar-se não só pelo número inferior de casos que a declararam mas também pelo facto de nos alunos que se enquadram na categoria PLNM [Quadro 6.12], embora em número não muito significativo, podermos verificar que declararam o português como língua materna de pais e avós.

Quadro 6.12 – Língua materna na família (estudantes com PLNM)

LM	Pai		Mãe		Avô Pat.		Avó Pat.		Avô Mat.		Avó Mat.	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Chinês (cantonês)	990	68.5	1012	69.6	772	59.3	811	61.8	797	61.3	818	62.5
Chinês (mandarim)	187	12.9	191	13.1	171	13.1	171	13.0	190	14.6	185	14.1
Chinês (outros dialectos)	170	11.8	174	12.0	253	19.4	254	19.3	238	18.3	245	18.7
Bilingue (em Chinês)	26	1.8	25	1.7	18	1.4	18	1.4	17	1.3	19	1.5
Português	38	2.6	9	0.6	56	4.3	32	2.4	24	1.8	5	0.4
Bilingue (PT/cantonês)	5	0.4	5	0.3	4	0.3	1	0.1	3	0.2	3	0.2
Bilingue (chinês/outra)	2	0.1	2	0.1	1	0.1
Inglês	3	0.2	4	0.2	4	0.3	2	0.2	6	0.5	5	0.4
Outra da Ásia	19	1.3	25	1.7	17	1.3	17	1.3	19	1.5	21	1.6
Outra	6	0.4	8	0.6	5	0.4	7	0.5	6	0.5	8	0.6
Total	1446	100.0	1455	100.0	1301	100.0	1313	100.0	1300	100.0	1309	100.0
N/r, inv.	24		15		169		157		170		161	

Fonte: IQ aos estudantes de português

Quadro 6.13 – Língua materna na família (estudantes PLM)

LM	Pai		Mãe		Avô Pat.		Avó Pat.		Avô Mat.		Avó Mat.	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Chinês (cantonês)	10	7.5	21	15.8	10	7.6	28	21.4	22	17.1	36	27.7
Chinês (mandarim)	1	0.8	1	0.8	3	2.3	2	1.6	4	3.1
Chinês (outros dialectos)	1	0.8	1	0.8
Bilingue (em Chinês)
Português	119	89.5	103	77.4	109	83.2	93	71.0	97	75.2	80	61.5
Bilingue (PT/cantonês)	1	0.8	1	0.8	1	0.8	2	1.5	1	0.8	1	0.8
Bilingue (chinês/outra)
Inglês	4	3.0	2	1.5	1	0.8	2	1.6	3	2.3
Outra da Ásia	1	0.8	2	1.5	1	0.8	2	1.5
Outra	3	2.6	2	1.5	5	3.8	3	2.3	4	3.1	4	3.1
Total	133	100.0	133	100.0	131	100.0	131	100.0	129	100.0	130	100.0
N/r, inv.	1		1		3		3		5		4	

Fonte: IQ aos estudantes de português

Quadro 6.14 – Língua materna na família (estudantes PCLM)

LM	Pai		Mãe		Avô Pat.		Avó Pat.		Avô Mat.		Avó Mat.	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Chinês (cantonês)	4	18.2	8	36.4	5	26.3	10	52.6	5	26.3	13	68.4
Chinês (mandarim)	1	5.3
Chinês (outros dialectos)
Bilingue (em Chinês)
Português	5	22.7	3	13.6	9	47.4	4	21.1	8	42.1	3	15.8
Bilingue (PT/cantonês)	13	59.1	10	45.5	5	26.3	3	15.8	5	26.3	2	10.5
Bilingue (chinês/outra)
Inglês
Outra da Ásia	1	4.5	1	5.3	1	5.3	1	5.3
Outra
Total	22	100.0	22	100.0	19	100.0	19	100.0	19	100.0	19	100.0
N/r, inv.		3		3		3		3	

Fonte: IQ aos estudantes de português

Os dados parecem apontar, ainda, para o facto de a língua portuguesa surgir mais por via paterna do que por via materna [Quadros 6.13 e 6.14]. Fazemos, então, um pequeno exercício, isolando os casos onde a língua portuguesa é referida como LM para pelo menos um dos elementos da família relativamente aos quais os inquiridos foram questionados – pais e avós.

Pondo em evidência a LM do inquirido com a LM declarada para os pais e efectuando o mesmo exercício relativamente a pais e avós [Quadro 6.15] podemos perceber que: a) a referência à língua portuguesa surge para um número mais elevado de casos (238 contra os 134 anteriormente identificados), o que demonstra que alguns dos inquiridos perderam esta língua como LM; b) a maior parte dos inquiridos (70.5%) declara que os seus contextos familiares são linguisticamente mistos; c) a língua portuguesa surge nas famílias bilingues ou multilingues principalmente por via paterna (51.5%); d) o português perde-se como LM para um considerável conjunto de inquiridos: 3 indivíduos em famílias monolingues e 75 em famílias bilingues ou multilingues, o que representa 32.9% dos alunos oriundos de famílias em que pelos menos um dos seus elementos tem o português como LM.

De registar, ainda, embora em número muito reduzido (apenas 3 casos), que o português é adoptado pelo aluno como língua materna, em famílias monolíngues – tendo, um caso, declarado o crioulo cabo-verdiano como língua materna dos seus ascendentes, e os restantes indicado que foram educados por portugueses. A situação contrária também se verifica, igualmente para 3 casos, em que sendo as suas famílias monolíngues em português o aluno perde esta língua como língua materna. Nesta situação encontram-se alunos provenientes da África do Sul.

Quadro 6.15 – Mapa da situação linguística

	Família		PT via		Evolução PT na família				
	N	%	n	%	n	%			
Aluno (n = 237)	Monolíngue	70	29.5	Ambas	67	95.7	Mantém	64	95.5
							Perde	3	4.5
				Nenhuma	3	4.3	Adopta	3	100.0
	Bilingue ou Multilíngue	167	70.5	Paterna	86	51.5	Mantém	35	40.7
							Perde	51	59.3
				Materna	30	18.0	Mantém	14	46.7
							Perde	16	53.3
				Ambas	31	30.5	Mantém	43	84.3
				Perde	8	15.7			
				Nenhuma	Adopta
						Não tem	
Pai (n = 228)	Monolíngue	160	70.2	Ambas	127	79.4	Mantém	121	95.3
							Perde	6	4.7
				Nenhuma	33	20.6	Adopta	8	24.2
	Bilingue ou Multilíngue	68	29.8	Paterna	52	76.5	Mantém	39	75.0
							Perde	13	25.0
				Materna	4	5.9	Mantém	4	100.0
							Perde
				Ambas	7	10.3	Mantém	7	100.0
				Perde			
				Nenhuma	5	7.3	Adopta	2	40.0
						Não tem	3	60.0	
Mãe (n = 226)	Monolíngue	166	73.5	Ambas	84	50.36	Mantém	84	100.0
							Perde
				Nenhuma	82	49.4	Adopta	3	3.7
	Bilingue ou Multilíngue	60	26.5	Paterna	46	76.7	Mantém	30	65.2
							Perde	16	34.8
				Materna	1	1.7	Mantém	1	100.0
							Perde
				Ambas	9	15.0	Mantém	9	100.0
				Perde			
				Nenhuma	4	6.7	Adopta
						Não tem	4	100.0	

Fonte: IQ aos estudantes de português

Relativamente a esta questão parece existir alguma tendência para considerar que o facto de o português ser adquirido por via paterna se constitui como factor facilitador para o seu abandono enquanto LM, uma vez que, teoricamente, a criança interagindo mais com a mãe apreende com maior probabilidade a língua que esta domina, no caso em estudo

principalmente o cantonês, facto que explicaria em larga medida a aquisição da língua chinesa em detrimento da língua portuguesa.

Comparando as famílias monolíngues e as famílias multilíngues percebe-se, imediatamente, que, de facto, é nas famílias mistas que esta a situação de perda tem maior incidência. No entanto, a representação enunciada parece ser contrariada quando verificamos que o português como LM tanto se perde no caso dos alunos em que surge por via paterna como no caso daqueles em que surge por via materna (em 59.3% dos alunos no primeiro caso e em 53.3% no segundo¹⁶⁹).

Seguindo o mesmo raciocínio para o pai e para a mãe dos inquiridos relativamente aos avós, respectivamente paternos e maternos, podemos constatar que os números se aproximam mais da representação que associa a perda da língua portuguesa como LM à sua “herança” por via paterna. No entanto, mais do que confirmar esta representação o que podemos verificar é a origem “paterna” (independentemente da situação de perda ou de manutenção) da língua portuguesa nestas famílias.

Considerando a composição monolíngue ou bilingue dos núcleos familiares, podemos perceber que, comparativamente aos alunos, se inverte a tendência registada, pois apesar de podermos encontrar famílias mistas do ponto de vista linguístico – 29.8% no caso do pai e 26.5% no caso da mãe – a maior parte dos pais dos alunos vem de famílias monolíngues e que, destas, no que respeita ao lado materno cerca de metade não são de origem portuguesa.

Nas famílias bilingues ou multilíngues é marcadamente pela via paterna que surge a referência à língua portuguesa, com uma proporção ainda mais expressiva: 76.5% no caso do núcleo familiar do pai e 76.7% no caso do da mãe dos inquiridos.

Aparentemente há aqui alguma correspondência com o que nos foi sendo referido de que seriam sobretudo os homens portugueses (ou luso-descendentes) a casar com mulheres chinesas e que a situação contrária se verificava com menor frequência, sendo esta uma situação que se tem vindo a alterar¹⁷⁰.

No que respeita aos objectivos deste trabalho, o que parece importante salientar é que, não obstante o facto de o português como LM surgir nas famílias dos alunos maioritariamente pelo lado paterno, as situações de perda ou manutenção indiciam mudanças nos comportamentos linguísticos independentemente da via de origem do português na família.

¹⁶⁹ Ainda que se registem diferenças nestes números em termos de peso relativo, não há associação entre as variáveis – qui-quadrado não significativo ($p > 0.05$).

¹⁷⁰ A este propósito poderá ver-se em Cabral e Lourenço (1993:75-157) os capítulos “As Gerações Macaenses” e “O Dilema da Aliança: Estratégias Matrimoniais num Contexto de Mudança Social e Política”.

Origens territoriais

Vimos, anteriormente, que a esmagadora maioria dos nossos inquiridos é natural de Macau e aí residente. Pela composição linguística dos seus núcleos familiares percebemos, também, que alguns casos indiciam a origem múltipla das suas famílias.

Assim, usando os indicadores de naturalidade, de residência e da língua materna indicada (do aluno, dos pais e dos avós), bem como o tempo de residência declarado (aluno e pais) foi construída a variável “origem” com o objectivo de tentar perceber os espaços territoriais que estas famílias cruzam.

Usaremos, neste caso, a informação agregada em duas categorias: uma que corresponde ao conjunto dos inquiridos para os quais o português não é referido como língua materna para nenhum dos elementos que compõem os núcleos familiares (PLNM) e outra que corresponde aos casos em que o português surge como língua materna para o aluno ou para pelo menos um dos seus ascendentes (PLM), embora sabendo que existem aqui situações diferenciadas e porventura diferenciadoras no que respeita à relação com a língua portuguesa.

Quadro 6.16 – Origens

Origem	PLM		PLNM		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Chinesa	*3	1.3	1323	94.4	1326	80.9
Chinesa e outra da Ásia	49	3.5	49	3.0
Chinesa e outra Lusófona	**2	0.1	2	0.1
Chinesa, outra lusófona e outra	1	0.4	1	0.4
Chinesa e outra	2	0.8	4	0.3	6	0.4
Portuguesa	42	17.6	42	2.6
Portuguesa e Chinesa	130	54.6	130	7.9
Portuguesa, chinesa e outra lusófona	11	4.6	11	0.7
Portuguesa, chinesa e outra da Ásia	4	1.7	4	0.2
Portuguesa, chinesa e outra	2	0.8	2	0.1
Portuguesa e outra da Ásia	5	2.1	5	0.3
Portuguesa e outra lusófona	16	6.7	***1	0.1	17	1.0
Portuguesa, lusófona e outra	2	0.8	2	0.1
Portuguesa e outra	4	1.7	4	0.2
Lusófona	7	2.9	****2	0.1	9	0.5
Lusófona e outra	5	2.1	5	0.3
Outra da Ásia	2	0.8	16	1.1	18	1.1
Outra	2	0.8	4	0.3	6	0.4
Total	238	100.0	1401	100.0	1639	100.0

* Adopção da LP; ** Chineses de Moçambique; *** Crioulo guineense; **** Timorenses
Fonte: IQ aos estudantes de português

Uma primeira leitura da informação sistematizada [Quadro 6.16] permite, desde logo, constatar a existência de dois conjuntos distintos de redes familiares: um, no qual se encontra a larga maioria dos nossos inquiridos (1401, ou seja 85.4% dos casos¹⁷¹) de composição aparentemente homogénea, simples; outro apresentando situações mais complexas que

¹⁷¹ Chinesa: 1326; portuguesa: 42; outra lusófona: 9; outra da Ásia: 18; outra: 6.

apontam para redes familiares de origens múltiplas ou, pelo menos, percursos diversificados. Embora corresponda a apenas 14.6% dos casos, consideramos não ser de negligenciar esta informação pois para além de revelar uma ligação à língua portuguesa permite, também, perceber a diversidade de situações a que pode corresponder a conhecida identificação em três categorias – chineses, macaenses e portugueses.

Como referimos no capítulo dedicado à população, é comum ouvir-se em relação às gentes de Macau que se dividem nos três grupos que acabámos de referir, aos quais se acrescenta normalmente um quarto no qual se faz coincidir todos os *outros*. Neste estarão incluídos filipinos e tailandeses (os países da Ásia com maior expressão no território), outros indivíduos de origem asiática, mas também europeus, americanos, australianos, africanos... para já não falar da possibilidade de cruzamento entre indivíduos de várias origens e na multiplicidade de situações que daí resulta.

Nos casos das chamadas *comunidades portuguesa e macaense*, cuja estruturação é regularmente associada ao eixo da naturalidade, ascendência e língua, arriscar, com base nestes critérios, fazer coincidir alguns dos nossos inquiridos com qualquer das designações não passaria de mera especulação.

Pretendemos, apenas, destacar que quer entre aqueles que considerámos na categoria PLM, no sentido de *próximos* da língua portuguesa por via familiar, quer entre os que considerámos na categoria PLNM, no sentido de *afastados* da língua portuguesa pela mesma via, se pode encontrar uma multiplicidade de situações em termos de origens e, seguramente, também em termos de relações de pertença a grupos que não podemos, nem é nosso objectivo, avaliar.

É clara a predominante componente chinesa (80.9% dos casos) seguida, embora a grande distância, da portuguesa e chinesa (7.9%) e da portuguesa (2.6%), sendo evidente que existe correspondência entre origens e a matriz linguística equacionada em termos de grau de familiaridade – *próximos* e *afastados*.

Apesar do maior número dos inquiridos estar agrupado numa mesma categoria – a chinesa – é importante relembrar, a este propósito, o que alguns autores nos dizem, como Cabral e Lourenço, quando se referem aos *três grupos étnicos tradicionais* (macaenses, chineses e portugueses) e à larga maioria chinesa da população em Macau: *consideramos os chineses como um grupo étnico principal, ainda que estejamos conscientes da existência de diferenciação étnica no seio do amplo domínio definido pelo termo “chinês” como categoria geral* (1993:36), escondendo-se, portanto uma grande heterogeneidade sob a ampla categoria “chineses”.

Não é sobre a língua chinesa este trabalho, não pretendemos proceder à subdivisão deste grupo estruturada por referência a um eixo étnico-linguístico, nem temos indicadores que nos permitam apresentá-lo desta forma¹⁷², mas consideramos importante ter presente e destacar que a sua composição interna pode ser extremamente complexa.

Demonstrada a diversidade, veremos, nos pontos seguintes, se esta situação se traduz, de facto, em diferentes posicionamentos relativamente à aprendizagem da língua portuguesa.

Considerando que o nível de agregação apresentado dificilmente poderá ter utilidade operatória agruparemos numa só categoria todos os indivíduos que têm o português como língua materna, independentemente da sua origem, bem como aqueles que a adoptaram e, ainda, os que pertencendo a famílias de origens múltiplas têm esta língua como materna para pelo menos um dos seus ascendentes, ainda que alguns dos inquiridos tenham perdido a língua portuguesa como língua materna. Consideramos que, do ponto de vista do *grau de familiaridade* com a língua estarão aqui incluídos os falantes de PLM e PL2, eventualmente mais *próximos da língua portuguesa*, e que designaremos de forma genérica por *lusófonos*.

Uma outra categoria, incluirá aqueles que, teoricamente, estarão mais *afastados da língua portuguesa*, e que na sua maioria corresponderão aos casos dos estudantes de PLE. Uma vez que estamos aqui a falar de situações de *proximidade* e *afastamento* em relação à língua portuguesa, poderemos ainda considerar questões que se prendem com tempos de permanência no território tomando como hipótese que aqueles que se encontram sujeitos ao ambiente da língua, os chineses de Macau ou *chineses-macaenses*, poderão ser mais receptivos ou permeáveis às questões portuguesas. Equacionamos, portanto, a possibilidade de existir uma relação entre permanências mais prolongadas no território e atitudes, representações e expectativas mais favoráveis em relação às componentes língua e/ou cultura portuguesas.

Trabalhando os indicadores de local e tempo de residência, no conjunto dos indivíduos previamente classificados na categoria mais ampla, percebemos que esta se pode dividir em quatro subcategorias: *chineses de Macau*, *chineses em Macau*, *chineses da China Continental* e *outros*.

Em termos globais, no primeiro grupo todos os estudantes são naturais de Macau assim como os respectivos pais e, em grande parte dos casos, também os avós; predomina o cantonês como língua materna e Macau como local de residência para a esmagadora maioria dos

¹⁷² Conhecendo à partida a realidade de Macau no que respeita à língua chinesa, questionámos os inquiridos directamente sobre o cantonês (predominante) e o mandarim (oficial) deixando todos os outros dialectos (ou línguas...) agrupados na classificação genérica “outros dialectos chineses”. No que respeita à naturalidade, apenas se isolaram as regiões administrativas especiais – Macau e Hong Kong – deixando-se todas as outras regiões contidas na designação “China Continental”.

elementos da rede familiar. Os segundo e terceiro grupos poderiam facilmente confundir-se um com o outro, pois na verdade ambos serão de origem chinesa encontrando-se em Macau. Existem, no entanto, algumas diferenças: no que respeita à língua materna no grupo aqui designado por *chineses da China Continental*, destacam-se o Mandarim e outros dialectos chineses, nenhum elemento da rede familiar apresenta Macau como local de nascimento, residindo uma parte dos inquiridos na China Continental e situando-se o tempo de residência dos que declararam residir em Macau num intervalo de duração que vai de 1 semana a 5 anos, sendo o local de residência referido para pais e avós outro que não Macau – na quase totalidade China Continental. Quanto aos inquiridos que foram incluídos na categoria *chineses em Macau*, prevalece o cantonês como língua materna embora se verifique, no caso dos avós, que outros dialectos chineses têm já alguma expressão; um número significativo de inquiridos já nasceu em Macau¹⁷³ sendo a China Continental a apresentar-se como o local de nascimento francamente mais referido no conjunto dos ascendentes. Todos os inquiridos aqui classificados residem em Macau bem como a larga maioria dos pais, situando-se, para a maior parte destes, o tempo de permanência entre há 20 e 29 anos, enquanto os avós, maioritariamente, se encontram a residir na China.

Na categoria *outros* foram incluídos todos os restantes casos e, na sua maioria, correspondem a indivíduos oriundos de outros países asiáticos.

Quadro 6.17 – Categorias por características comuns segundo as origens

Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros	
238	14.5	418	25.5	683	41.7	266	16.2	34	2.1

Fonte: IQ aos estudantes de português

Em termos de proporção no conjunto da população inquirida, os *lusófonos* correspondem a 14.5%, os *chineses de Macau (CDM)* a 25.5%, os *chineses em Macau (CEM)* a 41.7%, os *chineses da China Continental (CHC)* a 16.2%, englobando os restantes 2.1% o conjunto de indivíduos aqui classificados em *outros*.

¹⁷³ Por tal não se verificar em relação ao pai e à mãe não foram classificados em *chineses de Macau*, uma vez que nessa categoria foram incluídos, pelo menos, os inquiridos que corresponderão à segunda geração em Macau.

Conhecimento de Portugal e de figuras da cultura portuguesa

Considerando que os nossos inquiridos são na sua totalidade estudantes de português e, na sua maioria relacionam-se com esta língua enquanto LE, procurámos perceber se conheciam Portugal, portanto se alguma vez tinham estado neste país, e se conseguiam identificar personalidades da cultura portuguesa, independentemente da área de actividade, pedindo que indicassem, livremente, três figuras que considerassem relevantes.

Vejamos, em primeiro lugar, quantos e em que circunstâncias indicaram conhecer Portugal.

Quadro 6.18 – Conhecimento de Portugal

Conhece Portugal	Total		Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	324	19.8	197	82.8	61	14.6	50	7.3	6	2.3	10	29.4
Não	1315	80.2	41	17.2	357	85.4	633	92.7	260	97.7	24	70.6
Totais	1639	100	238	100	418	100	683	100	266	100	34	100

Fonte: IQ aos estudantes de português

No total apenas cerca de 20% dos inquiridos declara já ter estado em Portugal, sendo, como seria de esperar, entre os lusófonos que as respostas afirmativas apresentam maior frequência, uma vez que, desde logo, um conjunto de respondentes nasceu e residiu em Portugal antes de ir para Macau. Contudo, apenas dois inquiridos referem a residência anterior nas situações em que estiveram em Portugal, sendo dado particular destaque à prática habitual de passar um período de férias no país de origem ou de origem de ascendentes, visitar familiares e estudar.

Quadro 6.19 – Situação em que esteve em Portugal

Conhece Portugal	Total		Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Férias	234	74.1	167	86.1	37	64.9	22	44.0	1	20.0	7	70.0
Visitar familiares	121	38.3	100	51.6	10	17.5	5	10.0	6	60.0
Estudar	51	16.1	18	9.3	11	19.3	16	32.0	4	80.0	2	20.0
Trabalho	10	3.2	1	0.5	5	8.8	4	8.0
Estágio profissional	8	2.5	2	1.0	1	1.8	5	10.0
Participar em actividades culturais	6	1.9	1	0.5	2	3.5	3	6.0
Visitar amigos	5	1.6	3	1.2	2	4.0
Participar em actividades desportivas	3	0.9	3	1.2
Residência anterior	2	0.6	2	1.0
Tratar de documentos pessoais	1	0.3	1	0.5
Ganhou viagem como prémio	2	0.6	1	1.8	1	2.0
Entrevista	1	0.3	1	2.0
Totais*	316		194		57		50		5		10	

* Pergunta de resposta múltipla, soma dos totais não tem, assim, de corresponder a 100%.

Fonte: IQ aos estudantes de português

Passar férias e estudar são, igualmente, as situações mais recorrentes nas restantes categorias em que se agruparam os inquiridos em função das suas origens, sendo que para os indivíduos classificados como CDM e CEM se verificaram, também, algumas deslocações a

Portugal no âmbito da actividade profissional desenvolvida; dos estudantes continentais, apenas 5 conhece Portugal e, destes, 4 conheceram o país numa situação de estudo.

No que respeita a personalidades da cultura portuguesa, uma primeira leitura dos resultados apurados permite-nos perceber os domínios nos quais se registaram maior número de referências: em primeiro lugar surge a área da literatura seguida de muito perto pela do desporto, sendo as figuras históricas e políticas a compor os terceiro e quarto domínios mais referidos pelos inquiridos.

Ainda que exista uma grande coincidência nas escolhas em todos os grupos de origem, podemos verificar que os lusófonos salientam mais as personalidades da área da música do que as da política e são estes, também, a referirem algumas personalidades do meio artístico (actores, na sua maioria); é plausível que exista aqui um efeito geracional, uma vez que é neste grupo que se encontram os estudantes mais jovens, a frequentar a Escola Portuguesa de Macau, sendo natural que estas áreas captem mais a sua atenção do que a da política. Já no grupo classificado como CHC, verifica-se que o maior destaque é dado às figuras do desporto, mais concretamente do futebol, que ficam a uma larga distância dos segundo e terceiro domínios que mais mencionam – literatura e história – não sendo, praticamente, referidas personalidades de outras áreas de actividade.

Quadro 6.20 – Domínios da cultura portuguesa

Domínios	Total		Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Literatura	842	33.7	233	41.4	191	30.8	341	37.3	67	17.9	10	35.7
Desporto	817	32.7	132	23.4	231	37.3	225	24.6	219	58.6	10	35.7
História	323	12.9	69	12.3	67	10.8	124	13.6	59	15.8	4	14.3
Política	259	10.4	44	7.8	76	12.3	129	14.1	10	2.7
Música	100	4.0	60	10.7	18	2.9	10	1.1	10	2.7	2	7.1
Direito	85	3.4	1	0.2	26	4.2	56	6.1	2	0.5	0	0,0
Religião	41	1.6	3	0.5	9	1.5	24	2.6	3	0.8	2	7.1
Artístico	16	0.6	13	2.3	1	0.2	2	0.5
Outros	16	0.6	8	1.4	1	0.2	5	0.5	2	0.5
Total de respostas	2499	100	563	100	620	100	914	100	374	100	28	100

Fonte: IQ aos estudantes de português

Quanto às personalidades indicadas¹⁷⁴, podemos verificar que existe uma grande unanimidade quanto às figuras mais referidas, destacando-se em todos os grupos de origens Luís Figo e Luís de Camões.

O que se verifica, igualmente, é que foi dado um grande destaque aos futebolistas o que poderá encontrar explicação no facto de o Mundial de Futebol de 2002 ter decorrido na Ásia

¹⁷⁴ Em Anexo VI encontra-se tabela com todas as personalidades identificadas pelos inquiridos.

(Coreia/Japão), tendo a equipa da Selecção Portuguesa estagiado em Macau. A presença dos jogadores portugueses em Macau originou um grande entusiasmo, principalmente, na população mais jovem. À data, a estrela do futebol português com maior mediatismo era, efectivamente, Luís Figo e, na altura, Cristiano Ronaldo ainda não tinha a projecção que tem actualmente, o que justificará a sua ausência entre as figuras mais referidas escolhidas pelos inquiridos; tivemos oportunidade de assistir, anos mais tarde, a fervorosas e apaixonadas declarações a Cristiano Ronaldo por parte de algumas jovens estudantes no Concurso de Eloquência em Língua Portuguesa organizado anualmente pela Universidade de Macau.

Quanto a Luís de Camões, esta é sem dúvida uma figura associada a Macau e à cultura portuguesa em Macau, existindo um importante jardim com o seu nome, onde, diz-se, numa gruta terá escrito parte dos Lusíadas. Não há certezas quanto a esta ocorrência, mas “cai o Carmo e a Trindade” em Macau sempre que algum investigador se lembra de o afirmar publicamente ou de contrariar esta crença instalada. Fernando Pessoa é, igualmente, um poeta muito apreciado na China, com obra traduzida para língua chinesa.

Destacam-se, a seguir, personalidades da vida política local – como o último Governador Rocha Vieira e o polémico Ferreira do Amaral – e de Portugal, Jorge Sampaio e Mário Soares, tendo este último tido um papel de destaque no processo de legalização de imigrantes chineses em Macau.

São destacadas algumas figuras da História de Portugal, ligadas aos Descobrimentos, e alguns clássicos da literatura portuguesa, assim como merecem referência alguns nomes da área do Direito; é bastante evidente que, ainda que não sejam as personalidades com maior número de referências, ambos os casos se relacionam directamente com os percursos escolares dos inquiridos.

Há, ainda, uma última questão que merece uma pequena nota. Um conjunto de inquiridos não indica personalidades mas sim elementos patrimoniais e gastronómicos, perfazendo, respectivamente, um total de 37 e 32 referências; no primeiro domínio, destacam-se a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerónimos e no segundo são o pastel de nata, o bacalhau, a sardinha assada e o Vinho do Porto a sobressair nas escolhas dos estudantes. Uma vez que o que se pedia era a identificação de figuras que os inquiridos considerassem relevantes na cultura portuguesa, estas respostas não foram consideradas na sistematização da informação feita mas, ainda assim, consideramos interessante deixar aqui esta nota relativa às representações dos alunos sobre aspectos da cultura portuguesa.

Quadro 6.21 – Figuras da cultura portuguesa mais referidas

Personalidades e Áreas	Total			Lusófonos			CDM			CEM			CHC			Outros		
	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.
Luís de Camões [Literatura]	673	58.9	1	119	55.6	1	172	59.9	1	320	71.4	1	54	30.5	2	8	47.1	1
Luís Figo [Desporto]	480	42.0	2	69	32.2	2	133	46.3	2	138	30.8	2	134	75.7	1	6	35.3	2
Vasco da Gama [História]	185	16.2	3	23	10.8	5	46	16.0	4	78	17.4	3	36	20.3	4	2	11.8	3
Rui Costa [Desporto]	165	14.4	4	22	10.3	6	52	18.1	3	50	11.2	5	40	22.6	3	1	5.9	4
Rocha Vieira [Política]	110	9.6	5	2	0.9	19	38	13.2	5	69	15.4	4	1	0.6	12
Nuno Gomes [Desporto]	94	8.2	6	9	4.2	12	32	11.1	6	21	4.7	6	30	16.9	5	2	11.8	3
Fernando Pessoa [Literatura]	71	6.2	7	47	22.0	3	11	3.8	9	10	2.2	12	1	0.6	12	2	11.8	3
Jorge Sampaio [Política]	55	4.8	8	19	8.9	7	14	4.5	7	18	4.0	8	4	2.3	9
Amália Rodrigues [Música]	49	4.3	9	26	12.1	4	8	2.8	11	4	0.9	15	10	5.6	6	1	5.9	4
Infante D. Henrique [História]	34	3.0	10	12	5.6	10	6	2.1	13	11	2.5	11	4	2.3	9	1	5.9	4
Eça de Queirós [Literatura]	32	2.8	11	23	10.7	5	2	0.7	16	7	4.0	7
Mário Soares [Política]	32	2.8	11	6	2.8	15	9	3.1	10	17	3.8	9
Ferreira do Amaral [Política]	31	2.7	12	13	4.5	8	18	4.0	8
Matteu Ricci [Religião]	27	2.4	13	1	0.5	20	6	2.1	13	18	4.0	8	2	1.1	11
Mota Pinto [Direito]	26	2.3	14	6	2.1	13	20	4.5	7
José Saramago [Literatura]	24	2.1	15	14	6.5	9	1	0.3	17	7	1.6	14	2	1.1	11
Gil Vicente [Literatura]	23	2.0	16	17	7.9	8	3	1.0	15	2	0.4	17	1	0.6	12
Fernão Magalhães [História]	17	1.5	17	3	1.0	15	8	1.8	13	6	3.4	8
Orlando de Carvalho [Direito]	16	1.4	18	3	1.0	15	13	2.9	10
João Pinto [Desporto]	15	1.3	19	5	2.3	16	5	1.7	13	4	0.9	15	1	0.6	12
Eusébio [Desporto]	14	1.2	20	10	4.7	11	3	1.0	15	1	5.9	4

Cálculos efectuados com base no número de respondentes (Lusófonos: 214; CDM: 287; CEM: 448; CHC: 177; Outros: 17; Total: 1143)

Fonte: IQ aos estudantes de português

7. A questão linguística no processo de *localização* de quadros e do sistema jurídico

Como se referiu, foi a partir de 1985 que se começou a desenhar uma política para a introdução da língua chinesa na Administração Pública de Macau – APM tendo, até então, este sector utilizado exclusivamente a língua portuguesa.

É, no entanto, a partir do momento em que a língua chinesa adquire estatuto equivalente ao da língua portuguesa que se acentuam as estratégias de generalização do uso de ambas as línguas, passando a APM a considerar a existência de um *bilinguismo oficial*, conceito que não significa o domínio obrigatório das línguas chinesa e portuguesa mas sim a possibilidade de utilizar uma ou outra no funcionamento interno e na relação entre os serviços e os seus utentes.

Foram accionados vários mecanismos para possibilitar a concretização deste objectivo, o que se afigurava como sendo de difícil implementação no curto prazo que ia até à data estabelecida para a transferência de poderes.

Convém voltar a sublinhar que a língua materna e de uso corrente para a esmagadora maioria da população de Macau é o cantonês, sendo esta também a língua veicular de ensino na generalidade das escolas do território e que, mesmo a um nível elementar e principalmente na expressão falada, são poucos os que dominam ambas as línguas.

Acresce que Macau, em 1999, constituiu-se como uma Região da RPC onde a língua oficial é o *putonghua*, vulgarmente designada por mandarim, e que, não obstante poder considerar-se a existência de uma escrita comum¹⁷⁵, em muitos aspectos e particularmente na expressão falada cantonês e mandarim não são mutuamente inteligíveis.

Passando Macau a ser governada pelas suas gentes, um dos princípios norteadores consagrado nos documentos do acordo entre os dois países, tornava-se, portanto, indispensável a preparação a todos os níveis de residentes locais para assumirem a condução dos destinos da Região após 1999, garantindo uma transferência suave e a sustentação da futura Administração.

Neste quadro, aquilo que ficou conhecido como o *processo de localização* associa de forma plena e absoluta três vectores essenciais: os quadros da Administração Pública que iriam exercer funções na Região Administrativa Especial, o alargamento do uso da língua chinesa nos vários domínios da Administração Pública e da justiça e todo o acervo legislativo que continuaria a vigorar após 1999.

¹⁷⁵ Na verdade em Macau é usada a escrita tradicional enquanto ao mandarim correspondem os caracteres simplificados.

Compreender o que se passa hoje em Macau relativamente à aplicação da língua portuguesa implica conhecer os contornos de um processo que em bom rigor não podemos considerar que tenha ficado concluído e arrumado com o fim da Administração Portuguesa; tendo embora entretanto decorrido mais de uma década desde o estabelecimento desta Região Administrativa Especial e sendo, sem dúvida, a língua chinesa a assumir preponderância em todos os quadrantes da vida do enclave, o português continua a estar presente e a fazer sentir a sua influência.

A localização de quadros e a evolução do bilinguismo oficial

A localização de quadros correspondia à *existência de uma Administração, em 19 de Dezembro de 1999, que funcione com eficiência e se mantenha sem rupturas em 20 de Dezembro de 1999*, dando especial atenção à integração de recursos humanos locais nos vários serviços e organismos, reduzindo o recurso às contratações no exterior e desenvolvendo-se em articulação com os processos de integração e de ingresso de funcionários nos quadros da Administração Pública em Portugal, bem como de outras formas de saída da Administração local (*Localização dos efectivos*, SAFP, 1999:2-3).

Tendo sido desenvolvido em várias fases, no âmbito deste processo começou por considerar-se *peçoal localizável* todo aquele que não tivesse sido recrutado no exterior, passando depois a alargar-se aos que não se enquadrassem nas várias opções criadas para saída da Administração de Macau (desvinculação, aposentação e ingresso ou integração nos serviços públicos em Portugal) para, no final, corresponder a um entendimento de que a peçoal localizado corresponderiam todos os que sendo residentes de Macau garantissem vir a manter os seus vínculos à administração pública de Macau depois da transferência do exercício de soberania.

Dito desta forma, pode parecer que se tratava de um processo de relativa facilidade na sua implementação mas, na realidade, revestia-se de enorme complexidade.

Sendo a questão das línguas central ao longo de todo o processo de transição e de localização de quadros, importa conhecer as características da APM e, no âmbito deste trabalho, por relação com a evolução dos conhecimentos linguísticos.

Antes de mais, importa esclarecer que os dados utilizados para traçar esta evolução foram compilados pela DSAFP, por consulta à Base de Dados de Recursos Humanos da APM e encontram-se disponíveis no relatório *A Administração de Macau e as línguas oficiais*,

elaborado por aqueles serviços e referem-se aos anos de 1985 a 1998¹⁷⁶. A nossa abordagem fica, assim, bastante limitada não sendo possível, por exemplo, conhecer a situação exacta no momento da transferência de poderes, nem perceber aspectos importantes como a naturalidade dos indivíduos que integram a APM durante a Administração Portuguesa, ou perceber a evolução dos conhecimentos linguísticos em função da sua língua materna, bem como a evolução do conhecimento em conjunto da expressão falada e escrita das línguas em causa. No entanto, esta informação complementada com a informação disponibilizada pela Administração Chinesa relativa ao período pós-1999 permite traçar uma evolução bastante completa do sector no que respeita quer à localização de quadros quer ao conhecimento das duas línguas oficiais quer, ainda, ao que nesta matéria parece ter continuado a desenvolver-se ao longo da primeira década de vida da RAEM.

A informação relativa aos conhecimentos linguísticos, até 1998, diz respeito à apreciação que os trabalhadores fazem dos seus próprios conhecimentos, sendo disponibilizada segundo dois níveis: regular e bom. Optou-se, aqui, por apresentar os dados correspondentes aos dois níveis em conjunto, embora correndo o risco de se encontrarem no nível regular indivíduos que têm um domínio rudimentar das línguas. No que respeita à língua portuguesa, pudemos constatar no terreno que existe a tendência para os indivíduos de língua materna chinesa autoavaliarem negativamente os seus conhecimentos do português, ainda que se verificasse que conseguiam comunicar. Por outro lado, dadas as diferenças existentes entre as línguas chinesa e portuguesa, cujo conhecimento para falantes não maternos implica um demorado processo de aprendizagem, consideramos que, neste caso, mais importante do que o nível de fluência é perceber a evolução registada ao longo do período em análise.

O número de indivíduos que só tem conhecimento de uma língua obteve-se por subtracção ao total dos que têm conhecimento dessa língua os que declararam conhecer as duas. De salientar, ainda, que a informação disponibilizada engloba os indivíduos conhecedores do mandarim escrito no conjunto dos que têm conhecimento do cantonês, só sendo possível apurar o número dos que conhecem o mandarim na expressão falada.

Vejamos então a evolução na APM dos conhecimentos linguísticos dos seus efectivos entre 1985 e 1998.

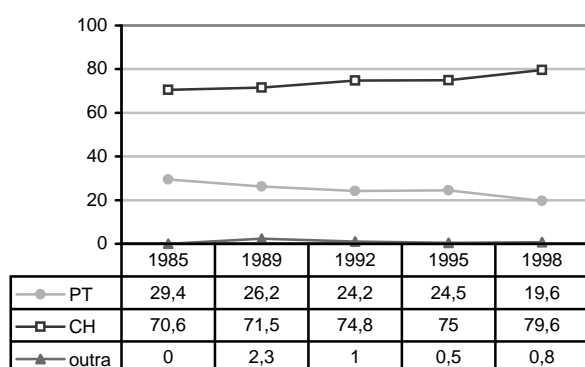
De acordo com os dados oficiais, em 1985, dois anos antes da assinatura da *Declaração Conjunta*, dos 8433 trabalhadores da APM, 29.4% eram de língua materna portuguesa e 70.6% de língua materna chinesa (cantonês), tendo a situação evoluído para o

¹⁷⁶ Os dados de 1998 referem-se a uma contagem efectuada no início do segundo semestre do ano. Os dados são apresentados na fonte referida em valores absolutos; cálculos da autora.

esperado decréscimo quanto aos primeiros e aumento dos segundos, passando em 1998 a representar, respectivamente, 19.6% e 79.6% de um significativamente mais elevado número de efectivos – 17772. Contudo, se considerarmos valores absolutos, o número de funcionários de língua materna portuguesa é mais elevado em 1998 do que em 1985 (3483 contra 2479).

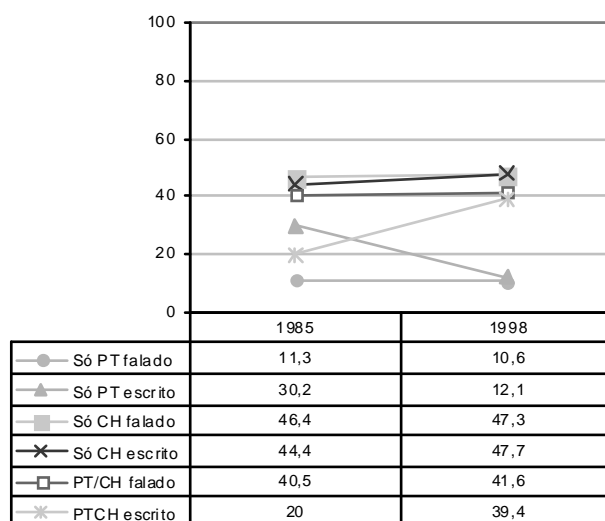
É bastante claro que, em termos globais, ao longo dos anos existe uma forte predominância dos trabalhadores de língua materna chinesa e, também, que apesar do número total ter mais do que duplicado as proporções mantêm-se, sendo apenas nos últimos 3 anos que se acentuam as alterações.

Gráfico 7.1 – Língua materna APM (%)



Fonte: DSAFP (2000)

Gráfico 7.2 – Conhecimentos linguísticos APM (%)



Fonte: DSAFP (2000)

Ora no quadro dos acordos decorrentes das negociações entre a parte chinesa e a parte portuguesa, e perante o que se considerava ser dois dos três grandes desafios que se colocavam à APM, os números apresentados parecem não coincidir com as preocupações que têm vindo a ser referidas – sendo a maioria dos trabalhadores de língua materna chinesa parece minimizada a questão da *localização dos quadros* e não se percebe que a situação em 1998 seja significativamente diferente da de 1985; quanto aos conhecimentos linguísticos, facto que se relaciona com a *localização da língua*, embora se verifiquem algumas alterações na situação existente entre os dois anos que balizam o período parece, também, não haver aqui coincidência entre a ênfase colocada na necessidade de formação, visível na produção de legislação, e os resultados alcançados.

De acordo com o mesmo relatório da DSAFP, entre 1986 e 1998 terão sido organizados por estes serviços, em conjunto com outras entidades, 904 cursos¹⁷⁷ de formação linguística com um total de 16234 frequências.

Nestes cursos, predomina a formação em língua chinesa, correspondendo a frequência de cursos de cantonês e de mandarim a 64.9% do total. É a partir de 1994 que se acentua a formação em línguas, verificando-se que a partir desta data o número de frequências aumenta, com particular incidência no mandarim, existindo, embora, formação em cantonês é nas *línguas oficiais*¹⁷⁸ que se regista o maior número de formandos evoluindo o português no sentido contrário ao do mandarim.

Quadro 7.1 - Frequência de cursos de formação linguística organizados pelos SAFP (1986-1998)

Ano	Línguas						Total	
	Português		Cantonês		Mandarim			
	N	%	N	%	N	%	N	%
1986	136	36.3	224	59.7	15	4.0	375	2.3
1987	239	38.7	353	57.1	26	4.2	618	3.8
1988	141	32.8	222	51.6	67	15.6	430	2.6
1989	277	56.2	131	26.6	85	17.2	493	3.0
1990	261	42.2	164	26.6	193	31.2	618	3.8
1991	315	47.0	161	24.0	194	29.0	670	4.1
1992	415	44.1	199	21.1	327	34.8	941	5.8
1993	399	44.8	204	22.9	288	32.3	891	5.5
1994	728	53.4	274	20.1	362	26.5	1364	8.4
1995	988	45.5	302	13.9	883	40.6	2173	13.4
1996	789	36.6	304	14.1	1063	49.3	2156	13.4
1997	629	21.8	410	14.2	1843	64.0	2882	17.8
1998	380	14.5	535	20.4	1708	65.1	2623	16.2
Totais	5697	35.1	3483	21.5	7054	43.4	16234	100.0

Fonte: DSAFP (2000)

Segundo os dados referentes à língua materna dos trabalhadores, só a partir de 1996 surge informação da existência, entre estes, de falantes maternos do mandarim e em número muito reduzido – 46 em 1996, 68 em 1997 e 62 em 1998 – o que permite perceber que a evolução registada em termos dos conhecimentos desta língua se dá por via da formação, seja esta em cursos específicos seja pelo recurso à contratação de indivíduos que tenham efectuado o seu percurso escolar fora de Macau.

Se pensarmos que para além destes números, que correspondem exclusivamente aos cursos organizados pelos SAFP, decorrem no mesmo período outras modalidades de formação linguística e que foram criados mecanismos que condicionam a entrada na APM ao

¹⁷⁷ Em Anexo VII quadro resumo dos cursos organizados.

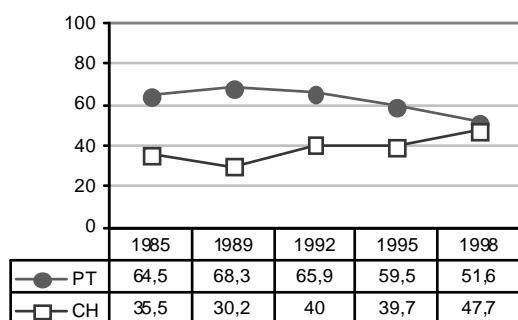
¹⁷⁸ A Lei Básica é omissa quanto a este assunto, referindo-se à “língua chinesa” com o língua oficial da RAEM mas sem identificar se se trata do cantonês ou do mandarim. Em todos os serviços predomina o cantonês e esta é também a língua usada pelas autoridades locais sempre que se dirigem à população, a língua veicular de ensino na maior parte das escolas locais e a língua dos meios de comunicação (rádio e televisão). Quando na presença de individualidades do Governo Central o Chefe do Executivo de Macau usa o mandarim.

conhecimento das línguas, para além do reconhecimento de habilitações se referir, também, à certificação de conhecimentos linguísticos, surge como ainda mais evidente que o esforço desenvolvido na formação parece não se traduzir em alterações significativas em termos do conhecimento linguístico no conjunto dos trabalhadores da APM.

Valerá a pena tentar perceber o que significa, de facto, localizar quadros e língua, dando alguma atenção à evolução linguística registada segundo grupos profissionais¹⁷⁹, tomando como ilustração, além dos docentes, o pessoal ao serviço em cargos de direcção e chefia, técnicos superiores, administrativos e operários e auxiliares.

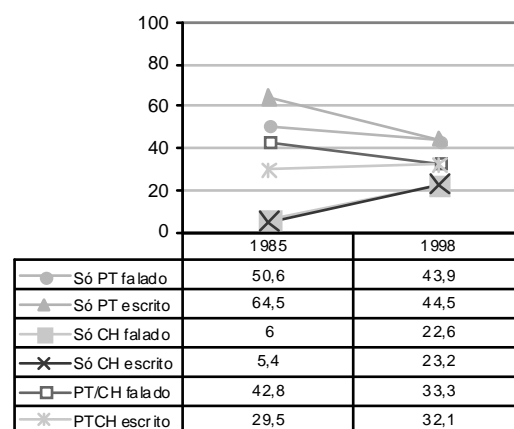
Docentes

Gráfico 7.3 – Língua materna (%)



Fonte: DSAFP (2000)

Gráfico 7.4 – Conhecimentos linguísticos (%)



Fonte: DSAFP (2000)

Quanto aos docentes, partindo-se de 1985 numa situação em que a proporção de professores de língua materna portuguesa é claramente superior aos de língua materna chinesa, tendência que se mantém até 1992, altura em que se começa a notar uma inversão, chega-se a 1998 em situação quase equivalente. Em termos de conhecimentos linguísticos, os que só dominavam o chinês, falado e escrito, que em 1985 representavam 6.0% e 5.4%, passam a corresponder a 22.6% e 23.2% do total de docentes ao serviço em 1998. Há uma diminuição no conjunto dos que apenas dominavam a língua portuguesa e esbatem-se as diferenças existentes relativamente ao conhecimento falado e ao conhecimento escrito de ambas as línguas.

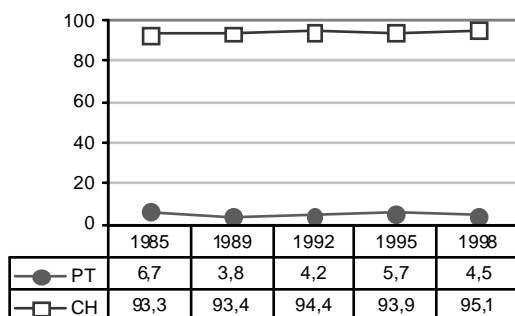
Quanto ao grupo do pessoal operário e auxiliar, é clara a predominância da língua materna chinesa, quer em 1985 quer em 1998. Não sendo, em 1985, coincidentes os conhecimentos falado e escrito da língua chinesa, chegamos a 1998 em situação equivalente, tendo aumentado a proporção dos indivíduos que só conhecem esta língua. Os que só

¹⁷⁹ De acordo com a redacção dada na alínea e) do Decreto-Lei n.º 86/89/M, de 21 de Dezembro. Mapa em Anexo VIII.

conheciam a língua portuguesa, falada e escrita, diminuem e ficam diluídas as diferenças entre as expressões falada e escrita de português e de chinês em conjunto.

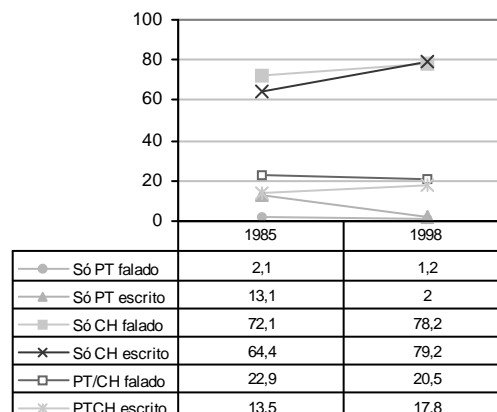
Operários e Auxiliares

Gráfico 7.5 – Língua materna (%)



Fonte: DSAFP (2000)

Gráfico 7.6 – Conhecimentos linguísticos (%)



Fonte: DSAFP (2000)

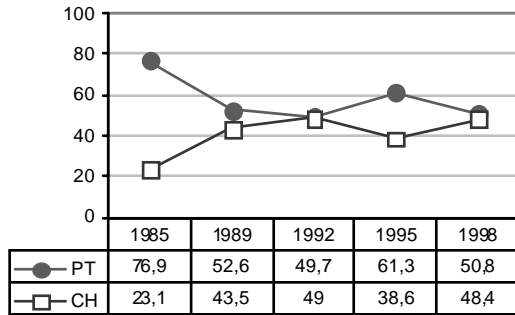
No que respeita aos administrativos, verifica-se que em 1985 a maioria é de língua materna portuguesa, 76.9%, proporção que se altera para 50.8% em 1998, passando os indivíduos de língua materna chinesa a representar 48.4% do total, portanto em situação equivalente. Quanto aos conhecimentos linguísticos neste grupo, de destacar desde logo a diferença existente em 1985 entre os domínios falado e escrito da língua portuguesa: 19.2 e 75.0%, facto que indicia uma forte existência neste grupo de indivíduos *locais*, com o português como língua materna e língua de escolarização e dominando o chinês falado, facto que é perceptível, também, analisadas as diferenças entre a expressão falada e escrita de ambas as línguas em conjunto. O que é coincidente com o que nos tem sido transmitido de que os designados macaenses, indivíduos com ascendência portuguesa e outra, naturais de Macau, em grande medida desempenhavam a sua actividade na Administração Pública; estes indivíduos, regra geral, faziam a sua escolarização em língua veicular portuguesa e dominam a língua chinesa (cantonês) apenas na expressão falada. Antes do final da Administração Portuguesa, perante a incerteza do futuro próximo muitos acabaram por não permanecer nos quadros locais, tendo optado por uma das seguintes situações: aposentação, ingresso nos quadros da função pública em Portugal ou saída da função pública mediante indemnização (vulgarmente referida em Macau como *a bolada*).

A situação neste grupo profissional altera-se, surgindo em 1998 a proporção dos que só conhecem a língua portuguesa com uma expressão bastante mais próxima entre os registos falado e escrito, diminuindo este último registo de forma significativa. Já no que respeita ao

conhecimento das duas línguas, situação com maior expressão, verifica-se uma ligeira diminuição no registo oral e um forte acréscimo no registo escrito.

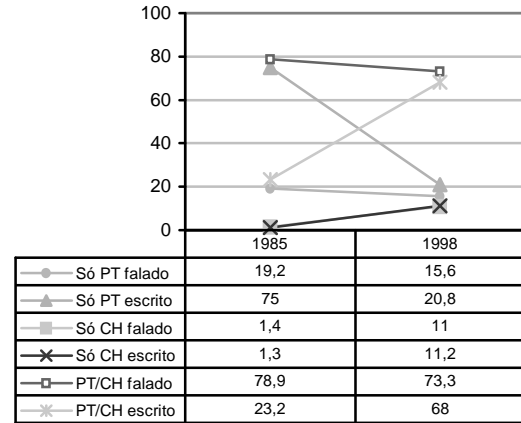
Administrativos

Gráfico 7.7 – Língua materna (%)



Fonte: DSAFP (2000)

Gráfico 7.8 – Conhecimentos linguísticos (%)

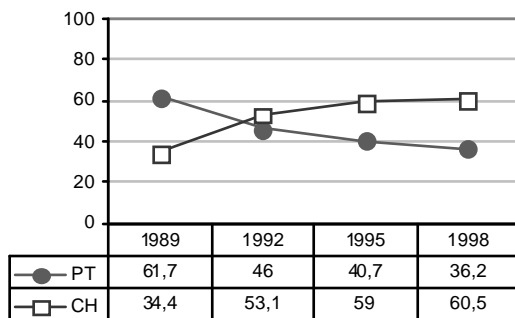


Fonte: DSAFP (2000)

Resta ver o que se passa no grupo dos técnicos superiores e no conjunto dos que desempenham funções de direcção e chefia, dois grupos particularmente ilustrativos do sentido dado à expressão *localizar quadros*.

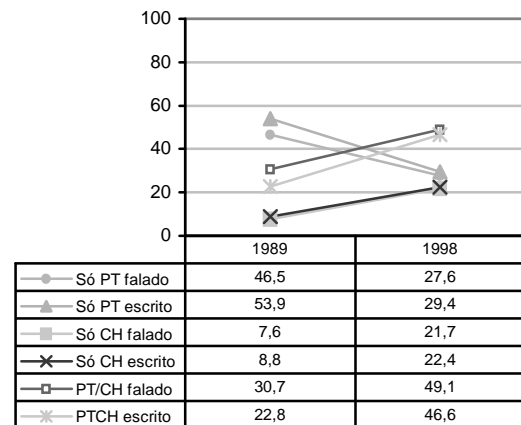
Técnicos Superiores

Gráfico 7.9 – Língua materna (%)



Fonte: DSAFP (2000)

Gráfico 7.10 – Conhecimentos linguísticos (%)



Fonte: DSAFP (2000)

A carreira de técnico superior só é criada em 1989, altura em que os indivíduos de língua materna portuguesa representavam 61.7% e os de língua materna chinesa correspondiam a 24.4% do total; esta situação de partida sofre uma completa inversão, que se acentua a partir de 1992, passando em 1998 os indivíduos que têm o português como língua

materna a corresponder a 36.2% e os de língua materna chinesa representam, agora, 60.5% do total.

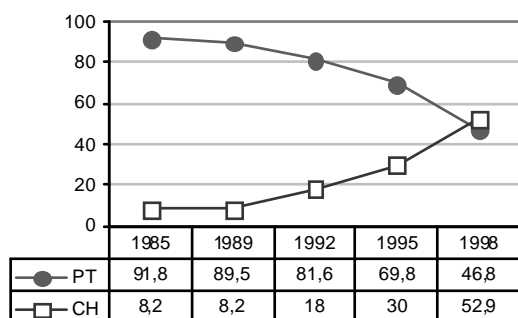
Neste grupo, com níveis de escolarização mais elevados, a proximidade entre o conhecimento falado e escrito de cada uma das línguas ou de ambas em conjunto é muito maior, destacando-se o acentuado decréscimo dos que só dominavam a língua portuguesa, falada ou escrita, e o acréscimo dos que conhecem ambas as línguas – na expressão escrita passamos de 22.8% a 46.6% e na expressão falada de 30.7% a 49.1%. Ganha, também, maior peso o conjunto dos que só dominam a língua chinesa, quer falada, quer escrita.

Nos cargos de direcção e chefia, verifica-se que se evoluiu de uma situação em que os indivíduos de língua materna portuguesa representavam 91.8% e os de língua materna chinesa 8.2%, para uma situação de quase equilíbrio, em que os falantes maternos de chinês ultrapassam ligeiramente os falantes maternos de português: 52.9% e 46.6%, respectivamente.

Considerando os conhecimentos linguísticos, de registar que em 1985, embora sem equivalência na expressão escrita, quase metade dos indivíduos deste grupo conheciam o chinês e o português falados. É considerável o aumento dos que, em 1998, declaram conhecer as duas línguas, passando de 8.7% para 69.9% na forma escrita e de 42.6% para 74.4% em termos de oralidade.

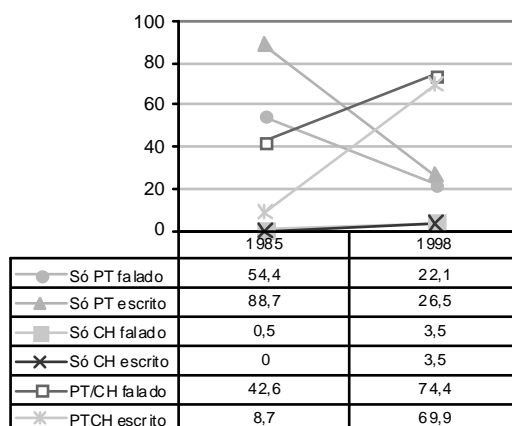
Direcção e Chefias

Gráfico 7.11 – Língua materna (%)



Fonte: DSAFP (2000)

Gráfico 7.12 – Conhecimentos linguísticos (%)



Fonte: DSAFP (2000)

Regista-se, igualmente, que além de muito baixa a proporção dos que só conhecem a língua chinesa, falada ou escrita, não sofre evolução significativa e dá-se, como é de esperar, um decréscimo acentuado dos que só conhecem o português.

É perfeitamente claro que em 1985, e até 1992, o pessoal *localizado* se encontrava nos grupos do pessoal administrativo, operário e auxiliar e que o *processo de localização* se orientou, essencialmente, para a preparação de quadros superiores, chefias e técnicos, que viessem a assegurar a condução da actividade da Administração após 1999, percebendo-se que, de facto, houve uma evolução positiva neste sentido.

A falta de informação relativa ao ano de 1999 não nos permite conhecer a situação exacta na data da transferência de poderes. No entanto, sabendo que foi na transição de 1998 para 1999 que se deu a saída dos funcionários *não localizáveis*, sendo estes, maioritariamente, de língua materna portuguesa, não é difícil depreender que será mais elevada a proporção dos indivíduos de língua materna chinesa.

Outra fonte de informação, que embora não permita fazer comparação directa no seguimento dos valores que temos vindo a apresentar nos dá conta da situação já no ano de 1999, referindo-se ao pessoal de Direcção e Chefias revela que no final do primeiro trimestre do ano da transferência de poderes a *percentagem de localização era de 94,99% e prevê-se que atinja, em Junho, a casa dos 96,64%* (SAFP, 1999:18). É claro que estes valores englobam os indivíduos de ambas as línguas maternas, não sendo possível perceber as diferenças entre cada um dos grupos linguísticos.

Tendo em consideração dados mais recentes, referentes já ao período após o estabelecimento da RAEM, e pese embora o facto de não ser possível, a todos os níveis, proceder ao mesmo tipo de desagregação da informação, podemos ficar com uma ideia clara da actual situação dos efectivos da RAEM no que respeita à sua língua materna, naturalidade e conhecimentos linguísticos.

Gráfico 7.13 – Língua materna na APM 1985/2010 (%)

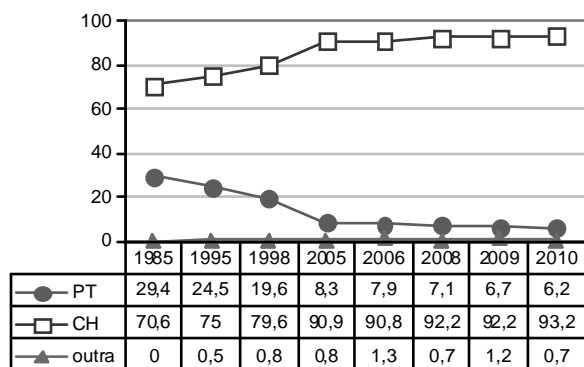
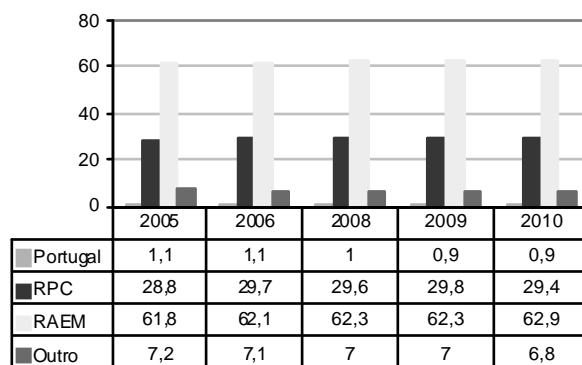


Gráfico 7.14 – Local de nascimento 2005/2009 (%)



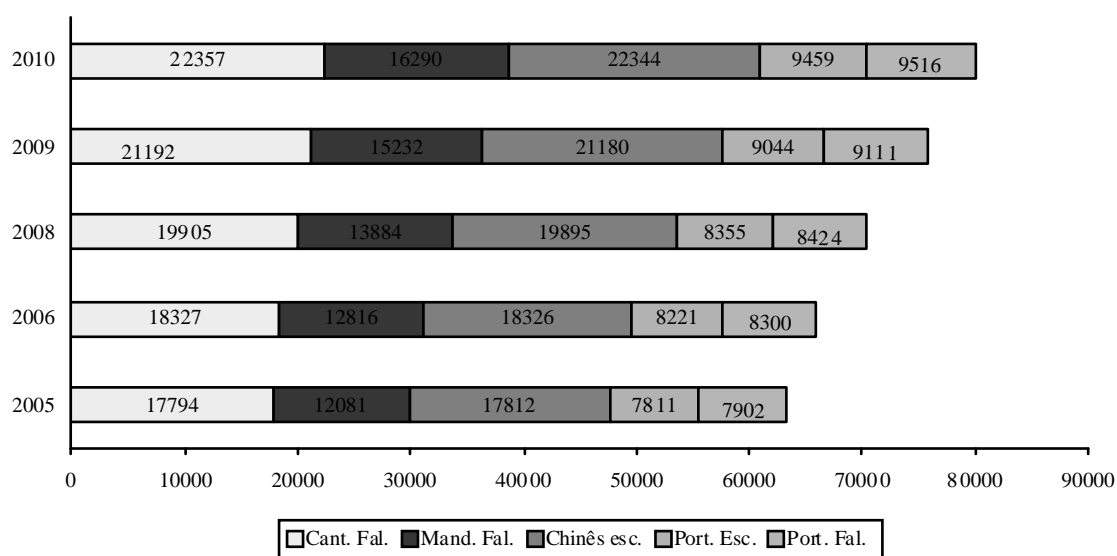
DSAFP (2000); DSAFP do Governo da RAEM (não foi possível obter dados para 2007).

No que respeita à língua materna e local de nascimento, as figuras apresentadas são reveladoras de duas questões essenciais: é possível perceber que foi nos derradeiros momentos da fase de transição que os funcionários de língua materna portuguesa diminuíram mais significativamente e que, muitos dos que lá permanecem são naturais de Macau e não recrutados em Portugal. De referir, ainda, que as oscilações encontradas na última metade da primeira década da RAEM prendem-se mais com o aumento do total de efectivos da função pública de Macau e menos com a diminuição de indivíduos de língua materna portuguesa. É preciso sublinhar que um considerável conjunto de trabalhadores na APM naturais de e recrutados em Portugal não pertencem aos quadros de Macau, prestando serviços em regime de Comissão de Serviços, ao abrigo de licenças especiais, não sendo contabilizados como funcionários da Administração local; os números apresentados não incluem, igualmente, os contratos individuais de trabalho, de direito privado, tarefa e regime de prestação de serviço.

No que respeita aos conhecimentos linguísticos¹⁸⁰, concretamente das línguas oficiais, o que podemos verificar é que o domínio quer do mandarim quer do português tem vindo a aumentar entre o pessoal ao serviço da Administração Pública de Macau.

Considerando que o número de indivíduos de língua materna portuguesa, sejam naturais de Portugal, de Macau ou de qualquer outro país de expressão portuguesa, apresentou um decréscimo, é fácil perceber que o aumento do número dos que dominam a língua portuguesa se deu por via da aprendizagem formal desta língua.

Gráfico 7.15 – Conhecimentos linguísticos 2005/2010



DSAFP do Governo da RAEM (não foi possível obter dados para 2007)

¹⁸⁰ Neste caso, optámos por apresentar valores absolutos uma vez que o crescimento da máquina administrativa levou a um aumento do número de funcionários escondendo a apresentação de dados em termos de peso relativo informação importante, como é a do aumento do número dos que dominam a língua portuguesa.

A questão da localização de quadros, aparentemente de resolução fácil, passando pelo recrutamento local, deparou-se com alguns constrangimentos, nomeadamente, aquele que aqui nos interessa, o da insuficiência de conhecimentos linguísticos.

Vindo a APM a utilizar exclusivamente a língua portuguesa e sendo que o ensino curricular em língua veicular portuguesa não garantia a aprendizagem da língua chinesa da mesma forma que o ensino em língua veicular chinesa não proporcionava o conhecimento do português, é evidente a necessidade de promover a formação em ambas as línguas.

Caso contrário, como poderiam os trabalhadores locais, escolarizados em chinês, dar continuidade a uma administração de língua portuguesa se não conhecessem esta língua? E, por outro lado, como resolver a questão dos trabalhadores escolarizados em língua portuguesa e que embora conhecessem a língua chinesa na sua expressão falada não a dominavam na forma escrita?

Localizar quadros implica, portanto, formar profissionais bilingues.

Quanto à localização da língua, o que significava introduzir o chinês como língua de uso na APM, a situação não será muito diferente. Passar a usar a língua chinesa com estatuto equivalente e a mesma força legal do português implica também necessariamente a formação em ambas as línguas. Aqui com um problema acrescido – o da língua oficial da RPC ser o mandarim e não o cantonês, significando que na RAEM as línguas oficiais viriam a ser, e são, ambas línguas de uso minoritário na Região.

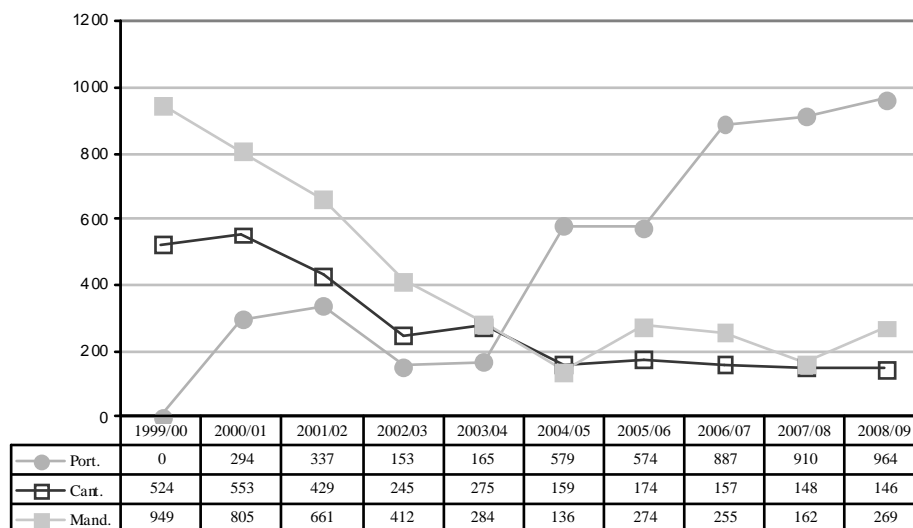
Poderia pensar-se que, chegando a 1999, a questão deixaria de se colocar, sendo eliminadas as preocupações com o domínio da língua portuguesa. Há que considerar, no entanto, a existência de todo um património documental, de natureza administrativa, jurídica, científica e técnica em língua portuguesa que exige o conhecimento desta língua para o poder utilizar, e, também, ou mesmo acima de tudo, o facto de a língua portuguesa manter o estatuto de língua oficial obriga a um funcionamento bilingue – ainda que não aos níveis do atendimento, porque efectivamente os utilizadores dos serviços são na sua esmagadora maioria falantes da língua chinesa, mas sem dúvida ao nível da produção de documentação.

Valerá a pena ver o que tem vindo a acontecer no que respeita à promoção de formação linguística pelos SAFP¹⁸¹ ao longo dos últimos anos, no que respeita às línguas chinesa e portuguesa, tentando perceber se os cursos de português e em língua portuguesa continuam a

¹⁸¹ São apresentados unicamente os dados referentes aos SAFP e não a totalidade de frequências em formação linguística nas várias línguas, nomeadamente em língua portuguesa. Todos os dados utilizados referentes ao período entre 1999 e 2009 são fornecidos pela Direcção de Serviços de Educação e Juventude do Governo da RAEM, e são publicados, anualmente, em *Educação e Formação em números*.

ter procura na RAEM ou se, pelo contrário, e como defendiam os mais cépticos, terão desaparecido por completo.

Gráfico 7.16 – Evolução da formação linguística segundo a língua de formação 1999/2008 (nº de frequências)



Fonte: DSAFP

Podemos verificar que após uma fase inicial em que se registou uma diminuição na formação linguística fomentada por estes serviços, nos encontramos novamente perante um cenário em que os números voltaram a subir, sendo bastante claro que é em língua portuguesa que se acentua a tendência de crescimento enquanto a formação em língua chinesa tem vindo a diminuir, situação que é bastante acentuada a partir do ano lectivo de 2004/2005 apresentando o português uma acentuada tendência de crescimento, representando nos últimos anos a mais elevada proporção no total de frequências em cursos de línguas dos SAFP.

Se considerarmos que, para além desta instituição que oferece o ensino não curricular de português língua estrangeira, existem outras instituições de ensino, básico, superior universitário e politécnico, a ministrar o ensino de português, onde se tem registado a mesma tendência de crescimento na procura desta língua, teremos, pelo menos, que equacionar a possibilidade de a mesma continuar a despertar algum interesse em Macau.

Este facto leva-nos a considerar que o uso da língua portuguesa na RAEM não está limitado à manutenção do funcionamento da máquina administrativa assegurando uma transição suave, pois passar para chinês o que vinha da administração anterior e assegurar a continuidade dos serviços, na nossa opinião, por si só, não é motivo suficiente para manter a língua portuguesa com estatuto de língua oficial e, muito menos, com capacidade de atracção crescente.

Não será despropositado considerar que o facto de o português ter estatuto de língua oficial em Macau traz necessidades acrescidas de formação, pois a manutenção desse estatuto oficial obriga a que toda a produção normativa e legislativa seja bilingue bem como a que se continue a assegurar o acesso aos vários serviços em qualquer uma das duas línguas.

Veja-se a este propósito o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 101/99/M, de 13 de Dezembro: (...) *o presente diploma consagra as línguas portuguesa e chinesa como línguas oficiais de Macau, bem como o princípio da sua igual dignidade, alicerçando a disciplina que, nos domínios legislativo, administrativo e judiciário, prevê e assegura a coexistência e o uso de ambas em condições de plena igualdade, e, ao mesmo tempo, garante expressamente a liberdade individual em matéria de expressão linguística.* E mais adiante, no Artigo 6º, 1. *Todos têm o direito de se dirigir numa das línguas oficiais, oralmente ou por escrito, a qualquer órgão de Administração, (...) e a receber resposta na língua oficial da sua opção.* Acrescenta-se ainda que *todos os impressos, formulários ou documentos análogos facultados pela administração devem ter redacção nas duas línguas oficiais* (Art.º 7º). Também o Código do Procedimento Administrativo, no seu artigo 6º garante a utilização de ambas as línguas pelos órgãos da Administração Pública, no exercício da sua actividade.

Embora seja uma ideia recorrente a de que nos serviços públicos de Macau não se fala o português, sendo nalguns casos os utentes de língua materna portuguesa a optar por se dirigirem aos funcionários recorrendo à língua inglesa, no nosso caso tivemos a possibilidade de testar alguns serviços e, sempre que o fizemos, fomos efectivamente atendidos em português.

Torna-se, portanto, necessário reflectir sobre o significado da decisão da RPC ter consagrado na Lei Básica da RAEM a língua portuguesa como língua oficial após 1999. A questão que subsiste é a de, por um lado, compreender qual o alcance desta decisão da RPC e que implicações traz quer na condução dos destinos da Região quer num eventual interesse pela língua portuguesa e nas consequências que tal poderá ter no ensino/aprendizagem desta língua; por outro lado, é preciso considerar, igualmente, a importância que tem para a língua portuguesa a manutenção de um sistema jurídico de matriz portuguesa, assim como o surgimento de outras dinâmicas locais que, de alguma forma, se repercutem, favoravelmente na procura desta língua – nomeadamente a constituição de Macau como plataforma de ligação aos países de língua portuguesa, como aliás referimos anteriormente.

O Direito, a tradução jurídica e a *localização* das leis

Para quem procedesse à análise da situação concreta de Macau em 1988, primeiro ano de vigência de Declaração Conjunta, era fácil concluir que à relevância conferida no tratado à questão da autonomia legislativa e judiciária do Território, correspondia uma situação em que a imensidão do caminho a percorrer para a criação de um sistema jurídico bilingue parecia fazer de tal objectivo a missão impossível do processo de transição.

Eduardo Cabrita, Macau, 1994¹⁸²

A terceira das três questões essenciais do processo de transição, se não mesmo a mais significativa, o domínio do Direito, ou melhor dizendo dos sistemas jurídico e judiciário, ainda hoje não é pacífica em Macau e talvez seja, mesmo, o campo onde o uso da língua portuguesa sendo uma necessidade se constitui igualmente como ponto sensível e instrumento de conflito.

À data das negociações para a transferência do exercício de soberania, a organização judiciária em Macau correspondia a uma extensão do sistema existente em Portugal sendo os órgãos judiciais locais sua parte integrante. As normas jurídicas vigentes em Macau, quanto à sua origem, dividiam-se, então, em duas categorias – legislação local emanada pela Assembleia Legislativa e pelo Governador e legislação produzida nos órgãos de soberania de Portugal e mandada aplicar a Macau, de que faziam parte os chamados grandes códigos, alguns dos quais encontrando-se desactualizados, com alterações feitas em Portugal e que não foram estendidas a Macau e, ainda, em certas matérias, desenquadrados da realidade local (Santos e Gomes, 1998:75-76; Ganhão, 2004: 1-8).

Havia, portanto, que delimitar o universo normativo que viria a vigorar em Macau e garantir a sua autonomia e capacidade de continuidade após 1999, acrescendo à gigantesca tarefa de *localizar* a produção legislativa, o facto de que todo o ordenamento jurídico teria de ter expressão em ambas as línguas oficiais.

Consagrando a Lei Básica que as leis previamente vigentes em Macau iriam continuar a vigorar após o estabelecimento da RAEM (Art.º 8º), parecia clara a vontade de dar continuidade a um sistema jurídico de matriz portuguesa, pese embora o facto de terem existido diferentes entendimentos quanto ao significado de “leis previamente vigentes em

¹⁸² Eduardo Cabrita, à data Coordenador do Gabinete de Tradução Jurídica, declarações em Comunicação apresentada no Seminário “Os Três Vectores da Localização”, que decorreu em Macau no ano de 1994, com publicação na Revista *Administração* (Cabrita, 1994).

Macau” uma vez que, pela parte chinesa surgia um entendimento mais restritivo segundo o qual a expressão

apenas abrange os diplomas legais emanados de órgãos de governo próprio do Território. Todos os diplomas legais aprovados por órgãos de soberania de Portugal, sejam eles primariamente aplicáveis a Portugal e posteriormente estendidos a Macau, ou destinados a ser aplicados nas colónias/Ultramar, ou destinados a vigorar unicamente em Macau, constituem sempre resquício de situação «colonial», pelo que não terão que ser respeitados pelas autoridades da República Popular da China nem pela futura Administração chinesa da Região Administrativa Especial de Macau,

enquanto para a parte portuguesa o princípio tinha como corolário lógico o da

manutenção em vigor automaticamente dos actos normativos previamente existentes à transferência de administração, sejam eles actos dimanados dos órgãos de governo do Território, sejam actos dos órgãos da soberania da República expressamente mandados aplicar a Macau nos termos do artigo 27.º do Estatuto Orgânico de Macau (Oliveira, 1993).

Neste enquadramento, foram, então, republicadas muitas das leis em vigor em Macau e (re)construído o fundamental do edifício jurídico que iria funcionar a partir de 1999, do qual fazem parte os grandes códigos como o Civil, o Comercial, o Penal, o do Procedimento Administrativo, o Regime do Notariado Privado, entre muitos outros diplomas, obedecendo à conceptualização do Direito português mas com adaptações à realidade de Macau¹⁸³.

Todos os actos administrativos produzidos apenas em língua portuguesa, a não existência de juristas bilingues, a impossibilidade de usar a língua chinesa nos tribunais, assim como a falta de tradutores, de um modo geral e, ainda mais, especializados em questões jurídicas, eram os contornos de uma realidade que, aquando do início do processo, faziam temer pelo sucesso de uma tarefa de tão grande envergadura como a de *localizar* o Direito de Macau, quer pela sua complexidade e especificidade quer pelas dificuldades que a sua concretização apresentava.

Em 1988 foi criado o Gabinete de Tradução Jurídica e foram desenvolvidas diligências no sentido de aumentar o número de alunos em áreas como a da tradução e a do direito; no ano seguinte foram estabelecidos acordos com a RPC que possibilitaram a contratação de técnicos chineses com qualificações em matérias jurídica e linguística e lançou-se o curso superior de tradução na Universidade de Macau. Também em 1989, foi criado o Gabinete para a

¹⁸³ A título de exemplo, o Código Civil introduziu adaptações no campo dos Direitos Reais, do Direito da Família e do Direito de Sucessões; o Regime do Notariado Privado é específico de Macau, permitindo aos advogados o exercício de funções notariais, na sua maioria de negócios; o Código Penal é menos vincado do que o português na vertente ressocializadora das penas (Ganhão, 2004).

Modernização Legislativa, cujo objectivo principal era o de efectuar um levantamento da legislação em vigor em Macau para que, a partir daí, fosse definida a legislação a continuar após 1999 e identificadas as necessidades de actualização e adaptação à nova realidade local posteriormente à transferência; foi também oficialmente assumida a necessidade de publicar em línguas chinesa e portuguesa todos os diplomas produzidos em Macau (Decreto-Lei n.º11/89/M) e, em 1991, atribuído estatuto de língua oficial à língua chinesa. Em 1993 na Universidade de Macau formavam-se os primeiros licenciados em direito e, no ano seguinte, era iniciada a prática da tradução simultânea nos tribunais (Cabrita, 1994: 667-669).

O processo de produção de leis bilingues não significava, apenas, a passagem à língua chinesa do acervo jurídico produzido e em produção em língua portuguesa, havia, igualmente, que desenvolver uma linguagem técnica em chinês no domínio do direito inscrita na matriz portuguesa, de tipo continental europeu, e que se distinguiu quer do sistema da RPC quer do sistema da *Common Law* de Hong Kong.

A tradução das leis visava a criação de um sistema jurídico que pudesse vir a operar em ambas as línguas oficiais, tendo ambas as versões valor jurídico autónomo e não apenas carácter informativo – como acontecia com a versão chinesa das raras leis que até então eram traduzidas – sendo, sem dúvida a versão chinesa que tem vindo a ganhar relevância até porque, para além dos responsáveis máximos da Administração serem actualmente chineses, é a que tem um maior impacto social dado a esmagadora maioria da população ser chinesa. À medida que os operadores judiciais de língua chinesa vão entrando no sistema será previsivelmente mais alargada a administração do direito em língua chinesa e a progressiva diminuição da sua execução em português.

Apesar do declínio da influência do português no domínio da administração do Direito, esta língua ainda mantém e continuará a manter uma presença determinante, não só enquanto língua materna dos profissionais portugueses que continuam a desenvolver a sua acção em Macau, nomeadamente, juízes, advogados e juristas, mas também como língua de trabalho e sobretudo de referência para aqueles que sendo de língua materna chinesa desenvolvem igualmente actividade nesta área.

Esta é uma convicção generalizada, tendo os nossos interlocutores a laborar neste domínio manifestado clara e inequivocamente que o recurso à língua portuguesa na interpretação de leis assim como a referência à doutrina ou jurisprudência elaboradas em português constituem-se e irão continuar a constituir-se como alicerces fundamentais da prática jurídica.

Por ocasião da abertura do último ano judiciário, e em jeito de balanço da primeira década da RAEM, o Presidente do Tribunal de Última instância referia, precisamente a propósito das línguas, que de uma situação em que a utilização da língua chinesa era praticamente omissa nos órgãos judiciais se passou a uma outra em que, nos tribunais das três instâncias, mais de 70% das sentenças são elaboradas em chinês ou em simultâneo em ambas as línguas, acrescentando que *partindo da estaca zero, num curto período de dez anos e com condições limitadas, não foi fácil conseguirmos transformar a língua chinesa numa língua funcional principal nos órgãos judiciais* (Fai, 2009:7-8).

As cerimónias de abertura do ano judicial, ano após ano, constituem-se como os momentos em que os responsáveis máximos do campo jurídico publicamente enfatizam a questão do uso da língua chinesa neste domínio, sendo sempre altura propícia para dirimir argumentos. Por um lado, temos as declarações do Presidente do Tribunal de Última Instância, do Procurador da RAEM e do Chefe do Executivo a enaltecer os avanços feitos nesta matéria e a apelar a uma aplicação cada vez mais generalizada do chinês na administração do Direito, por outro, o Presidente da Associação dos Advogados de Macau enquanto representante desta instituição mas de alguma forma dando voz à argumentação dos profissionais desta área de actividade, nomeadamente os advogados, muitos dos quais de língua materna portuguesa e sem domínio da língua chinesa, que diariamente se confrontam com a aplicação do direito e com os problemas colocados pela questão linguística.

Nas palavras de um reconhecido e experiente advogado local de língua portuguesa,

Nos tribunais tem sido progressiva e gradual uma utilização mais acentuada da língua chinesa em relação à língua portuguesa. A magistratura do Ministério Público, e estou portanto a falar para já na área do Direito Criminal, procurou impor aqui desde muito cedo a preponderância da língua, violentando o princípio da equiparação das línguas que tem base legal em Macau para todo o período da transição que vai até 2049, embora eu compreenda que haja justificações para que se pretenda impor crescentemente a língua chinesa (Mateus, angolano, advogado, Ent.39/2004).

Procurámos saber que razões estariam subjacentes a essa imposição, tendo o nosso informador explicado que de acordo com o seu conhecimento da realidade local

Macau é um território chinês, a esmagadora maioria da população é chinesa, fala e escreve chinês, os serviços, nomeadamente os tribunais, dirigem-se grandemente aos chineses, existem questões de orgulho da magistratura do Ministério Público e razões de patriotismo. Desde muito cedo, ainda antes mesmo da transição levaram a uma introdução e daí para a frente, gradualmente, a língua chinesa foi-se impondo nos tribunais, particularmente na área criminal. Porque é o Ministério Público que dirige os inquéritos e sempre revelou essa ideia patriótica e

esse orgulho da supremacia e superioridade da língua, como uma expressão de uma ideia de superioridade civilizacional da China em relação à antiga potência colonizadora (Mateus, angolano, advogado, Ent. 39/2004).

Esta ideia que relaciona o incentivo ao uso da língua chinesa a razões de patriotismo é transversal na grande maioria dos discursos dos que, sendo de língua materna portuguesa, praticam a actividade jurídica.

É mais por uma questão de patriotismo, os chineses são muito patriotas e o uso da língua chinesa seria também uma manifestação do efectivo exercício da soberania. Eu penso que é mais por isso (Jorge, cabo-verdiano, advogado, Ent. 24/2004).

Eu senti isso na área do Direito, uma tentativa de ... de... afastarem a língua portuguesa, uma tentativa de nos mostrarem que o importante era falar chinês, quem não aprendesse a falar chinês não estava cá a fazer nada. Até em despachos, os próprios despachos dos delegados do Ministério Público que respondiam a advogados que queriam a tradução de uma acusação... respondiam: vá aprender a falar chinês. Em diligências, quando toda a gente dominava o português, por exemplo, havia magistrados e delegados do Ministério Público que impunham que tinha que se falar chinês. Isto nos anos iniciais, 99... 2000. Actualmente mudou, actualmente está ao contrário, há muito mais interesse em que se fale português, há muito mais aplicação da língua portuguesa na justiça. (...) Eu acho que era mesmo uma tentativa de pura e simplesmente... havia aquele espírito... nessa altura sentiu-se um bocado o espírito do “colonizado”, eles eram os colonizados e portanto o colonizador tinha que se ir embora, tinha que se mudar. (...) Foi esse espírito que se sentiu, o espírito do colonizado que chegou agora e vai mandar e portanto quer impor uma coisa à força. Mas rapidamente eles próprios perceberam que não tinham grandes hipóteses, porque a população não queria isso e porque os que estavam no topo, nomeadamente o Chefe do Executivo mais algumas figuras, tinham uma ideia exactamente contrária (Moisés, angolano, advogado, Ent.60/2005).

Aparentemente esta questão da aplicação das línguas encontra-se em estádios diferentes conforme o domínio específico de aplicação do direito. Se é consensual a generalização do uso da língua chinesa na área criminal, que é a área mais significativa sendo cerca de 80% dos processos a correr nos tribunais de Macau de natureza criminal, e também na jurisdição administrativa e laboral, o mesmo não se passa na jurisdição cível.

Nos domínios administrativo e laboral, os nossos interlocutores consideram que já não se trata de uma questão de orgulho linguístico e manifestação de patriotismo mas que corresponde, antes, a um processo natural que parte de estruturas que funcionam em língua chinesa e, muito naturalmente, com o decorrer do tempo foi existindo um desenvolvimento da administração do direito em chinês nestas áreas. É em matéria civil que a protecção da língua

portuguesa é maior e, também aqui, os nossos interlocutores são unânimes ao afirmar que assim é porque tudo se processa de forma diferente.

A nível do Direito Penal praticamente é tudo em chinês, mas... bateu? Não bateu? Deu a chapada assim ou assado? Tirou a carteira, não tirou a carteira? Empurrou, não empurrou? Fez, não fez...? Não é? Quer dizer, estamos perante matéria muito factual. O tipo de discussão da causa não é... não tem a tecnicidade que poderá ter uma parte depois da qualificação, depois de apurar os factos. Se for em matéria civil já não é nada assim (Clara, portuguesa, advogada, Ent. 80/2007).

Diferentemente do processo-crime, que começa com uma denúncia, com uma participação, partem da língua chinesa, os processos cíveis começam com uma petição inicial elaborada num escritório de advogados. E os principais escritórios de advogados em Macau têm como advogados principais advogados portugueses, que usam a língua portuguesa. Então ainda há uma preponderância da língua portuguesa nos processos de natureza civil, porque depois é outro advogado que apresenta a contestação, é outro advogado que apresenta a réplica; o Meritíssimo Juiz tem tudo na língua de Camões e elabora o questionário, a especificação, o despacho saneador na língua portuguesa também e tudo vai caminhando na língua portuguesa. Já não tanto por altura da sentença, porque os juízes já começaram hoje a dar sentenças na língua de Sun Yat Sen, o que naturalmente cria dificuldades aos advogados que não dominam a língua chinesa e que são obrigados a ter equipas de tradução (Mateus, angolano, advogado, Ent. 39/2004).

A questão da tradução é tida em consideração por todos aqueles junto dos quais tivemos a possibilidade de discutir a questão do bilinguismo jurídico. Um outro aspecto, directamente relacionado com o uso das línguas e com a tradução no Direito, é apontado por outro dos nossos interlocutores que chama a atenção para a necessidade de encontrar conceitos jurídicos equivalentes, com a mesma força legal e capacidade interpretativa em ambas as línguas, o que nem sempre se revela um assunto de fácil resolução. Dá um exemplo:

Aqui há tempos estava a falar com uma colega advogada e tinha passado um dia inteiro, tinha que meter uma coisa no tribunal e tinha passado um dia inteiro com os tradutores porque num determinado documento não se sabia se uma determinada pessoa era administrador ou se era gerente, sendo que isso implicava, por exemplo, poderes diferentes, formas de obrigar diferentes da sociedade; o termo que era usado em chinês era um termo que podia ser traduzido de qualquer dessas formas. Portanto, é isto que faz com que a língua portuguesa seja ainda absolutamente necessária. É tudo muito bem no dia-a-dia, em questões simples, podem fazer um contrato em chinês na maior das calmas, agora se for fazer um contrato mais complicado já não faz em chinês. Os bancos, por exemplo, eu não sei quantos bancos... provavelmente se calhar o Banco da China, mesmo assim duvido que faça certos contratos em chinês... eles usam lá papéis

internos do banco, mas depois actos formais...uma hipoteca...quer dizer, contam-se pelos dedos da mão se calhar quem é que as faz em chinês (Clara, portuguesa, advogada, Ent.80/2007).

E continua, alertando para uma outra realidade mais recente mas, aparentemente, de uso crescente na prática jurídica local:

Agora é evidente, hoje as grandes coisas internacionais são feitas em inglês. É tudo em inglês. Porque mete bancos de vários sítios do mundo e tudo isso funciona em inglês. Isso é outro fenómeno que neste momento está a acontecer na advocacia, que é a advocacia a esse nível ter de alinhar pelos padrões internacionais e portanto o inglês será a língua dominante ao nível dos contratos. Mas depois, mesmo nesses contratos internacionais, quando se trata de garantias, garantias para serem registadas em Macau e eventualmente sujeitas à lei de Macau e sujeitas ao tribunal de Macau se houver um problema qualquer, essas coisas já são feitas em português. Nós nunca metemos uma acção, obviamente nunca meteremos porque não falamos chinês, não é, metemos em português, mas por exemplo temos colegas que falam chinês que se a acção é complicada preferem... metem em português também. E metem-na em português porque se eles dominam o português para terem maior garantia da... do... do rigor, da exactidão do que é que estão a dizer (Clara, portuguesa, advogada, Ent. 80/2007).

É uma evidência que o papel dos tradutores é fundamental na execução do Direito, tanto mais quanto ainda hoje é elevado o número de operadores de língua materna portuguesa, não obstante se assistir a uma mudança na composição étnica dos que exercem a sua actividade neste domínio. Contudo, pudemos constatar que exceptuando alguns casos pontuais não é usual encontrar a figura de tradutor-intérprete entre os recursos humanos da maioria dos escritórios de advogados.

Na prática diária dos escritórios a forma mais comum é o recurso à colaboração dos advogados estagiários de língua materna chinesa que, muitas vezes, acumulam com a sua situação de estágio a tarefa de assegurar a comunicação com clientes e, trabalhando em conjunto com os advogados portugueses, procedem à passagem para língua portuguesa de peças e despachos proferidos em chinês; regularmente, estes escritórios, contam entre o pessoal ao serviço com funcionários bilingues, normalmente administrativos, que desenvolvem tarefas de tradução. Outra forma de suprir as necessidades de tradução é através do recurso a serviços externos, normalmente empresas de tradução ou tradutores qualificados que fazem prestação de serviços nesta área.

Em sede de julgamento a questão não se coloca, pois a tradução-interpretação é assegurada pelos serviços dos tribunais e, desde que uma das partes não domine a língua chinesa, é feita tradução simultânea em todos os julgamentos.

Sendo esta uma matéria delicada pela natureza dos processos e também amplamente referida, nomeadamente pelos advogados portugueses, como um dos maiores problemas com que os mesmos se deparam na sua prática profissional diária, sendo a questão da generalização do uso da língua chinesa na administração do direito apontada como a razão que levará à impossibilidade do exercício da actividade a curto prazo, tentámos perceber porque razão não existe a figura de Tradutor-Intérprete nos serviços privados do direito (os escritórios de advogados). As razões apontadas pelos nossos interlocutores são basicamente a carência de profissionais especializados neste domínio e, entre os poucos existentes, a migração da actividade de tradutor para as da advocacia e magistratura.

Não há tradutores especializados na área do Direito, porque quem dominar especializadamente as duas línguas no Direito não quer ser Tradutor, quer ser mais do que isso. (...) Só os poderia haver se fosse uma profissão altamente remunerada. Porque quem atinja minimamente esses padrões e seja minimamente inteligente e capaz opta por ir aprender Direito e ser ele próprio um juiz, um delegado ou um advogado ou um jurista na Administração (Mateus, angolano, advogado, Ent. 39/2004).

Tivemos conhecimento de várias situações deste tipo; desde logo alguns dos actuais juízes em Macau obtiveram em primeiro lugar formação em tradução e só depois em direito; alguns advogados que tivemos a oportunidade de conhecer também migraram, igualmente, da profissão de Tradutor-Intérprete para a de advogado. Mais recentemente verifica-se que alguns licenciados em direito procuram formação complementar em tradução, não porque pretendam desenvolver uma actividade profissional neste campo do saber mas porque sentem a necessidade de aprofundar os seus conhecimentos linguísticos para o exercício de uma actividade no campo do direito.

Donde se depreende que a língua portuguesa continua a ser central na área jurídica e que a sua presença neste campo está para além da língua em que decorrem os actos e se redigem as sentenças.

De facto, as leis em Macau e os grandes códigos encontram-se traduzidos para língua chinesa, mas como nos referiu *Mateus* não há códigos comentados e anotados em chinês e sendo o Direito de Macau um Direito de matriz portuguesa, portanto de matriz continental europeia, toda a doutrina e jurisprudência em todas as áreas do Direito implica que quem queira estudar a fundo o Direito de Macau e profissionalizar-se na sua aplicação terá de o fazer em língua portuguesa, porque o que releva do Direito não é a mera prescrição da norma mas sim tudo o que está por trás da norma e a sua interpretação, o que implica o conhecimento da

língua portuguesa e demonstra a existência de algum artificialismo na sobrevalorização da língua chinesa.

A propósito da modernização do sistema legal de Macau e dos reajustamentos que com o evoluir da sociedade se vêm verificando – como de resto acontece em Portugal e noutros países – Sam Hou Fai, Presidente do Tribunal de Última Instância referia que, em Macau, as leis não têm sido sujeitas a ajustamento; no seu entender, o facto de a Lei Básica estipular que as leis vigentes em Macau se manteriam inalteradas após o estabelecimento da RAEM não pressupõe uma manutenção das mesmas sem qualquer alteração mas sim, mantendo sempre os pressupostos e princípios essenciais do Direito e do sistema anteriormente vigentes, procedendo a adequações de acordo com alterações estruturais verificadas na Região face ao desenvolvimento que na mesma se tem registado.

Nestes primeiros 10 anos de RAEM, o nosso sistema jurídico principal não tem sido reajustado de acordo com a realidade do desenvolvimento social da Região, não tem acompanhado os passos do seu desenvolvimento, designadamente no âmbito do regime penal, tanto a lei substantiva como a lei adjectiva, continuam a ser os códigos que foram elaborados e entraram em vigor há mais de dez anos, situação essa que é raramente vista no mundo. Amigos do sector jurídico de Portugal contaram-me que nos últimos dez anos, o processo de modernização legal dos países de tradição jurídica continental europeia tem sido muito rápido, tendo adoptado mais diversos novos meios processuais e soluções de litígios rumo à simplificação de processo e à procura de solução extrajudicial dos conflitos. Porém, não se verificaram mudanças relevantes nestes aspectos em Macau. Assim sendo, tenho receio que daqui a mais alguns anos, quem desejar fazer estudos e pesquisas sobre a história do Direito de Portugal terá de se deslocar a esta Região¹⁸⁴ (Fai, 2009:14-15).

No que respeita aos grandes códigos em vigor em Macau, e sem alterações após a transição, é unanimemente aceite que a sua tradução e adaptação foi tardia o que impossibilitou que fossem testados durante um período antes da passagem para a Administração Chinesa, até porque previsivelmente até 2049 não se irão proceder a alterações significativas.

Aqui, em geral, o grande problema são os códigos que a Administração Portuguesa nos deixou cá. Eles lembraram-se que não ficava bem irem-se embora deixando em vigor, por exemplo, o Código Penal de 1929... Acharam que deviam deixar uns códigos novos. Pobres idiotas! Pariram à pressa um Código Penal que entrou aqui em vigor em 1996 e um Código de Processo Penal que entrou aqui em vigor em 1997... decalcados rigorosamente dos novos códigos, entretanto, introduzidos em Portugal que são códigos, sobretudo o de Processo Penal, que traduziram um

¹⁸⁴ Sublinhados nossos.

retrocesso de muitos anos nos direitos dos arguidos. E se em Portugal, sobretudo a partir do momento em que políticos se viram envolvidos com a justiça – o caso da pedofilia – já se identificaram essas anomalias no Código do Processo Penal lá (...) e em consequência dessas identificações vai surgir um novo Código do Processo Penal a curtíssimo prazo, aqui não haverá mudanças nos próximos 50 anos. (...) Não há forças na Terra que levem aqui à reintrodução de outros códigos ou às alterações do muito que está mal nos códigos que aqui foram implementados (Mateus, angolano, advogado, Ent. 39/2004).

Outro aspecto enfatizado é o da formação ou o da sua ausência até muito tarde. Já anteriormente vimos, a propósito da localização de quadros na Administração Pública, que aliado ao factor linguístico se encontra o da educação formal. Também no domínio jurídico se coloca a mesma questão.

Com o aproximar da transferência do exercício da soberania e já após a assinatura da Declaração Conjunta, impunha-se a necessidade de desenvolver a formação dos operadores judiciários. Já se referiu a abertura do Curso de Direito, cujo objectivo era o de formar juristas bilingues e que fez sair em 1993 o primeiro grupo de licenciados em Direito, intensificaram-se as acções de formação para funcionários de justiça e criou-se o Centro de Formação de Magistrados, cujo início de funcionamento se deu em 1995 tendo em 1997 surgido os primeiros formados, portanto apenas a cerca de dois anos da mudança de administração.

Não se nega o esforço desenvolvido em matéria de formação, como de resto em todos os outros aspectos da *localização* do sistema, contudo o facto de só ter sido desenvolvida numa fase tardia do processo de transição acaba por introduzir no sistema pessoas que, não obstante as suas qualificações académicas, carecem da prática que só se adquire na experiência do dia-a-dia. A falta de experiência e de conhecimentos na mesma cimentados tem sido duramente criticada quer no que respeita aos que exercem magistratura quer relativamente aos quadros dirigentes de um modo geral.

De alguma forma relacionado com a ausência de profissionais locais aptos a desenvolverem uma actividade neste domínio encontra-se também o facto de o sistema judiciário ter permanecido até muito tarde dependente de Portugal. A partir do ano de 1993 foram efectuadas alterações profundas no sistema judiciário, com a aprovação da Lei de Bases da Organização Judiciária de Macau, passando Macau a dispor *pela primeira vez na sua história, de uma organização judiciária própria dotada de autonomia e adaptada à realidade local* (Decreto-Lei nº 17/92/M, de 2 de Março), tendo sido criado o Tribunal Superior de Justiça que funcionaria como um tribunal de última instância, embora permanecendo, no

entanto, a possibilidade de recorrer para os tribunais de última instância em Portugal. Na verdade, o actual TUI só é posto em funcionamento já pela RAEM.

Assim, a tardia autonomização em relação a Portugal, a ausência de formação de profissionais no domínio do Direito até data muito próxima da Transferência e a consequente demora na localização dos funcionários da justiça do mais alto ao mais baixo nível são aspectos que, aliados à deficiente implementação do bilinguismo, concorrem para a actual situação do sistema em Macau e servem nuns casos para lançar críticas ao seu funcionamento, noutros para justificar situações menos conseguidas como os atrasos que se têm vindo a verificar na aplicação da justiça. Aparentemente, uma das principais razões apontadas para os atrasos dos tribunais é precisamente a questão da(s) língua(s). Facto que tem levado o Presidente da Associação dos Advogados de Macau a manifestar-se variadíssimas vezes publicamente sobre o assunto. O seu discurso por ocasião da Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário 2009/2010 foi particularmente ácido quanto a esta matéria, mas reflecte as opiniões que temos vindo a recolher localmente sobre o assunto.

Com espírito de tolerância, temos ouvido, ao longo dos anos, atribuir todas as deficiências de sistema – e não só na área da justiça – ao bilinguismo, à insuficiência de meios, à falta de legislação adequada e à inexperiência dos agentes. Ao fim de 10 anos de RAEM e mais de 16 da promulgação da Lei Básica, ainda há quem não tenha compreendido que o bilinguismo faz parte da identidade da Região. Atribuir malefícios ao bilinguismo é desviar as atenções para os aspectos secundários das questões. Há bilinguismo no Canadá, na Bélgica e, bem mais perto de nós, em Hong Kong. E em muitos outros lugares. Não me consta que sejam países ou regiões atrasados nem que se proponham tomar medidas para acabar com o bilinguismo. (...) Não resisto a constatar que, apesar da cada vez maior utilização da língua chinesa em todos os sectores e em todos os níveis da Administração Pública e da Justiça, não conheço nenhum órgão ou instituição em Macau cuja eficiência e produtividade tenham melhorado por causa da língua. Mas conheço alguns em que a produtividade e a eficiência pioraram. (...) A esmagadora maioria dos processos de incidência criminal é processada pelas autoridades policiais, desde o início, em língua chinesa, prosseguindo a sua tramitação também em chinês quando são entregues ao MP. É uma evidência que o MP não dispõe de magistrados em número suficiente para lidar com um volume tão grande de processos (em qualquer língua) (Valente, 2009:6-7).

A relação que é estabelecida entre a deficiente capacidade de execução do Direito e a necessidade de usar ou recorrer à língua portuguesa é amplamente contestada por grande parte daqueles que se encontram directamente envolvidos no sistema – e não nos referimos apenas

aos falantes maternos do português. Vejamos algumas passagens das nossas conversas com advogados chineses:

Recentemente tem aparecido muitos chineses a fazer a vida na advocacia, a entrar na nossa classe. Mas eu acho que para ser um bom advogado em Macau é impossível não saber português, eu sempre aconselho as pessoas para estudarem, porque isso faz muita falta. Quem sabe português tem muitas mais facilidades e tem muitas mais vantagens. (...) Muitas vezes temos que consultar livros portugueses, o nosso Direito é de matriz portuguesa, não é? E isso faz muita falta e depois também, por exemplo, há muita jurisprudência em Portugal que nós também podemos consultar aqui facilmente na net, e que também faz muita falta. Por isso quem não sabe português talvez possa ser advogado mas nunca poderá ser um bom advogado, na minha opinião (Tam, chinesa, advogada, Ent.79/2007).

Tenho de estudar os livros portugueses e na minha aprendizagem eu descobri que a tradução não é tão perfeita, por causa dos tradutores, alguns tradutores traduziram muito bem, alguns não. Alguns tradutores que não é da área jurídica portanto não percebeu a ideia das palavras jurídicas, traduziam directamente as palavras. Eu tenho sorte, porque eu percebo ambas as línguas, portanto eu percebo a diferença entre a tradução e o original (Wong, chinês, advogado, Ent.25/2004).

Depois da transferência houve alguma pressão para a utilização e prevalência da língua chinesa sobre a portuguesa. Esta tentativa foi-se alastrando e demorou algum tempo, até que o Governo Central chinês afirmou que pretende que Macau seja... tenha um estatuto de plataforma de intermédio da China e das comunidades lusófonas e o português em vez de ser cada vez mais menosprezado pela comunidade chinesa ganhou algum peso. (...) Na área do Direito ainda há um bom futuro [para a língua portuguesa] pelo menos dentro de duas, três décadas. Quando a doutrina conseguir formar-se em chinês, então nesse momento o português vai ser menos utilizado, o que do que vejo só daqui a 20 ou 30 anos. (...) [nessa altura] Recorrer à fonte é para resolução de um caso concreto, mas nos casos do dia-a-dia já não é preciso ir à fonte, já tem a doutrina formada, já tem peritos para a aplicação da lei (Meng, chinês, advogado, Ent.30/2004).

Será que a ênfase colocada pelas entidades oficiais na generalização do uso da língua chinesa traduz uma postura distinta? Ou seja, defenderão os responsáveis máximos da RAEM que o Direito local se pode desenvolver sem recurso à língua portuguesa bastando aos seus operadores o domínio do chinês?

Na realidade, não. Ou pelo menos não a curto prazo. O que vemos é a defesa do incremento da aplicação da língua chinesa na prática jurídica quotidiana. Para além de continuarem a ser contratados juristas e magistrados em Portugal sem domínio da língua

chinesa, possibilidade que a Lei Básica estipula, continuam a ser desenvolvidos esforços de formação, não só localmente, como em Portugal¹⁸⁵.

Sam Hou Fai (2009:16) referia a propósito da falta de magistrados que *mais de cem alunos que se encontram a estudar a língua portuguesa e Direito em Portugal começarão a regressar a Macau no próximo ano* e conjuntamente com os licenciados em Direito formados pelas universidades locais prevê-se que *se houver uma cooperação oportuna e eficiente na formação judiciária, a questão da carência de magistrados poderá ser resolvida fundamentalmente dentro dos próximos 5 anos*.

Mas esta questão não é pacífica. E parece ser por altura da abertura do Ano Judiciário que a colocação pública do problema é feita de forma mais directa e vincada, alimentando, durante dias, discussões sobre o assunto com os vários lados a afirmarem as suas posições – para uns não passa de uma telenovela que se repete anualmente, para outros corresponde a uma antevisão do que a curto prazo será a vida profissional dos falantes maternos da língua portuguesa que, face às circunstâncias, terão poucas possibilidades de manutenção em Macau, para outros, ainda, é a expectativa de mais possibilidades de entrada no mercado de trabalho para os locais.

Curiosamente, entre os advogados de língua materna portuguesa, não só, como já se referiu, o recurso à contratação de tradutores-intérpretes para os seus escritórios parece não se encontrar entre as suas estratégias de sobrevivência num mercado de trabalho em que a língua chinesa será cada vez mais uma realidade como, menos ainda, equacionam a possibilidade de aprenderem esta língua. No primeiro caso as explicações dadas coincidem com o que se verificou no terreno, não é fácil encontrar tradutores pois estes são ainda insuficientes para suprir as necessidades da Administração e não haverá recursos humanos qualificados disponíveis para entrarem no segmento privado do mercado; no segundo caso, e não obstante muitos destes advogados se encontrarem instalados em Macau há longos anos, a justificação é

¹⁸⁵ No relatório anual da Fundação Macau, consta informação relativa à atribuição de bolsas para alunos a desenvolverem programas de estudo em língua portuguesa e em Direito em Portugal, designados no mapa de bolsas atribuídas como “alunos enviados a Portugal”, sendo acrescentada a seguinte explicação: *Os “alunos enviados a Portugal” mencionado no mapa pertencem a um projecto de cooperação entre a Fundação Macau e a Associação Promotora da Instrução Pós-Secundária de Macau, a fim de formar quadros jurídicos bilingues. Conforme a deliberação do Conselho de Curadores, na reunião n.º 2004/01, de 7 de Abril, e a deliberação do Conselho de Administração, na reunião n.º 27/04, de 19 de Julho, a Fundação e a Associação Promotora da Instrução Pós-Secundária de Macau assinaram no dia 8 de Setembro de 2004 o Protocolo de Cooperação de “Projecto do Ensino em Portugal” destinado aos estudantes secundários, que foi aprovado pela Tutela. Segundo o Protocolo, serão enviados 10 finalistas do ensino secundário para Portugal a frequentar o Curso de Direito, depois da formação adequada da língua portuguesa em Portugal. A selecção, organização, formação, bem como os trabalhos de inscrição serão da responsabilidade da Associação Promotora da Instrução Pós-Secundária de Macau, enquanto a Fundação fornecerá um subsídio anual no valor de MOP50,000 para cada aluno. Actualmente [referente ao ano de 2008] foram enviado um total de 50 alunos.* Informação disponível em http://www.fmac.org.mo/Port/mf2008_annualreport_p.htm. Acesso em 14 de Setembro de 2009.

sempre a mesma: aprender uma língua como a chinesa não é compatível com permanências de curta duração, um dia regressarão a Portugal, procurarão outras paragens para continuar as suas vidas ou tentarão outras actividades profissionais, até porque a língua chinesa é de muito difícil e demorada aprendizagem.

Este é um aspecto que os seus pares de língua materna chinesa por várias vezes criticam afirmando que não conseguem perceber porque razão os portugueses não manifestam vontade em estudar a língua local.

Na realidade, do que pudemos constatar, até aqui a questão não se tem colocado de facto. E não nos referimos apenas à classe profissional de advogados ou juristas. De um modo geral, os portugueses em Macau não estudam chinês, não aprendem chinês, não falam chinês porque não têm necessidade de o fazer. É evidente que encontramos portugueses a estudar mandarim e, outros, que falam um cantonês suficiente para o uso quotidiano; estas questões nunca são absolutas e existem sempre franjas, em todas as áreas, que se distinguem das grandes tendências que se podem encontrar.

As críticas, por vezes veementes, que se colocam aos portugueses e que muitas vezes são colocadas de uma perspectiva linguística, na realidade são a face menos oculta de outro tipo de questões e estas são particularmente visíveis no campo do Direito.

Não há ainda muito tempo, em Setembro de 2009, o Deputado à Assembleia Legislativa Lee Chong Cheng¹⁸⁶ escrevia num artigo de opinião no Jornal de Língua Chinesa Ou Mun, posteriormente dado a conhecer pelo jornal português Hoje Macau, que

O domínio da língua portuguesa no sector jurídico está a obstruir as reformas nos sistemas judicial e legal. A presença da língua de Camões nas leis só serve para enganar a população e proteger os interesses de uma comunidade. Todas as legislações da RAEM devem ser traduzidas para chinês e o monopólio luso ao nível profissional deve ser derrubado, para dar espaço aos residentes locais no sistema judicial. (...) O deputado sublinha que o actual sistema legal de Macau é o resultado de uma negociação política entre os interesses de dois países – Portugal aparentemente ganhou a segurança de preservar os interesses dos seus profissionais da área e a China quis assegurar que Macau voltaria a estar sob a sua soberania. (...) Para quem defende a singularidade das leis locais em comparação com outros sistemas legais continentais, Lee Chong Cheng também tem uma palavra a dizer. “Ou as pessoas ignoram as leis continentais ou exageram acerca do elemento da diferença para proteger os interesses dos profissionais do sector legal com uma educação portuguesa. Alguns desses profissionais têm influência na definição institucional dos sistemas legais do território

¹⁸⁶ Lee Chong Cheng é dirigente da AGOM – Associação Geral dos Operários de Macau; na anterior legislatura foi deputado eleito pela via indirecta, tendo concorrido e sido eleito nas últimas legislativas de 20 de Setembro de 2009 pela via directa.

e deliberadamente controlam a entrada de novos quadros que resultam na carência de recursos humanos no sector local. É esta a questão chave para os numerosos problemas do nosso sistema legal”, remata (Hoje Macau, 04 de Setembro de 2009).

Na realidade o artigo referido antecedeu uma Interpelação Escrita à Assembleia Legislativa¹⁸⁷ em que o Deputado, embora de forma mais suavizada mas com o mesmo sentido, questionava a Administração quanto ao predomínio da língua portuguesa na área do Direito e a preponderância e permanência dos profissionais de língua materna portuguesa no exercício das actividades ligadas a este domínio – juristas e advogados – considerando existir discriminação na classe, favorável aos profissionais de língua portuguesa e impeditiva no acesso aos locais.

Quer o artigo de opinião quer a Interpelação do deputado causaram uma enorme indignação entre os profissionais da área e entre o segmento populacional lusófono residente em Macau. Na resposta governamental, dada pelo Director dos Serviços de Assuntos de Justiça, Cheong Wen Chong, é refutada qualquer prática discriminatória e é recordado que

a Lei Básica da RAEM assegura que os residentes de Macau gozam do direito de igualdade e de liberdade na escolha da profissão e que o Governo de Macau adoptou, desde sempre, o método da imparcialidade no âmbito do ingresso na profissão jurídica quanto ao pessoal jurídico graduado tanto em Macau como no exterior. Atendendo a que os alunos não graduados em Macau podem não ter conhecimentos profundos sobre o sistema jurídico de Macau, e para que estes não encontrem impedimentos no desenvolvimento dos seus conhecimentos jurídicos, o Governo da RAEM criou condições no sentido de os apoiar a exercer, com sucesso, a sua carreira jurídica (...) assegurando-lhes a possibilidade de gozar de oportunidades iguais às dos graduados em Macau (...). Presentemente, uma parte do pessoal que desempenha funções jurídicas nos serviços da Administração Pública é graduada em Macau e outra no Interior da China, Taiwan e Portugal (...) desde que preencham os requisitos gerais para o desempenho de funções públicas e tenham concluído o curso complementar sobre o Direito de Macau, já têm a oportunidade de entrar nos serviços públicos para exercer funções na área jurídica (Resposta da DSAJ, à IE nº 785, de 18 de Setembro de 2009)¹⁸⁸.

Esta Direcção de Serviços informa ainda que no que respeita à produção jurídica é de sua competência emitir pareceres e proceder à verificação das versões chinesa e portuguesa, sendo que, actualmente e contrariamente ao que acontecia antes da transferência do exercício

¹⁸⁷ Interpelação nº785, de 18/09/2009, disponível em <http://www.al.gov.mo/interpelacao/2009/list2009.htm>.

¹⁸⁸ Disponível em <http://www.al.gov.mo/interpelacao/2009/list2009.htm>.

da soberania, a maior parte do pessoal jurídico a desempenhar as suas funções nos diversos serviços são bilingues qualificados de língua materna chinesa pelo que uma grande parte dos projectos de diplomas jurídicos são redigidos em língua chinesa ou simultaneamente em ambas as línguas tendo a DSAJ a responsabilidade de proceder à sua apreciação e verificação no que respeita aos níveis jurídico e de tradução dos termos para as duas línguas oficiais. Relativamente à tarefa de uniformização terminológica, afirma-se que nas situações em que

é, efectivamente, difícil uniformizar uma determinada forma de expressão nestas duas línguas, opta-se pela alteração da redacção portuguesa, como pressuposto da garantia da não alteração da intenção legislativa do diploma, a fim de adequar a redacção portuguesa à forma de expressão habitualmente utilizada em língua chinesa (idem).

Não nos podemos esquecer que as declarações e a Interpelação de Lee Chong Cheng coincidiram com a aproximação de um período de campanha eleitoral e que, neste contexto, nomeadamente a informação veiculada através de um jornal de ampla tiragem como é o Ou Mun atingiria um vasto público ao qual, indiscutivelmente, este tipo de posição agradaria uma vez que é inegável a existência de sectores locais que defendem, ora de forma mais afirmativa ora de forma mais velada, a saída permanente dos *colonizadores* ou daqueles que simbolicamente os representam.

Por outro lado, numa perspectiva mais pragmática, assiste-se a uma luta de posicionamentos dentro da classe profissional em que cada uma das partes se empenha na defesa do seu campo de possibilidades.

Não é a primeira vez que declarações destas são proferidas e que são tomadas posições públicas e institucionais a este respeito.

Já em 2007, numa das nossas passagens por Macau, tivemos a possibilidade de assistir no terreno a outro confronto idêntico. Também usando da figura Interpelação Escrita¹⁸⁹ ao Governo através da Assembleia Legislativa, dois deputados levantavam igualmente a questão linguística como impedimento no acesso à profissão de advogado. Alegando que se aquando do *retorno de Macau à Pátria*, expressão comumente usada para se referirem à transferência de administração, havia escassez de pessoal com formação em Direito, dado que durante muito tempo não existiu em Macau qualquer curso superior nesta área, os advogados em exercício eram maioritariamente portugueses, não se compreende que, à data, decorridos cerca de sete anos da transição formal, tal se continuasse a verificar.

¹⁸⁹ Interpelação n.º 376, de 18/07/2007, disponível em <http://www.al.gov.mo/interpelacao/2007/list2007.htm>.

Dos cerca de 140 advogados actualmente existentes em Macau, apenas 20 conseguem ler e escrever fluentemente chinês. De acordo com os dados publicados no website da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, exercem em simultâneo, as profissões de advogado e notário 47 pessoas, das quais apenas uma meia dúzia consegue ler e escrever fluentemente chinês. A língua chinesa é a língua materna da maioria dos residentes de Macau, mas os advogados que a dominam representam apenas 15%, por isso, sempre que os residentes contratam advogados como seus mandatários judiciais dão início a uma “conversa entre galinhas e patos” (Interpelação nº 376, de 18/07/2007).

Chan Meng Kam e Ung Choi Kun¹⁹⁰, os autores da Interpelação, levantam igualmente o problema dos advogados estagiários e a demora no acesso à inscrição como advogado, dando a entender que como o exercício da profissão depende da Associação de Advogados de Macau e da frequência e aproveitamento num curso específico organizado por esta instituição para o efeito, são colocados entraves e arrastados indefinidamente os processos de estágio dos candidatos a advogado chineses, contrariamente ao que acontece com os advogados provenientes de Portugal que se podem inscrever como advogados com dispensa de estágio e provas, situação que, afirmam, afecta gravemente as oportunidades dos quadros jurídicos de Macau e questionam:

Antes da Transferência de Poderes vigorava em Macau o sistema jurídico de Portugal, sendo então compreensível, ao longo de muito tempo, a singularidade dos advogados de Portugal e doutros países de língua portuguesa. Razões históricas. Mas após a Transferência, porque é que o tratamento não é igual para todos? Quando é que se acaba com esse benefício dado aos advogados de Portugal e de outros países de língua portuguesa? Eles são mais do que os outros? Quando é que se pode estabelecer um exame periódico, justo, imparcial e transparente para avaliar a qualificação para o exercício da profissão de advogado? Como se pode consubstanciar, de forma concreta, o espírito da localização das leis e dos juristas? Como é que o Governo vai aumentar a proporção dos advogados de língua materna chinesa em Macau? (idem).

De acordo com a resposta dada pela Secretária para a Administração e Justiça¹⁹¹, o facto de os advogados portugueses e de outros países lusófonos poderem requerer a inscrição como advogados para o exercício da profissão assenta no princípio da reciprocidade, nos termos dos protocolos assinados com entidades congéneres, podendo os advogados locais

¹⁹⁰ Chan Meng Kam e Ung Choi Kun são deputados eleitos pela via directa, ligados ao sector fujianense. Chan Meng Kam é membro do Conselho Executivo.

¹⁹¹ Disponível em <http://www.al.gov.mo/interpelacao/2007/list2007.htm>.

igualmente exercer advocacia naqueles países, facto que está estabelecido no Regulamento do Acesso à Advocacia¹⁹². Sendo o exercício do Direito uma actividade que, ao contrário de outras áreas de conhecimento, não possui uma linguagem comum mas que varia de acordo com os sistemas jurídicos vigentes em cada país ou território, o exercício de uma profissão neste domínio encontra-se limitada ao profundo conhecimento do ordenamento jurídico de cada local, não constituindo Macau, nesta matéria, uma excepção, pelo que existem formas complementares de formação, como o Curso de Introdução ao Direito, acessível a todos os que tenham obtido formação de acordo com outros sistemas jurídicos e que procurem adquirir e aprofundar os seus conhecimentos sobre o ordenamento de Macau tendo em vista o exercício de funções na Região.

Acresce que à Associação dos Advogados de Macau compete definir os requisitos de admissão para os que pretendam ingressar na advocacia, o que tem sido feito em colaboração com o Governo da RAEM nomeadamente com a disponibilização de cursos complementares em regime especial, no Centro de Formação Jurídica e Judiciária, possibilitando a aquisição dos conhecimentos necessários aos que não detinham os requisitos exigidos pela AAM para habilitação a estágio.

O que está em causa, nestas intervenções, não é, claramente, uma questão linguística.

Discutimos o assunto com uma advogada chinesa e as suas observações são bastante elucidativas:

Há pessoas que utilizam a língua como pretexto. E isso significa o quê? A língua é a língua portuguesa que significa os portugueses... há pessoas que acham que a presença dos portugueses é que incomoda e atrasa os processos. Eu acho que é uma mentira. E ainda que fosse um bocado de verdade eu acho que é uma realidade que temos que aceitar porque a língua portuguesa é uma língua oficial e eu acho que isto não só acontece em Macau como em todo o lado. Por exemplo, qualquer dia podemos ter de utilizar o mandarim e por causa do uso da língua, do mandarim, nós temos de atrasar um bocado os processos... eu acho que nessa altura talvez todos iriam aceitar... e só por ser português as pessoas não aceitam, não é? (...) Mas eu acho que há uma outra realidade... mas não sei se... talvez eu como chinesa não lhe iria dizer isto... mas é a minha opinião pessoal... é porque agora ainda há muitos advogados portugueses, por exemplo, eu posso dizer que em termos de comunidade... porque juízes só temos poucos, temos alguns não é... Mas em termos de uma grande comunidade de portugueses agora só podemos encontrar na advocacia. E os advogados chineses com certeza, os chineses, não é, querem substituir essas pessoas, porque nós sabemos que a advocacia é uma vida privada e é uma profissão que... pronto, consegue ganhar... ganhar mais algum dinheiro... e muitas pessoas querem ou pensam, pronto, ah, saindo os portugueses só ficam os chineses, então a concorrência

¹⁹² Regulamento do Acesso à Advocacia, nº1, Artº. 6º. Disponível em <http://bo.io.gov.mo/bo/ii/99/50/regul01.asp>.

é menor, não é... E por isso eu acho que há pessoas que pensam desta maneira. Porque eu conheço advogados chineses que chegaram a comentar e dizer: ah, deviam já é proibir a entrada de advogados portugueses porque estão a concorrer connosco (Tam, chinesa, advogada, Ent.79/2007).

Para a nossa interlocutora, no entanto, o que impera são as leis do mercado. Sendo o exercício da profissão da esfera do privado é a oferta e a procura que comanda, e na relação entre a oferta e a procura está o factor qualidade. A dado momento da nossa conversa, *Tam* questionava sobre o facto de um chinês precisando de advogado, à partida poderia esperar-se que preferisse falar com um advogado chinês, então porque é que escolhe um português? Devolvemos-lhe a questão ao que ela respondeu:

Porque é que havendo a barreira da língua, as pessoas ainda têm de recorrer a um advogado português? Porquê? Porque têm mais confiança, sabe, não é? É mais competente. E eu acho que isso é verdade. É verdade.

E acho que quem tem de pensar e reflectir somos nós, chineses. E se qualquer dia nós conseguirmos, se tivermos competência para substituí-los isso iria acontecer de certeza, os chineses iriam ser escolhidos naturalmente pelo mercado. E por isso não é dizer, ah, mandar os portugueses embora e ficamos nós a tomar conta! Na verdade há pouca gente que possa ter capacidade de assumir tudo isso e ainda hoje... eu acho que ainda mesmo dentro de dez anos isto não vai acontecer. Porque agora há mais advogados chineses, só que são novos, eu também sou nova, não é. Temos ainda a aprender muito mais. Por isso eu acho, isso vai ocorrer naturalmente no tempo... se qualquer dia a pessoa preferir vir ter comigo e não com um português é porque eu sou melhor do que um português e não só por eu ser chinesa (Tam, chinesa, advogada, Ent.79/2007).

Para a nossa interlocutora a questão não se coloca em termos étnicos, até porque segundo afirmou entre os chineses também há discriminação.

[ainda na Administração portuguesa alguns responsáveis¹⁹³] andava sempre a aconselhar as pessoas para estudarem Direito, enquanto com os chineses eu só oiço dizer, as pessoas depois de se formarem em Direito, ah, é melhor fechar o curso, então nunca mais há pessoas a estudar Direito temos menos concorrência. São pensamentos diferentes... Não havendo o curso de Direito há poucas pessoas formadas em Direito, então eu sou mais qualificado, o meu valor é muito mais... (Tam, chinesa, advogada, Ent. 79/2007).

Se aqui nos encontramos no domínio dos campos profissionais, e acreditamos que este tipo de atitudes não se circunscreva ao campo do Direito, é possível encontrar narrativas

¹⁹³ A nossa interlocutora identificou o local a que se referia bem como os nomes dos responsáveis com os quais havia trabalhado; essa informação foi omitida para que não seja possível conhecer a identidade da entrevistada.

distintivas entre chineses reveladoras de situações de preconceito facilmente detectáveis no registo quotidiano.

Por exemplo, o chinês de Macau às vezes encontram turistas da China... malcriado ou sujo... eles comentam, é... é... vem da China continental, é daqueles que vêm cá com salvo conduto... também há esse tipo de discriminação. Há esse tipo de comentários. E mesmo entre os chineses de Macau, por exemplo, ah! Este é da zona Norte, mora na Areia Preta... porque é tudo chineses que vêm mais recentes, são pessoas mais pobres... com pouca cultura e depois também têm hábitos diferentes. (...) Por isso nós dizemos, Ah, eu nunca iria viver no bairro da Areia Preta. Porque posso ter um vizinho muito sujo e outro vizinho muito barulhento a jogar Mah-jong. São culturas... mesmo entre os chineses há discriminação, por isso eu acho que se houver discriminação dos portugueses também não... os portugueses também não... não têm de ficar... (Tam, chinesa, advogada, Ent. 79/2007).

8. Imagens de marca de Macau ou... isto não se vê na China

CAZARÁM ANTIGO

*Macau di janela véerde,
vенеziána di tabique;
Macau di chám sobradado,
co enténa chuchú parede
pa co-cói sobrado;
Saguám pa lavá ropa,
Teraço di chám di ladrilho,
lugar pa sugá rópa.*

*Macau di casarám antigonostre
Cubrido co télia vermelo,
parede caiado,
varandá empolado...*

Únde têm vós?

MACAU MODERNADO

*Nôs agora têm unga túne
Na basso di Mato-Guia;
Caretá ramendá bicho-núne,
Vai-vem na túne tudo dia.*

*Quim intrá na Pôrto Novo,
Unga istánte têm na Flora;
Di unga buracam, sai rua nôvo,
Tudo ta contente agora.*

*Perto-perto di Sâm Francisco,
Têm unga rua riva de ôtro rua;
Gente di pôvo olá, fica piscio,
Pensá ta vivo na Lua.*

Adé dos Santos Ferreira¹⁹⁴

O grupo musical “A Outra Banda” na sua interpretação destes poemas de Adé entrecorta-os dizendo: *Macau assim antiga de quintal, poço e pomares vai vivendo cada vez mais só na memória dos que nela assim cresceram e assim a amaram. Mas Macau já não é assim. Macau hoje, do Jetfoil, das pontes e à espera dos aviões, tem outra vida: é terra de progresso misturado com tristeza aqui e muita confusão por ali...*

Com a transferência da Administração de Portugal para a República Popular da China e ao longo dos cerca de 12 anos em que a mesma foi sendo preparada foram muitos os discursos produzidos em que se perspectivava o *apagamento da memória* de mais de quatro séculos de História e a conseqüente perda de identidade da cidade. Para essa *identidade em risco* concorriam vários aspectos: as profundas alterações espaciais que vinham ocorrendo principalmente desde a segunda metade do Século XX e com particular incidência no designado *período de transição*, as não menos profundas alterações demográficas, tendo a cidade visto aumentar consideravelmente o seu número de residentes e, ainda, ou mesmo principalmente, o novo estatuto político de Macau, com uma administração chinesa, cuja atitude para com o passado, as “coisas” e as “gentes” portuguesas, se adivinhava radicalmente oposta à situação vivida até 1999.

¹⁹⁴ José Silveira Machado (Dir), *Adé, José dos Santos Ferreira, Macau di Tempo Antigo*, Obras Completas, Vol. III, Fundação Macau, Macau, 1996. Em anexo IX encontra-se a versão portuguesa dos poemas apresentados em Patuá.

De facto, quando se chega a Macau, à saída do agora moderno Terminal Marítimo do Porto Exterior, já não é a Macau dos *Cazarám antigo* com que nos deparamos; essa Macau, ofuscada pelas luzes dos *néones* dos inúmeros e recentes casinos, esconde-se por detrás dos prédios em altura, das pontes esguias que ligam à Taipa, do Túnel da Guia que num instante nos leva até ao Jardim da Flora e, dali, ao centro da cidade. O que podemos ver, por todo o lado, são sinais de progresso, de desenvolvimento, de novas infra-estruturas: *Macau modernado...*

A fisionomia da cidade mudou muito ao longo das últimas décadas. Macau cresceu, em superfície, com os aterros, e em população, com acentuados movimentos migratórios, e é preciso deixarmo-nos perder no emaranhado de ruas, becos e ruelas para percebermos que, como nos diz outro poeta, Eugénio de Andrade, *Macau tem um perfil enganador. Mas é breve o engano*¹⁹⁵. Mal nos detenhemos numa primeira conversa cedo se adivinha que há outra Macau para descobrir ao dobrar de uma qualquer esquina.

Quer seja nos discursos dos que vivem em Macau, quer seja aos olhos do visitante que por lá se vai embrenhando, “a cidade”, na sua configuração particular e nas suas gentes, impõe-se de uma forma muito forte. Tão forte é a sua presença que é impossível iludir esta questão ainda que num trabalho sobre língua e cultura portuguesas. Ou melhor, principalmente por isso.

Quando pela primeira vez fomos a Macau uma das nossas grandes preocupações, não escondemos, era a de como nos conseguiríamos movimentar “na cidade”. Uma cidade onde, diziam-nos, “*não íamos encontrar nada*”, “*o português em Macau não existe*” e “*até o nome das ruas eles [os chineses] mudaram*”.

À chegada, no entanto, fomos surpreendidos por um conjunto de aspectos cuja presença nos causou alguma perplexidade. Não pelo facto de, quase a cada passo, irem surgindo aos nossos olhos e, dia após dia, atravessando o nosso quotidiano, mas pela forma recorrente e continuada como nos tinham referido que não existiam.

As transformações ocorridas e a forma como atravessam a generalidade dos discursos produzidos em torno da cidade, dentro e fora dela, constituem-se em elementos de representações simbólicas, positivas e negativas, que circulam a propósito de Macau e que podem encontrar-se nos mais variados registos: jornalístico, literário, científico, político e quotidiano. Uma observação atenta e continuada deste espaço urbano permite perceber nas suas características indícios de uma sobreposição ou, para usar uma palavra-chave dos

¹⁹⁵ Eugénio de Andrade (2002), *Pequeno Caderno do Oriente*, Edição IPOR, ICA e ICRAEM, R.A.E. Macau.

múltiplos registos e discursos que a propósito de Macau fomos consultando e ouvindo nos últimos anos, *coexistência* de um conjunto de dimensões estruturadoras do espaço social local.

É claro que não se negam as vantagens de todas as infra-estruturas construídas e o evidente impacto positivo no quotidiano dos que diariamente têm de se deslocar na cidade e nela trabalham e residem, contudo, não é este lado mais moderno da cidade que nos chega na grande maioria das narrativas que se vão construindo e reconstruindo sobre a cidade, sobressaindo, antes, um registo que oscila entre a crítica à descaracterização que a modernização da cidade apresenta e uma certa nostalgia dos *cazarám* de antigamente, memórias de outros tempos em que se faziam piqueniques na Taipa e em que para se lá chegar e de lá se regressar era preciso esperar que a maré estivesse de feição para permitir a travessia; é também da memória dos mais velhos que nos surgem os relatos das pescarias e dos banhos na Praia Grande, hoje desaparecida e que os aterros transformaram em lagos, ou ainda, as lembranças da travessa das onze horas, assim conhecida por ser à saída da Missa das onze na Sé que os transeuntes percorriam as também desaparecidas lojas dos mouros na Rua Central, numa altura em que *todos* se conheciam. Essa sensação de familiaridade e de interconhecimento vem hoje dar lugar a uma sensação de estranheza, pelo enorme impacto no quotidiano da cidade causado pelo número crescente de novos residentes e visitantes.

Se, por um lado, podemos encontrar entre os residentes um certo orgulho na quantidade de visitantes que a cidade vem recebendo, por outro, são inúmeras as manifestações de desagrado quanto à sua presença – *a invasão dos chineses* –, quanto à sua forma *desapropriada* de circular pela cidade, a conotação negativa de que não vão para visitar Macau mas apenas para jogar, não obstante se poderem encontrar em número não negligenciável, principalmente ao fim-de-semana e feriados, nas imediações do Largo do Senado e na zona das Ruínas de S. Paulo, onde não há casinos nem casas de jogo, e sendo-lhes atribuída, ainda, grande parte da responsabilidade no aspecto menos limpo da cidade e, mesmo, em algumas situações de insegurança e furtos¹⁹⁶.

Como já se referiu, o jogo desde há muito é parte significativa da vida de Macau, mas como é sobejamente conhecido é na sequência da liberalização do sector que a explosão da construção de empreendimentos vem simbolizar a entrada de Macau numa nova fase; desde então, a cidade tem vindo a consolidar-se como capital mundial do jogo, tendo, em relativamente pouco tempo, vindo a ganhar uma indiscutível visibilidade, tantas vezes referida como a *Las Vegas* asiática.

¹⁹⁶ Salvaguarda-se que são aspectos que “partilham” com os residentes mais recentes vindos da China Continental.

Mas parece não ser esta imagem de cidade de jogo que os seus residentes mais gostam de enfatizar e não obstante o peso do sector na vida económica local não será o que mais importa realçar para a construção da imagem que Macau pretende transmitir de si própria.

Duas ideias chave são transversais nos discursos construídos, sejam estes oficiais ou de registo mais informal; quando somos recorrentemente confrontados com as expressões “*Macau é outra coisa*” e “*isto não se vê na China*”, são muitos e diversificados os sentidos que “*isto*” pode assumir, mas só ocasionalmente referência a casinos e a jogo.

Na verdade, estes argumentos – de que “*isto não se vê na China*” e de que “*Macau é outra coisa*” – sendo absolutamente recorrentes sintetizam e simbolizam um conjunto de características da cidade que a tornam “distinta” e que alimentam um conjunto de representações sobre Macau, umas positivas, outras negativas, umas verbalizadas e ilustradas por um conjunto de marcas físicas que se podem encontrar um pouco por toda a parte, outras por omissão, embora facilmente constatáveis no terreno, raramente incluídas nos discursos e nos percursos.

Um dos aspectos mais visíveis e actualmente com maior projecção, é, sem dúvida, a arquitectura da cidade, um dos testemunhos mais referidos a propósito da interpenetração de culturas, sendo os diferentes estilos do Ocidente e do Oriente nos templos e igrejas, casas e lojas, ruas, becos e ruelas, jardins e cemitérios frequentemente chamados à discussão e amplamente utilizados para melhor vender a imagem de Macau como destino turístico, tendo a questão do património vindo a assumir uma importância crescente com a inscrição de *O Centro Histórico de Macau* na lista do Património Mundial da UNESCO em 2005.

O Centro Histórico de Macau constitui uma representação ainda existente do povoado histórico que marcou os primórdios da cidade, envolvendo legados arquitectónicos entrelaçados no tecido urbano original da mesma, que inclui ruas e praças, tais como o Largo da Barra, o Largo do Lilau, o Largo de Santo Agostinho, o Largo do Senado, o Largo da Sé, o Largo de S. Domingos, o Largo da Companhia de Jesus e o Largo de Camões. Estas praças principais estabelecem a ligação entre uma sucessão de mais de vinte monumentos, que incluem o Templo de A-Má, o Quartel dos Mouros, a Casa do Mandarim, a Igreja de S. Lourenço, a Igreja e Seminário de S. José, o Teatro D. Pedro V, a Biblioteca Sir Robert Ho Tung, a Igreja de Santo Agostinho, o Edifício do Leal Senado, o Templo de Sam Kai Vui Kun, a Santa Casa da Misericórdia, a Igreja da Sé, a Casa de Lou Kau, a Igreja de S. Domingos, as Ruínas de S. Paulo, o Templo de Na Tcha, a Secção das Antigas Muralhas de Defesa, a Fortaleza do Monte, a Igreja de Santo António, a Casa Garden, o Cemitério Protestante e a

Fortaleza da Guia (incluindo a Capela e o Farol), sendo conhecidos no seu conjunto como “O Centro Histórico de Macau” (Macau Património Mundial, s.d., p. 19-20).

Descrito como um contexto urbano que reflecte o processo de desenvolvimento da antiga cidade portuguesa ao longo da história, cujas zonas mais antigas é ainda possível observar, o conjunto classificado representa a simbiose e intercâmbio de culturas que moldaram a *identidade única* da cidade, constituindo um testemunho da *coexistência pacífica* do Ocidente e do Oriente (idem, p. 5).

Na verdade, as referências constantes à coexistência pacífica e harmoniosa das gentes em Macau parecem simbolizar o lado humano que espelha esse encontro, mesmo que com alguns desencontros, entre o Ocidente e o Oriente, a mais significativa *imagem de marca*, de que é possível ver na cidade um conjunto de testemunhos, correspondendo a algo (ou ao “isto”) que não existe na China. As representações quanto à identidade colectiva assentes em referentes étnicos não se circunscrevem a discursos autodelimitadores, endocentrados de sentimentos de pertença ou exclusão, ultrapassando largamente a escala do grupo e sendo publicamente colocados como característica de Macau, Região onde as suas populações que *não falam a mesma língua*, mas *entendem-se muito bem* vivem em *coexistência pacífica e harmoniosa*¹⁹⁷.

Sobre os testemunhos da interpenetração de culturas muita tinta se fez correr nos últimos anos, principalmente ao longo do período de transição, sendo que para uns a sua morte estava anunciada enquanto para outros deles dependia a existência e manutenção da RAEM, com um estatuto, sistema e política diferentes de qualquer outra cidade chinesa, portanto a justificação do seu *segundo sistema*, (ainda que a invocação deste *segundo sistema* tenha relação directa com o sistema económico – fundamentalmente – e político, depois jurídico, sendo o domínio das vivências culturais e da sua diversidade linguística, uma reivindicação, um apelo extramuros do agrado de portugueses e «luso-sino-macaenses») assunto que tem sido repetidamente referido por investigadores, políticos e agentes culturais da Região, bem como amplamente difundido pelos *media* e, igualmente importante, invadido o registo quotidiano.

¹⁹⁷ Expressões em itálico correspondem a ideias-chave, identificadas quer em registos de entrevista gravada, quer em respostas dadas por estudantes de língua portuguesa em inquérito por questionário aplicado. Não são, de facto, conhecidos conflitos graves entre os vários segmentos da população, o que não significa, nem que não existam, agora e no passado, situações de práticas discriminatórias, nem que não existam conflitos de interesses, porventura com maior expressão intra-étnica do que inter-étnica.

É importante para Macau desenvolver uma imagem multifacetada, incorporando nas suas valências outros aspectos que ultrapassem a sua reputação de cidade de jogo potenciando a sua singularidade patrimonial e cultural.

De salientar que, se por um lado, se assiste a uma apropriação do património colocado como mais-valia mobilizada pelos poderes públicos nas suas políticas de desenvolvimento turístico, por outro, e por parte dos mesmos agentes, tem vindo, também, a ser desenvolvido um esforço no sentido de fomentar a relação dos residentes com esse mesmo património, sendo realizadas inúmeras actividades, nomeadamente junto da população escolar, promovendo o valor histórico da cidade e fomentando o *gosto* pelo *espaço* junto das camadas mais jovens. Entre estas actividades destacamos apenas algumas, na maioria realizadas ao longo do ano 2004 (o Ano de Conservação do Património Cultural), como o *Concurso de Design de Itinerários do Património Cultural de Macau* realizado com o objectivo de *sensibilizar a população para a necessidade de proteger o património cultural colectivo de Macau [e] incitar os residentes de Macau de diferentes nacionalidades e origens a traçarem percursos que promovam a herança cultural de Macau (...) resultante da fusão das culturas oriental e ocidental*; ou o *Concurso Interescolar de Concepção de Painéis Alusivos ao Património Cultural de Macau*, a cuja final tivemos a possibilidade de assistir. Surge como uma espécie de *lema* do Instituto Cultural local (entidade organizadora das actividades), para além de sensibilizar a população para a importância do património, divulgar *activamente o espírito de “Preservação da Identidade de Macau”* como facilmente se pode constatar apenas com uma vista à página electrónica desta instituição¹⁹⁸.

Tendo sido, também, criado o clube *Amigo do Património* surge como particularmente interessante o programa de formação *Jovens Embaixadores do Património* que possibilitou, entre os estudantes das várias escolas secundárias e instituições universitárias, um aprofundamento de conhecimentos sobre o património cultural de Macau e sobre a História da cidade e, do qual, resultou a constituição de uma associação com a mesma designação. Não será demais salientar que dada a forma como o sistema de ensino de Macau foi conduzido ao longo dos tempos, proliferando diferentes modelos de diferentes referências (de Hong Kong, da China, de Taiwan e de Portugal), na sua maioria do sector privado, com pouca coerência curricular entre si, os programas escolares pouca relevância davam à História de Macau, e

¹⁹⁸ Em <http://www.macauheritage.net/wh/NewsDP.asp?nid=5612>, de onde foram retiradas as citações assinaladas a itálico (último acesso a 12 de Janeiro de 2011).

enquanto uns terão aprendido a História de Portugal outros terão tido a oportunidade de melhor conhecer a da China¹⁹⁹.

O receio de que todo o valor histórico e patrimonial de Macau se iria rapidamente perder parece, agora, infundado, podendo, para além destas acções de maior alcance, assistir-se a situações curiosas como as performances encenadas junto a alguns monumentos históricos, sendo possível assistir à Dança do Leão nas escadarias das Ruínas de S. Paulo ou à actuação do Rancho Folclórico em frente ao templo de Á-Ma, ou ainda o embelezamento recente de ruas e passeios com recurso à calçada portuguesa – cobre agora uma muito maior extensão do que acontecia antes da Transferência da Administração.

Outro aspecto sobre o qual não podemos deixar de fornecer alguns apontamentos é o da suposta alteração dos nomes das ruas. Podendo parecer um pequeno exemplo, não deixa de ser significativo a propósito das representações que se vão construindo e pelo que simboliza no que respeita à inversão nas relações de poder.

É fácil verificar que não corresponde à verdade a tão generalizada ideia de que haviam sido mudados os nomes das ruas, tendo-lhes sido retirada a designação em língua portuguesa. Pode constatar-se que foram introduzidas algumas alterações nas placas toponímicas, passando-se da antiga configuração, que se pode ver no lado esquerdo da imagem a seguir apresentada [Fig. 8.1], para a do lado direito.

Embora no Largo do Senado e no Largo de S. Domingos se mantenham as placas com a configuração mais antiga, estas alterações estão generalizadas a praticamente toda a cidade, contudo na altura em que nos alertavam para o seu desaparecimento era possível encontrar ambos os formatos, convivendo, muitas vezes, em situações como ilustra a imagem.

Sobre esta matéria ouvimos as mais diversas reacções, umas de alguma irritabilidade pela manifesta falta de respeito para com o *passado* e a *memória* de Macau e simbolizando a desvalorização da língua portuguesa e o conseqüente desprestígio dos portugueses, entendendo-se nesta atitude a sua passagem para segundo plano e uma afirmação do chinês,

¹⁹⁹ Este assunto tem sido alvo da atenção da Administração de Macau, nomeadamente no que respeita à elaboração de livros escolares sobre a História de Macau. Foi igualmente assunto levantado por deputados da Assembleia Legislativa, com uma interpelação escrita precisamente sobre a disponibilização de materiais escolares adequados em que se alegava que “*relativamente à área da educação, a Administração se esqueceu do mais elementar, que é o facto de não haver, até à data, qualquer manual sobre a história de Macau para utilização nas escolas primárias e secundárias. Para melhor divulgar o Património Mundial e Macau é importante que também os residentes conheçam a história de Macau. Contudo, as camadas mais jovens quase ou nada conhecem, nem têm interesse em conhecer a história de Macau, uma vez que os manuais escolares utilizados nas escolas primárias e secundárias são na sua maioria de Hong Kong e da China Continental. Assim, ficam sem saber a quem pertencia a Casa do Mandarim e que os monumentos que integram o Centro Histórico de Macau são as construções ocidentais mais antigas da China.*” (Chan Meng Kam e Ung Choi Kun, Interpelação Escrita, 25/10/2006; disponível em <http://www.al.gov.mo/interpelacao/2006/06-548p.pdf>).

logo dos chineses; outras, contrariamente, consideram que nada mais justo e equilibrado poderia ser feito – equitativamente dividido o espaço e solucionado um problema, algo discriminatório, que era o facto de em designações mais extensas ser quase ilegível a designação em língua chinesa.

Fig. 8.1 – Placas toponímicas



Ambas as reacções são reveladoras das diferentes formas de viver e encarar a nova realidade político-administrativa de Macau, sendo que, quer uma interpretação, quer outra, se encontra presente nos discursos de portugueses, macaenses e chineses²⁰⁰.

Outros exemplos semelhantes podem ser dados em relação a outros aspectos, como o da esfera armilar no centro do Largo do Senado que de vez em quando desaparece para dar lugar a outros elementos temáticos (motivos de Natal na quadra natalícia ou réplicas de elementos que compõem exposições patentes ao público num qualquer espaço cultural da cidade são exemplos) provocando, quando tal acontece, algumas reacções de receio de que *desta vez é que foi de vez* ou *já nos tiraram a esfera armilar* (estas particularmente entre portugueses e muitas vezes expressas em vocabulário pouco próprio para aqui reproduzir).

Estes episódios parecem deixar claro que não são apenas os grandes monumentos as marcas físicas simbólicas, testemunhos da identidade de Macau e diferentemente apropriados como referentes identitários pelos vários segmentos da população.

Como não são apenas, também, as marcas físicas, visíveis e visitáveis, a constituírem-se como referentes exclusivos. Para além destes, podemos dar conta de um conjunto de outros

²⁰⁰ Apesar de ser um aspecto sobre o qual tínhamos curiosidade, uma vez que mal chegámos a Macau constatámos imediatamente que as placas de rua com a identificação em português não tinham desaparecido (embora tenhamos demorado algum tempo a descobrir que existiam duas configurações diferentes), o assunto não chegou a ser por nós introduzido nas conversas, tendo surgido de forma espontânea.

aspectos, parte da vida quotidiana, e que são narrados como representação da singularidade de Macau.

A utilização das línguas é um desses aspectos: para além das muitas vezes hilariantes placas publicitárias ou até mesmo contendo informação oficial que se podem encontrar um pouco por toda a cidade, dar conta que na mesa do lado no café as conversas decorrem utilizando vocábulos chineses, portugueses e ingleses é algo que pode acontecer diariamente; também a realização de cerimónias de casamento combinando a tradição oriental e ocidental são recorrentes em Macau, para já não falar no facto de o Monge Budista Chefe aparecer ao lado do Bispo e, juntos, realizarem cerimónias públicas abençoando acontecimentos locais importantes e de se poder acompanhar a Procissão de Nossa Senhora de Fátima num dia e se celebrar o Buda no seguinte²⁰¹.

Isto, de facto, não se vê na China.

Contrariamente ao que se esperava, Macau parece conviver bem com o seu passado histórico, usando-o como estratégia deliberada que enfatiza a memória e a sua construção no presente como referente de uma imagem distintiva da cidade – narrativas políticas – ao mesmo tempo ou em sobreposição com um conjunto de indivíduos colectivamente filiados a um espaço físico mas também simbólico, de que fazem parte e com o qual se identificam – narrativas de pertença e de identificação.

As formas de identidade cultural *em Macau* e *de Macau*, parecendo apoiar-se nos mesmos referentes, embora por diferentes protagonistas, invadindo o mais diversificado tipo de discursos e de registos que parecem mutuamente contaminados, revelam-se altamente difíceis de decifrar, sugerindo um cuidado e uma atenção redobrada na sua análise, considerando *modos de manifestação* de identidades mas, também, as *concepções* que sobre ela são produzidas, sendo que, falar de identidade (cultural, ou outras; em Macau ou não) corresponde mais a levantar problemas do que a encontrar soluções (Costa, 2002:16).

²⁰¹ Foi o que aconteceu no ano de 2005, embora nem sempre as cerimónias ocorram em dias sequenciais; a Festividade do Dia do Buda é celebrada no oitavo dia da quarta lua e em 2010 teve lugar a 21 de Maio.

Imagens da vida religiosa

Ao percorrer, ora num olhar apressado ou numa contemplação mais demorada, apenas parte dos dezassete cemitérios de Macau, o visitante é, desde logo confrontado/convidado a descobrir por si e a desmontar a individualidade múltipla e a unicidade pluricultural desses locais, como se em cada pedra tumular, onde várias línguas tentam exprimir a mesma dor, onde em cada estátua romântica, em cada pilha de pivetes, ou em cada flor ou oferendas de fruta e arroz cozido, estivesse depositado, para sempre, o exemplo da indulgência muito característica de Macau.

Tam Vai Man
Presidente do Conselho de Administração do IACM²⁰²

Quando pela primeira vez fomos a Macau, em 2002, numa das nossas incursões pela cidade, num dos vários percursos que realizávamos sempre que possível com residentes locais, o nosso acompanhante, um jovem professor de português, natural de Pequim e que se havia radicado em Macau havia cerca de uma década, fugindo ao tradicional itinerário centrado nos grandes monumentos históricos, levou-nos a conhecer os cemitérios – primeiro o Protestante, logo depois de termos passado pelo Jardim Camões e depois, mais adiante, o *Católico*, paredes meias com o Bairro de S. Lázaro onde, anteriormente havíamos também estado e onde o nosso companheiro nos apontava o amarelo dos edifícios antigos e enfatizava: *isto não se vê na China, estes prédios, estas cores... isto não se vê na China!*

Pelo caminho íamos parando e conversando. Entrecortando aspectos da sua história de vida – na China, em Macau, em Portugal – com pequenos episódios da realidade local e sempre com o cuidado, muito cuidado, em nos mostrar o quão diferente Macau era da China. Recordamo-nos que quando entrámos no Cemitério Protestante a nossa conversa foi interrompida pelos sons de um violino, acordes lindíssimos, cujo ponto de origem não fomos capazes de identificar mas que era seguramente num dos apartamentos junto ao cemitério.

A música... Ouviu? É violino, é a música de violino mais conhecida... é um par de namorados, a música invoca o amor deles... é um pouco triste, porque eles tiveram um fim trágico... Quase todos os chineses conhecem essa história...

E conta-nos a história de Liang e Zhu, vista como a equivalente chinesa à de Romeu e Julieta.

²⁰² Mesquita (2008), *Memórias de um Campo Santo*, Macau, IACM.

Zhu, uma jovem rapariga e única filha mulher de uma família rica, consegue convencer a família a deixá-la estudar, apesar de segundo a tradição só os filhos homens o poderem fazer; assim, vestida de rapaz vai para a escola onde conhece e faz amizade com Liang, um colega por quem se apaixona e que, mais tarde vindo a saber que afinal ela é uma rapariga, também ele revela o seu amor por Zhu. Devido à oposição da família de Zhu que, também de acordo com a tradição, arranja um casamento conveniente para a sua filha, os jovens não conseguem casar e acabam ambos por morrer de tristeza transformando-se em duas borboletas que voam juntas... Duas borboletas que voam, como essa música...²⁰³

Pouco depois avançámos no nosso percurso e chegámos ao Cemitério de S. Miguel Arcanjo, tido como católico. Do Cemitério Protestante ficou-nos na memória o estilo britânico, as lápides cinzentas que pontuavam o verde do campo e a melodia do violino que parecia ter sido combinada para marcar a nossa entrada, como que a recordar-nos que nos encontrávamos na China apesar de isso não ser visível na imagem que tínhamos à nossa frente.

Do Cemitério de S. Miguel, ficou-nos a certeza de que estávamos de facto numa dimensão que fugia a todas as nossas referências. Sem dúvida recebemos ali, naquele momento, a nossa primeira grande lição sobre Macau.

Não havia música nem trágicas histórias de amor contadas pelo nosso companheiro de percurso, mas olhando ao redor tivemos a certeza que testemunhávamos muitas outras histórias de amor e de vida(s), feitas de encontros de culturas distintas e que seguramente encerravam também muitos desencontros.

As fisionomias nas fotografias das sepulturas, os olhos rasgados de uns e os arredondados de outros, as inscrições em línguas portuguesa e chinesa, o formato e os arranjos das sepulturas, combinando lado a lado a reprodução da fachada de um templo chinês com a mais tradicional lápide ocidental, ou os dois leões ornamentais a par da imagem de Nossa Senhora de Fátima são aspectos que não saem facilmente da memória.

Os cemitérios podem ser fonte de informação importante e, sem dúvida, os de Macau dizem-nos muito sobre a realidade local. Sendo a coexistência pacífica de vários credos e cultos uma das componentes da diferença que faz Macau diferente, a observação de cemitérios e das práticas que neles decorrem em momentos específicos, como aqueles em que se presta homenagem aos entes queridos que partiram, fornecem contributos extraordinariamente interessantes sobre esta matéria.

Tivemos a possibilidade de testemunhar alguns destes rituais em que se celebra o culto dos antepassados. O Dia de Finados passámo-lo duas vezes em Macau e em ambas as ocasiões

²⁰³ Dias depois deste episódio acabaria por deixar no IPOR o CD “Butterfly Lovers” que foi propositadamente comprar à China para nos oferecer.

aproveitámos para visitar o Cemitério de S. Miguel Arcanjo e observar como era vivido este dia num cemitério que, diziam-nos, é o *único católico* em Macau ou *é o cemitério dos portugueses*.

A observação realizada permitiu perceber que as práticas, em muito, se assemelham ao que se passa neste dia em qualquer cemitério português: campas limpas e arranjadas, flores novas um pouco por toda a parte; famílias que cumprem este ritual com a serenidade que o passar do tempo dá, outras, em sofrimento evidente e incontrolado, denunciando perdas recentes. Não estando cheio, esteve bastante movimentado ao longo do dia; cruzámo-nos também com a Secretária para a Administração e Justiça que colocava flores em várias sepulturas em diferentes pontos do cemitério, sugerindo que se tratava de uma iniciativa oficial – segundo nos disseram mais tarde é habitual depositar flores nas campas de antigos funcionários – e, mais tarde, um grupo de pessoas encabeçada por um senhor macaense percorria várias campas rezando em português.

No murmurar de fundo que se ouvia predominavam, no entanto, os tons da língua chinesa; quer entre os grupos de famílias que junto às sepulturas dos seus familiares rezavam em chinês quer nos cumprimentos quando se cruzavam com conhecidos – aqui, de quando em vez, ouviam-se algumas palavras de circunstância ditas em português mas, depois, entre si, as famílias geralmente continuavam a falar chinês.

Aparentemente, à excepção do domínio da língua local, tudo se assemelhava aos rituais que se cumprem em Portugal.

A dada altura, perto do local onde nos encontrávamos aproximou-se uma senhora chinesa que se dirigiu a uma sepultura. Do saco que trazia na mão tirou não um ramo de flores mas bananas, bolos e um pequeno pacote de sumo no qual colocou uma palhinha deixando-o pronto a beber; depois de tudo dispor sobre a campa, puxou de meia dúzia de cigarros, acendeu-os um a um e colocou-os acesos, em fila quase milimetricamente calculada, ao lado uns dos outros. Acendeu uns pivetes de incenso, *bateu-cabeça* e retirou-se.

Continuámos a circular. Nos recipientes próprios colocados pelo IACM por todo o cemitério alguns papéis ainda ardiam, noutros havia vestígios de terem acabado de ser utilizados. Embora fossem as flores a predominar por todo o espaço, umas em jarras, outras em forma de coroa depositadas sobre as campas, outras, ainda, plantadas junto às sepulturas sendo nalguns casos bambu, aqui e ali, podíamos encontrar também as pequenas tigelas habituais nos *iam-tcha* cheias de comida, sobretudo arroz, com os *fai-shi* colocados em posição de que estavam a ser usados.

Não podemos estar mais de acordo com Mesquita (2008:73) quando afirma que

Um dos aspectos que torna tão atraente uma visita mais demorada ao cemitério de S. Miguel é que ele constitui, para além de uma visão do romantismo ocidental em pleno sudeste asiático – bem expressa na intensidade arquitectónica rebuscada, com um sem número de símbolos da morte cristã – um excelente exercício de partilha cultural.

Neste cemitério, o primeiro católico e que assim permanece até 1912 ano em que é declarada a sua secularização (Mesquita: 2008:58), convivem símbolos e práticas colocando lado a lado em *coexistência pacífica*, como tantas vezes nos foi referido e a propósito de um sem número de aspectos, duas tradições culturais.

Se o Dia de Finados corresponde à tradição cristã, também na cultura oriental se encontram datas dedicadas à celebração de rituais em homenagem aos antepassados: o Cheng Meng, ou Festividade da Pura Claridade, e o Chong Jeong, ou Aproveitamento do Princípio Masculino. A primeira data celebra-se no dia 4 ou 5 da terceira lua, o que geralmente coincide com os dias 4 ou 5 de Abril de cada ano e a segunda no dia 9 da nona lua, caindo no mês de Outubro.

Em 2005, estávamos em Macau por ocasião do Cheng Meng e quisemos ver o que se passava no Cemitério de S. Miguel neste dia, embora alguns dos nossos conhecidos nos tivessem dito que não se passava nada. Se queríamos ir ver o que era o Cheng Meng, aconselhavam-nos, deveríamos deslocar-nos a outros cemitérios, nomeadamente ao D. Bosco (na verdade Nossa Senhora da Piedade) e aos da Taipa e Coloane, porque esses é que eram cemitérios chineses e nesses é que se assinalava a data²⁰⁴.

Apesar das advertências, insistimos. Precisamente porque existe a representação associada ao S. Miguel de que de um cemitério católico se trata é que quisemos observá-lo neste dia.

Rumámos então ao *cemitério católico*, o mesmo por onde tínhamos andado no dia de Finados. O Cheng Meng, festa familiar do calendário chinês, é um dia em que toda a família se desloca para junto das campas dos seus antepassados, limpando-as, arranizando-as e pondo-lhes flores novas. Até aqui poder-se-ia dizer que não serão muitas as diferenças em relação à celebração católica.

No caminho iam surgindo outros sinais de que existiriam seguramente algumas diferenças – pelas ruas é usual a existência de uma espécie de pequenos templos junto às

²⁰⁴ Concentrámo-nos no Cemitério de S. Miguel mas, efectivamente, acabámos por ir também aos outros cemitérios, neste dia e no dia do Chong Jeong do mesmo ano altura em que também nos encontrávamos em Macau. Voltámos ao S. Miguel e ao D. Bosco em 2010 no dia do Cheng Meng. As mesmas representações associadas às características católicas do Cemitério S. Miguel Arcaño levaram, novamente, alguns amigos a sugerir que seria mais indicado ir aos outros cemitérios.

portas de entrada de residências e de lojas nos quais rapidamente deixou de ser para nós estranho ou incomum ver queimar papéis e pivetes de incenso ou encontrar laranjas e, em certas ocasiões, até mesmo patos, depenados mas crus, em cima de pequenos bancos. No dia do Cheng Meng não encontramos os patos mas por toda a parte se viam os papéis a arder.

Chegámos ao cemitério. A rua cheia de gente, bombeiros e polícia controlavam o trânsito que por ali estava proibido de estacionar. À medida que nos aproximávamos íamos estranhando ver tanta gente com sacos com fruta, bebidas e caixas com leitões assados.

No ar o fumo e o cheiro a papel queimado. No Cheng Meng, além de pivetes queimam-se igualmente os mais variados objectos feitos em papel²⁰⁵ – dinheiro, carros, casas, jogos de *mah-jong* e telemóveis, são exemplos – acreditando-se que os antepassados os receberão na outra morada onde se encontram; oferecem-se, também, taças de vinho e pratos de leitão assado, frutas e doces. Depois da campa lavada e arranjada, queimam-se os papéis e é sobre a campa que “põem a mesa” reunindo-se as famílias em seu redor, trinham o leitão que, em muitos casos, é colocado inteiro, *batem-cabeça*, fazem-se brindes e partilha-se a refeição com os antepassados.

Comparativamente com o feriado católico, a quantidade de pessoas que se encontrava no cemitério era muitíssimo superior e a sua distribuição pelo espaço dá a entender que existirão zonas *mais católicas* e outras menos. Se, em Novembro, se podia perceber a presença de famílias portuguesas locais, expressando-se em

português, desta vez nem uma palavra na língua de Camões se fazia ouvir.

Contrastando claramente com a postura a que estamos habituados nestas ocasiões, o recolhimento e o rezar em surdina substituíam-se agora por animadas conversas parecendo, aos olhos de uma ocidental que pela primeira vez testemunhava a situação, que de uma festa no cemitério se tratava.

Fig. 8.2 – Celebração do *Cheng Meng* no cemitério de S. Miguel



Fotografia da autora, Macau, Abril 2005

²⁰⁵ Prática recorrente e parte da vida quotidiana em Macau; é comum encontrar, por exemplo, junto às portas das lojas os seus donos a queimarem dinheiro de papel, muito colorido, o que, acredita-se, será auspicioso para o negócio. Pode encontrar-se, também, com alguma frequência pessoas a rezarem e a depositarem oferendas nos pequenos templos que nos surpreendem um pouco por toda a cidade em pequenos becos e ruelas. A este propósito, a obra de Janet Lee Scott (2007), *For Gods, Ghosts and Ancestors. The Chinese Tradition of Paper Offerings*, Hong Kong, Hong Kong University Press, fornece contributos importantes e muitíssimo interessantes.

Efectivamente, de acordo com Pires (1999:193) o *Cheng Meng* e o *Chong Jeong* são dois momentos especiais em que os vivos celebram com júbilo e alegria o cuidado dos seus mortos, a certeza de continuarem atentos e solidários, retribuindo essa ajuda e protecção com uma visita à sua nova morada, para onde se dirigem carregados de presentes: em ambiente de festa, junto à casa/sepultura, recordam as alegrias e tristezas vividas em conjunto, contam-lhes as novidades sobre nascimentos, casamentos, estudos, negócios e empregos, manifestam-lhes obediência e gratidão e convidam-nos para o banquete da amizade e da harmonia, com as iguarias mais apreciadas durante a vida terrena (refeição junto à sepultura).

Quando saímos do cemitério e regressámos a casa, passámos pelo Largo da Sé. A Catedral ostentava na sua fachada uma fotografia do Papa João Paulo II que havia falecido por estes dias. No dia seguinte haveríamos de assistir à homenagem que lhe foi prestada por Macau com uma tão grande afluência que era impossível entrar na igreja, tendo sido instalados dois ecrãs e colunas de som no Largo da Sé onde um mar de gente participou na missa celebrada pelo Bispo e conduzida em português, chinês e inglês.

Quando chegou a altura de comungar vieram os sacerdotes para a rua administrar a comunhão mas, o mais curioso, é que através dos altifalantes, foi informada a assistência que era “só para católicos, proibido aos restantes” o que faz crer que se ponderava existirem ali pessoas de outros credos, o que é habitual dizer-se também em relação a outras práticas: que é comum ver as mesmas pessoas nas cerimónias da Deusa A-Ma e na procissão de Nossa Senhora de Fátima.

Digno de registo é também o facto de o Chefe do Executivo, não sendo católico, se ter deslocado pessoalmente à igreja para apresentar condolências ao Bispo assim como o mais alto representante de Pequim em Macau também o ter feito.

Tudo isto se passa numa cidade da China. País que desde 1951 não tem relações com o Vaticano, que persegue e encarcera padres católicos fieis à Santa Sé, onde não há liberdade religiosa.

Isto é Macau. Isto não se vê na China. As duas expressões tão usadas e que tantas vezes ouvimos ao longo das nossas permanências em Macau, cujas particularidades julgamos ter ido captando, pareciam-nos na altura, como agora, bastante apropriadas.

A Lei Básica de Macau estipula no seu articulado a liberdade de crença religiosa e define o princípio de não discriminação em razão de religiões. O Relatório Anual sobre a

Liberdade Religiosa Internacional²⁰⁶, na sua mais recente versão publicada em 2010, faz uma avaliação de Macau muito positiva, indicando que não se registaram quaisquer práticas que violassem os direitos religiosos dos residentes e que o Governo respeita a liberdade de cultos.

De acordo com o referido Relatório, em Macau, a religião predominante é o Budismo, praticado por cerca de 80% da população, 5.2% segue o Catolicismo e aproximadamente 1% é Protestante. Existem outros grupos religiosos, com pouca expressão, nos quais se incluem os muçulmanos, o Baha'is e os Falun Gong. Podem encontrar-se pelo território cerca de 70 templos, dos quais 40 são budistas e 30 são taoistas, 70 igrejas protestantes e 18 católicas, quatro centros Baha'is e uma mesquita.

Refere, ainda, este relatório que cerca de 50% dos estudantes do ensino básico e secundário frequentam escolas tuteladas por organizações religiosas, apoiadas pelo Governo, assim como também são apoiadas outras estruturas como centros de cuidados a crianças e lares para idosos.

São observados como feriados locais o Dia de Natal, o Dia da Imaculada Conceição e o Dia do Buda. Também o facto de a população residente mostrar tolerância com as diferentes práticas religiosas é aspecto apontado no Relatório, salientando que essa tolerância se manifesta nas cerimónias públicas em que se juntam budistas e cristãos.

De facto não só se juntam budistas e cristãos como nessas cerimónias ambos têm um papel a desempenhar, não se tratando apenas de estar presente. Recordamos, a este propósito, a inauguração do Pavilhão Polidesportivo do Tap Seac em que ao lado do Bispo estava o Monge Budista Chefe tendo ambos abençoado este espaço, prática que é corrente em Macau, estando a literatura sobre a cidade cheia de exemplos a este respeito e de referências a situações semelhantes.

Os crentes das diversas religiões desenvolvem as suas actividades e festas religiosas, contando com o apoio das instituições oficiais locais. De acordo com o calendário religioso católico, a Diocese de Macau organiza anualmente diversas celebrações – Páscoa, Natal, Procissão do Bom Jesus dos Passos, Procissão do Senhor Morto e Procissão de Nossa Senhora de Fátima – enquanto as associações budistas organizam festividades em honra de outras divindades, como as da Deusa A-Ma, o Tou Tei, ou Deus da Terra e o Dia do Buda. Celebram-se, ainda, os deuses taoistas Tam Kung e Na Zha, para além de um conjunto de outras festividades populares que ao longo do ano vão tendo lugar.

²⁰⁶ *Annual Report on International Religious Freedom*. Acedido em 30 de Novembro de 2010 em: <http://www.state.gov/g/drl/rls/irf/2010/148863.htm>.

A Semana Santa é vivida em Macau com grande intensidade e afluência às cerimónias que decorrem na Sé conduzidas, na sua maioria, pelo Bispo e, sempre, oferecidas à população em três línguas: português, chinês e inglês.

Também as procissões são momentos ímpares da realidade local. Tivemos a oportunidade de em dois anos diferentes estar presentes na do Senhor Morto e na de Nossa Senhora de Fátima; se a primeira é de curto percurso nem por isso deixa de ser um momento de grande beleza e devoção, contudo é a Procissão de Nossa Senhora de Fátima que a 13 de Maio percorre uma parte da cidade atraindo milhares de crentes que mais emociona.

Esta Procissão parte da Igreja de S. Domingos, no Largo com o mesmo nome contíguo ao do Senado, vai pela Avenida da Praia Grande e sobe a colina da Penha onde, na Ermida erigida no alto, depois de um percurso de mais de duas horas e de aproximadamente 3 kms, é celebrada uma missa campal. Muito antes da hora prevista para a saída da Procissão começam os fiéis a chegar ao Largo, outros já se encontram no interior da igreja, apinhada, rezando o terço; vamos ficando por ali, conversando com quem calha e tentando posicionar-nos, no meio dos fiéis e dos inúmeros fotógrafos e seus escadotes, numa boa perspectiva para captar a saída da Procissão.

Fig. 8.3 – Procissão de Nossa Senhora de Fátima



Eis que surge o andor. Iluminado de branco, com a Imagem de Nossa Senhora ao centro, ladeada de flores e carregada em ombros de mulheres igualmente vestidas de branco e de véu na cabeça. Na frente seguiam duas meninas e um menino envergando trajes tradicionais e representando o papel dos Três Pastorinhos, nos laterais direito e esquerdo duas filas de jovens e senhoras iam lançando pétalas de rosa pelas ruas de Macau. Breve pausa junto à Sé Catedral para rezar um Pai Nosso e uma Avé Maria, como sempre em três línguas, as mesmas que se ouviam nos murmúrios ao longo de todo o percurso entrecortados pelos cânticos religiosos que, de ora em vez, iam interrompendo as orações.

Enquanto os fiéis caminhavam e rezavam, de terço na mão e velas acesas ou pequenas rosas artificiais que pontuavam de luz o enorme cortejo cujo fim não conseguíamos vislumbrar, pareceu-nos ouvir ao fundo o som do tambor de alguma equipa de Barcos-Dragão que nos lagos treinava para as Regatas Internacionais que teriam lugar um mês depois.

Entretanto anoitecera, quando chegámos ao destino as luzes dos casinos que todas as noites nos surgiam tão intensas, neste dia, vistas do alto da Penha pareciam ter perdido a intensidade.

Juntamente com o fumo do incenso que se espalhava no ar, respirava-se um sentimento de paz e serenidade entre as muitas nacionalidades, fisionomias e línguas que percorreram o trajecto e se aglomeraram no adro da Ermida da Penha, apertado para toda a gente que procurava abeirar-se da Santa Imagem, numa despedida de braços no ar, cantando e abanando lenços e flores.

Alguns dias depois haveria de ser o Buda a ter as suas cerimónias.

Mais concretamente no oitavo dia da quarta lua²⁰⁷, que é feriado em Macau. Considera-se que este é o dia de aniversário do fundador budista Sakyamuni e todos os anos as organizações budistas levam a cabo várias actividades, desde a recitação de salmos à cerimónia do Banho do Buda, assim como a dança do dragão embriagado e a oferta da refeição de arroz (Macau 2009, Livro do Ano, 2009:608).

Celebra-se, ainda, neste dia a Festividade de Tam Kong, que assinala o nascimento deste Deus que se acredita ter poderes para controlar o tempo e para ajudar os doentes, sendo-lhe as gentes ligadas às actividades piscatórias muito devotas. Organizam-se espectáculos de ópera chinesa em recintos em bambu especialmente construídos para o efeito, passando-se a actividade largamente em Coloane junto ao Templo dedicado a Tam Kom.

²⁰⁷ Para nós, 21 de Maio de 2010.

É, pois, muito preenchido este dia do calendário lunar e como algumas das actividades decorrem em simultâneo em diversos pontos da cidade e ilhas torna-se extremamente difícil decidir para onde ir. Optámos por ficar em Macau, assistir às cerimónias do Dragão Embriagado, já que é uma tradição que actualmente está a ser considerada para fazer parte da lista de Património Intangível da China Continental e, mais tarde dar um saltinho ao Tap Seac para assistir às cerimónias oficiais do Banho do Buda.

Fig. 8.4 – Festividades do Dragão Embriagado



Fotografias da autora, Macau, Maio de 2010

As actividades do Dragão Embriagado começam bem cedo, junto ao Mercado de S. Domingos. Ainda íamos a subir a Av. Almeida Ribeiro e já se ouviam os sons característicos das músicas e a sonoridade do falar cantonês dos apresentadores que numa tenda montada no Largo do Senado estavam a iniciar as actividades. Quando chegámos ao Templo de Kuan Tai, onde tudo começa, a agitação já era grande: desde os participantes aos fotógrafos (muitos), convidados e curiosos, polícia, escuteiros e, claro, também turistas. Pairava no ar um clima de alegria e entusiasmo e, não muito mais tarde, um odor a álcool que se entranhava nas narinas e nas roupas.

Os participantes exibiam-se para as objectivas dos fotógrafos, encenando os passos e as poses da tradicional dança do dragão embriagado que, segundo conseguimos apurar, é um costume muito antigo com origem na vizinha Província de Guangdong. Leonel Barros, um exímio contador de histórias e narrador das lendas de Macau, explicou-nos uma vez que segundo a lenda ligada a esta festividade enquanto o dragão se banhava no rio, Buda cortou-o em três partes separando o corpo da cabeça e da cauda, tendo o sangue derramado nas águas tido um efeito de cura para os habitantes de uma aldeia próxima que haviam sido atacados por

uma epidemia. O corpo e a cauda do dragão viriam a ser apanhadas pela rede de um pescador embriagado, tendo sido as únicas partes resgatadas e, por isso, são as que figuram hoje nas mãos dos homens que recriam a situação em ritual que celebra o feito.

O dragão simulado, em duas partes de madeira – a cabeça e o rabo – cheias de cor, é carregado por homens que o vão apresentando ao público ao mesmo tempo que bebem vinho e aguardente de arroz, mas segundo o ritual apenas os que carregam a cabeça podem embriagar-se; um dos momentos altos é precisamente levar à boca a garrafa e, em poses e representações semelhantes às de alguém embriagado, cuspir a bebida. Quem estiver por perto que se cuide. Inevitavelmente leva um banho bem menos higiénico que o do Buda.

Esta festa, organizada pelas gentes ligadas à actividade piscatória, percorre vários pontos da cidade, nomeadamente os mercados. Ficámos com imensa vontade de subir para as carrinhas e ir com eles em cortejo por Macau mas outros compromissos na zona central obrigaram a refrear o entusiasmo, até porque se impunha voltar a casa para mudar de roupa pois tresandava a vinho e não queríamos causar má impressão no nosso interlocutor do início da tarde.

Ao meio-dia, todos os presentes podem receber gratuitamente uma refeição, o “arroz abençoado”, acreditando-se que quem a comer terá uma longa vida, muitos filhos e muita riqueza; com base nesta crença das virtudes especiais da refeição formam-se extensas filas de pessoas, aparentemente de todas as condições sociais, que aguardam longas horas para receberem a sua porção do virtuoso arroz – depois das três da tarde, quando abandonámos o recinto para nos deslocarmos ao Tap Seac, a fila ainda passava a Farmácia Popular.

Se o arroz é abençoado, a água que banha o Buda é purificada e purificadora – quem lava o corpo do Buda acredita que assim se tornará mais puro. Neste dia, seguindo um costume tradicional, as imagens do Buda por todo o território são limpas e purificadas.

Na praça do Tap Seac, com a sua nova e ampla configuração calcetada à portuguesa, foi montado o cenário para esta actividade. Quando chegámos, por cima das cabeças dos crentes que aguardavam o início das cerimónias, serpenteava um dragão a acompanhar a chegada e a marcar a passagem do representante máximo da RAEM.

Entoados os cânticos, apresentados os cumprimentos à imagem do Buda pelas entidades oficiais, incluído o Chefe do Executivo que deu início à cerimónia, formaram-se longas filas que calma e serenamente aguardaram a sua vez para cumprir o ritual e, em recipiente próprio, depositar o seu *lai-si*²⁰⁸.

²⁰⁸ Pequenos envelopes vermelhos, contendo dinheiro.

Fig. 8.5 – Festividades do Dia do Buda



Não tivemos, na nossa observação de alguns destes rituais, nem temos neste momento, qualquer pretensão de apresentar aqui uma interpretação sobre as várias formas de encarar a morte nem sobre o significado de que se revestem as diversas práticas desenvolvidas. Isso seria outra investigação.

Este assunto cruza o nosso trabalho porque a existência de diversas formas religiosas e a sua convivência não conflitual é mais um dos elementos apontados como imagem de marca da cidade, reivindicado nos processos de construção de identidades de Macau e em Macau, não só pela importância na demarcação da Região em relação à República Popular da China mas também pela centralidade que assume na vida quotidiana. E se noutros casos, como certas performances culturais encenadas onde se fazem conjugar elementos de uma e de outra tradição, podemos perceber a sua instrumentalização evidente em favor de uma identidade que se pretende construir e de uma imagem que se pretende fazer passar, aqui, ainda que não seja

desprovido de instrumentalização e de intencionalidade, trata-se de um domínio presente no dia-a-dia de Macau, vivido de formas diferenciadas por segmentos específicos da população.

Não é um ou outro aspecto que dá especificidade a Macau. Não é o facto de existirem ancestrais tradições chinesas, muitas das quais se perderam na China Continental na sequência da Revolução Cultural altura em que havia um só “Deus” a adorar – Mao – ou, das que não se perderam, foram longamente interrompidas só recentemente vindo a ser retomadas; não é o facto de existirem e com tanta expressividade tradições ocidentais que se receava na fase correspondente ao final do período de transição não tivessem condições para continuar para além da RAEM; a especificidade tantas vezes salientada reside na forma como são vividas, encaradas e combinadas as tradições que não se confrontam e até, nalguns pequenos aspectos se contaminam, mas que perduram lado a lado respeitadas por ambas as partes e fortemente apoiadas pelas entidades oficiais.

Algumas representações sobre a imagem de Macau

Estudos recentes têm abordado a questão da formação da imagem de Macau enquanto destino turístico (Choi, Lehto e Morrison, 2007; McCartney, Butler e Bennett, 2008; Tang, Choi, Morrison e Lehto, 2009), assim como alguns autores têm vindo a dedicar alguma atenção à temática do turismo cultural e à tensão entre o desenvolvimento do jogo em contraponto com a vertente histórica e patrimonial em Macau (Sheng e Tsui, 2009; Cros, 2008; Loi, 2008; Cheng, 2003; Chu, 2003). Embora a nossa preocupação não seja a mesma dos autores mencionados, os resultados a que chegaram, nomeadamente Choi, Lehto e Morrison, revelam-se particularmente interessantes e fornecem contributos importantes no âmbito deste trabalho.

Choi, Lehto e Morrison (2007) conduziram uma investigação sobre um conjunto de recursos disponíveis na internet, com o objectivo de comparar a imagem de Macau projectada pelas entidades oficiais locais, os Serviços de Turismo (DST), com a veiculada noutras fontes, como revistas e publicações em linha dedicadas ao turismo enquanto actividade económica e comercial e blogs de viagens/viajantes.

De uma forma genérica, pretendia-se identificar as palavras ou frases e a associação de palavras usada para descrever Macau como destino turístico, procedendo a uma comparação entre os diferentes recursos analisados²⁰⁹.

A tabela seguinte sumariza os resultados mais importantes a que os autores chegaram.

Quadro 8.1 – Imagem de Macau como destino turístico (posição)

Ordem	Total	DST	Blogues	Revistas	Guias	Comerciais
1	Português	Chinês	Português	Português	Português	Português
2	Chinês	Museu	Hong Kong	Hong Kong	Hong Kong	China
3	China	Português	Chinês	Chinês	China	China
4	Hong Kong	China	China	Casino	Chinês	Templo
5	Hotel	Facilidades	Casino	China	Hotel	Hong Kong
6	Cidade	Jardim	Apenas	Hotel	Cidade	Museu
7	Museu	Edifício	Dia	Antigo	Restaurante	Edifício
8	Casino	Edifício	Ruínas de S. Paulo	Cidade	Século	Igreja
9	Dia	Cultural	Cidade	Dia	Península	Cidade
10	Igreja	Igreja	Comida	Século	Museu	Dia
11	Século	Restaurante	Hotel	Apenas	Apenas	Casino
12	Construir	Cidade	Igreja	Edifício	Dia	Hotel
13	Templo	Antigo	Rua	Aeroporto	Ilha	A-Má
14	Restaurante	Lojas	Forte	Jogo	Comércio	Século
15	Antigo	Taipa	Vistas	Hotel Lisboa	Forte	Primeiro
16	Apenas	Parque	Antigo	Restaurante	Rua	Ruínas de S. Paulo
17	Edifício	Hotel	Pessoas	Ilha	Jogo	Disponível
18	Rua	Século	Restaurante	Autocarro	Primeiro	Jardim
19	Primeiro	Pequeno	Andar	Comida	Coloane	Apenas
20	Forte	Forte	Torre de Macau	Terminal	Casino	Edifício

Fonte: A partir de tabela mais ampla em Choi, Lehto e Morrison (2007:122)

²⁰⁹ A amostra seleccionada pelos autores, para além da página electrónica dos Serviços de Turismo de Macau, contemplou 61 sítios electrónicos, incluindo 12 revistas, 15 guias de viagens, 20 sítios comerciais e 14 blogs.

As palavras “Português”, “Chinês” e “China” foram as mais usadas nas várias subcategorias, o que, segundo os autores, reforça a ideia de que Macau oferece uma mistura única das culturas portuguesa e chinesa; palavras como “cidade”, “antigo” e “edifício” apontam para uma projecção de Macau como local onde se podem encontrar muitas construções antigas e atracções históricas e patrimoniais – a imagem de cidade patrimonial é confirmada pela análise das imagens disponibilizadas nos sítios observados [ver também quadro 8.2] (Choi, Lehto e Morrison, 2007:121-123).

Antes de avançar, há que referir dois outros aspectos salientados pelos autores: Hong Kong surge com algum destaque, o que não surpreende uma vez que os agentes turísticos tendem a promover as duas Regiões Administrativas Especiais em conjunto e, normalmente, um turista acaba por fazer os dois destinos; contudo, no site da DST Hong Kong só aparece na 45ª posição, o que para os autores se explica pelo facto de Macau tentar desligar-se da imagem de Hong Kong na sua promoção (idem:123) mas, para nós, de alguma forma é intrigante uma vez que são conhecidas as acções de promoção levadas a cabo na vizinha Hong Kong e os objectivos comuns de integração/diferenciação na Região do Grande Delta do Rio das Pérolas.

O segundo aspecto a merecer comentários adicionais é o da posição em que o jogo aparece em cada subcategoria – surgindo como a 4ª palavra mais referida nas revistas e a 5ª nos blogues, aparece apenas como 11ª e 20ª, respectivamente, nos sites comerciais e guias de viagens; no site do turismo de Macau, surge apenas como 47ª mais frequente, tendência que aponta para uma aposta noutras valências da cidade que procura distanciar-se da imagem de cidade do jogo, embora aos visitantes – como sugere a frequência encontrada nos blogues – pareça interessar este tipo de atracção.

No que respeita, precisamente, às atracções mais referidas [Quadro 8.2], as Ruínas de S. Paulo surgem no topo, quer como a referência mais mencionada quer como a imagem mais disponibilizada nos sítios analisados pelos autores.

O emblemático Hotel-Casino Lisboa aparece em primeiro lugar para as revistas e entre os 5 primeiros elementos mais referidos para os restantes recursos investigados à excepção dos Serviços de Turismo em que surge na 11ª posição, sendo curioso que neste organismo oficial as duas referências mais frequentes sejam as Ilhas da Taipa e Coloane, seguidas do Centro Cultural e, só depois, do carismático Largo do Senado e das Ruínas de S. Paulo.

De um modo global, as atracções de Macau mais referidas correspondem às representações normalmente associadas ao território: património e casinos.

Quadro 8.2 – Atracções de Macau referidas mais frequentemente (posição)

Atracção	Total	DST	Blogues	Revistas	Guias	Comerciais
Ruínas de S. Paulo	1	6	1	6	2	1
Ilha da Taipa	2	1	3	2	3	2
Lisboa (Hotel e Casino)	3	11	5	1	5	4
Largo do Senado	4	4	4	5	4	13
Ilha de Coloane	5	2	...	3	7	7
Colina da Penha	6	40	28	...	1	20
Grande Prémio	7	18	18	4	6	10
Torre de Macau	8	16	2	14	21	15
Templo de A-má	9	19	7	21	11	3
Portas do Cerco	10	5	9	10	9	11
Fortaleza do Monte	11	13	6	7	10	16
Leal Senado	12	34	23	19	8	8
Museu Marítimo	13	24	19	16	12	9
Templo de Kun Iam	14	43	24	20	15	5
Jockey Club	15	10	25	6
Centro Cultural	16	3	...	12	29	21
Fortaleza da Guia	17	20	14	15	13	28
Praia de Hac-Sá	18	9	...	8	18	29
Estátua de Kun Iam	19	14	15	...	14	30
Museu de Macau	20	28	8	17	23	22

Fonte: Choi, Lehto e Morrison (2007:123)

Para a análise das imagens, os autores desenvolveram um procedimento semelhante, tendo sido coligidas todas as imagens dos recursos em linha observados e criadas 11 subcategorias, de acordo com a tabela que se segue.

Quadro 8.3 – Imagens de Macau mais apresentadas (valores em %)

Subcategorias	Total	DST	Blogues	Revistas	Guias	Comerciais
Património e monumentos históricos	40	30	50	7	53	44
Eventos culturais	8	15	1	9
Parques e Jardins	5	12	5
Compras	5	10	1	7	...	2
Facilidades turísticas e infra-estruturas	16	25	13	...	12	10
Jogo e entretenimento	5	1	5	27	...	9
Vistas/miradouros	4	1	7	7	...	4
Gastronomia local	5	2	10	3
Actividades recreativas (desporto e festivais)	3	3	1	20	6	3
População	3	1	3	27	...	2
Outros	6	2	8	7	29	8

Fonte: Choi, Lehto e Morrison (2007:124)

Os resultados apurados pelos autores seguem a tendência encontrada anteriormente, não restando dúvidas quanto ao significado do património nos sítios em consideração com a excepção das Revistas que mais enfatizam o Jogo e a população local assunto que parece não estar no centro das atenções da DST sugerindo os dados que a entidade responsável pela promoção turística de Macau procura demonstrar que a cidade tem muito mais a oferecer para além do jogo.

Sendo a maioria dos visitantes de Macau oriundos da China Continental, uma representação que lhes está associada é a de que o que lhes interessa particularmente é jogar não tendo qualquer apetência para desenvolver um maior conhecimento da história da cidade, e apreciar os seus monumentos. Não podemos afirmar que os chineses tenham uma apetência pelo jogo superior aos indivíduos de qualquer outra origem, não sabemos como é o ambiente

noutros países e territórios onde o jogo é legal, não conhecemos a realidade de, por exemplo, Las Vegas ou Monte Carlo; é uma evidência que, em Macau, é comum encontrar grupos de pessoas a jogar numa qualquer esquina, nos parques e jardins, nas ruelas à porta de casa assim como também é regular ouvir dos apartamentos vizinhos o rolar das pedras do *mah-jong*, por vezes até tarde da noite. É também certo que na China continental o jogo é proibido e sendo Macau o único local nas imediações onde é legal e onde se podem encontrar inúmeras e diversificadas opções, não será de estranhar que tal se constitua como um factor de grande atracção para que aqueles que vivem no primeiro sistema se predisponham a conhecer o segundo²¹⁰.

De acordo com Cros (2009:92), os três roteiros turísticos mais oferecidos pelas operadoras locais para os visitantes oriundos da RPC são: 1) MICE²¹¹/conferências, atraindo 10% dos visitantes; 2) visita a pontos de interesse (*sightseeing*, no original), atraindo igualmente 10% dos visitantes; e 3) jogo e compras, com alguma visita a locais de interesse, sendo o roteiro que abrange maior número de visitantes: 80%.

Com base num questionário lançado a 1100 turistas chineses em Outubro de 2007, Cros concluiu que, do segmento que viaja para Macau com o propósito de se divertir e de visitar algumas atracções turísticas, 54% prefere fazer um percurso autónomo por *O Centro Histórico de Macau*, Património Mundial, 13% demonstra um interesse particular em conhecer de forma mais profunda igrejas, galerias de arte e museus, 33% demonstra a vontade de compreender melhor a história e a cultura de Macau e 34% apenas pretende tirar fotografias a alguns dos bonitos monumentos e fazer algumas refeições (Cros, 2009:93).

Aparentemente, existem vários nichos de mercado que valorizam diferentemente as várias possibilidades que Macau oferece e que vão de encontro ao que tantos dos nossos interlocutores repetidamente nos mostraram: Macau é muito mais que o jogo.

Aliás, as representações sobre a imagem de Macau com que fomos confrontados ao longo de todo o processo de investigação estão de acordo ou seguem a mesma linha dos resultados apurados pelos investigadores anteriormente referidos. É certo que, no nosso caso, em momento algum se tratou de recolher opiniões junto de turistas mas sim dos residentes locais, uns com permanências mais prolongadas, outros menos, uns naturais de Portugal, outros locais e outros ainda oriundos da China Continental e, também estes, uns mais

²¹⁰ Singapura, entretanto, atribuiu duas licenças de jogo e encontram-se em funcionamento desde 2010 o Casino Resorts World Sentosa e o Marina Bay Sands, este último explorado pelo grupo Las Vegas Sands, do americano Sheldon Adelson, que também opera em Macau. Até ao momento não se deu conta de que a concorrência da Cidade-Estado vizinha tivesse tido impacto no sector em Macau.

²¹¹ MICE – Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions

recentemente chegados outros com duradouras experiências de vida na Região. Não obstante, a sintonia era absoluta quando, por estas ou por outras palavras, nos passavam a mensagem de que *Macau é outra coisa e... isto não se vê na China*.

Um outro exercício interessante será o de observar o que os estudantes de português (e em português) nos referiram quando lhes pedimos que nos identificassem três aspectos que considerassem características específicas de Macau. Com esta questão²¹², o que procurávamos perceber era o que os respondentes mais valorizavam e se entre as referências enunciadas, de forma absolutamente livre, surgiriam aspectos relacionados com a língua e a cultura portuguesas e com que frequência e peso no conjunto das respostas. Os resultados são, igualmente, interessantes.

A Figura 8.6 ilustra claramente as opções tomadas pelos respondentes. Não há dúvida que se os casinos são a referência que mais se destaca o *ex-líbris* da cidade não andarà muito distante. Mas o que a figura evidencia é a mais significativa imagem de marca da cidade: o encontro do Oriente e do Ocidente; não suscitará certamente muitas dúvidas o peso que a cultura portuguesa, em sentido amplo e nos seus mais variados aspectos e elementos, parece assumir como capital valioso na construção da imagem da cidade.

Fig. 8.6 – Características de Macau



Fonte: IQ aos estudantes de português

E o que é verdadeiramente interessante não é o destaque que é dado à cultura portuguesa, mas sim como a sua instrumentalização é feita de uma forma *inclusiva*,

²¹² Responderam a esta questão 1505 inquiridos que, no conjunto, referiram 4343 aspectos que, sujeitos a tratamento resultaram em 19 categorias distintas por sua vez decompostas em subcategorias. Sendo uma questão de resposta múltipla, as percentagens apresentadas foram calculadas com base no número de respondentes não tendo, assim, de corresponder a um total de 100%. Síntese nas tabelas 8.4 e 8.5, mais adiante.

pressupondo a simbiose e coexistência de outros elementos da cultura local, e é nessa sobreposição que radica a *diferença* de Macau apresentando-se a cidade como portadora de *identidades conciliadas* fazendo apelo a uma combinatória de elementos orientais e ocidentais. Como de resto suspeitamos que se passe idêntica situação com os macaenses; a construção da sua identidade não impõe que se rejeite um dos dois mundos, mas sim que se incorporem ou *conciliem*; obviamente com matizados e graus de espessura variáveis de acordo, também, com outras dimensões estruturadoras da realidade de cada indivíduo.

Na verdade, algumas manifestações mais híbridas ou menos convencionais, nomeadamente artísticas, levavam alguns dos nossos interlocutores a observações mais metafóricas classificando as performances de *nem é carne, nem é peixe* ou *é porco com molho doce*; pensamos, por exemplo, numa actuação de Kátia Guerreiro com a Orquestra Chinesa de Macau, onde a dado momento em vez da clássica guitarra portuguesa era o *zhongruan* a acompanhar a fadista, ou na artista chinesa pop com actuação coreografada por um rancho folclórico local²¹³.

Sistematizada a informação em grandes categorias, é evidente o peso dos aspectos relacionados com o Património nas escolhas dos estudantes que, para além desta temática, mostram unanimidade nas referências apontadas independentemente dos diversos grupos de origem.

Quadro 8.4 – Características de Macau por categoria, segundo o grupo de origem

Categorias	Total		Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros	
	%	Pos.	%	Pos.	%	Pos.	%	Pos.	%	Pos.	%	Pos.
Património	90.8	1	93.1	1	108.3	1	92.5	1	59.3	1	66.7	1
Jogo e Casinos	45.7	2	26.3	3	44.5	2	47.0	2	58.5	2	37.5	3
Culturas	34.0	3	46.1	2	32.3	4	34.5	3	22.8	5	45.8	2
Gastronomia	29.1	4	25.4	4	34.1	3	31.8	4	17.5	6	33.3	4
Turismo e Actividades turísticas	19.1	5	14.5	5	20.8	5	17.0	5	26.4	4	12.5	7
População	15.9	6	25.4	4	11.7	6	14.6	6	16.7	7	20.8	5
Espaço e localização	13.4	7	10.5	8	5.5	9	11.9	7	32.5	3	8.3	8
Línguas	10.5	8	12.7	6	10.7	7	9.6	8	11.0	9	4.2	9
Aspectos Gerais	9.4	9	11.8	7	6.8	8	7.5	10	15.4	8	16.7	6
Direito e organização política	6.4	10	5.3	10	6.0	9	8.5	9	3.7	11
História	3.9	11	2.6	13	4.9	10	4.5	11	1.6	13	4.2	9
Diversão e Vida nocturna	3.4	12	4.4	11	2.6	11	2.7	12	4.1	10	16.7	6
Condições de Vida	2.0	13	5.7	9	0.3	14	1.3	15	2.8	11	4.2	9
Relacionamento internacional	1.9	14	3.5	12	0.8	13	1.9	13	2.0	12	4.2	9
Religião	1.3	15	1.8	15	0.3	14	1.6	14	2.0	12
Submundo	1.1	16	0.9	16	1.6	13	1.0	17	0.4	15
Clima	0.9	17	2.6	13	2.8	11
Outros	0.8	18	2.2	14	0.5	12	0.2	16	1.6	14
Desporto	0.3	19	0.3	13	0.3	18

Fonte: IQ aos estudantes de português

²¹³ Na verdade também este não seria o mais “*genuíno*”, uma vez que nos referimos ao *mais chinês* (na sua composição) dos dois ranchos folclóricos existentes em Macau. De qualquer das formas, neste caso, podemos afirmar que, para além de nós, não existia qualquer outro ocidental na assistência, embora tenhamos tido a possibilidade de conversar, posteriormente, sobre o assunto com alguns dos nossos interlocutores portugueses.

Verifica-se que o jogo assume uma proporção bastante elevada [Quadro 8.5], sendo a expressão “Casinos” mesmo a mais referida (33.4% do total) seguindo-se as “Ruínas de S. Paulo” apontadas por 22.0% dos respondentes. No conjunto, no entanto, as referências a esta actividade são largamente ultrapassadas pelos aspectos relativos ao Património que, nos seus mais variados aspectos, é característica destacada por 90.8% dos estudantes que responderam a esta questão [Quadro 8.4].

Uma leitura mais detalhada da informação obtida junto dos estudantes de português permite perceber que, isoladamente, é dado pouco destaque aos aspectos da cultura chinesa, não faltando contudo no território inúmeras características e tradições com as quais, seguramente, uma significativa parte dos nossos inquiridos se identifica²¹⁴.

O que não significa que a cultura chinesa não tenha sido referida, mas estas referências surgem acima de tudo associadas a uma *cultura ocidental, europeia* ou *portuguesa* nos seus mais diversificados elementos, dos quais se destacam os gastronómicos e patrimoniais. Se nos concentrarmos precisamente nos aspectos patrimoniais, os mais evidentes na cidade, e os que colheram uma maior atenção por parte dos nossos inquiridos, sendo maior a diversidade de referências apontadas, verificamos que à excepção do Templo de A-Má, que na verdade é, à semelhança das Ruínas de S. Paulo, um *ex-libris* da cidade poucos são os elementos do património chinês a ser referidos; os templos, que podemos encontrar por toda a cidade e ilhas, alguns deles de uma extrema beleza, mereceram apenas 10 referências e as estátuas de Kun Iam e de A-Má apenas 8, o que os coloca, respectivamente, como o 45º e 48º aspectos mais referidos; já as igrejas e catedrais figuram como a 19ª característica de Macau mais apontada.

Facto idêntico ocorre na categoria “Gastronomia”, sendo certo que o que mais podemos encontrar em Macau são as diferentes cozinhas chinesas, nas respostas dos inquiridos estas são absolutamente residuais merecendo a culinária portuguesa o maior destaque e ultrapassando a macaense, claramente, a chinesa. No que respeita à população, para além de obter destaque a grande diversidade de origens dos residentes de Macau é curioso verificar que são também os dois segmentos lusófonos que surgem com maior relevo, não obstante a ampla maioria da população ser chinesa – os macaenses surgem em 17º lugar, os portugueses em 25º e os chineses em 54º.

Enfatiza-se, portanto, a cruzamento de ambas as culturas, parecendo que as questões relacionadas com um mundo mais chinês (a referência à cultura chinesa isolada aparece na 40ª

²¹⁴ Tanto mais que a esmagadora maioria dos estudantes aos quais foi aplicado o inquérito por questionário são chineses, sejam de Macau sejam da China Continental. Em Anexo X encontra-se tabela detalhada.

Quadro 8.5 – Características de Macau segundo os principais grupos de origem (15 mais referidas)

Aspectos indicados	Total			Lusófonos			CDM			CEM			CHC		
	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.
Casinos [Jogo e Casinos]	502	33,4	1	53	23,2	1	134	34,9	1	220	35,3	1	90	36,6	1
Ruínas de S. Paulo [Património]	331	22,0	2	45	19,7	2	99	25,8	2	140	22,5	3	45	18,3	5
Arquitectura antiga, misturada portuguesa e chinesa [Património]	301	20,0	3	28	12,3	3	75	19,5	3	152	24,4	2	43	17,5	6
Diversidade gastronómica [Gastronomia]	222	14,8	4	23	10,1	5	75	19,5	3	96	15,4	4	22	8,9	7
Turismo [Turismo]	166	11,0	5	9	3,9	17	41	10,7	6	67	10,8	6	48	19,5	2
Gastronomia portuguesa [Gastronomia]	149	9,9	6	13	5,7	14	42	10,9	5	77	12,4	5	15	6,1	10
Torre de Macau [Património]	129	8,6	7	28	12,3	4	48	12,5	4	47	7,5	10	5	2,0	17
Jogo [Jogo e Casinos]	129	8,6	7	6	2,6	20	23	6,0	12	50	8,0	8	47	19,1	3
Pequena [Espaço e Localização]	121	8,0	8	17	7,5	10	13	3,4	17	44	7,1	11	46	18,7	4
Casino Hotel Lisboa [Património]	110	7,3	9	15	6,6	12	33	8,6	8	54	8,7	7	8	3,3	15
Mistura de duas culturas [Culturas]	110	7,3	9	22	9,6	6	33	8,6	8	36	5,8	12	17	6,9	8
Ponto de encontro das culturas portuguesa e chinesa [Culturas]	109	7,2	10	19	8,3	8	28	7,3	9	48	7,7	9	13	5,3	11
Mistura das culturas oriental e ocidental [Culturas]	102	6,8	11	11	4,8	15	24	6,3	11	54	8,7	7	10	4,1	14
Templo de A-Má [Património]	88	5,8	12	16	7,0	11	34	8,9	7	31	5,0	14	6	2,4	16
Grande Prémio [Turismo]	86	5,7	13	20	8,8	7	27	7,0	10	24	3,9	16	13	5,3	11
Cultura Portuguesa [Culturas]	76	5,0	14	14	6,1	13	21	5,5	13	33	5,3	13	6	2,4	16
Diversidade, diferentes origens [População]	70	4,7	15	18	7,6	9	14	3,7	16	21	3,4	17	16	6,5	9
A existência da língua portuguesa [Espaço e Localização]	64	4,3	16	10	4,4	16	17	4,4	14	26	4,2	15	11	4,5	13
Macaenses [População]	57	3,8	17	22	9,6	6	10	2,6	20	18	2,9	18	6	2,4	16
Gastronomia macaense [Gastronomia]	56	3,7	18	22	9,6	6	9	2,3	21	2	3,2	33	5	2,0	17
Igrejas e Catedrais [Património]	54	3,6	19	5	2,2	21	21	5,5	13	18	2,9	18	10	4,1	14
Largo do Senado/Leal Senado [Património]	52	3,5	20	11	4,8	15	12	3,1	18	24	3,9	16	2	0,8	20
Tranquila e segura [Aspectos Gerais]	49	3,3	21	10	4,4	16	8	2,1	22	18	2,9	18	12	4,9	12
Estilo arquitectónico de edifícios e monumentos [Património]	48	3,2	22	15	6,6	12	14	3,6	16	15	2,4	20	3	1,2	19
Multicultural [Culturas]	44	2,9	24	20	8,8	7	7	1,8	23	11	1,8	24	5	2,0	17
Diversão e espectáculos [Diversão e vida nocturna]	34	2,3	26	5	2,2	21	5	1,3	25	13	2,1	22	8	3,3	15
Calçada portuguesa [Património]	31	2,1	28	1	0,4	25	15	3,9	15	14	2,2	21	1	0,4	21
Multilinguismo [Espaço e Localização]	26	1,7	31	1	0,4	25	6	1,6	24	7	1,1	28	12	4,9	12
Ruas estreitas [Espaço e Localização]	20	1,3	35	2	0,9	24	2	0,5	28	6	1,0	29	10	4,1	14
Aterros [Espaço e Localização]	10	0,7	46	1	0,4	25	1	0,2	34	8	3,3	15

Fonte: IQ aos estudantes de português

posição, tendo sido referida por apenas 15 inquiridos), só por si, não têm significado em matéria de distintividade, o que fará algum sentido se pensarmos que o que se pretende, acima de tudo, é uma demarcação em relação à China, país de que Macau é parte integrante mas com um estatuto *especial* que importa manter e, para isso, torna-se premente a construção de uma imagem que se diferencie, atribuindo à cidade propriedades únicas no contexto regional mais amplo em que se insere.

Por ordem de frequência, os 10 aspectos que os nossos inquiridos consideram ser característica específica de Macau são: os “Casinos”, as emblemáticas “Ruínas de S. Paulo”, a “Arquitectura antiga” da cidade misturando os estilos português e chinês, a “Diversidade Gastronómica”, a vertente do “Turismo e Actividades Turísticas” – entre as quais se destaca o “Grande Prémio de Macau” –, a “Gastronomia portuguesa”, o “Jogo”, a “Torre de Macau”, a dimensão reduzida do território e o facto de Macau apresentar uma “mistura de duas culturas”, simbolizando o “Ponto de encontro das culturas portuguesa e chinesa”.

Outras características foram igualmente apontadas e, embora com menor incidência, ainda assim merecedoras de algumas notas.

Uma dessas características é a realidade linguística de Macau, no conjunto as referências às “Línguas” são a 8ª categoria mais mencionada, sendo o carácter bilingue da Região destacado e surgindo a existência da língua portuguesa como a 16ª entre as 108 características encontradas após sistematização. Posicionando-se um pouco mais abaixo, surgem as referências às características do sistema jurídico de Macau que, como sabemos, é de matriz portuguesa, e à fórmula encontrada para atribuir um estatuto especial a Macau: o princípio “*um país, dois sistemas*”.

Num outro domínio, importa salientar ainda aspectos que se prendem com a qualidade de vida, tendo sido referidos factos como a grande edificação da cidade e os problemas relacionados com o trânsito, que na verdade tem piorado bastante nos últimos anos, mas, apesar destes aspectos menos positivos, com boas condições de vida e inspirando tranquilidade e segurança.

No que respeita à distribuição de acordo com as origens dos estudantes, se, como já se referiu, os aspectos mais frequentemente apontados não demonstram um entendimento significativamente diferente há, no entanto, pequenas especificidades a salientar. Uma delas é o facto de serem os estudantes da China Continental a destacar as questões relacionadas com o “Espaço e Localização” de Macau (surge, neste grupo, como a 3ª categoria com mais referências) assim como o “Clima” também parece ser assunto que suscita a atenção dos

alunos de fora – além do grupo CHC só os lusófonos, onde se incluem os naturais de Portugal e de outros países de língua portuguesa, referiram aspectos relacionados com este assunto.

Quanto à criminalidade e ao submundo, males tantas vezes publicamente colados a Macau mas com muito fraca expressão nas respostas dos inquiridos, é assunto que apenas merece a atenção dos chineses locais (CDM e CEM).

Os resultados encontrados parecem contrariar algumas posições mais radicais relativamente à percepção dos residentes quanto à importância que as *questões lusófonas* terão para a RAEM.

Leong e Lo afirmam que, na sequência do sucesso da inscrição de “O Centro Histórico de Macau” na Lista de Património Mundial da UNESCO, *os monumentos históricos devem merecer mais importância e melhor atenção por parte dos cidadãos de Macau, para conhecerem melhor a cidade em que vivem e para poderem ter uma percepção mais clara do seu peculiar valor cultural* (2006:1055) e consideram que a *alegria que devia causar à generalidade dos cidadãos de Macau (...) não é tão grande como se esperava*.

E apresentam a sua justificação, sugerindo que existe uma descoincidência entre as características da população e a sua representatividade nos monumentos que foram seleccionados para integrarem a candidatura, afirmando que *se mais de 95% [dos residentes] são chineses de sangue chinês dos 25 monumentos e praças classificados 20 lugares pertencem à arquitectura ocidental que foram construídos pelos portugueses, nos últimos 4 séculos e só apenas 5 lugares são construções típicas do sul da China, com particularidades culturais chinesas* (idem:1055) e considerando que *os pontos, na sua maioria (80%) são construções ocidentais e as chinesas não têm mais do que um papel de figurante na lista toda* (idem:1058).

Mas não ficam por aqui na sua comparação. Os autores apresentam, também, uma análise do ponto de vista religioso e encontram *um contraste entre os pontos do Centro Histórico e as crenças religiosas da população de Macau (...) sobretudo entre o catolicismo e o budismo*, sendo que os lugares católicos representam 44% dos monumentos classificados mas apenas cerca de 6% da população, enquanto o budismo, que se encontra em 12% dos monumentos atinge cerca de 80% da população (idem:1064).

Estabelecem ainda relação entre a origem migrante dos residentes e o facto de, na sua maioria, os residentes serem recentes em Macau o que diminuirá a sua capacidade de se relacionarem e de se interessarem pelo Património classificado, cuja história e funções desconhecem, afirmando que a Lista do Património Mundial de Macau não é um resultado da modernidade, não incluindo lugares de interesse turístico com os quais a generalidade dos

cidadãos de Macau se identifica, e consideram que *para além de dar um peso grande ao Ocidente e ao catolicismo, [encerram] em si um certo sabor a “nobreza intelectual”* (idem:1066).

Se bem percebemos o objectivo do texto destes autores, o que pretendiam era chamar a atenção para a necessidade de promover localmente o património uma vez que a maioria dos residentes não se identificariam com os monumentos constantes da lista classificada mas, como é evidente, a “contabilidade” apresentada para demonstrar essa necessidade surge-nos bastante forçada e absolutamente irreal – o recurso a uma espécie de “estatística racial” parece-nos de eficácia duvidosa e nesse sentido apontam, claramente, os resultados a que chegámos.

Mais recentemente, em encontro com um conjunto de estudantes chineses que se encontrava a frequentar aulas de português no IPOR, tentámos perceber, mais uma vez, quais as referências que espontaneamente os nossos interlocutores nos apontavam como característica de Macau e, novamente, é o património a surgir com maior centralidade mas desta vez com particular incidência sobre “O Centro Histórico de Macau”, entretanto classificado Património Mundial da Humanidade, que, nas palavras de um aluno *mostra as características, não só a arquitectura mas também a forma de vida dos portugueses e dos chineses* e, segundo outra aluna, *são misturados de cultura portuguesa e chinesa*.

Voltam a ser salientadas as características gastronómicas – *a comida portuguesa, porque só podemos provar a comida portuguesa em Macau, sem ser em Portugal é só em Macau. É deliciosa*; é apontado o Patuá como *único crioulo falado em Macau, não consegue encontrar outro sítio no mundo que fale este diálogo*; a língua portuguesa como língua oficial, que nos é apresentada como *característica muito única de Macau*; o segmento lusófono da população com particular ênfase nos macaenses e uma longa e interessante explicação sobre quem são e o que é ser macaense, a tolerância entre povos diferentes, a cultura portuguesa numa cidade chinesa e a longa história de Macau.

Não podemos avaliar o significado que a esmagadora maioria da população atribui aos monumentos da cidade e à sua dimensão mais portuguesa, mas sabemos que algures na rua dos Tim-tins um senhor chinês prefere ouvir a rádio portuguesa, que residentes chineses se insurgem contra o desaparecimento de alguns símbolos do passado de Macau e que surgiu um movimento local que conseguiu travar a construção de um edifício do Governo Central, limitando o número de andares, cuja altura iria impedir que se visse o Farol da Guia.

9. Lógicas de afastamento e de aproximação ao português

Manter a língua portuguesa em Macau significa manter Macau especial. Macau tem culturas diversas, em Macau há a diferença da China Continental, porque na China só fala chinês, em Macau é especial porque tem a fala chinesa e portuguesa. Eu queria manter a língua portuguesa no futuro, para os nossos filhos. Eu queria. É só a minha opinião...

(Aluna de português no IPOR. Natural da China. Maio de 2010)

O que de mais comum se ouve a propósito da língua portuguesa quando referida em relação a Macau é a sua ausência. Muitas vezes esta representação é ilustrada com afirmações do tipo “nas ruas não se ouve português”, “nas lojas não se fala português” e “os taxistas não sabem português”. Ora ainda que as três afirmações estejam genericamente correctas, não são absolutas. É evidente o predomínio do cantonês em todas as áreas e actividades de Macau e é, evidentemente, esta a língua mais usada e mais ouvida. Mas, ainda assim, e já se mencionou anteriormente esta questão relativamente às pequenas mercearias, é possível encontrar alguns sinais da língua portuguesa em determinados espaços e situações do quotidiano.

Nós próprios, no decurso desta investigação, fomos sendo confrontados, de ora em vez, com alguns episódios desta natureza. Seja nas bancas de peixe vivo no Mercado Vermelho, na tendinha da fruta no Largo do Senado, no pequeno estabelecimento no Largo de S. Domingos onde para além de se arranjar relógios se vende tabaco, seja na loja da Zara do Venetian onde a empregada depois de algumas hesitações resolve perguntar-nos se somos de Portugal e enceta uma conversa connosco explicando entusiasmada que estuda português na Universidade de Macau. Ao longo das permanências em Macau foram tantas as situações semelhantes que lhes perdemos a conta; é evidente que não é com base nestes episódios que se pode debater, confirmando ou infirmando, a questão da ausência ou presença da língua portuguesa em Macau mas pode e deve chamar-se a atenção para as generalizações e para a tendência a cristalizar situações e homogeneizar condições, que regra geral se revelam abusivas.

Quanto a um dos exemplos mais referido por qualquer visitante português que se desloque a Macau, o dos taxistas, poderemos, em bom rigor, esperar que dominem a língua portuguesa? Parece-nos que o domínio de uma língua estrangeira, seja ela qual for, está associada a níveis de escolarização elevados e, cremos, esta não é uma característica de profissões como a de condutores de carros de aluguer nem de empregados de lojas de *souvenirs*.

Também é preciso referir que os residentes portugueses não incentivam o uso da língua portuguesa, parecendo preferir recorrer ao inglês assumindo à partida que os seus interlocutores não saberão falar em português ou, noutras circunstâncias, considerando que *falam mal* e *é mais fácil falar com eles em inglês*.

O que sendo nalguns casos um equívoco, promove práticas linguísticas noutra língua, que não é a de nenhum dos envolvidos, e acaba por ter efeitos perversos em relação ao português que de forma tão crítica e por vezes contundente se reclama que *ninguém fala* em Macau. Até porque se ao nível do que se pode considerar o português *de rua, de café* ou *de compras*, a fluência em língua portuguesa possa não ser, de facto, a melhor a verdade é que em inglês também não o é.

Esta atitude linguística gera, por vezes, situações curiosas. Acreditamos que quem passa por esta terra um período mais ou menos prolongado regressará com episódios linguísticos para contar.

Uma nossa conhecida portuguesa residente local relatou-nos que, pouco tempo depois de se ter instalado em Macau, ainda pouco conhecedora dos locais mais indicados para adquirir determinados bens, numa dada altura precisava de ovos. Perguntou a alguém local como se dizia em chinês e, de forma muito concentrada, foi repetindo a palavra até chegar ao lugar onde ia fazer a sua compra. Lá pediu, então, os ovos e a resposta foi que não tinham. Entrou noutra estabelecimento e aconteceu a mesma coisa. Pensando que poderia estar a pronunciar mal a palavra, na mercearia onde entrou a seguir resolveu abandonar o termo em chinês e imitar uma galinha. Quando terminou a sua performance responde-lhe o merceeiro: *quer ovos?*

Numa dada ocasião, estávamos numa pastelaria portuguesa e numa mesa próxima uma senhora portuguesa pediu, muito delicadamente, à empregada filipina, *a sandwich of ham and cheese, please*; esta, na sequência do pedido, virou-se para o balcão e disse bem soletrado: *sandes mista!*

Noutra altura, num outro estabelecimento português de comidas muito frequentado por portugueses, estávamos a fazer tempo para uma entrevista que tínhamos no centro de Macau quando um nosso velho conhecido, residente local há muitos anos, chegou, cumprimentou-nos e ficámos à conversa. Chamou o empregado e perguntou-lhe: *What do you have for lunch?* Este respondeu: *I'll get the menu, sir*. E afastou-se para ir buscar a ementa. Enquanto o empregado se afastava questionámos o nosso amigo: *porque é que estás a falar com o empregado em inglês?* Com um ar absolutamente espantado, como se tivéssemos acabado de fazer a pergunta mais absurda do mundo, respondeu-nos:

Porque é que eu estou a falar com o empregado em inglês?! Porque ele é filipino!

Não o disse mas, pelo tom de voz usado, foi como se tivesse acrescentado – é óbvio.

Retorquimos: *Sim, é filipino, mas fala português.*

Reagiu: *O A... fala português?!*

Entretanto o empregado chegou com a ementa e o nosso amigo perguntou-lhe, agora em português:

- *Tem carne assada?*

- *Não, senhor, carne assada hoje não tem* – respondeu o empregado, igualmente em português.

- *Então o que é que se arranja...?*

- *Tudo o que quiser, senhor.*

- *Tudo o que eu quiser... tem salsichas?*

- *Salsichas tem, senhor.*

- *Pode ser dois ovos com salsichas?*

- *Ovos fritos, senhor?*

- *Sim, ovos fritos. E as salsichas, que salsichas são?*

- *São... as salsichas... são salsichas do frigorífico.*

Por esta altura nós estávamos deliciados a ouvir a conversa e o nosso amigo, pareceu-nos, divertido com a situação. No final da conversa com o empregado, virou-se para nós e disse: *foi preciso vir uma estrangeira a Macau para eu ficar a saber que o A... fala português!*

Em 2010, no dia da Procissão de Nossa Senhora de Fátima, estávamos no Largo de S. Domingos em frente à igreja a conversar com dois senhores portugueses, residentes em Macau há mais de 40 anos, quando se abeirou de nós uma jovem e se nos dirigiu dizendo: *Excuse me, I'm a journalist from Lusa...* Desta vez não a deixámos prosseguir e interrompemo-la dizendo: *e nós somos portugueses.*

Há, no entanto, que referir que comportamentos desta natureza não são um exclusivo de Macau. Basta ver com atenção a forma como os jornalistas portugueses reagem quando nas suas entrevistas de rua encontram um estrangeiro que diz umas palavras em português – recordamo-nos bem, por ocasião do Euro 2004, de algumas intervenções bastante folclorizadas a este propósito, denotando surpresa e apresentadas como exotismo.

Mas também nós não fomos completamente imunes à representação de que na generalidade dos casos não falarão connosco em português e recordamos aqui uma ocasião em que apanhámos um táxi na Taipa para ir para Macau, para a Barra, e não sabendo como se dizia em chinês resolvemos dizer *Ou Mun* [Macau], *Sai Van* [referência ao percurso que

queríamos fazer, usando a designação da nova ponte de ligação o que evitaria percursos menos vantajosos deixando o itinerário à escolha do condutor o que, além de mais demorado, seria muito mais dispendioso], e fazendo o gesto de *bater-cabeça* repetir *Á-ma... Á-ma...* a resposta do taxista foi pronta: *quer ir para o Templo de Á-ma?*

Quando situações como esta aconteciam, e antes que começássemos também a usar uma espécie de “*dialecto*” local pedindo de forma caricata “*one meia de leite and a bolo de arroz*” ou “*one expresso and a pastel de nata*”, sabíamos que estava na hora de regressar a casa – corríamos o risco de ficar demasiado *localizados*.

De qualquer das formas, situações idênticas protagonizadas por nós são raras, uma vez que procurávamos encontrar o nosso objecto de estudo por onde íamos passando e era nossa postura começar sempre por falar em português quando nos dirigíamos a alguém e só na absoluta impossibilidade de nos fazermos entender é que optávamos pelo inglês – sendo que nestes casos o sucesso da comunicação também não era garantido. No que respeita, no entanto, aos serviços públicos a que nos dirigimos fomos sempre atendidos em língua portuguesa e se a pessoa que nos recebia não falava o português de imediato ia chamar um colega que falasse.

Saindo da esfera dos serviços da administração, os exemplos narrados são situações que acontecem em espaços e domínios de actividade em que existe um contacto mais ou menos regular com portugueses, mas são domínios específicos e existe uma enorme fatia da população local que não se cruzará no seu quotidiano com a língua portuguesa.

Argumentar-se-á que Portugal administrou o território durante mais de 400 anos e assim sendo seria expectável que a língua portuguesa tivesse uma maior projecção. Seria, porventura. Se a população residente em Macau não fosse maioritariamente de origem migrante e se se mantivesse fixa naquele espaço geográfico, se o segmento lusófono fosse e tivesse sido mais expressivo ao longo dos anos e, principalmente, se tivesse sido desenvolvida outra forma de organização do sistema de ensino o que, como vimos anteriormente, não corresponde à realidade em nenhuma das situações.

Se tivermos, ainda, em conta os sectores de actividade profissional predominantes e as profissões mais significativas desenvolvidas pela esmagadora maioria da população em idade activa, facilmente concluímos que o domínio do português não é requisito fundamental nem sequer importante ao seu acesso.

Vejamos alguns dados relativos ao domínio de outras línguas para além da língua corrente da população residente de Macau.

Quadro 9.1 – População residente, com 3 e mais anos, segundo o domínio de outras línguas

Domínio de outras línguas	1996		2001		2006	
	N	%	N	%	N	%
Não domina	251616	63.3	236816	55.8	226520	46.0
Domina	145872	36.7	187387	44.2	265291	54.0
Total	397488	100	424203	100	492291	100
Quais						
Português	7936	5.4	8334	4.5	7149	2.7
Inglês	33669	23.1	45536	24.3	63771	24.0
Outra língua ou dialecto da China	87690	60.1	139165	74.3	209146	78.7
Outra	29057	19.9	16621	8.9	22569	8.5

Fonte: DSEC

De acordo com os apuramentos dos três últimos momentos censitários, os únicos que fornecem informação relativa aos conhecimentos linguísticos da população, parece bastante significativo o crescimento daqueles que dominam outra ou outras línguas para além da sua língua corrente.

Mas estes valores devem ser vistos com algumas cautelas. É o domínio de outra língua ou dialecto chinês que produz o efeito de crescimento tão acentuado, o que está de acordo com os movimentos e as características da população que, como vimos anteriormente, é maioritariamente oriunda da China Continental, tendo outro dialecto chinês como sua língua materna mas dominando o cantonês e/ou o mandarim. Assim como, pelas mesmas razões, entre os que se apresentam de cantonês língua corrente poderemos encontrar indivíduos que irão ser contabilizados no domínio de outras línguas como conhecedores de um outro dialecto chinês que, já não sendo a sua língua principal, é a língua da família que igualmente dominam.

Haverá a registar, também, aqueles que sendo naturais de Macau e/ou da Província vizinha de Guangdong tendo o cantonês como língua primeira estudaram a língua nacional, o *putonghua*, vulgarmente designada como mandarim.

É evidente que este raciocínio sendo válido para a língua chinesa é igualmente válido para qualquer outra língua, nomeadamente para a portuguesa e para a inglesa.

Também em relação a estas línguas temos de ter em consideração que entre os macaenses, no sentido histórico do termo, haverá os que se auto identificam de língua corrente portuguesa e que têm domínio do cantonês – ainda que neste caso muitos não o tenham na sua expressão escrita – e, contrariamente, aqueles que tendo como sua língua corrente o cantonês no domínio de outras línguas poderão ter apontado a portuguesa. No que respeita à língua inglesa, que regra geral os macaenses também parecem dominar, é de ter em consideração, desde logo, a minoria filipina residente em Macau que, tendo o tagalog como sua língua primeira, domina e usa o inglês. Se no caso dos macaenses sabemos que terão saído alguns de Macau por alturas da Transferência, e ainda que não tenha sido uma saída em massa num

contingente não muito numeroso mesmo um pequeno número fará notar-se diferenças, no caso dos filipinos o movimento é de entrada.

À semelhança do que fomos fazendo no capítulo dedicado à população, também aqui temos de voltar a frisar que nos encontramos a escrever numa altura em que decorrem os levantamentos de informação para os Censos 2011 e algumas das afirmações que fazemos poderão ter perdido actualidade – neste caso, é nossa expectativa que os dados que virão a ser conhecidos no próximo ano nos tragam algumas boas novidades. Já referimos anteriormente o esforço no desenvolvimento de competências educacionais e o resultado deste esforço, espera-se, deverá ter consequências quanto ao domínio de línguas.

Até porque, no que particularmente respeita à língua portuguesa, o número dos que a indicaram dominar parece-nos estar aquém do que seria legítimo esperar considerando os dados referentes a frequências em cursos de português.

Três considerações a fazer: em primeiro lugar, há que considerar a autorepresentação negativa de muitos falantes chineses e mesmo macaenses que, embora conseguindo manter uma conversação em língua portuguesa, não se assumem como conhecedores da mesma; em segundo lugar há que ter em conta os níveis de ensino que os estudantes frequentam e ter em atenção que muitos não passam dos primeiros níveis não chegando, portanto, a ser proficientes nesta língua e, terceiro, é nos últimos anos que se têm acentuado os movimentos de procura de aprendizagem do português.

Ao longo dos períodos que passámos em Macau foi possível, também, dar conta da existência de um conjunto de lógicas de afastamento relativamente à língua e à cultura portuguesas, negando qualquer importância que lhes possa ser atribuída e criticando o centramento que ainda assume em determinados sectores da sociedade local, justificando aspectos menos conseguidos no andamento da RAEM com a circunstância de se continuar a usar o português nos vários sectores da Administração Pública, conotando os atrasos no andamento dos processos na área jurídica com o facto de este sector ser de matriz portuguesa, recusando claramente a utilização desta língua e reclamando o uso de *mais chinês*, situação que, aliás, já se referiu em capítulo precedente.

Estas situações, não podendo ser linearmente classificadas como *questões linguísticas*, configuram, antes, processos de relações de poder em que a(s) língua(s) surge(m) como instrumento usado em estratégias de afirmação e demarcação de posições.

Até há relativamente pouco tempo Macau, território chinês, encontrava-se sob administração portuguesa tendo *regressado à pátria*, como é muitas vezes designada nos meios chineses a situação de transferência de poderes sobre o território de Portugal para a

China, regresso esse que impõe a eliminação de um conjunto de símbolos que representam a soberania portuguesa. Sendo consensual a substituição dos sinais exteriores da soberania exercida por Portugal – como a bandeira ou o escudo e as armas de Portugal nalguns edifícios sede de serviços da Administração – já o mesmo não se aplica à língua portuguesa que, decorrendo do acordo firmado entre os dois países e em conformidade com o estabelecido na Lei Básica, mantém o estatuto de língua oficial em Macau a par da língua chinesa.

Contudo também a língua tem um significado simbólico, representando, para alguns sectores de Macau, a língua do colonizador e, decorrentemente, um símbolo a eliminar ou, pelo menos, a diluir. Atitudes vistas e muitas vezes explicadas como manifestações de patriotismo por parte dos chamados *tradicionais* ou *pró-Pequim*, ainda que esta designação de *pró-Pequim* possa suscitar algumas dúvidas no que à língua portuguesa diz respeito uma vez que considerando as intervenções públicas dos responsáveis do Governo central e os mecanismos criados e práticas desenvolvidas parece-nos que ser *pró-Pequim* seria ser *pro-língua portuguesa*.

Não queremos com isto dizer que não existe uma intenção de afirmação de patriotismo e, para usar terminologia local, de demonstração de *amor à pátria* – questão que, aliás, tem sido bastante fomentada pelas autoridades locais depois da Transferência da Administração o que nos parece revelador da existência de um fraco sentimento de pertença à *Grande China*. Haverá, seguramente, quem considere que a língua portuguesa e a sua manutenção em Macau atentam contra a ideia de construção de um projecto nacionalista, contido no princípio unificador de “um só país”, ainda que este se apresente como não homogeneizador ao conter em si os “dois sistemas”. E se não é comum ouvir dirimir argumentos contra outros critérios normalmente associados às ideologias nacionalistas, como é o caso da religião, assim como ninguém se lembra de reivindicar a abolição de fronteiras entre a RAEM e a parte continental que configura o país de que é parte integrante e nem questionar o elevado grau de autonomia plasmado na mesma Lei Básica que consagra a continuidade da língua portuguesa com estatuto oficial será de, no mínimo, questionar esta versão linguística do patriotismo local. É evidente que os aspectos que acabámos de mencionar têm de ser equacionados face às duas realidades em questão, sendo necessário ter sempre em consideração aquilo que a China tem para oferecer por comparação com Macau e, ao fazê-lo, facilmente se compreenderá que quem vive no segundo sistema não terá qualquer interesse em aproximá-lo do primeiro.

Portanto estas manifestações patrióticas ou nacionalistas têm de ser dimensionadas à escala de Macau e à escala local, efectivamente, argumentos que colhem são os que se reportam aos símbolos da presença estrangeira, entre os quais a língua.

Mas não se pense que são só os etnicamente chineses a pressionar contra o português. Pudemos dar conta que alguns falantes da língua inglesa consideram que não há necessidade nenhuma de manter a língua portuguesa em Macau e, sabendo o peso que têm actualmente no principal sector de actividade de Macau, este é um tipo de pressão cujas consequências podem ser bastante negativas no que ao português diz respeito.

Estando estas manifestações de desagrado longe de ser as únicas que se detectam em relação à presença da língua portuguesa em Macau, vejamos os argumentos daqueles que manifestam posições contrárias.

Disposições para aprender português

Se foram já identificados campos de localização da língua portuguesa, apresentadas algumas tensões existentes no interior de cada um e mencionadas formas de pressão sobre a esta língua resultantes da estruturação interna de cada campo e da forma como se encontram interligados, bem como de um conjunto de representações que lhe estão associadas, valerá a pena, ainda, tentar perceber algumas lógicas orientadoras das práticas individuais de aproximação ao português.

Referimos no capítulo referente à organização do sistema de ensino, a propósito do ensino não curricular da língua portuguesa, alguns dados fornecidos pelo IPOR relativos aos estudantes que frequentaram esta instituição no ano lectivo 2006/07 e que mencionaram desenvolver a sua aprendizagem combinando um *interesse pessoal* pela língua com razões *profissionais e académicas*.

Em trabalho anterior (Silva, 2005 e referidos também em Silva, 2011), apresentámos os resultados apurados quanto às razões porque estudam português apontadas pela população estudantil inquirida e, à semelhança do que fizemos em relação a outros indicadores, recuperamos aqui alguns desses dados complementados com informação mais recente e obtida segundo outras modalidades de observação.

Perante um conjunto de opções fornecidas aos inquiridos, às quais poderiam acrescentar outras, verificámos que assume maior relevância o facto de a língua portuguesa ser oficial em Macau, opção que foi apontada por 64.1% dos respondentes, ficando completamente destacada em relação às restantes possibilidades de resposta.

Surgem, a seguir, dois conjuntos de respostas com valores próximos: o primeiro reportando-se ao entendimento do valor que a língua portuguesa pode assumir em termos de futuro e à sua posição num contexto mais alargado – para encontrar um emprego (39.0%), por

ser útil falar línguas europeias (35.9%) e porque o português é uma língua internacional (32.4%) – e o segundo relacionando-se com questões profissionais do imediato, surgindo, neste caso, as referências à certificação (29.6%) e à progressão na carreira (28.5%) e, ainda, como uma imposição profissional (25.8%).

Quadro 9.2 – Razões para aprender português

Razões	Lusófonos	CDM	CEM	CHC	Outros	Total
Saber português pode ser uma vantagem para obter um emprego no meu país	41.6	31.8	31.7	69.3	21.2	39.0
Saber português é indispensável para a minha vida profissional	19.7	14.3	18.3	4.3	21.2	15.3
A língua portuguesa é falada internacionalmente	10.7	31.5	29.9	58.8	39.4	32.4
Tenho nacionalidade portuguesa	80.7	24.1	7.1	...	12.1	21.0
O Português é Língua Oficial em Timor	0.4	2.5	2.1	2.7	6.1	2.1
Para obter um diploma de certificação	13.3	31.3	37.6	21.0	24.2	29.6
O português é Língua Oficial em Macau	36.9	71.4	78.8	40.5	48.5	64.1
Para manter o meu emprego tenho de saber português	7.7	14.8	16.4	3.1	18.2	12.6
É útil saber línguas europeias	33.9	35.2	30.2	51.4	54.5	35.9
Tenho familiares portugueses	57.1	4.4	1.2	0.8	18.2	10.4
Para trabalhar em Portugal, no Brasil ou na África Lusófona	23.2	9.6	4.9	23.3	18.2	11.9
Para conhecer a cultura de um país que tem relações históricas com Macau	15.0	13.5	17.1	26.1	9.1	17.2
Para progressão na minha carreira profissional	16.7	33.3	38.3	5.8	27.3	28.5
Por imposição da organização onde trabalho	6.0	29.8	35.5	13.6	9.1	25.8
Quero conhecer pessoas novas	3.0	12.8	10.0	19.5	15.2	11.3
Tenho amigos portugueses	23.6	8.4	9.9	9.3	24.2	11.7
Outra	5.6	8.6	9.4	12.1	27.3	9.5

N= 1581. Pergunta de resposta múltipla, não tendo o somatório das parcelas de corresponder a 100%.

Fonte: IQ aos estudantes de português

Há, no entanto, que fazer uma ressalva em relação aos inquiridos que apontaram ser uma imposição profissional aprender português – 63% dos mesmos não desenvolve qualquer actividade profissional. Encontram-se, no entanto, a frequentar outros cursos no ensino superior nos quais a língua portuguesa surge como cadeira obrigatória, o que sugere um entendimento da opção dada equivalente a “ser obrigado a estudar português uma vez que faz parte do currículo do curso”, portanto desfasado daquele que era o entendimento do inquiridor que apresentou a opção tendo em consideração o público estudantil trabalhador. Assim sendo, ainda que esta hipótese de resposta possa ter perdido algum valor explicativo, indicia que no leque de opções propostas faltou uma referência ao facto de a língua portuguesa surgir como disciplina obrigatória em alguns cursos do ensino superior, não sendo propriamente uma questão de escolha pessoal.

Assunto que foi, contudo, apontado na possibilidade dada para apresentar outras razões, constando entre os aspectos mencionados e ainda que, isoladamente, nenhuma das referências presente valores elevados será de salientar que o facto de ser uma disciplina obrigatória foi referido por 26 alunos. Para além desta situação, há a referir ainda que 11 inquiridos mencionaram a importância da língua portuguesa no curso de direito, 16 indicaram simplesmente que pretendiam aprender mais uma língua e 22 afirmaram fazê-lo porque gostam de português.

Ao analisar a informação em função da origem dos inquiridos encontramos algumas diferenças indiciadoras de distintos posicionamentos relativamente ao português.

Desde logo, ainda que a opção mais escolhida – o estatuto oficial da língua portuguesa e o que, evidentemente, daqui decorre – se encontre entre as primeiras escolhas em todas as categorias criadas parece não assumir o mesmo significado para todos surgindo outras opções com maior expressão e verificando-se que esta é particularmente valorizada pelos inquiridos chineses de Macau (*CDM*) e em Macau (*CEM*). Na primeira destas duas categorias, surge a seguir, mas a uma considerável distância, a utilidade de dominar línguas europeias e a importância do português para progredir na carreira profissional e para obter um emprego; na segunda categoria, além de igualmente apontarem a relação do português com as suas carreiras profissionais e a obtenção de uma certificação nesta língua a opção mais escolhida que se segue é o facto de ser uma imposição a que estarão sujeitos – dos quais 34% frequenta cursos na área de direito, administração pública e específicos para funcionários públicos, 23.2% frequenta um curso do IPOR e os restantes frequentam cursos de outras áreas em que o português é parte do currículo.

Para os estudantes de origem chinesa que se encontravam mais recentemente em Macau, classificados em *CHC*, a opção que mais se destacou foi a vantagem da língua portuguesa para a obtenção de um emprego – referida por cerca de 70% dos inquiridos. É importante salientar que, de acordo com a informação fornecida por alguns responsáveis pelos cursos que os alunos frequentam, a taxa de empregabilidade destes estudantes após a conclusão do curso é elevada e se à data da aplicação deste questionário em Macau ainda não eram muito salientadas as relações económicas e comerciais da China com os países de língua portuguesa, que já existindo não tinham a dimensão que apresentam actualmente, ao longo do período de investigação esta questão foi ganhando peso e saliência nos discursos.

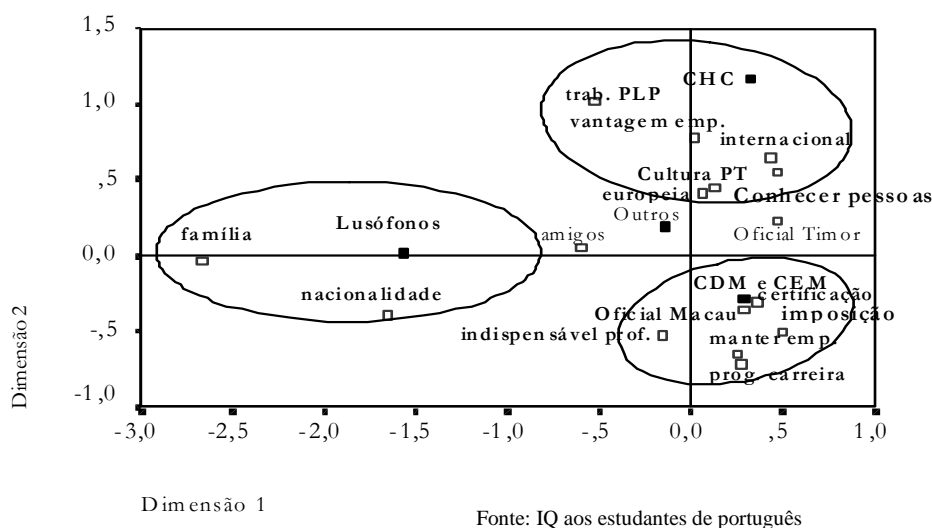
Para estes estudantes, surgem a seguir as opções relacionadas com a posição da língua portuguesa no contexto mundial, sendo, também dada relevância ao facto de ser língua oficial em Macau.

No que respeita à categoria *lusófonos*, ter nacionalidade portuguesa é a opção francamente mais referida (80.7%), surgindo a seguir, e ainda com alguma distância em relação às outras razões mais apontadas, as referências familiares (57.1%). Como terceira e quarta opções mais referidas, respectivamente, apontam a vantagem para encontrar um emprego (41.6%) e o estatuto oficial da língua portuguesa em Macau (39.6%). Nesta categoria, a relação com a língua surge marcadamente pela dimensão familiar e dos afectos, assumindo estes aspectos, claramente, primazia sobre os mais utilitários.

A salientar, ainda, que aprender português para trabalhar num país de expressão portuguesa apresenta, neste grupo, o mesmo peso relativo que em *CHC* (23%), parece ser entre os que vêm da China Continental que conhecer a cultura portuguesa desperta maior interesse (26.1%) e os amigos portugueses surgem com algum significado na categoria *outros* (24.2%), ligeiramente superior ao que assume entre os *lusófonos* (23.6%).

A configuração a que se chega através da realização de uma análise de correspondências simples [Fig. 9.1], corroborando o que temos vindo a dizer, sugere três grandes tendências.

Fig. 9.1 – Razões para aprender português segundo o grupo de origem



Na primeira, são valorizados aspectos relacionados com as origens e relações familiares dos inquiridos, portanto por parte daqueles que têm um grau de familiaridade mais próximo com a língua portuguesa, em clara associação com a categoria *lusófonos*; na segunda, entre os que se relacionam com esta língua enquanto língua estrangeira, surgem as questões utilitárias imediatas, relacionadas com a vida profissional e com o estatuto oficial do português em Macau para os que da Região são naturais (*CDM*) ou residentes de mais prolongada duração (*CEM*).

Na terceira tendência, surge com particular relevo a posição da língua portuguesa enquanto língua europeia de comunicação internacional com associação à categoria *CHC*. Surge igualmente associada a possibilidade de trabalhar num país de língua portuguesa, assim como é neste grupo que se combina, ainda, uma dimensão de sociabilidade e de descoberta cultural através da língua.

Em Julho de 2007, num encontro com alunos que estavam a frequentar o Curso de Verão da Universidade de Macau – uma turma composta por estudantes de Macau, de Pequim, de Xangai, do Vietname e de Hong Kong – estivemos a conversar, entre outras questões, sobre as razões que os levaram a aprender português.

Importa salientar que, nesta turma, sendo alunos dos 2º e 3º anos de Língua e Cultura Portuguesa, todos tinham um bom grau de proficiência em português tendo sido possível manter uma conversação durante mais de uma hora sem nunca se ter recorrido ao uso de outra língua.

As motivações apresentadas por cada um, sempre revelando entusiasmo e expectativa na aprendizagem da língua, são variadas. Vejamos, da informação retida, as linhas que se destacam:

- 1) Saber português é uma vantagem – o conhecimento do inglês é útil e importante mas toda a gente sabe ou estuda, a vantagem está em saber mais uma língua importante como o português e que pouca gente sabe na Ásia.
- 2) Há muitas empresas na China (em Pequim e em Xangai) que precisam de pessoas que saibam português por causa dos negócios com o Brasil e com África.
- 3) É útil saber português para depois aprender outras línguas europeias como o espanhol.
- 4) Fazer o Curso de Verão pode ser útil para mais tarde seguir o curso de direito.
- 5) É uma língua nova no Vietname e, exactamente por isso, é útil aprendê-la.
- 6) Uma das alunas, professora de Chinês, procurava aprofundar conhecimentos em português pois, profissionalmente, está ligada à preparação do ensino da língua chinesa em África.
- 7) Conhecem, gostam e interessam-se pela literatura portuguesa e pelo estudo de autores de língua portuguesa (alguns dos quais leram na sua língua de origem pois estão traduzidos).

Como se pode verificar, encontramos aqui as mesmas tendências que havíamos encontrado anteriormente – à excepção, como é evidente, das questões relacionadas com o domínio dos afectos uma vez que neste curso não se encontram indivíduos de origem lusófona.

Voltámos a repetir este exercício, em 2010, com três turmas²¹⁵ dos níveis mais avançados no IPOR e onde, para além de estudantes universitários, se encontram alunos com outro tipo de características, nomeadamente funcionários públicos.

²¹⁵ Num total de 39 alunos, sendo 5 naturais da China Continental e os restantes naturais de Macau.

De um conjunto de razões apresentadas, em que se destacam claramente as questões de ordem prática imediata, surgem com maior saliência as referências ao estatuto oficial da língua portuguesa em Macau, à necessidade profissional do uso da língua e à sua utilidade no domínio do direito.

De acordo com as explicações dos estudantes, os segundo e terceiro aspectos apontados estão em estreita relação com o primeiro; do facto de a língua portuguesa ser oficial em Macau a par da chinesa decorre a necessidade do seu uso em todos os sectores da Administração Pública e a sua manutenção na actividade jurídica e judicial. Nos vários serviços, ainda que a sua utilização seja actualmente muito menos frequente, particularmente na expressão falada, é recorrente na sua forma escrita – para além da documentação que é produzida actualmente em versão bilingue existe todo um acervo documental, que se reporta ao período da Administração Portuguesa, apenas em português. Esta situação assume particular importância no que respeita à produção legislativa, sendo salientada quer por aqueles que, entre os nossos interlocutores, trabalham na área jurídica quer pelos que estudam Direito, portanto com expectativa de nesse domínio virem a curto prazo desenvolver as suas actividades profissionais.

Este conjunto de razões, de carácter instrumental e funcional imediato, sendo aquele que mais se destaca nos motivos apresentados pelos estudantes não é o único a merecer registo, surgindo muitas vezes combinado com outra ordem de razões. Vejamos algumas das observações dos estudantes, nas suas próprias palavras:

Aprendo português porque sou um cidadão português e por isso tenho uma obrigação de perceber a língua portuguesa, ou seja, a língua nacional. Mas o mais importante é que a língua portuguesa é uma chave para perceber Macau melhor. Há muita documentação no passado escrita só em português, em particular documentação oficial, por isso para perceber Macau melhor e como os portugueses governaram Macau, perceber a lógica da governação, é importante a língua portuguesa (Aluno IPOR, Curso de Aperfeiçoamento, doutorando em Gestão Pública).

Eu gosto muito da língua portuguesa, estudei português há 3 anos e eu quero controlar a língua portuguesa, se falar e escrever bem posso divulgar a cultura portuguesa e a língua portuguesa no Continente (Aluno IPOR, Curso de Aperfeiçoamento, reformado da área do comércio).

Macau é influenciado pela cultura portuguesa, eu cresci em Macau [natural da China], sendo que aprendendo a língua portuguesa faz-me uma parte desta cidade e desta cultura (Aluno IPOR, Curso Avançado, trabalha no ramo da engenharia e não precisa da língua portuguesa no trabalho).

Em Macau os povos portugueses e chinês convivem durante muitos anos e gosto muito desta atmosfera (Aluno IPOR, Curso Avançado, funcionário público, área da segurança).

[Começou a estudar por necessidades profissionais] e gradualmente também passei a interessar-me em aprender essa língua porque ao aprender mais uma língua podemos aprender também mais culturas; acho que a cultura é um meio para perceber a situação ou a vida, a civilização de outro povo (Aluna IPOR, Curso de Relações Internacionais, funcionária pública na área jurídica).

[fez o seu percurso escolar desde a infância em escolas portuguesas] antigamente era preciso para arranjar um emprego, neste momento continuo no IPOR para aperfeiçoar o português, principalmente os termos gramaticais, e para conhecer melhor os países lusófonos – sabemos muito bem que Macau é uma plataforma entre a China e outros países lusófonos. (...) De qualquer maneira, tenho de proteger a nossa língua e a cultura cá em Macau, é muito importante para continuar coisas turísticas cá em Macau (Aluno IPOR, Curso de Relações Internacionais, funcionário público, área da segurança).

(...) depois da transição de Macau para a China em 1999 eu estive em Portugal alguns meses e penso que isto é muito importante para mim, porque a cultura portuguesa atraiu muito a minha atenção. Adoro. Adoro. Agora não estou aqui por causa de necessidade, embora ainda tenha de falar português lá no serviço, mas o importante é que interessa, tenho muito interesse pela língua estrangeira e penso que esta tem origem latina que é muito interessante; quando viajamos para países estrangeiros podemos observar muitas coisas que aquela pessoa que fala inglês não sabe. Aquelas pedras muito antigas que têm palavras latinas, é muito interessante para mim (Aluno IPOR, Curso Relações Internacionais, funcionária pública, área de obras públicas).

É verdade que eu gostava de estudar português, por um lado eu gosto muito da cultura portuguesa e por outro lado é por o meu trabalho (...) para verificar os documentos que escrevem em português. Outro lado é que eu tenho amigos portugueses, são amizade, eu gosto muito deles, por isso é melhor eu estudar mais para comunicar bem (Aluna IPOR, Curso Relações Internacionais, funcionária pública, serviços de identificação).

(...) tenho mais amigos portugueses e amigos macaenses também, por causa disso [estuda português], porque eles gostam, e um chinês aprender português é mais fácil fazer amizades. Mais amizade e mais comunicação (Aluna IPOR, Curso Relações Internacionais, funcionária pública, área municipal).

Encontramos aqui outro tipo de motivações que, sem se desligarem das anteriormente referidas, apontam para outras lógicas de aproximação – o potenciar relações interpessoais, o conhecimento de outras maneiras de ser e de agir e a descoberta do outro cultural que, embora distante, não se apresenta como exótico porque faz parte do quotidiano destes alunos estando presente em Macau. E esta é uma questão que é transversal à maioria dos discursos e das

observações feitas: Macau é especial, é diferente e tem uma longa história da qual fazemos parte e que queremos preservar.

Contudo, quando questionados sobre as práticas culturais que desenvolvem em língua portuguesa as referências são meramente residuais – alguma recepção televisiva, algumas práticas de leitura, mais de jornais do que de livros, pouca ou nenhuma audição musical. Visionamento de filmes é inexistente – saliente-se que não há cinema em português em Macau, a quinzena de filmes em língua portuguesa que o IPOR organizava anualmente desde 2004 deixou de ser acontecimento na agenda cultural de Macau – e outro tipo de actividades são eventos pontuais em Macau pelo que não é possível aferir frequências.

Esta informação está de acordo com os resultados apurados através do inquérito por questionário aplicado à população estudantil, que foram apresentados mais detalhadamente em Silva (2005), tendo-se, então, chegado à conclusão que mais de 60% dos inquiridos raramente ou nunca se expunham a conteúdos culturais em língua portuguesa, sendo os valores mais elevados encontrados referentes à recepção televisiva (64.7%) e ler livros (de estudo 65.5% e sem ser de estudo 66.6%). Verificou-se, igualmente, que é na categoria *lusófonos* que se concentra a maior parte dos que indicaram desenvolver algumas actividades em língua portuguesa, assim como se encontraram procuras complementares de componentes culturais mais acentuadas entre os estudantes oriundos da China Continental (CHC), salientando-se que, neste caso, os estudantes frequentam cursos de nível superior em língua portuguesa o que contribuirá para uma maior propensão a desenvolver procuras complementares nesta língua – um teste de associação com a variável áreas de formação²¹⁶ permitiu verificar que existe uma associação²¹⁷ entre o tipo de ensino que frequentam e o desenvolvimento de actividades de índole cultural.

Não podemos, pois, considerar que não existem procuras complementares de conteúdos culturais por parte dos estudantes de português mas sim que essas procuras se localizam, muito compreensivelmente, em segmentos específicos dessa população estudantil.

No entanto, nalguns espectáculos culturais a que tivemos oportunidade de assistir podemos afirmar que entre a audiência se encontravam chineses, apesar de vários interlocutores portugueses nos terem repetidamente dito que os *chineses não vão a estas coisas* e até mais enfaticamente *não vês lá um chinês*. São casos pontuais? Talvez. Tão

²¹⁶ Os cursos que os inquiridos frequentam foram agregados em cinco categorias: a primeira agrupa os cursos de Tradução/Interpretação e os cursos de Estudos Portugueses e Língua e Cultura Portuguesa; a segunda agrupa os cursos de Direito, Administração Pública e Específicos para a Função Pública; a terceira corresponde aos cursos de PLE do IPOR; a quarta ao ensino secundário e a quinta agrupa todos os restantes cursos superiores e o pré-universitário.

²¹⁷ Qui-quadrado significativo para todos os cruzamentos ($p \leq 0.01$).

pontuais como a frequência dos acontecimentos e, ficou-nos a sensação, tão pontuais quanto é a presença de portugueses em espectáculos chineses.

Sendo a discussão sobre os públicos e sobre os seus posicionamentos e diferentes modos de relação com a cultura portuguesa no estrangeiro de todo o interesse, e assunto sobre o qual faltam trabalhos de fundo, não corresponde à problemática desta investigação nem, evidentemente, temos informação suficiente para promover o debate do tema, pelo que é assunto que terá de ficar para outro trabalho.

Seria necessário, desde logo, ter acesso à agenda cultural de Macau relativa a um período prolongado – aferir se se participa frequentemente numa determinada actividade em língua portuguesa, em Macau, pode significar apenas uma ou duas vezes por ano (teatro, cinema, concertos, por exemplo), enquanto outras poderão ter uma maior frequência (seminários, exposições, apresentações de obras literárias); depois, contabilizar audiências não é definir públicos e, além disto, é preciso também equacionar a acessibilidade ao espectáculo (capacidade da bilheteira, por exemplo) e formas de promoção. O que podemos dizer em relação a esta matéria é que, efectivamente, as audiências serão mais ocidentais no que respeita aos eventos portugueses e mais orientais nos eventos chineses, ainda assim, esta questão varia muito em função do tipo de espectáculo promovido.

Recordamo-nos que, em 2004 na Festa da Lusofonia, Mafalda Arnaut teve um público reduzido, mas, no mesmo evento no ano seguinte, o mesmo não aconteceu com os Gaiteros de Lisboa, Tito Paris e Da Weasel, assim como à actuação de Rodrigo Leão nas Ruínas de S. Paulo não faltou assistência nem tão pouco, ao que nos foi dito porque não estávamos presentes, aos Xutos e Pontapés no concerto dos Lagos Nan Van em 2006.

Por outro lado, junto dos portugueses também foi possível perceber que não se pode generalizar o conceito de público, tendo vários dos nossos interlocutores afirmado que, por exemplo, relativamente às desaparecidas semanas do cinema em português nunca as tinham frequentado mas que também em Portugal não tinham por hábito assistir a filmes portugueses.

Uso da língua portuguesa e percepção da sua posição em Macau

Em Macau a língua de uso corrente mais falada é, já foi mencionado, o cantonês não sendo a língua portuguesa uma língua de uso generalizado e, encontrando-se aparentemente, em posição pouco vantajosa quando considerado o peso das outras línguas em presença no território.

Uma parte muito significativa dos nossos inquiridos (76.3%) afirmou usar regularmente mais do que uma língua, situação que é comum em todas as categorias criadas de acordo com as origens dos respondentes, sendo clara a correspondência entre a língua materna e a língua de uso corrente indicadas.

Quadro 9.3 – Língua principal de uso corrente

Língua primeira	Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros		Totais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Chinês (cantonês)	107	45.0 9.6	377	91.3 33.8	583	87.8 52.2	33	13.0 3.0	16	48.5 1.4	1116	69.9 100.0
Chinês (mandarim)	4	1.0 2.0	12	1.8 6.1	182	71.9 91.9	198	12.4 100.0
Chinês (outros dialectos)	5	0.8 50.0	5	2.0 50.0	10	0.6 100.0
Bilingue (em chinês)	3	1.3 3.0	17	4.1 17.0	49	7.4 49.0	28	11.1 28.0	3	9.1 3.0	100	6.3 100.0
Português	105	45.1 96.3	4	12.1 3.7	109	6.8 100.0
Bilingue (PT/cantonês)	13	5.6 50.0	7	1.7 26.9	5	0.8 19.2	1	0.4 3.8	26	1.6 100.0
Bilingue (chinês/outra)	1	0.4 5.3	7	1.7 26.9	8	1.2 42.2	3	1.2 15.8	19	1.2 100.0
Inglês	3	1.3 25.0	1	0.2 8.3	2	0.3 16.7	1	0.4 8.3	5	15.2 41.7	12	0.8 100.0
Outra da Ásia	0	5	15.2 100.0	5	0.3 100.0
Outra	1	0.4 100.0	1	0.1 100.0
<i>Totais</i>	233	100.0 14.6	413	100.0 25.9	664	100.0 41.6	253	100.0 15.9	33	100.0 2.1	1596	100.0 100.0

Nota: percentagens em linha, referentes ao indicador “língua”; percentagens em coluna referentes ao indicador “origens”

Fonte: IQ aos estudantes de português

A seguir ao cantonês, que é língua corrente para 69.9% dos inquiridos, surge o mandarim (12.4%) e o português (6.8%), predominando o cantonês nas categorias *CDM* e *CEM*, o mandarim na *CHC* e o português entre a *lusófonos*, embora, neste caso, entre os indivíduos que a constituem se verifique uma divisão em termos equitativos entre o cantonês e o português (respectivamente, 45.0% e 45.1%), situação que não ocorre em nenhuma das outras categorias e línguas. Registamos, ainda, a situação de bilinguismo português/cantonês cuja expressão, sendo francamente mais significativa na categoria *lusófonos* (50.0%) não deixa de se verificar entre os *CDM* (26.9%) e *CEM* (19.2%).

A língua inglesa surge em 0.8% dos casos como a primeira língua mais usada e corresponde, maioritariamente, a inquiridos classificados na categoria *outros*.

Questionámos, igualmente, os inquiridos relativamente ao uso corrente de outras línguas, o que acontece na maioria dos casos – 1301 estudantes afirmam usar correntemente uma segunda língua e 998 uma terceira. Entre os que indicaram usar correntemente uma segunda e terceira língua é o inglês a língua francamente mais usada, referida por 80.9% dos

respondentes, sendo o mandarim e o português apresentados por, respectivamente, 28.0% e 24.4% dos casos.

Pode afirmar-se que, pela correspondência entre língua materna e língua de uso corrente, é possível, em Macau, a cada um usar *a sua* língua constituindo-se, aparentemente, o inglês como a língua de mediação entre grupos de diferentes línguas, assim como parece clarificar-se que entre os que foram classificados como *lusófonos* se encontrarão não só os falantes maternos desta língua mas, também, os que em termos de grau de familiaridade com a língua se podem considerar de *português língua segunda (PL2)*.

Para além de PLM e PL2, o português afigura-se como a terceira língua de uso entre os nossos inquiridos, depois do inglês e do mandarim.

Feita a descrição, genérica, do panorama linguístico dos inquiridos, no que particularmente respeita ao português, importa conhecer as situações e a frequência de utilização desta língua.

Uma primeira leitura permite perceber, desde logo, que a língua portuguesa é uma língua do espaço de aprendizagem e que, fora deste círculo, a sua utilização parece bastante reduzida; mesmo quando usada fora do contexto de sala de aula é com os professores que apresenta maior índice de frequência.

Quadro 9.4 – Uso da língua portuguesa²¹⁸

Situação	Sempre		Frequentemente		Raramente		Nunca		S+F	R+N
	N	%	N	%	N	%	N	%		
Com familiares	95	10.9	104	11.9	156	17.9	516	59.2	22.8	77.1
Em casa	85	9.8	113	13.0	215	24.7	458	52.6	22.8	77.3
Com amigos fora do local de trabalho e da escola	105	11.8	216	24.3	357	40.1	212	23.8	36.1	63.9
Com professores (fora das aulas)	283	32.3	225	25.7	282	32.2	87	9.9	58.0	42.0
Nas aulas	387	43.4	340	38.1	136	15.2	29	3.3	81.5	18.5
Em situações do dia-a-dia	60	6.9	198	22.6	409	46.7	208	23.8	29.5	70.5
No desempenho da actividade profissional	30	12.9	75	32.2	90	38.6	38	16.3	45.1	54.9

Fonte: IQ aos estudantes de português

Fazendo uma análise por categoria [Quadro 9.5] os dados apontam no sentido que já havia sido identificado (a cada grupo a *sua* língua), confirmando-se a situação esperada de que é entre os *lusófonos* que, em todas as situações, o uso do português apresenta frequências mais elevadas.

²¹⁸ Equacionado o domínio da língua, através da auto-avaliação feita pelos próprios alunos em cruzamento com o nível de ensino que frequentam e com a indicação dada sobre há quanto tempo estudam português, verifica-se que 55.8% dos nossos inquiridos forneceu informação que permite considerar que lhes será possível utilizar a língua portuguesa, ainda que com níveis de proficiência variados.

Os resultados sugerem uma utilização da língua portuguesa segmentada em três espaços de relações, o doméstico ou familiar, o círculo de amigos e o círculo profissional, ficando a língua portuguesa ausente das situações do quotidiano.

Quadro 9.5 – Uso da língua portuguesa (média segundo a origem)

Situação	Lusófonos	CDM	CEM	CHC	Outros
Com familiares	1.82	3.57	3.83	3.87	3.20
Em casa	1.98	3.50	3.72	3.62	3.00
Com amigos fora do local de trabalho e da escola	1.90	2.89	3.17	3.07	2.35
Com professores (fora das aulas)	1.40	2.38	2.61	2.26	2.42
Nas aulas	1.44	1.94	2.01	1.61	1.68
Em situações do dia-a-dia	2.13	3.07	3.22	3.05	2.63
No desempenho da actividade profissional	2.44	2.58	2.68	*	*

Escala: 1 - sempre; 2 - frequentemente; 3 - raramente; 4 - nunca

* número de casos irrelevante

Fonte: IQ aos estudantes de português

Vejamos, então, entre aqueles que declararam usar a língua portuguesa no campo profissional a utilização que da mesma fazem.

Entre os inquiridos que desenvolvendo uma actividade profissional se encontram em situação de poderem utilizar a língua portuguesa contam-se 235 indivíduos (25.6%) e, destes, 60.9% encontra-se a trabalhar no sector público e 39.1% no sector privado.

No conjunto, 16.1% declara não usar a língua portuguesa no desempenho da sua actividade profissional, verificando-se esta situação com maior incidência entre os que trabalham no sector privado. Quanto àqueles que declararam o seu uso, em ambos os sectores a língua é usada, quer na forma escrita, quer falada.

Quadro 9.6 – Uso da língua portuguesa na actividade profissional

Situação	Público		Privado		Total	
	N	%	N	%	N	%
Responder oralmente a utentes do meu serviço	59	45.4	21	33.3	80	41.5
Comunicar oralmente em reuniões de trabalho	23	17.7	8	12.7	31	16.1
Ler e escrever documentos	77	59.2	18	28.6	95	49.2
Traduzir para outras línguas documentos escritos em português	37	28.5	8	12.7	45	23.3
Traduzir para português documentos escritos noutra língua	29	22.3	3	2.3	32	16.6
Comunicar com pessoas de outros países	22	16.9	14	22.2	36	18.7
Usa a língua portuguesa	130	92.9	63	70.0	193	83.9
Não usa a língua portuguesa	10	7.1	27	30.0	37	16.1
Total	140	100.0	90	100.0	*230	100.0

* 5 não respostas

Pergunta de resposta múltipla, somatório de colunas não tem de ser igual a 100%

Fonte: IQ aos estudantes de português

As tendências identificadas encontram, mais uma vez, correspondência com o que nos foi sendo transmitido, nomeadamente pelos alunos do IPOR, relativamente a experiências profissionais e ao uso da língua portuguesa no âmbito das mesmas.

De acordo com as declarações dos estudantes do IPOR, é no domínio da escrita (escrever e ler documentos) que fazem maior uso da língua portuguesa sendo menos

frequentes as situações em que se confrontam com a necessidade de a usarem na sua expressão falada. Como é evidente nem todos os nossos inquiridos e nem todos os estudantes com quem conversámos desenvolvem actividades em que têm de contactar com o público, mas nos casos em que isso acontece foi sempre salientado que actualmente se fala menos, porque há menos utilizadores de língua portuguesa a recorrer aos serviços, mas que permanece a obrigatoriedade de escrever e ler em português, o que levanta, obviamente, a questão da frequência com que os nossos inquiridos se deparam com cada uma das situações e, também, com a área de actividade em que se encontram a trabalhar uma vez que existem domínios onde, seguramente, não se dirigem nem falantes de português nem de qualquer outra língua mas que, frequentemente, produzem documentos em língua portuguesa. A título de exemplo, nos casos dos estudantes que indicaram trabalhar no sector das obras públicas as referências à utilização do português na expressão falada são quase nulas, em contrapartida os que indicaram trabalhar no domínio jurídico, nomeadamente nos tribunais, afirmam que é prática diária.

Desafiamos, a quem ler este trabalho, a entrar na página electrónica do Governo de Macau, ou na de qualquer serviço público da Região. Podemos ser mais ou menos críticos quanto a erros ortográficos que, seguramente, vamos encontrar mas a informação está lá, disponibilizada em ambas as línguas oficiais, actualizada e acessível a todos.

Uma das queixas frequentes, em relação à informação em língua portuguesa, era a do atraso com que a mesma era disponibilizada relativamente à língua chinesa o que, nomeadamente para a imprensa, causava alguma perturbação e, conseqüentemente, atraso na passagem da informação para os seus públicos leitores.

O Governo de Macau, com o objectivo de promover a transparência da governação e com vista a tornar a relação entre a imprensa e a Administração mais célere, criou a figura de porta-voz, sendo o titular deste cargo bilingue em português e chinês. Um nosso amigo que trabalha num jornal de língua inglesa explicou-nos que, para o jornal, era uma vantagem ter entre os seus colaboradores jornalistas de língua portuguesa uma vez que assim tinha melhor e mais rápido acesso à informação oficial²¹⁹.

No que respeita a campanhas públicas, e concretamente relacionadas com questões importantes como é o caso dos assuntos que se prendem com a saúde, tivemos a oportunidade de verificar que as mesmas decorrem em ambas as línguas, às quais se passou a acrescentar o

²¹⁹ Por vezes encontramos situações curiosas, como foi o caso por altura da apresentação das primeiras LAG do novo Chefe do Executivo, em Abril de 2010, tendo o Governo de Macau feito publicar no jornal local de língua inglesa Macau Daily Times a síntese das LAG em língua portuguesa.

inglês – seja na rádio, televisão ou jornais, seja nos cartazes informativos e com objectivos preventivos que podemos encontrar pela cidade; são exemplos, entre muitos, as campanhas de prevenção da febre de dengue ou, mais recentemente, as relativas à Gripe A.

Fig. 9.2 – Campanhas oficiais



Não há dúvida de que, efectivamente, a língua portuguesa é usada no sector público, sendo-o, como parece ter ficado claro, de forma generalizada em todos os serviços, tendo embora perdido a sua posição de principal língua de uso.

Uma breve referência, ainda, em relação aos que se encontram na posição de utentes dos serviços e que aos mesmos se dirigem sendo falantes maternos da língua portuguesa. Conversando com alguns interlocutores sobre este assunto, detectam-se, como é evidente, posições divergentes – enquanto uns enaltecem o facto de se manter o português em todas as áreas e serviços sendo, segundo afirmaram, possível tratar de qualquer assunto usando a língua portuguesa, outros garantem que se vive a situação contrária.

Ainda que, em muitos casos, nos tenha sido referida a ausência progressiva da língua portuguesa nos serviços públicos, a verdade é que quando questionávamos directamente por situações concretas os exemplos eram escassos e o esforço para recordar algum era grande. É bem verdade que, de acordo com o que observámos directamente e como já referimos, em muitas situações a probabilidade dos nossos interlocutores terem recorrido, à partida, à língua inglesa é muito elevada e por isso é difícil perceber se a língua portuguesa poderia ou não ter sido usada nas referências que genericamente fizeram ao assunto.

Existindo a representação de que os funcionários não sabem falar português, os portugueses quando se lhes dirigem não usam a língua portuguesa, concretiza-se assim a ausência de comunicação nesta língua, alimenta-se e amplia-se a representação de que a mesma não é falada – uma espécie de profecia que se cumpre por si própria.

Que lugar atribuir, então, à língua portuguesa em Macau?

Uma das questões colocadas no inquérito por questionário pretendia, precisamente, perceber em que posição os inquiridos colocam a língua portuguesa na relação com outras línguas e em diferentes espaços e escalas geográficas de utilização: na RAEM, na RPC, na Ásia, na Europa e numa dimensão ainda mais vasta, no quadro mundial.

Solicitámos aos inquiridos que procedessem a uma hierarquização de diferentes línguas, entre as quais se encontram as línguas mais faladas no mundo e algumas línguas regionais. Ainda que esta questão se tenha revelado demasiado complexa e apresentado uma elevada taxa de não respostas (cerca de 50%), valerá a pena, ainda assim, referir alguns dos resultados a que se chegou²²⁰.

Os resultados apurados permitem perceber que os respondentes atribuem, maioritariamente, a quarta posição (43.5%) à língua portuguesa em Macau, embora para 21.5% esta língua seja também considerada a terceira mais útil e, para 14.9%, mesmo a segunda. No que respeita à utilidade do português no contexto europeu, sendo o valor mais elevado encontrado na quinta posição (23.7%) as opiniões dividem-se entre a segunda (17.0%), a terceira (12.4%) e a quarta (19.3%) posições; situação equivalente pode encontrar-se no que respeita à atribuição de uma posição à língua portuguesa em termos internacionais – surgem com maior número de ocorrências a quarta (16.1%), a quinta (15.4) e a sexta (12.2%) posições.

Quadro 9.7 – Posição da língua portuguesa

Posição	Macau		Europa		Mundo	
	N	%	Pos.	%	Pos.	%
1 ^a	6	0.7	21	3.0	1	0.1
2 ^a	120	14.9	119	17.0	46	6.6
3 ^a	173	21.5	87	12.4	84	12.1
4 ^a	349	43.5	135	19.3	112	16.1
5 ^a	106	13.2	166	23.7	107	15.4
6 ^a	20	2.5	55	7.9	85	12.2
7 ^a	6	0.7	19	2.7	66	9.5
8 ^a	2	0.2	22	3.1	48	6.9
9 ^a	4	0.2	13	1.9	34	4.9
10 ^a	3	0.2	10	1.4	29	4.2
11 ^a e +	14	1.7	52	7.4	82	11.8
Total	803	100	699	100	694	100

Fonte: IQ aos estudantes de português

De forma resumida: dos inquiridos que responderam a cada um dos indicadores propostos, 72.0% considera que a língua portuguesa se encontra entre as 7 mais úteis no mundo e 75.4% entre as 5 mais úteis na Europa; 80.6% coloca-a entre as primeiras 4 em Macau.

²²⁰ Relativamente à língua portuguesa em Macau responderam 803 indivíduos, número que não será negligenciável.

Estando entre os inquiridos um conjunto de indivíduos portugueses e lusófonos, que se declararam de famílias monolíngues em português, pensar-se-á, não surpreende que seja atribuída uma posição vantajosa a esta língua até porque, como vimos, não obstante o predomínio da língua chinesa e o recurso à língua inglesa, estes alunos declararam usar, na generalidade das situações, o português.

Fomos, então, verificar a ascendência dos inquiridos que colocam a língua portuguesa em Macau na segunda e na terceira posições e constatámos que, no primeiro caso, 19.2% são de origem mista portuguesa e chinesa e 60.0% são de origem chinesa, no segundo caso, 23.1% são de origem portuguesa e chinesa e 62.4% são de origem chinesa. Os indivíduos de ascendência exclusivamente portuguesa, na sua maioria, colocam o português na quarta posição (responderam 38 de 42), não se podendo considerar, portanto, que sejam os que apresentam uma percepção mais favorável da sua própria língua.

Mas significam estas concepções menos favoráveis que os portugueses ou, em sentido mais alargado, os lusófonos não valorizam a língua portuguesa e a sua presença em Macau?

O facto de encontrarmos entre portugueses e macaenses algumas lógicas que podem considerar-se de afastamento ao português não invalida que noutros campos não possam apresentar outro tipo de atitude, desenvolvendo até práticas de militância no que respeita à língua e à cultura portuguesas em Macau.

10. Gentes, tempos e espaços da Lusofonia

FILO DI QUÍM?

- Dona Ména, bom dia!
- *Bô-dia, como tá vai? Cuza querê?* (Bom dia, como vai? Que quer você?)
- Bem obrigado, sou António, vim buscar a sua neta Cecília...
- *António, qui buniteza... Macau-filo?* (António, que simpático... de Macau?)
- Sim, sou de Macau.
- *Filo di quim?*
- De Alberto Geraldês. A Cecília...
- *Alberto filo di quim?*
- Filho de Joaquim Caetaninho Geraldês.
- *Caetaninho?... cunhecido... Filo di Chano Geraldês?*
- Não, Chano e Joaquim são filhos de Aquiliano de Sousa Geraldês.
- *Aaaah... sábi-ia!* (já sei!) *Aquí-Lilí, genti di Apí-Mono, filo de Pé-Móle, sobrinho di Chica-Vara-Verdi! Genti di S. Lázaro, mé!*
- Hmm... Pois! A Cecília...
- *Mai sâm quim?!* (quem é a sua mãe?)
- ...!

Miguel Senna Fernandes²²¹, JTM, Março de 2008

O autor citado afirma no seu blogue que, em Macau, a expressão “filo-di-quim?” é tão usual entre macaenses quanto complexa na resposta, uma vez que gera um interminável número de subsequentes questões e novas respostas; trata-se, acima de tudo, de saber se o indivíduo questionado é, nas palavras do autor, *da nossa gente ou com ela relacionado*, [s]e *os pais são de Macau ou, não sendo, se juntavam à “nôs-sa genti”*, tratando-se de [u]ma espécie de *exame oral de admissão à Comunidade*, procurando situar a pessoa alvo do questionamento *na complexa teia de relações de família e dos bairros em que as mesmas se fixaram*, [evocando] *o passado ocorrido em chão comum, referências a pessoas e episódios de uma vivência sedimentada de longos anos de existência...* (em <http://filodiquim.blogspot.com>).

Já se mencionou anteriormente a importância da questão das *origens* na definição do *ser macaense* e, quanto a essa matéria, a referência que acabámos de apresentar é bastante clara. As narrativas sobre este grupo etnicamente diferenciado, quer as feitas de dentro, quer as que do exterior a ele se referem, remetem-nos para dois domínios de referência – o familiar e o territorial.

Cabral e Lourenço identificam três vectores principais na auto-definição de ser macaense, embora vincando que assim como a identidade macaense *como projecto* se altera também a importância dada aos vectores classificatórios se modifica. Apontam, então, a

²²¹ Miguel Senna Fernandes, macaense, advogado, escritor e encenador das peças de teatro em Patuá que anualmente são apresentadas ao público em Macau pelos *Docis Papiçam di Macau*, estudioso deste dialecto e o seu maior dinamizador. Excerto retirado de um artigo publicado pelo autor no Jornal Tribuna de Macau em 07 de Março de 2008 e republicado posteriormente no seu blogue. Encontra-se disponível em: <http://filodiquim.blogspot.com/2008/03/filo-di-quim.html>; acesso em 20 de Fevereiro de 2011.

língua, referindo-se a uma associação individual ou familiar ao português, a *religião*, que se refere à identificação individual ou familiar ao catolicismo, e a *raça*, significando o resultado da miscigenação entre europeus e asiáticos. Salvaguardam os autores que embora estes três vectores possam constituir a base de identificação da pessoa macaense não é, no entanto, necessário que os mesmos ocorram em simultâneo podendo indivíduos que não possuem um destes atributos considerarem-se e serem considerados como macaenses, contudo sugerem que os indivíduos ou famílias que reúnem os três traços referidos aos quais acrescem outras propriedades como as de elevados níveis de escolaridade e/ou económicos constituem o núcleo central em torno do qual se constrói a identidade macaense e se constitui o próprio grupo etnicamente diferenciado (1993:22-23).

As referências territoriais, não se tratando apenas da evidente ligação a Macau – *nossa terra* – recuperam o que em tempos terão sido zonas residenciais preferenciais e que, ainda hoje, apresentam alguma conotação com este grupo, em sentido mais restrito, ou numa acepção mais ampla, com as gentes portuguesas podendo aqui estar inserida a população outrora classificada de *metropolitana*²²², mas deixando a referência a que a população chinesa teria outras distribuições pelo espaço.

A este respeito, a obra de Henrique de Senna Fernandes (1986; 1997; 1998a; 1998b) é absolutamente notável. Sendo embora um autor de ficção, como escrevemos e afirmámos noutra local (Silva, 2010), no seu registo etnográfico apresenta uma narrativa “de dentro”, uma escrita “vívida” de quem conheceu os factos, as acções e os contextos por si narrados e que sobre eles reflectiu, tendo a sua obra muito de autobiográfico, nela plasmando algo da sua trajectória e vivências pessoais²²³.

Ao falar-nos de Macau, o autor recorda uma cidade hoje desaparecida, salientando as mudanças na fisionomia da cidade, o desaparecimento dos *casarões assobradados* e a sua substituição pela construção em altura, invoca um lado quase rural de certas zonas que hoje dificilmente se consegue sequer imaginar, fala-nos do traçado de novas ruas que se sobrepõem aos caminhos de outrora e da gradual substituição dos meios de locomoção onde o *riquexó* e as *cadeirinhas* perdem a centralidade de outros tempos. A acompanhar as transformações da malha urbana, dá-nos igualmente referências importantes no que respeita a alterações nos modos de vida – umas ditadas por acontecimentos externos, como a ascensão de Hong Kong,

²²² Não sendo os portugueses expatriados em número muito elevado, é evidente que quando em Macau as pessoas se referem aos bairros portugueses estamos a falar acima de tudo de famílias portuguesas macaenses.

²²³ Numa das primeiras de muitas conversas que tivemos sobre macaenses e sobre Macau, dizia a propósito da sua escrita: *Não posso falar de um povo se não tiver a vivência... e não é a vivência de irmos uns meses ou uns dias... quero ser apreciador a sério, ser honesto comigo e com as pessoas a que me refiro.* (Declarações de Henrique de Senna Fernandes, Macau, 23 de Outubro de 2002)

os acontecimentos do “Um, Dois, Três”, o durante e o pós-Guerra, o 25 de Abril em Portugal; outras por escolhas individuais, que inscreve nas decisões tomadas quanto ao desenrolar da trama em torno dos seus personagens centrais mas carregadas de simbolismo e de preciosos detalhes quanto à organização da sociedade de Macau ou, porventura mais acertadamente, das sociedades da época (Silva, 2010).

E se falamos em sociedades no plural, e embora o autor escreva essencialmente sobre a primeira metade do Século XX, é porque esse é um registo muito presente na sua obra e do qual ainda hoje se podem encontrar alguns vestígios em Macau. Quando Henrique de Senna Fernandes se refere às duas cidades, a *cristã* e a *chinesa*, na sua imensa capacidade descritiva introduz aspectos que nos levam a considerar a presença de duas sociedades com as suas condições de existência e organização próprias, estratificação social e formas de mobilidade interna, com os seus sistemas de ensino, de saúde e mecanismos de justiça para além, claro está, de hábitos e costumes específicos a cada uma das partes dos quais o autor salienta as formas de religiosidade, os estilos de vida, habitacionais e gastronómicos, assim como as práticas de sociabilidade desenvolvidas (idem).

É possível identificar, ainda, na obra deste autor o peso da família vista como instituição e a associação feita às formas de falar e às línguas de uso, percepcionando-se o rejeitar do cantonês em favor do português e referindo-se o Patuá enquanto língua de grupo mas conotada com as mais baixas condições sociais.

Introduz-nos, então, um conceito da maior importância: o das desigualdades sociais. Desigualdade expressa em vários domínios, desde a separação geográfica com diferentes e completamente assimétricas condições de habitação, às desigualdades quanto ao género no que respeita ao diferente papel que homem e mulher desempenham dentro do seu espaço étnico de inserção e quanto aos posicionamentos no espaço social apresentando profundas clivagens inter-étnicas mas também intra-étnicas.

Na obra de outros autores que se dedicaram a escrever sobre Macau podemos, igualmente, encontrar uma abordagem a estes ou a alguns destes temas. Rodrigo Leal de Carvalho oferece-nos, também, uma escrita ancorada em factos que presenciou e conheceu, transportando-os para histórias romanceadas cujos personagens são ficcionados mas inseridos em tramas que podiam perfeitamente ter acontecido – as características da sociedade em que viveu estão contidas na sua narrativa e nelas, mais uma vez, podemos encontrar tratadas as questões das desigualdades sociais étnicas e de classes.

Graciete Batalha, no seu *Bom dia S'tora*, regista sob a forma de diário anotações muito interessantes sobre o seu dia-a-dia em Macau, reportando-se a um conjunto de vivências

pessoais e profissionais mas dando a conhecer de forma muito clara os contornos da sociedade em que vivia e dos vários domínios em que se movimentava, com significativa incidência sobre a sua actividade de professora, de onde é possível retirar informações importantes sobre a forma de organização do sistema de ensino mas também sobre os diferentes modos de relação com os seus alunos e entre os seus alunos, as dificuldades do ensino da língua portuguesa, ensinada como materna quando na verdade não o era para grande parte da população discente composta por estudantes de diferentes condições sociais de existência.

Deolinda da Conceição é outra referência absolutamente incontornável. Escritora precocemente desaparecida no final dos anos 50, cuja história de vida não cabe nesta abordagem mas da qual, se se tiver curiosidade, se poderão conhecer algumas passagens no sítio em sua homenagem (<http://www.arscives.com/deolindaconceicao/>), construído por seu filho, o macaense António Conceição Júnior.

A propósito desta autora de inúmeros artigos, publicados nos jornais com os quais colaborou, mas de uma só obra editada em formato livro – *Cheong-Sam, a Cabaia* – diz Inácia Morais no prefácio da primeira das 4 edições que o seu livro de contos teve, que se trata de *uma peça importante sobre a história das mulheres. O facto de Deolinda ter registado parte do que viu e do que a comoveu, faz-nos hoje mais sabedores do que se passava no seu tempo.* E noutra passagem, ainda Inácia Morais, afirma: *Deolinda põe a nu a aparência da sociedade dos bons costumes e arrasa a tentativa utópica de uma sociedade tradicional e perfeita (...). As aspirações das personagens são as mesmas das pessoas da época, apresentam-se sob vários cambiantes tais como o real e o ideal, a consciência e a inconsciência, a liberdade e a necessidade dela*²²⁴.

Tomemos, então, meramente a título exemplificativo, breves passagens de Henrique de Senna Fernandes e de Deolinda da Conceição.

Eu era, então, um miudinho franzino e aperaltado na melhor vestimenta. Pelo contrário, Maurício era um rapazelho pobretana, vestia-se mal e chegava à escola, transido de frio, quando os ventos siberianos sopravam da China.

Mais velho do que eu, uns quatro anos, nascera filho de metropolitano tropa e de uma bambina que, no dialecto macaense, significa uma enjeitada ou órfã abandonada e recolhida pela Casa de Beneficência das Canossianas. Apesar duma infância difícil, medrara sem visíveis rancores nem inveja. Vivendo em esferas diferentes, nada de comum existia aparentemente entre nós.

²²⁴ Texto disponível em <http://www.arscives.com/deolindaconceicao/criticas2.asp>. Acesso em 10 de Março de 2011.

Mas o certo é que ficámos amigos.

(...) Ultrapassada a barreira da Primária, eu fui para o Liceu, ele para a Escola Comercial. Deste modo deixámos de ser inseparáveis. Ele começou a ter novos amigos, procurando naturalmente os da sua idade e da sua escola. A amizade persistiu, contudo, pelos anos fora. Tínhamos de vez em quando, largos passeios, como se, em poucas horas, quiséssemos descontar todo o tempo em que girávamos cada um para o seu lado.

(...) Quando lhe dizia que sonhava prosseguir os meus estudos na metrópole, ele não me invejava. Afirmava apenas que eu nascera com melhor sorte. Nunca falava da família, evitava toda a referência à casa que eu sabia de orçamento paupérrimo. Não mostrava vergonha, não. Só que apreciava mais a rua do que o lar dos pais.

Não acabou o curso comercial ou coisa que o valha. Reprovou magnificamente por ali, deixou-se atrasar, enquanto eu singrava no Liceu. Uma noite, apareceu-me em casa a despedir-se. Ia para Hong Kong ser aviador, pecha que levou ao tempo muita rapaziada de Macau a emigrar para o estrangeiro.

(...) Meses depois rebentou a Guerra do Pacífico, com todo o seu trágico desenrolar. Os meus sonhos de continuar a estudar viram-se momentaneamente destruídos. A guerra, cercando Macau e amachucando-a pela fome, cortava qualquer possibilidade da sua realização.

Chá com Essência de Cereja, Senna Fernandes (1997, 47-50)

Mais do que narrar a sua história de uma amizade improvável, Senna Fernandes oferece-nos um conjunto de referências importantes – as diferentes condições sociais entre macaenses, as origens humildes e paupérrimas do amigo contrastando com as suas, nascido numa das chamadas famílias tradicionais de Macau, os percursos escolares que os separam remetendo-os para escolas distintas, as aspirações diferenciadas quanto ao futuro e a influência de Hong Kong na vida dos jovens macaenses que, nas mais diversas áreas de actividade, foram emigrando para a vizinha colónia britânica, para já não mencionar as consequências que a guerra viria a trazer para o enclave macaense²²⁵.

Deolinda da Conceição, que aborda o papel da mulher na sociedade local e, principalmente, a condição da mulher chinesa, não deixa, no entanto de nos proporcionar uma narrativa com referências importantes no que respeita ao segmento macaense local e, igualmente, às questões referentes a posicionamentos no espaço social.

²²⁵ Às quais o autor em referência não escapou e que tiveram implicações muito significativas na sua vida, como teve a oportunidade de, com muita emoção, nos relatar nalguns aspectos.

A multidão comprimia-se no pequeno cais, inquieta e impaciente, desejosa de pôr cobro àquele dever imposto pela etiqueta e tão desagradável sempre quando apenas o imperativo de bom tom o exige.

A hora da partida aproximava-se e as despedidas começavam para aquele rapaz, jovem estudante, que se ausentava da terra para continuar os seus estudos lá ao longe, onde iria conhecer a família de seu pai.

O olhar agudo percorreu aquela multidão que se tornava mais volumosa pela estreiteza dessa ponte onde o barco se encontrava atracado. Viu os seus colegas, alguns professores, os poucos amigos que o pai contava e franziu o sobrolho com a presença de certas pessoas que um intuito mesquinho, e não a amizade, ali tinha levado. Sentiu-se envilecido com aquele atentado contra a sua dignidade de homem, ferida desde os tenros anos, quando compreendera a diferença que existia entre ele e os outros companheiros. Esse sentimento fora o móbil que o impelira a trabalhar afincadamente, a passar longas horas metido entre os seus livros, a abdicar dos seus direitos de criança para pensar apenas naquele sonho encantador de se libertar daquela situação humilhante.

Feria-lhe a alma a injustiça do destino. Porque teria ele nascido naquelas circunstâncias, se a Natureza lhe havia de conceder uma inteligência superior e a consciência do seu triste fado? Perguntava-se várias vezes se conseguiria algum dia fugir ao ambiente que o deprimia, se acabaria por se subtrair à sombra que pesava sobre ele, à sombra vergonhosa dum bastardo? Mas... não se sentia culpado, e sofria com a revolta que agitava todo o seu ser. O pai, sabia-o ele, tinha vindo de longe, da velha Europa, desiludido da vida, amargurado e desesperado, para esconder a sua dor e talvez a humilhação naquele ponto distante da China. A mãe era aquela pobre mulher chinesa, ignorante, de pé descalço, sem a mais ligeira noção de educação, que o pai levara para casa um dia e ali se encontrava ainda numa situação indefinida, não se sabia se de serviçal, se de mulher sem a defesa do matrimónio, mas sabia que era sua mãe, e mãe que ele amava no seu íntimo e de quem se envergonhava na sociedade (...). Agora sabia que em breve se emanciparia daquela situação, muito em breve passaria por entre os seus novos companheiros e amigos sem ter que suportar os olhares curiosos que na sua frente pareciam procurar o estigma da sua origem.

A Esmola, Deolinda da Conceição (1995:27-28)

Cada um à sua maneira, os autores referidos apresentam-nos narrativas muitíssimo interessantes sobre um *mundo macaense* marcado por importantes contrastes sociais e culturais e poderíamos multiplicar os exemplos a partir da sua obra. Julgamos terem os excertos transcritos capacidade suficiente para chamar a atenção para alguns aspectos que, quando se chega a Macau, não é fácil encontrar de imediato sobre a condição de ser macaense.

É claro que a referenciação cultural portuguesa é absolutamente presente e amplamente referido um conjunto de elementos como *marcadores* culturais; qualquer autor que pretenda escrever sobre os macaenses ou sobre a sua identidade encontrará com facilidade um conjunto significativo de interlocutores que lhes identificarão um a um sem qualquer dificuldade.

A língua, a religião católica e, ainda, um certo *tipo de cultura*, dita de *matriz portuguesa* com determinadas especificidades como a gastronomia, têm sido apontadas e amplamente referidas como peças centrais na construção da identidade étnica deste grupo.

Lima da Costa, que no seu trabalho lhes procura estabelecer *fronteiras da identidade*, a partir da observação de dois grupos de macaenses após a constituição da RAEM, um residente em Macau e outro em Portugal, identifica vários desses elementos: a *valorização hereditária* que apesar de atribuir particular importância à componente portuguesa não deixa de apresentar traços de dupla ou múltipla referenciação (portuguesa e chinesa ou asiática) e, também, de indefinição ou, nas palavras do autor, de *encruzilhada*; a *gastronomia macaense* de influências diversas e que surge como o *marcador* mais consensual nos dois segmentos analisados; a *religião católica*, também consensual, mas não sem que deixem de aparecer as referências a práticas de ritos de outras religiões, a sua forte aceitação e a celebração de festividades do calendário chinês (nomeadamente o Ano Novo Chinês); as referências à *cultura* e à *história* de que são figuras centrais, Luís de Camões, Vasco da Gama e Jorge Álvares (2005:157-243).

Em todos estes elementos, nuns de forma mais acentuada do que noutros, são identificadas gradações entre *macaenses em Portugal* e *macaenses em Macau*.

É, no entanto, a *Língua Portuguesa* que este autor identifica como elemento de vital importância, sendo um dos marcadores de identidade mais fortes, referindo que, embora presente, a língua chinesa não apresenta a mesma carga de inscrição identitária que a língua portuguesa, fortemente associada à identidade dos macaenses. E acrescenta que esse marcador parece ser alvo de uma instrumentalização circunstancial – em Portugal serve propósitos de carácter assimilacionista, constituindo-se como um elemento de inclusão e de assimilação na referência portuguesa, mas no discurso dos entrevistados de Macau, constata-se que a língua serve propósitos de estruturação interna e diferenciação relativamente à maioria chinesa contribuindo para o estabelecimento de fronteiras (idem:171-172)²²⁶.

Qualquer um dos aspectos mencionados pelo autor foi, igualmente, encontrado por nós sendo, em conjunto, amiúde referidos como definidores da identidade macaense, surgindo

²²⁶ Seria muito interessante verificar o que se encontraria relativamente a esta matéria considerando os macaenses emigrados em países de língua inglesa.

como factor integrador e diferenciador, podendo a forma de os convocar variar segundo a situação em que se encontram os indivíduos que os convocam.

O que, evidentemente, não só não tem nada de estranho como é absolutamente natural que sejam valorizados positivamente os traços culturais quando uma minoria se caracteriza a si própria, tanto mais que os argumentos da *raça*, além de não serem autoexplicativos, são socialmente condenáveis.

O que tem sido menos referido sobre os macaenses são as suas diferentes condições de existência, parecendo que as dimensões culturais são suficientes para tudo elucidar a seu respeito e sugerindo um entendimento que sobrepõe mesmo a questão da diferença e da identidade cultural, com os seus lusos marcadores, a questões relativas a composição social, trajectórias e formas de mobilização colectiva deste grupo étnico.

Não é este o lugar próprio para encetar uma discussão desta natureza. Não foi feita investigação centrada nos macaenses e nos seus processos de construção de identidades. Mas, como é evidente e tal como o restante segmento lusófono local, esta minoria étnica é indissociável do nosso objecto de estudo, cruzando o percurso desta investigação em várias dimensões – e não só as culturais.

Contrastes sociais e culturais

Dizer apenas que a língua e a cultura portuguesas são características definidoras da identidade macaense, ou portuguesa ou lusófona, seria adoptar a postura, que nos merece as maiores dúvidas, de considerar à partida que estes aspectos são mais importantes do que outros e assumir uma perspectiva homogeneizadora de um segmento da população local que se apresenta precisamente como simbolizando a diversidade.

Quando alguns autores afirmam que, não obstante o esforço desenvolvido, não lhes foi possível encontrar macaenses menos apossados de recursos socioeconómicos e que do ponto de vista da estratificação social os macaenses se posicionam, na generalidade, no que pode ser considerado uma classe média-alta sendo os casos que fogem a esta classificação, *a existirem, pessoas nas franjas da exclusão social, designadamente devido à toxicodependência* (Lima da Costa, 2005:267) temos de manifestar a nossa discordância e perplexidade.

Se considerarmos que há alunos a frequentar a Escola Portuguesa que precisam de apoio financeiro para o fazerem, se olharmos com atenção para as características de parte da população discente das escolas luso-chinesas e se, ainda que pontualmente, frequentarmos

espaços como a Associação dos Macaenses e a APOMAC²²⁷ não precisamos ir muito mais longe para perceber que nem todos os macaenses se encaixam no estereótipo da classe alta mas não constituem casos problemáticos nas *franjas da exclusão social* nem são menos reivindicativos dos mesmos elementos culturais na construção da sua identidade.

A propósito do relacionamento entre grupos étnicos, dizia-nos uma das nossas interlocutoras sobre os macaenses:

Isto [preconceito relativamente quer a chineses, quer a portugueses] também é um problema de estratos... a sociedade macaense funciona muito por casta. Há meia dúzia de famílias que constituem a nata da sociedade macaense e que têm que ter os seus contactos, depois há a casta, digamos, superior, que está próxima e no circuito e no funcionamento e na interacção com essas... com esses top's da... da... da sociedade macaense (...). Depois tem uma base grande do macaense, classe média, média baixa, onde eu acho que isto já não... que isto começa a desaparecer, que já desaparece e nos dois sentidos, e nos dois sentidos, essa... essa... esse estrato mais... maior da população, a base... a base chamemos-lhe a base. Vem para a base, não é, e as relações são diferentes. São muito mais mano a mano com o chinês porque estão muito mais próximo, pelo nível de vida, pelos hábitos, por uma série de coisas, etc., e depois com os portugueses não têm problemas porque pelo contrário, são simpáticos, têm a afectividade que os liga, as relações... portanto, culturais, afectivas, emocionais, há ali todo um... um... não é...? E portanto não têm razão nenhuma para... os portugueses não os agridem, não... eles não concorrem com portugueses nem os portugueses com eles e há uma identificação, são as pessoas que se identificam mais para os dois lados. (...) Hoje a classe média alta é muito pequena, muito pequena! Porque as pessoas que podiam estar na classe média alta são aquelas que há muitos anos emigraram. Aquelas que emigraram. Não tem nada a ver. Você hoje... a classe média alta dos macaenses... hoje é extremamente restrita (Clara, portuguesa, advogada, Ent. 80/2007).

Falando-nos da sua história de vida, uma macaense que se encontra hoje em posição de destaque na RAEM, relatava-nos, precisamente, as dificuldades económicas porque passou e a situação desfavorecida da sua família que, não obstante, se empenhou para lhe proporcionar o capital necessário para garantir um futuro melhor – o educativo.

O meu pai era polícia, eu nasci numa família, muito, muito pobre, somos uma família de dez irmãos. Era polícia... e a minha mãe era doméstica. E o meu irmão teve que sair cedo da escola, acabou o 5.º ano começou a trabalhar. O meu pai, meu irmão, meu terceiro irmão que era... que trabalhava como um servente, foram eles que nos educaram, que nos financiaram, toda a família com 12 pessoas. É, e eu tive a sorte, porque sou a oitava, acima de mim já tem muitos que já estavam a trabalhar, cada um enviava 100 patacas, para eu poder receber em Portugal e poder pagar as pensões, os livros, os livros eram muito caros, porque a bolsa, não sei quantas patacas, 700 patacas ou 800, já não me lembro, não era suficiente (Rosa, macaense, dirigente da Administração Pública, Ent. 67/2005).

²²⁷ Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau.

A questão da capacidade de adquirir uma educação de nível superior, que teria de ser obtida fora de Macau e, em muitos casos em Portugal, parece ser encarada como determinante em movimentos de mobilidade social ascendente e as diferentes possibilidades de lhe aceder representativas da existência de estratificação interna.

Os macaenses foram sempre discriminados. Na minha pessoa, nos meus colegas, que cá em Macau nasceram, viveram e nunca... e foram sempre preteridos nos postos de colocação pelo facto de ser macaense, pelo facto de ter nascido cá em Macau. [Mas] noutro aspecto, vai encontrar também pessoas macaenses que acho que nunca foram discriminados e aí entramos num campo mais complexo, que é o campo das classes. O campo das classes é... sempre na história de Macau houve diferentes classes de macaenses, os macaenses de... [pausa] com nome e apelidos famosos... provenientes das... [isto é] um aspecto mais delicado... que tem a ver com as diferentes classes de macaenses que existiram em Macau e continua a ter as reminiscências dessa... dessa separação.

Portanto, em primeiro lugar estavam aquelas... são... ainda hoje, macaenses com apelidos, famosos, de famílias, gerações que estabeleceram-se cá em Macau. Depois temos a classe média, a intermediária, que fica no meio, que é aquela que está na função pública, que ao longo do tempo... são famílias com posses médias, financeiras, e depois temos aqueles que estão de baixo, que são famílias numerosas, oito a dez filhos, cujo único elemento sustentador da família é o pai e a mãe é doméstica, cuida dos filhos, portanto... Polícias... polícias, serventes, classes baixas, instrução... pouca instrução, mas que ao longo do tempo muito se sacrificaram fazendo esforços para enviar os seus filhos para Portugal e é assim que nós verificamos que durante os anos 60, 70 e 80, os filhos dos macaenses que foram para Portugal foram com muito custo. Os que eram da privada, das famílias abastadas sempre tiveram recursos financeiros para pôr os filhos em Portugal a estudar nos... nas universidades. Os das classes intermédias, com muito esforço, iam para os lares, se for falar com por exemplo a X..., ela... ela está nesta classe, baixa, última, o pai era polícia, a mãe é doméstica (...). Eu onde é que estou colocado? Eu também estou colocado aqui, em baixo, porque o meu pai era polícia, a minha mãe era doméstica e nós éramos 3 e eu era o mais velho... só que aos 12 anos perdi o meu pai, fiquei órfão e a minha mãe teve que sustentar a família toda com uma pensão de sobrevivência, e quando eu terminei o curso complementar não tinha mínima capacidade financeira de ir a Portugal tirar um curso universitário (Luís, macaense, funcionário público, Ent. 17/2004).

Esta situação de contrastes sociais não é apenas interna. Também em relação à restante população ou, mais especificamente, no que respeita aos dois outros grupos étnicos mais referidos a propósito de Macau podemos encontrar situações contrastantes.

Numa ocasião em que nos encontrávamos a jantar, num restaurante chinês, com um dos nossos interlocutores macaenses, a dada altura foi usada uma imagem curiosa a este respeito. Pegando num *fai-shi* e colocando-o em posição vertical explicou-nos que, antes da transição, os chineses se encontravam na ponta inferior e os portugueses na superior, estando

os macaenses no meio; para ilustrar a situação após 1999, rodou o *fai-shi* colocando as extremidades na posição contrária e disse: como vê, os macaenses continuam no mesmo sítio.

É claro que esta analogia encontra correspondência no que respeita às questões de domínio político e de exercício do poder, mas corresponde à representação prevalecente no que respeita a posicionamentos no espaço social destes três segmentos quando globalmente considerados, ainda que, evidentemente, não seja exclusiva e exactamente assim pois existe estratificação interna em cada grupo – sendo talvez entre os portugueses que esta questão é, actualmente, menos acentuada e seguramente menos visível.

Mas se é hoje menos acentuada não significa que não tenha sido de forma diferente até há relativamente pouco tempo. Nem todos os portugueses que desempenharam funções na Administração Portuguesa de Macau detinham elevados cargos públicos, embora, na sua maioria, estes fossem detidos por portugueses; nem todos os portugueses que foram para Macau o fizeram na condição de funcionários públicos e, no que respeita a recursos educacionais, também nem todos possuíam elevados capitais escolares, o mesmo se passando após a transferência do exercício da soberania entre os que lá se encontram.

Por outro lado, quando são referidas as origens humildes de um estrato de macaenses essas origens não surgem apenas pelo lado chinês – até porque é frequente que a proveniência chinesa seja materna e o elemento feminino, em grande parte dos casos, não contribui para a definição de classe do agregado familiar – mas também pelo português, o que é igualmente revelador de diferenciação interna no que às dimensões sociais diz respeito. É de ter em consideração, nomeadamente, que daqueles que integravam a Guarnição Militar Portuguesa que existia em Macau até 1974 nem todos eram militares de elevada patente, tendo alguns destes ficado no território seguindo, uns, uma vida profissional nas forças de segurança, outros, na restauração – são estes os domínios mais evidentes, mas haverá seguramente outras áreas de actividade.

Embora, também aqui, nos tenham sido referidas sobreposições étnicas e de classe, no que respeita a militares portugueses *metropolitanos* e de outras origens lusófonas, entenda-se, dos países africanos à data colonizados por Portugal.

eles [os africanos] eram soldados rasos e a parte da Administração era praticamente militares e familiares de militares de alta patente, de modo que aquilo não havia convívio possível. Mas na altura acabava por haver uma sobreposição das duas coisas [classe e etnia]. Havia porque era nítido, se havia vários contingentes ou batalhões, eram praticamente soldados sem... não passavam de soldados e cabos, não é... e depois havia aí uma diferença de sargentos, alferes e furriéis, que eram na altura os brancos, que eram pertencentes aos portugueses. Portanto havia um estrato visível racialmente,

não vamos esconder isso e havia também um estrato... quer dizer, as duas coisas estavam perfeitamente em bloco e separados (Carlos, médico, cabo-verdiano, ent. 70/2005).

A tónica colocada nos contrastes sociais não exclui, evidentemente, que cumulativamente se registem contrastes culturais, tanto mais quando estamos a falar de inscrições em esferas tão distantes e distintas como são as culturas orientais e ocidentais.

Quer o Ocidente quer o Oriente têm hoje acesso aos referentes de uma e de outra parte e sendo, cada vez mais, as sociedades actuais marcadas por processos de hibridação, Macau, por maioria de razão dado o seu percurso histórico, não o será menos, contudo, nesta como noutras matérias, é aos indivíduos que compete fazer as suas escolhas e nada obsta a que as suas escolhas incorporem referências culturais diversificadas.

Entre as referências culturais mais marcantes estão as práticas religiosas, as de sociabilidade e as linguísticas.

No que respeita às formas e práticas religiosas é assunto a que já aludimos anteriormente por referência a Macau, tendo sido o nível que, a este respeito, mereceu maior atenção da nossa parte; mas haverá, seguramente, alguma coisa a acrescentar quando afinilamos o ângulo de observação.

Encontramos, desde logo, a referência ao assunto quando nos confrontamos com qualquer tentativa de definição de *ser macaense*, sendo amplamente apontado que esta é uma das marcas apresentada como qualificadora da sua distintividade.

Lima da Costa (2005:179) refere que apesar de existir um discurso de inscrição católica não deixa de se revelar um certo sincretismo relativamente a outras expressões culturais religiosas por parte dos macaenses, sendo aceites e igualmente vividas festividades do calendário católico e festividades referentes a outras religiões orientais, como o budismo.

De acordo com Cabral (2002:142) *one of major references of their ethnic identity was Catholicism and this, to a certain extent, provided a fixed point of reference. However, ever since they started converging with the Chinese middle class, they have also veered away from the staunch Catholicism of the former decades.*

Se é uma evidência que a *Travessa das Onze horas* hoje já não existe, quer do ponto de vista físico com as lojas que a caracterizavam, quer do ponto de vista simbólico pela conotação que tinha às cerimónias católicas de domingo na Igreja da Sé, tal como nos é descrita por Henrique de Senna Fernandes nas suas obras e como nos foi referida por alguns interlocutores mais velhos, também é verdade que entre os macaenses, mas também entre portugueses, chineses e filipinos, encontrámos uma forte devoção e práticas religiosas

regulares ligadas ao catolicismo. Mas não será incomum encontrar, na esfera privada das suas casas, a Nossa Senhora de Fátima e o Buda convivendo lado a lado.

Contudo, tendo menor expressão e assumindo menor centralidade do que há algumas décadas atrás, apesar de muito visível até pelo peso institucional da Igreja Católica e pelo formalismo dos rituais, quer a identificação católica seja acompanhada de práticas regulares ou não, é um elemento que coloca a minoria portuguesa – a local e a oriunda de Portugal – numa situação de contraste cultural relativamente à maioria da população residente.

No que respeita às sociabilidades inter-étnicas é lugar-comum a propósito de Macau que estas são pouco regulares, situação que é verbalizada através da afirmação frequente de que “as várias comunidades vivem de costas voltadas”, sendo reduzidos os pontos de contacto num espaço em que, apesar de multilingue, *as várias línguas, com excepção do inglês, só são geralmente usadas dentro dos grupos étnicos que as falam* (Grosso, 1999a:22), sendo, precisamente, a barreira linguística o aspecto que serve de justificação para uma ausente ou pouco frequente convivência entre grupos.

No presente trabalho não é, evidentemente, possível identificar redes de relacionamento social nem o papel que a língua portuguesa poderá, ou não, assumir em espaços de convivência. Não obstante, refira-se que, reportando-nos ao quadro 9.5 do capítulo anterior, é no grupo dos *lusófonos* que esta língua é usada, sempre ou frequentemente (média = 1.90), no círculo das relações de amizade, surgindo, também, na categoria *outros* com valores próximos (média = 2.35), situação que raramente ocorre nas restantes categorias (média para CDM = 2.89, para CEM = 3.17 e para CHC = 3.07).

Embora sem a pretensão de elucidar quanto ao fechamento ou abertura das redes de relações entre diferentes grupos, não podemos deixar de referir que não atribuímos qualquer determinismo à variável língua no que respeita à comunicação entre indivíduos que poderão integrar diferentes grupos, recusando aceitar que seja este, de facto, o aspecto a assumir maior peso nas relações inter-étnicas, ou na sua ausência, desenvolvidas no território. Se o inglês serve como língua mediadora noutros círculos de relação, não há razão nenhuma para que o mesmo não aconteça no círculo de amigos.

No inquérito por questionário aplicado foi colocada uma questão relativamente à frequência com que os inquiridos conviviam com pessoas de origem chinesa, macaense e portuguesa. Sendo a única questão que fornece indicações quanto à convivência entre grupos aponta de forma sistemática para os três segmentos populacionais considerados *tradicionais* deixando de fora uma ampla margem de possibilidades, embora permitisse, em aberto, outras hipóteses de resposta. Posteriormente à aplicação do questionário, numa das nossas tentativas

para encontrar tradutor para as questões que haviam sido respondidas em língua chinesa, uma das tradutoras com quem conversámos alertou-nos para o facto de não termos incluído a categoria *chineses de Macau* o que, sendo ela uma chinesa de Macau, considerava, embora delicadamente não o tenha dito desta forma, uma falha grave e disso ficámos convencidos.

Após o tratamento da informação e fazendo uma leitura cruzada com outros indicadores, nomeadamente as categorias constituídas por grupos de origem, parece-nos que, não deixando de ter a sua pertinência porque efectivamente essa representação quanto às origens dos residentes e muito especificamente a distinção que se faz entre *chineses de Macau* e *chineses de fora* é importante nos modos de relação locais, tal facto não constitui tão elevada gravidade pois permite tirar outro tipo de ilações.

Numa primeira leitura, podemos verificar que as *convivências* se orientam, maioritariamente, para *dentro*: chineses indicam conviver com maior frequência com chineses e lusófonos com macaenses e portugueses. Contudo, um olhar mais atento dará conta de outros aspectos igualmente interessantes. Em primeiro lugar, nas três categorias onde estão incluídos os indivíduos de origem chinesa (lembramos, por referência ao eixo linguístico cruzado com indicadores de naturalidade e residência), existem algumas diferenças. A categoria *CHC* indica conviver com pouca ou nenhuma frequência com portugueses (63.8%, os dois itens em conjunto) e se neste grupo podemos atribuir esta ocorrência ao facto de no mesmo se incluírem residentes na China Continental com uma recente presença em Macau e, por aí, considerarmos a falta de oportunidade de conviver com portugueses, o mesmo já não se passa nas categorias *CDM* e *CEM*, apresentando, ambas, valores igualmente elevados de pouca ou nenhuma frequência na convivência com portugueses.

Quadro 10.1 – Convivências

Origem	Frequência	Lusófonos		CDM		CEM		CHC		Outros		Totais	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Chinesa	Muita	79	35.7	257	64.7	473	70.3	256	99.2	17	60.7	1082	68.6
	Alguma	61	27.6	103	25.9	158	23.5	2	0.8	5	17.9	329	20.9
	Pouca	65	29.4	34	8.6	41	6.1	4	14.3	144	9.1
	Nenhuma	16	7.2	3	0.8	1	0.1	2	7.1	22	1.4
	Total	221	100.0	397	100.0	673	100.0	259	100.0	28	100.0	1577	100.0
Macaense	Muita	183	77.5	225	56.8	371	55.8	64	26.1	16	59.3	859	54.7
	Alguma	43	18.1	101	25.5	151	22.7	109	44.5	6	22.2	410	26.1
	Pouca	9	3.8	59	14.9	108	18.2	53	21.6	4	14.8	233	14.9
	Nenhuma	1	0.4	11	2.8	35	5.3	19	7.8	1	3.7	67	4.3
	Total	236	100.0	396	100.0	665	100.0	259	100.0	27	100.0	1569	100.0
Portuguesa	Muita	128	54.2	28	7.3	37	5.9	30	12.3	12	41.4	235	15.5
	Alguma	74	31.4	99	25.9	124	19.8	58	23.9	4	13.8	359	23.7
	Pouca	26	11.0	184	48.2	316	50.4	110	45.3	8	27.6	644	42.5
	Nenhuma	8	3.4	71	18.6	150	23.9	45	18.5	5	17.2	279	18.4
	Total	236	100.0	382	100.0	627	100.0	243	100.0	29	100.0	1517	100.0

Fonte: Inquérito aos estudantes de portugueses

Ainda assim, em qualquer destes grupos podemos encontrar casos que indicam fazê-lo com muita ou alguma frequência, sendo, curiosamente, o conjunto dos *CHC* que mais o referiu (36.2%) o que parece contrariar a ideia inicial da falta de oportunidade, mas sendo estudantes de português todos têm professores portugueses facto que poderá justificar esta ocorrência, uma vez que estamos a considerar o assunto de uma forma muito genérica, em termos de *composição*, e nada sabemos sobre *densidade* de relações de convivência nem sobre os espaços em que as mesmas ocorrem, mas seguramente com maior incidência no espaço escolar e profissional – não só pelo que já se apurou em relação aos espaços de uso da língua portuguesa mas também por aquilo que nos foi sendo dado observar em posteriores permanências mais prolongadas em Macau.

Entre os nossos entrevistados portugueses que não tinham qualquer relação familiar com chineses só muito residualmente encontrámos referências a relações de amizade densas com indivíduos deste grupo étnico, sendo apontadas relações de interconhecimento e situações pontuais de convívio – amplamente relacionadas com os contextos profissionais e a celebração de jantares de serviço, seja este público ou privado, em alturas, por exemplo, como o Natal e o Ano Novo chinês.

O relato feito por uma informadora portuguesa relativamente ao seu percurso de vida em Macau fornece indicações muito interessantes sobre redes de relações.

Margarida chegou a Macau em finais de 1997, numa altura em que com o aproximar da data acordada para a transferência de Macau muitos portugueses estavam já a regressar a Portugal, por força das decisões que tiveram de tomar com alguma antecedência em relação a 1999. Tinha um irmão a exercer advocacia em Macau e, ela própria formada em Direito, mal concluiu o seu curso mudou-se para o território onde as expectativas profissionais se lhe afiguravam mais promissoras do que em Portugal. Por via da sua relação familiar já tinha visitado Macau anteriormente, conhecia a cidade e algumas pessoas que faziam parte do círculo de amigos do irmão tendo, à chegada, sido automaticamente integrada nessa rede de relações amplamente ligadas à área do Direito.

[A adaptação a Macau] foi relativamente fácil, porque eu... eu cada vez que se fala neste assunto sempre disse... eu sinto-me uma pessoa privilegiada, porque não caí aqui de pára-quadras como a maior parte das pessoas, vim para cá com família, com... com um background já de vindas, de férias, ou seja, já a conhecer não muita gente mas as relações do meu irmão, colegas, amigos, já as conhecia todas (...) ou seja, já conhecia a terra, já conhecia os cantos, no fundo, os cantos à casa, foi muito mais fácil. Eu acredito que quem chegue aqui sem nunca cá ter estado e sem conhecer ninguém, seja complicada a adaptação, eu não passei por isso, não sei o que é isso, já conhecia a terra, já conhecia algumas pessoas que me ajudaram e que me orientaram, além do meu irmão. (...) E depois fui conhecendo

outras pessoas, fui criando o meu próprio espaço, fui construindo a minha vida própria. [O círculo de amizades] coincide bastante com a minha área profissional, inevitavelmente, até porque passo... agora não, neste momento não porque sou a única jurista, mas passei seis anos a... a maior parte do meu dia era passado com os meus colegas e isso inevitavelmente criou amizades fora, fora do serviço... as minhas amizades estão muito ligadas à minha área profissional. Foi... pronto, foi uma coisa natural. Conheço algumas... conheço algumas pessoas, agora amigos, assim amigos mais íntimos, mais ligados é de facto... é de facto... são de facto pessoas da área do direito. Até porque houve uma altura que poucos mais portugueses havia cá do que os da área de direito [risos] por isso era um bocado complicado... [Também] há bastantes professores, mas a maior parte dos professores já... já... pessoal mais velho, já com família, dedicados aos miúdos; pessoal, pessoas solteiras, mais ou menos da minha faixa etária, um bocadinho mais novos, um bocadinho mais velhos, é praticamente tudo da área do Direito, é engraçado ver isso, porque... coincidentemente as pessoas que ficaram e que vieram e que estão mais... que não... que não têm uma família já com filhos, é tudo mais ou menos da mesma geração, da mesma faixa etária e as pessoas foram-se ligando naturalmente umas às outras (...) os interesses são comuns, as vivências são mais ou menos comuns. [Antes da transição a população portuguesa] era mais heterogénea, havia mais... eu acho que não se notava tanto, porque havia pessoas em todas as áreas, porque depois com a debandada geral, no fundo os que resistiram mais, de facto, foi a área do Direito, foram os advogados, foram as áreas onde... onde... ainda existiam mais oportunidades, os advogados, os juristas, os professores ficaram, ficaram os professores da Escola Portuguesa, mas como disse já não... é outra geração, é outra vivência, outro modo de viver que não aproximou muito... que não aproximou muito... as pessoas não têm muito em comum e então a coisa dividiu-se mais ou menos, não quer dizer que, pronto... não se conheça... (Margarida, portuguesa, jurista na função pública, Ent. 62/2005).

O que *Margarida* nos diz sobre a sua experiência e sobre as suas redes de relacionamento social quotidiano, que, de acordo com o que nos foi sendo dito e o que nós próprios fomos igualmente experimentando, se pode alargar a uma multiplicidade de casos semelhantes ao dela, não foge àquilo que são atributos conhecidos das redes de sociabilidade – a sua composição social, no caso é dado destaque ao efeito geracional e às trajectórias socioprofissionais semelhantes, e apontado que, entre portugueses, no fundo existe um núcleo restrito de relações com maior grau de intensidade e outro mais alargado em que a densidade das relações é menos forte mas existente.

E fora do grupo étnico de pertença?

[Chineses] *Poucos, poucos. Mais conhecidos, mais conhecidos do que amigos. Macaenses alguns, chineses muito poucos, sempre tive um bom relacionamento com os colegas de trabalho, lá voltamos outra vez à área profissional, mas sempre tive bom relacionamento com eles, mas nunca... nunca criei muita ligação com ninguém chinês chinês, assim em particular. Macaenses, há alguns colegas com quem criei mais ligação, de facto aproximei-me mais dos... de... acho que tenho mais em comum ou... as áreas de interesse são maiores com um macaense do que com um chinês. No fundo, por exemplo, eles*

estão ligados ao que se passa em Portugal, acompanham, sabem do que nós estamos a falar, às vezes basta esse, basta esse... nós estarmos a falar, sei lá, de futebol por exemplo e a pessoa saber ah, sim, o Benfica ou o Sporting, ou o Porto, ou o Presidente da República, ou o Primeiro-ministro e sabem que o governo mudou... É diferente o feedback que se tem de um macaense, que bem ou mal, mais ou menos acompanha... acompanha os assuntos, principalmente o que se passa em Portugal e que quando se fala, está dentro do assunto, não é, e há um feedback muito maior com um macaense do que com um chinês. O chinês tem uma forma de estar muito diferente, os interesses não são iguais, é diferente... é diferente, uma pessoa, por exemplo, sair à noite com um chinês, inevitavelmente íamos parar a um karaoke, que é uma coisa [risos] que os ocidentais... eu pessoalmente não acho piada nenhuma e que eles acham um piadão incrível, e estarem ali a jogar, com os copos e os dados e... e... e é a língua. É a dificuldade de comunicação.

A nossa interlocutora havia-nos já dito que, entre os seus colegas de trabalho, se encontravam chineses que falavam a língua portuguesa, pelo que lhe lançámos como contra-argumento relativo à língua o que ela própria já nos tinha afirmado.

Há muitos chineses que falam português, mas sempre com alguma dificuldade, sempre com alguma dificuldade, depois não há... não há... acaba por se esgotar um bocado o assunto. Eu acho que são interesses completamente diferentes, formas de viver completamente diferentes, que nunca... pelo menos no meu caso nunca me ligaram... nunca me ligaram a nenhum chinês particularmente, não... não... nunca criei ligação assim com ninguém, até porque como já disse durante esta entrevista, vivia rodeada de portugueses [risos] não... quase... praticamente não tinha oportunidade de contactar mais com os chineses, eu acredito que haja muitos portugueses que... só trabalhando com chineses acabam por criar mais ligações, eu como nunca passei por isso acabei por não criar muita ligação a... a nenhum chinês assim em particular (Margarida, portuguesa, jurista na função pública, Ent. 62/2005).

Aparentemente, ainda que o argumento da língua seja o mais usado, o que parece estar verdadeiramente em causa são interesses, hábitos e estilos de vida distintos.

Também entre os nossos interlocutores chineses encontramos um discurso semelhante. Wu, chinesa nascida na China Continental mas residente em Macau desde criança, tendo inclusivamente feito o seu percurso escolar numa escola luso-chinesa, e sendo hoje casada com um português, tem uma rede de relações alargada na qual se incluem indivíduos portugueses – foi aliás nesse círculo que a conhecemos. Contudo, quando nos fala do seu círculo de amigos num sentido mais restrito – ou seja, de maior proximidade e densidade de relações – afirma que a maior parte dos seus amigos são chineses, referindo as diferenças culturais existentes. E acrescenta:

Eu gosto mais dos portugueses lá [em Portugal] do que cá. São mais simpáticos, os que estão aqui anda mais de nariz empinado, olha a outra pessoa como mais importante. Mas lá não. É diferente. Aqui as pessoas quase tudo ganha bem mas... é outro feitio. Mas entre os chineses da China e os chineses de

Macau também há diferença, a cultura é diferente. Os chineses da China são mal-educados, o que nasceu aqui a educação é daqui, é diferente. Já foi mesmo à China ver?

(...) Grupos de amigos chineses e portugueses misturado há pouco. Eu acho que é por causa da língua.

Retorquimos com o mesmo argumento que usámos com *Margarida* – que muitos chineses falam português e que, em muitas circunstâncias, ambos falam inglês.

Falta fazer aquela ponte, não há aquela comunicação... mas está a falar verdade... é uma desculpa porque chinês fala inglês e português fala inglês... há falta de comunicação, aquela... mas chinês com estrangeiro há muito, só com português é que não... ele não gosta tanto do português, acha que tem o nariz empinado... essa é a verdade. Eu sei. Isto começou antigamente e as pessoas não pensam que os portugueses também já mudaram... por isso a comunicação é mais distante do que de americanos e chinês... (Wu, chinesa, funcionária num banco, Ent. 111/2010).

Na verdade, entre os nossos interlocutores portugueses foi-nos transmitida a mensagem de que esta é uma situação que se tem vindo a alterar após a transição, sugerido que a população chinesa olha de maneira diferente para aqueles que decidiram ficar.

Uma das nossas jovens entrevistadas, entre muitos outros que nos transmitiram informação no mesmo sentido, disse de forma muito clara que acha que a imagem dos portugueses em Macau tem vindo a mudar.

É uma coisa que já... já ouvi falar muitas vezes, que antes obviamente que os portugueses que cá estavam nós tínhamos uma péssima imagem, éramos os colonizadores. As pessoas que estavam eram mandadas pelos Estado e tinham que vir. Por isso... pronto, acho que também não havia aquela mistura, não sei. E agora é diferente, a nossa atitude cá é diferente, estamos cá porque queremos. Alguns de nós, não é. As pessoas escolhem vir para cá trabalhar, são muito mais simpáticas, são mais abertas a compreenderem a outra cultura. Se calhar é isso, a nossa imagem... eu penso que a imagem mudou...

Mas em relação aos mais antigos no território, afirma:

Daqueles que ficaram ainda têm muito mentalidade colonial... acho que a maior parte deles nem sabe chinês e recusam-se terminantemente a aprender. Logo no primeiro dia que eu cheguei, porque eu cheguei à noite, e pronto, comecei logo a interagir com a comunidade que já cá ficou há 20, 30 anos e foi logo esse sentimento que eu tive, mesmo, eles não se querem integrar mesmo. [Têm] atitudes de superioridade com as outras pessoas que passam na rua, com as pessoas que os... que servem, sei lá, tanta coisa... e o que me chocou foi isso, uma das coisas foi não terem sequer curiosidade em aprender a língua (Mafalda, portuguesa, estagiária na área da diplomacia económica, Ent. 72/2007).

É certo que os mais diferentes grupos étnicos frequentam espaços públicos, bares, discotecas, restaurantes, o que não se verifica com regularidade é que se encontrem a interagir, e frequentar os mesmos espaços é manifestamente insuficiente para afirmar que existem

relações de sociabilidade generalizadas sem serem atravessadas por fronteiras étnicas, que acabam por coincidir com questões de composição social e cultural.

Há que chamar, igualmente, a atenção para as questões de género surgindo a mulher, e referimo-nos neste caso à mulher portuguesa, muito mais penalizada no que respeita à constituição das suas redes de relações, sujeita a crítica e controle apertado por parte dos seus co-nacionais, tendo o homem toda a liberdade de se movimentar em qualquer meio e ambiente local, registando-se, ainda, em pleno Século XXI atitudes e comportamentos próprios de meios pequenos e provincianos; falando por comparação com os círculos em que nos movimentamos cá e lá, que do ponto de vista do posicionamento no espaço social são muito equiparados, consideramos que as mulheres locais dão uma importância muito maior ao que se *diz a seu respeito* do que acontece em grandes centros urbanos, como Lisboa. Esta situação talvez encontre explicação na concentração lusófona das relações que se desenvolvem e dos espaços que se frequentam, muito mais abertas e permissivas para o homem do que para a mulher o que encontra tradução, por exemplo, em situações de coabitação e de casamentos inter-étnicos²²⁸ realizados em que o elemento português do par é quase sempre o masculino.

Também o efeito geracional terá alguma importância. Entre os mais jovens, no sentido não só da faixa etária em que se encontram mas também no sentido de mais recentes no território, pareceu-nos existir algumas mudanças de atitude e de comportamentos. Esta é, contudo, uma situação que tivemos menos oportunidade de desenvolver e por isso é aqui levantada mais como hipótese a necessitar de ser explorada.

O grupo de jovens do Programa InovContacto pode constituir-se como exemplo de uma maior abertura no domínio das sociabilidades, sendo conhecidas²²⁹ as suas festas de composição intercultural – tivemos a oportunidade de passar por um desses encontros e era notória a multiplicidade de origens daqueles que lá se encontravam. Para além das ocasiões formais e excluindo, também, a Festa da Lusofonia, umas e outra com características que não permitem estabelecer comparações no que a práticas num registo mais individual respeita, esta foi mesmo a única ocasião em que testemunhámos uma composição variada nos participantes de uma actividade de carácter mais particular entre portugueses.

Contudo, estes jovens que afirmam que o seu círculo de relações é composto, maioritariamente por pessoas da sua faixa etária e também com experiências recentes de residência em Macau, não deixam igualmente de referir que se dão com *uns chineses assim*

²²⁸ De várias origens asiáticas e, mais recentemente, com mulheres originárias da Rússia.

²²⁹ Referimo-nos ao ano de 2007. Não sabemos se, mudando o grupo InovContacto, as práticas desenvolvidas se alteraram.

com uma mentalidade mais ocidentalizada (Manuel, português, estagiário na área da construção civil, Ent. 72, 2007) mas que essas relações são pontuais.

Eu acho que tem a ver com os hábitos sociais. São muito diferentes. Nós há pouco tempo fomos a uma festa de aniversário de um chinês e os modos são completamente diferentes da... da nossa ideia de festa. Eles adoram karaokes, gostam de beber muito, muito, muito... Mas... enfim, gostam é de estar a jogar aos dados, de jogar outros jogos, de karaoke. E não têm muito aquele hábito de sentar, beber um copo, conversar. Por os hábitos sociais serem tão diferentes é que muitas vezes torna-se mais difícil combinar, por rotina, qualquer coisa com um chinês, porque a rotina é completamente diferente [Ana, portuguesa, estagiária numa empresa de produtos químicos, Ent. 72/2007).

A baixa frequência e fraca densidade de relações entre portugueses e chineses não é vista nem sentida como problemática do ponto de vista da integração e da capacidade de relacionamento quotidiano, considerando-se que o lugar-comum *viver de costas voltadas*

não pode ser encarado de uma forma tão negativa quanto às vezes é dado a entender. São vivências completamente diferentes, mas não... é uma convivência pacífica, não é antagónica, não... não... as comunidades, acho que de facto vivem de costas viradas uma para a outra, mas de uma forma harmoniosa, não há hostilidade, nós não os hostilizamos a eles, nem eles a nós, acho que há uma convivência pacífica e é uma das coisas que eu aprecio em Macau. Acho que nunca se consegui de facto, criar uma ligação muito grande, até porque a nível... as culturas são completamente diferentes, a forma de viver é completamente diferente, os interesses, mas nunca ninguém... eu pelo menos não crítico, não crítico e acho que os portugueses em geral não têm nenhuma crítica pejorativa a fazer ao modo de viver dos chineses, nem eles a nós. Por isso acho que é uma convivência, é um costas voltadas, de facto, mas de uma forma harmoniosa e pacífica, nunca senti qualquer tipo de hostilidade, entre uma comunidade e outra, acho que... acho que se conseguem entender perfeitamente bem, por exemplo a nível profissional, acho que há um entendimento muito bom, eu só tenho tido sempre boas experiências, os sítios por onde passei, tanto na advocacia como as finanças, como agora [local onde trabalha²³⁰], tenho tido sempre ótimas experiências e as relações que tive profissionais com chineses houve sempre um respeito mútuo, um respeito pelo modo de estar do outro, nunca notei, nunca senti qualquer tipo de tensão entre as duas comunidades (Margarida, portuguesa, jurista na função pública, Ent. 62/2005).

Até aqui temos vindo a focar basicamente os dois grupos mais contrastantes entre si – portugueses e chineses – mas há ainda a salientar alguns aspectos relativamente aos macaenses.

Nos resultados apurados através do inquérito por questionário aos estudantes [Quadro 10.1], a referência à convivência com macaenses surge com frequências extremamente elevadas em todos os grupos: 95.6% dos *lusófonos* declararam conviver com muita ou alguma

²³⁰ Local de trabalho foi retirado para não denunciar a identidade da interlocutora.

frequência com macaenses, passando-se o mesmo com 82.3% dos *CDM*, 78.5% dos *CEM* e 70.6% dos *CHC*, parecendo que a frequência diminui à medida que o grupo se pode considerar mais afastado de Macau.

Valerá a pena ver com mais algum detalhe o que se passa no interior do grupo *lusófonos*, dividindo-o em dois subconjuntos por referência a um eixo que cruza origens territoriais e linguísticas mistas, chinesa e portuguesa e/ou lusófona e outro que se constitui em torno de um eixo marcadamente lusófono com características de monolinguismo e origens territoriais portuguesas e/ou lusófonas.

Quadro 10.2 – Convivências
(subgrupos de origem portuguesa e portuguesa e chinesa)

Origem	Lusófona		Portuguesa e Chinesa	
	M+A	P+N	M+A	P+N
Chinesa	46.6	53.8	71.2	28.8
Macaense	91.9	8.1	98.0	2.0
Portuguesa	98.7	1.3	80.1	19.9

M+A = Muita e alguma frequência; P+N = Pouca e nenhuma frequência

Fonte: IQ aos estudantes de português

A leitura da informação com o grupo dividido permite perceber que é bastante claro o centramento das relações dos lusófonos com portugueses e macaenses e que a convivência dos que se enquadraram no eixo que cruza origens territoriais e linguísticas mistas – portuguesa e chinesa – aumenta em relação a todas as categorias.

O que, na verdade, não é surpreendente. Será neste conjunto que se encontram aqueles que menos contrastes culturais apresentarão relativamente às outras duas categorias de que temos vindo a falar, quer nos círculos de amizade mais alargada quer nos círculos familiares, correspondendo àqueles que são normalmente designados por macaenses – note-se que é precisamente onde encontramos os valores mais elevados (98.0%) relativamente a convivências frequentes – e apesar de se enfatizarem, quase exclusivamente, as características portuguesas dos macaenses, na verdade as suas referências culturais são múltiplas. De acordo com *Gabriel*:

Porque o ser-se macaense não é só português. E o chinês? Aquele contacto de pegar com os chineses, porque o macaense tem muito chinês. Quando nós falamos... nós falamos muito na faceta portuguesa do macaense!... Mas há uma faceta que é chinesa, absolutamente, retintamente [ênfatisando] cantonense... retintamente cantonense. Nós muitas vezes falamos em macaense como português, só nos limitamos a isto. Mas há a dimensão chinesa, que é absolutamente determinante, absolutamente determinante. É esta componente chinesa do macaense que faz diferença, que faz com que o ser-se português como macaense, se torne uma maneira também muito especial. É esta faceta, esta faceta que faz com que muitos portugueses não consegue entrar, justamente é isto, porque uma pessoa... é muito raro, eu não

vejo um macaense que só seja... só seja macaense, macaense sem... sem ser chinês. Sem ser o mínimo chinês. [Mesmo] em Portugal, ter deixado por completo essa faceta chinesa, é muito raro, eles ainda falam chinês, ainda falam o mínimo chinês, ainda falam das boas coisas de Macau, relacionadas com a comida, falam dos passeios, quer dizer, falam de muita coisa que se fala e utilizam sempre aquela expressão chinesa. Isto tudo, isto tudo são elementos identificativos do que é ser macaense (Gabriel, macaense, advogado, dirigente associativo, Ent. 63/2005).

Não podemos, no entanto, deixar de nos interrogar se todos os inquiridos e conseqüentemente em todos os grupos terá existido o mesmo entendimento de *macaense* e se este entendimento corresponderá à noção tradicional de *portugueses do Oriente* ou antes à de natural de Macau, sem atender ao seu significado histórico e simbólico.

Cabral e Lourenço abordam esta questão referindo que por *razões de política conjuntural*, a expressão “*macaense*” tem sido por vezes usada ultimamente para significar todas as pessoas nascidas em Macau, independentemente da sua identidade étnica, mas consideram que esta tendência recente de evolução do conceito *contraria tanto o significado histórico do termo como as práticas de nomeação identitária dos próprios macaenses* (1993:21), pelo que é usada pelos autores no seu sentido restrito.

Também ao longo de todo este trabalho *macaense* tem sido expressão usada naquele que é o sentido socialmente relevante e significativo em Macau – nem se poderia atribuir-lhe outro tipo de significação, uma vez que isso iria contrariar em absoluto a forma como, na esmagadora maioria dos casos, nos foi sendo referido, apresentado e explicado o significado dado a *macaense*.

Contudo, há que chamar a atenção para a evolução do conceito e para alguns aspectos que sugerem entendimentos mais alargados e que poderão vir, com o decorrer do tempo, a alterar o *significado histórico* que Cabral e Lourenço referem, radicando o mesmo *na história da cidade no período pré-colonial*.

Numa das muitas ocasiões em que estávamos à conversa sobre estas questões com um nosso amigo macaense, este perguntou ao filho, jovem recentemente chegado de Portugal onde tinha concluído os seus estudos de nível superior, o que era para ele ser macaense. O jovem indicou sem hesitações: *basicamente é falar português, ser católico e gostar de bacalhau*.

Respondemos-lhe que conhecíamos chineses que reuniam os três requisitos apontados, ao que depois de alguns instantes de silêncio o nosso jovem macaense nos disse que sim, que era verdade tendo relatado depois um episódio que se tinha passado com ele e amigos seus num grupo onde se encontrava um chinês de Macau numa ocasião em que estavam,

precisamente, a falar sobre este assunto. Um dos presentes terá dito ao jovem chinês que ele não era macaense, na sequência do que os ânimos se exaltaram, tendo o visado ficado muito zangado e afirmado peremptoriamente que era, que tinha nascido em Macau, que toda a sua família era de Macau e que nunca mais lhe dissessem que ele não era macaense.

Não sendo uma situação que se possa considerar vulgarizada em Macau começam, no entanto, a surgir manifestações deste tipo e embora os nossos interlocutores chineses na sua maioria tenham estabelecido uma distinção clara entre si e os macaenses, associando aos segundos as ligações familiares com portugueses, pontualmente foram surgindo, também, posições idênticas à relatada, inequivocamente associadas à naturalidade de Macau e a uma distinção relativamente aos *outros* chineses recentemente chegados da China.

Contudo não nos parece que essa seja uma situação que possa vir a generalizar-se facilmente. Ainda que outros elementos ganhem saliência na construção de uma identidade macaense, ainda que se acentuem lógicas de afastamento aos tão consensuais marcadores culturais lusófonos, principalmente à língua portuguesa, ainda que se mude de nacionalidade e ainda que com o passar das gerações se verifiquem maiores manifestações de identificação com a cultura chinesa não nos parece que, a curto prazo, esta minoria abdique do seu capital de distintividade nem que, do ponto de vista político, desapareça dos discursos da RAEM.

Manifestações e mobilizações colectivas

Nesse sentido apontam as várias iniciativas que regularmente vão acontecendo em Macau. Nos últimos anos do Período de Transição e nesta primeira fase da governação chinesa assiste-se ao desenvolver de algumas estratégias que dão conta da necessidade de construir um “projecto” macaense que garanta a continuidade do grupo.

Podemos referir como exemplo a realização de encontros, colóquios e seminários, a edição de obras²³¹, o convocar de figuras já desaparecidas que terão desempenhado papéis

²³¹ Por exemplo, *Maquista Chapado, vocabulário e expressão do crioulo português de Macau*, da autoria de Miguel Senna Fernandes e Alan Norman Baxter, publicado pelo Instituto Internacional de Macau em 2001 e que foi preparado especialmente para apresentação durante o Encontro das Comunidades Macaenses desse ano. A colectânea de textos da autoria de Jorge Rangel “Falar de Nós”, as obras sobre a Gastronomia macaense como o “*Á mesa da Diáspora*” da autoria da macaense Cecília Jorge e “*Macau, a festa e a mesa*” de Fernando Salles Lopes são outros exemplos. De acordo com o Jornal Ponto Final do dia 29 de Novembro de 2010, no Encontro das Comunidades Macaenses que à data decorria, entre novas edições e reedições foram apresentadas 10 obras. Foi, igualmente, apresentado o Portal *Macanese Families*, da autoria de Henrique D’Assumpção, a residir na Austrália, que transpõe para o formato electrónico uma versão, revista e aumentada, da obra em 3 volumes da autoria de Jorge Forjaz, editada em 1996 e apresentada, também, no âmbito do *Encontro* que teve lugar em 1997. Este Portal, além da genealogia de famílias macaenses (com mais de 47 mil nomes, de acordo com a informação no Portal), apresenta ainda artigos relacionados com o tema, receitas da culinária macaense, muitas fotografias e acesso a algumas músicas. O acesso ao Portal pode ser feito, mediante inscrição, através de <http://www.macaneseamilies.com/Joomla/index.php>.

relevantes noutros tempos – quer seja no campo literário, como Adé, quer seja no campo do ensino, como Gonzaga Gomes, quer seja na vida política, como Carlos D’Assumpção – em torno dos quais se organizam cerimónias e se prestam homenagens, a instituição do Prémio Identidade ou, de especial significado, a realização periódica do “Encontro das Comunidades Macaenses”, que junta na RAEM aqueles que emigraram e seus descendentes, evento que teve a sua primeira edição em 1993, e que, desde então, se tem vindo a realizar periodicamente, tendo as edições de 2001, 2004, 2007 e 2010 demonstrado a viabilidade do projecto numa Macau da China, tendo contado com forte apoio do executivo local, material e também simbólico, com a presença do Chefe do Executivo em determinadas actividades do programa organizado.

De destacar, também, a constituição do Conselho das Comunidades Macaenses, criado em 2004 no decurso do *Encontro*, organismo que se pretende funcione como pólo aglutinador dos macaenses de Macau e da diáspora, e do qual fazem parte as Casas de Macau espalhadas pelo mundo e as associações baseadas em Macau, assim como a criação da Confraria da Gastronomia Macaense que prepara, neste momento, a candidatura a património intangível dos sabores macaenses.

Os vários *Encontros* realizados revelam uma preocupação em não deixar apagar as *memórias comuns* e em alimentar o *sentido de pertença* a Macau, tendo por ocasião da edição de 2007, em declarações à imprensa, o Presidente da Associação dos Macaenses salientado que *[e]stamos no Século XXI, vivemos na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e já não interessa se é branco, preto, mulato, mais ou menos chinês. Não interessa a nacionalidade, no sentido jurídico-político. O que importa é ter Macau como referência e um sentido especial de portugalidade ou lusitanidade*²³².

Jim Silva, macaense radicado nos Estados Unidos, na apresentação que fez em Macau no Encontro de 2004, que tivemos a possibilidade de acompanhar, dizia que quem *considera que Oriente é Oriente e Ocidente é Ocidente e que estes nunca se encontrarão é porque evidentemente nunca conheceu um macaense, pois o macaense representa a combinação perfeita desse encontro*²³³.

Podemos encontrar um denominador comum entre os aspectos valorizados quando se promove a identidade cultural de Macau e a dos macaenses: produto da história e do convívio de dois grande povos, sendo frequentemente convocados quando se consideram os aspectos

²³² Disponível em <http://www.jtm.com.mo/view.asp?dT=265803009>; Jornal Tribuna de Macau, edição de 5 de Dezembro de 2007; acesso a 10 de Dezembro de 2010.

²³³ A apresentação foi feita em língua inglesa e a citação apresentada corresponde à tradução livre do registo efectuado.

que caracterizam a Região, fazendo referência a Macau como ponto de encontro entre o Oriente e o Ocidente, surgindo este segmento da população como uma espécie de prova viva desse encontro.

Se estes são momentos de especial significado para os macaenses, outros igualmente importantes, já não só para macaenses mas para os portugueses e lusófonos de um modo geral, são os acontecimentos que ritualmente são celebrados em Macau, dos quais destacamos dois exemplos: o 10 de Junho e a Festa da Lusofonia.

As comemorações do 10 de Junho, da responsabilidade da representação diplomática portuguesa na RAEM, repetem-se anualmente em eventos de forte simbolismo, desde o hastear da bandeira no Consulado Geral de Portugal até à recepção na residência oficial consular, contando com a presença de representantes de Portugal e do Governo de Macau, passando pela romagem à Gruta de Camões onde podemos observar todo um ritual – o rancho folclórico, a declamação de trechos da obra de Camões por estudantes da EPM e de uma escola chinesa anualmente convidada, e, não menos emblemático é assistir à formação de uma longa fila de pessoas encabeçada pelas mais simbólicas e reconhecidas figuras portuguesas deslocando-se lentamente em direcção à estátua de Luís de Camões e procedendo ao cerimonial de *bater-cabeça* ao busto do poeta.

Esta é, no entanto, uma manifestação que não pode ser apresentada como congregadora dos portugueses. Na verdade, se exceptuarmos as actividades no Jardim Camões que já serão uma nuance local das cerimónias, há uma reprodução anual muito formalizada de rituais inspirados no que se passa em Portugal e naquilo que, cremos, terá sido desenvolvido em Macau ao longo da Administração Portuguesa, nos quais parte dos nacionais portugueses não se consegue rever – e não nos referimos aos residentes chineses de nacionalidade portuguesa.

As comemorações do 10 de Junho aqui em Macau, compreendo para aqueles que estão muito mais longe de Portugal, mais longe de Portugal que eu, aqueles que não vão com tanta facilidade a Portugal como eu vou, aqueles que se calhar nunca foram e que têm alguma identidade com Portugal, deve ser mais importante para eles do que para mim. Eu confesso que passa-me ao lado. As comemorações do 10 de Junho aqui passam-me ao lado. Depois sei que o cônsul faz uns beberetes com o... chamam-lhe a festa do Rissol... Sei também que há muitos portugueses que nunca tiveram convite nenhum desses e... ou seja, há... o que é um facto é que depois há... há, digamos... há os A's e os B's. (...) O 10 de Junho se calhar funciona... acaba na prática, pode não ser intencional, mas na prática acaba por funcionar como um clube dentro dos portugueses, não é... Em que há uns que como foram nos outros anos já se sentem na obrigação de ir também e que também gostam daquele pagode, não é. E pronto é um bocado fogueira das vaidades. Eu tenho conhecimento de muitas pessoas que estão inscritas e não recebem convite. Tenho conhecimento de pessoas que não estão inscritas e recebem convite ou por... mas eu até acho um bocado mesquinho estar a falar estas coisas dos convites, isto não me agrada, esta conversa

não me agrada, mas ou porque são... tem um cargo no serviço e que convém que esteja ou... ou porque se fez notar por estar nesse cargo, ou porque representa uma colectividade qualquer etc., etc., é chamado. Independentemente de estar inscrito ou não. Se calhar naturalmente estão inscritos. Mas há muita gente que está inscrita e não é vista nem achada nessas comemorações. Mas eu penso que isso é talvez das coisas menos importantes para os portugueses aqui. Sinceramente (Vasco, português, jurista na função pública, Ent. 73/2007).

Temos aí outra que é... também desune um bocado os portugueses, é quando há por exemplo o Dia de Portugal, em que o consulado abre as portas... e faz um jantar, e o que a gente vê na televisão é tudo chineses... os portugueses são todos os anos os mesmos, dois ou três portugueses, são... o resto são chineses. A gente... o que a gente vê na televisão, mas que festa de portugueses é esta?! Eles dizem que... não foi este cônsul, foi outro, que aí esteve, que ele dizia, mas os portugueses não são convidados porque mudam... a gente não tem a... não estão actualizados no consulado, a morada, mudam de casa e a gente não sabe. Não é verdade, que eu moro na minha casa há dez anos e nunca recebi, eu não ia, eu não ia, mas nunca recebi um convite. [Não ia] Porque eu não me sinto bem no meio daquelas pessoas, no fundo aquilo não são portugueses... a gente olha para a televisão, o que vê ali são pessoas só com interesse, não têm nenhuma adoração a Portugal e nem sentem Portugal. É pessoas... grandes, é tudo pessoas grandes, não vê lá assim uma pessoa aí simples, só pessoas grandes, e todos os anos os mesmos (Alfredo, português, empresário sem trabalhadores a cargo na área da restauração, Ent. 58/2005).

Se uns gostariam de estar presentes mas, encontrando-se a trabalhar, não podem participar nas cerimónias que decorrem durante a manhã, outros não demonstram qualquer interesse em participar nas actividades comemorativas do 10 de Junho, até porque em Portugal também não o faziam, outros ainda, sentem-se preteridos no evento e manifestam a sua discordância com a forma como a organização das comemorações é conduzida, a ocasião não deixa por isso de se revestir de uma forte carga simbólica e de se constituir como um momento de afirmação colectiva, sendo-lhe reconhecido o simbolismo pelas autoridades locais que anualmente se fazem representar na Recepção na Residência Oficial do Cônsul Geral de Portugal em Macau ao mais alto nível e obrigando a que um representante do Governo Português se desloque a Macau todos os anos.

Outro acontecimento de igual carga simbólica, e bastante mais consensual entre os lusófonos, sejam os de Portugal sejam os de outras origens territoriais, é a anual Festa da Lusofonia, com organização do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais em colaboração com as várias associações ou representantes dos vários países de expressão portuguesa, onde se celebra a gastronomia, os jogos tradicionais e onde anualmente são cabeça de cartaz artistas portugueses de renome e dos demais países de língua portuguesa. No ano 2008, esta Festa teve mesmo um reforço orçamental com a participação do Secretariado

Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e a designação de “Festival da Lusofonia – Semana Cultural da China e Países de Língua Portuguesa”, com eventos que se prolongaram por um maior número de dias e, especialmente, com a inclusão no programa de actividades como a actuação do Grupo de Dança e Acrobacia e o Grupo Artístico de Corte de Papel, ambos de Shenyang, China, eventos que pretendiam simbolizar o encontro das culturas chinesa e lusófona na RAEM²³⁴.

Não se resumem às questões económicas as implicações da criação do Fórum. Toda a dinâmica criada em torno da temática da lusofonia veio chamar a atenção quer para a língua portuguesa quer para um conjunto de outras actividades e acontecimentos em torno das culturas lusófonas.

Já se referiu que a forma de organização política em Macau favorece a constituição de grupos de interesse que se materializam, regularmente, em associações, sendo a região marcada por um forte associativismo com as mais variadas características e finalidades.

A maioria das associações lusófonas inscrevem-se no domínio cultural-recreativo, e, para além das conotadas com os macaenses, de que destacamos a Associação dos Macaenses, têm vindo a constituir-se em associações os residentes dos vários países de língua portuguesa ou Regiões ligadas à lusofonia, como Goa, Damão e Diu. Para além destas, há que mencionar ainda entre as associações que de alguma forma são identificadas com a lusofonia, ou, como é habitual serem referidas em Macau, *de matriz portuguesa*, a importância da ATFPM como associação profissional e com conotação política, que já mencionámos anteriormente por relação com a vida política local, e da APOMAC com um carácter mais assistencialista, desenvolvendo, aliás um trabalho muitíssimo meritório e da maior importância junto dos pensionistas e reformados de Macau.

A APOMAC foi constituída em 2001, por iniciativa de dois macaenses – Jorge Fão e Francisco Manhão – com a finalidade de prestar apoio aos aposentados e pensionistas de Macau que, na sequência da cessação da Administração Portuguesa, ficaram ligados à Caixa Geral de Aposentações em Portugal; sendo, na sua maioria de etnia chinesa, estas pessoas tinham muitas dificuldades na sua relação com a instituição portuguesa, nomeadamente no que respeita à condução de todo o processo burocrático a que estavam sujeitos para o recebimento das suas pensões – desde a correspondência que recebiam e que não entendiam por não dominar a língua e à qual, em muitos casos não davam resposta vendo como consequência as

²³⁴ Esta situação particular não teve continuidade em 2009, pelo que a Festa voltou ao formato e duração anteriores não tendo tido a participação de convidados especiais vindos da China Continental, facto que motivou duras críticas à Administração local por parte das associações lusófonas envolvidas. Em 2010 foi retomada.

suas pensões suspensas, ao preenchimento anual da documentação para fazer a necessária prova de vida e à apresentação anual da declaração de rendimentos para efeitos de isenção de IRS e à resolução de situações de imposto retido indevidamente. Como nos disse o Presidente da APOMAC, Francisco Manhão, estamos a falar de pessoas que, na sua maioria, têm fracos recursos económicos e que dependem exclusivamente das pensões que recebem da CGA.

Para além destas questões burocráticas absolutamente fundamentais, o objectivo da criação da APOMAC foi, também, o de proporcionar aos seus associados um espaço do qual pudessem usufruir e no qual pudessem ter acesso a algumas valências que lhe são essenciais, no que respeita à ocupação do tempo, como espaço de convívio que até então não existia e onde têm acesso a computador ligado à internet, livros e jornais – aos 4 locais de língua portuguesa, um de língua chinesa e outro de língua inglesa e ao jornal desportivo Record que recebem de Portugal – um espaço de refeições (cantina) e, atendendo à faixa etária dos associados, a cuidados de saúde.

No domínio dos cuidados de saúde, a APOMAC dispõe de um gabinete médico com um médico de clínica geral, um enfermeiro e uma fisioterapeuta que tem excelentes equipamentos para desenvolver a sua actividade e duas carrinhas, adaptadas para utentes com dificuldades de mobilidade, que os transportam para onde necessário, nomeadamente aos serviços de saúde pública. Desenvolve campanhas de cuidados preventivos na saúde, com a realização gratuita de exames clínicos como electrocardiogramas, controle de pressão arterial, colesterol e diabetes.

Dá, ainda, apoio aos associados que se encontram impossibilitados de se deslocarem à APOMAC, nomeadamente os que se encontram em alojamentos específicos para a terceira idade.

Pelo envolvimento que tem com a população mais carenciada e pela acção que desenvolve, recebe anualmente um subsídio do Governo de Macau que lhe possibilita fazer face às despesas decorrentes dos serviços que presta, uma vez que os associados pagam uma quota mensal simbólica de 30 patacas²³⁵.

Outra associação com actividade diária visível é a Associação dos Macaenses (ADM). Com actividade no domínio cultural-recreativo, a ADM foi criada em 1996 com a finalidade de *estabelecer e promover a solidariedade entre os macaenses, defender a identidade cultural e dignificar a presença da comunidade macaense, no Território e fora dele, bem como a realização de acções de beneficência* (Estatutos, Artº 3º).

²³⁵ Toda a informação foi recolhida junto da Direcção da APOMAC em Maio de 2010.

Desenvolve regularmente actividades de convívio, desde a celebração de datas ou ocasiões significativas para os macaenses, como as festas de Carnaval e a celebração do S. João, promove a comemoração do aniversário dos seus associados com a realização da festa mensal dos aniversariantes, participa activamente na Festa da Lusofonia com apresentação de pavilhão próprio, desenvolve acções com vista à obtenção de fundos para causas específicas – o auxílio às vítimas das enxurradas na Madeira é disso um exemplo – promove visitas de solidariedade a portugueses macaenses residentes em instituições para a terceira idade e outras instituições carenciadas de Macau.

Quanto às associações dos países de língua portuguesa, sendo na sua generalidade mais recentes, a actividade que desenvolvem prende-se, essencialmente, com a promoção do convívio entre associados e amigos e a comemoração dos dias de cada país que representam. Todas participam activamente na Festa da Lusofonia, com pavilhão próprio.

A “Associação dos Amigos de Moçambique”, a primeira a ser criada, surgiu em 1992, definindo os seus estatutos que a mesma tem fins *recreativos, culturais, desportivos, de convívio e informativos, podendo, para o efeito, realizar acções de intercâmbio com Moçambique e, de um modo geral, quaisquer iniciativas adequadas à promoção dos supra referidos fins* (Estatutos, Artº 3º).

A criação desta Associação dá-se numa altura em que já viviam em Macau muitos naturais de Moçambique, uns vindos directamente deste país outros com percursos migratórios que passaram por Portugal na sequência dos complicados processos de descolonização; 1992/93 é também o ano em que no âmbito de acordos entre o Governo de Macau e o Governo de Moçambique é enviado para estudar Direito em Macau o primeiro grupo de estudantes moçambicanos, facto que esteve também na base de criação desta estrutura associativa como forma de apoio aos seus processos de integração. Teve uma primeira fase de maior actividade, centrada principalmente no fomento do convívio com a realização de festas *como as que se faziam em Moçambique*, como nos referia a sua actual Presidente, e actividades desportivas como o futebol, que com a aproximação da data da transferência de Macau viria a cessar quase por completo a partir de 1997, uma vez que grande parte dos seus elementos acabaria por partir de Macau rumo a Portugal. Embora com participação nas edições da Festa da Lusofonia que tiveram lugar nos anos subsequentes, esta fase de inactividade iria perdurar até 2006, altura em que por incentivo do Fórum e do Embaixador de Moçambique a associação foi reactivada.

Com a criação do Fórum, o Fórum começou a trazer a Macau representações de vários países da lusofonia e então eles começaram, eu tenho a impressão que para cativar mais as pessoas, porque não

reactivarem as associações (...) a parte moçambicana também, é importante, tem cá muitos estudantes, vocês organizem as associações porque só assim poderão ter apoio e tal... Esta sede foi também por intermédio do fórum, nós fizemos um pedido ao Sr. Secretário da Economia e com o parecer positivo do Fórum cederam-nos este apartamento. Aliás, como todas as associações depois mais tarde, nós por acaso fomos os primeiros porque é a associação mais antiga da lusofonia, desde 92, e a partir daí começaram a formar-se outras associações, a partir disto (Helena Brandão, Presidente da Associação dos Amigos de Moçambique, declarações à autora em Maio de 2010).

Efectivamente, é a partir da altura em que o Fórum é criado que vemos o surgimento de um conjunto de novas associações ou a reestruturação dos estatutos daquelas que foram criadas mais cedo, sendo que as emendas ou adendas aos estatutos previamente existentes são claras quanto a uma correspondência com as actividades do Fórum.

A “Associação Amizade Macau – Cabo Verde”, criada em 1999 com a finalidade de *[p]romover a cooperação e o intercâmbio cultural, profissional, empresarial e desportivo entre Cabo Verde e Macau* (Estatutos, Artº 3º), viria a alterar os seus estatutos em 2009, passando a constar das suas finalidades: *Colaborar com as entidades oficiais de Cabo Verde na promoção e criação de oportunidades de negócio através de contactos e intercâmbios frutuozos; promover a cooperação e o intercâmbio cultural, profissional, empresarial e desportivo entre Cabo Verde, Macau, República Popular da China e demais países e associações de língua oficial portuguesa; defender e promover os interesses da comunidade cabo verdiana de Macau; constituir-se como parceiro social e comercial institucionalizado que possa ser porta-voz e interlocutor privilegiado, na procura de soluções para os problemas específicos que afectam a comunidade junto das autoridades locais e de Cabo Verde; fomentar a solidariedade entre os membros da comunidade cabo verdiana em Macau com as instituições de ensino, em especial com as de ensino especiais de Macau; promover o incremento das relações e dos laços de cooperação com instituições de ensino de Macau e de Cabo Verde, através do Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar, entre outros; promover campanha de angariação de fundos para os estudantes com dificuldades em suportar os custos do ensino em Macau e Cabo Verde; e realizar e cooperar em quaisquer iniciativas adequadas à promoção dos fins referidos* (Estatutos, alíneas a) a h) do Artº 3º).

A “Associação de Amizade Macau-Timor”, foi constituída em 2001 e no Artº 2º dos seus Estatutos define, no Ponto Um, como fins sociais *promover a colaboração de pessoas singulares ou colectivas que se encontrem ligadas às Comunidades Macaenses e Timorenses e fazer a divulgação e promoção dos valores culturais, históricos, sociais e económicos das*

Comunidades Macaense e Timorense, para desenvolver o intercâmbio e formação, entre outras, nas áreas educacional, cultural, científica e tecnológica.

Em 2005 é criada a “ANAA – Associação dos Naturais e Amigos de Angola”, cujos estatutos definem que tem *finals recreativos, culturais, desportivos, de convívio e informativos, podendo para o efeito realizar acções de intercâmbio com Angola e de um modo geral iniciativas adequadas à promoção dos supra-referidos fins* (Estatutos, Artº 3º) em 2006 passou a ter a designação de “Associação Angola Macau” e alterou os fins a que se destina, sem perder a vertente cultural-recreativa e desportiva, ampliando-os, passando o Artº 3º dos seus estatutos a incluir a indicação de que promove a *informação de Angola e dos seus potenciais económicos e turísticos e divulgação de oportunidades de investimento, bem como de apoio aos cidadãos angolanos residentes em Macau, podendo para o efeito realizar acções de intercâmbio com Angola e de um modo geral iniciativas adequadas à promoção dos supra-referidos fins.*

Também em 2005, é criada a “Associação dos Guineenses, Naturais e Amigos da Guiné-Bissau” que apresenta entre os seus objectivos *ajudar os guineenses, em particular os estudantes, contribuindo para o seu enquadramento em Macau, promover e incrementar a cooperação entre instituições da Guiné-Bissau e de Macau, funcionar como parceiro social institucionalizado e interlocutor privilegiado, na procura de soluções junto das entidades da Guiné-Bissau; promover e divulgar a cultura guineense; e cooperar e estabelecer intercâmbio com as demais comunidades residentes na RAEM, nomeadamente as de língua oficial portuguesa* (Estatutos, alíneas a) a e) do Artº 3º).

O “Núcleo de Animação Cultural de Goa, Damão e Diu”, foi constituído como associação em 2006 mas surge na sequência das actividades desenvolvidas pelo “Grupo de Danças e Cantares de Goa, Damão e Diu” que não tinha existência formal e, portanto, estava impedido de ser subsidiado na sua actividade tendo, de acordo com os seus Estatutos, finalidades culturais e recreativas, funcionando, até meados de 2010 sem sede²³⁶.

A “Associação dos Sãotomenses e Amigos de São Tomé e Príncipe, Macau-China”, por sua vez, foi criada em 2008, definindo como sua finalidade a defesa dos interesses da comunidade são-tomense em Macau e a promoção da cooperação e do *intercâmbio cultural, profissional, empresarial e desportivo entre São Tomé e Príncipe, Macau e China e contribuir para o desenvolvimento sustentável da RAEM.*

²³⁶ Não foi possível confirmar se, entretanto, já lhe terá sido atribuído pelo Governo de Macau, como aconteceu com outras associações lusófonas, um espaço para estabelecer a sua sede que, na altura, funcionava em casa do seu Presidente.

A “Casa do Brasil em Macau”, formalizada em 2009, além de ter como finalidade *promover os interesses da comunidade brasileira, zelar pela preservação da identidade da comunidade e do seu património cultural, nomeadamente a língua portuguesa e cultura do Brasil, contribuir para o desenvolvimento da RAEM, promover a solidariedade entre os membros da comunidade brasileira e fomentar a cooperação com as demais comunidades residentes em Macau*, estabelece, ainda, nos seus estatutos a finalidade de promover o *incremento das relações e dos laços de cooperação com o Brasil, países lusófonos, República Popular da China e também com as associações congéneres de brasileiros espalhadas pelo mundo* (Estatutos, alíneas a) a h), Artº 3º).

No que respeita a Portugal, nos primeiros anos a seguir à transferência da Administração de Macau começam a surgir algumas preocupações quanto ao futuro dos portugueses que não haviam regressado a Portugal o que motiva as pessoas a organizarem-se e, na sequência de um conjunto de reuniões que decorreram no Consulado, acabaria por ser criada a Casa de Portugal. A sua constituição data de 2001, sendo definidos como seus fins: *Defender e promover os interesses da comunidade portuguesa; Zelar pela preservação da identidade da comunidade e do seu património cultural, nomeadamente da língua e cultura portuguesas; Assumir a sua dimensão cívica e pugnar pela defesa dos direitos consignados na Lei Básica quanto à comunidade portuguesa; Contribuir para o desenvolvimento da RAEM; Constituir-se como parceiro social institucionalizado que possa ser voz activa e interlocutor privilegiado, na procura de soluções para os problemas específicos que afectem a comunidade portuguesa em Macau, junto das autoridades da RAEM e junto do Governo Português, nomeadamente através do Consulado Geral em Macau; Promover a solidariedade entre os membros da comunidade portuguesa em Macau; Fomentar a cooperação com as demais comunidades residentes em Macau; e Promover o incremento das relações e dos laços de cooperação com Portugal, Europa, países lusófonos, República Popular da China e também com as associações congéneres de portugueses espalhadas pelo mundo* (Estatutos, alíneas a) a h) do Artº 3º).

Em 2009, promove uma alteração aos seus estatutos e, no que se refere às finalidades para as quais foi criada acrescenta ao fomento da cooperação com as demais comunidades residentes em Macau *o conhecimento mútuo das respectivas culturas, a solidariedade entre os seus membros, nomeadamente com as restantes comunidades de língua portuguesa, residentes ou não* (alínea g), Artº 3º), e, em 3 alíneas novas, estabelece também como sua finalidade a *criação de núcleos de acção cultural e de formação que se mostrem adequados à permanente valorização das competências e saberes dos membros da comunidade portuguesa, abertos a*

todas as outras comunidades, procura desenvolver o espírito associativo junto das camadas mais jovens da comunidade portuguesa, incentivando a organização de estruturas juvenis dentro da Associação e promover o desporto no seio da comunidade portuguesa e incentivar os atletas a participarem na vida desportiva da RAEM e a competirem em diferentes modalidades, criando para tal o Grupo Desportivo da Casa de Portugal (Estatutos, alíneas i) a k), Artº 3º).

No campo desportivo, a Casa de Portugal tem equipas de hóquei em patins, masculinas e femininas, sendo a equipa feminina a única do território e portanto sem ninguém com quem competir localmente, tendo no entanto conseguido um acordo que obrigava a que as outras equipas locais fossem mistas para que as jovens da Casa de Portugal pudessem ser integradas e pudessem treinar e, assim, vir a competir fora do território; a equipa masculina da mesma modalidade já foi campeã de Macau e da Ásia, o que a coloca, para além de representante da Casa de Portugal, como representante de Macau. Além do Hóquei são desenvolvidas outras modalidades, como o basquetebol, o futebol e a bolinha e tem igualmente uma equipa feminina de Barcos-Dragão que já obteve três títulos de campeã em importantes competições, nomeadamente na Competição Internacional que anualmente tem lugar em Macau.

Para além do desporto, organiza actividades de formação nas mais diversas áreas, como a azulejaria, pintura e joalharia e atribui, ainda, anualmente um prémio pecuniário ao melhor aluno em língua portuguesa da EPM; nas suas actividades contam-se, ainda, a projecção de filmes e documentários, a organização de exposições e de concertos com artistas portugueses em Macau e a recente realização de um conjunto de documentários sobre as festividades de Macau. Celebra anualmente datas significativas do calendário português²³⁷, como o 25 de Abril, a popular celebração do S. João e o 5 de Outubro e participa activamente na Festa da Lusofonia tendo a seu cargo o pavilhão representativo de Portugal.

Ao longo do ano são desenvolvidas outras actividades de convívio entre os associados, das situações mais ritualizadas como a Festa de Natal às agendadas em função doutros acontecimentos, como o visionamento dos jogos de futebol dos campeonatos em que participa a Selecção Nacional.

De salientar ainda um outro tipo de actividade que apesar de ter menor exposição pública não é de menor relevância: faz visitas aos presos de nacionalidade portuguesa que se encontram detidos em Macau e recebe, acompanha e encaminha para os serviços locais

²³⁷ À excepção do 10 de Junho que tem carácter oficial com organização das actividades pelo Consulado Geral de Portugal em Macau.

competentes famílias ou indivíduos portugueses com dificuldades económicas desempenhando, assim, também um papel na área assistencialista.

No que respeita aos seus associados, apesar de contar com cerca de 800 inscrições este número não corresponde a sócios efectivos. Segundo a Presidente da Casa de Portugal existe uma grande discrepância entre o número de pessoas que se associaram e entre aquelas que efectivamente pagam as quotas, tendo-nos sido explicado que, por um lado, alguns associados já não se encontram em Macau e, por outro, muitas das pessoas que inicialmente se inscreveram como sócios, aquando da criação da associação, embora continuem em Macau não são sócios activos.

Quando nos perguntam quantos sócios tem a Casa neste momento, a dificuldade de resposta é enorme. Se eu... eu posso-lhe dizer que neste momento... os dados do número 797 ou que é... estamos quase a chegar aos 800 sócios. Mas destes 800, quantos é que estão no território efectivamente ou quantos é que são... se consideram exactamente sócios da Casa? Digamos, com rigor eu não posso dizer, eu penso que é capaz de dali terem saído pelo menos umas 200 pessoas já. Daqueles 800, se calhar 200 eventualmente não estão em Macau, que se terão ido embora. Depois dos restantes há ali uma percentagem, não sei... não sei se mais 100 se coisa assim, de pessoas que se desinteressaram porque... pronto, os... o que as motivou foi o receio, e portanto, de como é que as coisas iam evoluir e de acharem que eventualmente era importante estarem, digamos, englobadas em algo que lhes pudesse, digamos, dar alguma protecção colectiva. (...) Também há gente a vir e também há gente a interessar-se, portanto, há aqui um... por isso é que eu digo... talvez não se ande muito longe, se apontarmos como um universo à volta das quinhentas... dos 500 sócios (Amélia António, Presidente da Casa de Portugal em Macau, declarações à autora em Julho de 2007).

Ainda no que respeita aos sócios, a Presidente da Casa de Portugal manifestou a intenção de promover uma maior abertura da associação seguindo duas vertentes: uma, aceitando que os menores de 18 anos se possam associar, para incentivar à participação na vida associativa não só enquanto usufrutuários de actividades mas como membros activos na sua preparação; outra, aceitando sócios não portugueses, procurando abrir a Casa de Portugal àqueles que mantêm com a língua e a cultura portuguesas uma relação diferente dos que a sentem como *sua* dando cumprimento a um dos objectivos da própria associação que é o de desenvolver acções no sentido de maior divulgação da cultura portuguesa.

Eu acho que na revisão dos estatutos da Casa de Portugal vai ter que se criar ou... um sócio que não é português, vai ter que se criar um sócio interessado, não sei como é que lhe vamos chamar, mas vai ter que haver ali a criação de um... um interessado na cultura portuguesa, na língua e na cultura portuguesa, porque senão estamos exactamente iguais aos que estão na República a meter a cabeça dentro do umbigo. Como é que se pensa ou como é que se põe nuns estatutos que faz parte do papel da Casa de Portugal a divulgação da cultura portuguesa e dos não sei quê se só se fizerem coisas para

aqueles que já a conhecem?! Como é a história dos dezoito anos com a qual eu quero rebentar imediatamente. Mas ouça lá, como é que se cria espírito ou gosto pelas coisas a uma criança que só depois dos dezoito anos...? É que nós estamos a promover actividades para essas crianças. Não é? Para os filhos dos sócios, então mas porque é que não são eles os sócios? Porque é que não participam também na organização das coisas para ganharem o hábito, para aprenderem como é que se faz. Eu considero que são dois... duas batalhas... (Amélia António, Presidente da Casa de Portugal em Macau, declarações à autora em Julho de 2007).

Efectivamente na nova redacção dos Estatutos da Casa de Portugal, no seu Artº 6º, para além da figura de *sócios efectivos* e *sócios honorários* surge também a dos *sócios jovens*, e a indicação de que nestes se incluem os associados menores de 18 anos. Do Artº 12º, passaram a constar três novos pontos, segundo os quais:

Dois. Podem ser considerados Amigos da Cultura Portuguesa quaisquer pessoas singulares ou colectivas interessadas no conhecimento da cultura portuguesa e nas actividades da Associação.

Três. A designação de Amigo da Associação ou de Amigo da Cultura Portuguesa é conferida pela Direcção.

Quatro. Os Amigos da Cultura Portuguesa pagam uma contribuição anual, podendo a mesma ser liquidada mensalmente, de montante igual ao fixado para a quota dos sócios efectivos e têm direito a participar nas actividades da Associação em condições idênticas às dos sócios efectivos.

Mas tal como em relação às celebrações do 10 de Junho, também relativamente à Casa de Portugal há quem não se reveja no seu modelo de funcionamento.

Com a Casa de Portugal nunca senti identificação nenhuma com ninguém, com ninguém que fizesse parte... aliás, eu estive numa reunião no Consulado, que foi a génese da Casa de Portugal, uma reunião da comunidade portuguesa, é evidente que não estava lá toda, mas a nata, digamos assim, da... era aberta a toda a gente... e senti o tal clima da intriga e da maledicência (...) e... e... pronto, é o clima da comunidade portuguesa de Macau que eu senti naquela reunião e jurei a mim mesma que nunca havia de ser sócia da Casa de Portugal! Apesar de, atenção, há lá muitas pessoas que eu estimo e que são sócias e que eu acho que são boas pessoas, que até podiam fazer um bom trabalho, mas que se calhar não conseguem, porque depois aquilo é... é... é... pronto, é... não me identifiquei minimamente, minimamente com aquele tipo de associação (Margarida, portuguesa, jurista na função pública, Ent. 62/2005).

Eu gosto de uma Casa de Portugal, por exemplo, que fosse... mas uma coisa... pá... mais aberta, mais... vá lá, como é que eu hei-de lhe explicar, não é só regional, mais popular... mais popular. Porque o que o português sente no fundo, de saudades... a maioria do português que sente saudades e não há nenhum que não goste, só que no fundo não tem às vezes coisa para enfrentar, sente em festa... saudades...

daquelas festazinhas populares, aqueles arraiais, isso é o que a gente nota na nossa cultura, que é normal na nossa cultura. Porque o... aqui o que se criou aqui, foi o estilo de uma comunidade em Lisboa, em Lisboa não há nada, em Lisboa é um dormitório onde os portugueses vão trabalhar, dormem mas no fundo não se vive. Pá... mandam vir aqui... às vezes vêm... há um programa cultural, vem um cantor, portanto chegamos ali... está certo que os portugueses vão lá, não temos mais nada. Sentamos numa cadeira, ouvimos duas, três canções e viemos embora. Pá não... porque é que não... já que querem gastar dinheiro, às vezes fazem a Lusofonia, lá está, Lusofonia. Fazem num espaço, que eu acho muito bem feito, a Lusofonia é bem feita mas se analisarmos bem, você se passar aqui a Festa da Lusofonia sabe qual é que é a tendinha que tem mais gente? Onde os portugueses, mesmos os portugueses, se juntam? É a do Brasil! Sente-se mais convívio do que na de Portugal. Portanto há uma coisa fria... (Joaquim, português, empregado na área da restauração, Ent. 48/2005).

Mas não se vê, é assim, existe uma Casa de Portugal, tem meia dúzia de iniciativas, não são muitas, mas não há um espírito de camisola, ou seja, as pessoas recebem emails, não sei se toda a gente recebe, mas recebe os emails com as iniciativas da Casa de Portugal, confesso, para aí três ou quatro por ano, e depois é assim, são muito dirigidas, tem uma coisa sobre o hóquei, as últimas coisas sobre o hóquei, cursos de computadores... Não me lembro de mais nada... Ou seja, se a pessoa não estiver interessada no hóquei, se não está interessada em tirar nenhum curso de computadores não há nada, não há convívios, não há... (Beatriz, portuguesa, advogada, ent. 57/2005).

É importante salientar que, entre a data de realização destas entrevistas e o momento em que escrevemos, a direcção da Casa de Portugal mudou e é possível que alguns dos nossos entrevistados tenham, também, mudado de opinião. Contudo, aquando da nossa visita a Macau em 2010 continuámos a identificar posições que seguem a mesma argumentação ou semelhante às encontradas em anos anteriores, sendo passada uma mensagem de que se considera a Casa de Portugal um espaço elitista.

De qualquer das formas, a actividade da Casa de Portugal além de ter aumentado também acabou por incluir actividades de cariz mais popular, sendo, a par da ADM, uma activa participante na organização da Festa de S. João.

Este tipo de reacção é, igualmente, revelador das diferentes condições em que se encontra a população portuguesa residente em Macau, com gostos e estilos de vida diferenciados, sendo importante ter em consideração que por mais homogéneo que um segmento populacional possa parecer é sempre redutor considerar tal facto como um dado adquirido e aceitar sem questionar o que nos é apresentado como tal.

Questões linguísticas

Já aludimos, nos pontos anteriores, por diversas vezes à questão linguística no que respeita quer a posicionamentos internos de cada um dos grupos étnicos a que nos temos referido quer a propósito de situações contrastantes em que se encontram em relação uns aos outros.

As línguas são sem dúvida traços culturais importantes na diferenciação de minorias, e embora não sejam apenas relevantes enquanto marca distintiva de determinado grupo de falantes esta é, também, matéria em que têm uma grande importância.

E a este respeito, não há dúvidas quanto à centralidade da língua portuguesa entre os traços culturalmente distintivos, associada a sociabilidades marcadamente intra-étnicas, surgindo, no caso dos portugueses, como instrumento de fechamento relacional em relação à maioria chinesa.

Não deixa de ser curioso registar que, contrariamente ao que acontece noutras localizações geográficas em que com o decorrer do tempo e a inserção prolongada dos migrantes nas sociedades de acolhimento os seus descendentes tendem a utilizar a língua local mais do que a sua língua de origem, no caso de Macau esta é uma situação que não se verifica entre os portugueses. O que não significa que não existam lógicas de afastamento à língua portuguesa, às quais também já anteriormente nos referimos, sendo no entanto a língua inglesa e não a língua local que substitui o português.

Esta é, inclusivamente, situação amplamente referida pelos indivíduos chineses que criticam, muitas vezes duramente, o facto de os portugueses não procurarem aprender a língua local. Mas também aqui não podemos fazer generalizações. Encontrámos vários residentes portugueses que dominam a língua chinesa, e, mesmo que de forma ainda rudimentar, alguns casos já com possibilidades de comunicação que vão para além da capacidade de efectuar um pedido num restaurante, e, outros, mesmo com um interesse menos utilitário e mais cultural no conhecimento do cantonês e/ou do mandarim. Contudo esta situação tem, efectivamente, uma frequência muito pontual.

Entre os residentes mais recentes em Macau parece, no entanto, surgir uma postura diferente em relação à aprendizagem da língua chinesa.

Eu cheguei cá e já arranjei um curso de mandarim. Não sei nada! Mas ao menos fiz um esforço. Entendo como mais-valia pessoal, para tentar compreender, para tentar falar com as pessoas, qualquer coisa assim. A X... [uma amiga] fez a mesma coisa, fez logo um curso de cantonês para se ambientar melhor. Nós tivemos logo essa atitude. E a mim... fiquei chocadíssima como é que pessoas que há 20 anos ou 10 que cá estão não se interessam por essa parte. Mas também admiro muito as pessoas que

ficaram cá, aprenderam o cantonense, falam... (Mafalda, portuguesa, estagiária na área da diplomacia económica, Ent. 72/2007).

É o caso de *Alfredo*, residente em Macau desde 1985.

Em chinês, eu falo... falo razoavelmente chinês. [Aprende] Falando, trabalhando. Eu na altura quando trabalhei [numa] empresa de iluminação pública, eu cheguei a ter a trabalhar comigo à volta de quarenta pessoas, tudo chineses. Chineses e vietnamitas, que na altura havia aqui uma comunidade vietnamita, refugiados vietnamitas, havia aqui um campo de refugiados vietnamitas, e a gente dávamos trabalho a essas pessoas. Na altura era gerido pelos padres de Macau, eles pediram à gente se a gente podia empregar essas pessoas, e a gente empregámos vários vietnamitas, mas eles também falavam chinês, eles já falavam o chinês e então a partir do dia-a-dia, porque não tinha ninguém que falasse outra língua, era só chinês e então a gente é que se tem... aqui em Macau sempre foi assim. Por isso é que a língua portuguesa nunca foi falada em Macau, e não é falada em Macau, porque eles... a gente é que se acostuma à língua deles e não eles à nossa (Alfredo, português, empresário sem trabalhadores a cargo na área da restauração, Ent. 58/2005).

Sem frequentar escolas, a aprendizagem de *Alfredo* deu-se através do contacto directo e regular com falantes do chinês, situação que se lhe impôs por via da actividade profissional que desenvolvia. E, cremos, é precisamente nesta questão que reside a maior ou menor apetência pela aprendizagem da língua local – na generalidade os portugueses desempenhavam funções em que não precisavam de dominar a língua chinesa recorrendo, quando a situação se lhes colocava, aos macaenses que desempenhavam o papel de intermediários bilingues.

Daí que o domínio do chinês por parte dos portugueses seja bastante reduzido, se numa perspectiva mais utilitária não sentem (ou não sentiam) a necessidade de dominar o idioma local, são poucos os casos que o fizeram (ou fazem) por motivações que fujam a este âmbito – como de resto acontece em relação à generalidade das línguas. Outro dos nossos entrevistados, também estudante de mandarim, que tinha acabado de transitar do quarto para o quinto ano no estudo desta língua, referiu-nos que entre os cinco colegas apenas um era português, sendo os restantes macaenses. Em relação à aprendizagem da língua afirma:

Já me inscrevi no quinto ano, mas a coisa está-se a tornar séria porque é muito complicado... o chinês é muito difícil, é uma língua tão diferente das línguas europeias, das línguas romanizadas e eu não sei até quando é que aguento porque é preciso trabalhar cada ano o dobro e eu não vivo disto, aquilo é uma mera carolice, não me serve para evoluir na... na minha profissão, em nada, vou até... até me faltar. Eu não ando a aprender chinês a ponto de ter aspirações a trabalhar profissionalmente em chinês, é impossível, ou então tinha de parar de trabalhar e estudar chinês sete dias por semana, na China, em Pequim e fazer uma licenciatura em chinês e aí... aí está bem, agora ao ritmo que nós temos aulas de

duas horas que são na prática de hora e meia, duas vezes por semana, dá três horas por semana. Para mim é... quer dizer, quando nós conseguimos perceber a língua das pessoas, percebemos melhor as pessoas... (Vasco, português, jurista na função pública, Ent. 73/2007).

Situação semelhante acontece em relação à língua portuguesa, como de resto já ficou claro ao longo deste trabalho, sendo as motivações mais pragmáticas e utilitárias a prevalecer claramente sobre os interesses culturais.

Mas se as motivações para desenvolver estratégias de aprendizagem da língua chinesa, seja cantonês ou mandarim, julgamos que seguramente mais o mandarim, poderão sofrer alterações com a nova situação política-administrativa de Macau, sendo uma situação relativamente recente e, cremos, onde a necessidade do domínio da língua local para os portugueses ainda não se colocou de forma premente, o mesmo não se pode dizer relativamente aos macaenses.

E esta questão é tanto mais importante quanto põe em evidência a necessidade de efectuar escolhas linguísticas que colocam o português em contraponto com o chinês, e este contraponto tem relevância acrescida se considerarmos a importância que a língua portuguesa apresenta nas narrativas identitárias desta minoria étnica.

Os macaenses, na sua maioria escolarizados em língua portuguesa, encontravam-se, tradicionalmente, ligados à Administração Portuguesa no âmbito da qual muitos desempenhavam as suas actividades profissionais e à qual podiam aceder em situação mais vantajosa e, também, de forma mais facilitada pelo seu domínio da língua portuguesa. Tidos como mediadores bilingues entre a elite administrativa portuguesa e os seus utentes de língua chinesa, o seu *capital linguístico* funcionava como privilégio importante em processos de mobilidade social ascendente e colocava-os em situação socialmente contraste de forma positiva em relação à maioria chinesa da população. O domínio da língua portuguesa funcionava, simultaneamente, como garante de acesso a um nicho específico e tido como vantajoso do mercado de trabalho e como símbolo de prestígio e de estatuto pela proximidade que favorecia aos círculos de poder.

Apesar de existir uma língua (dialecto) que se considera própria deste grupo, e em relação à qual hoje em dia se assiste ao desenvolvimento de iniciativas importantes para a fazer renascer e se desenvolvem estratégias para a transformar em atributo positivo na definição de uma identidade de grupo – referimo-nos ao Patuá ou *Língu Maquista* – sendo efectuadas diligências para a elevar ao estatuto de património intangível de Macau, a verdade é

que estes pressupostos identitários não funcionaram para a manter como língua viva no decurso dos tempos.

De acordo com Senna Fernandes²³⁸ (2005:1) o Patuá, por ser *considerado como a língua dos mais humildes, foi durante muito tempo relegado para um plano inferior, desprezado, ou deliberadamente esquecido, numa altura em que falar o português padrão era condição essencial para ascensão social, no seio da comunidade portuguesa: o dialecto não passava de um lingüarejar dos incultos, e não poucas vezes, confundido com a mera deturpação do português metropolitano*, tendo sido, portanto, abandonado e resistindo hoje apenas entre alguns dos mais velhos (e porventura menos escolarizados, poder-se-á questionar).

É, efectivamente, muitíssimo interessante, e importante, toda a dinâmica que se tem procurado criar em torno do *Patuá*, desde a elaboração de estudos académicos, nomeadamente teses de doutoramento, à edição de obras, à organização de seminários de ensino/difusão deste dialecto e debate-se a sua possível candidatura a património intangível. O momento mais expressivo será, sem dúvida, a realização anual de um espectáculo de teatro em Patuá que o grupo *Doce Papiçam di Macau* leva a público incluído na programação do Festival de Artes de Macau, sendo, portanto apoiado pelo Governo local²³⁹.

No momento que se vive a revitalização do *Patuá*, como diz o seu actual maior dinamizador, [p]ouco importa se os macaenses voltam a falar a sua língua. O que interessa, nos dias de hoje, é a consciência que ela existiu e que teima em manter-se viva. Explica o autor porquê: *qualquer cultura necessita de referências, de valores, de memória. O Patuá ocupa um lugar essencial na memória macaense, pois como língua que foi, ela resume tudo o que foi e o que é a alma macaense* (idem:6).

O que está aqui em causa, hoje, é a sua importância como elemento de identificação na construção de uma identidade de grupo, mas o que foi central no seu desaparecimento foram questões de escolha pessoal e que, mais do que opções culturais, foram os constrangimentos sociais que estiveram na base das lógicas de afastamento desenvolvidas.

²³⁸ Agradecemos a Miguel Senna Fernandes ter-nos facultado um documento de sua autoria sobre o *Patuá*, não publicado mas apresentado publicamente pelo autor.

²³⁹ Ainda que este apoio tenha um valor simbólico maior do que o económico, uma vez que de acordo com informação facultada pelo dinamizador do grupo, os *Doce* não recebem qualquer subsídio governamental para além das verbas destinadas à preparação do espectáculo anual que integra o Festival de Artes de Macau. Contam, também, com o apoio da APIM, que, de forma gratuita, faculta as instalações para os ensaios e preparação dos espectáculos e com a boa vontade e empenho de todos os elementos que fazem parte deste grupo amador, constituído na sua maioria por macaenses, mas que nos últimos anos tem contado também com a participação de actores chineses.

Não sendo idênticos os constrangimentos que se colocam hoje relativamente ao português, são no entanto da mesma natureza – inscrevem-se mais no eixo social do que no cultural das dinâmicas locais.

Entre os mais jovens, é consensual a apresentação da língua portuguesa como atributo cultural importante na definição dos macaenses enquanto grupo étnico distinto, contudo quando se fala em questões de escolha linguística estes jovens são unânimes ao referir que para terem um futuro profissional e uma integração no mercado de trabalho local é imprescindível o domínio da língua chinesa.

Um jovem macaense, que havia concluído o ensino secundário, dizia-nos a propósito do mercado de trabalho duas questões interessantes: a primeira, que considerava que na geração dos seus pais era relativamente fácil encontrar um emprego, nomeadamente na função pública, com boa remuneração mesmo com baixas qualificações, enquanto na sua geração a situação já é completamente diferente – para além de existir maior concorrência no mercado de trabalho, também o emprego na função pública deixou de ser atractivo pois noutras áreas de actividade, nomeadamente na indústria do jogo, as remunerações são muito mais elevadas; a segunda, que no que respeita às línguas, considera que em termos profissionais o mais importante é dominar o mandarim e o inglês, embora em alguns departamentos governamentais ainda seja necessária a língua portuguesa, nomeadamente na área jurídica, mas as áreas de aplicação desta língua são actualmente mais reduzidas e tendem a reduzir ainda mais no futuro, não se revelando, portanto, estrategicamente adequado investir nesta língua sem que o mesmo se faça em relação ao mandarim.

Dito de outra forma, se actualmente os jovens macaenses sentem a necessidade de se dedicarem à aprendizagem da língua chinesa para progredirem profissionalmente, constituindo-se esta língua como central em processos de mobilidade social ascendente, na geração dos seus pais e avós era o português que possibilitava o desenvolvimento de processos no mesmo sentido.

Também da parte de interlocutores chineses, de uma e duas gerações anteriores ao do jovem macaense, ouvimos referências, por um lado, em relação à atractividade pelo desenvolvimento de uma actividade profissional no quadro da administração pública e, nestes casos, referindo a absoluta necessidade de dominar a língua portuguesa para lhe aceder. De tal forma que, nalgumas situações, os seus pais haviam optado por colocá-los em escolas portuguesas não obstante a sua língua materna, e a única que dominavam, ser a chinesa, com implicações por vezes dramáticas no quotidiano escolar e pessoal dos jovens alunos.

Eu estava na escola, as professoras portuguesas falavam comigo em português, que a língua chinesa elas não dominam. É tal como se fosse uma conversa entre galinhas e patos! Eu não percebia nada dela nem ela me conseguia perceber. Quer dizer, isto vai-se andando, e tenho que aprender um bocadinho de cada dia, mas foi mesmo muito difícil. [Para os meus pais] o que importava para eles é que o filho estuda, seja em português ou em chinês, naquela altura, era previsível que quem acaba o curso em português trabalhava para o governo cá em Macau. A situação era essa. É que naquela altura, nos anos 80, ou 85, 86, ainda o português era quase uma língua... era a única língua oficial e por isso para quem trabalha no governo tem que saber qualquer coisa da língua portuguesa. E aí tem muita vantagem. Senão... [silêncio] Quer dizer, no então governo de Macau não se ligava muito ao ensino chinês, propriamente dito, não se ligava nada, e os meus pais... os meus irmãos mais velhos andavam numa escola chinesa (Meng, chinês, advogado, Ent. 30/2004).

Nalguns casos, esta era uma estratégia familiar através da qual se procurava assegurar um futuro melhor para os filhos, colocando, até, cada um num dos diferentes sistemas de ensino existentes, noutros casos surgia como uma inevitabilidade motivada por questões de economia doméstica.

Eu comecei a aprender português devido à situação económica da minha própria família. Então nessa altura havia somente escolas chinesas que exigia como é natural pagar a propina, com excepção das escolas oficiais. Dai o meu terceiro irmão, eu sou a quarta, o quinto irmão e o sexto, todos nós quatro fomos para a escola oficial. Ou seja, nessa altura era escola oficial luso-chinesa. E comecei a aprender o português. As minhas duas irmãs mais velhas estudaram nas escolas chinesas e os meus pais tiveram a possibilidade de mantê-las nas escolas chinesas, o que não aconteceu connosco (Lai, chinesa, professora, Ent. 99/2010).

Casos como os de *Lai* e de *Meng* não correspondem a situações tão singulares como à partida possa parecer. Foi possível encontrar, sem procurar, outros casos semelhantes e, a este respeito, também Graciete Batalha nos fornece informações muito preciosas, não só quanto aos problemas sentidos por este segmento da população discente mas, igualmente, quanto à forma como o sistema de ensino estava (não) organizado. Referindo-se a um aluno chinês, escreve no seu diário:

Pobre Á-Soc! Dei-lhe dez no primeiro período, pela sua aplicação, mas como poderei deixá-lo passar com esta linguagem que não progride? Porque não há-de estudar numa escola chinesa onde seria certamente um bom aluno e não teria problemas? Estudando numa nossa, deveria ter um ensino diferente, aquele ensino de Português a estrangeiros pelo qual tanto tenho lutado, mas em vão... (1991:264)

E sem retirar às línguas, neste caso à portuguesa, a sua dimensão cultural e o seu significado enquanto instrumento usado no estabelecimento de distinção relativamente “ao outro”, portanto a sua instrumentalização em processos de construção de identidades, uma vez mais não podemos deixar de referir outras dimensões que se situam mais no eixo das dinâmicas sociais do que das culturais. Machado afirma em relação à etnicidade, e com o que concordamos em absoluto, que a sua separação em dois eixos analíticos, o cultural e o social, só tem interesse do ponto de vista operativo uma vez que as dimensões associadas a cada um não deixam de ser igualmente do domínio do outro (2002:217). Também neste trabalho, e em relação ao seu objecto de estudo, uma análise dos movimentos linguísticos não dispensa um entendimento semelhante – as dinâmicas linguísticas têm tanto de cultural como de social e a investigação desenvolvida sugere que as últimas terão um peso mais significativo nas escolhas efectuadas por aqueles que desenvolvem lógicas de aproximação ou de afastamento em relação ao português.

Conclusão: *modos de relação com a língua*

Iniciámos este trabalho com o objectivo de fornecer alguns contributos que permitissem um melhor e maior conhecimento da actual realidade de Macau no que respeita à língua e à cultura portuguesas, tentando estabelecer os contornos de um contexto político-administrativo recentemente alterado.

Não se tratava de perceber se havia ou não interesse na língua e na cultura portuguesas nesta Região Administrativa Especial da República Popular da China. A este respeito, partíamos do pressuposto que sim, e a indiciá-lo estavam as largas centenas de aprendentes desta língua, por um lado, e, por outro, as recentes dinâmicas que em seu torno se iam (re)desenhando. Importava, no entanto, conhecer os espaços da sua utilização e as formas como condições estruturais e práticas individuais se articulam.

Considerávamos, e julgamos tê-lo demonstrado, que os discursos fatalistas quanto à presença do português, das *coisas* portuguesas e, até mesmo, dos portugueses em Macau, correspondem a uma visão redutora do peso e do significado da língua portuguesa na Região.

É certo que o lugar de uma língua se define na posição relativa em que a mesma se encontra em relação às demais, e neste sentido as circunstâncias, em Macau, aparentemente não jogam a favor da língua portuguesa. Mas a sua continuidade deriva do interesse que revela para aqueles que, de alguma forma, a utilizam e procuram e, deste ponto de vista, parece-nos que existem condições favoráveis ao seu desenvolvimento e continuidade.

O interesse que desperta não se prenderá tanto com a expressão numérica que o número de falantes atinge na Região mas mais com a forma como servem outro tipo de objectivos. Se alguma importância tem, e terá, o número de falantes da língua portuguesa é assunto que não respeita a uma quantificação interna mas antes ao seu cunho internacional e à posição que ocupa a nível mundial.

Toda a pesquisa empírica foi conduzida tendo subjacente uma problemática considerando duas dimensões: a que se prende com o carácter utilitário, logo instrumental, de uma língua e outra de carácter eminentemente relacional, mas nem por isso menos sujeita a instrumentalizações, porventura mais centrada na vertente cultural, ambas cruzando um conjunto diversificado de aspectos e cruzando-se entre si.

Não se tratava de proceder a uma contagem de falantes de português. Tratava-se, sim, de perceber como é que diferentes protagonistas se posicionam perante esta língua e de que modos com a mesma se relacionam.

Rapidamente se percebeu que as dinâmicas que se desenvolvem em torno da língua e da cultura portuguesas têm subjacente a prossecução de dois tipos de estratégias: uma, de âmbito endo-local, tem como objectivo assegurar questões de funcionamento e de gestão corrente, derivando de opções tomadas aquando das negociações que antecederam a Transferência de Administração de Portugal para a República Popular da China, e que podemos localizar ao nível dos serviços da administração pública e do desenvolvimento do sistema judiciário. Outra, de carácter exo-local, visa o desenvolvimento económico de Macau, promovendo a cidade como local turístico de excelência, por um lado, e, por outro, estabelecendo a Região como ponto de contacto e de acesso a novos mercados independentes dos subsectores do jogo e do turismo.

Segundo o ponto de vista do desenvolvimento de estratégias de âmbito endo-local, a actuação nas áreas da administração, legislativa e juridico-judiciária têm, necessariamente, de fomentar uma política de bilinguismo, o que contribui em muito para a continuidade e difusão da língua portuguesa.

Vimos que, tendo sido tomadas uma série de medidas na área de formação de quadros, nomeadamente com a realização de cursos em Portugal e em Pequim, o fomento do ensino do chinês e de administração pública chinesa, aulas de divulgação de bilinguismo pelo Centro de Formação da Administração Pública, ensino superior nas área da tradução chinês/português, criação do curso superior de direito, a par de medidas legais como a publicação da versão chinesa dos diplomas em Boletim Oficial e a obrigação de bilinguismo em todos os impressos e formulários, a verdade é que tudo o que sobre esta matéria foi feito no decurso do período de transição e mais desenvolvidamente entre 1991 e 1999 apenas abriu o caminho e deu início a um longo processo que continuou a decorrer.

Sendo a existência de tradutores qualificados insuficiente para satisfazer as necessidades e sendo a formação de pessoal bilingue uma questão que não se resolve a curto prazo, facilmente se compreende que esta é uma área do mercado de trabalho que ainda hoje não encontrou um equilíbrio entre a oferta e a procura.

Decorre do que acabamos de expor, que se por um lado esta é uma questão da administração local e portanto acima de tudo da competência das instituições, por outro lado deixa em aberto um vasto campo de possibilidades para a concretização de escolhas pessoais.

Sendo uma situação resultante da transferência de soberania, a existência de todo um conjunto de documentos e procedimentos administrativos, bem como jurídico-legais exige o domínio da língua da administração anterior. Esta situação particular facilita, aos indivíduos, o acesso a actividades profissionais específicas fomentando o interesse na aquisição de

competências linguísticas em português, mas também obriga a que sejam criadas as condições necessárias que possibilitem essa aquisição.

Se do lado das opções individuais despontam interesses, pragmáticos, que se prendem com a percepção da existência de campos profissionais de acesso imediato, com elevado valor económico e simbólico, do lado das instituições o interesse no português deriva, a um primeiro nível, de uma necessidade de manter o sistema em funcionamento.

Uns e outros, são interesses que não visando, directamente, promover a difusão e desenvolvimento da língua portuguesa acabam por contribuir, indirectamente, para que tal aconteça.

Contudo, nem todas as lógicas de relacionamento com o português são de aproximação. Existem simultaneamente, em cada um dos campos identificados – o administrativo, o jurídico e o político – atitudes de rejeição e de afastamento. Alguns dos agentes que se movimentam nestes domínios recusam o português e reclamam, frequentemente, mais chinês. Vimos exemplos disso, muito concretamente, na área jurídica onde, aparentemente, todos os males são atribuídos à necessária e assumida continuidade da língua portuguesa; demos conta, também, que no seio da Administração Pública existem algumas práticas discriminatórias relativamente aos falantes do português, neste caso incidindo particularmente sobre um grupo específico – os macaenses.

Se no segundo caso podemos encontrar indícios de algum revanchismo relativamente a um segmento populacional que durante longo tempo, enquanto possuidor de um capital simbólico que lhe advinha da sua proximidade aos círculos do poder anterior, se colocava numa posição de superioridade relativamente à maioria chinesa e era visto como detentor de privilégios aos quais esta não podia aceder, no primeiro caso também não andamos longe de lutas simbólicas pelo acesso ao poder, travadas, na sua esmagadora maioria ao nível de estruturas intermédias e, em muitos casos, por indivíduos completamente distantes do significado de um ordenamento jurídico de matriz portuguesa em Macau.

Em ambas as situações, as posições oficiais distanciam-se destas práticas e, contrariamente, afirmam com frequência a sua utilidade, no caso do direito, e importância, no caso dos macaenses, na construção de uma Macau distinta e diferenciada.

Considerando as designadas estratégias de carácter exo-local, verifica-se que no âmbito das políticas de desenvolvimento que a RAEM tem vindo a delinear, a língua e a cultura portuguesas são frequentemente referidas como elemento facilitador no acesso a mercados de interesse emergente, como é o caso dos países da África Lusófona, do espaço Mercosul, relativamente ao qual funcionará como língua trampolim, e, também, da União Europeia,

tendo sido criados mecanismos e organizações formais com vista à prossecução desta estratégia – nomeadamente o Fórum Económico e Comercial China Países de Língua Portuguesa, sediado em Macau e que, para alguns investigadores, corresponde à verdadeira CPLP²⁴⁰.

É evidente que as opções tomadas não são, também, inocentes no que respeita a uma política mais ampla e de grande importância para a RPC, interessando de sobremaneira que a fórmula “*um país, dois sistemas*” aplicada a Macau e Hong Kong e a afirmação do “*elevado grau de autonomia*” destas regiões sirvam de exemplo, numa lógica de concretização de um objectivo maior – o de “*um só país*”, com a futura reunificação de Taiwan.

Qualquer um dos vários aspectos apresentados, vise embora a satisfação de interesses de ordem económica e política, ao fazer apelo quer à língua quer à cultura portuguesas, ao assumir que são características importantes na consecução de políticas fundamentais da região, concorre para a sua afirmação no território sugerindo o interesse no desenvolvimento de lógicas de aproximação e não de afastamento.

Em síntese, as opções que o Governo da RAEM tomou no que respeita à língua e à cultura portuguesas apontam numa linha de continuidade favorável à sua manutenção no território. Seja por subsistir alguma necessidade de o fazer (funcionamento interno) seja por uma clara opção na definição de estratégias (política de abertura ao exterior e desenvolvimento económico) transforma a questão do português em algo *apetecível* e previsivelmente vantajoso aos olhos dos que já adquiriram competências nesta língua ou decidirem optar por fazê-lo.

Numa lógica de desenvolvimento económico, sendo o jogo e o turismo os dois principais eixos em que assenta a economia de Macau, estando, embora, intimamente associados, tem vindo a acentuar-se uma estratégia para o sector turístico que visa não só o seu desenvolvimento mas, também, um investimento na procura de outros mercados independentes do subsector do jogo.

Enquanto cidade turística, é o passado histórico que se assume como o símbolo que faz de Macau um destino aliciante, onde a cada esquina se podem encontrar as marcas físicas, múltiplas, do encontro de culturas, plasmadas nas várias campanhas promovidas e que vendem uma imagem de Macau como a cidade da *diferença*.

Mas o que caracteriza Macau não são só as marcas físicas que podemos ver um pouco por toda a cidade.

²⁴⁰ O investigador Moisés Silva Fernandes tem feito esta referência publicamente por diversas vezes.

Deste ponto de vista, foi possível verificar que a língua e a cultura portuguesas são alvo de apropriações várias sendo constituídas como referência cultural sobre a qual se encontra alicerçada a *questão da diferença de Macau e em Macau*.

Esta questão inscreve-se claramente na esfera do simbólico e remete, como de resto é evidente, para a questão da construção de identidades. E também aqui, estão envolvidos vários agentes e actores.

A diferença *de Macau*, construída a partir do seu particularismo histórico, que é o de ter sido administrada por Portugal durante tão longo período de tempo e no que daqui resulta, procura conferir algum tipo de especificidade ao território que lhe permita ser *distinto*. Distinto por relação quer às regiões vizinhas quer à própria China da qual faz parte.

Os resultados a que chegámos deixam muito claro que não interessa nem ao Governo da RAEM nem ao próprio Governo Central que Macau esqueça o seu passado histórico e se transforme numa cidade da China, igual a tantas outras, funcionando a língua e a cultura portuguesas como elementos a que o poder instituído recorre e dos quais faz uso no estabelecimento do seu discurso da *diferença*.

Neste campo, surge igualmente com grande relevância, a existência de um conjunto de indivíduos, vulgarmente designado como *os macaenses*, tido como resultante da própria história do território. No sentido aqui usado, este grupo descendente de portugueses e chineses ou asiáticos e portador de uma identidade específica que deriva da sua etnicidade, é de facto o que mais se relaciona com a identidade de Macau, chegando mesmo esta a confundir-se com aquela.

Para os macaenses, a sua terra é Macau e a sua Pátria Portugal, com a qual mantêm fortes laços de afectividade (por vezes de forma mítica, uma vez que muitos deles não conhecem ou conhecem muito mal o país que consideram como seu), mas sentindo, também, uma grande influência das tradições e costumes chineses.

Tendo sempre ocupado um lugar privilegiado como mediadores, bilingues, entre a elite administrativa (os portugueses) e a população mais ampla (a chinesa) sentem com alguma expectativa e enorme preocupação a inversão nas relações de poder da qual resulta a perda da sua função histórica. Verificou-se que nos últimos anos do Período de Transição e nesta primeira fase da governação chinesa têm vindo a desenvolver-se algumas estratégias que dão conta da necessidade de construir um “projecto” macaense que garanta a sobrevivência do grupo; exemplo disso são as inúmeras actividades que têm vindo a desenvolver e a própria constituição de um Conselho das Comunidades Macaenses, que procura congrega os macaenses espalhados por vários pontos do mundo.

Podemos encontrar um denominador comum entre os aspectos valorizados quando se promove a identidade cultural de Macau e quando se promove a identidade da(s) *comunidade(s) macaense(s)*: produto da história e do convívio de dois grandes povos. Os alicerces nos quais se fundamentam todos os discursos sobre a questão, de uma forma ou de outra, directa ou indirectamente, conduzem-nos às componentes linguística e cultural de matriz portuguesa.

Assim, não é de estranhar que este grupo, que nas palavras do último Governador português, General Rocha Vieira, é *na essência, uma das razões do segundo sistema*²⁴¹, seja convocado quando se consideram os aspectos que caracterizam a Região.

Neste caso, é como se a identidade cultural *dos macaenses* se transformasse na identidade cultural *de Macau*.

A referência aos macaenses remete para a questão da diferença *em Macau*. Reconhecer a língua e a cultura portuguesas como factores simbólicos de identificação e pertença a um grupo equivale a considerar que existirão outros com os quais este se encontra em interacção e dos quais se considera distinto. Não obstante o factor que se releva ser comum também aos portugueses entre estes e aqueles outros factores de diferenciação não-de ser construídos. Basta ver como os macaenses se auto-designam de *portugueses do Oriente* o que poderá demonstrar que se sentirão algo diferentes dos outros, a quem chamam *portugueses da República*.

Não nos podemos esquecer que os portugueses que continuam a residir no território, na generalidade, ocupam cargos de prestígio desempenhando funções socialmente reconhecidas (professores, advogados, médicos, arquitectos, empresários, agentes culturais, são alguns exemplos) não tendo, do ponto de vista profissional, as suas vidas sofrido grandes alterações, encontrando-se em Macau por opção pessoal.

No entanto, aspecto que não queremos deixar de referir, foi criada em 2001 a Casa de Portugal em Macau. À vontade de se constituírem sob a forma de uma associação está subjacente a noção de que a entrada num novo ciclo histórico-político exige união em torno de objectivos comuns. Não existindo situações de conflito nem sendo conhecidas quaisquer manifestações graves de hostilidade quanto à sua presença em Macau acabam por ser, mais uma vez, as questões culturais, de preservação da língua e de uma certa tradição, o objectivo central assumido.

²⁴¹ Discurso do General Rocha Vieira referido por Jorge (1999), “III Encontro das Comunidades Macaenses. Reforçar a Identidade Colectiva”, in *Revista Macau*, Abril de 1999.

Assim como, mais recentemente, outros movimentos associativos de origem lusófona têm vindo a ser desenvolvidos, estando em larga medida o seu surgimento ou, nalguns casos, ressurgimento, amplamente relacionado com as dinâmicas económicas e comerciais desenvolvidas pelas autoridades locais.

Configura-se, assim, um novo campo de acção, a que podemos chamar o dos afectos, no interior do qual as dinâmicas desenvolvidas fazem forte apelo à língua e à cultura portuguesas. No entanto, como se viu, é assunto que não deixa de estar sujeito a instrumentalizações de ordem vária, quer no campo individual quer no campo colectivo.

Ao defendermos que existem condições para o desenvolvimento da língua e da cultura portuguesas em Macau não queremos com isso dizer que se vai assistir ao seu crescimento exponencial. Tudo depende do que se quiser e se conseguir fazer com as condições que, aparentemente, estão criadas.

Sendo, de facto, imprescindíveis as condições que se criam, subjacente às lógicas de acção que se vão desenvolvendo estão os interesses, as vontades e as necessidades daqueles que ao longo do processo nele se forem envolvendo.

E quanto a este aspecto, a informação recolhida junto daqueles que desenvolvem estratégias de aproximação à língua portuguesa – os estudantes de português – permitiu avançar um pouco mais no conhecimento da realidade.

Sabendo, à partida, que, em Macau, seria possível encontrar dois grandes conjuntos de aprendentes da língua portuguesa que, do ponto de vista da terminologia usada pela linguística, teriam distintos graus de familiaridade com a língua portuguesa – os falantes maternos e os de língua estrangeira – foi a partir destas duas noções-chave que elaborámos uma categorização dos inquiridos e os agrupámos em diferentes conjuntos considerando relações de *proximidade* e de *afastamento* relativamente às questões do português.

O facto de termos apresentado uma classificação considerando *graus de familiaridade* com a língua portuguesa não significa que advogamos do princípio que é sobre os emigrantes portugueses e os seus descendentes que reside o garante da sobrevivência e da expansão da língua e da cultura portuguesas no mundo. Paradoxalmente, foi precisamente por considerarmos que não se deve atribuir às origens, por si só, qualquer determinismo na apetência pela língua que resolvemos agrupar os nossos inquiridos segundo este critério.

É evidente que consideramos que cada um de nós se relaciona diferentemente com uma determinada língua se da mesma forma falantes maternos ou estrangeiros, mas não será essa a principal razão que nos mobiliza, mais ou menos, para a sua aprendizagem.

Facto que, ao longo deste trabalho, ficou absolutamente claro – o *português* não é *uma coisa* só de portugueses, nem só de lusófonos, e equacionar uma problemática sobre a língua portuguesa no estrangeiro está longe de se poder reduzir à dimensão da *retenção* (ou melhor, *não retenção*) da cultura de origem sendo assunto que respeita a segmentos populacionais mais vastos e comporta dimensões que ultrapassam a questão das pertenças étnicas.

Talvez valha a pena reflectir sobre os princípios que parecem estar latentes nos discursos sobre a difusão e promoção da língua e da cultura portuguesas no mundo: parece-nos cada vez mais evidente que, para uma larga maioria, os interesses *ditos culturais* virão na sequência do desenvolvimento de estratégias que procuram servir interesses de ordem instrumental, pelo que talvez não valha muito a pena acentuar a *gloriosa gesta dos portugueses* e atribuir, nesta matéria, responsabilidade aos *seus herdeiros*.

O que queremos salientar é que as mesmas condições que favorecem o uso da língua para os seus falantes maternos favorecem igualmente os que com ela se relacionam enquanto falantes não maternos. É, como refere Bourdieu, o mercado linguístico em que a língua vai ser aplicada que define o valor que a mesma pode ter.

E o *mercado da língua* em Macau continua a atribuir um elevado valor à língua portuguesa. Mercado esse que, em muitos aspectos, não reduz à dimensão económica as concepções quanto ao valor desta língua, considerando um sem número de aspectos que se inscrevem na esfera do simbólico e que surgem retraduzidos em bases económicas.

Clarifiquemos um pouco melhor esta ideia. Falamos de *estatuto*, *prestígio* e *reconhecimento público*.

De acordo com Patten (2001:691-715), entre os vários aspectos através dos quais se pode perceber o *reconhecimento público* de uma língua, encontra-se a possibilidade de aceder a serviços públicos nessa língua, nomeadamente no que respeita a escolas, hospitais, departamentos do governo e, também, nos tribunais e na produção legislativa. Este *reconhecimento oficial* serve várias ordens de interesses que Patten coloca segundo três dimensões, em relação aos falantes nativos da língua em causa, e que consideramos de alguma aplicação no caso de Macau: 1) a satisfação de *necessidades de comunicação*, considerando que é mais fácil a cada indivíduo comunicar na sua própria língua, particularmente em situações mais complexas ou complicadas, como é o caso da obtenção de serviços médicos hospitalares, situações relacionadas com a justiça ou de julgamento em tribunal, ou mesmo em questões aparentemente mais simples como preencher documentos com vocabulário técnico (por exemplo formulários das finanças) ou simplesmente na utilização de transportes públicos; 2) *afirmação simbólica*, uma vez que o reconhecimento público da língua é, geralmente, visto

como um sinal de consideração e de respeito; 3) *promoção identitária* para aqueles que, normalmente pertencendo a uma minoria, encontram na língua um elemento central na construção da sua identidade, diferenciando-se de outros grupos e identificando-se com os restantes falantes locais da sua língua, reconhecendo-se uns aos outros como membros do mesmo grupo, com base na língua, mantendo a expectativa da sua sobrevivência e desenvolvendo iniciativas que para tal contribuem, como é o caso de assegurar a educação dos filhos na língua *do grupo*, questões não independentes (talvez mesmo só possíveis) do reconhecimento público de que goza a língua.

Mas não são só os falantes nativos que são mobilizados para estratégias de procura nesta língua, pois o seu reconhecimento público atrai, igualmente, outros potenciais interessados.

Em primeiro lugar há que considerar que a situação linguística em Macau decorre de uma alteração político-administrativa e que mais do que uma opção foi uma necessidade que se colocou ou, se quisermos, uma inevitabilidade histórica que se cumpriu.

A forma como o sector da educação foi conduzido, sob administração portuguesa, bem como as políticas seguidas no que respeita ao fomento do bilinguismo, colocaram Macau numa situação de carência de quadros locais capacitados para o desenvolvimento da actividade administrativa e, igualmente, com insuficiente domínio das línguas oficiais o que tem como efeito a continuidade no desenvolvimento da formação, nomeadamente na língua portuguesa, facto que não se prende com uma particular consideração para com os que de expressão portuguesa lá residem, no sentido de garantir que possam *comunicar* na sua língua, mas sim com uma imperiosa necessidade de manter o funcionamento da máquina administrativa.

No entanto, independentemente das razões maiores que levam a que a situação de aparente bilinguismo funcional se mantenha, a verdade é que acabam por contribuir para o prestígio da língua e para o seu reconhecimento público e, ainda, como dizíamos, para a mobilização para a aprendizagem desta língua de falantes não maternos da mesma.

Não menos importante será, e voltamos a repetir, a forma como os aspectos de *matriz portuguesa* têm sido referidos como garantia da manutenção de Macau como uma cidade *diferente* e o quanto vale essa diferença, quer no que respeita ao mercado turístico, assunto que parece bastante claro para os inquiridos, quer no quadro interno da própria RPC, facto que é bastante perceptível nos esforços que têm sido desenvolvidos na sensibilização da população e na manutenção dessa diferença.

Outra questão que também contribui duplamente para a afirmação simbólica dos falantes maternos do português e para aumentar *o valor* da língua no *mercado local* será a

decisão tornada pública e amplamente difundida, de constituir Macau como uma plataforma de ligação da RPC aos países de expressão portuguesa, aumentando o valor percebido nesta língua enquanto língua de negócios.

Parece-nos ser possível afirmar que qualquer das duas grandes áreas mobilizadoras da língua e da cultura portuguesas em Macau – a dos *afectos* e a *político-funcional* – configura diversos quadros de interacção, sugerindo o interesse em aprofundar, nos *espaços de utilização* identificados, as relações que se estabelecem entre os mesmos e no interior de cada um, o que equivale a considerar *convergências* e *divergências*, *facilidades* e *constrangimentos*, lógicas de *aproximação* e de *afastamento*.

Referimo-nos ao relacionamento com a língua portuguesa a partir do conceito de *grau de familiaridade* equacionado por referência à condição em que o falante se encontra perante a língua – se a mesma se lhe apresenta como *materna*, *segunda* ou *estrangeira* e fizemo-lo, sobretudo, tendo em consideração o público estudantil inquirido.

Ainda que, neste trabalho, os estudantes de portugueses assumam alguma centralidade, parece-nos ser possível afirmar que no vasto espaço de acção que Macau constitui e onde se podem encontrar distintos campos de utilização ou de presença do *português* – de forma abrangente, língua e cultura – diversos são também os protagonistas, portadores de diferentes propriedades e posicionados diferentemente no espaço social, que desenvolvem outras formas de relacionamento com a língua e a cultura portuguesas as quais a terminologia importada da linguística não tem como objectivo esclarecer.

Resulta claro até aqui que a questão da língua portuguesa nesta Região não pode resumir-se ao simples fala-se/não se fala e à tão conhecida narrativa da falta de interesse e que, pelo contrário, de um pólo ao outro, há todo um conjunto de manifestações e de lógicas de relacionamento sejam estas de afastamento ou de aproximação.

Ainda que este trabalho tenha procurado trazer uma abordagem que, primeiro, nos desse conta das grandes coordenadas que contextualizam e situam o objecto de estudo através da identificação de campos onde não só se pode observar a presença desta língua como também se desenvolvem algumas manifestações culturais de matriz portuguesa, segundo, que revelasse algumas tensões no interior de cada um, articulação com os demais e contaminação mútua, terceiro, procurasse produzir clarificação sobre os principais protagonistas da acção desencadeada em relação ao objecto em questão, também é verdade que ao fazê-lo – portanto principalmente sobre aqueles que desenvolvem lógicas de aproximação – se foram encontrando intensidades e maneiras de relacionamento em diferentes graus e modalidades.

Considerando os contextos analisados e as práticas neles desenvolvidas, assim como algumas concepções sobre língua e cultura portuguesas a que tivemos a oportunidade de aceder, podemos encontrar elementos que permitem um outro tipo de explicação sobre diferentes *modos de relação* com a língua portuguesa que é possível encontrar em Macau.

Independentemente dos vários episódios que foram sendo narrados, julgamos que terá ficado claro, e ainda que existam muitos sinais exteriores desta língua – nos cartazes e anúncios do governo afixados nos mais diversos locais públicos, nas placas toponímicas, nos itinerários dos autocarros em cada paragem, nos próprios autocarros que apresentam os pontos de partida e de origem em ambas as línguas oficiais, sendo quase impossível não nos depararmos com esta língua quando circulamos por Macau, e, portanto, não se podendo afirmar que está *ausente* na cidade, estará para uma elevada proporção dos residentes nos seus projectos de vida. Serão indivíduos que não se manifestando nem contra nem a favor, não se interessando nem se desinteressando, para quem pura e simplesmente este é assunto que não atravessa o seu quotidiano e que não entra na esfera das suas vidas privadas, com actividades profissionais em que o domínio de uma língua estrangeira não se coloca, seja esta o português ou qualquer outra, porventura, nalguns casos, com permanências pouco prolongadas na Região não tendo, nem tendo tido, que se confrontar com situações em que o português entrasse no domínio das suas vidas privadas, pode afirmar-se, sem ser facto surpreendente, que os seus modos de relação com o português são os da *ausência de relação*.

Um segundo grupo, os *afastados*, pode ser caracterizado por um distanciamento absoluto face ao português, com atitudes de desvalorização e manifestações negativas quanto à sua (ainda) presença na Região; negam qualquer importância que possa ser atribuída à língua portuguesa e criticam o ainda centramento desta língua em determinados sectores da sociedade local, conotando-a com os aspectos menos conseguidos no andamento da RAEM, como se viu, por exemplo, no domínio jurídico, recusando claramente a sua utilização e reclamando *mais chinês*.

Há quem atribua a estas manifestações uma conotação racista. Embora não sejam conhecidas situações de violência, nem a maioria dos discursos, nomeadamente os políticos em alturas eleitorais, surjam marcadamente hostis para com as minorias migrantes, tal não significa que não se registem práticas racistas mesmo não assumindo um grau de visibilidade pública muito evidente nem, menos ainda, gravidade nas acções.

Mencionou-se, neste trabalho, algumas atitudes discriminatórias relativamente aos falantes maternos do português, mais concretamente em relação aos macaenses, situações que decorrendo no plano das práticas profissionais quotidianas e com fraca exposição pública

acabam por em determinados momentos ganhar visibilidade através dos representantes de associações locais que dão voz às queixas dos seus associados. Contudo temos dúvidas se tais atitudes correspondem a episódios de discriminação racial ou, antes, a situações de retaliação em relação a uma minoria que era vista como dominante e passou a ser vista como dominada. Todavia, o mesmo parece não passar-se em relação aos portugueses naturais de Portugal, tendo estes sido unânimes a referir que não se sentiam discriminados enquanto residentes na RAEM e em relação aos quais não ouvimos grandes manifestações de desagrado, seja no registo do quotidiano, seja de forma mais directa ou mesmo subtil entre os nossos interlocutores.

Quanto aos detentores do poder, aqueles que efectivamente o exercem em Macau, os seus discursos não podiam ser mais favoráveis à presença destas duas minorias de origem portuguesa, a local e a europeia, e é um facto que continuam a ser feitos recrutamentos em Portugal para determinados sectores da função pública e é também um facto que, se não em todos cremos que na maior parte, nos diversos sectores públicos da RAEM é vulgar encontrar a figura do assessor ocupada por portugueses.

Mas como é evidente, apesar das figuras de topo enfatizarem pública e repetidamente a importância de portugueses e macaenses, nada impede que ao nível das estruturas intermédias e entre pares profissionais não existam efectivas práticas discriminatórias e estas são, muitas vezes, baseadas em argumentos linguísticos – não por dominarem a língua portuguesa mas por só dominarem a portuguesa, não tendo competências na escrita da língua chinesa o que, evidentemente, apesar de ser muitas vezes afirmado como generalização também não é generalizável.

Importa salientar que não existe relação entre o não domínio ou conhecimento da língua portuguesa e as lógicas de afastamento a que nos temos vindo a referir. Os nossos interlocutores chineses que nos referiam o reposicionamento da minoria macaense e que, a seu respeito, proferiram algumas observações menos simpáticas fizeram-no em língua portuguesa; os profissionais do direito que mais frequentemente parecem insurgir-se com o que chamam o ainda predomínio do português nesta área, não sendo evidentemente portugueses, dominam a língua portuguesa – seja nos mais elevados cargos do sector, seja no grupo dos ainda estagiários de advocacia. Se ao mais alto nível é possível detectar aquilo que poderemos designar por ideologia *sinocêntrica*, na base da hierarquia encontramos sinais de disputa pelo mercado de trabalho.

Estes dois grupos desenvolvem, portanto, lógicas de afastamento, sendo que no primeiro caso as mesmas decorrem de uma ausência de contacto e no segundo representam atitudes manifestas de recusa.

No pólo oposto, podemos então encontrar os que evidenciam algum grau de proximidade, nuns casos mais intensos do que noutros, mas que desenvolvem lógicas de aproximação ao português. Foi sobretudo destes que se falou neste trabalho, e, com base nas observações desenvolvidas considerámos poderem ser divididos em dois grupos com perfis-tipo distintos: os *aderentes* e os *envolvidos/comprometidos*.

Fazendo uma breve referência ao grupo que designamos por *aderentes*, desde logo pode ser decomposto em dois subconjuntos – o dos actores individuais e o dos actores colectivos. Os individuais, percebem utilidade na língua portuguesa, investem na sua aprendizagem, desenvolvem outras práticas de contacto com componentes culturais e avaliam de forma favorável a presença portuguesa em Macau. Fazem-no com uma perspectiva marcadamente instrumental, tendo expectativas positivas quanto a vantagens, imediatas ou em termos futuros, que lhes poderá trazer, nomeadamente, o domínio da língua portuguesa. Seja porque pretendem seguir ou seguem carreiras ligadas à área do direito ou da tradução, seja porque concretamente no sector público vêem na aprendizagem desta língua possibilidades de progressão na carreira ou, ainda, porque consideram o alargamento do campo de possibilidades profissionais no exterior – enquadrando-se, assim, no domínio de projectos pessoais de mobilidade social ascendente.

Quanto aos actores colectivos, referimo-nos desde logo à própria Administração, que, como se viu, usa a componente portuguesa linguística e cultural como uma estratégia deliberada, política e económica, procurando a manutenção de um estatuto e de uma identidade distintiva para a Região no seio do Grande Delta do Rio das Pérolas e perante a Grande China de que é parte integrante. Simultaneamente, estas componentes são instrumento importante na actividade económica local, quer no sector do turismo quer na constituição do papel de Macau como plataforma de ligação a mercados de interesse emergente com a tripla utilidade de servirem na internacionalização de Macau, de potenciarem o desenvolvimento de uma lógica de expansão económica, nomeadamente com as actividades comerciais, e também diplomáticas, com os países de língua portuguesa, do interesse local e do Governo Central de Pequim e, ainda, poderem constituir-se como instrumento de propaganda política da China com vista à unificação de Taiwan.

Quanto aos *envolvidos/comprometidos*, com relações de proximidade muito fortes, não só mas em larga medida correspondendo aos falantes maternos ou segundos do português, têm

uma atitude muito reivindicativa, reclamam a manutenção, proclamam a importância e temem a extinção do lado mais português da cidade. Se, por um lado, existe aqui um envolvimento profissional, sendo absolutamente legítimo e expectável que se defendam as condições de um mercado de trabalho em que se opera, o comprometimento existente incide particularmente na esfera do simbólico, com reacções evidentes à inversão nas relações de poder e na procura de manutenção de um estatuto e do *status quo* anterior a 1999.

As componentes linguísticas e culturais portuguesas, nos seus mais diversos marcadores – patrimoniais, gastronómicos, musicais, editoriais, cerimoniais – são frequentemente convocadas na demarcação face a terceiros, quer enquanto grupos institucionalmente ou etnicamente organizados (*nós* e os *outros*) quer enquanto sujeitos individuais (*eu* e o *outro*).

Como é evidente, as designações encontradas tentam dar conta dos traços principais de cada um dos vários *perfis-tipo*, sintetizando de alguma forma um conjunto de propriedades de que foi possível dar conta ao longo deste trabalho e que foram ganhando consistência ao longo de todo o processo de pesquisa empírica.

É nossa convicção que todo o trabalho desenvolvido até aqui acrescenta muito ao que é conhecido da realidade de Macau, de uma forma geral, e, particularmente no que respeita à problemática da língua e da cultura portuguesas.

Tendo sido, em todos os momentos, um trabalho muito gratificante, não foi (não é) um trabalho fácil, remetendo constantemente para uma multiplicidade de aspectos que se cruzam e interligam, por vezes de sinais contraditórios, nem sempre de imediata decifração mas muitas vezes de elevada complexidade.

Bibliografia

- AA.VV. (1998), *Práticas e Aspirações Culturais. Os Estudantes da Cidade do Porto*, Porto, Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto.
- AA.VV. (2000), “Issues of Asian Portuguese-Speaking Spaces and *Lusotopias*”, in *Lusophonies asiatiques, Asiatiques en lusophonies, Lusotopie, Enjeux Contemporaines dans les Espaces Lusophones*, Paris, Éditions Karthala.
- AA.VV. (2000), *Macau in the Pearl River Delta*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas, Instituto do Oriente.
- A Administração de Macau e as Línguas Oficiais no período de Transição* (2000), Relatório da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública de Macau, Macau, Departamento de Recursos Humanos do SAFP.
- “A Formação dos Funcionários Públicos” (2005), Associação de Promoção Jurídica de Macau, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 67, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 325-331.
- Abell, Peter (1991), *Rational Choice Theory*, Edward Elgar Publishing, Aldershot.
- Abell, Peter (2002), “Teoria Sociológica e Teoria da Escolha Racional”, in Turner, Bryan S. (ed), *Teoria Social*, Trad. Nuno Mota, Lisboa, Difel.
- Ager, Dennis (1996), *Francophonie in the 1990s. Problems and Opportunities*, London, Multilingual Matters, Ltd..
- Ager, Dennis (1997), *Language Policy in Britain and France: The Processes of Policy*, London, Continuum International Publishing Group - Academic and Professional.
- Alexander, Jeffrey C., (1988) *Action and Its Environments*, New York, Columbia University Press.
- Almeida, João Ferreira de (1990), *Valores e Representações Sociais*”, Colecção “Portugal os Próximos 20 Anos”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, João Ferreira de e Pinto, José Madureira ([1986] 2001), “Da Teoria à Investigação empírica, Problemas Metodológicos Gerais”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Almeida, João Ferreira de e Pinto, José Madureira ([1989] 1990), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- Almeida, João Ferreira de, Ávila, Patrícia, Casanova, José Luis, Costa, António Firmino da, Machado, Fernando Luís, Martins, Susana da Cruz e Mauritti, Rosário (2003),

- Diversidade na Universidade. Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- Alves, Ana (2005), “Macau: Uma ponte entre a China e os países africanos de língua oficial portuguesa”, in *Revista Administração*, n.º69, Vol. XVIII, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, pp.1163-1173.
- Amaro, Ana Maria (1997), “Os Portugueses em Macau”, in Ana Maria Amaro, *Macau: o final dum ciclo de esperança*, Lisboa, Instituto Superior de ciências Sociais e Políticas.
- Anderson, Benedict ([1983] 2005), *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Trad. Catarina Mira, Lisboa, Edições 70.
- Andrade, Eugénio de, (2002), *Pequeno Caderno do Oriente*, Macau, Edição IPOR, IC e ICRAEM.
- Appadurai, Arjun (1990), “Disjuncture and difference in the Global Cultural Economy”, in *Theory, Culture & Society*, 7, Sage Publications, pp. 295-310.
- Appadurai, Arjun – a discussion with (2001), “The Globalization of Archaeology and Heritage, in *Journal of Social Archaeology*, Vol. 1, Sage Publications, pp. 35-49.
- Appadurai, Arjun ([1996] 2004), *Dimensões Culturais da Globalização*, Lisboa, Editorial Teorema.
- Archer, Margaret S. (1994), *Culture and Agency*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Baptista, António Santiago, e Oliveira, Celina (1999), *A Administração de Macau durante o Período de Transição*, Macau, Gabinete do Governador de Macau.
- Barros, Leonel (1999), *Macau – Coisas da Terra e do Céu*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.
- Barros, Leonel (2004), *Tradições Populares – Macau*, Macau, Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (APIM).
- Barreña, Andoni e outros (2007), “Small languages and small language communities. Does the number of speakers determine its fate?”, in *International Journal of the Sociology of Language*, 186, Walter de Gruyter, pp. 125-139.
- Barth, Fredrik (2003), “Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade”, in Vermeulen, Hans e Govers, Cora, Orgs. ([1994] 2003), *Antropologia da Etnicidade. Para Além de “Ethnic Groups and Boundaries”*, Lisboa, Fim de Século.
- Batalha, Graciete Nogueira (1991), “*Bom dia, S’Tora!*” – *Diário de uma Professora em Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

- Batalha, Graciete Nogueira (2001), “A Língua de Macau. O que foi e o que é.”, in *Lusofonia. Macau na Lusofonia. Vivências e Existências a Oriente*, N.º Especial, Revista de Cultura, Macau, Instituto Cultural.
- Berlie, J. A. (1999), *Macao 2000*, Hong Kong, Oxford University Press.
- Botas, João F. O. (2007), *Liceu de Macau. 1893-1999 – Contributo para uma História de 106 anos*, Edição do Autor
- Bourdieu, Pierre, De Swaan, Abram, Hagège, Claude, Fumaroli, Marc e Wallerstein, Immanuel (2001), "Quelles langues pour une Europe démocratique ?", in *Raison Politiques*, n.2, Presses de la Fondation Nationale des sciences Politiques, pp.41-64
- Bourdieu, Pierre ([2000] 2002), *Esboço de uma Teoria da Prática. Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*, Trad. Miguel Serras Pereira, Oeiras, Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre ([1994] 1997), “Será possível um acto desinteressado?”, in *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*, Trad. Miguel Serras Pereira, Oeiras, Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre e Wacquant, Loïc J. D. (1992), *Réponses*, Paris, Éditions Seuil. Bourdieu, Pierre ([1982] 1998), *O que falar quer dizer – a economia das trocas simbólicas*, Trad. Wanda Anastácio, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre ([1989] 2001), “A Génese dos Conceitos de habitus e de campo”, in *O Poder Simbólico*, Trad. Fernando Tomaz, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre ([1978] 2003), “O mercado linguístico”, in Pierre Bourdieu, *Questões de Sociologia*, Éditions de Minuit, Paris, pp. 127-143
- Bray, Mark e Koo, Ramsey, eds. (1999), *Education and Society in Hong Kong and Macau : Comparative Perspective on Continuity and Change*, Hong Kong, Comparative Education Research Center, The University of Hong Kong.
- Bray, Mark e Koo, Ramsey (2004), "Postcolonial patterns and paradoxes: language and education in Hong Kong and Macao", in *Comparative Education*, Vol. 40, No. 2, pp. 215-239, disponível em: http://educ2.hku.hk/~bray/Bray&Koo_HK-Macao2004.pdf
- Breton, Albert, ed., (1998), *Economic Approaches to Languages and Bilinguismo*, New Canadian Perspectives, The Departement of Public Work and Government Services, Department of Economics, Canadá, University of Toronto.
- Breton, Albert, ed., (1999), *Exploring The Economics Of Language*, New Canadian Perspectives, The Departement of Canadian Heritage, Department of Economics, Canadá, University of Toronto.
- Brookshaw, David (2002), *Visions of China. Stories from Macau*, Hong Kong University Press.

- Bruxo, Jorge (1998), “Macau em Transição”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 41, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 669-682.
- Burgess, Robert G. ([1984] 2001), *A Pesquisa de terreno. Uma Introdução*, Trad. Eduardo de Freitas e Maria Inês Mansinho, Oeiras, Celta Editora.
- Cabral, João de Pina e Lourenço, Nelson (1993), *Em Terra de Tufões. Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Cabral, João de Pina (1994), The “Etnhic” Composition of Macao, in *Review of Culture, No.20, 2nd Series, English Edition*, Macau, Instituto Cultural de Macau, pp. 229-239.
- Cabral, João de Pina (2002), *Between China and Europe. Person, Culture and Emotion in Macao*, London School of Economics Monographs on Social Anthropology, Volume 74, London, Continuum.
- Cabrita, Eduardo (1994), “O Bilinguismo Jurídico – Condição e Garantia da Autonomia e Identidade de Macau ”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 26, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 667-677.
- Cabrita, Eduardo (1996), “A Tradução Jurídica em Macau – uma lei bilingue para dar voz aos direitos”, Comunicação ao Seminário *Globalização e Diferença — O direito ocidental em contextos não ocidentais*", organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau e pela Fundação Macau, disponível em:
http://www.dsaj.gov.mo/MacaoLaw/cn/Data/prespectiva/issued2/pg3p.htm#*)
- Cahen, M. e outros (2000), “Issues of Asian Portuguese-Speaking Spaces and Lusotopias”, in *Lusophonies asiatiques, Asiatiques en lusophonies*, Lusotopie, Enjeux Contemporaines dans les Espaces Lusophones, Paris, Éditions Karthala, pp.137-158.
- Calvet, Louis-Jean ([1987] 1999a), *Là Guerre des Langues et les Politiques Linguistiques*, Hachette Littératures.
- Calvet, Louis-Jean (1999b), *Pour une écologie des langues du Monde*, Éditions Plon.
- Calvet, Louis-Jean (2002), *Le Marché aux Langues. Les effets linguistiques de la mondialisation*, Éditions Plon.
- Carrol, John M. ([2005] 2007), *Edge os Empires. Chinese Elites and British Colonials in Hong Kong*, Hong Kong University Press.
- Casanova, José Luís (1995a), “A Teoria da Prática”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 17, Lisboa, CIES/ISCTE, pp. 61-73.
- Casanova, José Luís (1995b), “Uma avaliação conceptual do Habitus”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 18, Lisboa, CIES/ISCTE, pp. 45-68.

- Castells, Manuel ([1996] 2001), “Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede”, in *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, O Poder da Identidade*, Vol. 2, Trad. Klauss Brandini Gerhart, S. Paulo, Editora Paz e Terra.
- Cavaco Silva, Aníbal (2002), “A China e a Questão de Macau”, in *Autobiografia Política, Volume 1, O percurso até à maioria absoluta e a primeira fase de coabitação*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 203-229.
- Censos 1981 – Resultados Globais*, Centro de Documentação e Difusão de Informação, RAEM, DSEC
- Censos 1991 – Resultados Globais*, Centro de Documentação e Difusão de Informação, RAEM, DSEC
- Censos 2001 – Resultados Globais*, Centro de Documentação e Difusão de Informação, RAEM, DSEC
- Chadha, Ashish (2006), “Ambivalent Heritage. Between Affect and Ideology in a Colonial Cemetery”, in *Journal of Material Culture*, Vol. 11(3), Sage Publications, pp. 339-363.
- Chan, Ming K. (2003), “Different roads to Home: the retrocession of Hong Kong and Macau to Chinese sovereignty”, in *Journal of Contemporary China*, 12, pp. 493-518, disponível em: <http://www.olemiss.edu/courses/pol324/chan03.pdf>
- Chee-Beng, Tan (2004), *Chinese Overseas. Comparative Cultural Issues*, Hong Kong, Hong Kong University Press.
- Chen, Katherine Hoi Ying (2008), “Positioning and repositioning: Linguistic practices and identity negotiation of overseas returning bilinguals in Hong Kong”, in *Multilingua*, 27, Walter de Gruyter, pp. 57-75.
- Chen, Xiangming (2007), “A Tale of two Regions in China. Rapid Economic Development and Slow Industrial Upgrading in the Pearl River and the Yangtze River Deltas”, in *International Journal of Comparative Sociology*, Vol. 48 (2-3), Sage Publications, pp. 167-201.
- Cheng, Christina Miu Bing (1999), *Macau. A Cultural Janus*, Hong Kong University Press.
- Cheng Ying (2003), *Tourism Development in Hong Kong and Macau under the Impact of Pearl River Delta Development: a Comparative Study*, Hong Kong, University of Hong Kong Thesis.
- Choi, Soojin, Letho, Xiran e Morisson, Alastair (2007), “Destination image representation on the Web: Content analysis of Macau Travel related websites”, in *Tourism Management*, 28, 118-129.

- Chu Bo Ling (2003), *Cultural Tourism in Macau and Singapore*, Hong Kong, University of Hong Kong Thesis.
- Chun, Tam Peng (1999), “Macau e as Leis de Nacionalidade de Portugal e da República Popular da China”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 43, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, pp. 85-104.
- Coleman, James S. e Fararo (1992), Thomas, *Rational Choice Theory: advocacy and critique*, Newbury Park, Sage Publications.
- Conceição, Deolinda (1995), *Cheong-Sam, a Cabaia*, 4ª edição, Macau, Instituto Cultural de Macau e Instituto Português do Oriente.
- Connerton, Paul ([1993] 1999), *Como as Sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora.
- Cónin, Custódio N. P. S. e Teixeira, Maria Fernanda Bragança (1998), *Macau e a sua População, 1500-2000. Aspectos Demográficos, Sociais e Económicos*, Macau, Direcção de Serviços de Estatística e Censos.
- Correia, Ana Cristina Rouillé (1999a), *A Língua Portuguesa em Macau. Do Passado para o Presente: Que Futuro?*, Macau, Imagem Redonda.
- Correia, Ana Cristina Rouillé (1999b), “Macau, Macaenses e Língua Portuguesa”, in *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 7, Lisboa, Instituto Camões, pp. 119-124.
- Costa, António Firmino da (1997), “Políticas Culturais: Conceitos e Perspectivas”, in *OBS*, Lisboa, Publicação trimestral do Observatório das Actividades Culturais, n.º 2.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da ([1986] 2001), “A Pesquisa de Terreno em Sociologia”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Costa, António Firmino da (2002), “Identidades Culturais Urbanas em Época de Globalização”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17, N.º 48, pp. 15-30.
- Couto, Jorge (2001), *Língua Portuguesa, Perspectivas para o Século XXI*, Lisboa, Instituto Camões.
- Cros, Hilary (2009), “Emerging Issues for Cultural Tourism in Macau”, in *Journal of Current Chinese Affairs*, 38, 1, 73-99.
- Cremer, R. D. (1991), *Macau: City of Commerce and Culture*, 2nd Edition, Hong Kong, API Press Ltd.
- Dalmazzone, Silvana (1999), “Economics of Language: A Network Externalities Approach, in *Exploring The Economics Of Language*, Albert Breton (org), New Canadian Perspectives, The Departement of Canadian Heritage.

- Defays, Jean Marc (2003), *Le français langue étrangère et seconde. Enseignement et apprentissage*, Pierre Mardaga Éditeur.
- De Swaan, Abram (2001), *Words of the World: the global language system*, Cambridge, Polity Press.
- Education in a Multilingual World* (2003), Paper Position, Paris, UNESCO. <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129728e.pdf>, acesso em 11/11/2010.
- Edwards, Jonh (2004), “Bilingualism: contexts, constraints and identities”, in *Journal of Language and Social Psychology*, 23, Sage Publications, pp. 135-141.
- Fai, Sam Hou (2009), *Discurso do Presidente do Tribunal de Última Instância, na sessão solene de abertura do Ano Judiciário 2009/2010*, Macau, Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.
- Fai, Sam Hou (2008), *Discurso do Presidente do Tribunal de Última Instância, na sessão solene de abertura do Ano Judiciário 2008/2009*, Macau, Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.
- Fai, Sam Hou (2007), *Discurso do Presidente do Tribunal de Última Instância, na sessão solene de abertura do Ano Judiciário 2007/2008*, Macau, Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.
- Fai, Sam Hou (2006), *Discurso do Presidente do Tribunal de Última Instância, na sessão solene de abertura do Ano Judiciário 2006/2007*, Macau, Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.
- Fai, Sam Hou (2005), *Discurso do Presidente do Tribunal de Última Instância, na sessão solene de abertura do Ano Judiciário 2005/2006*, Macau, Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.
- Fai, Sam Hou (2004), *Discurso do Presidente do Tribunal de Última Instância, na sessão solene de abertura do Ano Judiciário 2004/2005*, Macau, Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.
- Fai, Sam Hou (2003), *Discurso do Presidente do Tribunal de Última Instância, na sessão solene de abertura do Ano Judiciário 2003/2004*, Macau, Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.
- Fai, Sam Hou (2002), *Discurso do Presidente do Tribunal de Última Instância, na sessão solene de abertura do Ano Judiciário 2002/2003*, Macau, Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.

- Fai, Sam Hou (2001), *Discurso do Presidente do Tribunal de Última Instância, na sessão solene de abertura do Ano Judiciário 2001/2002*, Macau, Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.
- Fai, Sam Hou (2000), *Discurso do Presidente do Tribunal de Última Instância, na sessão solene de abertura do Ano Judiciário 2000/2001*, Macau, Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.
- Fai, Sou Chio e In, Pun Weng (2000), “A Reforma Educativa de Macau”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 47, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, pp. 363-369.
- Fernandes, Moisés Silva (2000), *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas – 1945-1995 (Cronologia e documentos)*, Lisboa, Fundação Oriente.
- Fernandes, Moisés Silva (2006), *Macau na Política Externa Chinesa, 1949-1979*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais
- Fernandes, Moisés Silva (2008), *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas, 1945-2005*, Colecção Biblioteca Diplomática do MNE, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Fernando, Hélder (2004), *À Flor da Pele*, Macau, Editora COD.
- Ferreira, Virgínia ([1986] 2001), “O Inquérito por Questionário na Construção de Dados Sociológicos”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Filipe, Mário (1999), “Macau e a situação futura da Língua Portuguesa”, in *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 7, Lisboa, Instituto Camões, pp. 102-106.
- Filipe, Mário (2005), *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo: Hipótese de Modelo Estratégico*, Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses, Lisboa, Universidade Aberta, Texto Policopiado.
- Fok, K. C. (1997), *Estudos Sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*, Lisboa, Gradiva.
- Fong, Chio In (1994), “Macaenses: Uma Comunidade Importante e Específica de Macau – Um Futuro Promissor em Perspectiva”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 23, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 77-83.
- Forjaz, Jorge (1996), *Famílias Macaenses*, Vol. I, II e III, Macau, Fundação Oriente e Instituto Cultural de Macau.
- Fry, Peter (2003), “Culturas da Diferença: Sequelas Políticas Coloniais Portuguesas e Britânicas na África Austral”, in *Afro-Ásia*, 29/30, pp. 271-316.

- Galito, Maria Sousa (2006), *Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de trabalho*, http://www.ciari.org/investigacao/impacto_econ_lingua_portuguesa.pdf. Acesso em 15 de Dezembro de 2010.
- Ganhão, António (2004), “Portugal e os sistemas jurídico e judiciário de Macau”, versão electrónica, disponível em http://www.janusonline.pt/2004/2004_3_1_12.html#dados; acesso em 20 Outubro de 2009.
- Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Benjamin ([1992] 2001), *O Inquérito. Teoria e Prática*, Trad. Conceição Lemos Pires, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1989), *A Constituição da Sociedade*, Trad. Álvaro Cabral, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
- Giddens, Anthony (2000a), *O Mundo na Era da Globalização*, Trad. Saul Barata, Lisboa, Editorial Presença.
- Giddens, Anthony (2000b), *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*, Trad. Octávio Gameiro, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2002), “Etnicidade e Raça”, in *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª Edição, pp. 259-293.
- Goh, Robbie B. H. e Wong, Shawn, ed., (2004), *Asian Diasporas. Cultures, identities, Representations*, Hong Kong University Press.
- Goh, Robbie B. H. (2005), *Contours of Culture – Space and Social difference in Singapore*, Hong Kong University Press.
- Granovetter, Mark S. (1973), “The Strength of Weak Ties”, in *American Journal of Sociology*, Vol. 78, University of Chicago Press, pp. 1360-1380.
- Grin, François (2002), *L’Economie de la Langue et de L’Education dans la Politique d’Enseignement des Langs, Guide pour l’élaboration des politiques linguistiques éducatives en Europe – de la diversité linguistique à l’éducation plurilingue. Etude de référence*, Division des politiques linguistiques, Direction de l’éducation scolaire et de l’enseignement supérieur, Strasbourg, Conseil de l’Europe.
- Grin, François (2005), *O ensino das línguas estrangeiras como política pública*, Relatório encomendado pelo Haute Conseil de L’Evaluation de L’École, disponível em http://lingvo.org/raporto_grin_pt.pdf
- Grin, François (2006a), “Promoting Language through the economy: competing paradigms”, disponível em: <http://www.unige.ch/eti/elf/docs/BELFAST-06-REV-tex-.pdf>
- Grin, Francois (2006b): Economic Considerations in Language Policy. In: Ricento, Thomas (Ed.): An Introduction in Language Policy. Maiden/Oxford: Blackwell. S., pp.77-94.

- Grin, François e Vaillancourt, François (2008), “The Economics os Multilingualism: Overwie of the Literature and Analytical Framework” , disponível em <http://www1.worldbank.org/wbiep/decentralization/library12/grin.htm>
- Grosso, Maria José (1999a), “*O discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa*”, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Texto policopiado.
- Grosso, Maria José (1999b), “Macau, Identidade Multilingue”, in *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 7, Lisboa, Instituto Camões, 1999, pp. 96-101.
- Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Pequisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*, Estoril, Príncípia.
- Gunn, Geoffrey C. (1998), *Ao Encontro de Macau : Uma Cidade-Estado Portuguesa na periferia da China, 1557-1999*, Trad. José António N. De Sousa Tavares, Macau, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Fundação Macau.
- Hagège, Claude (2000), *Não à Morte das Línguas*, Trad. Joana Chaves, Lisboa, Instituto Piaget.
- Hai, Wang (2006), “Macau: plataforma de intercâmbios internacionais e inter-culturais para a China na Era da Globalização”, in *Revista Administração*, n.º74, Vol. XIX, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, pp.1381-1411.
- Hall, Stuart (2000), “Quem precisa da identidade?”, in Silva, Tomaz Tadeu da (Org), *Identidade e Diferença, a perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis, Editora Vozes, pp.103-133.
- Harrison, Gai (2007), “Language as a Problem, a Right or a Resource? A Study of How Bilingual Practitioners See Language Policy being Enacted in Social Work”, in *Journal of Social Work*, 7(1), Sage Publications, pp. 71-92.
- Hessler, Peter ([2006] 2007), *China. Uma Viagem entre o Passado e o Futuro*, Porto, Civilização Editora.
- Ho, Edmund (2009), *Discurso do Chefe do Executivo por ocasião da cerimónia de Abertura do Ano Judiciário 2009/2010*
- Ho, Edmund (2008), *Discurso do Chefe do Executivo por ocasião da cerimónia de Abertura do Ano Judiciário 2008/2009*
- Ho, Edmund (2007), *Discurso do Chefe do Executivo por ocasião da cerimónia de Abertura do Ano Judiciário 2007/2008*

- Ho, Edmund (2006), *Discurso do Chefe do Executivo por ocasião da cerimónia de Abertura do Ano Judiciário 2006/2007*
- Ho, Edmund (2005), *Discurso do Chefe do Executivo por ocasião da cerimónia de Abertura do Ano Judiciário 2005/2006*
- Ho, Edmund (2004), *Discurso do Chefe do Executivo por ocasião da cerimónia de Abertura do Ano Judiciário 2004/2005*
- Ho, Edmund (2003), *Discurso do Chefe do Executivo por ocasião da cerimónia de Abertura do Ano Judiciário 2003/2004*
- Ho, Edmund (2002), *Discurso do Chefe do Executivo por ocasião da cerimónia de Abertura do Ano Judiciário 2002/2003*
- Ho, W.S. (2004), *Macao's Economic Outlook*, Macau, Autoridade Monetária de Macau.
- Hong, Lee Peng (2009), “Relações Económicas entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Papel de Macau como Plataforma de Serviço”, in Wei Dan (coord.), *Os Países de Língua Portuguesa e a China num Mundo Globalizado*, Coimbra, Almedina.
- Hull, Geoffrey (2001), *Timor-Leste. Identidade, Língua e Política Educacional*, Lisboa, Instituto Camões.
- Intercensos 1996 – Resultados Globais*, Centro de Documentação e Difusão de Informação, RAEM, DSEC.
- Intercensos 2006 – Resultados Globais*, Centro de Documentação e Difusão de Informação, RAEM, DSEC.
- Jalles, Luísa Bragança, “O Papel da Futura Região Administrativa Especial de Macau no Contexto das relações Entre a RPC e os Países Lusófonos”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 42, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, 1998, pp.1053-1082.
- Jorge, Cecília (1999), “Macaenses: Comunidade Singular... ou Plural?”, *Revista MacaU*, Macau, publicação on-line, www.loriente.com/rmphome2.html, acesso em Dezembro de 2002.
- Jorge, Cecília (2000), “Viver “Macaense”, ou a Influência do Lar”, *Revista MacaU*, Macau, publicação on-line, www.loriente.com/rmphome2.html, acesso em Dezembro de 2002.
- Júnior, Nicolau Xavier (1994), “Estatuto Oficial da Língua Chinesa”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 26, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 652-666.
- Kan, Hui Kin (2005), *A Comparative Study of the Political Culture of Postcolonial Hong Kong and Macau*, Hong Kong, Hong Kong University.

- Kivela, Jaksa e Crotts, John C. (2006), “Tourism and Gastronomy: Gastronomy’s Influence on How Tourists Experience a Destination”, in *Journal of Hospitality & Tourism Research*, Vol. 30, No. 3, Sage Publications, pp. 354-377.
- Koo, Barnabas Hon Mun (2004), *The Survival of an Endangered Species: the Macanese in Contemporary Macau*, Doctor Thesis, University of Western Sydney.
- Kramsch, Claire (1998), *Language and Culture*, Oxford University Press.
- Kwan, Fanny Vong Chuk (2004), “Gambling Attitudes and Gambling behaviour os Residents of Macao: The Monte Carlo of the Orient”, in *Journal of Travel Research*, Vol. 42, Sage Publications, pp. 271-278.
- Kwan, Fanny Vong Chuk e McCartney, Glenn (2005), “Mapping Resident Perceptions of Gaming Impact”, in *Journal of Travel Research*, Vol. 44, Sage Publications, pp. 177-187.
- Laborinho, Ana Paula (2010), “Para uma política de internacionalização da língua”, comunicação apresentada no *Encontro Internacional Língua portuguesa e culturas lusófonas num Universo Globalizado*, Lisboa, 25/26 de Outubro, (texto policopiado).
- Laborinho, Ana Paula (1999), “Por uma Lusofonia a Oriente: sinais do passado, estratégias do presente”, in *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 7, Lisboa, Instituto Camões, pp. 39-45.
- LAG – Relatório das Linhas de Acção Governativa do Governo da R.A.E. Macau para o ano financeiro de 2001*, Governo da R.A.E. de Macau.
- LAG – Relatório das Linhas de Acção Governativa do Governo da R.A.E. Macau para o ano financeiro de 2002*, Governo da R.A.E. de Macau.
- LAG – Relatório das Linhas de Acção Governativa do Governo da R.A.E. Macau para o ano financeiro de 2003*, Governo da R.A.E. de Macau.
- LAG – Relatório das Linhas de Acção Governativa do Governo da R.A.E. Macau para o ano financeiro de 2004*, Governo da R.A.E. de Macau.
- LAG – Relatório das Linhas de Acção Governativa do Governo da R.A.E. Macau para o ano financeiro de 2005*, Governo da R.A.E. de Macau.
- LAG – Relatório das Linhas de Acção Governativa do Governo da R.A.E. Macau para o ano financeiro de 2006*, Governo da R.A.E. de Macau.
- LAG – Relatório das Linhas de Acção Governativa do Governo da R.A.E. Macau para o ano financeiro de 2007*, Governo da R.A.E. de Macau.
- LAG – Relatório das Linhas de Acção Governativa do Governo da R.A.E. Macau para o ano financeiro de 2008*, Governo da R.A.E. de Macau.

- Lahire, Bernard (2003), *O Homem Plural. As Molas da Acção*, Trad. José Luís Godinho, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lai, Kwok Sio (2001), “Falar sobre os Modelos Bilingues dos Ofícios em Macau”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 53, RAEM, Direcção de Serviços de Administração e Função Pública, pp. 1009-1033.
- Lee, Shuk-Ping (2006), *Social Stability and Public Policy: The Role of Special Interest Groups in Macau*, Department of Politics and Public Administration, Hong Kong, University of Hong Kong.
- Lee, Vicky (2004), *Being Eurasian – Memories Across Racial Divides*, Hong Kong University Press.
- Lei Heong Iok, “O Ensino Superior em Macau no final do Período de Transição”, pp. 33-37, disponível em http://www.ipm.edu.mo/p_journal/1998/98_2/33.pdf, acesso em 20/04/2004.
- Li Sheng e Yanming Tsui (2009), “Casino booms and local politics: The city of Macao”, in *Cities*, 26, 67-73.
- Lima da Costa, Francisco (2005), *Fronteiras da Identidade: macaenses em Portugal e em Macau*, Lisboa, Fim de Século.
- Lima, Fernando (1999), *Macau: As Duas Transições*, Macau, Fundação Macau
- Lima, Fernando e Torres, Eduardo Cintra (2004), *Macau Entre Dois Mundos*, Lisboa, Coleção Jorge Álvares, Editorial Inquérito.
- Leong kam Man e Lo Iat Tim (2006), “Algumas reflexões sobre a política cultural, após a bem sucedida inscrição de «O Centro Histórico de Macau», na Lista do Património Mundial da Unesco”, in *Revista Administração*, nº 73, Vol.XIX, Macau, Serviços de Administração e Função Pública, pp.1055-1072.
- Localização dos Efectivos da Administração Pública de Macau*, 1999, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública.
- Loi Kim Ieng (2008), “The Role of Gaming as Recreation in Travel Destination Choice – Attitude Comparison between Tourists and Residents in Macao”, *Journal of Macau Polytechnic Institute*, Macau, 2008 Issue (serial no. 2), pp. 62-77.
- Lopes, Gilberto (1999a), “Em Português se Entendem 200 Milhões”, *Revista MacaU*, II Série, nº 82, Fevereiro, Macau, Gabinete de Comunicação Social, pp. 28-49.
- Lopes, Gilberto (1999b), “O que vai ficar de Portugal”, *Revista MacaU*, Macau, publicação on-line, www.lorient.com/rmphome2.html, acesso em Dezembro de 2002.

- Lopes, Gilberto (2000a), “Macau: a Retoma de um Percorso”, *Revista MacaU*, Macau, publicação on-line, www.loriente.com/rmphome2.html, acesso em Dezembro de 2002.
- Lopes, Gilberto (2000b), “Uma antena na Europa”, *Revista MacaU*, Macau, publicação on-line, www.loriente.com/rmphome2.html, acesso em Dezembro de 2002.
- Lopes, João Teixeira (1997), *Tristes Escolas. Práticas Culturais Estudantis no espaço Escolar Urbano*, Porto, Edições Afrontamento.
- Lopes, João Teixeira (1998), *A Cidade e a Cultura. Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, (biblioteca on-line de ciências da comunicação).
- Lung, David, ed., (2004), *The Conservation of Urban Heritage: Macao Vision*, Macau, Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau.
- Luz, Lúcia (2000), “Administração de Macau: do Período de Transição à RAEM”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 47, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 211-253.
- Macau Business, “The end of apathy”, De Ficção Multimedia Projects, RAEM, Julho de 2009, pp. 36-41.
- Macau 2009, Livro do ano*, Macau, Gabinete de Comunicação Social.
- Macau Património Mundial. O Centro Histórico de Macau*, s.d., Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Machado, Fernando Luís (2000), “Os Novos Nomes do Racismo: Especificação ou Inflação Conceptual?”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, Oeiras, Celta Editora, pp-9-44.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, José Silveira, Dir., (1996), *Adé, José dos Santos Ferreira, Macau di Tempo Antigo, Obras Completas*, Vol. III, Macau, Fundação Macau.
- Magalhães, José Calvet de (1992), *Macau e a China no Após Guerra*, Macau, Instituto Português do Oriente.
- Martins, Dora A. E. (2006), “Macau na encruzilhada das rotas sino-lusófonas”, in *Revista Administração*, n.º74, Vol. XIX, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, pp.1345-1361.
- Mateus, Maria Helena Mira, Coord., (2002), *Uma Política de Língua para o Português*, Lisboa, Edições Colibri.

- McCartney, Glenn, Butler, Richard e Bennett, Marion (2008), “A Strategic Use of the Communication Mix in Destination Image-Formation Process”, in *Journal of Travel Research*, Volume 47, nr. 2, Sage Publications, pp. 183-196.
- McGivering, Jill (1999), *Macao Remembers*, Oxford University Press.
- Melo, Alexandre (1994), “Entre o Global e o Local”, in Alexandre Melo (org.), *Arte e Dinheiro*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- Melo, Alexandre (1997), “Equívocos e Complexidade na Definição de Políticas Culturais”, in *OBS*, Lisboa, Publicação trimestral do Observatório das Actividades Culturais, n.º 2.
- Melo, Alexandre (2002), *Globalização Cultural*, Lisboa, Quimera.
- Mesquita, Pedro Dá (2008), *Memórias de um Campo Santo*, Macau, IACM.
- Morbey, Jorge (1990), *Macau 1999 – O Desafio da Transição*, Lisboa, Edição do Autor.
- Municio, Ángel Martín (dir.) (2003), *El valor económico de la lengua española*, Madrid, Espasa Calpe.
- Murteira, Mário (2003), *Globalização, pela invenção dum tempo global e solidário*, Lisboa, Quimera.
- Murteira, Mário, ed., (2000), *Hong Kong and Macau at a Time of Transitions*, Macau, Macau Foundation.
- Ngai, Gary (1994a), “Sobre o Bilinguismo Administrativo”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 23, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 97-102
- Ngai, Gary (1994b), “A Identidade Cultural de Macau: a sua Preservação e Desenvolvimento antes e depois de 1999”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 35, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, p. 61-76.
- Ngai, Gary (1996), “Macau – Ponte Especial de Ligação entre a China e o Mundo Latino”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 32, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, p. 339-348.
- Ngai, Gary (1999), “A Questão da Identidade Cultural em Macau”, in *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 7, Lisboa, Instituto Camões, pp. 46-57.
- Nogueira, Franco (1987), *Um Político Confessa-se – Diário: 1960-1968*, Porto, Livraria Civilização Editora.
- O’Driscoll, Jim (2001), “A face model of language choice”, in *Multilingua*, 20-3, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 245-268.
- Oliveira, Fernando Correia de (1998), *500 Anos de contactos Luso-Chineses*, Lisboa, edição Público e Fundação Oriente.

- Oliveira, Henrique Altemani de (2004), “Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica”. *Rev. bras. polít. int.* [online]. Vol.47, n.1, pp. 7-30. ISSN 0034-7329.
- Oliveira, Jorge (1993), “A Continuidade do Ordenamento Jurídico de Macau na lei Básica da Futura região Administrativa Especial”, versão electrónica, acesso em 20 Outubro de 2009, disponível em <http://www.library.gov.mo/macreturn/DATA/P140/P140021.HTM>.
- Oliveira, Manuel Armando e Teixeira, Carlos (2003), *Jovens Portugueses e Luso-Descendentes no Canadá. Trajectórias de inserção em espaços multiculturais*, Lisboa, Celta Editora.
- Paiva, Maria Manuela Gomes (2004), *Encontros e Desencontros da Coexistência – O papel do intérprete-tradutor na sociedade de Macau*, Macau, Livros do Oriente.
- Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial*, (2003), Conferência Ministerial de 2003, Macau, Gabinete do Secretariado Permanente do Fórum Económico e Empresarial China Países de Língua Portuguesa.
- Patten, Alan (2001), “Political Theory and Language Policy”, in *Political Theory*, Vol. 29, n.º 5, Sage Publications, pp. 691-715.
- Peng, Ip Kuai (2006a), “Uma análise política e económica sobre a «Plataforma de apoio à cooperação económica e comercial entre a China e a Lusofonia»”, in *Revista Administração*, n.º72, Vol. XIX, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, pp.707-724.
- Peng, Ip Kuai (2006b), “Sobre o posicionamento de Macau como plataforma de ligações económicas e comerciais entre a china e os países lusófonos”, in *Revista Administração*, n.º74, Vol. XIX, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, pp.1363-1379.
- Peng, Ip Kuai (2007), “As Relações Diplomáticas entre a RPC e os Países de Língua Oficial Portuguesa na Perspectiva do Multilateralismo e o papel da “plataforma” de Macau”, in *Revista Administração*, n.º78, Vol. XX, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, pp.1233-1257.
- Peng, Lau Sin (2002), “20 Anos do Ensino Superior em Macau”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 57, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, pp. 1031-1053.
- Pereira, Jorge Morbey F. R. (1993), “A língua portuguesa no Oriente: passado recente e perspectivas de futuro”, *Actas do Encontro Português – Língua de Cultura*, Macau, Instituto Português do Oriente.

- Pereira, Virgílio Borges (2005), *Classes e culturas de classe das famílias portuenses. Classes Sociais e «Modalidades de estilização da Vida» na Cidade do Porto*, Porto, Edições Afrontamento.
- Pessoa, Inês Costa (2000), “Relacionamento inter-étnico em Macau: Encontros desencontrados de Culturas”, Actas do IV Encontro Português de Sociologia, edição online. http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc59bc3524_1.PDF
- Pestana, Maria Helena e Gageiro (2003), João Nunes, *Análise de Dados para Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS*, 3ª Edição revista e aumentada, Lisboa, Edições Sílabo.
- Philipson, Robert ([1992] 2003), *Linguistic Imperialism*, Oxford University Press.
- Ping, Jing Guo e Zhiliang, Wu (2007), *Revisitar os Primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*, Colecção Memória do Oriente, Macau, Instituto Português do Oriente
- Pinto, José Madureira (1991), “Considerações sobre a Produção Social de Identidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 217-231.
- Pinto, José Madureira e Pereira, Virgílio Borges, Orgs. (2007), *Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*. Porto, Edições Afrontamento.
- Piteira, Carlos Manuel (1999), *Mudanças Sócio-Culturais em Macau (A questão étnica do Macaense)*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Pires, António Pedro (1999), *O Culto dos Antepassados em Macau*, Porto, Edições Afrontamento.
- Pomerantz, Anne (2002), “Language ideologies and the production of identities: Spanish as a resource for participation in a multilingual marketplace”, in *Multilingua*, 21, 275-302.
- Poirier, Jean, Clapier-Valladon, Simone e Raybaut, Paul ([1985]1999), *Histórias de Vida: Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- Pons, Philippe ([1999] 2002), *Macao*, Hong Kong University Press.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- Portes, Alejandro (2006), *Estudos sobre as Migrações Contemporâneas. Transnacionalismo, Empreendedorismo e a Segunda Geração*, Trad. Frederico Ágoas, Lisboa, Fim de Século.
- Programa de Reforma da Administração Pública de Macau de 2007 a 2009*, Macau, Direcção de Serviços de Administração e Função Pública.

- Rahman, Tariq (2001), “Language-learning and power: a theoretical approach”, in *International Journal of the Sociology of Language*, 152, Walter de Gruyter, pp. 53-74.
- Rangel, Jorge (1995), “A Língua e a Cultura Portuguesa em Macau e as Instituições ao seu serviço no Presente e no Futuro”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 30, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 725-737.
- Rangel, Jorge (1989), “Ensino Superior em Macau. Novas Coordenadas, Novos Rumos”, *Seminário sobre a Reforma da Educação*, Macau, Centro de Estudos de Macau, Universidade da Ásia Oriental.
- Rangel, Jorge (2004), *Falar de Nós – I, Macau e a Comunidade macaense – acontecimentos, personalidades, instituições, diáspora, legado e futuro*, Macau, Instituto Internacional de Macau.
- Rangel, Jorge (2006), *Falar de Nós – II, Macau e a Comunidade macaense – acontecimentos, personalidades, instituições, diáspora, legado e futuro*, Macau, Instituto Internacional de Macau.
- “Relatório sobre o Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativo à Região Administrativa Especial de Macau: primeiro e segundo relatórios anuais”, documento on-line, www.europarl.eu.int
- Reto, Luís (coord.) (2009), *Valor Económico da Língua Portuguesa: Contributos Metodológicos e Empíricos*. Estudo promovido pelo Instituto Camões (texto policopiado).
- Reto, Luís (coord.) (2009b). *Valor Económico da Língua Portuguesa: O Impacto sobre as Relações com o Exterior*. Estudo promovido pelo Instituto Camões (edição policopiada).
- Rex, John (2004), “Empire, Race and Ethnicity”, in *International Journal of Comparative Sociology*, 45, Sage Publications, pp. 161-177.
- Ribeiro, Natividade (2000), *Nada, nada, Professora*, Macau, Livros do Oriente.
- Rocha, Rui (1995), “O reconhecimento dos cursos Superiores em Macau e a localização da Administração Pública”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 30, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 739-749.
- Rocha, Rui Manuel de Sousa (1997a), “Pensar Macau: Da Língua Portuguesa”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 35, Macau, Serviço de Administração e Função Pública.
- Rocha, Rui (1997b), “The Joint Declaration and the Right to the Portuguese Language”, in *Revista MacaU*, Special 1997, Macau, pp. 104-112

- Rocha, Rui (1998), “Macau: Sociedade Multicultural?”, in *Revista Macau*, II Série, n.º 78, Macau, Gabinete de Comunicação Social de Macau.
- Rocha, Rui (2001), “Escola Portuguesa de Macau: que política linguística?”, *Jornal Ponto Final*, 13 e 20 de Julho de 2001.
- Rocha, Rui (2004), “Proposta de Reformulação dos Planos Curriculares da Escola Portuguesa de Macau”, Documento de trabalho, texto policopiado.
- Rocha, Rui (2004b), “Bilinguismo Social e a Economia das Línguas”, texto policopiado.
- Rodrigues, Maria de Lurdes Bravo da Costa (2000), “Les enjeux de la lusophonie. Le portugais, langue de communication internationale”, in *Lusophonies asiatiques, Asiatiques en lusophonies*, Lusotopie, Enjeux Contemporaines dans les Espaces Lusophones, Paris, Éditions Karthala, pp. 610-620.
- Rodrigues, M. Helena (1997), “Línguas em contacto em Macau”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 37, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 893-904.
- Rodrigues, M. Helena (2000), *variáveis contextuais da aprendizagem da Língua Portuguesa por aprendentes chineses*, Macau, Centro de Publicações Universidade de Macau.
- Rosa, Alexandre (1989a), “A Situação da Educação em Macau e a Necessidade da Reforma”, *Seminário sobre a Reforma da Educação*, Macau, Centro de Estudos de Macau, Universidade da Ásia Oriental, pp. 32-36.
- Rosa, Alexandre (1989b), “A Educação em Macau no Período de Transição: situação e perspectivas (1)”, *Seminário sobre a Reforma da Educação*, Macau, Centro de Estudos de Macau, Universidade da Ásia Oriental, pp.48-61.
- Said, Edward W. ([1997]2004), *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente*, Trad. Pedro Serra, Lisboa, Livros Cotovia.
- Sachdev, Itesh (2007), “Communication, Language and Discrimination”, in *Journal of language and Social Psychology*, Vol.26, nr.2, Sage Publications, pp. 101-105.
- Saldanha, António Vasconcelos de (1995), “Alguns aspectos da «questão de Macau» e o seu reflexo nas Relações Luso-Chinesas no Âmbito da Organização das Nações Unidas”, *Revista Portuguesa de Instituições Internacionais*, 1:131-208.
- Salomão, Ricardo (2006), *Línguas e culturas nas comunicações de exportação: para uma política de línguas estrangeiras ao serviço da internacionalização da economia portuguesa*, Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Repositório Aberto, <http://hdl.handle.net/10400.2/1386>.

- Santos, António de Almeida (2006), *Quase memórias. (Da Descolonização de cada Território em Particular)*, II Volume, Lisboa, Casa das Letras.
- Santos, Boaventura Sousa (1997), “Por uma concepção multicultural de direitos humanos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 48, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, pp. 11-32.
- Santos, Boaventura Sousa e Gomes, Conceição (1998), *Macau, o Pequeníssimo Dragão*, Porto. Edições Afrontamento.
- Santos, Maria de Lurdes Lima dos (1998), “Internacionalização e Cooperação”, in Maria de Lurdes Lima dos Santos (coord.), *As Políticas Culturais em Portugal: Relatório Nacional*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Scott, Janet Lee (2007), *For Gods, Ghosts and Ancestors. The Chinese Tradition of paper Offerings*, Hong Kong University Press.
- Sen, Amartya (2007), *Identidade e Violência. A ilusão do destino*, Lisboa, Edições Tinta-da-China.
- Senna Fernandes, Henrique de (1986), *Amor e Dedinhos de Pé*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Senna Fernandes, Henrique de (1997), *Nan Van. Contos de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Senna Fernandes, Henrique de (1998a), *Mong-Há*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Senna Fernandes, Henrique de (1986), *A Trança Feiticeira*, Macau, Fundação Oriente.
- Senna Fernandes, Miguel de (2005), *O Patuá*, documento policopiado, pp.1-6.
- Shaw, Stephen, Bagwell, Susan e Karmowska, Joanna (2004), “Ethnoscapes as Spectacle: remaining multicultural as New Destinations for Leisure and Tourism Consumption”, in *Urban studies*, Vol. 41, Sage Publications, pp.1983-2000.
- Shu Li (1999), “«One Country, Two Systems»: a Psychological Perspective”, in *Psychology and Developing Societies*, 11, Sage Publications, pp. 157-177.
- Silva, Albina dos Santos, Aresta, António e Barata, Aureliano, Orgs., (1997), *O Ensino da Língua Portuguesa em Hong Kong*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.
- Silva, Albina dos Santos, Aresta, António e Barata, Aureliano (1998), *Documentos para a História da Educação em Macau*, 3º Volume, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.

- Silva, Augusto Santos (1996), “Identidades sociais: continuidade e mudança”, in *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*, Actas das sessões plenárias do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Silva, Augusto Santos (1998), “Produto Nacional Vivo: Uma Cultura para o desenvolvimento”, in AA.VV., *Atitudes, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Porto, SEDES.
- Silva, Beatriz Basto da (1997), *Cronologia da História de Macau*, Século XX, Volume 4, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.
- Silva, Tomaz Tadeu da (2000), “A produção social da identidade e da diferença”, in Silva, Tomaz Tadeu da (Org), *Identidade e Diferença, a perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Silva, Perpétua Santos (2005), *Estudantes do Português na RAEM no início do Séc. XXI*, Tese de Mestrado, Departamento de Sociologia do ISCTE, Lisboa, ISCTE-IUL, texto policopiado.
- Silva, Perpétua Santos (2010), “Breve olhar sociológico sobre a obra de Henrique de Senna Fernandes”, comunicação apresentada em *Nan Van: A Baía de todos os Encantos, Seminário de Homenagem a Henrique de Senna Fernandes*, Org. Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, Casa de Macau, Lisboa (29/Out.).
- Silva, Perpétua Santos (2011), “Aprender português na RAEM: razões e outras representações”, Actas do XV Colóquio da Lusofonia, Associação Internacional Colóquios da Lusofonia e Instituto Politécnico de Macau, Macau, Edição em CD-ROM, pp. 266-277. ISBN:978-989-95891-7-9.
- Silvano, Filomena (1997), *Territórios da Identidade*, Oeiras, celta Editora.
- Silveira, André F. R. Castel-Branco (2001), “As Zonas Económicas Especiais da República Popular da China”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 53, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 1147-1183.
- Simpson, Tim (2008), “The commercialization of Macau’s cafés”, in *Ethnography*, Vol 9(2), Sage Publications, pp.197-234.
- Smith, Anthony D. ([1995] 1999), *Nações e Nacionalismo Numa Era Global*, Trad. Carlos Leone, Oeiras, Celta Editora.
- Siu-Kai, Lau, ed. (2000), *Social Development and political Change in Hong Kong*, Hong Kong, The Chinese University Press.

- Sousa, Ivo Carneiro de (2007), “Património e Desenvolvimento: A propósito do debate da Guia e mais além”, in *Revista Administração*, nº78, Vol.XX, Macau, Serviços de Administração e Função Pública, pp.1169-1185.
- Stroud, Christopher (2002), “Framing Bourdieu socioculturally: Alternative forms of linguistic legitimacy in postcolonial Mozambique”, in *Multilingua*, 21, Walter de Gruyter, pp. 247-273.
- Tandefelt, Marika e Finnäs (2007), “Language and demography: historical development”, in *International Journal of Sociology of Language*, 187/188, Walter de Gruyter, pp. 35-54.
- Tang, Choi, Morrison e Lehto (2009), “The many faces of Macau: A correspondence analysis of the images communicated by online tourism information sources in English and Chinese”, in *Journal of Vacation Marketing*, Vol. 15, No. 1, 79-94.
- Teixeira, Manuel (1994), “The Macanese”, in *Review of Culture, No.20, 2nd Series, English Edition*, Macau, Instituto Cultural de Macau, pp.84-129.
- Tejerina, Benjamín (2005), “Language and Economy. Market for symbolic exchange and consumption of linguistic products in Euskera”, in *Noves SL, Revista de Sociolinguística*, disponível em http://www6.gencat.net/llengcat/noves/hm05hivern/tejerina1_4.htm.
- Thériault, Joseph Yvon (2007), “Ethnolinguistic minorities and national integration in Canada”, in *International Journal of The Sociology of Language*, 185, Walter de Gruyter, pp. 255-263.
- Torrijos, Anna (2008), “*caracterització sociolingüística dels joves de catalunya: alguns factors que expliquen els usos lingüístics*”, disponível em <http://www6.gencat.net/llengcat/noves/hm08hivern/docs/torrijos.pdf>.
- Trigoso, Maria (1995), “As Línguas de Macau – a Viagem para o Século XXI”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 27, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 25-31.
- Tsou, Benjamin K. (1996), “Aspects of the Two Language System and Three Language Problem in the Changing Society of Hong Kong”, in *Corrent Issues in language and Society*, Vol. 3, no.2, disponível em <http://www.multilingual-matters.net/cils/003/0128/cils0030128.pdf>.
- Turner, Matthew (2007), “Beyond Beyond”, in *Journal of Visual Culture*, Vol. 6(3), Sage Publications, pp.349-353.
- Valente, Neto (2009), *Discurso do Presidente da Associação dos Advogados de Macau na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário*.

- Valente, Neto (2008), *Discurso do Presidente da Associação dos Advogados de Macau na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário*.
- Valente, Neto (2007), *Discurso do Presidente da Associação dos Advogados de Macau na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário*.
- Valente, Neto (2006), *Discurso do Presidente da Associação dos Advogados de Macau na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário*.
- Vandenbussche, Win e Elspass, Stephan (2007), “Introduction: Lower class language use in the 19th century”, in *Multilingua*, 26, Walter de Gruyter, pp. 147-150.
- Vermeulen, Hans (2001), *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*, Lisboa, Edições Colibri.
- Vermeulen, Hans e Govers, Cora, Orgs. ([1994] 2003), *Antropologia da Etnicidade. Para Além de “Ethnic Groups and Boundaries”*, Lisboa, Fim de Século.
- Wacquant, Loïc (2006), “Seguindo Pierre Bourdieu no Campo”, in *Revista de Sociologia e Política*, nº26, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, pp.13-29.
- Wai, Man Sin (2001), “Law, Politics and Professional Projects: The Legal Profession in Hong Kong”, in *Social & Legal Studies*, 10, Sage Publications, pp. 483-504.
- Weber, Max (1983), *Fundamentos da Sociologia*, Trad. Mário Rietsch Monteiro, Porto, Rés Editora.
- Weber, Max (1997), *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, Trad. Artur Morão, Lisboa, Edições 70.
- Wieviorka, Michel ([1998] 2002), *O Racismo*, Trad. Miguel Serras Pereira, Lisboa, Fenda Edições.
- Wieviorka, Michel ([2000] 2002), *A Diferença*, Trad. Miguel Serras Pereira, Lisboa, Fenda Edições.
- Woodward, Kathryn (2000), “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”, in Silva, Tomaz Tadeu da (Org), *Identidade e Diferença, a perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Wolton, Dominique ([2003] 2004), *A Outra Globalização*, Trad. Pedro Elói Duarte, Lisboa, Difel.
- World Culture Report, 2000. Cultural Diversity, Conflict and Pluralism*, Paris, UNESCO.
- Wu Yi, *Discurso* (2003), Conferência Ministerial de 2003, Macau, Gabinete do Secretariado Permanente do Fórum Económico e Empresarial China Países de Língua Portuguesa.
- Yee, Herbert S. (2001), *Macau in Transition: From Colony to Autonomous Region*, Palgrave.

Zengyang, Wang (1994), “Estatuto Oficial do Chinês e Bilinguismo Durante o Período de Transição em Macau”, in *Revista Administração*, n.º 23, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 103-107.

Zhiliang, Wu (2005), “A tradição da cultura chinesa e o seu desenvolvimento em Macau”, in *Revista Administração*, n.º 70, Vol. XVIII, Macau, Serviços de Administração e Função Pública, pp. 1411-1421.

“12 Olhares sobre o Futuro de Macau”, *Revista MacaU*, Macau, 1999

“10 Razões para aprender Português”, IPOR, 1999

Endereços na Internet

Educação e Formação em números 2000/2001, *Direcção dos Serviços de Educação e Juventude*, documento disponível em <http://www.dsej.gov.mo>

Educação e Formação em números 2001/2002, *Direcção dos Serviços de Educação e Juventude*, documento disponível em <http://www.dsej.gov.mo>

Educação e Formação em números 2002/2003, *Direcção dos Serviços de Educação e Juventude*, documento disponível em <http://www.dsej.gov.mo>

Educação e Formação em números 2003/2004, *Direcção dos Serviços de Educação e Juventude*, documento disponível em <http://www.dsej.gov.mo>

Educação e Formação em números 2004/2005, *Direcção dos Serviços de Educação e Juventude*, documento disponível em <http://www.dsej.gov.mo>

Educação e Formação em números 2005/2006, *Direcção dos Serviços de Educação e Juventude*, documento disponível em <http://www.dsej.gov.mo>

Educação e Formação em números 2006/2007, *Direcção dos Serviços de Educação e Juventude*, documento disponível em <http://www.dsej.gov.mo>

Educação e Formação em números 2007/2008, *Direcção dos Serviços de Educação e Juventude*, documento disponível em <http://www.dsej.gov.mo>

Estatísticas do ensino, Base de Dados on-line, em
(http://app.dsej.gov.mo/prog/edu/stat_d/inedustat_index.jsp?lang=p)

Estatísticas dos Trabalhadores da Função Pública
www.safp.gov.mo

Estatísticas da População, Economia, Turismo...
www.dsec.gov.mo

Estatísticas do Sector do Jogo
www.dicj.gov.mo

Associação dos Advogados de Macau
<http://www.informac.gov.mo/aam/portuguese/default.htm>
www.booksmacau.com

www.economia.gov.mo/file/cepa/pint.doc
www.foriente.pt

www.fsm.gov.mo/esfm/pesfm/htm

www.gcs.gov.mo

www.hojemacau.com

www.icm.gov.mo

www.ift.edu.mo

www.instituto-camoes.pt

www.imprensa.macao.gov.mo

www.ipim.gov.mo/pt/subpage.asp?include=portugues/index.htm
www.ipm.edu.mo

www.ipor.org

www.jtm.com.mo

www.gov.mo

www.pontofinalmacau.blogspot.com
<http://portugues.tdm.com.mo/tvnews.phtml>
www.umac.mo

www.unesco.org/education/languages_2004/languagesdistribution.pdf



Departamento de Sociologia

A Língua e a Cultura Portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau

ANEXOS

Perpétua Maria dos Santos Silva

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Orientador:

Doutor António Firmino da Costa, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2011



Departamento de Sociologia

A Língua e a Cultura Portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau

ANEXOS

Perpétua Maria dos Santos Silva

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Orientador:

**Doutor António Firmino da Costa, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**

Maio, 2011

ÍNDICE DE ANEXOS

	Pág.
ANEXO I	
Documento A – Trabalho de Campo	01
Documento B – Listagem de entrevistados	07
Documento C – Inquérito por questionário: objectivos e exemplar	11
ANEXO II	
Síntese de resultados	25
ANEXO III	
Organograma do Governo da RAEM	26
ANEXO IV	
Mapa de localização dos casinos	27
ANEXO V	
Documento A – Graus de ensino	28
Documento B – Conteúdos linguísticos	29
Documento C – Língua portuguesa no ensino superior	30
Documento D – Número de alunos no IPM matriculados na disciplina de português	32
Documento E – Número de alunos no IPM graduados em cursos em língua veicular portuguesa	35
Documento F – Número de alunos de licenciatura no Departamento de Português da UMAC (1995/1996-2010/2011)	37
Documento G – Legislação	38
ANEXO VI	
Figuras da cultura portuguesa	53
ANEXO VII	
Cursos de formação linguística dos SAFP	59
ANEXO VIII	
Grupos de pessoal da APM	60
ANEXO IX	
Poema de Adé	62
ANEXO X	
Características de Macau	63

DOCUMENTO A

Trabalho de Campo

Datas e acontecimentos mais relevantes

No que se refere à opção pelas datas seleccionadas para os períodos de permanência em Macau, foi tida em consideração a agenda de acontecimentos e actividades, tendo, os períodos seleccionados considerado a possibilidade de frequentar espaços e actividades e interagir com interlocutores diversificados considerando as seguintes pistas de investigação de acordo com o objecto de estudo teórico:

Práticas religiosas

- 1) A observação realizada em todas as iniciativas religiosas no período da Páscoa de 2005 e de 2010, ao longo do qual para além da Procissão do Senhor Morto se participou em todas as missas da Semana Pascal, tendo, ainda, sido prática regular assistir à Missa de domingo ao longo dos vários períodos de permanência em Macau.
- 2) A participação na Procissão de Nossa Senhora de Fátima, a 13 de Maio de 2005 e de 2010, que segue da Igreja de S. Domingos (Largo do Senado) até à Ermida de Nossa Senhora da Penha, onde é celebrada uma missa ao ar livre.
- 3) Dia de Finados católico (observados em 2004 e em 2005), Dia do Cheng Meng (que se observou em Abril de 2005 e de 2010) e Dia do Chong Yeong (observado em Outubro de 2005), com observação no cemitério de S. Miguel, em Macau, e nos cemitérios da Taipa e Coloane.
- 4) Ainda no que respeita a religiosidade, particularmente significativas e produtivas no que respeita a informação obtida, foram as cerimónias realizadas aquando da morte do Papa João Paulo II e da escolha do seu sucessor (Abril de 2005).

Práticas culturais

Para além das actividades de promoção e difusão da cultura portuguesa que, periodicamente, as instituições de matriz portuguesa organizam em Macau decorrem, do mesmo modo, outros eventos culturais com organização de instituições locais, como é o caso do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e, também, do Instituto Cultural de Macau, em cuja

programação são incluídos artistas de expressão portuguesa. Embora este trabalho não tenha tido por objectivo desenvolver um *estudo de públicos*, a participação nos eventos culturais desta natureza possibilitou uma observação das suas audiências. Do ponto de vista da observação, não foram os espectáculos em si mesmos (a performance) a assumir importância significativa enquanto fonte de informação mas sim a possibilidade de estabelecer interacções com determinados elementos da assistência quer no local e período do evento quer nas interacções que potenciaram em momentos subsequentes com o decorrente desenvolvimento de conversas (informais ou sob registo gravado) relacionadas com a temática da cultura portuguesa em Macau.

Assim, tendo por base estes pressupostos, participou-se nas seguintes actividades:

1) No âmbito do Festival Internacional de Música de Macau: em 2004, concerto de Maria João e Mário Laginha; em 2005, concerto de música cubana com Omara Portuondo, concerto de Rodrigo Leão e concerto de Kátia Guerreiro com a Orquestra Chinesa de Macau.

2) No âmbito da Festa da Lusofonia, onde, para além da variedade gastronómica, jogos tradicionais portugueses e dos espaços dedicados a cada país de expressão portuguesa, se assistiu, em 2004, às actuações de diversos artistas locais, dos fadistas Hélder Moutinho e Mafalda Arnault, dos Gaiteiros de Lisboa e de Tito Paris; em 2005, Timbila Muzimba, Da Weasel e Terrakota. O interesse da Festa da Lusofonia ultrapassa, amplamente, o da observação das actividades e práticas culturais, constituindo-se como momento de produção de sociabilidades, em que as manifestações identitárias e as diferentes apropriações de que são alvo os elementos lusófonos na sua construção ganham particular visibilidade.

3) Outras actividades: Quinzena do Cinema Português; Festival Budista; Festival da Gastronomia; Exposição de Pintura na Galeria da Livraria Portuguesa; Concerto de Música Popular Chinesa (com a participação do Rancho Folclórico da Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau); Exposição de Pintura na Casa Garden/Fundação Oriente; Festa de Natal da Casa de Portugal; Festa de Natal do escritório “Pedro Redinha Advogados”; actividades desenvolvidas no âmbito das comemorações do 5º Aniversário da RAEM, nomeadamente toda a actividade decorrida no Largo do Senado no dia 19 de Dezembro; no âmbito do Festival de Artes de Macau, foi possível assistir à Peça de Teatro em Patuá pelos *Doce Papiçam de*

Macau, ao concerto de Elba Ramalho e ao concerto de Sérgio Godinho; Festival Internacional de Barcos Dragão; Dia do Buda; Cerimónias do Dragão Embriagado.

Foram, ainda, aceites convites que nos foram endereçados para outras actividades regulares na agenda da cidade, como apresentação de livros, atribuição de prémios, inauguração de exposições e uma sessão sobre Património de Macau, conduzida por Jorge Cavalheiro, organizada pela Casa de Portugal em Macau.

Práticas de sociabilidade e momentos comemorativos

1) Particularmente significativa e da maior relevância – uma das principais razões que nos levou a agendar uma missão a Macau em finais de 2004 – foi a semana do “Encontro das Comunidades Macaenses”, em cujas actividades tivemos a oportunidade de desenvolver observação participante; este Encontro, juntou em Macau cerca de 900 macaenses da diáspora, tendo sido uma das ocasiões mais produtivas no que respeita à observação deste segmento da população, das suas práticas e das representações que lhe estão associadas.

2) Sendo evidente a importância, no âmbito deste trabalho, de que se revestem as actividades organizadas por ocasião da “Comemoração do Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas”, foi, desde o início um objectivo nesta investigação fazer coincidir uma etapa de trabalho no terreno com a data do 10 de Junho. Além dos discursos proferidos pelo Cônsul Geral de Portugal em Macau, pelo Ministro da Justiça, representante do Governo Português nas comemorações do ano 2005 e pelo Chefe do Executivo do Governo de Macau de que se tiraram notas dos aspectos centrais, para além dos eventos culturais organizados (exposição “As noites do Ateneu” do pintor António Viana e peça de Teatro “Palhaço de Mim” com Ruy de Carvalho e João de Carvalho, assim como Jantar no Clube Militar com a presença e actuação da fadista Alexandra e o espectáculo no Centro Cultural “Alexandra recorda Amália”) destaca-se, significativamente, a Romagem à Gruta de Camões com a participação de escolas locais (Escola Portuguesa de Macau e, também, escolas chinesas).

3) Ainda como actividade comemorativa de datas significativas, decorreu a “Festa de Santo António”, em 2005, organizada pela Escola Portuguesa de Macau, na qual se esteve presente a convite da Direcção, e onde foi recriado um arraial popular com

jogos tradicionais, quermesses e comidas, e onde para além da actuação dos alunos da escola – marchas populares, dança moderna, sapateado e danças africanas, folclore e música de percussão – foi possível participar no convívio com alunos, pais e professores. Para além de toda a “programação” cultural a que foi possível assistir, foram fundamentais as conversas desenvolvidas neste contexto de informalidade que se revelou muito produtivo no que respeita a informação obtida quer em relação à própria Escola Portuguesa de Macau – os acesos debates em torno das questões das novas instalações, da reforma curricular e introdução da língua chinesa, assim como da “internacionalização” da Escola – quer pela possibilidade de observar uma situação em que os participantes, na sua maioria portugueses e macaenses, desenvolviam relações de sociabilidade de forma mais descontraída e nitidamente libertos das formalidades que foram uma constante ao longo dos vários acontecimentos anteriormente observados.

4) Outra ocasião, particularmente interessante, foi o “Dia do Português”, organizado pelo Departamento de Português da Universidade de Macau, tendo decorrido actividades desenvolvidas pelos alunos – desde o Concurso de Eloquência à interpretação de canções portuguesas e representação de pequenas peças de teatro, com lanche convívio no final.

Outras actividades

1) A convite da coordenadora do Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum Económico e Comercial China Países de Língua Portuguesa, assistiu-se à apresentação promocional de possibilidades de negócios efectuada pelos representantes dos vários países de língua portuguesa, na cerimónia de encerramento de uma acção de formação sobre “Oportunidades de Comércio e Investimento”, organizada pelas autoridades chinesas com vista ao reforço da cooperação bilateral. No âmbito das actividades deste Fórum, frequentámos, também, o Curso de Formação para Autoridades dos Países de Língua Portuguesa na área do Turismo.

2) Feira Internacional de Macau, em 2004 e em 2005, cerimónias de abertura, seminários e sessões promocionais, com destaque para as actividades no âmbito da plataforma de ligação China/Países de Língua Portuguesa.

3) Noutro âmbito, por convite endereçado por um grupo de portugueses residentes na RAEM que, informalmente se constituíram em associação cultural-recreativa (sem objectivos políticos), participou-se em duas viagens (excursões) com a duração de um fim-de-semana cada, tendo uma como destino *Lian Xian* e outra *Hailing Dao*, ambas localidades na República Popular da China. Para além de ter sido possível observar os contrastes urbanísticos, sociais e culturais que demarcam claramente a RAEM de outros locais na RPC, facto que é vincada e permanentemente assinalado por chineses, macaenses e portugueses, estas deslocações, integrada num grupo de mais de 30 pessoas, representaram momentos altamente produtivos no que particularmente respeita a um conjunto de dimensões simbólico-culturais, a que só no plano das práticas com observação de comportamentos seria possível aceder, pois dificilmente viriam a ser verbalizadas espontaneamente em sede de “entrevista”, independentemente da forma de condução que a mesma assumisse (de mais a menos directiva).

4) Assistiu-se à sessão de esclarecimento/debate e audição de pais da Escola Portuguesa, organizada pela Associação de Pais da Escola Portuguesa com o Professor Doutor Ruben Cabral relativamente ao projecto de internacionalização do referido estabelecimento de ensino.

5) Foi, ainda, possível desenvolver observação directa por ocasião da apresentação à Assembleia Legislativa das Linhas de Acção Governativa para 2005, por ocasião da Abertura do Ano Judiciário, altura em que a questão da utilização da língua portuguesa é, anualmente, amplamente discutida, e no Tribunal Judicial de Base, no decurso de diversos julgamentos.

DOCUMENTO B
ENTREVISTADOS POR ORDEM ALFABÉTICA DO NOME ATRIBUÍDO

Nome atribuído	Origem	Faixa etária	Profissão	Entrevista n.º
Abel	Portuguesa	40-44	Jurista	103/2010
Acácio	Macaense	65-69	Funcionário público aposentado; dirigente associativo	54/2005
Adelino	Portuguesa	55-59	Jornalista	52/2005
Adriana	Macaense	35-39	Funcionária pública	77/2007
Adriano	Portuguesa	45-49	Professor	112/2010
Afonso	Macaense	35-39	Tradutor-Intérprete	101/2010
Alberto	Portuguesa	80-84	Professor aposentado	14/2002
Alexandre	Outra	50-54	Professor	100/2010
Alfredo	Portuguesa	55-59	Empresário na restauração	58/2005
Amadeu	Macaense	60-64	Aposentado da função pública	56/2005
Américo	Macaense	50-54	Advogado	106/2010
Ana	Portuguesa	25-29	Estagiária numa empresa de produtos químicos	72/2007***
André	Portuguesa	45-49	Empresário na área da comunicação	102/2010
Aníbal	Macaense	65-69	Aposentado da função pública; dirigente associativo	90/2010
Armando	Portuguesa	50-54	Juiz	93/2010
Augusto	Portuguesa	40-44	Funcionário sector privado área cultural	12/2002
Bárbara	Portuguesa	25-29	Advogada	35/2004
Bartolomeu	Macaense	55-59	Professor	107/2010
Beatriz	Portuguesa	45-49	Advogada	57/2005
Bento	Outra lusófona	70-74	Professor	69/2005
Bernardo	Portuguesa	55-59	Dirigente na área cultural	32/2004
Carlos	Outra Lusófona	50-54	Médico	70/2005
Celeste	Outra lusófona	60-64	Professora	31/2004
Celso	Outra lusófona	35-39	Professor	110/2010
César	Portuguesa	40-44	Jornalista	37/2004
Cheng	Chinesa	40-44	Dirigente na Administração Pública	88/2009

Chui	Chinesa	40-44	Funcionário público	44/2004
Clara	Portuguesa	55-59	Advogada	80/2007
Constantino	Portuguesa	55-59	Empresário na área da restauração	36/2004
Crispim	Portuguesa	40-44	Empresário na área da restauração	71/2005**
Cristiano	Portuguesa	45-59	Empresário na área da restauração	71/2005**
Custódia	Macaense	65-69	Aposentada da função pública	84/2007
David	Portuguesa	35-39	Advogado	28/2004
Dinis	Macaense	55-59	Empresário na área do ensino	95/2010
Diogo	Macaense	25-29	Músico	92/2010
Domingos	Macaense	40-44	Funcionário público	78/2007
Duarte	Portuguesa	55-59	Jornalista	20/2004
Engrácia	Macaense	30-34	Funcionária Pública	47/2004
Eurico	Portuguesa	45-49	Jurista	33/2004
Fernando	Portuguesa	35-39	Funcionário Público	19/2004
Francisco	Macaense	50-54	Consultor na área cultural	02/2002; 43/2004
Fung	Chinesa	54-59	Dirigente na área do ensino	98/2010
Gabriel	Macaense	40-44	Advogado; dirigente associativo	04/2002; 27/2004; 63/2005; 81/2007; 97/2010 A e B
Gil	Macaense	20-24	Estudante	86/2007
Gilberto	Portuguesa	55-59	Ex-dirigente na Administração Pública portuguesa na área da educação	89/2009
Gonçalo	Portuguesa	40-44	Juiz	94/2010
Guilherme	Portuguesa	40-44	Dirigente na área cultural	03/2002 A e B
Honório	Macaense	50-54	Enfermeiro aposentado; advogado estagiário	45/2004
Horácio	Macaense	50-54	Médico	34/2004
Hugo	Portuguesa	60-64	Editor	21/2004
Inácio	Portuguesa	50-54	Empresário na área da restauração	49/2005
Isabel	Portuguesa	60-64	Professora	06/2002; 41/2004; 85/2007

João	Portuguesa	55-59	Dirigente na área cultural	13/2002; 42/2004; 82/2007; 91/2010
Joaquim	Portuguesa	45-49	Empregado na área da restauração	48/2005
Joel	Portuguesa	55-59	Empresário na área da restauração	66/2005
Jorge	Outra lusófona	35-39	Advogado	24/2004
José	Portuguesa	45-49	Jurista	113/2010
Kwan	Chinesa	35-39	Professor	68/2005
Lai	Chinesa	55-59	Professora	99/2010
Li	Chinesa	20-24	Estudante – Jovem Embaixadora do Turismo	46/2004*
Liu	Chinesa	20-24	Estudante – Jovem Embaixadora do Turismo	46/2004*
Luciano	Macaense	55-59	Deputado	65/2005
Luís	Macaense	45-49	Dirigente associativo	05/2002; 17/2004
Luísa	Outra lusófona	30-34	Advogada	51/2005
Madalena	Portuguesa	30-34	Jurista	59/2005
Mafalda	Portuguesa	25-29	Estagiária na área da diplomacia económica	72/2007***
Manuel	Portuguesa	25-29	Estagiário numa empresa de construção civil	72/2007***
Manuela	Macaense	30-34	Funcionária Pública	11/2002
Margarida	Portuguesa	30-24	Jurista	62/2005
Mário	Macaense	40-44	Empresário na área da restauração	16/2002
Mateus	Outra lusófona	60-64	Advogado	39/2004
Meng	Chinesa	35-39	Advogado estagiário	30/2004
Moisés	Outra lusófona	40-44	Advogado	60/2005
Mónica	Portuguesa	45-49	Professora	76/2007
Orlando	Macaense	55-59	Ex-dirigente na Administração Pública Portuguesa na área da educação; dirigente cultural	15/2002
Paula	Portuguesa	40-44	Professora	53/2005
Paulo	Portuguesa	55-59	Juiz	96/2010
Pedro	Macaense	75-79	Funcionário Público aposentado	09/2002
Pun	Chinesa	20-24	Advogada estagiária	104/2010

Ricardo	Portuguesa	50-54	Professor	75/2007
Rodolfo	Portuguesa	55-59	Empresário na área da importação/exportação	38/2004
Rosa	Macaense	40-44	Dirigente na Administração Pública	67/2005
Rosário	Portuguesa	60-64	Professora	07/2002; 40/2004
Rui	Portuguesa	35-39	Jornalista	10/2002
Sandra	Portuguesa	40-44	Funcionária Pública	55/2005
Seng	Chinesa	30-34	Empregado administrativo privado	23/2004
Sérgio	Portuguesa	40-44	Juiz	114/2010
Sofia	Portuguesa	35-39	Professora	87/2007
Tam	Chinesa	30-34	Advogada	79/2007
Teresa	Outra lusófona	50-54	Funcionária Pública; dirigente associativa	109/2010
Tiago	Macaense	20-24	Estudante	108/2010
Tong	Chinesa	35-39	Advogado estagiário	22/2004
Choi	Chinesa	20-24	Estudante	105/2010
Vasco	Portuguesa	35-39	Jurista	73/2007
Virgílio	Macaense	45-49	Funcionário público	50/2005
Vítor	Portuguesa	35-39	Empresário na área da segurança	26/2004
Vitorino	Macaense	60-64	Reformado da função pública	61/2005
Wai	Chinesa	20-24	Estudante	74/2007
Wong	Chinesa	35-39	Advogado	25/2004
Wu	Chinesa	35-39	Bancária	111/2010
Xavier	Macaense	75-79	Advogado	01/2002 A e B; 18/2004 A e B; 64/2005 e 83/2007
Yip	Chinesa	35-39	Professor	08/2002
Yung	Chinesa	35-39	Advogado estagiário	29/2004

* Entrevista 46/2004 – Entrevista conjunta com Li e Tse

** Entrevista 71/2005 – Entrevista conjunta com Cristiano e Crispim

***Entrevista 72/2007 – Entrevista conjunta com Manuel, Ana e Mafalda

DOCUMENTO C

Inquérito por questionário *Aplicado a alunos a frequentar aulas de Língua Portuguesa* *em várias instituições de ensino na RAEM* *Ano Lectivo 2002/2003*

Objectivos Gerais

- Sendo a RAEM um território multilingue, onde, dados os movimentos migratórios que têm vindo a decorrer no últimos anos, podemos encontrar residentes com origem nos mais diversos países da região e, sobretudo, oriundos da China Continental;
- Sendo expressa, pelas instituições responsáveis pela definição de políticas de língua na região, a existência de dois grandes grupos-tipo de estudantes de acordo com a sua relação com a língua portuguesa: alunos de Português Língua Materna (PLM) e alunos de Português Língua Estrangeira (PLE), o que resultará em motivações para a aprendizagem de acordo com diferentes ordens de razões e o estabelecimento de diferentes modos de relação com a língua;

É **objectivo geral** deste inquérito por questionário:

1. Proceder à identificação/caracterização dos alunos a frequentar aulas de língua portuguesa;
2. Recolher informação passível de confirmar ou infirmar a existência de aspectos diferenciadores entre grupos de alunos em função da sua proveniência (zona geográfica), ascendência e área de actividade profissional;

Objectivos específicos

No que diz respeito à sua estrutura, o questionário pretende cobrir os seguintes aspectos:

1. Caracterização dos alunos, do ponto de vista sociográfico.
2. Caracterizar/avaliar a relação dos alunos com a língua portuguesa, no contexto das línguas europeias, enquanto língua estrangeira (PLE), tentando captar as suas “motivações” de aprendizagem.
3. Perceber o tipo de “utilização” que o aluno faz da língua portuguesa.
4. Proceder a uma breve caracterização/inventariação de práticas culturais (suportes e actividades em língua portuguesa comparados com suportes na língua de uso do aluno).
5. Aferir sobre a existência de relações de sociabilidade inter-étnicas.
6. Aferir sobre o conhecimento de Portugal e de figuras da Cultura Portuguesa.
7. Aferir sobre o significado que, para o aluno, a Língua e a Cultura portuguesas poderão assumir actualmente em Macau.

1. Caracterização dos alunos, do ponto de vista sociográfico

[Grupo de perguntas – P1 a P19]

Sexo

Idade

Nacionalidade

Naturalidade (aluno, pais e avós)

Local de residência (aluno, pais e avós)

Tempo de residência (aluno e pais)

Escolaridade (aluno, pais e avós)

Situação ocupacional e trajetória recente

Língua Materna (aluno, pais e avós)

Língua Corrente

Ascendência (resulta do cruzamento de P3, P4, P5, P18 e P19)

2. Caracterizar/avaliar a relação dos alunos com a língua portuguesa, no contexto das línguas europeias, enquanto língua estrangeira (PLE), tentando captar as suas “motivações” de aprendizagem;

[Grupo de perguntas – P20 a P24; P28 e P29]

Uso regular de outras línguas

Conhecimento de Línguas Estrangeiras

Percepção da posição da língua portuguesa (Ásia/Europa e internacionalmente)

Valorização do uso da língua portuguesa em Macau

Razões para aprender português

Tempo de estudo da língua portuguesa

Propensão a continuar a estudar língua portuguesa

3. Perceber o tipo de “utilização” que o aluno faz da língua portuguesa

[Grupo de perguntas – P25 a P27]

Uso da língua portuguesa na actividade profissional

Relação com a aprendizagem da língua portuguesa

Uso corrente da língua portuguesa

4. Proceder a uma breve caracterização/inventariação de práticas culturais (suportes e actividades em língua portuguesa comparados com suportes na língua de uso do aluno)

[Grupo de perguntas – P32 a P36]

(Avaliar a realização das actividades e a frequência com que as faz)

Ver televisão

Ler (livros de estudo e outros)

Ouvir música

Usar internet

Assistir teatro

Ver exposições

Ir a bibliotecas

Ir a museus

Ir a concertos
Ir ao cinema
Assistir eventos desportivos
Ir a discotecas/bares
Passear em centros comerciais
Ir ao café
Ir à missa/cerimónia religiosa
Receber/visitar amigos em casa
Sair com amigos

5. Aferir sobre a existência de relações de sociabilidade inter-étnicas

[Pergunta – P38]

(Frequência)

Convivência com indivíduos de origem chinesa, macaense, portuguesa ou outras

6. Aferir sobre o conhecimento de Portugal e de figuras da Cultura Portuguesa

[Grupo de perguntas – P30 e P31; P37]

(Perguntas abertas)

Conhece Portugal

Indicação de figuras da cultura portuguesa e área correspondente

7. Aferir sobre o significado que, para o aluno, a Língua e a Cultura portuguesas poderão assumir actualmente em Macau

[Grupo de perguntas – P39 e P40]

Representações do aluno sobre a língua e a cultura portuguesas em Macau

Características relevantes de Macau (Pergunta aberta)

INQUÉRITO AOS ALUNOS

學生問卷調查

Este inquérito tem como objectivo conhecer os alunos que estudam português em Macau, nos vários níveis de ensino. Está a ser desenvolvido no âmbito de um Curso de Mestrado em Sociologia da Cultura.

Agradecemos desde já toda a sua disponibilidade para nos responder, imprescindível à concretização deste estudo, garantindo a absoluta confidencialidade das respostas.

本問卷的目的是了解澳門修讀各級葡語的學生情況，屬於研究中的文化社會學碩士課程範疇。

十分感謝各位回答所有問題，這對本人研究工作的開展十分重要，所有答案均嚴格保密。

Inquérito n.º 問卷號 _____

Universidade 大學/Escola 學校

Nível de ensino 教育水平

Curso 課程/Área de estudos 研究領域

Data 日期 ____ / ____ / ____

1. Sexo 性別: ⁽¹⁾ Masculino 男 ⁽²⁾ Feminino 女

2. Idade 年齡: _____ anos 歲.

3. Nacionalidade 國籍: ⁽³⁾ Chinesa 中國 ⁽⁴⁾ Portuguesa 葡萄牙 ⁽⁵⁾ Tailandesa 泰國
⁽⁶⁾ Filipina 菲律賓 ⁽⁷⁾ Outra 其他. Qual 哪一個?

4. Local de nascimento 出生地:

Local 地點	Seu 您	Pai 父親	Mãe 母親	Avô paterno 祖父	Avó paterna 祖母	Avô materno 外祖父	Avó materna 外祖母
⁽⁸⁾ Macau 澳門							
⁽⁹⁾ China Continental 中國大陸							
⁽¹⁰⁾ Portugal 葡萄牙							
⁽¹¹⁾ Taiwan 台灣							
⁽¹²⁾ Hong Kong 香港							
⁽¹³⁾ Tailândia 泰國							
⁽¹⁴⁾ Filipinas 菲律賓							
⁽¹⁵⁾ Outra 其他							
Qual? 哪一個							

5. Local de residência 居住地 (responda em relação a si e aos seus familiares, caso se aplique 回答與您或您的家庭成員相關的部分):

Local 地點	Seu 您	Pai 父親	Mãe 母親	Avô paterno 祖父	Avó paterna 祖母	Avô materno 外祖父	Avó materna 外祖母
⁽⁸⁾ Macau 澳門							
⁽⁹⁾ China Continental 中國大陸							
⁽¹⁰⁾ Portugal 葡萄牙							
⁽¹¹⁾ Taiwan 台灣							
⁽¹²⁾ Hong Kong 香港							
⁽¹³⁾ Tailândia 泰國							
⁽¹⁴⁾ Filipinas 菲律賓							
⁽¹⁵⁾ Outra 其他							
Qual? 哪一個							

6. Tempo de residência no local que indicou 您所選擇的居住地的居住時間 (indique o n.º de anos de forma mais aproximada possível 盡可能準確地填寫):

Seu 您	Pai 父親	Mãe 母親

7. Indique o número de anos de escolaridade frequentado 所受學校教育年數 (responda em relação a si e aos seus familiares, indicando a frequência mais elevada de acordo com o estabelecido no sistema de ensino frequentado sem considerar número de anos repetidos. Exemplo Secundário Completo – 12 anos 回答您及您家人所受學校教育的最高學歷年數, 不包括重讀的年數。譬如中學畢業——十二年級):

	Seu 您	Pai 父親	Mãe 母親	Avô paterno 祖父	Avó paterna 祖母	Avô materno 外祖父	Avó materna 外祖母
n.º de anos 年數							

8. Indique o grau de ensino mais elevado concluído 完成的最高學歷 (responda em relação a si e aos seus familiares, indicando o último grau concluído. Exemplo: Secundário 回答您及您家人業已完成的最高學歷。譬如: 中學):

	Seu 您	Pai 父親	Mãe 母親	Avô paterno 祖父	Avó paterna 祖母	Avô materno 外祖父	Avó materna 外祖母
Grau 學歷							

9. Indique se 請指出: ⁽¹⁶⁾ Estuda 正在學習 ⁽¹⁷⁾ Trabalha 已工作 ⁽¹⁸⁾ Trabalha e estuda 工作和學習

10. Se TRABALHA ou se TRABALHA E ESTUDA, indique a sua profissão/funções. Se não trabalha passe directamente para a pergunta n.º 18. (descreva as suas funções o mais detalhadamente possível) 如選擇已工作或工作和學習, 請說明您的職業/職務 (盡可能詳細的說明您的職務), 如果未工作, 則請直接回答第 18 題。

Profissão 職業 _____

Funções 職務 _____

11. Indique a sua situação na profissão 請指出您的職業情況:

⁽¹⁹⁾ Trabalhador conta própria 個體勞動者 ⁽²⁰⁾ Empregador 僱主
⁽²¹⁾ Trabalhador conta de outrem 為別人工作 ⁽²²⁾ Trabalhador familiar não remunerado 家族工作, 不受薪

12. Em que área e sector desenvolve a actividade profissional que referiu? 在何領域和部門開展職業活動

Área 領域	Sector Público 公共部門	Sector Privado 私營部門
⁽²³⁾ Educação 教育		
⁽²⁴⁾ Saúde 衛生		
⁽²⁵⁾ Economia 經濟		
⁽²⁶⁾ Finanças 財政		
⁽²⁷⁾ Banca 銀行		
⁽²⁸⁾ Tribunais/Justiça 法院/司法		
⁽²⁹⁾ Segurança 保安		
⁽³⁰⁾ Comunicação Social 傳媒		
⁽³¹⁾ Acção Social 社會工作		
⁽³²⁾ Turismo 旅遊		
⁽³³⁾ Desporto 體育		
⁽³⁴⁾ Transportes 交通		
⁽³⁵⁾ Obras Públicas 公共工程		
⁽³⁶⁾ Comércio 商業		
⁽³⁷⁾ Cultura 文化		
⁽³⁸⁾ Construção 建築		
⁽³⁹⁾ Restauração 修複		
⁽⁴⁰⁾ Outra. 其他 Qual? 哪一個		

13. Há quanto tempo desenvolve a actividade profissional que referiu 您從事您所指出的職業活動有多久?

14. É o seu primeiro emprego 那是否您的第一份工作?

⁽⁴¹⁾ Sim 是 (passe para a pergunta n.º18 請直接回答第 18 題)

⁽⁴²⁾ Não 否

15. Há quanto tempo mudou de emprego 轉工已有多久?

16. Indique a profissão/ocupação anterior 請說明您的前一份工作/職業.

17. Em que área e sector desenvolvía a sua actividade anterior 您以前在何領域和部門從事活動?

Área 領域	Sector Público 公共部門	Sector Privado 私營部門
⁽²³⁾ Educação 教育		
⁽²⁴⁾ Saúde 衛生		
⁽²⁵⁾ Economia 經濟		
⁽²⁶⁾ Finanças 財政		
⁽²⁷⁾ Banca 銀行		
⁽²⁸⁾ Tribunais/Justiça 法院/司法		
⁽²⁹⁾ Segurança 保安		
⁽³⁰⁾ Comunicação Social 傳媒		
⁽³¹⁾ Acção Social 社會工作		
⁽³²⁾ Turismo 旅遊		
⁽³³⁾ Desporto 體育		
⁽³⁴⁾ Transportes 交通		
⁽³⁵⁾ Obras Públicas 公共工程		
⁽³⁶⁾ Comércio 商業		
⁽³⁷⁾ Cultura 文化		
⁽³⁸⁾ Construção 建築		
⁽³⁹⁾ Restauração 修複		
⁽⁴⁰⁾ Outra. 其他 Qual 哪一個?		

18. Indique qual é a língua materna 請指出您的母語是哪一種 (considerada a primeira língua aprendida em contexto familiar 指在家庭環境學習的第一種語言):

Língua 語言	Sua 您	Pai 父親	Mãe 母親	Avô paterno 祖父	Avó paterna 祖母	Avô materno 外祖父	Avó materna 外祖母
⁽⁴³⁾ Chinês/Cantonês 中文/粵語							
⁽⁴⁴⁾ Chinês/Mandarim 中文/普通話							
⁽⁴⁵⁾ Outros dialectos chineses 中國其他方言							
⁽⁴⁶⁾ Português 葡語							
⁽⁴⁷⁾ Inglês 英語							
⁽⁴⁸⁾ Tailandês 泰語							
⁽⁴⁹⁾ Coreano 朝鮮語							
⁽⁵⁰⁾ Tagalog 塔加羅語							
⁽⁵¹⁾ Outra 其他							
什麼語言 Qual?							

19. Indique qual é sua **língua corrente** 請指出您現在使用的語言 (considerada a primeira língua em que comunica regularmente no seu dia-a-dia e que pode ou não ser a sua língua materna 即您日常交流使用的語言, 可以是也可以不是您的母語):

⁽⁴³⁾ Chinês/ Cantonês 中文/粵語	⁽⁴⁴⁾ Chinês/ Mandarim 中文/普通 話	⁽⁴⁵⁾ Outros dialectos chineses 中國其他方言	⁽⁴⁶⁾ Português 葡萄牙語	⁽⁴⁷⁾ Inglês 英語	⁽⁴⁸⁾ Tailandês 泰語	⁽⁴⁹⁾ Coreano 朝鮮語	⁽⁵⁰⁾ Tagalog 塔加羅語	⁽⁵¹⁾ Outra. 其 他 Qual 那種 語言?

20. Para além da língua corrente indicada, costuma **comunicar regularmente** noutras línguas 除上述語言外, 您在日常交流中是否還使用其他語言?

⁽⁵²⁾ SIM 是

⁽⁵³⁾ NÃO 否 (passe para a pergunta n.º 22 請直接答第 22 題)

21. Indique qual é a **segunda língua em que costuma comunicar regularmente** 請指出您日常交流使用的第二種語言 (se for o caso, indique também uma terceira língua 如果有, 也請指出第三種語言):

Segunda Língua 第二語言		Terceira Língua 第三語言	
⁽⁴³⁾ Chinês/Cantonês 中文/粵語		⁽⁴³⁾ Chinês/Cantonês 中文/粵語	
⁽⁴⁴⁾ Chinês/Mandarim 中文/普通話		⁽⁴⁴⁾ Chinês/Mandarim 中文/普通話	
⁽⁴⁵⁾ Outros dialectos chineses 中國其他方言		⁽⁴⁵⁾ Outros dialectos chineses 中國其他方言	
⁽⁴⁶⁾ Português 葡語		⁽⁴⁶⁾ Português 葡語	
⁽⁴⁷⁾ Inglês 英語		⁽⁴⁷⁾ Inglês 英語	
⁽⁴⁸⁾ Tailandês 泰語		⁽⁴⁸⁾ Tailandês 泰語	
⁽⁴⁹⁾ Coreano 朝鮮語		⁽⁴⁹⁾ Coreano 朝鮮語	
⁽⁵⁰⁾ Tagalog 塔加羅語		⁽⁵⁰⁾ Tagalog 塔加羅語	
⁽⁵¹⁾ Outra. 其他語言 Qual 哪一種?		⁽⁵¹⁾ Outra. 其他 Qual 哪一種?	

22. Das seguintes **línguas estrangeiras**, assinale as que conhece e o grau de conhecimento 請在以下外語中選擇您認識的語言並指出認識的程度:

Língua 語言	⁽⁵⁴⁾ Compreende 聽	⁽⁵⁵⁾ Fala 說	⁽⁵⁶⁾ Lê 讀	⁽⁵⁷⁾ Escreve 寫
Inglês 英語				
Francês 法語				
Alemão 德語				
Português 葡語				
Espanhol 西班牙語				
Japonês 日語				
Hindi 印地語				
Russo 俄語				
Outra 其他. Qual 什麼語言?				

23. Indique as línguas que considera de maior utilidade, numerando-as por ordem de importância 請指出您使用最多的語言並按使用的程度標出次序

(de 1 – mais importante 最重要 a 16 – menos importante 最不重要):

Língua 語言	Em Macau 在澳門	Na China 在中國	Na Ásia 在亞洲	Na Europa 在歐洲	Internacionalmente 國際上
⁽⁵⁸⁾ Alemão 德語					
⁽⁵⁹⁾ Árabe 阿拉伯語					
⁽⁶⁰⁾ Chinês/Cantonês 中文/粵語					
⁽⁶¹⁾ Chinês/Mandarim 中文/普通話					
⁽⁶²⁾ Dialectos chineses (outros) 中國其他方言					
⁽⁶³⁾ Espanhol 西班牙語					
⁽⁶⁴⁾ Francês 法語					
⁽⁶⁵⁾ Hindi 印地語					
⁽⁶⁶⁾ Inglês 英語					
⁽⁶⁷⁾ Japonês 日語					
⁽⁶⁸⁾ Português 葡語					
⁽⁶⁹⁾ Tailandês 泰語					
⁽⁷⁰⁾ Coreano 朝鮮語					
⁽⁷¹⁾ Tagalog 塔加羅語					
⁽⁷²⁾ Russo 俄語					
⁽⁷³⁾ Outra 其他. Qual 什麼語言?					

24. Da lista que se segue, escolha 4 razões que considere mais importantes para a sua **decisão de aprender português** 請從下面表格中選出 4 向您認為比較重要的促使您決定學習葡語的理由 (ordenando-as de 依次從 1 – mais importante 最重要 a 4 – menos importante 相對不重要):

⁽⁷⁴⁾ <input type="checkbox"/> Saber português pode ser uma vantagem para obter um emprego no meu país. 會葡語可能在國內找工作時有優勢	⁽⁷⁵⁾ <input type="checkbox"/> Saber português é indispensável para a minha vida profissional. 本人的職業必須使用葡語
⁽⁷⁶⁾ <input type="checkbox"/> A Língua Portuguesa é falada internacionalmente. 葡語是一種國際語言	⁽⁷⁷⁾ <input type="checkbox"/> Tenho nacionalidade portuguesa. 本人的國籍是葡國籍
⁽⁷⁸⁾ <input type="checkbox"/> O Português é Língua Oficial em Timor. 葡語是東帝汶的官方語言	⁽⁷⁹⁾ <input type="checkbox"/> Para obter um diploma de certificação. 為了獲得語言證書
⁽⁸⁰⁾ <input type="checkbox"/> O Português é Língua Oficial em Macau. 葡語是澳門的官方語言	⁽⁸¹⁾ <input type="checkbox"/> Para manter o meu emprego tenho de saber português. 學習葡語是為了保住職業
⁽⁸²⁾ <input type="checkbox"/> É útil saber línguas europeias. 對學習歐洲語言有幫助	⁽⁸³⁾ <input type="checkbox"/> Tenho familiares portugueses. 家有葡萄牙人
⁽⁸⁴⁾ <input type="checkbox"/> Para trabalhar em Portugal, no Brasil ou na África Lusófona. 為在葡萄牙、巴西和非洲葡語國家工作	⁽⁸⁵⁾ <input type="checkbox"/> Para conhecer a cultura de um país que tem relações históricas com Macau. 了解一個與澳門有歷史關係之國家的文化
⁽⁸⁶⁾ <input type="checkbox"/> Para progressão na minha carreira profissional. 職務晉升需要	⁽⁸⁷⁾ <input type="checkbox"/> Por imposição da organização onde trabalho. 工作環境需要
⁽⁸⁸⁾ <input type="checkbox"/> Quero conhecer pessoas novas. 想認識新朋友	⁽⁸⁹⁾ <input type="checkbox"/> Tenho amigos portugueses. 結識了葡萄牙朋友
⁽⁹⁰⁾ <input type="checkbox"/> Outra razão 其他原因. Qual 什麼原因?	

25. Na sua actividade profissional, **usa o português** para 您在職業活動中用葡語是為了 (responda apenas se tem uma actividade profissional 您如果從事職業活動才回答此問):

⁽⁹¹⁾ <input type="checkbox"/> Responder oralmente a utentes do meu serviço. 工作中與用戶口頭應答	⁽⁹²⁾ <input type="checkbox"/> Comunicar oralmente em reuniões de trabalho. 工作會議中作口頭交流
⁽⁹³⁾ <input type="checkbox"/> Comunicar por escrito (ler e escrever documentos). 書面交流 (閱讀和書寫文件)	⁽⁹⁴⁾ <input type="checkbox"/> Traduzir para outra língua documentos escritos em português. 將葡語書面文件翻譯成其他語言
⁽⁹⁵⁾ <input type="checkbox"/> Comunicar com pessoas de outros países na minha área profissional. 在我的職業領域需要與來自其他國家的人員交流	⁽⁹⁶⁾ <input type="checkbox"/> Traduzir para português documentos escritos noutra língua. 將其他語言的書面文件翻譯成葡語
⁽⁹⁷⁾ <input type="checkbox"/> Não usa. 不用葡語	⁽⁹⁸⁾ <input type="checkbox"/> Outra situação. 其他情況下使用 Qual 哪種情況? _____

26. Para si, **aprender português** 您覺得學習葡語 (assinale apenas 4 opções 只能選擇四項):

⁽⁹⁹⁾ <input type="checkbox"/> É muito fácil. 很容易	⁽¹⁰⁰⁾ <input type="checkbox"/> É divertido. 很有意思
⁽¹⁰¹⁾ <input type="checkbox"/> É muito difícil. 很難	⁽¹⁰²⁾ <input type="checkbox"/> É preciso muito tempo. 需要很多時間
⁽¹⁰³⁾ <input type="checkbox"/> É natural, é a minha língua. 很自然, 就是我自己的語言	⁽¹⁰⁴⁾ <input type="checkbox"/> Só com muita dedicação. 需要學得很努力
⁽¹⁰⁵⁾ <input type="checkbox"/> É quase impossível. 幾乎不可能	⁽¹⁰⁶⁾ <input type="checkbox"/> É interessante. 很有趣
⁽¹⁰⁷⁾ <input type="checkbox"/> É fundamental. 很重要	⁽¹⁰⁸⁾ <input type="checkbox"/> É útil. 很有用
⁽¹⁰⁹⁾ <input type="checkbox"/> Outra situação. 其他情形 Qual 哪種?	

27. Em português, **costuma falar** 習慣說葡語:

Situação 場合	⁽¹¹⁰⁾ Sempre 經常	⁽¹¹¹⁾ Frequentemente 一般	⁽¹¹²⁾ Raramente 很少	⁽¹¹³⁾ Nunca 從不
Com amigos ou conhecidos (fora do local de trabalho e da escola) 與朋友 或熟人 (工作場所或學校之外)				
Com familiares 與家人				
Com professores (fora das aulas) 與老師 (在 課堂外)				
Em situações do dia a dia 日常生活中				
Nas aulas 課堂上				
Em casa 在家中				
Local de trabalho no desempenho da actividade profissional 職業工作場所				
Outra situação. 其他場合 Qual 什麼場合?				

28. Há quanto tempo estuda português 學習葡語有多久) _____
(indique, de forma o mais aproximada possível, o número total de anos, sem considerar interrupções 盡可能準確地指出總年數, 中間中斷的時間忽略不計)

29. Pretende continuar a estudar português 還想繼續學葡語嗎? ⁽¹¹⁴⁾ SIM 想 ⁽¹¹⁵⁾ NÃO 不想

30. Já esteve alguma vez em Portugal 去過葡萄牙嗎? ⁽¹¹⁴⁾ SIM 去過 ⁽¹¹⁵⁾ NÃO 沒去過

31. Se respondeu SIM na pergunta anterior, indique 如果回答去過, 請指出 (em relação à última vez em que esteve 最后一次去的):

Local onde esteve 地點 _____

Quando esteve (mês/ano) 時間 (月/年) _____

Em que situação esteve 因何原因:

⁽¹¹⁶⁾ Férias 度假	⁽¹¹⁷⁾ Visitar familiares 探望家人	⁽¹¹⁸⁾ Em trabalho 工作	⁽¹¹⁹⁾ Estágio Profissional 實習	⁽¹²⁰⁾ Estudar 求學	⁽¹²¹⁾ Outra situação. Qual? 其他情形。何種情形?

32. Indique com que frequência realiza cada uma das seguintes actividades:

請指出您進行下列每一項活動的頻率

Actividade 活動	⁽¹²²⁾ Diariamente /quase 幾乎每天	⁽¹²³⁾ 1 vez por semana 每周一 次	⁽¹²⁴⁾ Raramente 很少	⁽¹²⁵⁾ Nunca 從不
Ver televisão 看電視				
Ler livros (sem ser de estudo) 讀書 (非學習需要)				
Ler revistas 讀雜誌				
Ler jornais 讀報				
Ver filmes (vídeo em casa) 看電影 (在家看影帶)				
Ouvir rádio 聽收音機				
Ouvir música gravada (CD's/Cassetes) 聽音樂 (CD/卡帶)				
Consultar internet 上網				
Consultar livros de estudo 查找學習書籍				

33. Indique com que frequência realiza cada uma das seguintes actividades:

請指出進行下列每一項活動的頻率

Actividade 活動	⁽¹²⁶⁾ 1 vez por mês 每月一次	⁽¹²⁷⁾ menos de 1 vez por mês 每月少於一次	⁽¹²⁸⁾ Raramente 很少	⁽¹²⁹⁾ Nunca 從不
Ir ao teatro 看戲				
Ver exposições 看展覽				
Ir a bibliotecas 去圖書館				
Ir a museus 去博物館				
Ir a concertos de música erudita/clássica 聽古典音樂會				
Ir a concertos de música popular/moderna 聽民間/現代音樂會				
Ir ao cinema 去電影院				
Assistir a eventos desportivos 看體育比賽				

34. Indique com que frequência realiza cada uma das seguintes actividades:

請指出進行下列每一項活動的頻率

Actividade 活動	⁽¹³⁰⁾ Diariamente /quase 幾乎每天	⁽¹³¹⁾ 1 vez por semana 每周一次	⁽¹³²⁾ 1 vez por mês 每月一次	⁽¹³³⁾ Raramente 很少	⁽¹³⁴⁾ Nunca 從不
Ir ao café 去咖啡廳					
Passear em Centros Comerciais 逛街					
Ir à missa ou cerimónias religiosas 參加彌撒或宗教儀式					
Ir a discotecas/bares 去迪斯科廳/酒吧					
Receber/visitar amigos 接待/探訪朋友					
Sair para jantar/almoçar com amigos. 外出與朋友吃晚餐/午餐					

35. Em PORTUGUÊS, com que frequência realiza cada uma das seguintes actividades:

請指出用葡語進行下列每一項活動的頻率

Actividade 活動	⁽¹³⁵⁾ Diariamente /quase 幾乎每天	⁽¹³⁶⁾ 1 vez por semana 每周一次	⁽¹³⁷⁾ 1 vez por mês 每月一次	⁽¹³⁸⁾ Raramente 很少	⁽¹³⁹⁾ Nunca 從不
Ver televisão 看電視					
Ler livros (sem ser de estudo) 讀書 (非學習需要)					
Ler revistas 讀雜誌					
Ler jornais 讀報					
Ver filmes (video em casa) 看電影 (在家看影帶)					
Ouvir rádio 聽收音機					
Ouvir música gravada (CD's/Cassetes) 聽音樂 (CD/卡帶)					
Consultar internet 上網					
Consultar livros de estudo 查找學習書籍					

36. Em PORTUGUÊS, com que frequência realiza cada uma das seguintes actividades:

請指出用葡文進行下列每一項活動的頻率

Actividade 活動	⁽¹⁴⁰⁾ 1 vez por semana 每周一次	⁽¹⁴¹⁾ 1 vez por mês 每月一次	⁽¹⁴²⁾ 1 vez por ano 每年一次	⁽¹⁴³⁾ Raramente 很少	⁽¹⁴⁴⁾ Nunca 從不
Ir ao teatro 看戲劇					
Ver exposições 看展覽					
Ir a bibliotecas 去圖書館					
Assistir a colóquios/debates 參加座談會					
Ir a concertos de música erudita/clássica 去聽古典音樂會					
Ir a concertos de música popular/moderna 去聽民間/現代音樂會					
Assistir a sessões de cinema 看電影					
Assistir a lançamentos de livros 參加書籍發行儀式					

37. Indique até 3 figuras da cultura portuguesa e a área a que cada uma pertence:

請說出三個與葡萄牙文化有關的人物形象及其所屬領域

FIGURA 人物形象	ÁREA 領域

38. Costuma conviver com pessoas de origem 經常相處的人們來自:

Origem 國家:	⁽¹⁴⁵⁾ Com muita frequência 經常	⁽¹⁴⁶⁾ Com alguma frequência 有時候	⁽¹⁴⁷⁾ Com pouca frequência 偶爾	⁽¹⁴⁸⁾ Com nenhuma frequência 從不
Chinesa 中國				
Macaense 澳門土生				
Portuguesa 葡萄牙				
Outra 其他. Qual 哪國人? _____				

39. Na sua opinião a Língua e a Cultura Portuguesas em Macau 您認為葡萄牙語言文化(selecione apenas 4 opções ordenando-as por ordem de importância em que 1 é mais importante e 4 é menos importante 只能有四個選擇並請按 1 至 4 的順序排列, 1 為最重要, 4 為最不重要):

⁽¹⁴⁹⁾ Farão sempre parte da História do território 永遠將成為澳門歷史的一部分	
⁽¹⁵⁰⁾ Vão desaparecer dentro de pouco tempo 很快就會消失	
⁽¹⁵¹⁾ Tornam Macau diferente de outras cidades da China 使澳門不同於中國其他城市	
⁽¹⁵²⁾ São uma característica da comunidade macaense 是澳門土生社群的一個特色	
⁽¹⁵³⁾ Só são importantes para os portugueses que vivem cá 對生活在這裡的葡萄牙人才重要	
⁽¹⁵⁴⁾ São importantes para o desenvolvimento turístico 對發展旅遊很重要	
⁽¹⁵⁵⁾ Ligam Macau ao resto do mundo 將澳門與世界其他地方連接起來	
⁽¹⁵⁶⁾ São importantes para a ligação da China a outros países 對中國與其他國家間的聯繫很重要	
⁽¹⁵⁷⁾ São importantes para os negócios 對貿易發展很重要	
⁽¹⁵⁸⁾ Contribuem para a promoção internacional de Macau 對澳門的國際形象有幫助	
⁽¹⁵⁹⁾ São importantes para quem quer ir viver para fora de Macau 對那些想到澳門以外地方生活的人們很重要	
⁽¹⁶⁰⁾ Só têm importância para a administração, e mesmo assim por pouco tempo 對澳門的行政比較重要, 但這也是短期的	
Outra situação. 其他場合 Qual 什麼場合?	

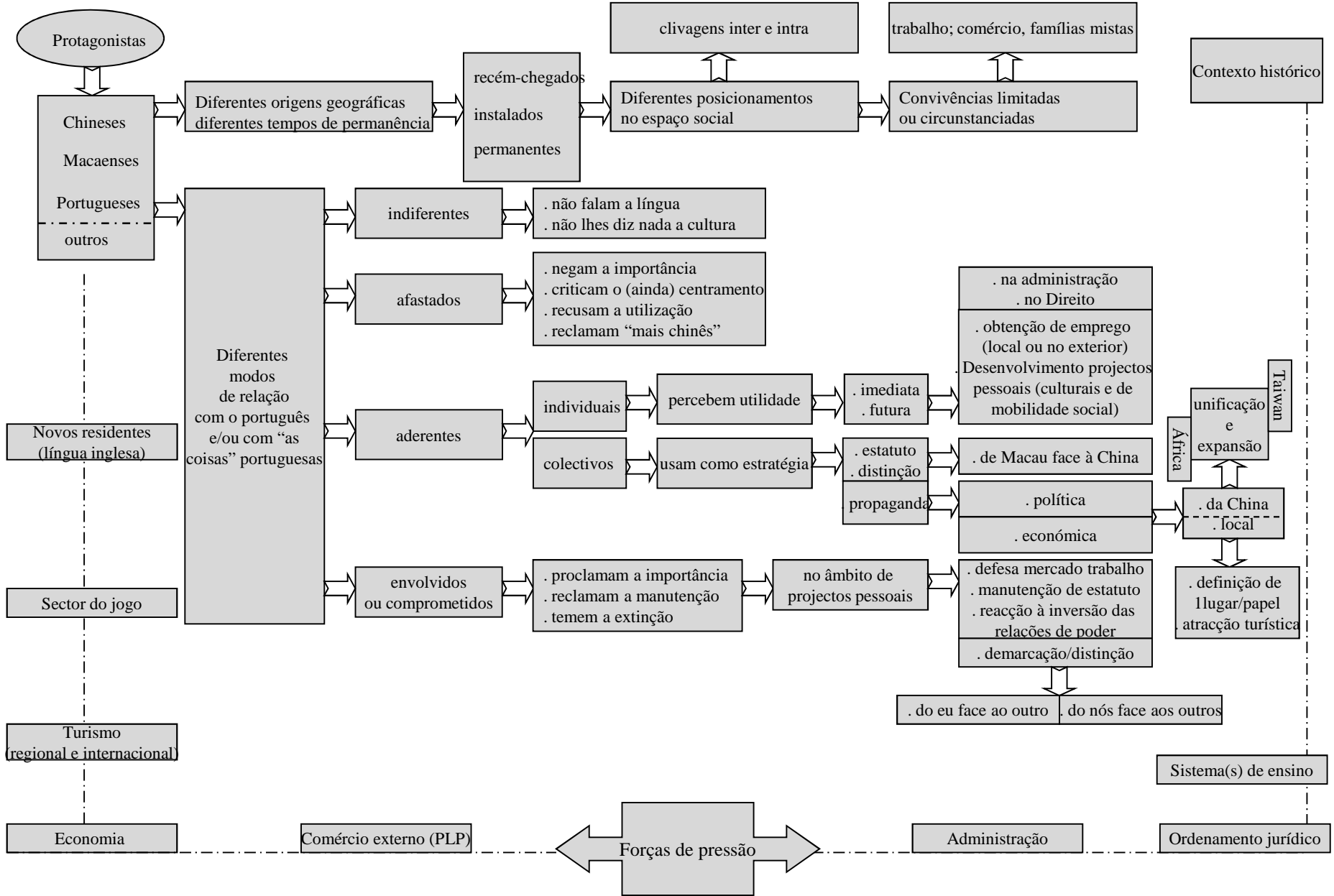
40. Indique três aspectos que considere características específicas de Macau:

請您指出三個您認為最具澳門特色的方面

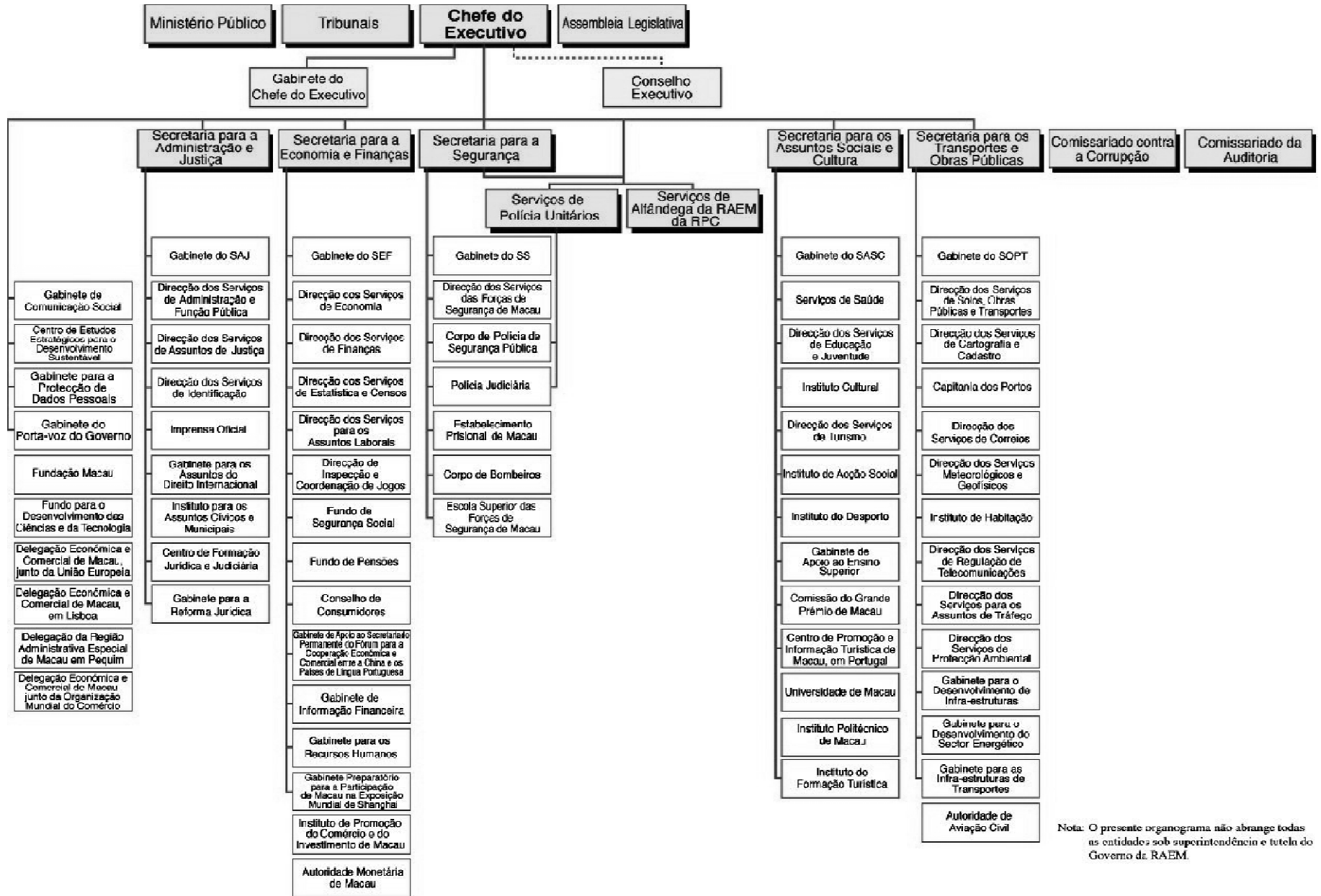
1. _____
2. _____
3. _____

Obrigada pela sua colaboração 多謝合作.

Síntese de Resultados



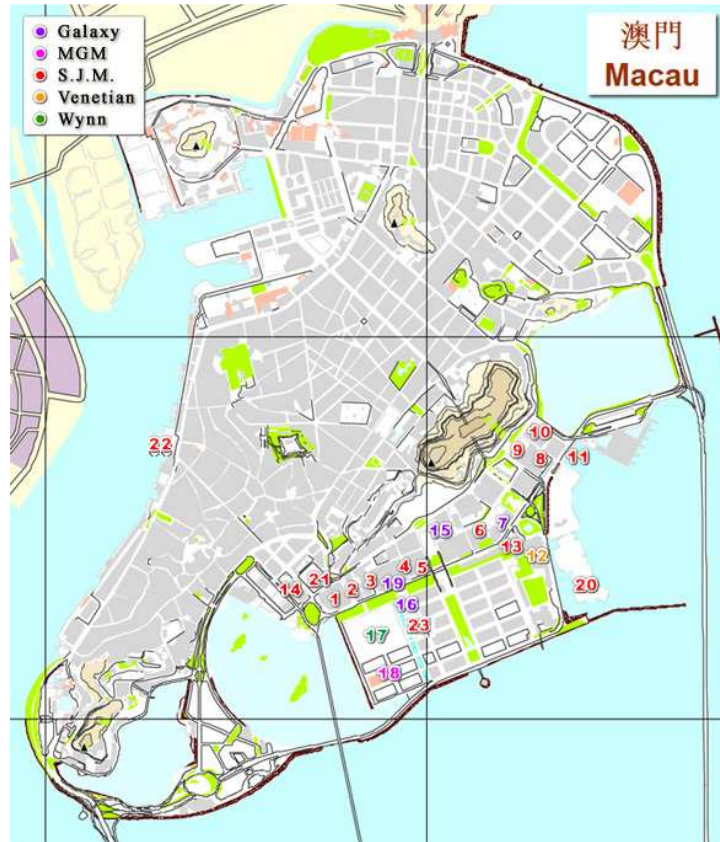
Organograma do Governo da RAEM



Nota: O presente organograma não abrange todas as entidades sob superintendência e tutela do Governo da RAEM.

Anexo IV – Mapa de localização dos casinos

Mapa de localização dos casinos



Fonte: Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos
<http://www.dicj.gov.mo/map/indexMacau.htm> e <http://www.dicj.gov.mo/map/indexTaipa.htm>

DOCUMENTO A

DECRETO-LEI N.º 33/82/M, DE 31 DE JULHO (Artigo 11º)

1. O ensino suplementar da Língua e Cultura Portuguesas engloba os seguintes graus:

a) Grau I - Curso de Língua Portuguesa, de nível correspondente ao ensino primário elementar (4º ano de escolaridade);

b) Grau II - Curso de Língua e Cultura Portuguesas, de nível correspondente ao ciclo preparatório (6º ano de escolaridade);

c) Grau III - Curso de Língua e Cultura Portuguesas, de nível correspondente ao curso geral do ensino secundário (9º ano de escolaridade).

2. Quando reunidas as condições para o efeito, será, por despacho do Governador, instituído o Grau IV - Curso de Língua e Cultura Portuguesas, de nível correspondente ao curso complementar do ensino secundário.

DOCUMENTO B

PORTARIA N.º 154/90/M, DE 13 DE AGOSTO

(Fixa os conteúdos dos níveis linguísticos estabelecidos na Lei n.º 5/90/M, de 30 de Julho)

MAPA I

PORTUGUÊS	NÍVEL	CHINÊS
<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar diferentes registos de língua; - Analisar um texto distinguindo o fundamental do acessório; - Debater as ideias contidas num texto; - Distinguir texto literário de texto não literário - Redigir com clareza e sentido estético 	V	<ul style="list-style-type: none"> - Saber analisar textos clássicos simples e traduzi-los para linguagem vernacular; - Ser capaz de elaborar composições, com sentido estético e um mínimo de 500 caracteres; - Ser capaz de redigir relatórios, pareceres, informações e propostas;
<ul style="list-style-type: none"> - Passar do português ao chinês e vice-versa, de acordo com a situação; - Ouvir noticiário e recolher as ideias principais, - Dar parecer sobre assuntos da área do seu trabalho; - Fazer uma exposição oral; - Ler um jornal e fazer resumo de artigos lidos; - Elaborar um relatório. 	IV	<ul style="list-style-type: none"> - Saber analisar textos literários e não literários; - Saber empregar figuras de estilo; - Ser capaz de resumir, desenvolver e recontar um texto; - Ser capaz de elaborar composições com um mínimo de 400 caracteres; - Ser capaz de redigir ofícios, avisos, anúncios, circulares, actas e outras formas de correspondência;
<ul style="list-style-type: none"> - Expressar-se de forma correcta e clara, adequando o discurso às diferentes situações de comunicação; - Interpretar informações ouvidas ou lidas e reproduzi-las correctamente; - transmitir resumidamente uma mensagem ouvida ou lida; - Participar em debates (argumentar, criticar, perguntar, responder, discriminar, justificar); - Interpretar e distinguir diferentes tipos de texto (funcional, jornalístico, narrativo, etc.); - Elaborar o seu próprio texto (funcional ou não) segundo os modelos aprendidos; - Descrever de modo organizado personagens e locais; - Compreender e utilizar vocabulário diversificado, distinguindo o seu valor denotativo dos valores conotativos mais frequentes. 	III	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer no mínimo, 2200 caracteres; - Saber distinguir diferentes tipos de textos; - Ser capaz de elaborar composições, com um mínimo de 300 caracteres; - Saber empregar advérbios, preposições, conjunções, interjeições e expletivas; - Conhecer as figuras de estilo mais correntes: comparação, metáfora, personificação, etc.; - Ser capaz de discutir assuntos ou temas relacionados com a Administração Pública.
<ul style="list-style-type: none"> - Participar em quaisquer situações de comunicação do quotidiano; - Nível limiar do português, no domínio da oralidade e da escrita; - Falar do presente, do passado e do futuro; - Narrar acontecimentos do seu quotidiano; - Falar sobre coisas: concordar, criticar, explicar; - Ler pequenas notícias. 	II	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer, no mínimo, 1500 caracteres; - Saber empregar os sinais de pontuação; - Saber empregar substantivos, adjectivos, pronomes, numerais e verbos; - Conhecer o uso dos advérbios, preposições, conjunções, interjeições e expletivas; - Saber converter discurso directo em indirecto, voz activa em passiva e frase declarativa em interrogativa e vice-versa; - Ser capaz de construir frases compostas; - Ser capaz de elaborar composições com um mínimo de 200 caracteres; - Ser capaz de redigir bilhetes e cartas simples; - Saber consultar dicionários, a partir de radicais; - Ser capaz de abordar, em linguagem mais elaborada, assuntos ou temas, relacionados com a sociedade. Educação, cultura, saúde, economia, indústria, turismo, etc.;
<ul style="list-style-type: none"> - Comunicar em situações da vida corrente; - Realizar certos actos sociais (apresentações, cumprimentos, saudações, despedidas); - Concordar e discordar; - Dar e receber ordens; - Informar-se e informar, etc.; - Empregar um vocabulário rigorosamente seleccionado e um número de estruturas, sem distinção rígida entre a capacidade de produção e a capacidade de compreensão. 	I	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer, no mínimo, 800 caracteres; - Conhecer o uso dos sinais de pontuação; - Conhecer o uso dos substantivos, adjectivos, pronomes, numerais e verbos; - Ser capaz de construir frases simples; - Ser capaz de abordar, em linguagem simples, assuntos ou temas relacionados com o indivíduo: família, emprego, tempos livres, etc.; - Ser capaz de pronunciar, com correcção, as estruturas verbais utilizadas na comunicação.

DOCUMENTO C

Universidade de Macau (UMAC)

Faculdade	Língua veicular	Português
Faculdade de Gestão de Empresas (FBA)		
Contabilidade	Inglês	LE opção
Informática de Gestão		
Economia e Finanças Internacionais		
Finanças		
Gestão de Jogos		
Negócios Internacionais		
Gestão Geral		
Marketing		
Faculdade de Ciências da Educação (FED)		
Ciências da Educação (em chinês)	Chinês	LE opção
Ciências da Educação (em inglês)	Inglês	
Ciências da Educação (Matemática)	Inglês	
Faculdade de Direito (FLL)		
Direito em língua chinesa	Chinês	Obrigatório
Direito em língua portuguesa	Português	-----
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FSH)		
Língua e Literatura Chinesas	Chinês	LE opção
Jornalismo e Comunicação Pública	Chinês	
Estudos sobre a China Contemporânea	Inglês	
Economia	Inglês	
Estudos Japoneses	Japonês	
Psicologia	Inglês	
Estudos Ingleses (Curso geral)	Inglês	
Estudos Ingleses (Especialização em Comunicação)	Inglês	
Administração Pública	Chinês	-----
Língua e Cultura Portuguesas	Português	
Estudos Portugueses	Português	
Faculdade de Ciências e Tecnologia (FST)		
Engenharia Civil	Inglês	LE opção
Engenharia Electrotécnica		
Engenharia Electromecânica		
Engenharia Informática		

Instituto Politécnico de Macau (IPM)

Escola	Língua veicular	Português
Escola Superior de Artes (ESA)		
Comunicação Gráfica (licenciatura)	Cantonês	N/referido
Design (licenciatura)	Cantonês	N/referido
Design (bacharelato)	Cantonês	LE de opção
Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE)		
Comércio (bacharelato)	Chinês e inglês	LE de opção
Comércio Electrónico (bacharelato)	Inglês	N/referido
Comércio Electrónico (licenciatura)	Inglês	N/referido
Relações Públicas (bacharelato)	Português e inglês	LE de opção em Inglês
Secretariado de Administração	Inglês	LE opção
Ciências de Gestão	Chinês e inglês	LE opção
Engenharia Electro-mecânica de manutenção e Gestão	Chinês	N/ referido
Escola Superior de Saúde (ESS)		
Técnicas de Diagnóstico e Terapêutica (bacharelato e licenciatura)	Chinês e inglês	LE opção
Enfermagem Geral (bacharelato)	Chinês e inglês	LE opção
Enfermagem (licenciatura)	Chinês e inglês	LE opção
Escola Superior de Línguas e Tradução (ESLT)		
Tradução Chinês/Inglês (bacharelato e licenciatura)	Chinês e inglês	LE opção
Tradução e Interpretação Chinês/Português	Chinês e português	-----
Escola Superior de Educação Física e Desporto (ESEFD)		
Educação Física e Desporto (bacharelato e licenciatura)	Chinês	LE opção
Escola Superior de Administração Pública (ESAP)		
Informática (bacharelato e licenciatura)	Inglês	LE opção
Serviço Social (bacharelato e licenciatura)	Cantonês	LE opção
Administração Pública (bacharelato e licenciatura)	Chinês e português	-----
Meteorologia (bacharelato)	Chinês e inglês	N/ referido

Instituto de Formação Turística (IFT)

Escola	Língua veicular	Português
Turismo	Inglês	LE opção*
Gestão Hoteleira		

LE obrigatória até Ano Lectivo 2002/2003

DOCUMENTO D

Número de alunos no IPM matriculados na disciplina de português

Cursos		99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10
BACHARELATO EM MÚSICA - RAMO EDUCACIONAL	Pós-Laboral	1º	11
		2º	14	10
		3º	17	13	9	2
BACHARELATO EM COMUNICAÇÃO GRÁFICA	Diurno	1º	20
		2º	14	18
		3º	12	14	17	1
	Pós-Laboral	1º	17
		2º	10	9
		3º	10	8	9
BACHARELATO EM ARTES VISUAIS - RAMO EDUCACIONAL	Pós-Laboral	1º	10
		2º	18	7
		3º	10	16	7	2
BACHARELATO EM SERVIÇO SOCIAL	Diurno	1º	50
		2º	44	48	5
		3º	41
	Pós-Laboral	1º	63
		2º	37	52	9	5	2
		3º	30
BACHARELATO EM INFORMÁTICA	Diurno	1º	19	25	5	23	15	18
		2º	14	20	2
	Pós-Laboral	1º	20	3	...	3	1	2	5	2
		2º	18	16	4

Cont.

Cursos			99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	Diurno	3º	15	23
BACHARELATO EM ENFERMAGEM GERAL	Diurno	1º	24	29	...	2	4	8	15	12	10
		2º	32	23	12	1	2	3	8	15	10	10	...
		3º	19	32	21	11	...	2	2	9	12	12	10
BACHARELATO EM TECNOLOGIA DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA	Diurno	1º	14	28	...	7	8	11	14	8	8	6	6
		2º	23	15	17	...	3	8	10	13	11	5	6
		3º	...	23	14	16	...	3	8	10	12	8	4
BACHARELATO EM COMÉRCIO	Diurno	1º	74	9	18	91	24	13	29	32	25	25	26
		2º	49	59
	Pós-Laboral	1º	76	29	14	12	2	1
		2º	52	69	19
BACHARELATO EM RELAÇÕES PÚBLICAS	Pós-Laboral	1º	17	4	3	6
		2º	14	12
		3º	6	14	12
BACHARELATO EM SECRETARIADO DE ADMINISTRAÇÃO	Pós-Laboral	1º	6
		2º	3
		3º	11	5
BACHARELATO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO	Diurno	1º	13
		2º	16	10
		3º	...	16	10
	Pós-Laboral	1º	21
		2º	25	19
		3º	15	24	16	1	2

Cont.

Cursos		99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10
BACHARELATO EM TRADUÇÃO CHINÊS-INGLÊS	Diurno	1º	20	49	48	21	...
		2º	19	43	44	...
	Pós-Laboral	1º	21	...	11	12	12	...
		2º	18	...	10	10	10

Fonte: IPM

DOCUMENTO E
Número de alunos graduados no IPM - Cursos em Língua Portuguesa

Programas	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10	
BACHARELATO EM COMUNICAÇÃO GRÁFICA	---	---	---	---	---	---	8	7	6	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
BACHARELATO EM RELAÇÕES PÚBLICAS	---	---	---	---	---	---	31	3	---	---	13	---	1	---	---	---	---	---	---	
BACHARELATO EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO	---	---	---	---	4	4	4	29	8	12	13	9	14	14	22	15	26	8	3	
CURSO COMPLEMENTAR DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO - LICENCIATURA	---	---	---	---	---	---	18	10	29	8	10	13	9	12	13	22	17	22	---	
CURSO COMPLEMENTAR DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO	---	---	30	35	74	16	2	5	---	4	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
CURSO BÁSICO	24	39	43	38	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	
BACHARELATO EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO CHINÊS-PORTUGUÊS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	41	30	
CURSO COMPLEMENTAR DE LICENCIATURA EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO CHINÊS-PORTUGUÊS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	33

Programas	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10
BACHARELATO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO PARA PROFESSORES EM EXERCÍCIO	---	---	---	---	21	12	10	14	1	-	---	---	---	---	---	---	---	---	---
CURSO COMPLEMENTAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO PARA PROFESSORES EM EXERCÍCIO - LICENCIATURA	---	---	---	---	-	12	12	9	12	1	---	---	---	---	---	---	---	---	---
BACHARELATO EM SERVIÇO SOCIAL	---	---	---	---	---	---	27	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
BACHARELATO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	11	---	19	19	13	8	7	8
CURSO COMPLEMENTAR DE LICENCIATURA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	11	16	15	10	10	7
DIPLOMA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	12	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: IPM

DOCUMENTO F

Número de alunos de licenciatura no Departamento de Português (1995/1996-2010/2011)

Ano	Departamento	Curso	Nº de alunos
1995/96	Instituto de Estudos Portugueses	Estudos Portugueses	14
		Língua e Cultura Portuguesas	32
		Tradução/Interpretação	94
1996/97	Instituto de Estudos Portugueses	Estudos Portugueses	2
		Língua e Cultura Portuguesas	25
		Tradução/Interpretação	141
1997/98	Instituto de Estudos Portugueses	Língua e Cultura Portuguesas	14
		Formação de Professores de Português para o ensino primário (bacharelato)	12
1998/99	Instituto de Estudos Portugueses	Língua e Cultura Portuguesas	5
		Formação de Professores de Português para o ensino primário (bacharelato)	24
1999/00	Instituto de Estudos Portugueses	Formação Complementar de Professores de Português para o ensino primário	12
		Formação de Professores de Português para o ensino primário (bacharelato)	17
2000/01	Departamento de Português	Formação Complementar de Professores de Português para o ensino primário	12
		Formação de Professores de Português para o ensino primário (bacharelato)	12
2001/02	Departamento de Português	Formação de Professores de Português para o ensino primário (bacharelato)	7
2002/03	Departamento de Português	Formação Complementar de Professores de Português para o ensino primário	1
		Estudos Portugueses	9
		Formação de Professores de Português para o ensino primário (bacharelato)	7
2003/04	Departamento de Português	Formação Complementar de Professores de Português para o ensino primário	9
		Estudos Portugueses	23
2004/05	Departamento de Português	Estudos Portugueses	66
2005/06	Departamento de Português	Língua e Cultura Portuguesas - Curso Geral	2
		Estudos Portugueses	117
		Formação de Professores de Português para o ensino primário (bacharelato)	1
2006/07	Departamento de Português	Estudos Portugueses	162
		Formação Complementar de Professores de Português para o ensino primário	3
2007/08	Departamento de Português	Estudos Portugueses	197
2008/09	Departamento de Português	Estudos Portugueses	214
2009/10	Departamento de Português	Estudos Portugueses	210
2010/11	Departamento de Português	Estudos Portugueses	227

Fonte: UMAC

DOCUMENTO G

Legislação relacionada com o ensino e ensino da língua portuguesa

1977

Decreto- Lei n.º 22/77/M, de 25 de Junho

Aprova o Regulamento de Ensino Primário Luso-Chinês.

Lei n.º 11/77/M, de 22 de Outubro

Concede ao ensino particular de fins não lucrativos o devido apoio do Estado.

Lei n.º 13/77/M, de 31 de Dezembro

Dá nova redacção aos artigos 7.º e 9.º da Lei n.º 11/77/M, de 22 de Outubro (Concessão ao ensino particular de fins não lucrativos do devido apoio do Estado).

1978

Decreto-Lei n.º 39/78/M, de 23 de Dezembro

Cria, na Escola do Magistério Primário de Macau, um curso de habilitação de professores de Língua Portuguesa do Ensino Primário Luso-Chinês, com a duração de dois anos.

Decreto-Lei n.º 41/78/M, de 30 de Dezembro

Dá nova redacção ao artigo 136.º do Regulamento do Ensino Primário Luso-Chinês, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 22/77/M, de 25 de Junho, e cria novos lugares no quadro pessoal docente da Escola do Ensino Primário Luso-Chinês (habilitações dos professores de língua chinesa).

Portaria n.º 33/78/M, de 25 de Fevereiro

Estabelece normas regulamentares do apoio a conceder aos estabelecimentos de ensino particular de fins não lucrativos.

1979

Decreto-Lei n.º 11/79/M, de 5 de Maio

Dá nova redacção ao artigo 138.º do Regulamento do Ensino Primário Luso-Chinês, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 22/77/M, de 25 de Julho (prova de conhecimentos da língua portuguesa por parte dos professores de língua chinesa).

Decreto-Lei n.º 25/79/M, de 8 de Setembro

Estabelece medidas respeitantes à transição de professores de serviço eventual de Língua Chinesa do quadro do Ensino Primário Luso-Chinês para os lugares do quadro de professor de Língua Chinesa.

Decreto-Lei n.º 31/79/M, de 20 de Outubro

Estabelece o quantitativo das bolsas de estudo a conceder a estudantes de Macau que prossigam estudos que não tenham equivalentes no território, ou que frequentam estudos mais adiantados em Portugal, ou em países estrangeiros.

Decreto-Lei n.º 35/79/M, de 27 de Outubro

Referente à criação de um curso de habilitação de professores de Língua Portuguesa do Ensino Primário Luso-Chinês.

1980

Decreto-Lei n.º 5/80/M, de 8 de Março

Atribui à Direcção dos Serviços de Educação e Cultura a competência de declaração de equivalência ao curso do magistério primário dos cursos ministrados em escolas chinesas.

Decreto-Lei n.º 49/80/M, de 28 de Julho

Obriga ao uso da língua portuguesa nas facturas e recibos utilizados nas compras e vendas de bens e serviços.

Decreto-Lei n.º 28/80/M, de 16 de Agosto

Unifica os grupos, subgrupos, disciplinas e especialidades dos ensinos liceal e técnico-profissional e fixa as habilitações consideradas como próprias e suficientes para o ensino secundário.

Decreto-Lei n.º 74/80/M, de 30 de Setembro

Fixa o número de bolsas de estudo a atribuir aos estudantes do ensino particular (ano lectivo de 1980/1981).

Decreto-Lei n.º 53/80/M, de 31 de Dezembro

Aumenta lugares nos quadros de diversos Serviços Públicos. Fixa subsídios a conceder: à Associação Promotora da Instrução dos Macaenses e ao Colégio D. Bosco para manutenção do ensino técnico profissional; ao Consulado-Geral de Portugal em Hong Kong, para a difusão e ensino da língua portuguesa em escolas oficiais e colégios.

1981

Decreto-Lei n.º 16/81/M, de 9 de Maio

Estabelece níveis de aprendizagem de frequência escolar para os alunos matriculados pela primeira vez, no ano lectivo de 1980/1981, nos cursos nocturnos a que se refere o artigo 99.º, do Decreto-Lei n.º 22/77/M, de 25 de Junho.

Despacho n.º 34/81/M, de 30 de Junho

Torna obrigatório o uso da língua portuguesa em impressos e tabuletas relacionados com o exercício das profissões médicas e outras correlativas.

Portaria n.º 146/81/M, de 19 de Setembro

Dá nova redacção ao n.º 3 do artigo 9.º da Portaria n.º 33/78/M, de 28 de Fevereiro (Apoio a estabelecimentos de ensino particular de fins não lucrativos).

Decreto-Lei n.º 46/81/M, de 19 de Dezembro

Cria a Escola de Turismo e de Indústria Hoteleira de Macau.

Decreto-Lei n.º 42/81/M, de 19 de Dezembro

Eleva os quantitativos das bolsas de estudo estabelecidos no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 31/79/M, de 20 de Outubro, a conceder a estudantes de Macau para frequentar estabelecimentos de ensino em Portugal.

Decreto-Lei n.º 52/81/M, de 31 de Dezembro

São acrescentados vários lugares nos quadros de diversos Serviços Públicos.

1982

Decreto-Lei n.º 30/82/M, de 24 de Julho

Estabelece o ensino preparatório para adultos.

Decreto-Lei n.º 32/82/M, de 31 de Julho

Estabelece o sistema de equivalências académicas.

Decreto-Lei n.º 33/82/M, de 31 de Julho

Estabelece o ensino suplementar de Língua e Cultura Portuguesas.

Decreto-Lei n.º 54/82/M, de 25 de Setembro

Dá nova redacção a vários artigos do Decreto-Lei n.º 27-F/79/M, de 28 de Setembro (Orgânica dos Serviços de Educação e Cultura), criando a Divisão da Difusão da Língua Portuguesa.

1983

Decreto-Lei n.º 19/83/M, de 13 de Março

Adita um número ao artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 32/82/M, de 31 de Julho. (Equivalências académicas).

Decreto-Lei n.º 20/83/M, de 19 de Março

Dá nova redacção aos artigos 1.º, 4.º, 5.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 30/82/M, de 24 de Julho. (Ensino Preparatório para Adultos).

Decreto-Lei n.º 43/83/M, de 21 de Novembro

Regulamenta o Serviço de Administração e Função Pública (SAFP).

Lei n.º 12/83/M, de 30 de Dezembro

Cria cargos públicos e altera categorias funcionais.

1984

Decreto-Lei n.º 86/84/M, de 11 de Agosto

Estabelece normas relativas ao provimento em cargos públicos.

1985

Despacho n.º 113/85, de 1 de Junho

Cria a “Comissão para a Implementação da Língua Chinesa” para estudo do incremento da utilização da língua chinesa pelos órgãos e agentes da Administração

Despacho n.º 30/ECT/85, de 14 de Setembro

Respeitante ao lançamento do Ensino Secundário Luso-Chinês.

1986

Decreto-Lei n.º 5/86/M, de 25 de Janeiro

Define medidas de normalização de papéis e impressos de uso geral na Administração Pública de Macau, consagrando a obrigatoriedade da utilização das línguas portuguesa e chinesa.

Decreto-Lei n.º 29/86/M, de 24 de Março

Define os princípios orientadores de recrutamento e selecção para os quadros dos serviços públicos.

Despacho Conjunto n.º 13/86, de 13 de Outubro

Prevê a organização pelos Serviços de Administração da Função Pública de cursos intensivos de português para funcionários que não dominem a língua portuguesa.

Decreto-Lei n.º 57/86/M, de 29 de Dezembro

Aprova a lei orgânica da Direcção dos Serviços de Assuntos Chineses.

Portaria n.º 183/86/M, de 29 de Dezembro

Reestrutura a Escola Técnica da Direcção dos Serviços de Assuntos Chineses, conferindo-lhe competência para formar intérpretes-tradutores de português e chinês, promover cursos de difusão de língua chinesa, avaliar e certificar o grau de conhecimento da língua chinesa e preparar terminologia técnico-científica em língua chinesa.

Portaria n.º 195/86/M, de 31 de Dezembro

Lança o “Programa de Estudos em Portugal – PEP”

1987

Portaria n.º 54/87/M, de 1 de Junho

Cria a “Comissão para a generalização do bilinguismo na Administração”, com natureza consultiva, para dar continuidade aos trabalhos da “Comissão para a implementação da língua chinesa” e acompanhar o processo de generalização das duas línguas.

Despacho n.º 7/GM/87, de 3 de Setembro

Fixa o número de candidatos a seleccionar para o “Programa de Estudos em Portugal – PEP”.

Portaria n.º 109/87/M, de 7 de Setembro

Cria o Centro de Difusão da Língua Portuguesa

Despacho n.º 80/GM/87, de 21 de Setembro

Nomeia a Comissão Instaladora do Centro de Difusão da Língua Portuguesa

Despacho 110/GM/87, de 7 de Dezembro

Introduz alterações à política de expansão da Difusão da Língua Portuguesa

Decreto-Lei n.º 68/87/M, de 26 de Outubro

Estabelece um intervalo legal entre a cessação de funções no Território de Macau e o reinício das funções em Portugal.

1988

Despacho n.º 8/GM/88, de 18 de Janeiro

Cria o Gabinete para a Tradução Jurídica, para coordenação do trabalho de tradução para chinês das leis vigentes em Macau e elaboração de glossário jurídico luso-chinês.

Postura de afixação de material de propaganda e publicidade na cidade de Macau, do Leal Senado, de 18 de Janeiro

Determina que as inscrições do material de propaganda e publicidade devem ser feitas nas línguas portuguesa e chinesa.

Decreto-Lei n.º 15/88/M, de 29 de Fevereiro

Procede à revisão de diversos diplomas sobre o regime Jurídico da Função Pública.

Declaração Conjunta, publicada no Boletim Oficial de Macau a 6 de Junho

Publicação do texto da *Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau*; rubricada em Pequim em 26 de Março de 1987, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 38-A/87 e publicada no Diário da República n.º 23, I Série de 28 de Janeiro de 1988)

Decreto-Lei n.º 71/88/M, de 8 de Agosto

Regula o regime de contratação além do quadro do pessoal que frequente o “Plano de Estudos em Portugal – PEP”.

Portaria n.º 126/88/M, de 8 de Agosto

Aprova os princípios reguladores do “Programa de Estudos em Portugal – PEP”, alterando a Portaria n.º 195/86/M, de 31 de Dezembro, que revoga.

Lei n.º 23/88/M, de 15 de Agosto

Regula a atribuição de incentivos aos trabalhadores da APM que possuam simultaneamente conhecimentos de português e de chinês, escrito e falado.

1989

Decreto-Lei 11/89/M, de 20 de Fevereiro

Estabelece que os diplomas dos órgãos do Governo, editados em língua portuguesa, devem ser acompanhados de publicação da tradução em língua chinesa e que nas relações entre a população e os serviços da APM podem ser usadas quer uma língua, quer outra, obrigando a que sejam utilizadas as duas línguas em todos os impressos, formulários e outros documentos.

Decreto-Lei n.º 14/89/M, de 27 de Fevereiro

Estabelece o regime do reconhecimento de habilitações académicas obtidas fora de Macau ou nos diferentes sistemas de ensino não oficiais existentes no Território.

Decreto-Lei n.º 15/89/M, de 27 de Fevereiro

Dá nova redacção ao artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 86/84/M, de 11 de Agosto, (Provimento em cargos públicos – prova de habilitações académicas obtidas no ensino oficial português ou sua equivalência).

Decreto-Lei n.º 53/89/M, de 28 de Agosto

Define o estatuto do pessoal recrutado no exterior para exercer funções nos serviços públicos de Macau.

Decreto-Lei n.º 57/89/M, de 11 de Setembro

Autoriza a participação de Macau na constituição do Instituto Português do Oriente.

Decreto-Lei n.º 58/89/M, de 11 de Setembro

Cria o programa de Formação de Professores de Português como Língua Estrangeira.

Decreto-Lei n.º 85/89/M, de 21 de Dezembro

Define o estatuto do pessoal de direcção e chefia dos Serviços da Administração Pública de Macau.

Decreto-Lei n.º 86/89/M, de 21 de Dezembro

Estabelece o regime geral e especial das carreiras da Administração Pública de Macau.

Decreto-Lei n.º 87/89/M, de 21 de Dezembro

Aprova o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau.

1990

Decreto-Lei n.º 17/90/M, de 14 de Maio

Aprova as normas que regulamentam a actividade de Acção Social Escolar e cria o Fundo e a Comissão Consultiva da Acção Social Escolar.

Decreto-Lei n.º 18/90/M, de 14 de Maio

Regulamenta o funcionamento do Fundo de Acção Social Escolar e da Comissão Consultiva da Acção Social Escolar e extingue o Fundo de Bolsas de Estudo.

Decreto-Lei n.º 19/90/M, de 14 de Maio

Cria o Departamento de Acção Social Escolar.

Decreto-Lei n.º 31/90/M, de 2 de Julho

Lança o Curso de Língua e Administração Chinesa – CLAC.

Lei n.º 5/90/M, de 30 de Julho

Define os níveis de conhecimento linguístico exigidos para efeitos de ingresso na função pública.

Portaria n.º 154/90/M, de 13 de Agosto

Fixa os conteúdos dos níveis linguísticos estabelecidos na Lei 5/90/M, de 30 de Julho.

Despacho n.º 100/GM/90, de 20 de Agosto

Prevê os mecanismos de equiparação das certificações de língua portuguesa aos níveis estabelecidos na Lei 5/90/M, de 30 de Julho.

Despacho n.º 101/GM/90, de 20 de Agosto

Prevê os mecanismos de equiparação dos cursos de língua chinesa aos níveis linguísticos estabelecidos na Lei n.º 5/90/M, de 30 de Julho.

Decreto-Lei n.º 54/90/M, de 17 de Setembro

Altera o Regulamento do Ensino Luso-Chinês. — Revoga diversos artigos do Decreto-Lei n.º 22/77/M, de 25 de Junho.

Decreto-Lei n.º 75/90/M, de 26 de Dezembro

Transita as competências sobre a Livraria Portuguesa, o Centro de Línguas e a Área de Coordenação de Leitores para o Instituto Português do Oriente.

1991

Decreto-Lei n.º 11/91/M, de 4 de Fevereiro

Define a organização e funcionamento da generalidade das instituições, públicas ou privadas, que desenvolvam actividades de ensino superior no território de Macau.

Despacho n.º 106/GM/91, de 27 de Maio

Encarrega a Direcção dos Assuntos Chineses de propor, em colaboração com os SAFF, medidas que possibilitem o alargamento da língua chinesa nas relações da Administração com o público.

Lei n.º 11/91/M, de 29 de Agosto

Estabelece o quadro geral do sistema educativo de Macau.

Decreto-Lei n.º 49/91/M, de 16 de Setembro

Cria o Instituto Politécnico de Macau.

Decreto-Lei n.º 50/91/M, 16 de Setembro

Cria a Universidade de Macau.

Decreto-Lei n.º 55/91/M, de 25 de Novembro

Estabelece normas respeitantes às habilitações próprias para a docência das diferentes disciplinas do ensino secundário oficial em língua veicular chinesa.

Decreto-Lei n.º 455/91, de 31 de Dezembro

Atribuí à língua chinesa estatuto oficial idêntico ao da língua portuguesa.

1992

Despacho n.º 2/GM/92, de 8 de Janeiro

Cria equipas multidisciplinares para traduzir com rigor técnico-jurídico, os diplomas estruturadores do ordenamento jurídico de Macau.

Despacho n.º 16/GM/92, de 17 de Fevereiro

Cria a “Comissão de acompanhamento da situação linguística de Macau”.

Decreto-Lei n.º 16/GM/92, de 24 de Fevereiro

Transfere para a Escola de Línguas e Tradução do Instituto Politécnico de Macau as atribuições da escola Técnica da Direcção dos Assuntos Chineses.

Decreto-Lei n.º 40/92/M, de 27 de Julho

Define os princípios reguladores do “Curso de Língua e Administração Chinesa – CLAC”, inserido na política de bilinguismo e localização de quadros, procedendo a ajustamentos ao Decreto-Lei n.º 31/90/M, de 2 de Julho, que revoga.

Decreto-Lei n.º 78/92/M, de 21 de Dezembro

Ajusta os princípios reguladores do “Programa de Estudos em Portugal – PEP”, inserido na política de bilinguismo e de localização de quadros, revogando a Portaria n.º 126/88/M, de 8 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 81/92/M, de 21 de Dezembro

Define a estrutura orgânica da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.

1993**Despacho n.º 19-I/GM/93, de 18 de Fevereiro**

Determina que seja identificada a situação de cada serviço relativamente ao processo de localização de quadros e do grau de conhecimento linguístico, falado e escrito, das línguas oficiais.

Portaria n.º 100/94/M, de 18 de Abril

Aprova o plano de estudos da licenciatura em Tradução e Interpretação Português-Chinês, da Universidade de Macau.

Decreto-Lei n.º 48/93/M, de 9 de Junho

Cria a Comissão Instaladora da Escola Superior de Turismo.

Decreto-Lei n.º 33/93/M, de 5 de Julho

Regula a organização do Liceu de Macau.

Decreto-Lei n.º 38/93/M, de 26 de Julho

Define o estatuto das instituições educativas particulares que ministrem ensino de nível não superior.

1994**Despacho n.º 7-I/GM/94, de 25 de Janeiro**

Determina a elaboração de um plano de localização de efectivos, com identificação das necessidades de recrutamento e formação de cada serviço.

Decreto-Lei n.º 14/94/M, de 23 de Fevereiro

Regulamenta a aplicação no território de Macau do Decreto-Lei n.º 357/93, de 14 de Outubro, que reconhece o direito de integração nos serviços da República Portuguesa.

Decreto-Lei n.º 15/94/M, de 28 de Fevereiro

Regula as formas de obtenção dos graus de mestre e de doutor na Universidade de Macau.

Portaria n.º 100/94/M, de 18 de Abril

Cria na Escola de Línguas e Tradução do Instituto Politécnico o Curso de Tradução e Interpretação e o Curso Complementar de Tradução e Interpretação, aprovando os respectivos planos de estudos.

Despacho n.º 30/GM/94, de 30 de Maio

Cria a “Equipa de projecto para acompanhamento da generalização do bilinguismo e formação linguística na Administração de Macau”.

Decreto-Lei n.º 38/94/M, de 18 de Julho

Estabelece o quadro orientador da organização curricular para a educação pré-escolar, ano preparatório para o ensino primário e ensino primário.

Decreto-Lei n.º 39/94/M, de 18 de Julho

Estabelece o quadro orientador da organização curricular para o ensino secundário-geral.

Despacho n.º 46/GM/94, de 25 de Julho

Promove a sensibilização e mobilização de todos os serviços e organismos públicos para o objectivo da generalização do bilinguismo e determina que os serviços mantenham actualizada a informação sobre a situação linguística dos seus trabalhadores, intensifiquem os apoios ao bilinguismo, efectuem o levantamento de existências e necessidades de tradutores-intérpretes, elaborem glossários bilingues, informação bilingue para divulgação da actividade do serviços, criem formas de facilitar o desempenho profissional dos falantes de qualquer uma das línguas oficiais e a revisão do regime de promoção e progressão nas carreiras da APM, fazendo aí reflectir os níveis de conhecimentos linguísticos.

Despacho n.º 47/GM/94/M, de 25 de Julho

Determina a criação de incentivos à aprendizagem e aperfeiçoamento das línguas portuguesa e chinesa do pessoal do quadro dos serviços e a elaboração de um plano de formação linguística segundo as respectivas necessidades.

Decreto-Lei n.º 62/94/M, de 19 de Dezembro

Aprova o novo regime do Fundo de Acção Social Escolar e do apoio sócio-educativo.

Despacho n.º 33/SAAEJ/94, de 29 de Dezembro

Determinando que as instituições educativas de língua veicular portuguesa devem obrigatoriamente oferecer, como componente opcional dos planos curriculares, a disciplina de língua chinesa.

1995**Decreto-Lei n.º 13/95/M, de 6 de Março**

Define a organização da Escola Secundária Luso-Chinesa de Luís Gonzaga Gomes.

Decreto-Lei n.º 18/95/M, de 24 de Abril

Reformula a carreira de intérprete-tradutor, ajustando os níveis de habilitações exigidos para o ingresso aos graus académicos conferidos pelas várias instituições de ensino superior.

Despacho n.º 18/GM/95, de 24 de Abril

Determina que até 31 de Agosto de 1995 todos os impressos, formulários e documentos análogos, destinados aos utentes, devem ser bilingues e que os que fazem atendimento do público devem ser obrigatoriamente conhecedores das duas línguas oficiais.

Decreto-Lei n.º 19/95/M, de 24 de Abril

Cria nos quadros dos serviços e organismos públicos lugares das carreiras de intérprete-tradutor e letrado.

Decreto-Lei n.º 29/95/M, de 26 de Junho

Define os apoios a conceder às instituições educativas particulares sem fins lucrativos, para a generalização da escolaridade universal e tendencialmente gratuita.

Decreto-Lei n.º 20/95/M, de 8 de Maio

Define a organização dos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino primário oficiais de língua veicular chinesa.

Despacho n.º 34/GM/95, de 3 de Julho

Determina a criação de grupos de trabalho interno, nos serviços e organismos públicos, para os assuntos da localização, devendo estes grupos calendarizar e coordenar as acções de recrutamento e de formação profissional, técnica e linguística dos efectivos necessários ao preenchimento dos lugares vagos ou a vagar.

Decreto-Lei n.º 29/95/M, de 26 de Junho

Define os apoios a conceder às instituições educativas particulares sem fins lucrativos, para a generalização da escolaridade universal e tendencialmente gratuita.

Portaria n.º 31/95/M, de 20 de Fevereiro

Aprova a organização científico-pedagógica e os planos de estudos de diversos cursos de licenciatura da Universidade de Macau.

Decreto-Lei n.º 32/95/M, de 17 de Julho

Estabelece o quadro geral da organização e desenvolvimento da educação de adultos nas vertentes de ensino recorrente e de educação contínua.

Decreto-Lei n.º 45/95/M, de 28 de Agosto

Cria o Instituto de Formação Turística.

Portaria n.º 324/95/M, de 26 de Dezembro

Aprova a organização científico-pedagógica e o plano de estudos do Cursos de Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico em língua veicular portuguesa.

1996

Despacho n.º 4/SAAEJ/96, de 22 de Fevereiro

Aprova o Regulamento dos Exames do Ensino Secundário em língua veicular portuguesa.

Decreto-Lei n.º 15/96/M, de 25 de Março

Define o Estatuto do Pessoal Docente em exercício efectivo de funções, nas instituições educativas particulares, integradas na rede escolar pública.

Portaria n.º 167/96/M, de 15 de Julho

Aprova os programas das provas de concurso e do curso de “Formação Selectiva” para a constituição de reservas de recrutamento para lugares de técnico auxiliar, incluindo na formação selectiva cursos de “português funcional” e de “chinês funcional”.

Portaria n.º 154/96/M, de 17 de Junho

Aprova os programas das provas de concurso e do curso de “Formação Selectiva” para a constituição de reservas de recrutamento para ingresso na carreira de oficial administrativo, incluindo na formação selectiva cursos de “português funcional” e de “chinês funcional”.

Despacho n.º 20/SAAEJ/96, de 22 de Julho

Aprova a organização curricular, pedagógica e administrativa, a avaliação e o plano curricular do ensino primário recorrente em língua veicular chinesa.

Decreto-Lei n.º 54/96/M, de 16 de Setembro

Regula a educação técnica e profissional.

Despacho n.º 82/GM/96, de 14 de Outubro

Cria a “Comissão para o acompanhamento da Transição Jurídica”.

Portaria n.º 262/96/M, de 21 de Outubro

Autoriza a Universidade Aberta Internacional da Ásia (Macau) a leccionar, em regime de ensino à distância e segundo a norma portuguesa, o curso de Línguas e Literaturas Modernas, variante em Estudos Portugueses e Franceses.

Portaria n.º 276/96/M, de 4 de Novembro

Cria um ano complementar de estudos que confere o grau de licenciatura em Gestão de Empresas Turísticas.

1997

Despacho n.º 35/GM/97, de 16 de Junho

Determina que a publicação no Boletim Oficial de Macau da versão em língua chinesa de qualquer acto normativo vigente que tenha sido aprovado pelo Governador e publicado sem versão nessa língua pode ser determinada a todo o tempo, mediante despacho do Governador.

Decreto-Lei n.º 34/97/M, de 18 de Agosto

Aprova e rege a segunda fase da generalização da escolaridade tendencialmente gratuita, abrangendo o ensino secundário-geral, com início no ano lectivo de 1997-1998.

Decreto-Lei n.º 46/97/M, de 10 de Novembro

Estabelece o quadro orientador da organização curricular para o ensino secundário-complementar.

1998

Decreto-Lei n.º 5/98/M, de 2 de Fevereiro

Regula as comunicações oficiais, o uso de símbolos e logotipos, a normalização de papéis da Administração Pública, simplifica alguns procedimentos administrativos e consagra o carácter bilingue dos impressos e o atendimento assegurado por pessoal com conhecimento das duas línguas oficiais.

Portaria n.º 10/98/M, de 2 de Fevereiro

É dada a denominação oficial em língua portuguesa dos jardins de Infância luso-chineses.

Despacho n.º 33/SAAEJ/98, de 31 de Agosto

Cria, em regime de experiência pedagógica, as secções portuguesas da Escola Primária Luso-Chinesa da Flora e da Escola Secundária Luso-Chinesa de Luís Gonzaga Gomes.

1999

Decreto-Lei n.º 41/99/M, de 16 de Agosto

Estabelece o regime de autorização para o exercício de actividades de ensino superior por instituições sediadas fora do território de Macau.

Decreto-Lei n.º 42/99/M, de 16 de Agosto

Estabelece a escolaridade obrigatória para as crianças e jovens entre os 5 e os 15 anos de idade.

Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro

Aprova o Código do Procedimento Administrativo

Portaria n.º 418/99/M, de 15 de Novembro

Reconhece o Instituto de Enfermagem Kiang Wu de Macau como instituição de ensino superior privado.

Portaria n.º 469/99/M, de 6 de Dezembro

Aprova os novos Estatutos do Instituto Politécnico de Macau.

Decreto-Lei n.º 101/99/M, de 13 de Dezembro

Aprova o estatuto das línguas oficiais.

Lei n.º 1/1999, de 20 de Dezembro

Aprova a Lei de Reunificação.

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, publicada no Boletim Oficial de Macau em 20 de Dezembro de 1999

Adoptada em 31 de Março de 1993, pela Primeira Sessão da Oitava Legislatura da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China e promulgada pelo Decreto n.º 3 do Presidente da República Popular da China para entrar em vigor no dia 20 de Dezembro de 1999.

Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional relativa ao Tratamento das Leis Previamente Vigentes em Macau de acordo com o Disposto no Artigo 145º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, publicada no Boletim Oficial de 20 de Dezembro

Adoptada em 31 de Outubro de 1999 pela Décima Segunda Sessão do Comité Permanente da Nona Legislatura da Assembleia Popular Nacional.

Lei n.º 9/2006, de 26 de Dezembro

Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior.

Portaria n.º 940/2009, de 20 de Agosto

Plano de estudos da EPM (pelo Ministério da Educação Português)

Outra legislação e documentação consultada

Declaração Conjunta

Aprovada para ratificação pela Resolução da AR 25/87

Publicado no DR n.º 113, I Série, de 16 de Maio de 1988-Suplemento.

Ratificada pelo Decreto do PR 38-A/87

Publicado no DR n.º 286, I Série, de 14 de Dezembro de 1987, 3.º Suplemento, e rectificado no DR n.º 23, I Série, de 28 de Janeiro de 1988

Publicada no *Boletim Oficial* de Macau n.º 23 - 3.º Suplemento, de 7 de Junho de 1988.

Decreto-Lei n.º 4/76/M, de 31 de Março

Define as normas a que deve obedecer a realização do recenseamento e da eleição dos membros da Assembleia Legislativa e do Conselho Consultivo de Macau.

Lei n.º 1/76/M, de 3 de Março

Promulga o Estatuto Orgânico de Macau

Decreto do PR n.º 49-A/84, de 27 de Fevereiro

Dissolve a Assembleia Legislativa de Macau

Lei n.º 10/88/M, de 6 de Junho

Regula o processo de recenseamento eleitoral.

Decreto-Lei n.º 17/92/M, de 2 de Março

Aprova o sistema judiciário de Macau. — Revogações.

Lei n.º 3/2001, de 27 Fevereiro

Aprova a Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da RAEM.

Lei 11/2008, de 25 de Setembro

Alteração à Lei n.º 3/2001 «Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau».

Despacho do Chefe do Executivo n.º 207/2004, de 16 de Agosto

Determina que a contribuição de 2,4% sobre as receitas brutas do jogo da concessionária Galaxy Casino, S.A. e da subconcessionária Venetian Macau, S.A. constitui receita do orçamento da Região Administrativa Especial de Macau.

Despacho do Chefe do Executivo n.º 319/2009, de 17 Agosto

Fixa o tempo de antena a reservar para as listas pelas estações de televisão e de rádio para a campanha eleitoral das Eleições Legislativas de 2009

Estatutos do Conselho das Comunidades Macaenses

Publicados no Boletim Oficial da RAEM número 50, II Série, em 15 de Dezembro em 2004

Disponíveis em <http://www.apim.org.mo/ccm/material/CCM-estatutos.pdf>

Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau – APOMAC

Publicados em Boletim Oficial, II Série, em 28/03/2001

http://bo.io.gov.mo/bo/ii/2001/13/anotariais_cn.asp#142

Estatutos da Associação dos Macaenses

Publicados no Boletim Oficial de Macau, n.º. 42 - II série, de 16 de Outubro de 1996).

Disponíveis em http://www.admac.org/macau/htm/index_p/main_p.htm

Estatutos da Associação dos Naturais e Amigos de Angola

Publicados em Boletim Oficial n.º 18, II Série, 4 de Maio de 2005

Alteração dos Estatutos

Publicada em Boletim Oficial, n.º 3, II Série, 18 de Janeiro de 2006

Disponíveis em <http://pt.io.gov.mo/Priv/record/5013.aspx>

Estatutos da Casa do Brasil

Publicados em Boletim Oficial nº 3, II Série, 21 de Janeiro de 2009

Rectificação dos Estatutos

Publicada em Boletim Oficial, nº 16, II Série, 22 de Abril de 2009

Disponíveis em <http://pt.io.gov.mo/Priv/record/2081.aspx>

Estatutos da Associação de Amizade Macau – Cabo Verde

Publicados em Boletim Oficial, nº 16, II Série, 21 de Abril de 1999

Alteração aos Estatutos

Publicada em Boletim Oficial nº 34, II Série, 25 de Agosto de 1999

Alteração aos Estatutos

Publicada em Boletim Oficial nº 11, II Série, 18 de Março de 2009

Disponíveis em <http://pt.io.gov.mo/Priv/record/46.aspx>

Estatutos do Núcleo de Animação Cultural de Goa, Damão e Diu

Publicados em Boletim Oficial nº 51, II Série, 21 de Dezembro de 2006

Alteração aos Estatutos

Publicada em Boletim Oficial nº 53, II Série, 31 de Dezembro de 2008

Disponíveis em <http://pt.io.gov.mo/Priv/record/1461.aspx>

Estatutos da Associação dos Guineenses, Naturais e Amigos da Guiné-Bissau (AGNAGB)

Publicados em Boletim Oficial nº 49, II Série, 7 de Dezembro de 2005

Disponíveis em <http://pt.io.gov.mo/Priv/record/6074.aspx>

Estatutos da Associação dos Amigos de Moçambique

Publicado em Boletim Oficial nº 48, II Série, 23 de >Novembro de 1992

http://bo.io.gov.mo/bo/i/92/48/anotariais_cn.asp

Estatutos da Associação dos Sãotomenses e Amigos de São Tomé e Príncipe, Macau-China

Publicados em Boletim Oficial nº 34, II Série, 20 de Agosto de 2008

Disponíveis em <http://pt.io.gov.mo/Priv/record/1958.aspx>

Estatutos da Associação de Amizade Macau – Timor

Publicados em Boletim Oficial nº 34, II Série, 22 de Agosto de 2001

Disponíveis em <http://pt.io.gov.mo/Priv/record/48.aspx>

Estatutos da Casa de Portugal

Publicados no Boletim Oficial da RAEM número 25, II Série, em 20/06/2001

Alteração aos Estatutos da casa de Portugal

Publicados no Boletim Oficial da RAEM número 31, II Série, em 05/08/2009

Disponíveis em <http://pt.io.gov.mo/Priv/record/221.aspx>

ANEXO VI

Figuras da Cultura Portuguesa

Personalidades e Áreas	Total			Lusófonos			CDM			CEM			CHC			Outros		
	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.
Literatura	842	73.7	1	233	108.9	1	191	66.6	2	341	76.1	1	67	37.9	2	10	58.8	1
Luís de Camões	673	58.9	1	119	55.6	1	172	59.9	1	320	71.4	1	54	30.5	2	8	47.1	1
Fernando Pessoa	71	6.2	7	47	22.0	3	11	3.8	9	10	2.2	12	1	0.6	12	2	11.8	3
Eça de Queirós	32	2.8	10	23	10.7	5	2	0.7	16	7	4.0	7
José Saramago	24	2.1	15	14	6.5	9	1	0.3	17	7	1.6	14	2	1.1	11
Gil Vicente	23	2.0	16	17	7.9	8	3	1.0	15	2	0.4	17	1	0.6	12
Sophia de Mello Breyner Andresen	9	0.8	24	7	3.3	14	1	0.2	18	1	0.6	12
Almeida Garrett	3	0.3	31	3	1.4	18
Bocage	3	0.3	31	2	0.9	19	1	0.2	18
Henrique de Senna Fernandes	3	0.3	31	2	0.9	19	1	0.2	18
Ade	2	0.2	32	1	0.3	17	1	0.6	12
Antero de Quental	2	0.2	32	2	0.9	19
Nuno Gonçalves	2	0.2	32	1	0.5	20	1	0.3	17
Cesário Verde	2	0.2	32	2	0.9	19
Antero de Quental	2	0.2	32	2	0.9	19
Agustina Bessa Luís	1	0.1	33	1	0.5	20
Alice Vieira	1	0.1	33	1	0.5	20
Aquilino Ribeiro	1	0.1	33	1	0.5	20
Camilo Pessanha	2	0.2	33	1	0.5	20	1	0.3	17
Eugénio de Andrade	1	0.1	33	1	0.5	20
Fernão Lopes	1	0.1	33	1	0.3	17
Florbela Espanca	1	0.1	33	1	0.6	12
Garcia Resende	1	0.1	33	1	0.5	20
Lobo Antunes	1	0.1	33	1	0.5	20
Miguel Torga	2	0.2	32	1	0.5	20	1	0.2	18
Padre António Vieira	1	0.1	33	1	0.5	20
Venceslau Morais	1	0.1	33	1	0.3	17

Personalidades e Áreas (cont.)	Total			Lusófonos			CDM			CEM			CHC			Outros		
	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.
Desporto	817	71.5	2	132	61.7	2	231	80.5	1	225	50.2	2	219	123.7	1	10	58.8	1
Luís Figo	480	42.0	2	69	32.2	2	133	46.3	2	138	30.8	2	134	75.7	1	6	35.3	2
Rui Costa	165	14.4	4	22	10.3	6	52	18.1	3	50	11.2	5	40	22.6	3	1	5.9	4
Nuno Gomes	94	8.2	6	9	4.2	12	32	11.1	6	21	4.7	6	30	16.9	5	2	11.8	3
João Pinto	15	1.3	19	5	2.3	16	5	1.7	13	4	0.9	15	1	0.6	12
Eusébio	14	1.2	20	10	4.7	11	3	1.0	15	1	5.9	4
Sérgio Conceição	8	0.7	25	4	0.9	17	1	0.3	17	1	0.2	18	2	1.1	11
Pauleta	6	0.5	28	1	0.5	20	1	0.3	17	1	0.2	18	3	1.7	10
Ronaldo	6	0.5	28	1	0.3	17	2	0.4	17	3	1.7	10
Beto	5	0.4	29	1	0.5	20	2	0.7	16	2	0.4	17
Victor Baia	5	0.4	29	1	0.5	20	2	0.4	17	2	1.1	11
Rosa Mota	4	0.3	30	2	0.9	19	2	1.1	11
Abel Xavier	2	0.2	32	2	0.4	17
Sporting	2	0.2	32	1	0.3	17	1	0.2	18
Benfica	1	0.1	33	1	0.5	20
Estádio do Sporting	1	0.1	33	1	0.5	20
Hugo Viana	1	0.1	33	1	0.5	20
Mário Jardel	1	0.1	33	1	0.5	20
Paulo Sousa	1	0.1	33	1	1.1	12
Pelé	1	0.1	33	1	1.1	12
Petit	1	0.1	33	1	0.5	20
Pinto da Costa	1	0.1	33	1	0.5	20
Vale e Azevedo	1	0.1	33	1	0.5	20
Vilarinho	1	0.1	33	1	0.5	20
História	323	28.3	3	69	32.2	3	67	23.3	4	124	27.7	4	59	33.3	3	4	23.5	2
Vasco da Gama	185	16.2	3	23	10.8	5	46	16.0	4	78	17.4	3	36	20.3	4	2	11.8	3
Infante D. Henrique	34	3.0	10	12	5.6	10	6	2.1	13	11	2.5	11	4	2.3	9	1	5.9	4
Fernão Magalhães	17	1.5	17	3	1.0	15	8	1.8	13	6	3.4	8
Cristóvão Colombo	13	1.1	21	4	1.9	17	1	0.3	17	8	1.8	13
D. Dinis	12	1.0	22	7	3.3	14	2	0.7	16	1	0.2	18	2	1.1	11
Bartolomeu Dias	7	0.6	27	1	0.3	17	3	0.7	16	3	1.7	10
Jorge Álvares	7	0.6	27	2	0.9	19	1	0.3	17	3	0.7	16	1	5.9	4

Personalidades e Áreas (cont.)	Total			Lusófonos			CDM			CEM			CHC			Outros		
	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.
Música	100	8.7	5	60	28.0	4	18	6.3	6	10	2.2	7	10	5.6	4	2	11.8	3
Amália Rodrigues	49	4.3	9	26	12.1	4	8	2.8	11	4	0.9	15	10	5.6	6	1	5.9	4
Pedro Abrunhosa	7	0.6	27	6	2.8	15	1	0.2	18
Fado	8	0.7	25	7	2.4	12	1	5.9	4
Sara Tavares	6	0.5	28	6	2.8	15
Madredeus	3	0.2	31	1	0.5	20	2	0.7	16
Rui Veloso	3	0.2	31	3	1.4	18
Tim	3	0.2	31	3	1.4	18
Tuna (IFT)	3	0.2	31	3	0.7	16
Carlos Paredes	2	0.2	32	2	0.9	19
João Pedro Pais	2	0.2	32	2	0.9	19
André Sardet	1	0.1	33	1	0.5	20
António Saiote	1	0.1	33	1	0.2	18
Carlos Paredes	1	0.1	33	1	0.2	18
Carlos Seixas	1	0.1	33	1	0.3	17
Dulce Pontes	1	0.1	33	1	0.5	20
Luís Represas	1	0.1	33	1	0.5	20
Manuel Cruz (Ornatos Violeta)	1	0.1	33	1	0.5	20
Moonspell (banda portuguesa)	1	0.1	33	1	0.5	20
Paulo Gonzo	1	0.1	33	1	0.5	20
Pedro Jóia	1	0.1	33	1	0.5	20
Quim Barreiros	1	0.1	33	1	0.5	20
Rui Silva (DJ Português)	1	0.1	33	1	0.5	20
Zé Cabra	1	0.1	33	1	0.5	20
Zeca Afonso	1	0.1	33	1	0.5	20
Direito	85	7.4	6	1	0.5	9	26	9.1	5	56	12.5	5	2	1.1	6
Mota Pinto	26	2.3	14	6	2.1	13	20	4.5	7
Orlando de Carvalho	16	1.4	18	3	1.0	15	13	2.9	10
Freitas do Amaral	7	0.6	27	3	1.0	15	4	1.2	15
Carlos d'Assumpção	6	0.9	28	1	0.5	20	3	0.7	16	2	1.1	11
Manuel Trigo	6	0.9	28	2	0.7	16	4	0.9	15
Figueiredo Dias	5	0.4	29	3	1.0	15	2	0.4	17

Personalidades e Áreas (cont.)	Total			Lusófonos			CDM			CEM			CHC			Outros		
	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.	N	%	Pos.
Outras	16	1.4	8	8	3.7	7	1	0.3	8	5	1.1	8	2	1.1	6
Luís Gonzaga Gomes	4	0.3	30	1	0.3	17	3	0.7	16
Zé Povinho	2	0.2	32	1	0.5	20	1	0.6	12
José Rodrigues dos Santos	2	0.2	32	2	0.9	19
George Chinnery	2	0.2	32	2	0.4	17
Henrique Estorninho	1	0.1	33	1	0.5	20
Catarina Furtado	1	0.1	33	1	0.5	20
Luís de Matos	1	0.1	33	1	0.5	20
Mariza Cruz	1	0.1	33	1	0.5	20

Cálculos efectuados com base no número de respondentes (Lusófonos: 214; CDM: 287; CEM: 448; CHC: 177; Outros: 17; Total: 1143)

Fonte: IQ aos estudantes de português

ANEXO VII

Cursos de formação linguística organizados pelos SAFP (1986-1998)

Língua		Designação do Curso	Cursos	Participantes	
Portuguesa		PEP – Programa de Estudos em Portugal	12	308	
		PEP Especial	3	72	
		Curso de Língua e Cultura Portuguesa em Macau (SAFP/Universidade de Macau)	3	105	
		Língua Portuguesa (SAFP/DSEJ)	251	4827	
		Formação complementar de Intérpretes-Tradutores (em Portugal)	10	109	
		Estudos de Português para Intérpretes-Tradutores (em Macau – SAFP/Instituto Politécnico de Macau)	2	30	
		Formação Selectiva de Oficial Administrativo (SAFP/IPM)	6	147	
		Formação Selectiva de Técnico Auxiliar (SAFP/IPM)	4	99	
	Sub-total			291	5697
Chinesa	Cantonês	Cantonense Escrito/Falado (SAFP/CAEP/Seong Fan)	136	2525	
		Cantonense Oral (SAFP/CAEP/Seong Fan)	48	661	
		Chinês Funcional (SAFP/IPM)	2	50	
		Formação Selectiva de Oficial Administrativo (SAFP/IPM)	6	147	
		Formação Selectiva de Técnico Auxiliar (SAFP/IPM)	4	100	
	Sub-total			196	3483
	Mandarim	CLAC – Curso de Língua e Administração Chinesa em Pequim	21	271	
		Administração e Gestão Pública Chinesa em Pequim	14	248	
		Mandarim Escrito/Falado (SAFP/IPM)	194	3013	
		Mandarim Oral (SAFP/IPM)	165	3166	
		Mandarim Funcional (SAFP/IPM)	8	170	
		Curso Intensivo de Língua Oficial Chinesa em Pequim	11	134	
		Curso Intensivo de Língua Oficial Chinesa para Intérpretes-Tradutores em Pequim	4	52	
	Sub-total			417	7054
TOTAL			904	16234	

Fonte: DSAFP (2000)

ANEXO VIII

Decreto-Lei n.º 86/89/M, de 21 de Dezembro

e) Grupo de pessoal - o conjunto do pessoal definido com base na caracterização genérica do respectivo conteúdo funcional.

MAPA 2

Funções	Grupo de pessoal	Conteúdo funcional	Habilitações
Concepção	Técnico Superior	Funções consultivas, de investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, requerendo uma especialização e formação básica de nível de licenciatura.	Licenciatura
Aplicação	Técnico	Funções de estudo e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, com autonomia e responsabilidade, enquadradas em planificação estabelecida, requerendo uma especialização e conhecimentos profissionais adquiridos através de um curso superior.	Curso superior
Execução	Técnico-profissional	Funções de natureza executiva de aplicação técnica com base no conhecimento ou adaptação de métodos e processos, enquadrados em directivas bem definidas, exigindo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de habilitação académica profissional.	11 anos de escolaridade
		Funções de natureza executiva de aplicação técnica com base no estabelecimento ou adaptação de métodos e processos, enquadrados em directivas bem definidas.	9 anos de escolaridade
	Administrativo	Funções de natureza executiva, enquadrada em instruções gerais e procedimentos bem definidos, com certo grau de complexidade, relativas a uma ou mais áreas da actividade administrativa, designadamente contabilidade, pessoal, economato e património, secretaria, arquivo, expediente e dactilografia.	9 anos de escolaridade
	Operário e Auxiliar	Funções de natureza executiva de carácter manual ou mecânico, com graus de complexidade variáveis, enquadradas em instruções gerais bem definidas, exigindo formação específica num ofício ou profissão e implicando normalmente esforço físico.	6 anos de escolaridade e curso de formação com duração não inferior a 6 meses.
		Funções de natureza executiva de carácter manual ou mecânico, de actividades produtivas e ou de reparação e manutenção, implicando predominantemente esforço físico e exigindo conhecimentos de ordem prática susceptíveis de serem aprendidos no próprio local de trabalho.	6 anos de escolaridade e experiência superior a 10 anos ou habilitação profissional específica, consoante se trate de pessoal operário ou auxiliar.
		Funções de natureza simples, física ou material, com tarefas diversas normalmente não especificadas, exigindo conhecimentos de ordem prática susceptíveis de serem aprendidos no local de trabalho, num curto período de tempo.	6 anos de escolaridade

Decreto-Lei n.º 85/89/M, de 21 de Dezembro (excerto)

Artigo 2.º

(Cargos)

1. Considera-se pessoal de direcção ou de chefia o que exerce actividades de gestão em serviços e organismos públicos.
2. São cargos de direcção:
 - a) Director;
 - b) Subdirector.
3. São cargos de chefia:
 - a) Chefe de departamento;
 - b) Chefe de divisão;
 - c) Chefe de sector;
 - d) Chefe de secção.
4. Sempre que se estabeleçam designações específicas com poderes de direcção ou chefia de unidades ou subunidades orgânicas, deve prever-se a sua equiparação a um dos cargos enumerados nos números anteriores.

ANEXO IX

CASARÃO ANTIGO

Macau de janelas verdes
Persianas de tábua delgada;
Macau de chão sobradado,
Com barrotes metidos nas paredes
Para susterem o soalho;
Logradouro onde se lava a roupa,
Terraço com chão de ladrilho,
Lugar para se pôr a roupa ao sol.

Macau de casarão muito antigo
Coberto com telhas vermelhas,
Paredes caiadas,
Varandas vistosas.

Onde estás?

MACAU MODERNIZADA

Nós agora temos um túnel,
Por baixo da Colina da Guia;
Os carros, parecendo libelinhas,
Vão e vêm no túnel o dia inteiro.

Quem entra no Porto Exterior
Num instante está na Flora;
De uma buraca se fez uma rua nova,
Agora estão todos contentes.

Próximo de São Francisco,
Há uma rua em cima de outra rua;
O povinho vê, fica zuca,
Pensando que está a viver na Lua.

Fonte: José Silveira Machado (Dir), *Adé, José dos Santos Ferreira, Macau di Tempo Antigo, Obras Completas, Vol. III, Fundação Macau, Macau, 1996.*

ANEXO X

Características de Macau segundo o grupo de origem

Aspectos indicados	Total			Lusófonos			CDM			CEM			CHC			Outros		
	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.
Património	1366	90.8	1	212	93.1	1	416	108.3	1	576	92.5	1	146	59.3	1	16	66.7	1
Ruínas de S. Paulo	331	22.0	2	45	19.7	2	99	25.8	2	140	22.5	3	45	18.3	5	2	8.3	4
Arquitectura antiga, misturada portuguesa e chinesa	301	20.0	3	28	12.3	3	75	19.5	3	152	24.4	2	43	17.5	6	3	12.5	3
Torre de Macau	129	8.6	7	28	12.3	4	48	12.5	4	47	7.5	10	5	2.0	17	1	4.2	5
Casino Hotel Lisboa	110	7.3	9	15	6.6	12	33	8.6	8	54	8.7	7	8	3.3	15
Templo de A-Má	88	5.8	12	16	7.0	11	34	8.9	7	31	5.0	14	6	2.4	16	1	4.2	5
Igrejas e Catedrais	54	3.6	19	5	2.2	21	21	5.5	13	18	2.9	18	10	4.1	14
Largo do Senado/Leal Senado	52	3.5	20	11	4.8	15	12	3.1	18	24	3.9	16	2	0.8	20	3	12.5	3
Estilo arquitectónico de edifícios e monumentos	48	3.2	22	15	6.6	12	14	3.6	16	15	2.4	20	3	1.2	19	1	4.2	5
Calçada portuguesa	31	2.1	28	1	0.4	25	15	3.9	15	14	2.2	21	1	0.4	21
Fortaleza do Monte	31	2.1	28	4	1.8	22	14	3.6	16	11	1.8	24	2	0.8	20
Guia	28	1.9	30	7	3.1	19	9	2.3	21	10	1.6	25	2	0.8	20
Relíquias históricas	26	1.7	31	3	1.3	23	8	2.1	22	11	1.8	24	4	1.6	18
Museus	25	1.7	32	10	4.4	16	5	1.3	25	7	1.1	28	3	1.2	19
Pontes	17	1.1	38	2	0.9	24	3	0.8	27	8	1.3	27	4	1.6	18
Avenida Almeida Ribeiro	12	0.8	43	4	1.8	22	3	0.8	27	2	0.3	33	2	0.8	20	1	4.2	5
Templos	10	0.7	45	3	1.3	23	4	1.0	26	3	0.5	32
Os nomes das ruas	9	0.6	47	2	0.5	28	5	0.8	30	1	0.4	21	1	4.2	5
Praças e Largos	9	0.6	47	2	0.9	24	3	0.8	27	3	0.5	32	1	4.2	5
Estátuas de portugueses	9	0.6	47	2	0.9	24	1	0.3	30	6	1.0	29
Estátuas de Kun Iam e de A-Má	8	0.5	48	2	0.9	24	5	0.8	30	1	0.4	21
Palácio do Governo	7	0.5	49	1	0.4	25	1	0.3	30	3	0.5	32	1	0.4	21	1	4.2	5
Universidade de Macau	7	0.5	49	4	1.0	26	1	0.2	34	2	0.8	20
Jardins	6	0.4	50	1	0.4	25	3	0.8	27	1	0.2	34	1	0.4	21
Riquexó	5	0.3	51	2	0.9	24	1	0.3	30	2	0.3	33
Portas do Cerco	4	0.3	52	2	0.5	28	2	0.3	33
Centro Cultural	3	0.2	53	1	0.4	25	2	0.5	28
Edifícios chineses	1	0.1	55	1	0.4	25
EPM	4	0.3	52	3	1.3	23	1	4.2	5
IFT	1	0.1	55	1	0.2	34
Jogo e Casinos	677	45.7	2	60	26.3	3	171	44.5	2	293	47.0	2	144	58.5	2	9	37.5	3
Casinos	502	33.4	1	53	23.2	1	134	34.9	1	220	35.3	1	90	36.6	1	5	20.8	2
Jogo	129	8.6	7	6	2.6	20	23	6.0	12	50	8.0	8	47	19.1	3	3	12.5	3
Economia baseada no jogo	29	1.9	29	1	0.4	25	10	2.6	20	12	1.9	23	5	2.0	17	1	4.2	5
Estatuto legal do jogo	17	1.1	38	4	1.0	26	11	1.8	24	2	0.8	20

Aspectos indicados (cont.)	Total			Lusófonos			CDM			CEM			CHC			Outros		
	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.
Culturas	511	34.0	3	105	46.1	2	124	32.3	4	215	34.5	3	56	22.8	5	11	45.8	2
Mistura de duas culturas	110	7.3	9	22	9.6	6	33	8.6	8	36	5.8	12	17	6.9	8	2	8.3	4
Ponto de encontro das culturas portuguesa e chinesa	109	7.2	10	19	8.3	8	28	7.3	9	48	7.7	9	13	5.3	11	1	4.2	5
Mistura das culturas oriental e ocidental	102	6.8	11	11	4.8	15	24	6.3	11	54	8.7	7	10	4.1	14	3	12.5	3
Cultura Portuguesa	76	5.0	14	14	6.1	13	21	5.5	13	33	5.3	13	6	2.4	16	2	8.3	4
Multicultural	44	2.9	24	20	8.8	7	7	1.8	23	11	1.8	24	5	2.0	17	1	4.2	5
Cultura local	23	1.5	33	4	1.8	22	4	1.0	26	13	2.1	22	2	0.8	20
Cultura Macaense	17	1.1	38	8	3.5	18	2	0.5	28	7	1.1	28
Cultura chinesa	15	1.0	40	6	2.6	20	3	0.8	27	4	0.6	31	1	0.4	21	1	4.2	5
Cultura Europeia	15	1.0	40	1	0.4	25	2	0.5	28	9	1.4	26	2	0.8	20	1	4.2	5
Gastronomia	438	29.1	4	58	25.4	4	131	34.1	3	198	31.8	4	43	17.5	6	8	33.3	4
Diversidade gastronómica	222	14.8	4	23	10.1	5	75	19.5	3	96	15.4	4	22	8.9	7	6	25.0	1
Gastronomia portuguesa	149	9.9	6	13	5.7	14	42	10.9	5	77	12.4	5	15	6.1	10	2	8.3	4
Gastronomia macaense	56	3.7	18	22	9.6	6	9	2.3	21	2	3.2	33	5	2.0	17
Gastronomia chinesa	11	0.7	44	5	1.3	25	5	0.8	33	1	0.4	21
Turismo e Actividades turísticas	287	19.1	5	33	14.5	5	80	20.8	5	106	17.0	5	65	26.4	4	3	12.5	7
Turismo	166	11.0	5	9	3.9	17	41	10.7	6	67	10.8	6	48	19.5	2	1	4.2	5
Grande Prémio	86	5.7	13	20	8.8	7	27	7.0	10	24	3.9	16	13	5.3	11	2	8.3	4
Destino turístico	18	1.2	37	5	1.3	25	12	1.9	23	1	0.4	21
Corridas de cavalos	10	0.7	45	5	0.3	25	3	0.5	32	2	0.8	20
Corridas de cães	3	0.2	53	1	0.4	25	1	0.3	29	1	0.4	21
Fogo-de-artifício	2	0.1	54	1	0.4	25	1	0.3	29
Muitos turistas	2	0.1	54	2	0.9	24
População	240	15.9	6	58	25.4	4	45	11.7	6	91	14.6	6	41	16.7	7	5	20.8	5
Diversidade, diferentes origens	70	4.7	15	18	7.6	9	14	3.7	16	21	3.4	17	16	6.5	9	1	4.2	5
Macaenses	57	3.8	17	22	9.6	6	10	2.6	20	18	2.9	18	6	2.4	16	1	4.2	5
Densidade populacional elevada	45	3.0	23	9	3.9	17	10	2.6	20	21	3.4	17	5	2.0	17
Portugueses	38	0.9	25	4	1.8	22	7	1.8	23	21	3.4	17	6	2.4	16
Simpática e amistosa	18	1.2	37	2	0.9	24	2	0.5	28	6	1.0	29	5	2.0	17	3	12.5	3
Coexistência de chineses e portugueses	7	0.5	49	2	0.9	24	1	0.3	29	3	0.5	32	1	0.4	21
Poucas pessoas	3	0.2	53	1	0.3	29	2	0.8	20
Chineses	2	0.1	54	1	0.4	25	1	0.2	34
Espaço e localização	201	13.4	7	24	10.5	8	21	5.5	10	74	11.9	7	80	32.5	3	2	8.3	8
Pequena	121	8.0	8	17	7.5	10	13	3.4	17	44	7.1	11	46	18.7	4	1	4.2	5
Ruas estreitas	20	1.3	35	2	0.9	24	2	0.5	28	6	1.0	29	10	4.1	14
Paisagem	16	1.1	39	2	0.5	28	12	1.9	23	1	0.4	21	1	4.2	5
Aterros	10	0.7	46	1	0.4	25	1	0.2	34	8	3.3	15
Limpa	8	0.5	48	2	0.9	24	6	2.4	16
Perto da China	8	0.5	48	1	0.4	25	1	0.3	29	5	0.8	30	1	0.4	21
Praia	6	0.4	50	3	0.8	27	1	0.2	34	2	0.8	20
Ilhas Taipa e Coloane	5	0.3	51	3	0.5	32	2	0.8	20

Aspectos indicados (cont.)	Total			Lusófonos			CDM			CEM			CHC			Outros		
	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.
Península	3	0.2	53	2	0.3	33	1	0.4	21
Muito edificada	2	0.1	54	2	0.8	20
Suja	1	0.1	55	1	0.4	21
Longe de Portugal	1	0.1	55	1	0.4	25
Línguas	158	10.5	8	29	12.7	6	41	10.7	7	60	9.6	8	27	11.0	9	1	4.2	9
A existência da língua portuguesa	64	4.3	16	10	4.4	16	17	4.4	14	26	4.2	15	11	4.5	13
Multilinguismo	26	1.7	31	1	0.4	25	6	1.6	24	7	1.1	28	12	4.9	12
Português língua oficial	26	1.7	31	4	1.8	22	8	2.1	22	12	1.9	23	2	0.8	20
Região bilingue	19	1.3	36	6	2.6	20	7	1.8	23	6	1.0	29
Duas línguas oficiais	17	1.1	38	4	1.8	22	3	0.8	27	8	1.3	27	1	0.4	21	1	4.2	5
Patuá	4	0.3	52	4	1.8	22
Inglês	2	0.1	54	1	0.2	34	1	0.4	21
Aspectos Gerais	142	9.4	9	27	11.8	7	26	6.8	8	47	7.5	10	38	15.4	8	4	16.7	6
Tranquila e segura	49	3.3	21	10	4.4	16	8	2.1	22	18	2.9	18	12	4.9	12	1	4.2	5
Trânsito e engarrafamentos	22	1.5	34	2	0.9	24	7	1.8	23	7	1.1	28	6	2.4	16
Bonita	19	1.3	36	3	1.3	23	2	0.5	28	9	1.4	26	5	2.0	17
Compras	10	0.7	46	1	0.4	25	3	0.8	27	2	0.3	33	4	1.6	18
Diferente	9	0.6	47	2	0.9	24	3	0.8	27	1	0.2	34	1	0.4	21	2	8.3	4
Muitas motorizadas	7	0.5	49	4	0.6	31	3	1.2	19
Harmoniosa	6	0.4	50	2	0.9	24	3	0.5	32	1	0.4	21
Bons transportes	6	0.4	50	1	0.4	25	1	0.3	29	3	0.5	32	1	0.4	21
Aborrecida	5	0.3	51	1	0.4	25	2	0.5	28	2	0.8	20
Poluída	3	0.2	53	3	1.3	23
Boas infra-estruturas	2	0.1	54	1	0.4	21	1	4.2	5
Atrasada	1	0.1	55	1	0.4	21
Muitas obras	1	0.1	55	1	0.4	25
Rica	1	0.1	55	1	0.4	25
Direito, sistema político e organização pública	97	6.4	10	12	5.3	10	23	6.0	9	53	8.5	9	9	3.7	9
Direito	16	1.1	39	2	0.9	24	4	1.0	26	10	1.6	25
“Um país, dois sistemas”	17	1.1	38	7	1.8	23	10	1.6	25
Região Administrativa Especial	13	0.9	42	3	0.8	27	8	1.3	27	2	0.8	20
Sistema político	18	1.2	37	8	3.5	18	2	0.5	28	7	1.1	28	1	0.4	21
Autonomia, liberdade e democracia	8	0.5	48	1	0.3	29	4	0.6	31	3	1.2	19
Apatia política	6	0.4	50	3	0.8	27	3	0.5	32
Serviços públicos de má qualidade	5	0.3	51	1	0.3	29	4	0.6	31
Boas condições de ensino	3	0.2	53	2	0.3	33	1	0.4	21
Dupla nacionalidade	3	0.2	53	1	0.4	25	2	0.5	28
Muitos feriados	3	0.2	53	2	0.3	33	1	0.4	21
Muitas profissões dos serviços	2	0.1	54	2	0.3	33

Aspectos indicados (cont.)	Total			Lusófonos			CDM			CEM			CHC			Outros		
	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.	Freq.	%	Pos.
Primeiro Hospital do Oriente	1	0.1	55	1	0.4	25
Primeira Universidade do Oriente	1	0.1	55	1	0.4	25
A zona Norte é complicada	1	0.1	55	1	0.4	21
Quem sabia português na APP tinha vantagens na FP	1	0.1	55	1	0.3	29
Desporto	5	0.3	19	3	0.3	14	2	0.3	33
Bolinha/futebol	3	0.2	53	1	0.3	29	2	0.3	33
Golfe	1	0.1	55	1	0.3	29
Voleibol	1	0.1	55	1	0.3	29

Fonte: IQ aos estudantes de português